

# Migrações, Educação e Desenvolvimento

Convergências e reflexões

Volume 1

Andrea Helena Petry Rahmeier  
Caroline von Mühlen  
Daniel Luciano Gevehr  
Rodrigo Luis dos Santos (Orgs.)



Nos últimos duzentos anos, desde o princípio do século XIX, o mundo tem vivenciado um complexo e efusivo panorama de fluxos migratórios. Impulsionados pelos mais diversos motivos, as migrações representam em si processos de mudança – tanto para os que partem quanto para aqueles que recebem. Os avanços tecnológicos, especialmente nos campos do transporte e da comunicação, cooperaram – e cooperam – para essas manifestações. Em um mundo globalizado – onde as fronteiras, não restritas ao espaço geopolítico territorialmente delimitado, mas que perpassam os aspectos socioculturais grupos humanos –, analisar e refletir sobre o papel migratório nessas rupturas e permanências é um fator essencial para se compreender a realidade histórica e atual em que vivemos. Sabemos que os estudos migratórios tem vivenciado uma importante renovação nas últimas duas décadas, com um leque mais amplo de abordagens, conceitos, teorias, metodologias e relações entre campos de conhecimento. Essa renovação, de grande importância, proporcionam releituras dos processos de migração ocorridos durante os séculos XIX e XX, assim como um entendimento dos enredamentos sociais, políticos, culturais, religiosos e econômicos que permeiam as manifestações deste início do século XXI. Para esta publicação que ora apresentamos, foram escolhidos três campos norteadores principais, que são as migrações, os espaços educativos e o desenvolvimento regional. Este fio condutor interage com múltiplas áreas temáticas, como a religiosidade, o patrimônio cultural, as práticas docentes, as relações com o meio ambiente, as questões de gênero e etnicidade, entre outras. Os capítulos desta obra, agrupados em doze eixos temáticos, subsidiavam reflexões importantes, tendo em vista a gama ampliada de interpretações que suscitam, as fontes que utilizam, o trato teórico-metodológico que se aplica, entre diversos outros pontos que poderiam aqui serem citados.

**Volume 1:** Educação; Gênero e Etnia; História Ambiental; História do Crime, da Polícia, dos Militares e das Práticas de Justiça; Migrações Atuais; Migrações Históricas.

**Volume 2:** Patrimônio Cultural; Política, Sociedade e Economia; Relações Interétnicas.

**Volume 3:** Relatos de Experiências Docentes com a temática das Migrações; Religiões e Manifestações Religiosas; Temas Gerais ligados às Migrações.



## **Migrações, Educação e Desenvolvimento**



# ESTUDOS ÉTNICOS e MIGRAÇÕES

---

## Diretores da série:

### **Caroline von Mühlen**

(Doutora em História – PUCRS/Professor do Colégio Sinodal – Portão/Coordenadora do GT Estudos Étnicos e Migrações da ANPUH-RS e vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras)

### **Rodrigo Luis dos Santos**

(Coordenador e Professor dos Cursos de Geografia e História do Instituto Superior de Educação Ivoti/Doutorando em História – UNISINOS/Vice-coordenador do GT Estudos Étnicos e Migrações da ANPUH-RS e presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras)

### **Editor Técnico:**

Lucas Margoni  
PUCRS, Brasil

---

## Comitê Editorial e Científico:

### **Daniel Luciano Gevehr**

(Doutor em História - UNISINOS/Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional – FACCAT)

### **Tiago Weizenmann**

(Doutor em História – PUCRS/Coordenador Pedagógico e professor no Centro de Ciências Humanas e Sociais – UNIVATES)

### **Márcia Solange Volkmer**

(Doutora em História – UFRGS/ Professora no Centro de Ciências Humanas e Sociais – UNIVATES)

### **José Edimar de Souza**

(Doutor em Educação – UNISINOS/Professor no Programa de Pós-graduação em Educação da UCS)

### **Marcos Antônio Witt**

(Doutor em História - PUCRS/Professor do Programa de Pós-graduação em História da UNISINOS)

---

# Migrações, Educação e Desenvolvimento

---

Convergências e reflexões

Volume 1

**Organizadores:**

Andrea Helena Petry Rahmeier

Caroline von Mühlen

Daniel Luciano Gevehr

Rodrigo Luis dos Santos



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Estudos Étnicos e Migrações - 4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

RAHMEIER, Andrea Helena Petry; et al (Orgs.)

---

Migrações, Educação e Desenvolvimento: volume 1: convergências e reflexões [recurso eletrônico] / Andrea Helena Petry Rahmeier; et al (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

513 p.

ISBN - 978-85-5696-673-5

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Ética; 2. Migrações; 3. Educação; 4. Desenvolvimento; 5. Historiografia; I. Título II. Série

CDD: 177

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e Relações Sociais

177

# Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>11</b>
Rodrigo Luis dos Santos	

## Educação

<b>1.....</b>	<b>17</b>
<b>Memórias transnacionais na concepção de educação profissional e tecnológica de Francisco Rodolfo Simch</b>	
Alice Marc	
<b>2.....</b>	<b>31</b>
<b>O ensino de educação física em região de colonização italiana (1974-1985): abordagens culturais a partir de uma escola</b>	
Cristian Giacconi; José Edimar de Souza	
<b>3.....</b>	<b>45</b>
<b>A conquista do Paranhana: migrações e ensino de história regional</b>	
Doris Rejane Fernandes; Lidiane Lima Schoenardie	
<b>4.....</b>	<b>57</b>
<b>Representação e cotidiano: ilustrações do espaço geográfico e social do Rio Grande do Sul nas cartilhas teuto-brasileiras produzidas pela Editora Rotermund (1927-1933)</b>	
Elias Kruger Albrecht	
<b>5.....</b>	<b>77</b>
<b>Museu histórico de rolante ensinando a importância da nossa cultura e do nosso patrimônio histórico através de jogos</b>	
Igor Tieres Glaeser	
<b>6.....</b>	<b>83</b>
<b>Instituto olívia: 80 anos - 80 histórias. Memória oral e memórias literárias</b>	
Jonas Cristiano Beck	

7 .....	91
<b>Os ritos de passagem e o contexto educacional na década de 1960 em comunidades alemãs pomeranas no sul do Rio Grande do Sul</b>	
Karen Laiz Krause Romig; Patrícia Weiduschadt	
8 .....	113
<b>Instrução de imigrantes italianos e ítalo-brasileiros em Antônio Prado – RS: aproximações iniciais</b>	
Manuela Ciconetto Bernardi	
9 .....	127
<b>A importância do estudo para os imigrantes trentinos no Rio Grande do Sul</b>	
Marcelo Armellini Corrêa	
10 .....	145
<b>Análise do campo teórico para a construção de um estudo a partir das memórias de escolarização em Kronenthal RS na perspectiva de uma escola étnica comunitária (1933-1942)</b>	
Mariane Fruet de Mello; Elisângela Cândido da S. Dewes; Rosângela de S. Jardim	
11 .....	161
<b>Higiene escolar em uma instituição formadora de professores na região de imigração italiana (1930-1960): um olhar para a bibliografia produzida</b>	
Roberta Ângela Tonietto; José Edimar de Souza	

### Gênero e Etnia

12.....	179
<b>Gênero, trabalho e migração: a presença feminina nas fábricas de calçados de Igrejinha (1960 – 1980)</b>	
Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli; Vitória Nicolini Nunes	
13.....	193
<b>Deslocamentos por orientação afetiva e sexual e identidades de gênero: a construção de territorialidades</b>	
Mariana Barbosa de Souza; Grazielle Betina Brandt	
14 .....	207
<b>Cartografias literárias: vozes femininas do Paranhana</b>	
Luciane Maria Wagner Raupp; Liane Filomena Müller	



15.....	223
<b>Frida em cena: a representação da mulher teuto-sul-rio-grandense do teatro gaúcho</b>	
Mara Rúbia Scheffler de Souza	
16.....	235
<b>Do sapatinho de cristal à botina de couro: uma revisão integrativa da mulher trabalhadora na contemporaneidade</b>	
Rogério Luís de Vargas Sander; Samanta Andresa Richter; Daniel Luciano Gevehr	
17.....	247
<b>A mulher sul rio-grandense na República Velha (1889-1930): representações da submissão</b>	
Daniel Luciano Gevehr; Salete Rodrigues	
18 .....	281
<b>A construção social da mulher no plano estético do bordado</b>	
Silvane Inês Heck; Claudia Schemes	

### História Ambiental

19.....	301
<b>Imigração e meio ambiente no século XIX</b>	
Doris Rejane Fernandes	
20 .....	315
<b>Benefícios da utilização de biodigestores anaeróbicos no tratamento de efluentes oriundos do esgoto doméstico: uma ferramenta para a gestão ambiental</b>	
Kader S. Spindler; Daniel B. Teixeira	

### História do Crime, da Polícia, dos Militares e das Práticas de Justiça

21.....	337
<b>Mulheres e história militar</b>	
Andrea Helena Petry Rahmeier; Bárbara Tikami de Lima	
22 .....	353
<b>Voluntários da pátria: os imigrantes alemães na guerra do Paraguai</b>	
Vitória Nicolini Nunes	

## Migrações Atuais

23 .....373

**O campo laboral e a imigração bengalesa no sul do Brasil**

Alex Antônio Vanin

24 ..... 395

**Perfil das migrações internacionais para o Brasil em tempos de crise (2011-2016)**

Roberto Rodolfo Georg Uebel

25 ..... 413

**Migrações contemporâneas- da sociologia para a história. Uma reflexão sobre os alcances da historia do tempo presente**

Sandra Cristina Donner

26 ..... 421

**Migração, trabalho e contradições sociais no sul do Brasil**

Vania Beatriz Merlotti Herédia; Daniele Buffon; Débora Kieling

## Migrações Históricas

27 ..... 437

**Os teuto-brasileiros no sul do Brasil: apontamentos sobre a formação do grupo étnico e o processo de atualização da etnicidade**

Caroline Finger Stresser

28 ..... 455

**A construção da regionalidade nas narrativas históricas e recentes sobre a imigração no vale do Taquari - RS**

Cristiano Nicolini

29 .....475

**As fases da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul**

Jorge Luiz da Cunha

30 ..... 495

**Características da colonização na região das missões em uma abordagem comparativa**

Mauro Marx Wesz

## **Apresentação**

*Rodrigo Luis dos Santos*<sup>1</sup>

Nos últimos duzentos anos, desde o princípio do século XIX, o mundo tem vivenciado um complexo e efusivo panorama de fluxos migratórios. Impulsionados pelos mais diversos motivos, as migrações representam em si processos de mudança – tanto para os que partem quanto para aqueles que recebem. Os avanços tecnológicos, especialmente nos campos do transporte e da comunicação, cooperaram – e cooperam – para essas manifestações. Em um mundo globalizado – onde as fronteiras, não restritas ao espaço geopolítico territorialmente delimitado, mas que perpassam os aspectos socioculturais grupos humanos –, analisar e refletir sobre o papel migratório nessas rupturas e permanências é um fator essencial para se compreender a realidade histórica e atual em que vivemos.

Sabemos que os estudos migratórios tem vivenciado uma importante renovação nas últimas duas décadas, com um leque mais amplo de abordagens, conceitos, teorias, metodologias e relações entre campos de conhecimento. Essa renovação, de grande importância, proporcionam releituras dos processos de migração ocorridos durante os séculos XIX e XX, assim como um entendimento dos enredamentos sociais, políticos, culturais, religiosos e econômicos que permeiam as manifestações deste início do século XXI.

Para esta publicação que ora apresentamos, foram escolhidos três campos norteadores principais, que são as migrações, os

---

<sup>1</sup> Presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras. Gestão 2017-2019

espaços educativos e o desenvolvimento regional. Este fio condutor interage com múltiplas áreas temáticas, como a religiosidade, o patrimônio cultural, as práticas docentes, as relações com o meio ambiente, as questões de gênero e etnicidade, entre outras. Os capítulos desta obra, agrupados em doze eixos temáticos, subsidiam reflexões importantes, tendo em vista a gama ampliada de interpretações que suscitam, as fontes que utilizam, o trato teórico-metodológico que se aplica, entre diversos outros pontos que poderiam aqui serem citados.

Migrações, espaços educativos e desenvolvimento regional. Em um primeiro momento, estes três temas podem até soar desconexos. Entretanto, são elementos humanos e perspectivas que se entrelaçam e dialogam com a realidade complexa em que vivemos. Residimos em um país marcado por fluxos migratórios, sejam os de caráter mais históricos, como aqueles que ocorrem cotidianamente, evidenciados pelos meios de comunicação e redes sociais. Estamos em um momento onde se discute novamente quem é bem-vindo e quem não deveria chegar. Além disso, muitos de nós têm optado, diante das adversidades, em partirem para outras terras, almejando novos horizontes. As migrações fazem parte de nossa humanidade. E são também reflexos das construções de mundo em que estamos inseridos.

A educação, por seu turno e em seus diferentes espaços e práticas, é fundamental para compreender esse mundo e suas múltiplas realidades, assim como para desenvolver uma cidadania mais crítica, aberta e humanista. Lutar pela educação deveria ser um ideal de toda a sociedade, acima de governos e partidos. Atacar a educação é sufocar o sopro de vida do presente... a abortar os sonhos de um futuro melhor. Em consonância a isso, pensar o desenvolvimento é pensar em políticas, planejamentos e práticas que, acima dos interesses econômicos ou individualizantes, contemplem uma efetiva melhoria na vida das pessoas. Sendo assim, olhar para o desenvolvimento regional é refletir sobre os rumos que buscamos para cada um de nós e para nossa sociedade.

Nesta perspectiva, os três alicerces que fundamentam esta publicação – migrações, espaços educativos e desenvolvimento regional – estão fortemente entrelaçados, pois se fazem presente em nosso dia a dia, mesmo quando não percebemos.

Esperamos que este trabalho possa, efetivamente, ser uma fonte de crescimento e reflexão intelectual e humano para todos nós, especialmente no período em que vivemos, de ataques ao conhecimento e aos laços humanistas que deveriam – ou melhor, que devem nos unir. E, em nome da Associação Nacional de Pesquisadores das Comunidades Teuto-Brasileiras, assim como do Curso de Graduação em Licenciatura em História e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, reitero os sinceros agradecimentos pela contribuição de cada um(a) dos(as) autores(as) para a concretização desta obra. É isso que dá também sentido ao nosso trabalho.

Uma boa e produtiva leitura para todos e todas!

Taquara/RS, inverno de 2019.



**Educação**





# Memórias transnacionais na concepção de educação profissional e tecnológica de Francisco Rodolfo Simch

*Alice Marc*<sup>1</sup>

## Introdução

Este artigo fundamenta-se na biografia de Francisco Rodolfo Simch para identificar de que forma as memórias transnacionais da Alemanha e da República Tcheca, vivenciadas em família e na comunidade de origem, na região de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, influenciaram sua concepção de educação profissional e tecnológica, considerando sua atuação como Professor da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre.

O estudo biográfico decorre da dissertação de mestrado da pesquisadora<sup>2</sup>, cuja metodologia de pesquisa foi a fenomenologia assubjetiva de Jan Patočka e a realização de entrevistas com descendentes de Simch, com referenciais teóricos de Ann Rigney (memória transnacional), de Pierre Nora (lugares de memória) e de Pierre Bourdieu (*habitus*).

Para conhecer a concepção de educação profissional e tecnológica de Francisco Rodolfo Simch, o artigo pesquisou sua obra

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS), *campus* Porto Alegre, Brasil.

<sup>2</sup> Dissertação “Movimento da existência de Francisco Rodolfo Simch. Lugares de memória: entre os documentos do acervo familiar e a Escola de Comércio de Porto Alegre”. Produto Educacional associado: documentário “Simch, prepara o projeto para amanhã”. Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ProfEPT. Mestranda Alice Marc. Orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cristina Caminha de Castilhos França. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS, 2019.

“Programa de Economia Social”, que resume suas aulas na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Nesse sentido, tem destaque sua atuação como Professor na instituição anexa a esta faculdade, a Escola de Comércio de Porto Alegre, que fundou em 1909 com Leonardo Macedônia Franco e Souza e Manoel André da Rocha. O atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, *campus* Porto Alegre (IFRS), e a Faculdade de Ciências Econômicas Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) completam, portanto, 110 anos neste ano de 2019.

### **Genealogia de Francisco Rodolfo Simch**

Francisco Rodolfo Simch, nasceu em 03 de abril de 1877, em Villa Thereza, atual município de Vera Cruz, no Rio Grande do Sul. Foi batizado Franz Rudolph Simch em 16 de dezembro de 1877<sup>3</sup>. Seus pais, Francisco José Simch e Emma Wild Simch, casaram em 04 de julho de 1876, em Villa Thereza.

O segundo filho do casal, Carlos Alfredo Simch, nasceu em 22 de novembro de 1880, batizado Carl Alfred Simch em 04 de setembro de 1881, em Villa Thereza. Os filhos seguintes do casal Francisco José Simch e Emma Wild Simch foram Waldemar Simch (nascido em 27 de janeiro de 1884) e Eleonora Emma Simch (nascida em 02 de julho de 1885), também batizados em Villa Thereza, no mesmo dia, em 07 de fevereiro de 1886. O registro de batismo destes dois últimos filhos informa que os pais residiam, na época, na cidade gaúcha de São Gabriel. Já a família Wild permaneceu em Vera Cruz pelo menos até o falecimento do avô materno, Carlos Wild, em 1908<sup>4</sup>.

O pai de Francisco Rodolfo Simch, Franz Joseph Simch (Francisco José Simch), nasceu em Oberkreibitz, no norte da

---

<sup>3</sup> Registro de batismo de Franz Rudolph Simch. Livro de registros eclesiásticos da Comunidade Evangélica de Vera Cruz, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, IECLB.

<sup>4</sup> Inventário de Carlos Wild. Processo nº 74, Arquivo Público de Porto Alegre, APERS, 1908.

Boêmia, no então Império Austro-húngaro, atual República Tcheca, em 12 de março de 1851<sup>5</sup>. O registro de sua chegada ao Rio Grande do Sul em 1871<sup>6</sup> confirma seus 20 anos de idade ao desembarcar no Brasil. Ao chegar da Boêmia, já tinha a profissão de Agrimensor<sup>7</sup>. Percebe-se a relação da profissão paterna, de Francisco José Simch, com a terra, assim como com a mineração, importante atividade econômica da Boêmia:

Em um espaço de cem anos surgem quase todas as aglomerações que determinarão a geografia do país até o século XIX. Mas as minas têm um papel ainda mais importante na nova ordem econômica do país. Graças a Jihlava, Kolín e Kutná Hora, a Boêmia se torna por algum tempo um grande centro de extração de prata que atrai os estrangeiros e enriquece o tesouro real, dá potência e brilho aos soberanos do país. (PATOČKA, 1991, p.32, tradução da autora)

Após a chegada do pai de Francisco Rodolfo Simch, Franz Joseph Simch, no Brasil, em 1871, emigraram, em 1873, sua avó paterna e dois tios. A avó, Theresia Worm Simch, aos 50 anos de idade, já viúva do avô, Benedikt Simch (1817-1868)<sup>8</sup>, chegou ao Rio Grande do Sul com os dois irmãos mais novos de Franz Joseph Simch: Anton Simch e Augustin Simch<sup>9</sup>, com 13 e 18 anos, respectivamente – os tios de Francisco Rodolfo Simch. Era um período de forte emigração da Boêmia para o Brasil e outros países, em razão da crise relacionada à atividade econômica da lapidação do cristal, que se estendeu aos profissionais de diversas áreas:

<sup>5</sup> Registro de nascimento de Franz Joseph Simch. Fonte: Arquivo Público, República Tcheca.

<sup>6</sup> Lista de embarque de passageiros. Porto de Hamburgo, 1871. Fontes: Ancestry.com, Arquivo Público de Hamburgo, Alemanha.

<sup>7</sup> Passaporte de Franz Joseph Simch. Fonte: Acervo de Pedro Simch, neto de Francisco Rodolfo Simch.

<sup>8</sup> Registros de casamento de Benedikt Simch e Theresia Worm e óbito de Benedikt Simch. Fonte: Arquivo Público, República Tcheca.

<sup>9</sup> Registros de nascimento de Anton Simch, 27 de janeiro de 1860, e Augustin Simch, 06 de fevereiro de 1854. Arquivo Público, República Tcheca. Lista de embarque de passageiros. Porto de Hamburgo, 1873. Navio de bandeira sueca Arvid. Fontes: Ancestry.com e Arquivo Público de Hamburgo, Alemanha.

No que diz respeito ao setor vítreo, ornato supérfluo em épocas difíceis, houve guerras gerando crises e dificuldades econômicas desde a década de 1850 e várias na década seguinte, trazendo em seu bojo a crise financeira de 1875-76 – fatores determinantes de crises de desemprego no setor vítreo que então se desenhou.

Na busca de solução, na década de 1870 recorreu-se à emigração, motivando milhares de boêmios, artesãos vítreos, tecelões e outros profissionais a atenderem ao aceno de agentes do Brasil com generosas ofertas de maior segurança futura. (FLORES, 2015, p.39)

Nessas circunstâncias, há registros de casamento destes familiares da Boêmia na cidade de Estrela, no Rio Grande do Sul<sup>10</sup>, e também do falecimento precoce tio Augustin Simch, ainda muito jovem<sup>11</sup>.

Posteriormente, o pai Francisco José Simch foi representante da sociedade alemã *NordWestBahn* ou Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande (NEUMANN, 2009, p.69) e Chefe da Seção de Terras Públicas e Colonização (SPONCHIADO, 2000, p.166).

Já a mãe de Francisco Rodolfo Simch, Emma Wild, nasceu em Idar, atualmente Idar-Oberstein, na Alemanha. A cidade de origem da família materna pertencia, então, ao Principado de Birkenfeld, que, por sua vez, fazia parte do Ducado de Oldenburg:

Após a queda de Napoleão Bonaparte, o Congresso de Viena (1814-15) desenhou o novo mapa da Europa. O Hunsrück passou a fazer parte do Reno, no Reino da Prússia. O território de Birkenfeld, com seus 20.000 habitantes, no entanto, foi cedido pela Prússia ao Ducado de Oldenburg, formando o Principado de Birkenfeld (1817-1937). (SCHAUREN, In: GENEALOGIARS (Org.), p.26, 2017, p.31)

---

<sup>10</sup> Anton Simch casou com Isabela Simon em Estrela, Rio Grande do Sul. Tiveram os filhos Matheus Simch (1891), Antônio Simch (1892) e Pedro Simch (1894). Fonte: registros da Igreja Católica, site Family Search.

<sup>11</sup> Augustin Simch casou com Amalia Drejuler, natural da Boêmia, atual República Tcheca, em 25 de abril de 1875. Augustin faleceu em 16 de maio de 1876 em Estrela, Rio Grande do Sul. Fonte: registros da Igreja Católica, Paróquia de Santo Antônio, Family Search.

A família materna de Francisco Rodolfo Simch (família Wild) embarcou na cidade francesa de Bordeaux, no navio Béarn, em maio de 1861, e chegou à Colônia de Santa Cruz, no Rio Grande do Sul, em setembro do mesmo ano. Era composta pelos avós maternos de Francisco Rodolfo Simch, o casal Carlos Wild e Carolina Becker Wild, que chegou ao Brasil com as filhas Emma Wild (mãe de Francisco Rodolfo Simch) e Carolina Wild. Emma Wild, a mãe de Francisco Rodolfo Simch, tinha quase 6 anos de idade ao deixar a Alemanha. No Brasil, nasceram os outros irmãos de Emma Wild: Roberto Wild, Laura Wild e Ernesto Wild – tios de Francisco Rodolfo Simch<sup>12</sup>.

Quanto às memórias relacionadas às atividades profissionais na região da família materna de Francisco Rodolfo Simch, sabe-se que:

No século XIX as pequenas indústrias de lapidação de pedras preciosas de Idar-Oberstein, no Birkenfelder Land, entram em crise pelo esgotamento da matéria-prima. Também as pequenas siderúrgicas do Hünsrück, que durante séculos exploram as jazidas de ferro locais, entram em crise devido à falta de carvão vegetal. (SCHAUREN, In: GENEALOGIARS (Org.), 2015, p.26)

Portanto as memórias da família Wild relacionadas à sua origem, na Alemanha, também se situam em um contexto relacionado à mineração, com atividades vinculadas às pedras preciosas e ao carvão.

## **Trajatória social de Francisco Rodolfo Simch**

Francisco Rodolfo Simch formou-se em Engenharia de Minas na Escola de Minas de Ouro Preto, Minas Gerais, e em Direito, na primeira turma da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Foi Diretor do Museu Júlio de Castilhos, Catedrático de Economia e Finanças da UFRGS, Professor de História Natural do Ginásio Júlio

---

<sup>12</sup> Prazo Colonial n°13, Colônia de Santa Cruz, Linha Entrada de Rio Pardinho, p.117, 29/04/1876. Fonte: FamilySearch.

de Castilhos, Diretor do Serviço Mineralógico e Geológico do RS, Diretor do Porto de Porto Alegre, Secretário de Obras Públicas, Desembargador da Corte de Apelação do Rio Grande do Sul, Professor de Alemão no Ginásio Mineiro, 2º Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1934-35), com atuação na Comissão permanente de Arqueologia, Etnologia e Paleontologia e Catedrático de Legislação do Trabalho.

A dissertação de mestrado da autora estudou, em especial, a atuação de Francisco Rodolfo Simch como Redator do projeto de fundação da Escola de Comércio de Porto Alegre e um dos criadores da instituição, em 1909, com Leonardo Macedônia Franco e Souza e Manoel André da Rocha. Com efeito, a referida pesquisa utilizou o estudo biográfico de Simch para compreender o contexto de fundação da Escola de Comércio de Porto Alegre, no âmbito da preservação da memória do Campus Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS, complementando a pesquisa com um produto educacional, o documentário “Simch, prepara o projeto para amanhã”, trazendo elementos biográficos de Francisco Rodolfo Simch.

O estudo de mestrado utilizou o conceito de lugares de memória, que relaciona três sentidos, em que “os três aspectos sempre coexistem”, a saber: o material, o simbólico e o funcional (NORA, 1997). Além disso:

Até mesmo em um local de aparência puramente material, como um arquivo, somente é um lugar de memória se a imaginação o investir de uma aura simbólica. Mesmo um local puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, somente entra nesta categoria se for objeto de um ritual. (NORA, 1997, p.34)

Considerando estes três aspectos destacados por Pierre Nora, bem como a definição de “aura simbólica”, a biografia de Francisco Rodolfo Simch considerou alguns lugares de memória no acervo

familiar, incluindo o livro “Programa de Economia Social”, escrito por Francisco Rodolfo Simch.

## **Memórias transnacionais**

O conceito de memória transnacional utilizado neste artigo é aquele de Ann Rigney (2019), conforme mencionado no âmbito do Projeto de Enciclopédia Crítica das Palavras da Memória e do Testemunho (RIGNEY, 2019). Trata-se de um trabalho conjunto de pesquisadores de várias universidades, em sua maioria europeias, no sentido de estabelecer o debate em torno dos temas relacionados à memória. Assim, o termo “memória transnational” refere-se à investigação dos movimentos e interfaces da memória coletiva através e para além das fronteiras das nações (idem, ibidem).

Sendo assim, no caso deste artigo, baseado na pesquisa biográfica sobre Francisco Rodolfo Simch, buscou-se identificar as memórias transnacionais presentes na vida de Simch, relacionadas às memórias da República Tcheca e da Alemanha transmitidas por seus pais, através do trabalho e da história familiar. Para o estudo da biografia, foram utilizadas como fontes entrevistas com descendentes de Simch, a participação da pesquisadora como observadora em ambiente familiar, além do acervo documental familiar e arquivístico.

O conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, também se relaciona com as memórias transnacionais, neste caso, pois a família, os lugares de memória e a própria história de vida de Francisco Rodolfo Simch são considerados “condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência” (BOURDIEU, 1980, p.88), reproduzindo, assim, um mesmo *habitus*, em diversos suportes e comportamentos. Estes condicionamentos têm vinculação com a memória transnacional da Alemanha e da República Tcheca, pela influência dos pais, e, inclusive, com a vivência na comunidade germânica da região de Santa Cruz do Sul, trazendo uma cultura própria.

## A obra “Programa de Economia Social”, de Francisco Rodolfo Simch

O livro estudado neste artigo é a segunda publicação da obra “Programa de Economia Social”, de Francisco Rodolfo Simch, de 1931. O assunto, segundo o autor, é a Economia Pura e a Política Econômica. Trata-se de um “resumo das lições professadas na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Rio Grande do Sul” (SIMCH, 1931). Cabe destacar, ainda, a menção a um Provérbio da Boêmia, na parte geral da obra: “Učení kořen hořký, ale plod sladký”<sup>13</sup>, remetendo às memórias transnacionais e ao *habitus*, discutidos na seção anterior. O conceito familiar de estudo e de esforço evidenciam-se na escolha deste provérbio. A bibliografia também reflete a afinidade com a cultura germânica, amplamente citada (idem, *ibidem*, p.447).

O presente artigo destaca, na Seção “Política Econômica”, o “Capítulo IV – Qualificação das populações”, em particular os subitens 1. “Intruccção technico-profissional” e 2. “Artes e officios Manuaes”, por sua relação com a Educação Profissional e Tecnológica (idem, *ibidem*, p.454-455).

Em “Instrução técnica e profissional”, Simch trata da questão da especialização das funções, em que os mais aptos tendem a excluir os demais, trazendo a concorrência das competências, “um aspecto específico, que só especificamente se resolverá” (idem, *ibidem*, p.309). Diferencia a educação primária e fundamental da educação profissional, que visa aspectos econômicos, constituindo “um dos problemas mais importantes da política geral de produção” (idem, *ibidem*).

---

<sup>13</sup> Provérbio da Boêmia, atual República Tcheca: “A aprendizagem tem uma raiz amarga, mas dá um doce fruto” (tradução minha, a partir da tradução para o alemão de František Ladislav Čelakovský: “Lernen hat eine bittere Wurzel, aber es trägt süsse Frucht”). Este provérbio é epígrafe da página 3 da Parte Geral da 2ª edição do livro “Programa de Economia Social (Economia Pura e Política Econômica)”, de Francisco Rodolfo Simch, 1931.



Nesse sentido, o êxito do trabalho está relacionado a uma política instrucional adequada à singularidade dos grupos de produção e das categorias sociais de trabalhadores, que proporcione “o saber, os conhecimentos, a competência do operador” (idem, *ibidem*). O autor enfatiza a necessidade de flexibilidade de horários, como o turno noturno, e dos períodos para as aulas, como as férias, e, inclusive, da possibilidade de ensino a domicílio, de modo a aumentar o acesso da população à educação profissional (idem, *ibidem*).

Em seguida, Simch explica que há uma variedade de instituições de educação profissional, diferenciadas com o critério da complexidade da formação e da atividade que o profissional em formação deverá exercer. Para o desempenho de atividades de direção, menciona a existência dos institutos superiores, que qualifica como “viveiros de onde se supre o Estado”, enquanto mestres e capatazes formam-se em cursos médios de técnica profissional (idem, *ibidem*, p.310).

Francisco Rodolfo Simch defende a descentralização da educação profissional para as províncias, municípios, ou, até mesmo, particulares habilitados, por melhor conhecerem a realidade local. Nesse sentido, o autor aponta, aliás, a má qualidade da fiscalização do ensino pelo Estado, porque “a fiscalização ou inspeção dos estabelecimentos de instrução deve estar entregue somente a pessoas de máxima competência profissional” (idem, *ibidem*, p.311). Em seguida, em “Artes e ofícios manuais”, Simch salienta a importância dos ofícios como “as atividades cujo exercício caracteriza os operários qualificados”, que podem se aperfeiçoar, tornando-se oficiais de ofício ou mestres. Aponta para a falta de diferenciação do grau de instrução necessário aos operários em função das atividades que realizam. Sobre isso, Simch comenta a supressão das corporações de ofícios, com o surgimento de relações contratuais entre operários e patrões, que “fizeram desaparecer todos os efeitos inerentes àquelas, sem, contudo, dar margem a todas as vantagens que se esperavam destas”, com menor

responsabilidade do mestre para com o aprendiz (idem, ibidem, p.312).

Sobre a formação de aprendizes, Simch lamenta a priorização da eficiência econômica em detrimento da qualidade da formação e traz o exemplo da Alemanha, que regulamentava a competência dos mestres. Manifesta-se, ainda, na obra de Francisco Rodolfo Simch, a preocupação de que os próprios alunos da educação profissional tenham uma atitude participativa na construção de uma realidade melhor no ensino, lembrando que são “material humano”, e não “massa bruta e inerte” (idem, ibidem, p.311)

Por fim, Simch menciona a circunstância de fechamento de “oficinas de ourives, tipografias, teares e tantas outras atividades econômicas, destinadas às ordens a manter mais firme o jugo sobre a colônia que começava a demonstrar suas *veleidades de progresso*” como uma possível “explicação do nosso imenso atraso industrial e profissional em confronto com outros países” (idem, ibidem, p.311).

De forma geral, estas duas seções apontam para muitos problemas na qualidade da educação profissional brasileira, sobretudo para a falta de individualização do operário, cujas habilidades não são plenamente desenvolvidas com as possibilidades oferecidas pela formação profissional.

## **Considerações finais**

A biografia de Francisco Rodolfo Simch inclui sua atuação profissional em diversas áreas, como a mineração, o direito, a economia, o ensino de alemão e a arqueologia, em muitas instituições, como o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), o Museu Júlio de Castilhos e o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Por este motivo, estudar sua trajetória social significa fortalecer a memória destas instituições gaúchas.

Em meio a tantas atividades, torna-se evidente nas entrevistas com seus descendentes o envolvimento profissional e afetivo de Francisco Rodolfo Simch com a mineralogia, apesar do interesse também nas outras atuações profissionais. Sua primeira formação profissional, como Engenheiro de Minas, e sua atuação como Secretário de Obras Públicas em Porto Alegre são exemplos da presença das memórias transnacionais da mineração de seus pais, transmitidas pelo trabalho e pela cultura familiar da Boêmia e de Idar-Oberstein.

Além disso, as memórias transnacionais incluem “uma consciência da resiliência de narrativas nacionais” (RIGNEY, 2019), que se verificam no livro “Programma de Economia Social”, de Francisco Rodolfo Simch, através da bibliografia germânica e do provérbio tcheco.

Por fim, na atuação de Francisco Rodolfo Simch na área do ensino encontra-se novamente a definição de “memória transnacional” pelo fato de que sua cultura não se limitava à “circulação e transformação de histórias” de ascendência alemã e tcheca, mas estendia-se “ à ação social e ao exercício de poder por atores do Estado e de fora do Estado” (idem, *ibidem*). Isto significa que as memórias da Boêmia e de Idar-Oberstein se fundiram nas ações políticas e sociais de Simch, passando a compor as memórias gaúchas.

## Referências

BARBOSA, Marco Aurélio Gomes; OTT, Ernani. *A origem da contabilidade no Rio Grande do Sul: primeiras evidências, fortalecimento e consolidação*. Porto Alegre: Ed. Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

DUMMER, Celeste et al. *Vera Cruz, tempo terra e gente*. Vera Cruz: LupaGraf, 2009.

FLORES, Hilda Hübner. *Imigrantes Boêmios*. Porto Alegre: IHGRGS, 2015.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil*: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937). 2005. 417 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

MARC, Alice. Os 110 anos da criação da Escola de Comércio de Porto Alegre: gestão participativa e formação humanística na Educação Profissional e Tecnológica. In: Josimar de Aparecido Vieira Ana Sara Castaman (Org.). *Gestão da Educação Profissional e Tecnológica*: elementos para reflexão. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2018, v.1, p.85-98.

MARC, Alice. *Trajectoria social do Engenheiro de Minas Francisco Rodolfo Simch*: memória do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IHGRGS. 2019. 1º Colóquio de Pesquisa do IHGRGS. IHGRGS, Porto Alegre.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire : la problématique des lieux. In : *Les lieux de mémoire*. Paris : Gallimard, 1997, vol. 1 p. 23-42. Tradução de Yara Aun Houry.

NEUMANN, Rosane Márcia. *Uma Alemanha em miniatura*: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2009.

PATOČKA, Jan. *L'idée de l'Europe en Bohème*. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 1991.

PATOČKA, Jan. *Qu'est-ce que la phénoménologie*. Grenoble : Éditions Jérôme Millon, 1988.

PINHEIRO, Augusto César Barros Almeida. *A história do curso de ciências contábeis da faculdade de ciências econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul* – UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

PINHEIRO, Augusto César Barros Almeida et al. A história do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *ConTexto*, Porto Alegre, v. 11, n. 20, p. 85-97, 2º semestre, 2011.

RIGNEY, Ann. *Transnational memory*. Encyclopédie critique du témoignage et de la mémoire. Disponível em : <<http://memories-testimony.com/notice/transnational-memory/>>. Acesso em 10/03/2019.

SCHAUREN, Décio Aloisio. A imigração alemã no Rio Grande do Sul. In: GENEALOGIARS (Org.). *Famílias de Origem Alemã no Rio Grande do Sul*: Volume I. Porto Alegre: EST Edições, 2015.

SCHAUREN, Décio Aloisio. Hunsrück Heimat. In: GENEALOGIARS (Org.). *Famílias de Origem Alemã no Rio Grande do Sul*: Volume II. Porto Alegre: EST Edições, 2017.

SIMCH, Francisco Rodolfo. *Programma de Economia Social*. Economia pura e política econômica. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1931.

SPONCHIADO, Breno Antonio. *O positivismo e a colonização do norte do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. 347 p. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História. PUCRS, 2000.



## **O ensino de educação física em região de colonização italiana (1974-1985): abordagens culturais a partir de uma escola**

*Cristian Giacconi*<sup>1</sup>  
*José Edimar de Souza*<sup>2</sup>

### **Considerações iniciais**

As escolas são espaços de produções e multiplicações de saberes e práticas particulares evidenciadas nas relações dos primeiros anos de um sujeito fora do âmbito familiar. A Educação Física, um dos componentes que constituem estes saberes escolares, esteve historicamente vinculada aos preceitos médicos, higiênicos e também foi utilizada nas escolas para reforçar os atributos nacionalistas.

A Educação Física escolar durante um longo período histórico foi desenvolvida por estas pedagogias ligadas à área da saúde e, durante o contexto do regime civil militar, por práticas tecnicistas de características excludentes. Esses fatores visavam a formação de jovens fortes, com valores nacionalistas, o que reforçava atributos como a racionalidade, eficiência e produtividade (BETTI, 1991). Todavia, para Bracht (1993), no início dos anos 80 se identifica um aumento expressivo nas pesquisas e discussões sobre a Educação Física na escola primária, principalmente pela inserção de correntes

---

<sup>1</sup> Universidade de Caxias do Sul, Doutorando em Educação. Bolsista CAPES/PROSUC, Caxias do Sul, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade de Caxias do Sul. Doutor em Educação. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul, Brasil.

pedagógicas e socioculturais, influenciadas pelas ciências sociais e humanas.

Assim, o objetivo principal dessa pesquisa é analisar as narrativas de professoras da Escola Giuseppe Garibaldi (EGG)<sup>3</sup> cujas memórias auxiliam na compreensão das práticas e culturas escolares desenvolvidas nas aulas de Educação Física nesta escola situada no município gaúcho de Caxias do Sul. Buscamos compreender como o desenvolvimento das aulas de Educação Física nesse período nacionalista, com princípios tecnicistas de ensino, se relacionaram com as culturas e identidades italianas pertencentes nos sujeitos locais. O recorte temporal adotado inicia em 1974, com o ingresso da professora primária Jaqueline Gedoz Vita na EGG, e finaliza em 1985 com a eleição indireta do Presidente Tancredo Neves, em 15 de janeiro de 1985 (MENDONÇA, 2005).

O *locus* da investigação é a Escola Giuseppe Garibaldi, localizada no município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, que foi fundada em 1974 a partir da iniciativa do poder executivo municipal, em função das demandas da comunidade local. Direcionar olhares a uma instituição escolar de caráter local também significa imbricá-la ao ambiente em que está inserida, ou seja, o município, o bairro, as ruas, a sua comunidade, as demais escolas e os cidadãos de seu cotidiano. Para Werle (2004, p. 4), a “[...] memória institucional não é apenas memória da instituição escolar, de seus agentes, e das demais instituições educativas com que manteve relacionamentos, mas é a memória da cidade” e também dos sujeitos que fazem parte dela.

Como um dos municípios de colonização italiana, as relações e contexto estão imbricados as práticas culturais desenvolvidas neste educandário. Para Luchese (2008), a imigração dos italianos para a região da serra gaúcha inicia ainda no século XIX, devido à crise política, econômica e cultural que ocorria na Europa, com a grande quantidade de mão-de-obra excedente e não qualificada.

---

<sup>3</sup> Optamos nessa pesquisa em mencioná-la apenas como Escola Giuseppe Garibaldi, pois a instituição possuiu muitas denominações ao longo de sua trajetória.



Esses fatores afligiam seus habitantes com a miséria, a fome, a escassez de terras e, dessa maneira, a imigração foi vista com uma possibilidade de melhorar as condições de vida.

A pesquisa ancora-se nos pressupostos teóricos da História Cultural, sobretudo em Chartier (1988, p. 17), pelas possibilidades de identificar os diversos contextos, espaços, tempos e como “[...] uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, valorizando os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos ao rememorar aspectos do ensino de educação física no ensino primário. Para Halbwachs (2006), as possíveis narrativas históricas de um contexto são constituídas pelos compilados de fatos que se destacam, e que são selecionados pelas memórias dos sujeitos. As memórias também estão interligadas aos convívios sociais e podem ser influenciadas pelos âmbitos governamentais, familiares, escolares, pelas relações de poder e suas próprias regras.

Utilizamos a metodologia da História Oral, sobretudo em Lozano (2005), para compor possíveis narrativas históricas de um contexto constituídas pelos compilados de fatos que se destacam, e que são selecionados pelas memórias dos sujeitos. O instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada, fundamentada em Alberti (2013). As narrativas foram cotejadas com análise documental, em Carlos Bacellar (2008), organizando quadros e sínteses a partir dos documentos compulsados.

A pesquisa foi composta por duas professoras primárias, Jacira Koff Saraiva e Jaqueline Gedoz Vita. Jacira realizou o curso de normalista no Colégio São José (Caxias do Sul/RS) durante a década de 60, ingressou na instituição em 1974 exercendo as funções de diretora e professora. Jaqueline realizou o curso de magistério na Escola Normal Duque de Caxias (Caxias do Sul/RS) no final dos anos 70, ingressou na escola em 1982 exercendo a função de professora das séries primárias até 1992.

Dessa forma, por meio da memória dessas professoras procuramos compreender que práticas e culturas escolares foram desenvolvidas nas aulas de Educação Física, considerando a que ao

compor suas práticas, a influência da cultura local, da italianidade produz um processo híbrido na constituição docente.

### **Práticas de escolarização: Educação Física na Giuseppe Garibaldi**

A EGG foi fundada no ano de 1974, a partir das demandas da comunidade local e da iniciativa da Associação de Moradores do Bairro Cristo Redentor na figura de seu representante, Sr. Ernesto Romualdo Rissi. Foi organizada pela associação uma reunião, com a presença do prefeito de Caxias do Sul, Sr. Mario Bernardino Ramos e demais autoridades da área da educação na residência de um morador do Bairro Cristo Redentor (EGG, 1974).

A partir dessa reunião foi definido que a instituição escolar iria funcionar na mesma residência onde foi realizada a reunião, e seria denominada de Giuseppe Garibaldi. O espaço foi dividido em 3 salas de aulas e atendia cerca de 90 alunos em sua totalidade (EGG, 1974). A EGG ficou apenas dois anos nesse local, pois no final do ano de 1976, percebendo a necessidade de ampliação e melhoria dos espaços, é finalizada a construção do novo prédio escolar, conforma Figura 1 a seguir:

**Figura 1: Fachada da Escola Giuseppe Garibaldi (1982)**



Fonte: EGG (1982).

A determinação do nome Giuseppe Garibaldi foi referendada pelo prefeito Mario Bernardino Ramos ao entender que esse fato prestava homenagem aos imigrantes italianos estabelecidos na região. Todavia, ressaltamos que a escola nesse período atendia a diversas correntes étnicas estabelecidas no município, evidenciado no excerto do documento Atas de Resultados Finais (1976), expresso na Figura 2, com o nome de alguns alunos da escola:

Figura 2: Atas de Resultados Finais (1976)

NOME DO ALUNO	
Alexandre Maria Toss	
Carlos Marques da Silva	1
Eloni Macedo da Silva	
Gilceu Camelo	
Gilson Marcos da Silva Furtado	
João Batista Moreira da Rocha	
João Carlos de Abreu	
João Irineu Steffens	2
João Neri Corso de Souza	
Jocelai Antonio Camazzola	3
Kátia Rosane Osmainchi	
Manoel Jesus Ribeiro Filho	

Fonte: EGG (1976)

Podemos evidenciar na Figura 2, conforme numeração, alguns sobrenomes característicos de diferentes etnias. O número (1) representa a etnia portuguesa, o (2) sobrenome característico da etnia alemã e o (3) os de origem italiana. Assim, apesar de a escola localizar-se numa região de origem étnica predominantemente italiana identificamos que a instituição atendia a todas as demandas sociais da comunidade. Isso também fica evidente na narrativa de Jaqueline, ao destacar que

Todos participavam, não tinha esta história de “fulano” não vai, isto é uma coisa boa que sempre teve na minha escola, tipo aquele

aluno que era mais “pobrezinho” ou que era aluno de cor, a gente sempre interagia, todos vão brincar, todos tem direitos, nós não deixávamos ninguém ficar excluído [...] (JAQUELINE, 2017).

Em relação à Educação Física, identificamos a sua presença nos processos de escolarização da EGG em ambos os espaços e tempos. Todavia, tanto no antigo prédio, como nas novas instalações, não foram proporcionados aos alunos espaços físicos adequados as práticas de Educação Física, pois na primeira instalação era oportunizado um pátio de chão batido coberto por britas e no novo prédio um espaço com piso de concreto. Apesar das melhorias do novo espaço, os alunos dividiam as aulas com obstáculos como os pilares de sustentação da estrutura e com a passagem de alunos e professores para o segundo piso da escola (JAQUELINE, 2017).

Além disso, os materiais didáticos disponíveis para as aulas eram compostos basicamente por bolas, cordas, e materiais confeccionados pelas professoras, fatores que limitavam as possibilidades educativas propostas pelas professoras (JACIRA, 2017; JAQUELINE, 2017). De acordo com Souza (2007, p. 165), “[...] os artefatos materiais vinculam concepções pedagógicas, saberes, práticas e dimensões simbólicas do universo educacional constituindo um aspecto significativo da cultura escolar”.

Ressaltamos que, seja pela formação normalista ou pelo magistério, nenhuma das professoras que atuou entre os anos de 1974 a 1985 na EGG possuía conhecimentos específicos sobre a área da Educação Física. Os seus conhecimentos para organizar, planejar e desenvolver essas aulas eram, muitas vezes, oriundos das próprias práticas primárias, de cursos de curta duração, de palestras, de leituras ou de trocas de experiências com professoras de outras escolas. Dessa forma, possuíam o entendimento sobre o funcionamento e andamento das atividades, porém com dificuldades em ajustar o propósito e/ou finalidade adequada para determinada aula.

Conforme Souza (2011), a complementação da formação docente acontecia pela utilização dos livros didáticos, das leituras e

das trocas de experiências entre as professoras de diferentes instituições primárias, para organização, planejamento e desenvolvimento das aulas, a partir dos direcionamentos de ensino da Secretaria de Educação do município. Desse modo, essas práticas tornaram-se comuns entre as professoras primárias, pois, através das orientações pedagógicas recebidas, inventavam e/ou reinventavam suas metodologias de ensino.

A concepção de Jacira sobre as aulas de Educação Física no ensino primário estão relacionados com alguns preceitos mais rígidos definidos pelos princípios tecnicistas de ensino. Podemos compreender esta concepção por meio de um excerto narrativo, onde expressa que

A criança se disciplina, inclusive o próprio silêncio, quando o professor está dando o exercício todo mundo “quietinho”, todo mundo “quietinho”, então ele vai silenciar, interiormente, ele vai silenciar a mente dele e vai prestar atenção nele mesmo, nos “coleguinhas” e nos seus movimentos, então extremamente educativo! (JACIRA, 2017).

Jacira (2017), ainda destaca que a Educação Física fazia parte dos processos educativos e “[...] quando a gente lida com criança a gente precisa também dar muito esse espaço, favorecer para que toda esta energia seja expandida né [...]”. Apesar de apresentar uma rigidez maior em relação as suas práticas, Jacira também compreende a importância das aulas de Educação Física no ensino primário ao proporcionar brincadeiras educativas, que visavam desenvolvimento cognitivo, e de jogos como futebol, voleibol para “expandir” a energia dos alunos.

Já para professora Jaqueline, a Educação Física no ensino primário era entendida como um espaço do brincar, mas também como momento de desenvolvimento social, onde os aspectos físicos e biológicos estavam delegados a um segundo momento da aula. Suas aulas eram compostas ainda por práticas esportivas sem caráter tecnicista, mas também por brincadeiras educativas como

[...] “bola ao túnel”, nunca me esqueço, que tinha que fazer a fila, jogar a bola por baixo, e tinha os cabos de vassoura, amarelinha com giz, giz colorido para eles desenharem no chão e os “guris” sempre queriam jogar futebol, então a gente deixava jogar futebol. Fazer roda cantada, uma coisa que fazia muito com os anos iniciais, ovo choco, essas brincadeiras [...] (JAQUELINE, 2017).

Entretanto, ambas as práticas desenvolvidas nas aulas de Educação Física pelas professoras Jacira e Jaqueline condizem com o que estava previsto na legislação, no entanto, com finalidades opostas às correntes pedagógicas defendidas pelo governo. Na primeira instalação da EGG, de 1974 a 1976, Jacira possuía como suporte para suas aulas, apenas o pátio de brita ou a sala de aula, fatores que restringiram as práticas de Educação Física as brincadeiras livres ou orientadas e aos esportes de forma lúdica, principalmente com futebol para os meninos e voleibol para as meninas.

Num segundo momento, de 1977 a 1985, já nas novas instalações da EGG foi possível identificar práticas que despontam para superar as aulas que pretendiam evoluir apenas os aspectos biológicos, competitivos e de desempenho, ao incluir e valorizar os aspectos cognitivos, afetivos e sociais (DARIDO; RANGEL, 2005). De acordo com o Ministério da Educação e Cultura, a Educação Física no ensino primário “[...] deve atender às necessidades da criança nesta faixa etária, respeitando as suas características de crescimento e desenvolvimento” (BRASIL, 1982, p. 8).

A partir dessas discussões e dos dispositivos legais, a psicomotricidade<sup>4</sup> começa a ser implementada e trabalhada por Jaqueline nas aulas de Educação Física da EGG. Os principais conteúdos desenvolvidos foram: coordenação motora ampla,

---

<sup>4</sup> O conceito de psicomotricidade “[...] refere-se ao movimento da criança com o ato de aprender, com os processos cognitivos, afetivos e psicomotores, ou seja, busca-se garantir a formação integral do aluno” (PELEGRINI, 2008, p. 43-44). Para Bracht (1999), a psicomotricidade busca criar oportunidades e experiências de movimento para garantir a formação integral, ou seja, atender os alunos em suas necessidades de movimento.

coordenação motora fina, percepção espacial, percepção temporal, estruturação corporal, imagem corporal, esquema corporal e a lateralidade.

Desses componentes da psicomotricidade, nota-se que a professora abordava com maior ênfase as coordenações motoras ampla e fina e as práticas voltadas ao esquema corporal. Compreendemos que essas práticas foram direcionadas a esses alunos, por entendê-la como um campo que também possibilita o desenvolvimento dos processos de escolarização em outras disciplinas, favorecendo os aspectos físicos, cognitivos, afetivos-emocionais e também contribuindo para a formação da personalidade (FONSECA, 1988).

Ressaltamos por meio dos indícios pesquisados que a psicomotricidade foi uma prática utilizada por outras professoras primárias da EGG que buscavam novas formas de abordagem em suas aulas. No entanto, não se constituía como uma prática homogênea, pois algumas professoras ainda utilizavam os mesmos planos de aulas de décadas anteriores vinculados ao tecnicismo, ou não realizavam nenhuma proposta de organização das aulas (JACIRA, 2017; JAQUELINE, 2017).

Independente do período temporal, os espaços de sala de aula foram utilizados para os jogos de tabuleiro principalmente nos dias que chovia ou quando fazia muito frio decorrente da falta de infraestrutura física. Além dessas práticas, as brincadeiras eram muito exploradas pelas professoras com intuito de extravasar a energia que as crianças possuíam, facilitando os processos de ensino em outras disciplinas ao deixar essas crianças mais “calmas” (JACIRA, 2017; JAQUELINE, 2017).

A partir do explicitado, percebemos que as professoras primárias da EGG conseguiram articular e colocar em prática os saberes oriundos de sua formação docente, para organizar e desenvolver as aulas de Educação Física. As aulas eram organizadas através de brincadeiras de forma livre ou orientada, pelos esportes de maneira adaptada sem viés tecnicista, pois não haviam espaços e

materiais propícios. Gradativamente outras práticas são inseridas, como, por exemplo, a psicomotricidade e a preocupação das professoras com as questões sociais, culturais e cognitivas dos alunos. Mesmo diante desse impasse, percebe-se um esforço docente para seguir os planos propostos pela legislação, encontrar soluções educativas tanto nos espaços quanto nos materiais para um desenvolvimento satisfatório das aulas de Educação Física.

### **Considerações finais**

Os fatores empíricos indicam que na EGG existiram dificuldades para o desenvolvimento das aulas de Educação Física, seja pela formação generalista e não específica das professoras, pelos espaços físicos restritos ou pelos materiais didáticos escassos. Contudo, cabe ressaltar as iniciativas das professoras Jacira e Jaqueline na busca por soluções educativas aos alunos, o que contribuiu de forma significativa para que estes obtivessem aulas satisfatórias dentro das possibilidades apresentadas.

Alguns fatores merecem destaque após análise, como a inclusão de todos os alunos nas aulas de Educação Física, independente de sua classe social, sua condição econômica, sua origem étnica ou de sua vestimenta. Dessa forma, percebemos que apesar das dificuldades impostas as professoras, seja pelo espaço físico ou pelos materiais didáticos, as práticas de Educação Física aconteciam com a participação de todos alunos, e que os aspectos físicos e biológicos não eram o objetivo principal dos planos de aulas, mas sim o desenvolvimento de laços sociais, de cooperação, do respeito mútuo entre os alunos, culturas escolares que foram lembradas pelas professoras com maior significação.

Destacam-se ainda nos resultados da pesquisa que os princípios da socialização através do trabalho em grupo, da construção e reconstrução dos saberes, tanto por parte da professora quanto dos alunos, a liberdade de diálogo, expressão e de convívio harmônico entre todos os sujeitos escolares, pois se percebe



a preocupação com o outro, com o cuidado do outro. Estes elementos foram rememorados com maior significação por Jacira e por Jaqueline, como uma contribuição desenvolvida no ambiente escolar, que se perpetuou e constituiu culturas para suas vidas na sociedade.

## Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.

BETTI, Mauro. *Educação Física e Sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991.

BRACHT, Valter. Educação Física/Ciências do esporte: que ciência é essa? *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas, v. 14, n. 3, p. 111-118, 1993.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. *Cadernos Cedes*. Campinas, n. 48, p. 69-88, ago. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Física e Desportos. *Diretrizes de implantação e implementação da Educação Física na educação pré-escolar e no ensino de primeira à quarta séries do primeiro grau*. Brasília: MEC/SEED. 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. *Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005.

EGG. *Caderno de Atas de Reuniões com Professores (1974 - 1976)*. Caxias do Sul-RS, Cristo Redentor, 1974.

EGG. *Atas de Resultados Finais Escolas da Rede Municipal de Ensino*. Caxias do Sul-RS, Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1976.

EGG. *Acervo Fotográfico da Biblioteca da Escola Municipal de Ensino Fundamental Giuseppe Garibaldi (1982 – 1989)*. Caxias do Sul-RS, Cristo Redentor, 1982.

FONSECA, Vitor da. *Psicomotricidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

JAQUELINE, Gedoz Vita. *Entrevista oral sobre as práticas de Educação Física e os primeiros tempos da Escola Giuseppe Garibaldi*. Entrevista concedida a Cristian Giacomoni. Caxias do Sul, 31 de mar. de 2017. Entrevista.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes da região colonial italiana do RS - 1875 a 1930*. 2008. 495f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2008.

MENDONÇA, Daniel de. *A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a posição política dos semanários Veja e Isto É*. *ALCEU*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 164-185, jan./jun. 2005.

PELEGRINI, Tiago Boeira. *A Educação Física na perspectiva de uma pedagogia crítica transformadora*. 2008. 59f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós- Graduação em Didática e Metodologia do Ensino Superior, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2008.

SARAIVA, Jacira Koff Saraiva. *Entrevista oral sobre as práticas de Educação Física e os primeiros tempos da Escola Giuseppe Garibaldi*. Entrevista concedida a Cristian Giacomoni. Caxias do Sul, 30 de set. de 2017. Entrevista.

SOUZA, José Edimar de. *Trajetória de professores de classes multisseriadas: memórias do ensino rural em Novo Hamburgo/RS (1940 a 2009)*. 2011. 346f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2011.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar. *Cadernos de História da Educação*. Uberlândia, n. 3, p. 109-119, jan./dez. 2004.



## **A conquista do Paranhana: migrações e ensino de história regional**

*Doris Rejane Fernandes*<sup>1</sup>

*Lidiane Lima Schoenardie*<sup>2</sup>

A criação e o desenvolvimento de um jogo eletrônico foram e continuam sendo um desafio para os componentes da equipe formada por alunos de cinco cursos, História, Jogos Digitais, Design, Publicidade e Propaganda e Tecnologias da Informação, assessorados por três professores. O desafio iniciou em 2017 e lentamente foi trazendo resultados satisfatórios quanto à metodologia ativa e a ação comunitária (extensão) junto à rede de ensino da área de abrangência das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

A Conquista do Paranhana é um jogo eletrônico no formato RPG (*Rolling Player Games*). A narrativa se faz com a história do Vale do Paranhana<sup>3</sup> no século XIX. Esse espaço é compreendido como uma fronteira em construção<sup>4</sup> e como tal, formado por duas frentes, a de expansão<sup>5</sup> e a pioneira. A construção da fronteira com a frente

---

<sup>1</sup> Professora do curso de História das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. Taquara/RS, Brasil. Coordenadora do projeto A Conquista do Paranhana, associada do Instituto Histórico de São Leopoldo.

<sup>2</sup> Bolsista do curso de História das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. Taquara/RS, Brasil.

<sup>3</sup> O Vale do Paranhana é formado pelos municípios de Taquara, Rolante, Riozinho, Três Coroas, Igrejinha e Parobé.

<sup>4</sup> MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC/USP, 1997.

<sup>5</sup> A frente de expansão ocorre com a ocupação do espaço por portugueses durante os séculos XVII e XVIII, produzindo através do extrativismo madeiras e lenhas para abastecer Porto Alegre. Nesse espaço

pioneira ocorreu com a colonização estrangeira (descendentes de alemães, de franceses, de açorianos e de italianos) durante o século XIX.



Esse artigo se propõe a apresentar uma temática em história regional através de um jogo eletrônico. Inicialmente apresentamos o embasamento teórico e histórico da narrativa em história regional. A seguir descreveremos o jogo para completar com algumas das considerações parciais.

## **A representação**

A representação e a narrativa fazem parte da criação de um jogo digital e/ou eletrônico. Ambas fazem parte dos debates históricos da metodologia histórica. O jogo também implica em leitura, interpretação e tomada de decisão. O que se lê são a imagem e as situações que se apresentam ao jogador. Um jogo eletrônico emprega tanto a representação quanto a narrativa de forma lúdica. Empregamos o conceito abrangente de jogo de Schuytema<sup>6</sup>

---

encontram-se latifúndios, as fazendas como a do Mundo Novo, da Conceição do Funil, Fialho, da Santa Cruz entre outras. (MAGALHÃES, 2003).

<sup>6</sup>Empregamos em nossas publicações sempre o mesmo conceito de Suytema por considerá-lo o mais adequado a esse estudo.

Um game é uma atividade lúdica composta por uma série de ações e decisões, limitado por regras e pelo universo do game, que resultam em uma condição final. As regras e o universo do game são apresentados por meios eletrônicos e controlados por um programa digital. As regras e o universo do game existem para proporcionar uma estrutura e um contexto para as ações de um jogador. As regras também existem para criar situações interessantes com o objetivo de desafiar e se contrapor ao jogador. As ações do jogador, suas decisões, escolhas e oportunidades, na verdade, sua jornada, tudo isso compõe a “alma do game”. A riqueza do contexto, o desafio, a emoção e a diversão da jornada de um jogador, e não simplesmente a obtenção da condição final, é que determinam o sucesso do game (SCHUYTEMA, 2017, p.7).

Schuytema descreve, conceituando, jogo através das palavras lúdico, ações, decisões, regras, desafio, jornada, sucesso. Esses destaques contribuem para fazermos um link com representação em história. O jogo além de permitir uma aula lúdica trabalha com história. A narrativa e as possibilidades do jogo nos remetem a Roger Chartier que vê na representação o “[...] estudo dos processos com os quais se constrói o sentido.” (CHARTIER, 1990, p. 27). No jogo a vivência de situações da narrativa histórica baseada na história do século XIX, no Vale do Paranhana não deixa de ser um processo de construção de sentidos. Como a narrativa e as possibilidades apresentadas o jogador/aluno vai construindo significados que possibilitam a compreensão das variadas situações culturais. Chartier conceitua cultura nas quais empregamos sua segunda definição: “[...] enquanto práticas comuns, “sem qualidades”, que exprimem a maneira pela qual uma comunidade produz sentido, vive e pensa sua relação com o mundo” (CHARTIER, 1999, p. 8-9).

A narrativa empregada e embasada na história regional do Vale do Paranhana não apresenta apenas aspectos políticos e econômicos, mas principalmente aspectos culturais, onde há práticas de formas materiais e habituais. Como Chartier, as práticas e suas propriedades passam a constituir parte integrante da

realidade do jogador. Ao jogar, se faz necessário a leitura do espaço, das possibilidades e das suas consequências. Como por exemplo, o tempo de duração do cultivo de milho, das adversidades que terá de enfrentar e quais as alternativas para o enfrentamento. CARVALHO (2005, p. 152) aponta para o fato de que a representação não se opõe ao real. Recria uma situação de dois séculos passados. A representação da realidade do século XIX apresentada no game exige leitura e interpretação.

O leitor, que no caso do game é o jogador, refigura sua própria existência/compreensão/entendimento diante das situações vivenciadas e limitadas pelo tipo de vida e possibilidades do século XIX. A representação que gera uma simulação da realidade de dois séculos passados também permite a percepção do ser naquele contexto. Nesse aspecto temos uma história dos usos e das interpretações seguindo Chartier. Ao optar por alternativas diferentes, o leitor/jogador pode perceber desvios e pertencas culturais.

[...] outros princípios de diferenciação, igualmente sociais, podiam dar conta com maior pertinência, dos desvios culturais. Assim sendo, as pertencas sexuais ou geracionais, as adesões religiosas, as tradições educativas, as solidariedades territoriais, os hábitos de ofício (CHARTIER, 1991, p. 181).

Há vivência das técnicas de cultivo, de sociabilidades e de associativismo, característicos da vida regional, da vida na área colonial no Rio Grande do Sul. CHARTIER (1991) escreve *“É preciso considerar também que a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, espaços, hábitos.”* O espaço formador do mapa do game vai sendo composto gradativamente: o moinho, a venda, a praça, a igreja, o cemitério, a escola. A igreja construída pela comunidade faz a inauguração com uma festa, o kirchswEIFest, que é revivida anualmente através do kerb.



Avançando na reflexão, Paul Ricceur utiliza a palavra representância para caracterizar o que denomina de ‘representação historiadora’.

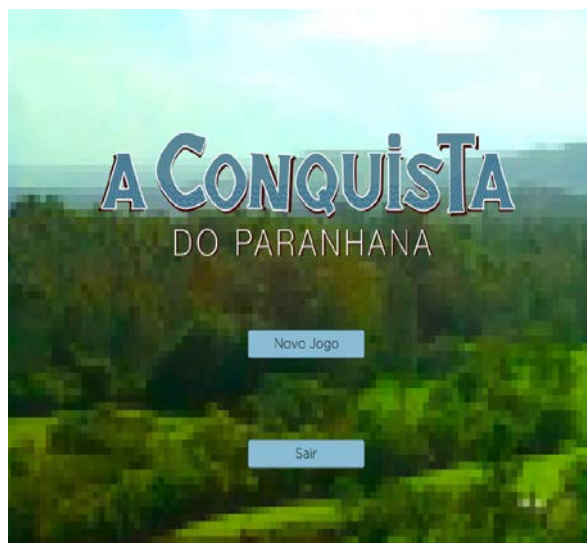
A palavra “representância” condensa em si todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas ao que também é chamado de intenção ou intencionalidade historiadora: designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos (RICCEUR, 2007, p. 289.).

A representância de Ricceur aplicada ao *game* e à História gera uma expectativa de construção do conhecimento, da diversidade de sentidos, dos resultados das ações e do mundo colonial (rural) do século XIX. Ocorre a reconstrução do passado dos acontecimentos e a aplicação das possibilidades do jogo geram uma percepção que ultrapassa a compreensão de uma leitura ou de uma fala diferenciada. Merleau-Ponty em seus estudos sobre a percepção, descreve as possibilidades de compreensão a partir da vivência. Empregando essas ideias ao universo do aluno da educação básica, ensino fundamental, verificamos que o aluno consegue se apropriar dessa história de seu passado.

Jean Piaget defende a aprendizagem por sucessivos estágios que vão do operatório concreto ao abstrato. Novamente, o jogo A Conquista do Paranhana vai ao encontro das práticas pedagógicas sendo uma ferramenta útil e lúdica.

A linguagem se desenvolve com o transcorrer das ações e vivências que o jogo permite. O jogador, mesmo com as limitações eletrônicas baseadas no viver no século XIX, adquire conhecimentos e percepções que poderá externar e utilizar em História. Para Vigotsky (2001) a formação de conceitos é um processo de síntese e através de outras funções psicológicas elementares constroem combinações novas e conseqüentemente vai amadurecendo funções psicológicas superiores, onde a palavra será o elo comunicante.

A ferramenta A Conquista do Paranhana é resultado de um trabalho interdisciplinar para facilitar e chegar mais próximo da realidade dos alunos e a suas linguagens. São jovens que nasceram nesse mundo da tecnologia, da imagem e do lúdico. A história traz ao presente a vida no século XIX.



## A História Regional

A narrativa de A Conquista do Paranhana parte da história regional, onde alguns esclarecimentos necessitam ser apresentados quanto ao entendimento da mesma.

A abordagem de história regional empregada na criação do *game* entende que: 1) esse espaço faz parte da fronteira do RS; 2) a ocupação desse espaço nesse período se fez através de frentes: a frente de expansão e a pioneira<sup>7</sup>; 3) a ocupação é uma construção da

---

<sup>7</sup> MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC/USP, 1997.

fronteira<sup>8</sup>. O jogo além de estar ambientado na segunda metade do século XIX, recria a vida da frente pioneira. Essa frente caracteriza-se pelo projeto imperial de ocupação da terra através da pequena propriedade, da mão de obra livre familiar e da policultura. O mesmo está no processo de construção da liberdade dos escravos e da modernização do trabalho no Brasil. O jogo terá missões nas duas frentes para caracterizar os momentos de construção da fronteira sulina. A primeira missão inicia com a frente pioneira, pois parte do ponto histórico mais próximo do conhecimento dos alunos/*players*. Com o desenvolver das missões, chegada ao loteamento, construção da igreja, constituição da família, produção agropecuária e intempéries, caminhos e sociabilidades, chegaremos ao momento da fazenda, que constitui a frente de expansão, onde os conflitos estarão presentes entre nativos e povoadores, portugueses e espanhóis.

A opção pela frente pioneira se fez com suporte em Piaget, pois esse recorte temporal é anunciado, revivido e lembrado no dia a dia. Esse passado tem sido retratado com estereótipos reforçando a necessidade de retomá-lo. É um passado relativamente próximo do aluno pelas conversas de familiares, das festas locais e dos momentos culturais. É o mais concreto do universo abstrato da história.

Enquanto o aluno joga, divertindo-se e mantendo atenção trabalhamos com conceitos como fronteira, colonização, escravidão, policultura, trabalho familiar e livre, meio ambiente, intempéries, produção, cooperação, associativismo e transporte fluvial e de tropeiros. Os conflitos entre colonos e indígenas, como confronto de culturas diferentes é parte integrante da missão seguinte. Pós jogo ou antes do mesmo, o professor trabalha esses conceitos para caracterizar a colonização do vale do Paranhana.

---

<sup>8</sup>MAGALHÃES, Doris Rejane Fernandes. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos*. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

## A Conquista do Paranhana

Destinado para crianças a partir de nove anos de idade, estudantes das redes escolares pública e privada das cidades do Vale do Paranhana, o *game* “A Conquista do Paranhana” está em seu terceiro ano de execução e possui no momento três missões: a chegada do colono, a construção da igreja, o kerb, a família e o trabalho. Em cada missão, os aspectos cotidianos da vida colonial são apresentados como parte do desafio. A locomoção e a interação do sujeito da ação acontecem por meio do teclado, sendo as setas direcionais responsáveis pelo deslocamento pelo ambiente, a tecla *shift* para acessar o diário de anotações, a tecla M para ver o mapa do vilarejo, a tecla *Tab* para consultar o inventário e a barra de espaço para ler as placas de informações e conversar com as demais pessoas presentes na colônia.

Na primeira fase, que já está concluída, o jogador identifica seu avatar colocando seu nome e escolhendo um dos sobrenomes teutos disponibilizados dentre os que se estabeleceram na região. O jogo inicia com o personagem chegando às margens do Rio dos Sinos e desembarcando em Santa Maria do Mundo Novo, para ocupar um lote de terra e desenvolver seu sustento. Neste primeiro momento, o propósito do aluno/jogador é conduzir seu personagem pelo ambiente local, interagir com outros colonos e realizar tarefas para concluir com êxito esta primeira missão. Inicialmente, a protagonista precisa – no contato com os figurantes da colônia – adquirir ferramentas, insumos e materiais para cumprir seu labor diário. Dentre os objetos que devem ser adicionados ao seu inventário estão um machado, uma enxada, madeira, anotações com medidas para construir um galinheiro, roupas velhas para um espantalho, sementes de milho para plantar e palha. No momento em que obtém tais utensílios e cultiva suas sementes, estando seus pedúnculos de milho crescidos, a colheita é feita e os sabugos são levados ao moinho onde serão transformados em farinha, a qual será comercializada na Casa de Pedra, residência de Tristão

Monteiro e comércio local. Com essas atribuições cumpridas, está finalizada a primeira etapa do desafio.

A segunda missão, que também está concluída e em fase de testes, corresponde à construção da igreja da vila e do casamento do colono com uma moça também residente em Santa Maria do Mundo Novo. A dinâmica deste segundo estágio é a mesma do primeiro, pois o jogador deve comunicar-se com os personagens locais e adquirir ferramentas que o auxiliarão no processo de construção da igreja, podendo obter informações com o construtor responsável ou materiais com o ferreiro e o marceneiro. Após concluída a construção da igreja, o avatar conhece uma moça e recebe permissão do pai dela para casarem-se, o que nos remete à terceira fase ainda em elaboração que contará com uma festa Kerb de inauguração da nova Casa de Deus e outras tarefas a serem cumpridas por nosso colono.



Mapa da primeira fase ou missão



Mapa da segunda fase ou missão.

Observando os dois mapas, podemos perceber que de um ciclo para o outro há alteração no centro dos mesmos. Na segunda etapa, aumentam os caminhos (trilhas em marrom) e aparecem na parte centro-esquerda os alicerces onde o *gamer* deverá ajudar a construir a igreja.

Ao que concerne a atuação prática de desenvolvimento, pesquisa e testagem do jogo, o suporte disponibilizado pelo curso de

História das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) efetua-se por meio de informações e pesquisas históricas para o aperfeiçoamento e a verossimilhança do jogo, a confecção de manuais para professores e alunos no intuito de que nossos participantes tenham um conhecimento prévio das teclas utilizadas para jogar e também para que os docentes se informassem sobre a dinâmica do mesmo e o auxílio na experimentação e avaliação do jogo pelos estudantes. Devido o avanço das tecnologias e a inserção cada vez mais precoce de nossas crianças neste mundo digital, é imprescindível que o ambiente escolar também se aproprie destes recursos pedagógicos que envolvem os jogos digitais, que, apesar de menos popular quanto deveriam, não são mais considerados supérfluos no ensino-aprendizagem vindo a contribuir em várias áreas do aprendizado, principalmente nas aulas de História.

Em 2018, com o propósito de testar a missão desenvolvida, recebemos no Laboratório de Jogos Digitais da FACCAT, entre setembro e outubro, cerca de 200 crianças na faixa etária dos nove aos onze anos de turmas de quarto a sexto anos de escolas privadas e públicas das cidades de Parobé e Taquara, no Rio Grande do Sul. Durante o ano vigente de 2019, estenderemos os convites de testagem e avaliação aos demais municípios do Vale do Paranhana, que compreendem, além de Parobé e Taquara, também Igrejinha, Três Coroas, Rolante e Riozinho, contemplando discentes das redes de ensino particulares e públicas estaduais e municipais.

## **Considerações**

A Conquista do Paranhana é uma ferramenta que se enquadra na metodologia ativa e como uma atividade de extensão comunitária. A reação e o desejo de alunos, professores e escolas com a participação e emprego da ferramenta em sala de aula é gratificante, pois revela a aceitação na comunidade de seu valor. Os alunos desenvolvem autonomia e assumem posicionamentos ao opinar sobre o jogo. As contribuições são valiosas e adotadas na

narrativa do game. Enquanto isso, conceitos históricos são trabalhados através da representação de um período histórico distante do aluno. O jogo permite a percepção, a interpretação, a compreensão da história a partir da tomada de decisões e suas consequências/resultados.

O projeto continua a ser desenvolvido e a desafiar seus participantes. O ensino de história tem uma possibilidade de usar a linguagem das gerações mais jovens, trabalhando com leitura, com ludicidade, com autonomia e tomada de decisão.

## Referências

- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, Maringá, v.9, n 1, p. 143-165, 2005. <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/viewFile/41423/21739> . Acesso em 15/11/2018.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, v. 5, n 11, São Paulo, Jan/Abr. 1991. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>. Acesso em 30/03/2019.
- GONÇALVES, Sergio Henrique Torres; WERNER, Claudete. *Conceitos e Desenvolvimento de Jogos Digitais educativos*. Web.unipar.br/~seinpar.br/yc/publicação/Sergio\_Henrique\_Torres\_Goncalves.pdf. Acesso em 27/05/2017.
- MAGALHÃES, Doris Rejane Fernandes. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos*. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC/USP, 1997.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SCHUYTEMA, Paul. *Design de Games*. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SHELDON, Lee. *Desenvolvimento de personagens e de narrativas para games*. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



**Representação e cotidiano:  
ilustrações do espaço geográfico e social do Rio  
Grande do Sul nas cartilhas teuto-brasileiras  
produzidas pela Editora Rotermund (1927-1933)**

*Elias Kruger Albrecht*<sup>1</sup>

Este estudo é um recorte da minha dissertação<sup>2</sup> e decorre da análise de representações ilustrativas do cotidiano que remetem ao espaço geográfico e social do Rio Grande do Sul nas cartilhas escolares *Fibel für Deutsche Schulen in Brasilien* (Cartilha para as escolas alemãs no Brasil) e *Mein Rechenbuch*, (Meu livro de cálculo) produzidas entre 1927-1933 pela editora Rotermund<sup>3</sup>, vinculada ao Sínodo Rio-Grandense. Elaboradas em língua alemã, estas cartilhas tinham ampla circulação entre as escolas comunitárias étnicas alemãs localizadas no sul do Brasil, principalmente entre os educandários vinculados às igrejas luteranas<sup>4</sup> que segundo

---

<sup>1</sup> Graduado em História licenciatura e Mestre em História da Educação pela Universidade Federal de Pelotas/ UFEel, Pelotas, Brasil.

<sup>2</sup> Intitulada: *Cartilhas em língua alemã produzidas pelos sínodos luteranos no Rio Grande do Sul: usos e Memórias (1923-1945)*. A pesquisa teve como motivação investigar o uso de ilustrações em cartilhas alemãs usadas na alfabetização em escolas sinodais luteranas na região meridional do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Fundada em 1877, em São Leopoldo/RS, pelo Pastor Dr. Wilhelm Rotermund (1843-1925), para saber mais sobre ver Dreher (2014).

<sup>4</sup> No contexto foram atuantes três tipos de Luteranismo:

\*Sínodo de Missouri, atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Para aprofundar o assunto ver: Rehfeldt (2003).

\*Sínodo Rio-Grandense, atual Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Para aprofundar no assunto ver: Dreher (1984).

Weiduschadt (2007), ressaltavam a fé e o cotidiano em seus ensinamentos.

O currículo dessas escolas, segundo Buss (2005, p. 51) era elaborado em função das necessidades da sociedade, assim, na zona rural, o objetivo principal era ensinar o jovem a ler, escrever, fazer contas para poder gerenciar a sua propriedade rural e comercializar as suas colheitas, além de dar-lhe um bom fundamento na doutrina crista. Desta maneira, as cartilhas estavam alicerçadas em espaços do cotidiano dos educandos e visava, segundo Kreutz (1994), tanto o aspecto social e religioso, quanto às orientações das formas de se organizar as relações do trabalho. O que implicava em um cuidado especial na elaboração de cartilhas que contemplassem a realidade local e regional dos imigrantes alemães, proporcionando um material didático, editado em alemão, direcionado para as séries iniciais das escolas sinodais, que buscava integrar ensino e religiosidade (WEIDUSCHADT, 2007). Assim, o currículo dessas escolas possibilitavam a aproximação entre a igreja e a escolarização.

Como estas cartilhas apresentam aspectos étnicos e culturais do público a qual era destinado, entendeu-se tratar de uma construção (WOODWARD, 2014), em que a ilustração tem uma relação entre o representante e o representado. Para tanto, buscou-se em Pesavento (2005), respaldo para pensar as relações entre estas imagens e seus usos nas cartilhas, que não podem ser compreendidas sem considerar as relações sociais e o contexto coabitado pelos teuto-brasileiros.

Segundo, Bacelar (2008) o documento é antes de mais nada uma representação da sociedade em que foi forjado. Com isso, o autor chama a atenção para a importância de contextualizar o documento a ser analisado. Ainda nessa mesma perspectiva, Joly (2006) complementa que por trás de toda imagem existe uma intencionalidade que precisa ser levada em consideração. E como

---

\*Igrejas independentes, Instituições religiosas que atuam de forma autônoma sem vinculação a nem um sínodo. Para aprofundar no assunto ver: Teichmann (1996).

produtos de um universo cultural, Choppin (2002) chama a atenção para a necessidade de observar as funções sociais empenhados no uso didático das ilustrações em cartilhas escolares.

Após essa primeira aproximação com o contexto da pesquisa, buscar-se-á a seguir realizar uma discussão teórica-metodológica com o campo no qual o estudo está inserido. Para assim tecer algumas considerações sobre o uso das ilustrações relacionadas com espaço geográfico e social do Rio Grande do Sul nas cartilhas em língua alemã, *Fibel für Deutsche Schulen in Brasilien* e *Mein Rechenbuch* e pensá-las como instrumentos de conhecimento mediado.

### **Algumas reflexões sobre o campo teórico-metodológico da pesquisa**

Nas últimas décadas, as pesquisas realizadas no campo dos estudos da História da Educação têm-se afastado “[...] da documentação oficial como diretrizes e legislação, dedicando-se a conhecer e compreender o contexto escolar em suas especificidades levando em consideração os diferentes usos e práticas culturais operadas por intermédio da escola” (ALBRECHT; WEIDUSCHADT, 2018, p. 1038). Dedicando-se desta maneira a conhecer as instituições escolares como um todo, passando a privilegiar os mais diversos aparatos didáticos e curriculares, bem como o contexto escolar envolvido, na qual as cartilhas escolares vêm mostrando-se importantes fontes de pesquisa para compreender os diferentes processos de ensino e aprendizagem operadas por intermédio da escola.

Segundo Choppin (2002), as cartilhas carregam as marcas da sociedade que as produziram, nelas é possível observar as ações do governo, a influência da Igreja e da própria sociedade civil. Estes manuais refletem assim, as condições sociais, culturais e temporais específicas, cabe a elas segundo Vieira (2017, p. 17), “[...] a transmissão de uma memória coletiva capaz de conferir identidade

comum a um determinado grupo”. Desta maneira, serviram como instrumento de uso didático e de disseminação e manipulação de ideias políticas, religiosas e sociais, permitindo assim, compreender os diferentes estágios da história da educação no Brasil.

O manual escolar participa do universo cultural e, portanto, constitui-se como um testemunho escrito. Desta maneira ao ter como principal fonte desse trabalho, cartilhas teuto-brasileiras produzidas em língua alemã, é preciso compreender as relações sociais envolvidas nesse contexto, para assim poder perceber o quanto estes manuais reproduzem e tencionam as questões de sociabilidade e identitárias do público alvo. É nessa perspectiva que Bacellar (2008), enfatiza que o conteúdo de um documento não deve ser naturalizado, mas sim, questionado. Para o autor, o historiador precisa levar em consideração o contexto em que a fonte foi produzida, pois sobre o seu conteúdo estão refletidas as estruturas sociais de uma época.

Além disso, Joly (2006), salienta que a mensagem visual tem como objetivo estabelecer uma relação entre o homem e o mundo. Corroborando, assim, a Pesavento (2005), ao afirmar que as representações configuram-se, frente ao leitor, como instrumentos de conhecimento mediado. Para a autora as representações construídas sobre o mundo tem como objetivo fazer com que os homens “[...] percebam a realidade e pautem nelas a sua existência” (PESAVENTO, 2005, p. 39). Ou seja, a imagem tem uma função de reconhecimento e legitimação de conteúdos pré-estabelecidos.

Desta maneira, segundo Joly (2006), para toda análise de imagem cabe estabelecer um significado e uma significação, de modo a perceber quais as ideias expressadas por trás daquela representação. Para a autora a imagem é, antes de qualquer coisa, algo que se assemelha a alguma coisa, o que a coloca de imediato na categoria de representação e tem como função de provocar a ilusão da realidade. Assim complementa que,

se essas representações são compreendidas por outras pessoas além das que as fabricaram, é porque existe entre eles um mínimo de convenção sociocultural, em outras palavras elas devem boa parcela de sua significação a seu aspecto de símbolo [...] (JOLY, 2006, p. 40).

Como instrumento transmissor de determinada mensagem, ela precisa de alguém que a perceba e a reproduza e de alguém que a reconheça e a ressignifique. Dessa maneira, ao estudar a representação visual dentro dos materiais didáticos, é necessário estar atento aos valores simbólicos das ilustrações, pois estão carregadas de sentidos, oferecendo, assim, importantes indícios, ou sinais, que podem ser interpretados de acordo com a mentalidade de uma determinada época ou cultura.

A ilustração ao ser percebida como representação de algo, ela atua simbolicamente classificando as relações sociais estabelecidas, pois conforme Woodward (2014) a cultura molda a identidade a partir das condições sociais e materiais oferecidas. Tal perspectiva se justifica em Silva (2014), ao afirmar que, como sujeitos ativos dentro de uma sociedade, as pessoas constroem sua identidade e a diferença no contexto das relações culturais e sociais, e também por sistemas de interdependências (BARTH, 2001).

Cabe, assim, destacar a importância do olhar sobre o corpus social onde essas cartilhas circularam, conforme alerta Bacellar (2008) ao afirmar que nenhum documento deve ser entendido como verdade sem antes passar pelo olhar crítico e a correta contextualização.

As ilustrações relacionadas com espaço geográfico e social do Rio Grande do Sul na *Fibel für Deutsche Schulen in Brasilien* e na *Mein Rechenbuch*, carregam consigo uma intenção autoral que pode ir além do simples auxílio na aprendizagem. Pois, conforme Belmiro (2008) as ilustrações em cartilhas escolares são carregadas de histórias, sentimentos e ideologias e possuem um cunho social de direcionar o olhar da criança para certos aspectos da vida em sociedade.

Com base nessas colocações, objetiva-se a seguir, trazer alguns apontamentos sobre a relação dos discursos ilustrativos das cartilhas com o contexto social ao qual eram destinadas, principalmente a representação do espaço rural, social e geográfico do Rio Grande do Sul.

### **Cultura e geografia: o uso da ilustração na construção da identidade teuto-brasileira.**

Conforme o enunciado deste trabalho a *Fibel für Deutsche Schulen in Brasilien* e a *Mein Rechenbuch* são duas cartilhas em língua alemã utilizadas na alfabetização e iniciação a leitura de crianças teuto-brasileiras, que tinham no uso de ilustrações do cotidiano destes sujeitos uma ferramenta de ensino e aprendizagem. Nelas a linguagem visual se apresenta como um importante auxiliar na problematização e contextualização da temática trabalhada em sala de aula, bem como tem um grande poder de convencimento e de reconhecimento do espaço social e geográfico. É por esse viés de reconhecimento que Belmiro (2008) enfatiza que, no período inicial da alfabetização, o uso da imagem é relevante, sendo que ela age sobre a imaginação da criança, preenchendo espaços vazios a partir de representações conhecidas, tornando-se, assim, uma ponte entre a escrita e a leitura.

Ao enfatizar a percepção da relação da imagem, com o contexto social para o qual as cartilhas eram destinadas, se dá ao fato de observar que suas representações ilustram uma extensão do que se entende como sendo o cotidiano das comunidades rurais teuto-brasileiras. Desta maneira realça-se também a percepção de alguns dos autores supracitados, cuja os estudos dedicam-se a temática educacional teuto-brasileira, e se referem a um currículo adaptado à realidade do aluno.



Figura 1- A menina pastoreando o gado  
Fonte: Fibel, p.31

Um dos primeiros indícios de que o espaço geográfico habitado pelos sujeitos para os quais as cartilhas eram destinadas está subentendido nos prefácios. Conforme segue a cartilha *Mein Rechenbuch* ao afirmar que suas atividades “levam em consideração, especialmente a escola da colônia de uma classe e buscam abranger as suas tarefas (NAST e TOCHTROP, 1933, pf.). Reforça, também, que as condições locais determinaram as escolhas dos autores que optaram em não trazer apenas mais um livro de cálculo e sim contemplar a necessidade de um livro de ensino da matemática que levasse em consideração as demandas mais intensas e diversas que a vida exige no cotidiano rural. Já na *Fibel für Deutsche Schulen in Brasilien*, o espaço abrangido pela cartilha fica velado nas palavras do autor ao defender a necessidade de sua produção, ao afirmar que “nas remotas colônias em matas virgens pouco ou nada é ensinado [...] a juventude alemã brasileira (HEUER, 1927, pf.). Além de enfatizar que o professor deveria primar por atividades que condiziam com as vivências diárias dos sujeitos alfabetizados com o suporte da cartilha. As duas frases prefaciadas corroboram, assim com as afirmativas de que existia uma produção didática pensada especialmente para um contexto étnico, social e rural com objetivo de integrar esses sujeitos a esses espaços, por eles habitados.

Em consonância com tais afirmativas suas ilustrações subtemem que os autores e ilustradores das referidas cartilhas

utilizavam como referência o espaço geográfico e social do Rio Grande do Sul. Conforme observa-se na Figura 01, cuja a representação é bastante familiar com a realidade dos teuto-brasileiros que viviam no meio rural do sul do Brasil. Para Joly (2006) é justamente esse o papel da linguagem visual, fazer com que o homem se perceba e se relacione com o mundo em sua volta. Assim, de uma forma lúdica, a criança também estava sendo preparada para as atividades diárias no campo, aprendendo aquilo que é necessário saber para viver em ambiente rural.

A perspectiva da imagem (Figura 1) indica uma representação de elementos do cotidiano das comunidades teuto-brasileiras da região Sul do Brasil. A ilustração traz uma representação com as características do bioma do Rio Grande do Sul, como vegetação rasteira e também figueiras, coqueiros e araucárias. É perceptível que há uma valorização e um cuidado em representar elementos que integram o espaço geográfico do sul do país. Além disso, a Figura 01 reproduz uma atividade típica, desenvolvida nos campos sulinos no início do século XX, que era pastorear o gado, mas é perceptível que foi tomado o cuidado de representar elementos ideológicos e culturais, expressos nas vestimentas da menina que está ilustrada pastoreando o gado, usando um chapéu com uma pena, além do vestido xadrez com uma blusa meia manga. Consideradas vestimentas típicas da cultura germânica, oriunda principalmente de regiões do reino da Baviera<sup>5</sup> e culturalmente reproduzidas aqui no Brasil (ALBANI, 2014).

Pode-se inferir assim, que a proposta da cartilha *Fibel für Deutsche Schulen in Brasilien* era trabalhar o regionalismo apresentando costumes, tradições e reproduzindo o espaço geográfico do contexto local, por intermédio de representações que podiam ser facilmente reconhecidas pelas crianças. Ao mesmo tempo em que mantinham presentes características culturais germânicas, conforme manifesto também na Figura 02, a cartilha

---

<sup>5</sup> O Reino da Baviera foi um estado germânico que existiu entre 1805 e 1918, atualmente é um estado alemão cuja capital é Monique.



buscava trabalhar, também, por intermédio das representações ilustrativas uma relação étnica, cultural e social integrando cultura germânica e cultura regional.

Os elementos representados na ilustração da Figura 02 fazem menção à cultura regional, étnica e social do Rio Grande do Sul. A ilustração traz uma representação da relação entre duas culturas distintas que coabitam o mesmo espaço. Com isso pode-se observar, conforme Barth (2001), que as interações sociais não necessariamente levam ao desaparecimento de uma cultura, por mais que o sujeito integre comportamentos, costumes, hábitos e outros elementos de culturas distintas, conforme mostra a representação, em que a figura do alemão está usando um pala, vestimenta tipicamente associada a cultura do Sul do Brasil. O que para Barth (2001) trata-se de uma adaptação ao espaço socializado, o que não se reflete necessariamente na orientação cultural.



Figura 2- O encontro cultural  
Fonte: cartilha Fibel p. 03

Além disso, é visível que as ilustrações buscam mostrar uma relação amigável entre diferentes culturas, conforme pode ser observado na Figura 03, em que a representação dá a entender certo diálogo entre o gaúcho devidamente pilchado, com o seu cavalo encilhado ao lado e o alemão também devidamente caracterizado com um traje típico da cultura germânica, porém servindo um chimarrão que traz a ideia de que as culturas são passíveis de

transformação, sendo que as imagens (Figura 02 e 03) representam também uma ressignificação e uma incorporação de hábitos culturais por parte do alemão. É nesse sentido que Woodward (2014) afirma que a identidade é culturalmente construída pelas representações sobre o passado e as relações sociais nas quais se vive no momento. Ou seja, o sujeito não necessariamente abre mão de uma cultura em detrimento da outra, mas sim constroi adaptações e formas de convivência com o destino.



**Figura 1-** O gaúcho e o alemão

*Fonte:* Fibel, p. 62

A Figura 03 traz ainda a representação da mulher alemã que está colhendo uvas, fruta bastante cultivada no sul do país, apresentando, também, a casa construída em estilo “enxaimel”, composto por paredes montadas com hastes de madeira interlaçadas e preenchidas com barro ou tijolo e telhado inclinado. Trata-se, segundo Weimer (2005), de uma adaptação do modo de construir germânico ao clima local, como o uso da base de pedra para sustentar a construção e evitar a umidade, conforme pode ser observado na Figura 02.

Assim, a arquitetura das casas e a vestimenta da mulher e do senhor que está sentado reforçam as formas de construir e de vestir da cultura germânica que se quer representar. Para Joly (2006), a estratégia do uso da imagem está justamente no valor simbólico que ela representa frente a uma sociedade. Várias representações da

*Fibel für Deutsche Schulen in Brasilien* propõem-se a mostrar manifestações culturais étnicas e regionais, que foram utilizadas como suportes para o ensino, criando elementos socializadores para um ensino multicultural, colocando em um mesmo espaço a herança cultural e o espaço social de vivência das comunidades alemãs e pomeranas<sup>6</sup>. Conforme pode-se observar na Figura 04, em que o alemão está aprendendo as técnicas da montaria com o gaúcho, ambos tipicamente caracterizados por suas vestimentas.



Figura 4- Aprendendo a montar em cavalo  
Fonte: Fibel, p. 33

As representações étnicas e regionais são fatores socialmente relevantes e propícios para diagnosticar a pertença. Para Barth (2001) a partir do momento em que os sujeitos usam identidades étnicas para categorizar a si mesmo e aos outros, com o objetivo de interação, estão formando grupos étnicos no sentido organizacional por semelhanças e diferenças culturais. O autor aponta que o conteúdo cultural étnico, nesse caso, se dá de duas formas, uma por sinais manifestos, como vestuário, língua, moradia e estilo de vida e outra por orientação de valores, como padrões de moralidade e de reconhecimento de princípios igualitários considerados relevantes

---

<sup>6</sup> Nome dado aos imigrantes que vieram ao Brasil da antiga Pomerânia, que se situava nas costas do mar Báltico, território atualmente incorporado pela Alemanha e Polônia. Hoje a sua cultura praticamente está extinta naquela região mantendo-se viva entre algumas comunidades no Brasil que ainda preservam o dialeto e algumas práticas culturais e religiosas. Para saber mais sobre, ver: Schaffer (2012).

para aquela identidade. Logo, são categorias perceptíveis nas representações da *Fibel für Deutsche Schulen in Brasilien*.

É possível observar que os hábitos culturais estão representados nos elementos humanos. Homens e mulheres estão representados com o recato e a simbologia das vestimentas germânicas ou com trajes regionais, com sujeitos pilchados e outras particularidades voltadas à cultura gaúcha como chimarrão, o rodeio, o jogo de bocha e o andar a cavalo. Além disso, o elemento regional também é perceptível na representação do relevo que oscila entre pequenas colinas e grande planícies. A fauna regional está representada principalmente nos marrecos silvestres, além dos animais domésticos como bois e ovelhas que, apesar de serem encontrados em outros lugares do país e do mundo, estão relacionados diretamente com a identidade rural do Rio Grande do Sul. Além desses elementos, tem-se também a representação de plantas que integra a flora do sul do Brasil, como figueiras, coqueiros, araucárias e flores, com destaque ao brinco de princesa, que é considerado hoje a flor símbolo do Rio Grande do Sul (ALBRECHT, 2017).

Todos os elementos supracitados integram o campo da representação visual da *Fibel für Deutsche Schulen in Brasilien*, porém o protagonismo do elemento rural não se limita somente a esta cartilha, sendo também o personagem principal da cartilha de cálculo *Mein Rechenbuch*, conforme se pode observar na Figura 05, em que se tem um compilação de elementos que integravam o espaço de vivência das crianças que viriam a usar a cartilha. Nessa perspectiva Joly (2006) chama a atenção para olhar uma imagem buscando perceber para quem ela foi produzida, pois facilita a percepção das intencionalidades por trás da representação.

Compreende-se, assim, que a ideia que se expressa por trás dessas representações ilustrativas da cartilha *Mein Rechenbuch* é a intencionalidade de trabalhar o ensino da matemática usando elementos que eram palpáveis aos olhos das crianças. Conforme Kreutz (1994), priorizavam-se as operações matemáticas que levavam em consideração as circunstâncias concretas da vida na

agricultura. Estimulava-se o cálculo mental, pois na vida agrária o sujeito, com frequência, necessitaria fazer cálculos sem ter em mãos lápis e papel. O que justificava estimular as crianças a aprenderem a contar por meio de imagens.

Ao folhar a cartilha *Mein Rechenbuch*, é possível observar que toda a metodologia de ensino da matemática era desenvolvida com elementos ilustrativos do campo e do comércio. Ou seja, tratava-se de um ensino a partir da representatividade do cotidiano dos educandos. Além disso, para Belmiro (2008), os instrumentos didáticos utilizados na alfabetização alteram os modos de pensar, e como nem todas as culturas, “[...] passam necessariamente, pelos mesmos processos intelectuais é preciso que os sistemas cognitivos estejam integrados aos modos como funciona uma dada cultura, por isso funcionais” (BELMIRO, 2008, p. 38). O que dá a entender que as atividades didáticas da cartilha *Mein Rechenbuch* eram desenvolvidas a partir da interação com o espaço físico e com o meio cultural e social do grupo envolvido. Ou seja, as circunstâncias ilustradas propunham uma matemática aplicada às necessidades cotidianas.



Figura 5- A matemática rural  
Fonte: Mein Rechenbuch, p,4

Ao observar o campo visul da Figura 5 nota-se que a mesma está relacionada com ensino do numeral três, em que todas as ilustrações estão direcionadas ao ensino deste número. Esta matemática ilustrativa se repete em relação aos demais números de 1 a 10, desta maneira a criança aprenderia a contar a partir de elementos do seu cotidiano. A representação é bem elucidativa nesse sentido, dividida em dois períodos, na parte superior foi tomado todo um cuidado de criar uma historinha ilustrativa com elementos presentes no campo, na qual toda a imagem estava direcionada para o número três. Já na parte inferior manteve-se a metodologia do uso de imagens que estão todas mobilizadas em função do número ensinado. Cabe observar que o olhar das crianças já era treinado a perceber e reconhecer diferentes situações que permitissem visualizar o número ensinado, como no relógio, no dado e nas formas geométricas.

Convém lembrar que, conforme o prefácio da cartilha *Mein Rechenbuch*, as condições locais determinaram as escolhas dos autores. Entendiam que era preciso estimular nas crianças um cálculo mental mais frutífero que “[...] não leva só em consideração os novos princípios do ensino, mas também as demandas mais intensas e diversas que a vida exige” (NAST e TOCHTROP, 1933, pf.). Principalmente o uso de recursos que abrangessem as tarefas da classe ao qual eram destinadas as cartilhas, ou seja, às escolas rurais.

Pelo exposto, vimos que as atividades matemáticas propostas nas cartilhas e trabalhadas em sala de aula, contextualizavam situações do cotidiano das colônias alemãs e pomeranas onde os alunos viviam. Era, portanto, uma matemática voltada ao atendimento das necessidades básicas à formação desses alunos, suprindo-os de uma matemática prática para ser utilizada no dia a dia. Desta maneira é perceptível que a cartilha foi pensada e elaborada a partir de representações que têm como referências elementos culturais e sociais presentes no cotidiano das comunidades teuto-brasileiras. Entre estas, destacam-se

representações do campo e do comércio, espaços por onde esses colonos circulavam. A cartilha visavam assim, atividades de ensino que levavam em condideração a ação ativa dos alunos sobre os objetos reais, favorecendo com isso, o estudo do contexto em que se encontravam os educandos.

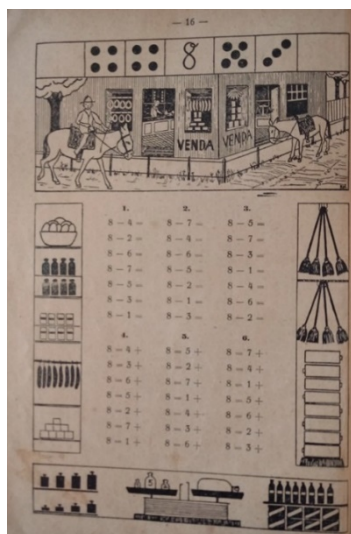


Figura 6 - A venda

Fonte: Mein Rechenbuch, p.16

A Figura 6 mostra como a cartilha articulava a linguagem simbólica dos objetos do cotidiano das comunidades rurais teuto-brasileiras, possibilitando ao aluno associar a matemática a sua vivência diária e obter uma melhor compreensão do conceito de número. Pode observar-se nesta representação que o ensino dos algarismos em questão está relacionado a atividades de comércio, conforme ponderado pelas ilustrações. Existia, assim, por parte dos autores das cartilhas uma preocupação com as relações socioculturais dos teuto-brasileiros que habitavam as regiões coloniais do Rio Grande do Sul.

O uso de representações do dia a dia das colônias mostra a preocupação dos idealizadores das cartilhas produzidas pela editora Rotermund em oferecer um suporte adequado para a prática de

ensino e aprendizagem em escolas alemãs do Sul do Brasil do século XX, que viabilizassem interação social e afirmação étnica em um mesmo conteúdo.

Após dissertar sobre os indicativos ilustrativos nas cartilhas da editora Rotermund, que fazem menção ao contexto rural do público envolvido, e ao espaço geográfico do Rio Grande do Sul, conclui-se, em Chartier (1990), que as práticas e representações das cartilhas evidenciam tratar-se de uma construção socialmente elaborada para afirmar relações sociais.

### **Considerações finais**

Ao tecer algumas considerações sobre as ilustrações relacionadas ao espaço geográfico e social do Rio Grande do Sul nas cartilhas da *Fibel für Deutsche Schulen in Brasilien* e *Mein Rechenbuch*, quer-se destacar que foi possível visualizar um vasto campo de intencionalidades de uso, por intermédio de suas representações. Pode perceber-se que muitas destas representações estavam diretamente relacionadas com a cultura e o espaço social, configurando-se, assim, frente ao leitor, como instrumentos de conhecimento mediado entre a leitura, o texto e a interpretação.

Tudo indica que estas representações foram idealizadas tendo como referência o contexto social e geográfico do Rio Grande do Sul, com base em manifestações culturais germânicas e regionais. Estas ilustrações tinham como motivação servir como elementos socializadores para um ensino multicultural, integrando as relações étnicas, culturais e sociais, bem como o espaço de vivência das comunidades alemãs e pomeranas. Isso fica demonstrado pelo contexto rural e regional representado nas páginas das cartilhas, através de uma proposta de ensino ambientada por representações que podiam ser facilmente reconhecidas e ressignificadas pelas crianças.

Ao estabelecer essa relação lúdica, observou-se que as ilustrações nas cartilhas tinham como motivação, auxiliar no



processo de ensino e aprendizagem e preparar as crianças para as atividades diárias no campo, destacando aquilo que é necessário saber para viver em ambiente rural. Nesse sentido, Faria (1984) aponta que o livro didático é usado também para conservar e justificar o sistema econômico e que as ilustrações reforçam o conteúdo ideológico que se quer transmitir. Assim, o conteúdo ilustrativo das cartilhas visa reproduzir práticas sociais, e também uma consciência daquilo que era considerado importante para a sociedade para o qual foi produzida. Daí a importância dada a ilustração de atividades típicas de quem vive no campo.

Ao utilizar elementos geográficos e culturais presentes no cotidiano, as cartilhas tinham como motivação refletir e orientar o público para o qual eram produzidas. Desta maneira, estas cartilhas colaboraram na resignificação cultural e social dos teuto-brasileiros que colonizaram o Rio Grande do Sul. Além de mostrar a preocupação dos idealizadores das cartilhas e da própria editora Rotermund em oferecer um suporte adequado para a prática de ensino e aprendizagem em escolas alemãs do Sul do Brasil do século XX, que viabilizassem interação social e afirmação étnica em um mesmo conteúdo.

## Referências

- ALBANI, Márcio Monticelli. Os Trajes Típicos Alemães de Nova Petrópolis -RS: Leituras e Percepções. In: COLÓQUIO DE MODA, 10º / EDIÇÃO INTERNACIONAL, 7ª / CONGRESSO BRASILEIRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DESIGN E MODA, Caxias do Sul/RS. *Anais...* Caxias do Sul: 2014, p. 1-10. Disponível online em: < [www.coloquiomoda.com.br/.../GT-6-Os-Trajes-Tipicos-Alemaes-de-Nova-Petropolis-...>](http://www.coloquiomoda.com.br/.../GT-6-Os-Trajes-Tipicos-Alemaes-de-Nova-Petropolis-...>). Acessado 03 abr. 2019.
- ALBRECHT, Elias Kruger. *Entre textos e imagens: o processo de ensino aprendizagem em cartilhas alemãs produzidas para escolas sinodais*. 2017. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (História licenciatura). Universidade Federal de Pelotas/ UFPel, Pelotas: 2017.

- ALBRECHT, Elias Kruger; WEIDUSCHADT, Patrícia. A cultura material teuto-brasileira: cartilhas e memórias. In: SANTOS, Amanda Basilio et al. *Fontes, Métodos e Abordagens nas Ciências Humanas: paradigmas e perspectivas contemporâneas*. 1. ed. Pelotas: BasiBooks, 2019, p. 1037-1046
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PÍNSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*, 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80.
- BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2001.
- BELMIRO, Celia Abicalil. *Um estudo sobre relações entre imagens e textos verbais em cartilhas de alfabetização e livros de literatura infantil*. 2008. 285 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense/UFF, Niterói/RJ: 2008.
- BUSS, Paulo. Lutero no contexto do luteranismo brasileiro. In: HEIMANN, Leopoldo. *Lutero o educado*. Canos: Ed. ULBRA, 2005.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 11, p. 5 -24, abril, 2002.
- DREHER, Martin Norberto. *Igreja e Germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1984.
- DREHER, Martin Norberto. *Wilhelm Rotermond: seu tempo – suas obras*. 2. ed, São Leopoldo: Oikos, 2014.
- HEUER, Reinhard *Fibel für deutsche Schulen in Brasilien*. 3. ed. B, São Leopoldo: Rotermond, 1927.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart de. *Ideologia no livro didático*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1984.
- JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. 11. ed. Campinas: Papirus, 2006.
- KREUTZ, Lúcio. *Material didático e currículo na escola teuto-brasileira do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

- NAST, William; TOCHTROP Leonhard. *Mein Rechenbuch*. São Leopoldo:Rotermund, 1933.
- REHFELDT, Mario L. *Um grão de mostarda: A História da Igreja Evangélica Luterana do Brasil*. v.1. Porto Alegre: Concórdia, 2003.
- SCHAFFER, Schirlei Conceição Barth. Descrição Fonética e Fonológica do Pomerano falado no Espírito Santo. 2012.130 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal do Espírito Santo/UFES, Vitória/ES, 2012.
- SILVA, Tomas Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferenças: a perspectiva dos estudos culturais*. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-133.
- TEICHMANN, Eliseu. *Imigração e Igreja: As comunidades- Livres no Contexto da Estruturação do Luteranismo no Rio Grande do Sul*. 1996 185 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Escola Superior de Teologia/EST, Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia/IEPG, São Leopoldo/RS, 1996.
- VIEIRA, Zeneide Paiva Pereira. *Cartilhas de alfabetização no Brasil: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita*. 2017. 196 f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, Vitória da Conquista/BA. 2017.
- WEIMER, Günter. *Arquitetura popular da imigração alemã*. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- WEIDUSCHADT, Patrícia. *O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: Identidade e cultura escolar*. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Pelotas/RS, 2007.
- WOODWARD, Kathryn: Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferenças: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed, Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.



## **Museu histórico de rolante ensinando a importância da nossa cultura e do nosso patrimônio histórico através de jogos**

*Igor Tieres Glaeser*<sup>1</sup>

O Museu tem o objetivo de ir à busca de inovações em suas ações educativas. No ano de 2017 pensamos em trabalhar a educação patrimonial com alunos de escolas do município. Mas como abordar este tema complexo com os alunos a partir do 4º ano de Ensino fundamental?

Atualmente, observamos que os jogos estão cada vez mais presentes entre as crianças e adolescentes. Diante disto, pensamos em elaborar um jogo de trilha, em que os jogadores aprendessem de forma lúdica sobre a preservação patrimonial. Sobretudo para fins pedagógicos e não meramente relacionada à diversão sem um viés educativo, mas sim com objetivos de impor limites, regras, concentração e conhecimento para construir uma aprendizagem significativa.

Do mesmo modo Ana Luísa Lopes Pereira menciona em sua dissertação em 2013, que trabalhar jogos didáticos com os alunos se torna um método muito eficaz no ensino e também nas relações entre os colegas.

---

<sup>1</sup> Igor Tieres Glaeser: Graduado em Licenciatura Plena em História – FACCAT, cursando especialização em Metodologia do Ensino Religioso – Faculdades São Braz. Coordenador Executivo do Museu Histórico de Rolante. Rolante/RS – Brasil. E-mail: igortieres@gmail.com

Os jogos aparecem como uma boa ferramenta de trabalho. Por se tratar de jogos didáticos, onde se aprende a jogar uns com os outros ao invés de uns contra os outros, onde diversas competências são desenvolvidas e onde os alunos aprendem a relacionar, a questionar e a construir, o jogo poderá ser uma alternativa que desperte no aluno a curiosidade e a vontade de aprender. (Pereira, 2013, p.2).

O jogo foi pensado para atender estas necessidades que vai além de simplesmente jogar. A autora ainda reforça que: “não se deve considerar apenas como um divertimento ou um prazer. Deverá ser associado a uma atividade com determinados objetivos a atingir e um meio de aprendizagem.” (Pereira, 2013, p. 21).

A atividade foi aplicada com alunos na 1ª Semana Municipal de Patrimônio no Espaço Cultural de Rolante entre os dias 21 a 24 de agosto de 2017, momento em que passaram a conhecer um pouco mais da história da nossa cidade.

Figura 1 – Tabuleiro do Jogo “Na Trilha do Patrimônio”



Acervo: MHR.

O jogo consiste em que o participante percorre uma trilha envolvendo desafios e curiosidades sobre a questão patrimonial. Interessante que ao longo do percurso ele deve retirar cartas contendo fotos e dados históricos sobre alguns prédios antigos.

Aliás, consta também sobre o patrimônio natural que é representado pelo Morro Grande<sup>2</sup>, no qual o jogador deve obter uma ficha contendo o local do pouso e se preparar para o salto. Assim como a Cascata das Andorinhas<sup>3</sup>, referencia turística para o nosso município, que no jogo é representada como local para vencer a partida. Visto que Rolante tem uma grande atração com o ciclo turismo, buscamos representá-lo no jogo, pois há momentos em que o jogador deve trocar de transporte e passar a utilizar uma bicicleta, sendo uma forma de conscientização ambiental.

Em virtude que o primeiro jogo, em 2017, teve grande participação com as escolas, no ano seguinte criamos o segundo jogo: “Imigração Alemã em Rolante”, sem dúvida é um método diferente de ensinar e aprender sobre o tema. De acordo com Marcia C. da Silveira Kiya (2014, p. 14): “Através do lúdico, o professor tem a chance de tornar sua prática pedagógica inovadora, pois além de desenvolver atividades divertidas, o professor pode proporcionar situações de interação entre os alunos melhorando a forma de relacionamentos entre os mesmos”. Definitivamente a criação de jogos é um caminho muito viável para buscar um resultado mais eficaz para o conhecimento. Aliás, é importante em mencionar que antes de iniciarem o jogo, é apresentada aos participantes uma linha do tempo com os principais acontecimentos que envolviam a imigração alemã no Brasil, como forma de complementar o jogo.

---

<sup>2</sup> **Morro Grande:** O seu topo tem 841 metros de altitude ao nível do mar, com vista para todos os lados. Local onde se pratica o voo livre.

<sup>3</sup> **Cascata das Andorinhas:** Está localizada no município de Rolante, no Rio Grande do Sul. O nome origina-se em função da presença da espécie de ave na região. Ela tem apenas 15 m de altura, cercada de rochas lembrando uma gruta.

Figura 2 - Tabuleiro do Jogo “Imigração Alemã em Rolante”



Acervo: MHR.

No que se diz a sua metodologia, em primeiro lugar os jogadores partem da Alemanha cruzando o Oceano Atlântico para chegar ao município de Rolante, em seguida seguem uma trilha com vários obstáculos. Na qual, há cartas com curiosidades sobre o processo imigratório e migratório em Rolante e outras com algumas dificuldades vivenciadas pelos imigrantes aqui no município e em todo o território nacional. A chegada é representada pela festa de grande prestígio para o município, a *Kuchenfest*, que foi criada para relembrar os antigos *Kerbs* alemães.

É importante em frisar que por intermédio de uma mediação por parte dos profissionais, sejam historiadores ou professores de outras áreas da educação, podem usufruir dos jogos desde o Ensino Fundamental ao Médio, variando a forma de abordagem dos temas.

Um jogo educativo a ser utilizado, por exemplo, por um museu deve estar elaborado de forma a atender a um público bastante diverso. Como o espaço museal é um espaço frequentado por pessoas de diferentes faixas etárias, classes sociais e níveis de escolarização, um jogo educativo inserido nesse espaço tão particular teria o dever de dialogar e interagir com diferentes esferas socioculturais e científicas. (COSTA; POENARU. 2016).



Por esta razão tivemos cautela ao criarmos os jogos, pois público do Museu é variado. A forma de abordar os temas de cada jogo é bem articulável, dependendo como será conduzida pelo mediador, aprofundado ou simplificado a explicação dos conteúdos.

## **Conclusão**

O projeto “Na Trilha do Patrimônio” é um jogo que teve grande apreciação entre os estudantes e professores, contabilizando 275 jogadores. Através do qual, observa-se que o lúdico é um caminho bem produtivo para desenvolver uma conscientização de preservação patrimonial. Observa-se que estamos em constante participação, como ouvintes, em Seminários e Fóruns sobre Patrimônio. Toma-se como exemplo que nos dias 30 de abril e 01 de maio estivemos presente no I Fórum Estadual de Patrimônio Cultural realizado no Município de Osório, em que fomos selecionados para expor o projeto em forma de banner, o qual foi bem elogiado pelos participantes.

No que se refere ao jogo, “Imigração Alemã em Rolante”, que foi realizado nos anos de 2018 e 2019, superando a nossa expectativa de público, totalizando 1,080 jogadores. Que em 2019 para facilitar o acesso ao jogo, a atividade foi desenvolvida em várias escolas da cidade. Com certeza o Museu teve a grande experiência, se aproximando com o ambiente do aluno.

Por tanto através dos jogos, observa-se que é um caminho bem produtivo para trabalhar com os alunos, pois apresentam dados importantes da nossa cidade de forma lúdica. Sem dúvida é um método de conscientizá-los sobre a valorização do nosso patrimônio cultural e ao mesmo momento de preservarmos a identidades do nosso município. Definitivamente os dois jogos se complementam, pois Rolante é um local de predominância germânica e seu estilo é visível nas antigas construções.

## Referências

- COSTA, Tânia Margarida Lima; POENARU, Lara Mucci. Jogos Educativos e Aprendizagem Mediada pelo Lúdico – um estudo de caso no museu itinerante ponto ufmg. In: *XVIII ENDIPE Didática e Prática de Ensino no contexto político contemporâneo: cenas da Educação Brasileira*. Disponível em: <[https://www.ufmt.br/endipec2016/downloads/233\\_10077\\_36692.pdf](https://www.ufmt.br/endipec2016/downloads/233_10077_36692.pdf)>. Acessado em: 02 de mai. de 2019.
- PEREIRA, Ana Luísa Lopes. *A Utilização do Jogo como recurso de motivação e aprendizagem*. 2013. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/71590/2/28409.pdf>>. Acessado em: 01 de mai. de 2019.
- KIYA, Marcia C. da Silveira. *O uso de Jogos e de atividades lúdicas como recurso pedagógico facilitador da aprendizagem*. 2014. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_uepg\\_ped\\_pdp\\_marcia\\_cristina\\_da\\_silveira\\_kiya.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uepg_ped_pdp_marcia_cristina_da_silveira_kiya.pdf)>. Acessado em: 01 de mai. de 2019.

**Instituto olívia:  
80 anos - 80 histórias.  
Memória oral e memórias literárias**

*Jonas Cristiano Beck*<sup>1</sup>

### **Introdução**

O presente trabalho tem como objetivo principal coletar relatos orais de momentos marcantes vividos pelos entrevistados, no Instituto Estadual de Educação Olívia Lahm Hirt, e que fazem parte dos 80 anos da escola. Entrevistas, que através de técnica aplicada pelos professores da área de linguagem, se tornaram textos do estilo narrativa literária.

O trabalho de pesquisa e memória tem, ainda, o objetivo de elevar a autoestima dos estudantes atuais do Instituto Olívia, através da leitura das histórias e vivências dos ex-alunos da escola. Proporcionando um elemento de reflexão entre as suas experiências diárias e aquelas vividas por aqueles que passaram pela escola.

O projeto surgiu em fevereiro de 2019 a partir do interesse em utilizar a história oral como uma das possíveis metodologias de investigação histórica e, concomitantemente, estabelecer um diálogo entre educação e suas diversas possibilidades do ensino.

O trabalho tem como objetivos específicos a integração e o envolvimento dos alunos com o contexto social e histórico em que a

---

<sup>1</sup> Pós-Graduado em Política e Sociedade pela Faculdade Dom Bosco, Graduado em História pela Uniasselvi. É professor do ensino médio na rede estadual do Rio Grande do Sul. E-mail: jonasbeck@hotmail.com.

escola está inserida, registrando por meio entrevistas, experiências vivenciadas nesta instituição de ensino, por alunos, ex-alunos e profissionais que aqui trabalharam, bem como expor para a comunidade os resultados da pesquisa.

### **A pesquisa histórica como ferramenta de construção no contexto escolar**

A pesquisa, em razão de sua temática e da tipologia das fontes analisadas, segue a perspectiva da História Cultural, pela utilização de imagem e de oralidade como fonte histórica. Temos como suporte teórico os estudos realizados por Thompson (1992), Freitas (2002), Pollak (1992), Candau (2012) dentre outros, que nos permitiram melhor compreender o tema de pesquisa e propor categorizações de análise para este trabalho.

Compactuamos da ideia de que o trabalho de história oral feito na escola ajuda os alunos a desenvolverem habilidades linguísticas e uma consciência social para o estudo da história escolar e local. Ao entrevistar e realizar as construções narrativas, a partir das memórias, os estudantes se deparam com evidências e marcas de outros tempos e contextos. Além de desenvolverem a paciência, a capacidade de se comunicar, falando e ouvindo. E o mais importante: proporciona uma visão sobre o processo histórico e ainda a percepção de como as experiências dos outros pode ser diferente de suas próprias.

Partimos do pressuposto que

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Leva a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. (THOMPSON, 1992, p. 44).

Sonia Maria de Freitas também converge nessa direção quando ressalta que a história oral “privilegia a voz dos indivíduos, não apenas dos grandes homens, como tem ocorrido, mas dando a palavra aos esquecidos ou “vencidos” da história” (FREITAS, 2002, p. 51) e que o trabalho realizado pelo historiador oral “visa o registro de experiências e representações do indivíduo inserido num contexto social”. (FREITAS, 2002, p. 71) além de que “a história oral possibilita novas versões da História ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores”. (FREITAS, 2002, p. 81).

Neste sentido, o contato dos alunos com a história oral permite também, que eles percebam como a história e a experiência individual são intimamente articuladas com a história e a experiência coletiva de grupos. Assim, a nosso ver, isso os ajuda a compreender que eles também são partícipes desse processo e que também fazem a história.

Ao pensarmos em história oral é relevante ao mesmo tempo abordar o campo da memória, uma vez que as entrevistas abrangem uma dimensão de rememoração, ou seja, a partir delas o entrevistado irá rememorar sobre aspectos de seu passado no contexto escolar. Dentro desta perspectiva se faz necessário refletir sobre a memória, a qual é sempre seletiva. Através das lembranças individuais estabeleceu-se uma (re)construção da história do grupo social, que neste caso, foi representado pelas vivências de homens e mulheres que enquanto criança, adolescentes e adultos, experienciaram no Instituto Estadual de Educação Olívia Lahm Hirt.

Sabe-se que tanto no plano individual como coletivo a memória se constitui de lembranças e esquecimentos que são constantemente recriados, evocados e marcados pelo presente. A memória é a representação do passado. Trazendo a escrita de Michel Pollak para o contexto da pesquisa é importante pensar sobre os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva.

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente.  
Em segundo lugar, são os acontecimentos (...) vividos pelo grupo

ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (POLLAK, 1992, p. 201)

Ainda segundo Pollak, há uma estreita ligação entre a memória e o sentimento de identidade, pode-se dizer que,

a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (...). Isto é a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 204).

Partindo desses pressupostos, sabe-se que a construção da memória é carregada de crenças, imaginações, afetividade e acontecimentos reais que foram sendo reconstruídos com o passar do tempo, uma vez que os atos de esquecer ou lembrar são construídos socialmente dentro de um contexto vivido pela pessoa que está recordando acontecimentos do passado.

Ainda sobre memória e identidade, Joël Candau enfatiza que,

Memória e identidade estão indissolavelmente ligadas. A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade, que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (CANDAU, 2012 p.16)

Neste sentido, memória e identidade se enlaçam possibilitando a realização e estudos que partam do tempo presente. Desta forma, ao desenvolver um trabalho cuja principal fonte histórica baseia-se na memória é necessário satisfazer a necessidade

de estabelecer ou restabelecer ‘verdades históricas’, além de utilizar métodos e questionamentos diferenciados para expor e explicar representações do passado. Desta maneira a memória passa a ser estudada e firma-se como sinônimo de lembrança, tempo passado, esquecimento, assim como a garantia da identidade individual e coletiva de determinados grupos sociais. Ou seja, memória é um ato de lembrar; que é mutável e plena de significados de vida; que tempo e memória andam juntos, não se separam; que ela também atua como um suporte construtor de identidades pessoais e coletivas; que é flexível e os eventos são lembrados de acordo com as experiências vividas no presente.

### **A construção das memórias literárias**

A produção, ou transposição, das entrevistas em textos do gênero memória literária, foi um desafio proposto pelos docentes aos alunos envolvidos no projeto

Produzir um texto é uma atividade bastante complexa e pressupõe um sujeito não apenas atento às exigências, às necessidades e aos propósitos requeridos por seu contexto sócio-histórico e cultural, mas também capaz de realizar diversas ações e projeções de natureza textual, discursiva e cognitiva, antes e no decorrer da elaboração textual (MARCUSCHI, 2005, p. 23).

Como nos trazem Clara e Altenfelder “A situação de comunicação na qual o gênero memórias literárias é produzido marca o texto. O autor escreve com a consciência de que precisa encantar o leitor com seu relato [...] (2019), seguindo esta premissa, os alunos envolvidos no projeto realizaram oficinas de criação de texto, sob orientação das professoras da área de linguagens, com o objetivo do exercício da produção de memórias literárias.

As possibilidades a serem contempladas pela produção do texto através da técnica de memória literária se encontram na valorização da escrita, no exercício da abstração e na valorização da

história daqueles que passaram pelo ambiente escolar, agora ocupado por estes alunos escritores.

Narrar memórias é uma habilidade que se aprende. Depois de recolher memórias das pessoas mais velhas da comunidade, os alunos podem reconstruir/recriar essas memórias, sem precisar fazer uma transcrição exata da realidade, pois o ato de narrar é sempre uma criação. Quando se narra um acontecimento de forma literária, o imaginário do narrador atua sobre as memórias recolhidas transformando-as. Ao transformá-las procurando dar-lhes uma "vida" da qual o leitor possa compartilhar, o narrador destaca alguns aspectos mais envolventes e suprime outros. (ALTENFELDER, CLARA, 2019)

## **Metodologia**

O trabalho que aqui se apresenta, envolveu três turmas do terceiro e uma turma do primeiro ano do ensino médio e uma turma do primeiro ano do Ensino Normal e sete professores do I.E.E. Olívia Lahm Hirt. A proposta deste projeto tem como base a metodologia de investigação e a construção coletiva de conhecimentos.

Primeiramente foi elaborado o projeto de pesquisa, pelo grupo de professores envolvidos. Em seguida foi apresentado aos alunos e feito um levantamento de dados sobre a viabilidade de execução deste projeto. Não podemos esquecer que, todo projeto precisa de um conjunto de etapas a ser seguido: identificação da fonte-testemunha, agendamento, elaboração e realização das entrevistas, produção dos textos documentais; autorização dos narradores (assinatura, pelo entrevistado, da Carta de Cessão); análise das narrativas; transformar a entrevista em um texto trabalhado em forma de memórias literárias, escolha de fotografias, criação/elaboração de painéis e organização da exposição.

Para isso foram desenvolvidas oficinas em sala de aula: 1ª oficina: O que é história oral? Para que serve? Qual sua importância? 2ª oficina: Como se faz um trabalho de história oral? Como se faz uma entrevista? Elaboração de perguntas para



entrevistas específicas do projeto sobre vivências na escola; 4ª oficina: Realização das entrevistas; 5ª oficina: Análise das entrevistas pelos grupos de alunos e produção de textos no formato memórias literárias; 6ª oficina: Criação, elaboração de painéis. 7ª oficina: Exposição dos resultados das pesquisas para a comunidade em forma de trabalhos expostos na escola, nas cerimônias de comemoração do aniversário da escola e exposição itinerante em locais públicos de grande circulação na cidade de Igrejinha.

### **Considerações finais**

Estamos conhecendo e apresentando para a comunidade escolar memórias e narrativas sobre experiências vivenciadas neste espaço de educação formal. Ao todo foram entrevistadas oitenta pessoas, sendo cinquenta e seis mulheres e vinte e quatro homens. Este trabalho foi realizado por cento e cinquenta alunos (as), orientados por sete professores (as). É importante observar que a proximidade da realidade dos alunos com o tema pesquisado e abordado na realização das entrevistas, facilitou a produção do produto final do trabalho: os textos em forma de memória literária, em que os alunos transmitiram além dos dados obtidos, a emoção emanada pelo entrevistado durante sua obtenção da entrevista, gerando textos com narrativas que vão além de uma simples história.

Sobre o período de estudo e atuação das pessoas entrevistadas constatamos que o Instituto Olivia, alvo da pesquisa, foi de relevante importância no contexto educacional, profissional e afetivo de uma considerável parcela da população do município de Igrejinha e da região em torno.

Ao entrevistar e realizar as construções literárias, a partir de memórias, nos deparamos com evidências e marcas de outros tempos e contextos. Além de desenvolver a paciência, a capacidade de se comunicar, falando e ouvindo, também proporcionou uma

visão sobre o processo histórico e a percepção de como as experiências dos outros podem ser diferentes das nossas opiniões.

### **Referências:**

ALTENFELDER, Anna H., CLARA, Regina A. O gênero memórias literárias - Memórias e escola. Disponível em <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteudo/biblioteca/nossas-publicacoes/revista/artigos/artigo/1339/o-genero-memorias-literarias>> acesso em 13/03/2019.

CANDAU, Jöel. Memória e identidade. São Paulo: Contexto, 2012.

FREITAS, Sônia Maria de. História oral: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas/

FFLCH/ USP, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1996.

MARCHUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva;

MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org). Gêneros textuais & ensino. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.19-36.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p.200 - 212.

SAMARA, Eni de Mesquita. TUPY, Ismênia S. Silveira T. História & Documento e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## **Os ritos de passagem e o contexto educacional na década de 1960 em comunidades alemãs pomeranas no sul do Rio Grande do Sul**

*Karen Laiz Krause Romig*<sup>1</sup>

*Patrícia Weiduschadt*<sup>2</sup>

### **Introdução**

O presente artigo tem como tema os rituais de passagem da cultura alemã e pomerana no contexto rural da década de 1960 em comunidades luteranas na região sul do Rio Grande do Sul. Ao analisar estes ritos e compreender seus significados, é estabelecida uma relação desses atos com a escolarização de crianças e jovens que estudaram no período. De forma que o artigo tem como objetivo caracterizar esses ritos e dissertar sobre seus desdobramentos na comunidade.

O trabalho busca subsídios em diversos autores. Entre eles Salamoni (1995), Cerqueira (2010), Thum (2009), Kreutz (1994) e outros para contextualizar o processo migratório e de adaptação dos imigrantes em território brasileiro. Além de Rodolpho (2004) e Gennep (2013), para tratar dos rituais de passagem em bases antropológicas, e Joana Bahia (2011) para discutir o significado de cada rito de passagem dentro da cultura alemã e pomerana.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil. E-mail: karenlaizromig@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil. E-mail: prweidus@gmail.com.

São enfatizados neste estudo os ritos de batizado, confirmação, casamento e morte. Esses quatro ritos vem sendo praticados na região sul do estado desde o início do período imigratório. Rodolpho (2004, p.140) destaca que “os ritos atribuem a cada um de nós novas identidades e novos papéis a serem desempenhados junto ao grupo com o qual convivemos”.

Para compreender os ritos de passagens da cultura pomerana e alemã, é exposto brevemente o processo imigratório desse grupo étnico ao Brasil. Os primeiros imigrantes chegaram ao país, em meados do século XIX, por causa das guerras, devastações e fome que aconteciam em seu território. Com a propaganda de imigração, muitos povos europeus ficaram tentados a buscar uma nova vida no Brasil (SALAMONI, 1995).

Logo, a região sul do Rio Grande do Sul, especificamente a Serra dos Tapes<sup>3</sup> é um local característico pela presença de diversos grupos étnicos, entre eles europeus. Como destaca Cerqueira (2010) descendentes de alemães e pomeranos espalharam-se pelo interior dos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul e pela zona serrana do município de Pelotas, instalando a economia colonial, baseada nos minifúndios policultores, fazendo desta parte do território gaúcho um espaço determinado como mosaico étnico cultural.

A imigração europeia foi incentivada para garantir a posse e a exploração de regiões pouco povoadas, garantindo a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno. Ao tratar da causa da imigração europeia para o Brasil, destaca-se a necessidade do governo imperial de promover a ocupação de parte das terras ainda inabitadas no território brasileiro. As terras que no Brasil foram destinadas aos imigrantes, eram de difícil acesso, sem interesse do governo ou de estancieiros que viviam nos arredores (THUM, 2009). Ou seja, os imigrantes pomeranos, alemães, italianos e

---

<sup>3</sup> Pertencente à região fisiográfica da Serra do sudeste, na região sul do estado do Rio Grande do Sul. Composta pelos municípios de Arroio do padre, Canguçu, Morro Redondo, Pelotas e São Lourenço do Sul. Possui forte presença de descendentes de alemães, pomeranos, italianos, e outros.

demais europeus, chegaram ao Brasil, vistos pelo governo como os responsáveis por substituir a mão de obra escrava, e assim facilitar o “branqueamento do povo”. Além disso, tinha-se o intuito da criação de uma classe média trabalhadora, baseada na agricultura e mão de obra familiar.

Ao longo dos anos, os descendentes de pomeranos e alemães foram se adaptando ao contexto local, dedicando-se quase que exclusivamente para a agricultura. Dentro de suas comunidades aconteceu um isolamento cultural, que favoreceu a organização de seus grupos pelas comunidades religiosas e escolares, perpetuando a religião luterana, além da preservação de língua e costumes.

## **Metodologia**

O estudo conta com o principal subsídio da história oral, em que se busca trazer relatos e narrativas de pessoas que são descendentes de alemães ou pomeranos e que estudaram na década de 1960, com a intenção de rememorarem fatos que marcaram sua escolarização e suas passagens pelos rituais religiosos do luteranismo.

O presente trabalho traz o uso de memórias e narrativas de três entrevistados que estudaram e passaram por rituais de passagem religiosos em comunidades pomeranas alemãs na década de 1960. Estes trouxeram seus relatos e suas memórias sobre acontecimentos que marcaram sua infância e juventude. Segundo Bosi (1994, p.55) “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”.

As memórias das pessoas são fruto do trabalho ao qual se dedicaram, das vivências da infância, da escola onde estudaram, da casa onde moraram, de todas as práticas vividas, isto é, aos fatos sociais e históricos inerentes às pessoas e as suas vidas, logo as suas memórias fazem parte do seu modo de vida diário (BOSI, 1994).

Nessa linha, a história oral, centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. Podemos entender a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção (MATTOS, SENNA, 2011, p.96).

Além da principal metodologia de história oral, a pesquisa também faz uso da análise documental, pois discute sobre fotos e certidões de confirmação cedidas pelos entrevistados.

Nesse trabalho historiográfico, pretende-se problematizar a questão apresentada a partir de diferentes tipologias de fontes, orais, documentais e iconográficas, não as mobilizando no intuito de uma diferenciação hierárquica entre elas, mas buscando traçar um conjunto de questionamento que possa enriquecer a investigação.

## **Ritos de passagem**

Os ritos de passagem da cultura alemã e pomerana é o objeto de estudo deste artigo. Nas bases da antropologia, Rodolpho (2004, p.141) diz que “o ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele é constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressos por múltiplos meios”. Estes rituais de passagem podem ser religiosos ou festivos, mas são responsáveis por marcar mudanças na vida de indivíduos, por meio de atos simbólicos característicos de determinada cultura.

A própria vida social em sua dialética entre rotinas e cerimônias, repetições e inaugurações, homens e mulheres, velhos e moços, nascimentos e mortes, em que o mundo social se funda em atos formais caracterizados como rituais, em razão de decisão coletiva (GENNEP, 2013). Ou seja, a vida humana em sociedade, é composta por momentos simbólicos que representam modificações de contextos sociais compreendidos como ritos ou ainda denominados de rituais de passagem.

Conforme mencionado anteriormente, no pensamento de Rodholpo (2004), a repetição, rememoração, ou até mesmo a reinvenção de ritos de passagem, fazem com que características de determinados grupos permaneçam ao longo dos tempos, simbolizando os ritos de passagem também como uma forma de perpetuação cultural pomerana e alemã.

Dentro do contexto social, os indivíduos tendem a ter mudanças em seus cotidianos que representam novos significados, retratando desta forma os ritos de passagem. Ainda segundo Gennep (2013) o indivíduo modificou-se, porque tem atrás de si várias etapas e atravessou diversas fronteiras, caracterizadas em um panorama geral como nascimento, infância, noivado, casamento, iniciação nas sociedades religiosas e funerais.

Segundo Bahia (2011, p.136) “os ritos de passagem marcam os momentos críticos no ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, pois determinam a sua tarefa de reprodução e renovação”. Ou seja, no contexto pomerano camponês, cada membro da família possui tarefas e atribuições, que com os ritos de passagem podem se intensificar ou até mesmo ganhar outro significado. Como por exemplo, mulheres após o casamento ganham ainda mais afazeres domésticos em virtude de possuírem um marido. “O próprio fato de viver, exige passagens sucessivas de uma situação social a outra, e que a vida individual consiste em uma sucessão de etapas” (GENNEP, 2013, p.24).

Para a caracterização dos ritos de passagem pomeranos, utilizam-se autores como Bahia (2011) e Thum (2009), que problematizaram em suas pesquisas os ritos de passagem pomeranos como o batizado, confirmação, casamento e morte. Tais rituais marcam a ruptura do contexto social e religioso do indivíduo.

## **Batismo**

O batismo é o momento da inserção do indivíduo na vida da igreja (THUM, 2009). O batismo é também o primeiro ritual de uma

série de ritos eclesiásticos e sociais que acompanham as transições na vida de pessoas (BAHIA, 2011).

Algo considerado importante para o rito do batizado é a escolha dos padrinhos e madrinhas, pois como afirma Bahia (2011, p.156) “acredita-se que as virtudes morais dos padrinhos são passados para as crianças”, a autora ainda afirma que muitas crianças recebiam, além do próprio nome, também o nome de seus padrinhos, este fato é representado em uma das entrevistas do estudo. A criança ao ser batizada recebe identidade e reconhecimento social, sendo percebida enquanto ser religioso.

Giancarla Salamoni (1995, p.52) relata que,

Hoje os batizados são realizados nas igrejas. Antigamente, pelas distâncias e dificuldades de levar a criança até a Igreja para batizar, eram realizadas em casa, onde arrumavam um altar e o pastor da comunidade realizava aquele ato e todos cantavam hinos decorados, sem a necessidade do uso de hinários<sup>4</sup>.

Algo bastante característico da cultura alemã pomerana, em se tratar do batizado, são as cartas de batismo ou lembranças de batismo, *patsedal* ou *patbrief*, conhecida em português como batistel. Esta é uma prática muito comum ainda nos dias atuais, conforme destaca Salamoni (1995, p.52), “há a tradição de darem uma caixinha às crianças, conhecida como batistel”, esta mesma autora destaca que em anos anteriores nessas caixinhas continha grãos de trigo e feijão, para o desejo de prosperidade na agricultura, e a agulha e linha, no caso das meninas, para que estas desenvolvessem boas técnicas domésticas. Essas lembranças costumam ser guardadas por toda a vida, como forma de lembrança e proteção.

---

<sup>4</sup> Pequenos livros com hinos religiosos, usado em cultos e rituais luteranos.





**Figura 2** – Lembranças de batismo (*patsedal*).

Fonte, autoras, 2019.

Nas palavras de Storch e Thies (2016, p.771),

A lembrança de batismo é um artefato presenteado pelo(s) padrinho(s) e/ou madrinha(s) aos seus afilhados no dia do Batizado. Cada padrinho ou madrinha presenteia o afilhado com uma lembrança, ou seja, se a criança tiver 5 padrinhos ela receberá 5 lembranças que normalmente são dadas no final do ato religioso na igreja. Este gesto representa uma tradição significativa para os pomeranos que costuma ser passada entre as gerações e que ainda prevalece na atualidade é uma forma de demonstrar tudo que se deseja para a vida futura do afilhado, sendo também, como já se refere, uma lembrança do padrinho ou madrinha.

Conforme descrito anteriormente no rito do batismo, o povo pomerano por muito tempo, como ainda na atualidade preserva a realização dos ritos de passagem, bem como atos simbólicos que os caracterizam. Atribuindo os ritos religiosos como uma marca singular dentro do contexto étnico, religioso e supersticioso dos pomeranos.

## Confirmação

O aprendizado através do Ensino Confirmatório, sob a autoridade do pastor, marca a passagem dos jovens para a vida adulta e para as escolhas que resultarão nas principais estratégias para seu futuro, especialmente atrelada à vida camponesa. Com a tradição alemã pomerana, após o ato da confirmação, tanto as meninas quanto os meninos deveriam dominar o saber técnico para seu trabalho na terra, podendo casar, ou optar pelo estudo, pois segundo a crença luterana, passavam a conhecer toda a lei da vida e seus valores, podendo então a partir desse saber moral e técnico traçar os caminhos de sua vida (SCHNEID, 2012).

Para Teichmann (1996), a confirmação é uma cerimônia muito importante, no sentido de integração à comunidade de fé e mesmo à comunidade social. A conotação social implica em que a partir da confirmação o jovem tem um “passe-livre” para ir ao baile, namorar, e ter eventualmente, relações sexuais e assumir, gradativamente, no seu todo, o papel de adulto.

“O processo do Ensino Confirmatório é uma forma de relação pedagógica que investe no aprendizado com base na tradição religiosa, e, por vezes, se diferencia no interior das Igrejas Luteranas” (SCHNEID, 2012, p.9). O processo de ensino ou preparação para a confirmação costuma variar entre as igrejas luteranas, principalmente em relação ao tempo de *instrução*<sup>5</sup> e aos materiais e métodos utilizados por cada pastor.

A confirmação acontece em cultos religiosos luteranos, principalmente aos domingos, ou em datas comemorativas do calendário luterano. O jovem recebe do pastor uma certidão de confirmação, atestando que o mesmo está apto a participar da Santa Ceia de se tornar padrinho/madrinha de batismo. A aprovação do namoro pelos pais somente era consentida, se os possíveis cônjuges

---

<sup>5</sup> Termo utilizado para designar o período de preparação para a confirmação, ou ensino confirmatório.

tivessem habilidades técnicas para trabalhar com a terra e para a lida na casa (BAHIA, 2011).



**Figura 3** – Menina no dia da confirmação luterana com sua mãe, 1960.

Fonte: acervo pessoal da entrevistada D.K.

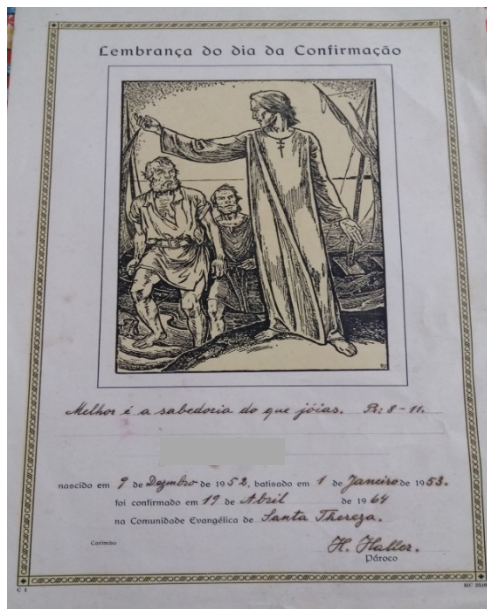
No contexto luterano, considerava-se que no ritual da confirmação as crianças ou jovens aprendiam o necessário para a liberdade adquirida naquele momento, pois dominavam a “Lei da Vida”, que nas concepções de Bahia (2011, p.176) “é compreendida como o conhecimento da palavra bíblica (Lei dos dez mandamentos), que ensina aos pomeranos as lições de reciprocidade e de liderança em conflitos de ordem camponesa”.

Antes da data da confirmação, o grupo de jovens se reúne com os pastores para o estudo do catecismo e da Bíblia, estes estudos são conhecidos por *instruções*, este período preparatório varia de oito meses a dois anos<sup>6</sup>. No dia da confirmação o pastor cobra que os jovens relatem partes estudadas para toda à comunidade, em especial aos pais e padrinhos/madrinhas de batismo. É um ritual

---

<sup>6</sup> O período de estudo da confirmação, conhecido como instrução dos jovens varia de tempo entre as igrejas de IELB, IECLB ou IELI.

semelhante à primeira comunhão da religião católica, praticada por jovens entre 12 e 14 anos. No ato da confirmação o jovem recebe seu certificado de confirmação (figura 3).



**Figura 4** – Certidão de Confirmação, 1964.  
Fonte: Cedida para o estudo

A imagem anterior apresenta uma certidão de confirmação, que era entregue no ato do rito de passagem ao jovem. Muitas pessoas costumam guardar essas certidões, nelas é apresentada à data de batismo, como forma de elencar datas importantes na vida religiosa do indivíduo.

Corroborando a análise do estudo de Joana Bahia (2001, p.77) que afirma que,

O tempo de confirmação marca a passagem para a vida adulta e para as escolhas que resultarão deste campesinato. Após a confirmação o (a) menino (a) domina todo o saber técnico para seu trabalho na terra, pode casar, ou optar pelo estudo, pois conhece a lei da vida e seus valores, podendo então a partir desse saber moral

e técnico traçar um dos vários caminhos que permita a continuidade do modo de vida camponês.

Seguir nos estudos, sair do campo e deixar a agricultura não era o objetivo da grande maioria dos alunos e de seus familiares na década estudada, conforme relata Weiduschadt e Castro (2015, p.179), “a família não se importava tanto com a reprovação ou aprovação, mas com a aquisição de habilidades básicas de leitura, escrita e cálculos”. Fato que veremos posteriormente nas narrativas dos entrevistados.

Tal afirmação corrobora aos estudos de Joana Bahia<sup>7</sup> (2001, p.79), quando a autora diz que “além das diferenças anteriormente discutidas entre o ensino público e o ensino confirmatório, os pais atribuem maior importância ao ensino religioso, o que leva a uma consequente evasão escolar”.

A distância existente entre as escolas e as casas na zona rural, somadas ao precário sistema de transporte e à ausência de número de escolas públicas e ao parco contingente de docentes que pudesse atender à demanda de alunos, tornaram a educação religiosa muito mais eficaz do que aquela proporcionada pelo Estado Brasileiro (BAHIA, 2001, p.78).

De acordo com Salamoni (1995, p.40), “nas normas estabelecidas pelos pomeranos, os meninos deveriam frequentar a escola durante 4 anos e as meninas por 3 anos”, o que se refere à idade com que os indivíduos eram confirmados, pois na maioria dos casos, conforme relatado nas narrativas e memórias analisadas, os meninos eram confirmados com 13 anos e as meninas aos 12 anos, por isto que a menina frequentava a escola durante menos tempo. As crianças começavam a frequentar a escola mais tarde em virtude da distância que tinham que percorrer.

---

<sup>7</sup> Joana Bahia é antropóloga e professora adjunta do programa de pós-graduação da UERJ/FFP (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), defendeu sua tese no ano de 2000, abordando assuntos como identidade, magia e religião na imigração alemã. A pesquisadora realizou seu estudo no estado do Espírito Santo. Ou seja em outro contexto, diferente do da Serra dos Tapes.

Neste sentido, os ritos de passagem marcam a transformação da criança em adulto justamente quando aquela apreende o domínio pleno do trabalho, sendo capaz de constituir uma nova família (BAHIA, 2011). O ritual da confirmação causou a evasão escolar de muitas crianças descendentes de pomeranos e alemães.

## **Casamento**

Outro rito de passagem dentro do contexto pomerano é o casamento, que para Bahia (2011) é um momento de ruptura e transformação, marcando o fim dos bailes, do tempo de namoro, e de separação de família e amigos. Nas concepções de Bahia (2011, p.199), “a transação matrimonial deve ser compreendida como o momento no interior de uma série de trocas materiais e simbólicas”. Isto é, o casamento não era considerado apenas a união de duas pessoas, mas também o seguimento da vida camponesa e da constituição da família dentro da comunidade social e religiosa.

Após o casamento, dentro do contexto social, as tarefas agrícolas e domésticas eram distribuídas de forma desigual. Onde a mulher tinha muitos afazeres, como cuidar da casa, dos filhos e ajudar o marido nas tarefas da lavoura. Como define Salamoni (1995, p.35) “as mulheres trabalhavam com os maridos nas lavouras, e ainda lhe cabiam outras inúmeras tarefas, como: tirar leite, tratar os animais, o cuidado da horta e do jardim, buscar pasto para os animais, carregar lenha, entre outros afazeres”.



**Figura 5** – Casamento pomerano, 1945.  
Fonte: Acervo pessoal da entrevistada D.K.

Os casamentos, em comunidades pomeranas sempre foram grandes festividades e duravam três dias. Atualmente os casamentos nesta região, acontecem nos sábados, que começam de manhã e terminavam a noite. Os casamentos eram grandes acontecimentos, pois demonstravam a união de duas famílias da comunidade. Os jovens que se casavam se restringiam a vida camponesa, e todo o processo de escolarização perdia importância.

## **Morte**

A morte para Bahia (2011) é o rito de ruptura na unidade social. Segundo a mesma autora (BAHIA, 2011, p.291) “os rituais funerários são fundamentais para restaurar a unidade rompida e restabelecer a ordem no mundo dos vivos”. Ou seja, a morte de um membro da família, significa que todo o contexto social é alterado, e que os familiares recebem novas funções dentro do contexto rural familiar, principalmente no que diz respeito à vida no campo. Na

religião luterana há o culto aos mortos, com túmulos luxuosos e enfeitados com flores. Os ritos fúnebres são carregados de simbologia e superstição, Rölke (1996) traz uma dessas superstições, dizendo que quando falecia o dono da propriedade agrícola, todos os animais da propriedade deveriam ser avisados para que esses não seguissem o mesmo destino.

É um ritual que perpassa diferentes grupos étnicos, pois é considerado pela sociedade em geral como uma certeza na trajetória de vida humana. Nos dias atuais, é possível perceber a importância do culto ao mundo dos mortos, em virtude da construção de cemitérios e o costume de enfeitar os túmulos.

## **Religiosidade e Educação**

Para a análise dos rituais de passagem, toma-se como período de enfoque a década de 1960. No sul do Rio Grande do Sul neste período havia as associações religiosas e escolares, pertencentes a comunidades luteranas, essas escolas eram particulares e somente os filhos dos sócios poderiam frequentá-la. Tinham a finalidade de prepararem as crianças para a vida social e religiosa. A partir da década de 1950, surgem também escolas multisseriadas públicas. Ambas contemplam de 1º a 4º série.

Os pomeranos e alemães foram grupos imigratórios étnicos que incentivaram e se preocuparam de forma intensa com a sua educação. Este incentivo partiu das instituições religiosas luteranas com objetivos de doutrinar e fortalecer as comunidades em torno das igrejas e escolas (WEIDUSCHADT; TAMBARA, 2014).

“Para as famílias que desejavam a permanência de seus filhos na zona rural, a escola servia apenas para ensinar o mínimo necessário para as situações formais que eles terão de enfrentar” (BAHIA, 2001, p. 73).

A partir de 1900, o Rio Grande do Sul, representava a região com maior número de escolas comunitárias da etnia alemã, mas, além disso, se firmava como uma referência para produção de



material didático e criação de estruturas de apoio à escola (KREUTZ, 1994).

“O currículo dessas escolas estava organizado de forma que as crianças aprendessem o essencial para o bom entrosamento na vida das comunidades rurais, tanto sob o aspecto religioso e social, quanto do trabalho” (KREUTZ, 1994, p.149).

As escolas étnicas alemãs pomeranas estavam diretamente relacionadas às instituições religiosas luteranas, como as comunidades independentes, as do Sínodo Riograndense<sup>8</sup>, e posteriormente após os anos de 1900 ao Sínodo de Missouri<sup>9</sup>.

Os três entrevistados da pesquisa tiveram ligação com comunidades livres, por isso destaca-se que Igreja Evangélica Luterana Independente (IELI) ou CL (Comunidade Livre), é caracterizada pelos movimentos de desvinculação dos sínodos. As comunidades-livres (*Freigemeinden*) são núcleos eclesiais - comunidades ou congregações - que se mantiveram independentes, ou seja, que não se filiaram aos sínodos (TEICHMANN, 1996).

Neste período, as escolas públicas e comunitárias funcionavam em regime de classes multisseriadas<sup>10</sup>.

## Memórias e Narrativas

A seguir são apresentadas as narrativas de três entrevistados que estudaram e foram confirmados na década de 1960, dois dos entrevistados estudaram em escolas privadas de uma comunidade luterana no interior de Canguçu e outra entrevistada estudou em

---

<sup>8</sup> A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, IECLB, está vinculada ao Sínodo Rio-grandense e é uma instituição religiosa de cunho luterano. (WEIDUSCHADT; TAMBARA, 2014). As igrejas desta vertente foram as primeiras a se estabelecerem no Brasil no período de pós-imigração.

<sup>9</sup> O Sínodo de Missouri é uma instituição religiosa fundada nos Estados Unidos por imigrantes alemães. Atualmente é chamada de Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Esta instituição estabeleceu-se nas regiões de Pelotas e São Lourenço do Sul, região meridional do Rio Grande do Sul, em 1900 (WEIDUSCHADT, 2007).

<sup>10</sup> Forma de organização escolar em que alunos de diferentes idades e níveis de ensino ocupavam a mesma sala de aula.

uma escola pertencente ao poder público no interior de Pelotas. Na tabela de apresentação dos entrevistados e na explanação de suas narrativas, são apresentadas relatos sobre o ritual da confirmação, que foi identificado como sendo um ritual que influenciou diretamente a vida escolar de indivíduos descendentes de alemães e pomeranos no período estudado:

Tabela 1 – Apresentação dos Entrevistados

Iniciais do Nome do Entrevistado	Ano de nascimento	Ano de confirmação	Comunidade religiosa na qual foi confirmado	Escola onde estudou
D.K.	1948	1960	Comunidade São Salvador – Canguçu Velho – Canguçu - IELI.	Associação religiosa escolar São Salvador – Canguçu velho.
I.S.	1954	1967	Comunidade Religiosa Chicuta Oliveira – Interior de Pelotas IELI	Escola Multisseriada Ipiranga – Prefeitura de Pelotas
I.K	1952	1965	Comunidade São Salvador – Canguçu Velho – Canguçu - IELI	Associação religiosa escolar São Salvador – Canguçu velho.

Organização: autoras, 2019.

A entrevistada, compreendida pelas iniciais<sup>11</sup> D.K tem 70 anos, e foi confirmada aos 11 anos, esta relatou o seguinte:

Eu fui confirmada na igreja da comunidade onde eu também estudava, a escola dessa comunidade era paga. O nome era Associação religiosa escolar, porque a igreja e a escola era tudo junto. Eu estudei até a 3<sup>o</sup> série, eu me lembro que minha mãe me tirou da escola no mês de novembro quando eu completei 11 anos, no ano seguinte no mês de abril eu já fui confirmada, depois tinha que trabalhar, Quando já era confirmado não podia mais ir pra escola. No ensino confirmatório nós estudava os 10 mandamentos, o pai nosso e o credo apostólico. Mas tinha que saber mesmo os 10 mandamentos. Depois da confirmação já podia namorar. Naquela época a confirmação e o casamento era *tudo* diferente, eu me

<sup>11</sup> Os entrevistados concederam permissão para usarem suas falas, mas optou-se por utilizar somente suas iniciais.

lembro da foto do casamento do meu pai e da minha mãe, minha mãe estava de preto (figura 4). (D. K, 2018)

Na mesma entrevista, a pesquisadora questionou sobre o que era trabalhado na escola, a entrevistada lembrou que:

Na escola nós aprendia matemática e português, mas era o básico para aprender a ler, não tinha coisas religiosas, não aprendíamos nada relacionado a igreja. Mas nós tínhamos que aprender o hino da independência e o hino Nacional (D.K. 2018).

Nesse relato é possível perceber que nos anos de 1960, ainda haviam reflexos do período do estado novo, quando muitos descendentes de pomeranos e alemães foram perseguidos por falarem outro idioma a não ser o brasileiro. A partir desse período de Nacionalização<sup>12</sup> as escolas étnicas comunitárias foram enfraquecendo, onde o estudo cívico e de veneração à pátria era frequente. Cabendo lembrar que o período estudado contemplou o período da ditadura civil militar<sup>13</sup> no Brasil.

A narrativa de I.S compõem-se da seguinte forma:

Eu me lembro que estudei até a 3<sup>o</sup> série, eu nunca rodei, minha professora sempre falava que eu tirava notas muito boas, mas depois de ser confirmada tive que ir pra lavoura. Eu e meu irmão, nós começamos a ir pra escola com 10 anos. Nós tínhamos que trabalhar na lavoura de milho e batata. Depois da confirmação a vida mudava. Na confirmação nós tínhamos que aprender o catecismo<sup>14</sup> e os 10 mandamentos, depois o pastor escolhia algumas partes para nós falar no dia da confirmação, lembro que minha confirmação foi no domingo de páscoa. Eu tinha 12 anos. Nós estudava para poder ler a Bíblia e o catecismo, na confirmação

---

<sup>12</sup> “A campanha de nacionalização obteve êxito em seus propósitos. Através da eliminação da cultura do outro, se pôde impor a cultura predominante local”. (MOMBACH, 2012, p.35). Ver também o livro: Nacionalização e Imigração alemã, de Telmo Müller, 1994.

<sup>13</sup> Período Histórico, ocorrido de 1964 até 1985, onde os militares exerceram um regime de poder autoritário no Brasil.

<sup>14</sup> Pequeno livro luterano estudado para a confirmação traz os 10 mandamento e demais estudos religiosos, bem como partes da Bíblia.

a gente tinha que saber todo o catecismo e falar no dia do culto da confirmação. Depois da confirmação eu já podia ser madrinha de crianças nos batizados. Eu ainda guardo os meus *Patsedal* (Figura 1), tive três padrinhos (I. S, 2018)

A entrevistada mostrou sua certidão de confirmação, nesta certidão consta também o nome de suas madrinhas, nas décadas de 1950 e 1960 ainda era comum em comunidades alemãs pomeranas da Serra dos Tapes, pois além do primeiro nome da pessoa, esta ganhava na sequência o nome dos padrinhos se fosse menino e das madrinhas de fosse menina. A entrevistada I.S foi confirmada em 19 de Março de 1967. A entrevistada relatou que sempre gostou de estudar, mas logo depois da confirmação iniciou sua vida na agricultura.

No próximo relato, expõe-se a narrativa do último entrevistado, este relatou que foi confirmado com 13 anos:

Meu pai e minha mãe pagavam a escola da nossa igreja, eu me lembro que eu comecei a ir pra escola com 8 anos, estudei até a 3<sup>o</sup> série, eu rodei em dois anos, faltava muito. Quando fui confirmado, saí da escola, naquele tempo quando se confirmava tinha que trabalhar em casa. No ano que eu fui confirmado nem fui mais pra escola, com meus outros três irmãos também foi assim, depois de confirmar e casar, de ser adulto ninguém mais pensava na escola. Eu não casei tão cedo, eu tinha 24 anos, mas muitos amigos de juventude casaram bem mais cedo. E depois do casamento as coisas mudavam muito, tinha que ir pra lavoura e trabalhar muito (I.K, 2018).

Este entrevistado também cedeu sua Certidão de confirmação para o estudo, nela consta que nasceu em 31 de janeiro de 1952, passou pelo ritual do batizado em 1 de fevereiro de 1952 e foi confirmado aos 13 anos em 16 de abril de 1965.

## **Considerações Finais**

Ao discutir sobre as relações dos ritos de passagem para a escolarização de crianças e jovens da década de 1960 na região da

Serra dos Tapes, compreende-se que neste período as crianças estudavam, principalmente até 3<sup>o</sup> ou 4<sup>o</sup> série, em escolas multisseriadas públicas, ou escolas comunitárias particulares pertencentes a igrejas luteranas. Percebe-se que há uma transição e uma interligação com cada rito, pois somente com o sacramento do batismo a criança pode ser confirmada, e somente após a confirmação poderá ter relacionamentos conjugais e passar pelo ritual do casamento.

O contexto teuto-brasileiro na Serra dos Tapes é composto por descendentes que se dedicavam na década de 1960 à prática da agricultura, sendo o acesso à escolarização de maiores níveis restrita ao meio urbano e de difícil acesso. Além disso, a cultura alemã e pomerana privilegiava a continuação da vida no campo.

Ao identificar os quatro ritos de passagem pomeranos do batizado, confirmação, casamento e morte, entende-se que esses rituais religiosos representaram papéis significativos para jovens daquela época. Em se tratar da religiosidade luterana e sua relação com os ritos, conclui-se que os ritos que mais influenciavam na escolarização, eram o casamento e principalmente a confirmação, pois esses rituais marcavam a vida dos indivíduos como seres de responsabilidade e liberdade, aptos a tomarem suas próprias decisões e educados pelas leis da igreja.

## **Fontes Orais**

KRAUSE, D. Entrevista [ago.2018]. Entrevistadora: Karen Laiz Krause Romig, 2018, Canguçu -RS. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

KRAUSE, I. Entrevista [ago.2018]. Entrevistadora: Karen Laiz Krause Romig, 2018, Canguçu -RS. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

STRELOW, I. Entrevista [ago.2018]. Entrevistadora: Karen Laiz Krause Romig, 2018, Canguçu -RS. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

## Referências

- BAHIA, Joana. A lei da vida: confirmação, evasão e reinvenção da identidade entre os pomeranos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.27, n1, p. 69-82, jan./jun. 2001.
- BAHIA, Joana. *O tiro da Bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade lembrança de velhos*. 19ª ed. São Paulo, Editora Companhia das letras, 1994.
- CERQUEIRA, F. V. *Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais*. In: Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio. Universidade Federal de Pelotas, 872-962, 2010.
- GENEPP, Arnaldo van; *Os ritos de passagem*. Tradução Mariano Ferreira. 4 ed. Petrópolis, Vozes, 2013.
- KREUTZ, Lúcio. Escolas de imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (org.). *Os Alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas, ULBRA, 1994.
- MATOS, J. S.; SENNA, A. K. História oral como fonte: problemas e métodos. *Historiae*, Rio Grande, n.2, p. 95-108, 2011.
- MOMBACH, C. O Governo Vargas e suas implicações na produção literária Teuto-brasileira. *Literatura e Autoritarismo: Dossiê Estudos de Literatura Comparada*. Santa Maria, n.10, p. 31-44, 2012.
- MÜLLER, Telmo (org.). *Nacionalização e Imigração alemã*. São Leopoldo. Ed. UNISINOS, 1994.
- RODOLPHO, A. L.; Rituais, ritos de passagem e de iniciação: uma revisão da bibliografia antropológica. *Estudos Teológicos*, v. 44, n. 2, p. 138-146, 2004.

- RÖLKE, Helmar Reinhard. *Descobrimos raízes, Aspectos Geográficos, Históricos e Culturais da Pomerânia*. Vitória: UFES. Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.
- SALAMONI, G. ACEVEDO, H. ESTRELA, L. *Os Pomeranos: Valores Culturais da Família de Origem Pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Editora Universitária, 1995.
- SCHNEID, Carla Rejane Barz Redmer; *Ensino Confirmatório: Aspectos locais da educação de jovens pomeranos*. 2012. 48 p. Especialização de educação de jovens e adultos na diversidade – Universidade Federal do Rio Grande. São Lourenço do Sul, 2012.
- STORCH, L. S.; THIES, V. G; *Lembranças de batismo: a cultura escrita em três gerações de uma família pomerana*. In Anais: Anais do 22º encontro da Asphe - UNIPAMPA, 2016. v. 01. p. 769-782.
- TEICHMANN, Eliseu. *Imigração e Igreja: As comunidade - Livres no Contexto da Estruturação do Luteranismo no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, Instituto Ecumênico de Pós Graduação, Dissertação de Mestrado, 1996.
- THUM, Carmo. *Educação, História e Memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes*. 2009. 383 f. Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação. Centro de Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2009.
- WEIDUSCHADT, P.; CASTRO, R. B.; *Instituições escolares e imigração na região colonial de Pelotas/RS (1928 - 1953)*. *História Unicap*, v. 2 , n. 4, jul./dez. 2015
- WEIDUSCHADT, P.; TAMBARA, E.; *cultura escolar através da memória dos pomeranos na cidade de Pelotas, RS (1920-1930)*. *Cadernos de História da Educação*. Pelotas. v. 13, n. 2, p.687- 704. 2014.
- WEIDUSCHADT, Patrícia. *O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: identidade e cultura escolar*. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.





## **Instrução de imigrantes italianos e ítnlo-brasileiros em Antônio Prado – RS: aproximações iniciais**

*Manuela Ciconetto Bernardi<sup>1</sup>*

### **Introdução**

Inúmeras são as atividades de pesquisa sobre a imigração italiana do séc. XIX e início do séc. XX, estas apresentam a investigação de um acontecimento ocorrido no Brasil no período. As abordagens teóricas sobre os estudos migratórios em geral perscrutam análises demográficas, econômicas, sociológicas e culturais. Para compreender a importância das investigações, é necessário conceber que as assimilações dos fatos presentes só se tornam viáveis através da análise do passado e é nele que estão as nossas raízes, bases para o reconhecimento do sujeito, como elucidado por Certeau (2002, p.16) “a história é o privilégio que é necessário recordar para não esquecer-se a si próprio”.

Nos últimos anos, os trabalhos ligados a História da Educação têm ocupado esforços de pesquisadores de diferentes partes, apoiados também pelos Programas de Pós-Graduação, as discussões contribuem com as singularidades de suas regiões e estão em constante avanço, haja vista que a própria pesquisa em Educação, sua base, continuamente expande os temas e utiliza novas abordagens metodológicas (ANDRÉ, 2001, p.53). Os objetivos dos

---

<sup>1</sup> Bolsista do Programa PROSUC/CAPES. Universidade de Caxias do Sul – Caxias do Sul – RS - Brasil

estudos na História da Educação têm como objetivo a investigação acerca dos “atores envolvidos nos processos educativos [...], cotidiano escolar, aos aspectos da cultura escolar” (BICA, 2012, p.1).

O estudo proposto trabalha um tema com limitações documentais para sua resolução, operando um material gerado para outro fim, sendo a maneira de produzir a história, distinta da ideação da fonte, o que de acordo com Febvre (1989, p.249) não impede a utilização deste instrumento, já que qualquer material da época pode ser utilizado, desde que o historiador o lapide para o fim que deseja. A operação historiográfica, e focada em materiais tradicionais, foi ampliada e hoje opera com novas abordagens, objetos e possibilidades (BURKE, 1992, p. 9-16; CERTEAU, 2002, p.87) esta perspectiva advém da corrente chamada Nova História, com Jacques Le Goff e Pierre Nova que ruiu com conceitos e redefiniu a forma de pesquisa desde então, e é dentro deste viés que esta pesquisa se realizará.

Na História da Educação, o estudo entra na especificidade da instrução de imigrantes italianos do séc. XIX com a peculiaridade de diagnosticar a taxa de alfabetização na localidade de Antônio Prado - RS. A tradição oral conserva a imagem do “colono analfabeto”, colono é a designação do imigrante europeu que recebia um lote de terra. As reminiscências desta visão podem ser conferidas em trabalhos com este tema ou que trabalham na linha investigatória da imigração italiana, aqui foram selecionados alguns estudos, que confirmam e discordam desta visão, tanto de memorialistas como de pesquisadores do meio científico com a finalidade de mostrar que o tema permeia várias esferas.

Piazza; Ribeiro (2005, p.11) e Pazuch (2015, p.17) explicam que a maioria dos imigrantes italianos eram analfabetos, para De Boni; Costa (1984, p.95) o alfabetismo era inferior a 50%, porém, autores como Luchese (2008, p.109), Timm (2013, p.48) e Possamai (2005, p.74), dedicaram alguns trechos das suas pesquisas sobre a questão do analfabetismo de imigrantes italianos, e sustentam que em sua maioria eram alfabetizados, mesma interpretação de Gardelin;

Costa (1993, p.123) apesar destes, alertarem para os estudos da instrução distorcerem a realidade já que em sua maioria, os dados obtidos pertencem a segunda e terceira geração, e não levam em conta as diferenças de um ambiente culturalmente diferente dos pais que explicariam o empobrecimento cultural ocorrido nas primeiras gerações nascidas no Brasil.

Dos trabalhos da região apreciada, dois se destacam por análises das taxas de alfabetização de primeira geração de imigrantes, são eles, Luchese (2008, p.109) que após questionar o analfabetismo, analisa o recenseamento das Colônias Conde D'Eu e Dona Isabel tendo como resultado 74% de alfabetização dos homens em 1883 e Giron (1977, p.39), por meio do Mapa Estatístico de Caxias do Sul, em que 63% dos homens eram alfabetizados de 1875-1886. Em se tratando de analfabetismo na localidade de Antônio Prado, todos os trabalhos realizados nas últimas décadas, possuem como base Petrocchi, que infere “o analfabetismo atinge 90% não podendo os pobres habitantes a permitir-se o luxo de uma escola” (PETROCCHI, 1904, p.15-16, tradução nossa).

Há especificidades relacionadas ao contexto em que estes imigrantes se inserem, conjuntamente o repasse da educação formal depende não só do próprio interesse da população, mas também de políticas que apoiem e subsidiem estas práticas, variando de acordo com o local, mas a pesquisa na área se torna vital à medida que faltam estudos que melhorem o entendimento da instrução destes imigrantes.

Portanto, esta, busca por meio de limitação territorial e temporal, com estudo documental através de registros civis pela coleta de dados, colaborar a pesquisa da instrução dos imigrantes italianos, tendo em vista a análise em Antônio Prado- RS de 1895 a 1915. Sendo seu objetivo, concluir se a maioria dos imigrantes italianos e filhos, residentes na localidade, eram ou não analfabetos, porém não só este, mas também tecer hipóteses e levantar indagações, já que a pesquisa histórica não deve ser um mero produto de compilações (FEBVRE, 1989, p.31-32) e sim, fornecer

elementos para a continuidade da questão, a fim de que esta, com outros estudos, criem respostas às questões dos fatos ocorridos a nível local, regional e nacional.

A metodologia utilizada foi a mensuração de dados, sendo estes, utilizados para discussões acerca das possibilidades de interpretação dos resultados. A escolha do material utilizado, sobreveio em respostas a algumas questões que a pesquisa se propõe:

- a) a instrução de italianos, sendo necessária uma alternativa documental para a verificação desta já que as fontes existentes depreendem a instrução de ítalo-brasileiros, tendo em vista o processo educativo ocorrido no Brasil. No caso de italianos, as poucas fontes em sua maioria, são baseadas em censos ou listas de chegada dos imigrantes, sendo limitadas a um lapso temporal curtíssimo, e para a análise de vinte anos consecutivos se tornando árdua, quiçá impensável em virtude de limitações documentais;
- b) inclusão do sexo feminino, pouco contemplado em registros documentais tendo em vista a presença maciça de homens em registros oficiais da época. A busca do material para o seu estudo visa à inclusão de ambos os sexos, já que é necessário falar na “população” da localidade;
- c) busca de documentos históricos que alicercem a análise proposta e que incluam uma amostra considerável dos habitantes para que seja relevante a um parecer sobre a “taxa de alfabetização” da população da localidade.

Ao procurar meios que respondessem as questões acima, verificou-se que os registros de matrimônio civis, possuem viabilidade de pesquisa principalmente no que tange a informações obrigatórias de ambos os sexos como assinatura, idade e naturalidade do indivíduo.

Pesaram na escolha da fonte utilizada, tanto os seus pontos positivos como negativos, que são: limitações em nível de idade, já que contempla somente indivíduos casando; o perfil do documento restringe a questão ao assinar ou não assinar, ficando de fora o estudo do grau desta instrução. Os pontos positivos resultam das

respostas às questões supracitadas como a possibilidade de verificação da instrução dos italianos, análise dos homens e das mulheres, e forma de investigação documental que inclui um período razoável para inspeção de uma amostra considerável da população.

Assim, apesar de não contemplar alguns quesitos, a fonte foi selecionada em virtude de permitir resposta às principais questões levantadas sobre o analfabetismo de italianos e ítalo-brasileiros em Antônio Prado. A pesquisa se propõe a quantificar as taxas de alfabetização com a ciência de que estes números são “indicadores culturais macroscópicos, compósitos, que não medem exatamente nem a difusão da capacidade de escrever, mais restrita do que os números indicam, nem a da leitura, que é mais extensa” (CHARTIER, 1991, p.114).

Outra ressalva advém de que os registros originais constam “sabem ler e escrever” ou “não sabem ler e escrever” mas que no estudo foi utilizado “assinou” ou “não assinou” concordando com o aporte teórico dado por Chartier. Aqui, não mediu-se o grau da instrução mas sim a instrução como um indicador para uma taxa de alfabetização comum da localidade. Tendo na discussão dos resultados a liberdade de avaliação por diversos caminhos, sem a pretensão de atribuir uma resposta única a este respeito.

Em relação aos procedimentos, foram catalogadas<sup>2</sup> as duas primeiras décadas de matrimônios civis de Antônio Prado - RS, de 1895 a 1915, que incluem os quatro<sup>3</sup> primeiros livros de registros civis da localidade. O recorte temporal foi em virtude do início do registro civil na própria localidade e o término, para que a análise não se estendesse, concebendo que duas décadas são suficientes para uma verificação relevante de italianos e ítalo-descendentes, estes representando 87,58% da totalidade de etnias presentes no

---

<sup>2</sup> Todos os registros estão online e podem ser acessados na página: <https://www.familysearch.org/>

<sup>3</sup> Livro 1 (18.02.1895 a 20.05.1902), 2 (21.05.1902 a 09.11.1908), B-3 (11.11.1908 a 03.03.1915) e parte do livro B-4 (20.03.1915-29.07.1918), somente até o final de 1915, na p. 71.

registro civil, sendo o restante composta de brasileiros, poloneses, entre outros.

Para compreensão, transcrevem-se aqui registros civis da localidade. Abaixo é possível conferir um matrimônio de italianos, sendo sempre tabelados da mesma forma e com informações precisas sobre a origem, idade e instrução. Pode-se perceber que no registro abaixo, o noivo assinou, mas que por não saber escrever, uma testemunha assinou pela noiva:

Aos três dias do mês de Abril de mil oitocentos e noventa e cinco, em meu cartório [...] receberam-se em matrimônio Battistin Antonio, filho de Battistin Marco, já falecido e de Pontarolo Angela, com trinta anos de idade, natural de Veneza na Itália, residente neste distrito e Saugo Cattarina, filha legítima de Saugo Giovanni e Lasta Giustina, residentes neste distrito, com vinte anos de idade, natural de Vicenza na Itália, residente neste distrito [...] Oficial do Registro Civil de Casamentos deste distrito, lavrei este ato que vai por todos assinado, assinando João Ferri a rogo da contraente Saugo Cattarina, por não saber ler e escrever.

Microfilme do cartório de Registro Civil de Antônio Prado<sup>4</sup>

Livro de matrimônio 1, fls. 2v, n.4

Abaixo um matrimônio de ítalo-brasileiros. A classificação de ítalo-brasileiros advém por constar serem naturais deste Estado, mas não só, por incluir a proveniência dos pais para esta verificação.

Aos vinte e seis dias do mês de Outubro de mil novecentos e quinze [...] receberam-se em matrimônio o cidadão Giuseppe Pellicoli, com dona Maria Gambato, ele com vinte anos de idade, solteiro, agricultor, filho legítimo de Marco Pellicoli e Luigia Dalmolin, italianos, agricultores, residentes neste termo e ela a contraente com dezanove anos de idade, solteira, de profissão doméstica, filha legítima de Luigi Gambato e de Amalia Scorzatto, agricultores, italianos, residentes neste termo, ambos os contraentes naturais deste Estado, residentes neste município e abaixo assinados.

---

<sup>4</sup> Fonte: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-C955-2Q96-2?i=20&cat=263342>

Microfilme do cartório de Registro Civil de Antônio Prado<sup>5</sup>  
Livro de matrimônio B-4, fls.63-64, n.73

A coleta sistemática dos dados ocorreu por meio de leitura de cada registro e classificação em um programa de *software* para o gerenciamento de tabelas e planilhas. Sendo transcritos uma linha para cada indivíduo separados por: ano do registro, sexo, proveniência, idade, assinou/ não assinou.

Ao término da coleta, foram obtidas informações de 1862 indivíduos, sendo 931 matrimônios. A quantidade por sexo não é proporcional, sendo 932 homens e 930 mulheres, este fato deve-se ao casamento de italianos e ítalo-brasileiros com outras etnias, as quais não foram catalogadas neste estudo.

Após, seguiram-se seis estágios, também realizados no mesmo *software* por meio de geração de tabelas, ocorrendo, as seguintes análises subcitadas. As divisões tornam-se necessárias para que os dados possam ser analisados com melhor especificidade.

- 1) quantidade de italianos e ítalo-brasileiros;
- 2) italianos que assinaram e não assinaram;
- 3) ítalo-brasileiros que assinaram e não assinaram;
- 4) porcentagem que assinou de cada grupo;
- 5) instrução homens x mulheres;
- 6) porcentagem dos que assinaram e não assinaram de acordo com o ano de nascimento.

## O analfabetismo em Antônio Prado

A primeira fase da análise foi de identificar a população que se declarou italiano e ítalo-brasileiro. Como pode ser observado na **Tabela 1**, italianos predominaram entre a amostra. A coleta não visou equiparar ambos em quantidade, mas teve o cuidado de se estender temporalmente até reunir um grupo amostral significativo.

---

<sup>5</sup> Fonte: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QSQ-G9LC-9ZPQ?i=41&cat=263342>

**Tabela 1** - Quantidade de italianos e ítalo-brasileiros analisados

Naturalidade	Total
Italianos	1205
Ítalo-brasileiros	657

Fonte: A autora (2019)

As fases seguintes (**Tabela 2 e 3**) se constituíram na separação entre italianos e ítalo-brasileiros<sup>6</sup> que assinaram e não assinaram, seguido pela **Tabela 4**, porcentagem que assinou de cada grupo.

**Tabela 2** - Italianos

Assinaram	Não assinaram
786	419

Fonte: A autora (2019)

**Tabela 3** - Ítalo-brasileiros

Assinaram	Não assinaram
404	253

Fonte: A autora (2019)

**Tabela 4** - Porcentagem que assinou de cada grupo

Italianos	65,23%
Ítalo-brasileiros	61,49%

Fonte: A autora (2019)

A inclusão do sexo feminino na instrução dos imigrantes foi um dos objetivos deste estudo, conforme **Tabela 5**. Aqui, a inclusão dos homens foi feita para fins comparativos, posto que também é uma questão a ser explorada. A análise inclui toda a amostra coletada, 1862 indivíduos, italianos e ítalo-brasileiros.

**Tabela 5** - Instrução homens x mulheres

Porcentagem que assinou	
Homens	Mulheres
75,73%	52,37%

Fonte: A autora (2019)

A **Tabela 6** foi necessária em virtude da focalização contínua da amostra, enquadrar a educação em italianos e ítalo-brasileiros necessitava de uma análise exaustiva, já que um indivíduo nascido

<sup>6</sup> Por meio da declaração de proveniência.

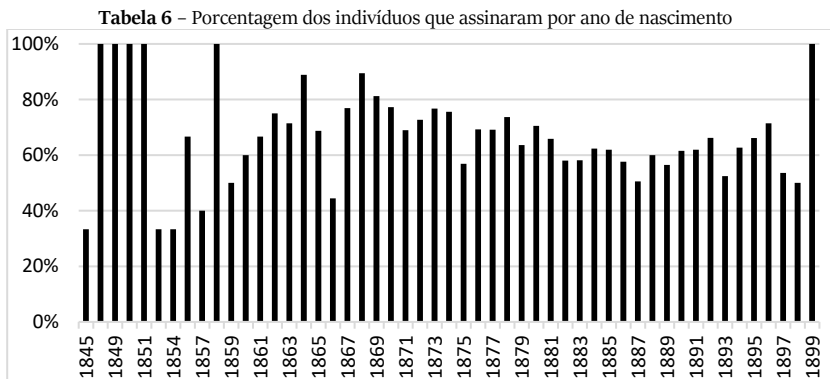


na Itália pode ter crescido e passado pela educação no Brasil, neste estudo, em específico, sendo melhor enquadrado como educando “ítalo-brasileiro”, assim foi realizado um diagnóstico da taxa de alfabetização de acordo com o ano de nascimento para que se pudesse hipoteticamente verificar se existem diferenças de acordo com este ano, portanto, entre a instrução ocorrida na Itália e no Brasil. A análise ocorrerá em confronto com os níveis de cada grupo, **Tabela 4**, ao qual dialoga.

Os indivíduos foram selecionados em uma escala por ordem cronológica de nascimento e porcentagem se assinou ou não, no gráfico foram geradas informações com um intervalo de tempo para que visualmente pudesse ser analisado.

Esta, inclui nascidos de 1845 até 1899. Em relação a quantidade de pessoas, do ano de 1867 em diante, obteve-se números superiores a 16 indivíduos por ano, sendo que o ano de 1884 é o de maior número de nascimentos, com 93 pessoas, este por sua vez, baixa gradativamente até a pessoa mais nova que nasceu em 1899.

As exceções aqui são de 1845 a 1858, 1866 e 1899, onde os níveis de alfabetização atingiram esta marca devido a pouca quantidade de nascidos neste período, que foram de 1 a 3 indivíduos, tornando estes anos sem parâmetro para a análise.



Fonte: A autora (2019)

Acerca das discussões, verifica-se que a **Tabela 1** refere-se a quantidade de italianos e ítalo-brasileiros, e foi inserida a título de conhecimento, já que conforme explicitado ela não visou equiparar ambos mas sim englobar um grande número de indivíduos, sendo seu total 1862 indivíduos.

Na **Tabela 2** e **Tabela 3** italianos e ítalo-brasileiros que assinaram e não assinaram. Com a amostra de 1862 indivíduos, 1190 assinaram o registro, esta conferência indica uma porcentagem de 63,9% de alfabetizados na localidade.

Da **Tabela 4**, da porcentagem que assinou de cada grupo, constatou-se que a taxa de alfabetização de ambos é bem próxima. Verifica-se de uma forma generalista, que mais da metade dos italianos e ítalo-brasileiros eram alfabetizados, contrapondo a visão do analfabetismo destes imigrantes. Esta reflexão também leva as seguintes conclusões: as condições de estudo na Itália se equipararam as condições de estudo no Brasil; A imigração não influenciou negativamente no processo educativo dos filhos de imigrantes no período que estes despenderam para o seu deslocamento, o que contrapõe, de certo modo, nesta localidade, as pesquisas citadas por Gardelin; Costa (1993, p.123) que sustentam a inexistência de um ambiente de primeiras gerações equiparado culturalmente ao dos italianos.

Mas estas conclusões levantam outra questão relativa ao repasse da instrução, levando em conta que cada família emigrou em um determinado período, como este processo educativo se manteve? Talvez aqui caiba uma verificação acerca de um possível ensino repassado pelo próprio núcleo familiar.

Da **Tabela 5**, instrução de homens e mulheres. A análise é interessante ao passo que, as mulheres da época são praticamente apagadas dos registros, sendo a mensuração da sua alfabetização muito difícil, mas a conclusão desta medição é um achado interessante, pois apesar dos homens possuírem uma taxa de alfabetização mais elevada, as mulheres em sua maioria são alfabetizadas, contraponto alguns estudos, a título de exemplo, De

Boni; Costa (1984, p.209), que citam que a mulher à época como analfabeta ou semialfabetizada.

Da **Tabela 6**, verificando por ano de nascimento os indivíduos, e excluindo as exceções apresentadas, infere-se que a porcentagem dos alfabetizados varia, mas não possui discrepâncias gritantes entre o período, e que mesmo com 54 anos de diferença entre os indivíduos, estes não pioraram nem melhoraram a taxa de alfabetização a ponto de impactá-la significativamente por anos consecutivos, não mostrando uma melhora ou piora na totalidade da amostra coletada. Esta análise corrobora com o estágio analisado na **Tabela 4**, em que tem-se uma porcentagem equivalente em ambos os grupos, e reafirma a conclusão da manutenção da taxa de alfabetização entre italianos e ítalo-brasileiros. Aqui, na especificidade territorial, além das outras questões já levantadas, é passível a indagação do por que este nível se manteve e não melhorou gradualmente, não houve políticas públicas na cidade para seu aumento?

Os dados analisados oferecem plausibilidade relativa aos resultados das pesquisas de Luchese, (2008, p. 109) e Giron (1977, p.39). Com o recorte regional destes estudos, podemos identificar que 63 a 75,73% dos imigrantes italianos (homens) na Serra Gaúcha eram alfabetizados. Este é um alto índice, em comparação com o Brasil no início do séc. XIX que contava com 65,3% de analfabetos no país (INEP, 2003, p.6). Os motivos desta diferença podem ser bastante complexos, segundo com Kreutz (2000, p.359), a taxa de alfabetização, varia de acordo com o local de origem dos imigrantes. Há de se ter em mente que a região estudada é composta por um grande número de imigrantes provenientes da mesma região, sendo vênets e lombardos (FROSI; MIORANZA, 2009, p.47), o que poderia corroborar com esta hipótese embora ao analisar o recenseamento de 1906<sup>7</sup>, o Rio Grande do Sul apresente uma

---

<sup>7</sup> Diretoria Geral de Estatística. Estatística da Instrução (1ª parte, "Estatística Escolar", 1º vol.), 1916.

estimativa de 67,4% de analfabetos, que abre novamente a questão para a análise.

## **Conclusão**

O presente trabalho teve como objetivo analisar a taxa de alfabetização de imigrantes italianos e ítalo-brasileiros estabelecidos na cidade de Antônio Prado - RS entre 1895 e 1915. A amostra investigada foi constituída com base no resultado parcial da dissertação em andamento do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul – RS.

Os resultados de Antônio Prado – RS apontam que, a maior parte da população era alfabetizada, e que comparando italianos e ítalo-brasileiros, ambos os grupos tiveram uma instrução equivalente, esta questão foi verificada tanto pela separação dos dois grupos como pelo ano de nascimento dos indivíduos. O estudo também verificou a instrução das mulheres na localidade, que possuem um porcentual mais baixo do que os homens, mas que em sua maioria, são alfabetizadas.

Conclui que o processo migratório não influenciou na alfabetização das crianças imigrantes e que existiram processos educativos para manutenção desta taxa de alfabetização, sendo bem alta em comparação com o restante do País.

Os dados aqui expostos, foram trabalhados com uma limitação temporal e territorial, mas não se restringem a tal, tem por objetivo, discutir o analfabetismo dos imigrantes, e instigar às futuras pesquisas por meio de indagações derivadas da análise dos resultados a fim de explicar os motivos para tal taxa, bem como, incentivar o estudo em outras localidades e etnias.

---

“Introdução”, assinado por Oziel Bordeaux Rego, da quarta seção da Diretoria Geral de Estatística, p. CCXI.

## Referências

- ANDRE, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. *Cad. Pesqui.* [online]. 2001, n.113 pp.51-64. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742001000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200003&lng=en&nrm=iso). ISSN 0100-1574. Acesso em: 24 mar. 2019.
- ANTÔNIO PRADO, microfilmes do cartório de Registros Cíveis, 1895-2003, imagens, *FamilySearch*. Disponível em: [www.familysearch.org](http://www.familysearch.org). Acesso em: fev./abr. 2019.
- BICA, Alessandro Carvalho. A pesquisa em História da Educação: Caminhos, etapas e escolhas no trabalho do historiador. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9, 2012, Caxias do Sul-RS. *Anais Eletrônicos...* Caxias do Sul: ANPED/SUL, 2012. p. 1-17.
- BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Estatística da Instrução*. Primeira parte: Estatística Escolar, v.1, 4 seção, 1916 (Introdução de Oziel Bordeaux Rego).
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EdUNESP, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: CHARTIER, Roger. *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Correio Riograndense, EDUCS, 1984.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989.
- FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. 2 ed. Caxias do Sul: Educs, 2009.
- GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Colônia Caxias: origens*. Caxias do Sul, RS: Edições EST, 1993.

GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul, RS:EST/UCS, 1977.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Mapa do Analfabetismo no Brasil*. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/estadisticas/analfabetismo2003.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2013.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUCHESE, Terciane Â. *O Processo Escolar entre imigrantes da região colonial italiana do RS - 1875 a 1930*. Doutorado em Educação - UNISINOS, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2068>. Acesso em: 08 jan. 2019.

PAZUCH, Giovane. *Imigração italiana na colônia de Antônio Prado - RS: catolicismo e sociabilidades (1885-1945)*. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12901>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PETROCCHI, L. Le colonie italiane del distretto di Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul). BE. p. 15-16, 1904. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. *Fontes Diplomáticas: Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Tomo II. 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/editora/e-books/historia-e-imigracao/>. Acesso em: 04 abr. 2019.

PIAZZA, Cleodes Maria; RIBEIRO, Júlio. *Anotações de literatura e de cultura regional*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005.

POSSAMAI, Paulo César. *“Dall’Itália siamo partiti”*: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

TIMM, Jordana Wruck. *A relação escola/comunidade na região das antigas colônias italianas, nordeste do Rio Grande do Sul, 1915 a 1960*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013.

## **A importância do estudo para os imigrantes trentinos no Rio Grande do Sul**

*Marcelo Armellini Corrêa <sup>1</sup>*

Em 1875, chegaram as primeiras levas de colonos italianos ao Rio Grande do Sul, sendo que, desse ano até 1914, entraram no estado de 80 a 100 mil imigrantes (MANFROI, 2001). A grande maioria deles provinha das províncias do norte da Itália: Vêneto, Lombardia, Friuli e Trentino-Alto Ádige. O biênio 1875-1876 foi o período em que mais italianos vieram para o Estado, dirigindo-se, a maior parte, para as colônias Caxias, Dona Isabel, Conde D'Eu e Silveira Martins, esta última criada em 1877.

Ao se estudar os imigrantes italianos, não se deve compreendê-los como um grupo homogêneo, mas, sim, heterogêneo, devido ao fato de a Itália no século XIX ser caracterizada pelos regionalismos, ou seja, pelas identidades regionais. Isso ocorria porque esse país só foi unificado em 1870, com a tomada de Roma pelas tropas do Reino de Piemonte que, por ser o mais forte tanto política como militarmente, uniu os demais reinos da península itálica.

No final do século XIX cada região da Itália conservava sua cultura local, principalmente em relação ao idioma, pois prevaleciam os dialetos regionais em vez da língua italiana oficial. Mesmo após a unificação, algumas regiões com populações de fala italiana continuaram sob domínio estrangeiro, como foi o caso do

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e professor do ensino fundamental na Escola Municipal Santa Rita de Cássia em Gravataí.

Trentino-Alto Ádige e de Trieste, províncias do Império Austro-Húngaro.

A identidade dos trentinos era baseada na religião católica e no culto ao Imperador da Áustria, Francisco José I. A Itália, em 1870, conquistou militarmente Roma e outros territórios da Igreja, por isso o Papa excomungou o reino italiano, considerando-o um Estado ateu. A Áustria-Hungria defendia a Igreja e o Papa, em vista disso os trentinos, como eram católicos fervorosos, preferiam ser súditos austríacos a pertencer ao Reino da Itália, um Estado condenado pelo Pontífice. Muitos trentinos que imigraram para o Brasil traziam consigo um quadro com a imagem de Francisco José devido ao culto ao imperador, e, por causa disso, vários deles transferiram sua simpatia deste para Dom Pedro II (GROSSELLI, 1999). O imperador austríaco era visto como um defensor da fé católica pelo fato de apoiar as causas da Igreja Católica. Para Possamai, “[...] os trentinos consideravam-se mais católicos do que os italianos pelo fato de não serem originários de um Estado condenado pelo Papa” (POSSAMAI, 2005, p. 92-93).

Segundo Grosselli (1987), a luta pela incorporação do Trentino à Itália era uma preocupação somente burguesa e cidadina, pois os camponeses não entraram nela por pouco se importarem com os ideais da burguesia que queria a unificação da província à Itália, o que somente veio a ocorrer em 1919. Para Possamai, “O grupo dos trentinos não vinha de um país que recentemente havia lutado pela sua unificação e não contava com elementos garibaldinos ou carbonários que, com frequência, existiam entre os imigrantes italianos.” (POSSAMAI, 2005, p. 89).

No século XIX, os trentinos entravam no Brasil com passaporte austríaco<sup>2</sup> e eram chamados de tirolezes ou austríacos. Ao optarem pela saída do Tirol italiano ou do Trentino, recebiam o passaporte e tinham de se declarar não mais pertencentes a essa

---

<sup>2</sup>O passaporte não poderia ser considerado como uma permissão para emigrar, porquanto, ao contrário disso, esse documento servia somente como legitimação, comprovando que a pessoa titular conservava a sujeição austríaca (GROSSELLI, 1987).



comunidade, perdendo seus direitos de súditos do Império. Eram informados de que não receberiam nenhuma ajuda do governo na solução de seus problemas.

Os imigrantes trentinos ao declarar sua procedência as autoridades brasileiras se declaravam tirolezes ou austríacos. O termo Tirol refere-se ao passado sob domínio austríaco da região e o termo Trentino refere-se ao presente sob o domínio italiano (ALTMAYER, 2014).

### **Os trentinos no Rio Grande do Sul**

Segundo Frosi e Mioranza (2009) e Possamai (2005), 7% dos emigrados italianos que vieram para o Rio Grande do Sul eram trentinos, provenientes em sua maioria do sul da província de Trento (98%), principalmente das localidades de Fiera di Primiero, Pérgine e Roveretto. Bolzano contribuiu apenas com 2%.

Chegaram ao Rio Grande do Sul cerca de 4500 trentinos (GROSSELLI, 1999), dirigindo-se, em sua maioria, para as três primeiras colônias imperiais, Conde d'Eu (Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Colônia Caxias; o restante distribuiu-se entre Santa Maria de Soledade, Silveira Martins e Alfredo Chaves. Em Porto Alegre, alguns se instalaram na colônia de Vila Nova de Itália (POSSAMAI, 2005).

A maior parte dos imigrantes trentinos que chegaram ao Rio Grande do Sul se instalaram na Colônia Caxias, para onde se dirigiram cerca de 1700 trentinos (GROSSELLI, 1999). A Colônia Caxias, nome dado em 1877, era anteriormente conhecida como Campo dos Bugres, denominação atribuída aos índios caingangues que viviam na região, também chamados de coroados, pertencentes à tribo dos Gês (GARDELIN; COSTA, 1993). Para os autores, os trentinos, embora espalhados por todas as linhas, concentraram-se na primeira e segunda léguas da Colônia Caxias, sendo que, no travessão São Virgílio da segunda légua, quase todas as famílias ali instaladas eram trentinas.

Em 1884, na colônia Dona Isabel, havia 6951 italianos e 800 trentinos, segundo o relato do cônsul italiano Antônio Greppi (apud COSTA et al.,1999). Nessa colônia, os trentinos se instalaram em maior número na estrada geral e foram os primeiros povoadores do Vale dos Vinhedos, atual distrito de Bento Gonçalves. As primeiras famílias de imigrantes trentinos chegaram ao local em janeiro de 1877, entre elas estavam os Zora, Larentis, Giordani, Baldissarelli, Zandonai, Valduga e Gonzatti (DE PARIS, 2006).

### **A questão do estudo**

Os trentinos eram em sua maioria alfabetizados, sabiam ler e escrever, pois tinham mais instrução do que os imigrantes provindos de outras partes da Itália que, em grande número, eram analfabetos. O império Austro-Húngaro determinava em sua legislação que os rapazes frequentassem obrigatoriamente a escola até os 14 ou 15 anos. Por isso, os trentinos davam valor à educação, embora, às vezes, os filhos de imigrantes não tivessem acesso à escola devido às condições precárias das colônias, que necessitavam do trabalho braçal para a sobrevivência das famílias.

Segundo Grosselli, em Trento, no ano de 1880, a taxa de analfabetismo entre as pessoas com mais de seis anos de idade era cerca de 14,5% do total da população; em alguns vales, essa taxa chegava a apenas 3 ou 4% (GROSSELLI, 1999). Em relação aos italianos em geral, a maioria deles não eram analfabetos, pois muitos vinham da Itália alfabetizados. Gardelin (apud GARDELIN; COSTA, 2002) confirma que metade dos imigrantes italianos eram alfabetizados, o que diverge da informação apresentada por Zanotelli (1997) que afirma serem analfabetos mais de 50% dos habitantes da Itália.

No entanto, o desinteresse do governo brasileiro em construir escolas para os imigrantes, a necessidade da mão de obra para trabalhar na lavoura e o custo para manter as escolas e os professores fez com que o sistema escolar na região de colonização

italiana do Rio Grande do Sul não se desenvolvesse. Assim, muitos filhos de imigrantes acabaram não frequentando a escola. Para Caprara e Luchese, “[...] o índice de analfabetismo multiplicou-se nas colônias entre os filhos de imigrantes, que não tinham onde estudar” (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 450). Segundo Manfroi (1979) os imigrantes italianos não se preocupavam em construir escolas para seus filhos nos primeiros anos após a fundação das colônias. Pois os italianos teriam se preocupado com a escola muito tardiamente, após muitos anos.

Na Áustria, devido ao crescimento dos nacionalismos entre as populações não alemãs do império no século XIX “o governo austríaco esforçava-se em cultivar a consciência de que a Áustria significava o Estado como um todo, para além das fronteiras étnicas e regionais” (PRUTSCH, 2011, p.3). O governo austríaco tinha, através do sistema escolar, uma forma de promover a integração e a lealdade dos seus súditos de diferentes nacionalidades ao Império, desta maneira promovendo uma identidade supranacional. Assim, conforme Prutsch, “Aqueles que tinham alguma formação escolar estavam socializados como austríacos, tinham aulas de história austríaca e lhes era transmitida uma sensação de identidade supranacional” (PRUTSCH, 2011, p. 3). Por isso, o alto grau de escolaridade dos imigrantes trentinos era um fator de ligação destes com o Império Austro-húngaro, pois reforçava a identidade deles como austríacos.

Para Prutsch (2011), até 1918 ser austríaco não se limitava apenas ao fato de falar a língua alemã, mas abrangia todos os povos que habitavam as diversas partes do Império incluindo os que falavam outras línguas, embora o alemão fosse a língua oficial do Império Austro-Húngaro.

Grosselli informa que quase todas as aldeias do Trentino possuíam uma escola primária, por isso o número de alfabetizados entre seus habitantes era alto (GROSSELLI, 2008). No caso da família Zanotelli, todos os seus membros vieram alfabetizados (ZANOTELLI, 1997).

Os trentinos estavam de baixo do Imperador da Áustria Francisco José, e tinha uma lei de 1770 que determinava que todo o filho homem tinha que ter estudo de 6 aos 12, as mulheres não precisavam, portanto todos os trentinos que aqui vieram, chegaram alfabetizados, meu bisavô era militar e veio alfabetizado [...] aqui fizeram escolas para toda a comunidade, tinham consciência do valor da educação [...].(EG)<sup>3</sup>.

Luigi Gatti, em entrevista, fala sobre a escola no Trentino no tempo da dominação austríaca.

- E a escola, como era naquele tempo, ou não havia escola?
- Havia escola. Eu sei que entre os nossos ancestrais, não havia propriamente analfabetos, não. Algum.
- Falavam alemão ou italiano?
- Italiano. Havia os alemães, mas a escola era em italiano. (COSTA; BATTISTEL, 2000, p. 431).

Conforme a fala de Luigi Gatti demonstra, no Trentino, durante a época da dominação austríaca, não havia analfabetos, ao menos entre os seus familiares.

O imigrante trentino Cirillo Zamboni, imigrado para a colônia Conde d'Eu em 1875, construiu um moinho na linha Vitória, o qual vendeu para se dedicar ao comércio e à fotografia, mais tarde montou um jornal, possivelmente por ser conhecedor de várias línguas (COSTA et al.,1999). Isto mostra que ele tinha um grau de instrução muito elevado e que provavelmente não era um agricultor.

Para a Colônia Caxias, haviam imigrado dois professores trentinos, Abramo Pezzi e Giacomo Paternoster (GIRON, 1998). Este último lecionou durante anos em sua terra natal e continuou exercendo o magistério após a vinda para o Brasil. Giacomo Paternoster foi “[...] o primeiro professor estadual a ser nomeado para lecionar em Caxias, o que ocorreu em 1º de junho de 1879” (COSTAMILAN, 1989, p. 304). O professor Abramo Pezzi, nascido

---

<sup>3</sup> Entrevista com o professor Enuç Giordani em 2009.

em Dércolo, no Trentino, em 1846, imigrou para a colônia Caxias em 1878, vindo transferido da colônia Rio Novo, no Espírito Santo. Ele fundou a primeira escola na colônia Caxias, na qual lecionava em italiano e em português. Além do Trentino, que naquela época fazia parte da Áustria, lecionava também em território italiano. Quando veio para Caxias do Sul, tornou-se um líder comunitário, pois dava conselhos para os colonos. Faleceu em 1903, com 57 anos de idade<sup>4</sup>. Aurora Pezzi, sua filha, em uma entrevista feita no ano de 1980, fala sobre a vida do seu pai.

Foi um dos primeiros imigrantes. Ele, quando veio da Itália, ficou um ano no Espírito Santo. Depois ele veio diretamente para o Campo dos Bugres [...] Meu pai então [...] o ideal dele era sempre lecionar, porque ele lecionava também na Itália, era diplomado, era professor diplomado. Ele percebia os vencimentos de Francisco José, Rei da Áustria, na Itália [...] Meu pai, depois, era um homem que dava conselhos. Os colonos vinham lá e pediam para que ele desse um conselho, fazer requerimentos [...] então, a minha mãe ficava dando aula, dar aula para os alunos. Então, ela dava aula enquanto ele se ocupava de atender os colonos que iam pedir conselho [...]. (PEZZI, 1980)<sup>5</sup>.

Na Praça Dante Alighieri, em Caxias do Sul, existe um monumento em homenagem ao professor Abramo Pezzi, no qual está escrito em italiano “*Il maestro*” (CHIES, 2009). Para Herédia e Paviani (2003), geralmente os imigrantes italianos valorizavam muito mais a igreja do que a escola. Padre e igreja eram considerados indispensáveis frente ao professor e à escola. Para as autoras:

A força da religiosidade, expressa através do catolicismo (...) tem a ver com a presença da igreja desde a formação dos núcleos coloniais, bem como com o papel que a religião desempenhou na

---

<sup>4</sup> PETERLONGO. **História**. [2012]. Disponível em: <<http://www.peterlongo.com.br/pt/institucional/história/>>. Acesso em: 28 set. 2013.

<sup>5</sup> Entrevista feita com Aurora Pezzi Ungaretti em 1980.

integração cultural dos grupos imigrantes. A religião foi um elemento de construção de identidade cultural, preenchendo as lacunas deixadas na antiga pátria. A prática religiosa foi o elemento aglutinador das diferenças culturais trazidas por esses europeus à medida que mantiveram seus costumes e tradições e seus dialetos na nova pátria. (HERÉDIA; PAVIANI, 2003, p. 62).

Segundo Costa (1977), a maioria dos primeiros imigrantes italianos eram alfabetizados, mas as primeiras gerações dos filhos de imigrantes italianos eram semianalfabetos. Para o autor isso ocorreu porque,

[...] o abandono do imigrante às suas glebas, a falta de interação social com os centros urbanos, o convívio com a floresta, as distâncias das poucas escolas existentes e a inexistência quase absoluta de um sistema abrangente de educação, fez com que os filhos de imigrantes tivessem apenas rudimentos de alfabetização, razão porque poucos sabiam ler fluentemente, escrever e contar. (COSTA, 1977, p. 217).

De acordo com Luzzato (1987), os imigrantes italianos se preocupavam primeiro em sair da pobreza para depois proporcionar instrução para seus filhos:

Um filho no colégio era um braço a menos na colônia! Isso fez com que muitos imigrantes passassem a gerar filhos mais ignorantes do que eles próprios, pois havia uma ânsia de encher o paiol, encher os bolsos, encher a barriga. (LUZZATO, 1987, p. 24).

Em relação aos filhos homens, devido à patrilinearidade, havia o cuidado para que aprendessem a ler porque era necessário para os negócios e a administração do lar. Por essa razão, a maioria das mulheres não necessitava se alfabetizar<sup>6</sup>, porque não tinham essas responsabilidades, consideradas exclusivas do homem (COSTA, 1977, p. 219).

---

<sup>6</sup> Apesar de a maioria das mulheres não estudarem, havia algumas que eram professoras.

O diretor da colônia Blumenau encontrou no meio dos trentinos um terreno fértil em relação ao assunto escola. “A maioria sabia ler e escrever e quase todos tinham presentes as vantagens da alfabetização dos filhos” (GROSSELLI, 1987, p. 406). Um relatório da colônia Blumenau do ano de 1877 faz referência a 4 escolas que os trentinos estavam terminando de construir e que eles pediram auxílio ao consulado austríaco para obter subsídios para as escolas (GROSSELLI, 1987).

Um grupo de trentinos residentes na colônia Blumenau, em Santa Catarina, fizeram pressão junto ao consulado austríaco do Rio de Janeiro para obter recursos para uma escola (GROSSELLI, 1987). De acordo com Grosseli, as autoridades austríacas começaram, então, a enviar livros e subsídios em dinheiro, pois conforme o registro do Padre Lucinio Korte, pároco de Nova Trento: “[...] também eles (os austríacos) concedem subsídios às nossas escolas há alguns anos” (KORTE apud GROSSELLI, 1987).

As escolas mais antigas da Região Colonial italiana surgiram em locais aonde os trentinos eram maioria. Na Linha Figueira de Melo, na Colônia Conde d`Eu, foi inaugurada uma escola particular em 1877 a qual pertencia ao imigrante trentino Basilio Turatti (LUCHESE, 2015). No travessão São Vígílio, na segunda légua da colônia Caxias, o qual era habitado majoritariamente por trentinos, foi construída a escola São Martinho<sup>7</sup>, uma escola rural<sup>8</sup>, inaugurada em 1880. Entre os anos 1880 e 1900, “[...] a escola esteve sob regência do professor Antônio Berna, imigrante, que ministrava aula em italiano” (BARBOSA, 1980, p. 28).

---

<sup>7</sup> O autor não informa muitos detalhes sobre a escola, a não ser que foi construída ao lado do cemitério, sendo que os cemitérios se localizavam ao lado de uma igreja nas colônias italianas. Isto leva a crer que era uma escola paroquial, mas também poderia ser uma escola particular, pois, segundo Ribeiro (1987), existiam três tipos de escolas: as escolas particulares italianas, escolas italianas apoiadas pelo governo e as escolas paroquiais. Para Maestri, havia dois tipos de escola: “a escola rural particular e a subvencionada pelo governo” (MAESTRI, 2005, p. 120). Mas, devido às poucas informações a respeito da escola, torna-se difícil afirmar a que tipo de escola ela pertencia.

<sup>8</sup> Em relação às escolas rurais nas colônias italianas: “As escolas apoiadas pelo governo italiano eram instaladas, principalmente, nas sedes das colônias. O ensino rural ficou entregue mais a iniciativa dos próprios colonos” (RIBEIRO, 1990, p. 564).

A partir de 1919, o professor Constantino Bampi, de origem trentina, passou a ensinar ali. Em 1923, devido aos distúrbios provocados pela revolução no Estado, a escola foi fechada, sendo reaberta anos depois. As aulas passaram a ser dadas pelas professoras Ida Guerra, Maria Postalli e Alice Costamilan, sendo que as duas últimas eram de famílias trentinas.

Segundo Adami (apud RIBEIRO, 1990), no ano de 1891, foi feito um abaixo assinado, organizado por 67 colonos da segunda légua, dentre os quais havia muitos trentinos, pedindo ao governo para que este construísse escolas no local.

Os abaixo assinados, moradores na segunda légua e Forqueta, terceiro Distrito do município de Caxias, vêm com esta perante V.Ex. fazer conhecer que aquela povoada região acha-se completamente privada de instrução para os próprios filhos em número elevado, pedindo a conhecida bondade de V.Excia que tão dignamente representa o paternal governo n`este (sic) Estado, queira conceder uma aula do sexo masculino para colocar-se na segunda Légoa (sic) sobre mencionada. (ADAMI apud RIBERO, 1990, p. 560).

Em Garibaldi, no ano de 1912, foi feito um abaixo assinado por 23 colonos residentes na Linha Figueira de Melo, a qual era habitada majoritariamente por trentinos. O documento solicitava ao intendente do município que fosse concedido um salário para a professora que lecionava para as crianças da localidade (LUCHESE, 2015).

Os abaixo assinados moradores da Linha Figueira de Melo neste município vem dizer o seguinte: Que estando seus filhos sem instrução alguma e tendo os mesmos achado uma professora a fim em língua vernácula instruir seus ditos filhos (...) Por este motivo vem humildemente a V.S. digneis [sic] por meio do cofre municipal a conceder um pequeno subsídio mensalmente à dita professora. Assim confiantes na vossa proteção e no louvável préstimo de um verdadeiro pai, esperam ser atendidos. (...) Garibaldi, outubro de 1912. Assinam 23 pais de família (CORRESPONDÊNCIA AVULSA, apud LUCHESE, 2015, p. 145-146).



Esses documentos revelam que havia uma certa preocupação dos italianos em relação à educação de seus filhos e que nem todos eram negligentes com os estudos.

Assim, a escola, para os colonos, parece representar, sobretudo, a possibilidade do domínio da língua portuguesa. Isto permitiria uma mais rápida adaptação à cultura envolvente, e, ainda, a possibilidade de relações sociais e comerciais com outros grupos, particularmente aqueles que representavam o poder público. Ir a escola significaria, assim, a possibilidade de vencer na vida, de se igualar e competir com os demais grupos, particularmente com os luso-brasileiros. (RIBEIRO, 1990, p. 561).

De acordo com Giron, de um grupo de 106 colonos trentinos que chegaram à colônia Caxias, 83 (76%) deles sabiam ler e 26 (23%) não. Isso indica que os trentinos tinham uma média de alfabetização superior aos demais colonos italianos na colônia Caxias, já que, entre estes, somente 27% eram alfabetizados (GIRON, 2005). O número de mulheres alfabetizadas era maior entre as trentinas do que entre as italianas em Caxias do Sul entre 1884 e 1924, conforme a autora: “Das procedentes do Tirol que sabiam ler totalizavam 89%, enquanto das procedentes da Itália apenas 28% eram alfabetizadas” (GIRON, 1996, p. 294). Para a autora, na família Slomp, não houve casos de analfabetismo entre os membros da primeira geração nascida no Brasil, pois todos eles frequentaram algum tipo de escola por pouco mais de um ano (GIRON, 1995). Para Luzzatto (1993), eram raros os analfabetos entre os homens trentinos, conforme o autor “Como cidadãos austríacos, os trentinos tinham acesso à instrução, sendo raros os analfabetos, entre os homens, enquanto que entre os vênéticos o analfabetismo superava os 70%” (LUZZATTO, 1993, p.60).

Na colônia Santa Leopoldina, no Espírito Santo, logo que chegaram, os trentinos pediram um professor para a escola dos seus filhos. Assim, conforme Grosselli, os trentinos “[...] como em outras províncias do Brasil, demonstraram a importância que para eles

tinha a instrução, assemelhando-se nisto aos colonos alemães” (GROSSELLI, 2008, p. 227). Muitos trentinos eram bilíngues, pois sabiam falar o italiano e o alemão, que na época era a língua oficial do Império Austro-Húngaro. Este foi o caso do imigrante Giosué Cristiano Colombano Barater, imigrado para a colônia Dona Isabel em 1876, ele era bilíngüe e se comunicava com a esposa apenas em alemão (BARETIERI, 2016). Esses dados são confirmados pelas entrevistas feitas com descendentes de imigrantes trentinos.

87% dos trentinos eram alfabetizados, 100% dos alemães e 67% dos italianos, isso entre homens e mulheres. O número das mulheres alfabetizadas eram cerca de 30% menor do que a dos homens. Tais números são muito expressivos, pois na Itália o analfabetismo era maior (LG).<sup>9</sup>

Todos os homens trentinos eram alfabetizados, porque, e a maioria não eram só alfabetizados, eles também sabiam falar alemão. Os trentinos falavam alemão e falavam o trentino, que é um dialeto veneto, [...] a maioria dos homens eram alfabetizados e no mínimo 50% das mulheres eram alfabetizadas no Trentino. Os demais 40 a 50% dos homens eram alfabetizados, 0% das mulheres ou 1% das mulheres eram alfabetizadas. [...] A minha avó sabia ler e escrever porque era trentina, mas a outra minha avó não, [...] é uma tremenda diferença cultural (DL).

Os trentinos, imigrantes adultos ou menores com idade escolar, quase todos eram alfabetizados porque o Trento pertencia à Áustria, e a Áustria tinha um rigor muito maior do que a Itália com a obrigação de fazer os filhos frequentarem a Escola. Isto é uma coisa bem visível nas escrituras antigas, [...] é possível perceber que quase todos os adultos que assinavam sabiam ler, os trentinos, os italianos não. [...] Depois da realidade aqui, é que ficou igual, não havia escola nem para trentino nem para não trentino, [...] mas com certeza os nascidos no Trento tiveram mais facilidade de frequentar a escola lá (EM)<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Entrevista com LG em 2013.

<sup>10</sup> Entrevista com EM em 2013.

As respostas apresentam variações de acordo com o entrevistado.

A família do meu avô vieram alfabetizados, mas tem muitos que eram analfabetos pela pesquisa que eu tenho. Eu posso verificar, então só diz assim não lê/sabia ler, era ou não alfabetizado, isto aí acho até que nós podemos considerar era uns 50% (DV).

Na colônia Conde d'Eu, atual Garibaldi, uma grande parte dos italianos e trentinos não eram agricultores, possuíam outras profissões, por isso muitos deles se instalaram na zona urbana da colônia, sendo a maior parte alfabetizados.

A maior parte destes imigrantes que vieram aqui para Garibaldi não eram agricultores [...] a maior parte desses trentinos eles não eram agricultores, todos eles vieram com uma profissão e muitos deles eram estudados, então não veio uma camada muito bruta para cá, então a nossa cidade em 1900, 1910, 1920 tinha muito intelectual (EK).

Em Caxias do Sul, o empresário Caetano Costamilan, como forma de agradecimento a famílias vizinhas por alguns favores prestados a ele, financiou os estudos de seus filhos em um colégio interno em Porto Alegre. Um deles foi o jovem Antônio Casagrande (COSTAMILAN, 1989).

## **Conclusão**

O fato de os trentinos terem um índice de alfabetização maior que o dos demais italianos os diferenciava destes últimos. Assim o maior grau de escolaridade era um fator de identidade dos imigrantes trentinos. O incentivo a educação na Áustria tinha a ver com o esforço do governo de cultivar a austro-consciência entre os súditos, principalmente entre os que não eram de língua e cultura alemã como os Trentinos e assim socializa-los como austríacos transmitindo para eles um sentimento de identidade supranacional.

Os trentinos valorizavam o estudo, eram mais instruídos do que os demais italianos e tentaram perpetuar a escola nas colônias após a imigração para o Rio Grande do Sul, pois as escolas mais antigas na região colonial italiana foram fundadas por imigrantes trentinos em comunidades aonde eles eram maioria. No entanto as condições das colônias devido as dificuldades como o alto custo para manter escolas e professores assim como a às condições precárias das colônias, que necessitavam do trabalho braçal para a sobrevivência das famílias fizeram com que os filhos de imigrantes não tivessem acesso à escola.

As informações do presente artigo são preliminares, pois novos estudos se fazem necessários para se chegar a novas conclusões. Assim, este artigo abre novas possibilidades para a realização de novas pesquisas sobre o assunto.

## Referencias

- ALTMAYER, Everton Leopoldino. *O dialeto trentino na Colônia Tirolesa de Piracicaba: aspectos fonéticos e lexicais*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2014.
- BARETIERI, Gustavo. *Imigração austríaca do Tirol*. Tiroleses no Brasil: Família Barater d'Albaré-1876. Erechim: Graffoluz Editora e Indústria Gráfica Ltda, 2016.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. *São Vigílio da segunda légua: cem anos de história*. Caxias do Sul: EST, 1980.
- CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciana Angela. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves 1875 a 1930*. Bento Gonçalves: VISOGRAF; Porto Alegre: CORAG, 2005.
- CHIES, Guiomar. *Os poderes fazem história*. Caxias do Sul: Evangraf, 2009.
- COSTA, Rovílio. Valores da Imigração Italiana Cem Anos Após. *Teocomunicação*. Porto Alegre, v. 7, n. 35/38, p. 215-223, 1977.

\_\_\_\_\_; BATTISTEL, Arlindo Itacir. *Duas Itálias*. Porto Alegre: EST Edições, 2000.

\_\_\_\_\_; DE BONI, Luis Augusto. *Far La mérica: a presença italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Riocell, 1991.

COSTA, Rovílio et al. *As Colônias Italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. 2.ed. Porto Alegre: EST, 1999. Apoio da Fondazione Giovanni Agnelli. Torino/Itália.

COSTAMILAN, Ângelo Ricardo. *Homens e mitos na história de Caxias do Sul*. Porto Alegre: Posenato arte & cultura, 1989.

DE PARIS, Assunta. *Memórias: Bento Gonçalves-RS: fundamentação histórica*. 2. ed. Bento Gonçalves: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves; Arquivo Histórico Municipal, 2006.

FROZI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração Italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processo de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. 2 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

GARDELIN, Mário. *Presença italiana no Rio Grande do Sul*. In: GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio (Org.). *Povoadores da Colônia Caxias*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2002.

\_\_\_\_\_; COSTA, Rovílio. *Colônia Caxias: origens*. Porto Alegre: EST Edições, 1993. (Coleção Fontes).

\_\_\_\_\_; COSTA, Rovílio. *As XVII léguas e os travessões da colônia Caxias*. In: GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio (Org.). *Povoadores da Colônia Caxias*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2002.

GIRON, Loraine Slomp. *Dom de lembrar: os Slomp*. Caxias do Sul, RS: EducS, 1995.

\_\_\_\_\_. *Produção e reprodução: a mulher e o trabalho na região colonial italiana*. In: DE BONI, Luiz A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST/Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, v.3.

\_\_\_\_\_. *Colônia italiana e educação*. *Revista História da Educação*, Pelotas, n. 3, v. 2, set. 1998.

\_\_\_\_\_. Do Trentino ao Trentino: imigrantes tirolese na antiga colônia Caxias. In: GROSSELLI, Renzo (Org.). *Trentamila tirolese in Brasile: storia, cultura, cooperazione allo sviluppo*. Trento: [s.l.], 2005.

GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer: camponese trentino (Venêto e Lombardo) nas floresta brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

\_\_\_\_\_. *Noi tirolese, sudditi felici di don Pedro II*. Porto Alegre: EST, 1999. (Italia nel Mondo)

\_\_\_\_\_. *Colônias Imperiais na Terra do Café: Camponese trentino (vêneto e lombardo) nas floresta brasileira: Espírito Santo 1874-1900*. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti; PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. *Língua, cultura e valores: um estudo sobre a presença do humanismo latino na produção científica sobre a imigração italiana no sul do Brasil*. Porto Alegre: EST edições, 2003.

LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

LUZZATO, Darcy Loss. *‘L mio paese ‘l è così*. Porto Alegre: D.C. Luzzato editora, 1987.

\_\_\_\_\_. *El nostro parlar: e outras crônicas*. Porto Alegre: D.C. Luzzato editora, 1993.

MAESTRI, Mario. *Os senhores da serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2.ed. Porto Alegre: EST, 2001.

\_\_\_\_\_. Imigração alemã e italiana estudo comparativo. In: INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISA (Org.). Fórum de Estudos Ítalo-brasileiros, 1. e 2., 1979, Caxias do Sul. *Anais...* Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lorenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

POSSAMAI, Paulo César. “*Dall’ Italia Siamo Partiti*”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

PRUTSCH, Ursula. *A emigração de austríacos para o Brasil (1876-1938)*. Brasília: Embaixada da Áustria, 2011.

RIBEIRO, Liane Beatriz Moretto. Escolas italianas em zona rural do Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luiz A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. v.2.

ZANOTELLI, Jandir João. *Zanotelli: a saga de um imigrante trentino*. Pelotas: Editora universitária/UFPEL, 1997.





**Análise do campo teórico para a construção de um estudo a partir das memórias de escolarização em Kronenthal RS na perspectiva de uma escola étnica comunitária (1933-1942)**

*Mariane Fruet de Mello*<sup>1</sup>

*Elisângela Cândido da Silva Dewes*<sup>2</sup>

*Rosângela de Souza Jardim*<sup>3</sup>

**Análise do campo teórico para a construção de um estudo a partir das memórias de escolarização em Kronenthal RS na perspectiva de uma escola étnica comunitária (1933-1942)**

Esse artigo tem como temática a revisão de literatura acadêmica dos últimos dez anos de artigos, dissertações e teses sobre o tema: Imigração e escolarização de escolas étnicas comunitárias. A justificativa para a produção do mesmo, é a delimitação de um campo teórico por meio da revisão que embase futuras pesquisas acerca de memórias de escolarização entre as décadas de 30 e 40 do século XX no município de Vale Real RS, conhecido no período como Kronenthal, localidade pertencente ao município de São Sebastião do Caí RS, a partir de memórias de escolarização de uma escola étnico comunitária estabelecidas por imigrantes alemães. Com isso esse trabalho tem como objetivo, selecionar artigos, dissertações e teses que analisaram

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Mestrado em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil

<sup>2</sup> Acadêmica do Mestrado em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil

<sup>3</sup> Acadêmica do Mestrado em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil

e estudaram o processo de escolarização entre imigrantes, as escolas étnicas comunitárias, processos de organização de escolas étnicas, memórias das práticas escolares entre outros. Dentro do universo encontrado, foram selecionados aqueles que de uma forma mais adequada delimitariam o campo para uma futura pesquisa sobre a escolarização de Kronenthal<sup>4</sup>, a partir da perspectiva de uma escola étnica comunitária, construída por imigrantes alemães. Com esse levantamento fez-se uma análise resumida dos estudos encontrados, abordando os tópicos que mais contribuiriam para a construção de estudos futuros. A importância desse estudo e da organização e delimitação destas pesquisas já realizadas se fundamenta e possui importância, conforme acrescenta, Creswell (2010, p. 51), “por meio da revisão da literatura se compartilha com o leitor os resultados de outros estudos que estão intimamente relacionados àquele que está sendo realizado [...] preenchendo lacunas e ampliando estudos”.

De maneira inicial, o artigo estará analisando teses e dissertações que abordam as escolas étnicas no Brasil, busca essa que, ocorreu na Base Digital de Teses e Dissertações (BDTD), posteriormente analisará os artigos que tratam sobre “imigração”, “escolarização”, “educação” e “etnia”, pesquisa que foi realizada na base de dados da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para pôr fim tecer as considerações finais.

### **Analisando teses e dissertações que abordam “escolas étnicas”, “processo de escolarização” no Brasil**

A revisão da bibliografia relacionada à temática é essencial na construção de uma pesquisa, e permite a exploração de outros estudos em torno do assunto que se definiu. A busca por teses e

---

<sup>4</sup> Kronenthal, região do Vale do Caí, foi colonizado, desde meados do século XIX, principalmente, por imigrantes alemães e, chamada inicialmente de *Kronenthal*, que, na língua alemã, significa vale da coroa. Atualmente, busca protagonismo na região do Vale do Caí, entre as características, uma população predominantemente descendente de Alemães, que desenvolve a economia local por meio do trabalho em pequenas indústrias metalúrgicas, confecções, hortifrutigranjeiros, olarias e comércio em geral.

dissertações ocorreu na Base Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologias (IBICT)<sup>1</sup> e contemplou o período de 2008 a 2017. Para os descritores da busca, foram utilizadas expressões como: “etnia”, “processo de escolarização”, “imigrantes alemães”, “escolas étnicas comunitárias” e “escolas étnicas”. Em virtude do grande número de trabalhos, realizou-se um refinamento a partir da leitura de resumos, objetos e metodologias, elegendo-se alguns estudos que considera-se mais relevantes para a pesquisa, tais como as destacadas a seguir.

Será apresentada as teses, dissertações e os artigos que na percepção desse trabalho, contemplam os processos de escolarização relacionados a imigração.

**Dissertação “Escolas étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, (1875-1939)”, de Adriano Malikoski, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Caxias do Sul, do ano de 2014:** Uma investigação sobre o processo de escolarização das escolas étnicas de imigrantes poloneses no estado do Rio Grande do Sul, no recorte temporal de 1875 a 1939 - que abrange o início da imigração polonesa no estado. O pesquisador investiga o processo de escolarização, as práticas educacionais, a organização de comunidades escolares; e a formação das organizações de ensino étnico.

**Tese “Escolas étnicas italianas em Porto Alegre/RS (1877-1938): a formação de uma rede escolar e o fascismo”, de Gelson Leonardo Rech, Programa de Doutorado da Universidade Federal de Pelotas, do ano de 2015:** Um estudo acerca das escolas étnicas italianas em Porto Alegre/RS, por meio de quadro teórico-analítico. O pesquisador justifica o espaço temporal no marco da fundação da Sociedade Italiana Vittorio Emanuele, em 1877; e, no ano em que as escolas étnicas passaram e ser fechadas em 1938. Rech (2015) explora na tese, um importante marco entre os anos de 1928 a 1938, uma vez que esse período foi caracterizado pela retomada da italianidade na perspectiva do fascismo.

**Dissertação “Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942)”, de Daniel Gonçalves Cavalieri, Programa de Mestrado da Universidade Federal de Ouro Preto, do ano de 2011:** Uma investigação em torno das associações, sociedades, escolas e periódicos italianos existentes em Belo Horizonte. O recorte temporal se inicia no ano de emergência da primeira sociedade italiana criada em Belo Horizonte, em 1897, e vai até o ano de fechamento da última sociedade italiana em funcionamento no período do Estado Novo, em 1942. Portanto, Cavalieri (2011) procurou verificar quais foram os principais propósitos dos meios de sociabilidade e se suas práticas foram ou não efetivas.

**Tese “O processo escolar entre imigrantes da região colonial italiana do RS - 1875 a 1930”, de Terciane Ângela Luchese, Programa de Doutorado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, do ano de 2007:** Estudo sobre as relações do processo escolar entre imigrantes e descendentes de italianos que se estabeleceram no Rio Grande do Sul, a partir de 1875, nas colônias Dona Isabel, Conde d’Eu e Caxias. Uma análise a partir de diversos atores e grupos sociais, que considerou as escolas étnico-comunitárias, as escolas públicas e as escolas confessionais. Os resultados deste estudo demonstraram a importância da escola, da família e da religiosidade para os imigrantes e descendentes de italianos.

**Dissertação “O processo escolar no município de Tunápolis, SC, 1954-1974: escola pública com características de escola comunitária?”, de Isabel Spies, Programa de Mestrado da Universidade de Caxias do Sul, do ano de 2011:** Investiga as relações dos poderes públicos, da Igreja e da comunidade na efetivação da escolarização rural, com foco na escolarização dos descendentes de imigrantes alemães instalados em Tunápolis - Santa Catarina, no período escolar de 1954-1974. A autora trata do processo de escolarização do município pesquisado na perspectiva

do modelo de escola étnico-comunitária, e reflete sobre as culturas e práticas escolares sociais adotadas.

**Dissertação “Diversidade cultural e políticas públicas educacionais: a proposta de Barão/RS: de 1930 a 1960”, de Fernanda Rodrigues Zanatta, Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade de Caxias do Sul, ano 2011:** Analisou as iniciativas de estabelecimento e de condução dos processos educativos em Barão no Rio Grande do Sul, nos anos de 1930 a 1960. A pesquisadora propõe uma discussão sobre as práticas e políticas educacionais executadas nas escolas étnico-comunitárias, e valoriza as histórias das comunidades, as unidades de ensino e as culturas regionais, em uma busca para conhecer as práticas e políticas educacionais realizadas nas escolas étnicas.

**Analisando os artigos que tratam sobre “Imigração século XIX”, “educação”, “escolarização” e “etnia”**

De acordo com Creswell (2010, p. 52), “a revisão da literatura em um artigo periódico é uma forma abreviada daquela encontrada em uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado”. Dessa forma, proposta de revisão aconteceu em torno de artigos da base de dados da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>2</sup>. Para tanto, foram utilizadas as seguintes palavras-chave referentes à história da educação: “história educação” e “educação”. Como resultados para a busca do primeiro descritor, o portal elencou trabalhos publicados nos periódicos Cadernos de História da Educação; RHE – Revista História da Educação; RBHE – Revista Brasileira de História da Educação (publicação oficial da SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação); Revista Educação, Arte e História da Cultura; Revista HISTDBR Online – História, Sociedade e Educação no Brasil. Ao buscar por “educação”, com filtro para área do conhecimento em Ciências Humanas e História, o portal exibiu publicações dos seguintes periódicos: Educação em Questão; Educar em Revista;

Geminal: Marxismo e Educação em Debate; e Revista HISTDBR Online – História, Sociedade e Educação no Brasil.

A partir dos resultados encontrados, avaliou-se o escopo editorial, selecionando-se aquelas que se mostraram mais pertinentes; e estabeleceu-se o recorte temporal de 2008 a 2018, e os descritores: “Imigração século XIX”, “educação”, “escolarização” e “etnia”. Ainda realizou-se um filtro quanto à temática e aos objetivos propostos na dissertação. Entre os estudos destaca-se a apresentação a seguir.

**Com autoria de Adriano Malikoski e Terciane Luchese, do ano de 2017, “O processo de organização de escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul (1875 - 1939)”:** Teve por finalidade analisar como foi estruturado o processo de escolarização da imigração polonesa no Rio Grande do Sul, entre 1875 e 1939. Na época, foram priorizados o ensino elementar e a manutenção de especificidades étnicas, como língua, religiosidade e valores culturais poloneses. (MALIKOSKI; LUCHESE 2017). A pesquisa de Malikoski e Luchese, ao propor estudar o processo de organização de escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul (1875-1939), dialoga com o objeto de pesquisa, na perspectiva de escolas étnicas de imigração alemã. De acordo com Luchese e Malikoski (2017, p.115) “A cultura étnica foi importante na estruturação de comunidades e sociedades. Foi uma forma de produção de identidades, de um processo dinâmico por meio do qual os indivíduos preservaram valores e peculiaridades[...]”. Destacamos também, nesse estudo, a menção à presença e à organização de sociedades que puderam trazer importantes colaborações para a constituição do sistema de ensino nas colônias de imigrantes poloneses. Para os autores, a sociedade assume uma posição de fomentadora da escolarização, promovendo valores da etnia por meio do ensino da língua e cultura dos imigrantes poloneses.

**A pesquisa de Alessander Kerber, Claudia Schemes e Cleber Cristiano Prodanov - “Memória das práticas educativas durante o primeiro governo Vargas na cidade de Novo**

**Hamburgo – RS”, de 2012:** investiga as práticas educativas em escolas étnicas alemãs no período de 1930 a 1945 –primeiro período da era do governo Vargas, a partir de memórias de pessoas que tiveram a oportunidade de frequentar essas aulas. Para os autores, “[...] a maior parte das escolas dessa região, naquela época, eram comunitárias e étnicas alemãs, sendo que a região foi marcada pelo processo de imigração desencadeado no Brasil no século XIX.” (KERBER; SCHEMES; PRODANOV, 2012, p. 1). No período abrangido por esta pesquisa, houve um processo de reconstrução da identidade nacional brasileira, onde havia a proibição da fala em língua alemã. Tal prática – que consistiu no elemento mais violento narrado pelos entrevistados – perpassou o primeiro governo Vargas, o qual estabeleceu a proibição da língua alemã nas escolas.

**Estudo de Isabel Cristina Alves da Silva Frade e Ana Maria de Oliveira Galvão - “Instrumentos e suportes de escrita no processo de escolarização: entre os usos prescritos e os não convencionais (Minas Gerais, primeira metade do século XX)”:** as autoras se propuseram a investigar os usos dos mecanismos e suportes de escrita por pessoas em processo de escolarização, por meio de memórias produzidas e difundidas em depoimentos orais e escritos.

**O estudo “Grupos étnicos, pluralidade cultural e políticas públicas na história da educação, no Rio Grande do Sul”, de Lúcio Kreutz e Terciane Ângela Luchese:** procurou responder ao seguinte questionamento: que conceitos facultam pesquisar a interação de culturas na história da educação? Para tanto, foram utilizadas pesquisas anteriores, com o intuito de se obterem informações sobre o processo escolar entre grupos étnicos. Sendo assim, a pesquisa é teórica e inter-relaciona conceitos que possibilitam refletir acerca do diálogo entre culturas, utilizando como parâmetro os grupos étnicos do Rio Grande do Sul, com destaque para os imigrantes e o processo escolar étnico. Na primeira parte do artigo, Kreutz e Luchese (2011, p. 183) afirmam que, devido às condições contemporâneas e às mudanças socioculturais trazidas

por nossos antepassados, nós somos todos migrantes: “a identidade não deve ser entendida como algo constituído, naturalizado.” (KREUTZ; LUCHESE, 2011, p. 183). Isso indica que a identidade étnica pode ser percebida como um processo gradual, que se constrói por meio da história e de fatores biológicos. Por meio desse trabalho, percebe-se a importância da escolarização para os imigrantes que se estabeleceram no Rio Grande do Sul, tendo em vista a quantidade de escolas que já estavam estabelecidas entre os anos de 1930 e 1940: de um montante de duas mil e quinhentas escolas no Brasil, mil e trezentas estavam estabelecidas aqui.

**O estudo de Martin Dreher - “Uma escola luterana nas décadas de 1920 e 1930 no Rio Grande do Sul”:** Esse estudo delinea o contexto religioso neste período, em que os indivíduos estavam divididos entre católicos romanos e evangélicos luteranos. Nesse âmbito, a instrução, para os luteranos, contemplava a formação primária e secundária. O trabalho tem como propósito abordar a reestruturação do currículo da Escola Alemã de Montenegro, bem como identificar uma provável reorganização quanto aos métodos de ensino praticados nas escolas comunitárias coloniais. De acordo com Dreher (2013, p. 253), “o ensino era bilíngue; a alfabetização se iniciava com a língua materna alemã e, posteriormente, sob a perspectiva do Estado Novo, as escolas comunitárias das colônias alemãs pretendiam ‘desnacionalizar’ as crianças”.

**O estudo de José Edimar de Souza e Luciane Sgarbi Santos Grazziotin, cujo título é “Memórias de uma professora ao recompor cenários do ensino público em Lomba Grande, Novo Hamburgo, RS (1931-1942)”:** Evidencia as narrativas de uma docente da localidade de Lomba Grande, na cidade de Novo Hamburgo, buscando a compreensão sobre a constituição da escolarização nesta localidade. A partir das narrativas de docente sobre as práticas culturais, foi possível restabelecer a história da localidade. De acordo com Souza e Grazziotin (2015 p. 401) “as pesquisas de história da educação contribuem para se pensar os



processos, mudanças e continuidades das ações dos educadores no tempo, participando criticamente na renovação da escola e da pedagogia”. Para Souza e Grazziotin (2015), a questão da cultura do rural, de maneira simplória, mas legítima no modo de conceber práticas essenciais para o dia a dia, entrelaça-se com as representações e os padrões da vida urbana de uma época promissora no âmbito nacional, uma vez que havia possibilidades de o Brasil ser incluído no elenco das nações desenvolvidas.

**O estudo “Memória, Tradição e a Afirmação da Identidade étnica”, do autor Acildo Leite Silva:** Teve como objetivo refletir acerca da relevância da tradição oral na ressignificação da identidade étnica, na educação e na reeducação dos indivíduos moradores de Vila Bela da Santíssima Trindade, entre os anos de 1752 e 1835. De acordo com Silva (2004), foi possível compreender, por meio da oralidade, valores sociais, religiosos e educacionais, bem como obter informações importantes acerca do percurso histórico dessa população negra urbana, que foram transmitidas oralmente. O autor também menciona que, por meio da História Oral como método, é possível criar documentos próprios, uma vez que esses registros constituem a memória do depoente.

**A pesquisa de Terciane Luchese (2007), intitulada “O processo escolar entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul”:** Questiona acerca da importância escolar, bem como de iniciativas de escolarização, no contexto das aulas de etnia italiana na Serra Gaúcha. A pesquisadora Por meio desse trabalho, que foca nas escolas étnicas comunitárias, é possível identificar a diferença entre essas instituições e as escolas confessionais e públicas.

**A investigação de Kreutz (2007), na pesquisa intitulada “Periódicos na literatura educacional dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul (1900-1939)”:** Estuda alguns periódicos que apresentam iniciativas atinentes ao processo escolar étnico de imigrantes alemães. Para embasar esse artigo, Kreutz tomou como base conceitos da História Cultural. O pesquisador menciona as estruturas que serviram de apoio para o processo de escolarização

dos imigrantes alemães; elas estavam presentes nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Kreutz (2007) também explica que os imigrantes alemães eram conscientes das necessidades de escolas para seus filhos. Assim, como não havia escolas públicas, eles mesmos se encarregavam de abrir as escolas étnicas de caráter comunitário, mesmo que em condições bem rudimentares. Desse modo, não deixavam de pensar na escolarização das crianças. Por meio de sua pesquisa, Kreutz (2007) identifica que o Rio Grande do Sul foi o estado que teve a maior quantidade de escolas étnicas até o ano de 1938.

**O artigo “Escolas étnicas Polonesas no Rio Grande do Sul (1875-1939)”, dos autores Adriano Malikoski e Lucio Kreutz, de 2017:** Teve como propósito expor resultados de pesquisa sobre as escolas étnicas polonesas, estruturadas no Estado do Rio Grande do Sul entre o período de 1875 e 1939. Os pesquisadores explicam que o recorte temporal vai do ano da vinda dos primeiros imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, 1875, ao ano de início da nacionalização do ensino, em 1938. Malikoski e Kreutz (2017) tratam, num primeiro momento, da herança trazida junto com os imigrantes poloneses; em seguida, abordam a formação de iniciativas escolares entre imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul.

**O artigo “Da Itália ao Brasil: indícios da produção circulação e consumo de livros de leitura (1875-1945)”, de Terciane Ângela Luchese, de 2017:** Buscou o entendimento sobre a produção, a circulação e o consumo, no território brasileiro, de livros escolares italianos, atendo-se à coleção desenvolvida por Clementina Bagagli. (LUCHESE, 2017). Para atingir seus objetivos, a investigação analisa documentos como manuais didáticos, entre outros registros. O texto traz importantes contribuições atinentes à História Cultural.

**No artigo de Gelson Rech e Elomar Tambara, “O jornal Stella D’italia e a defesa da escola étnica italiana (1902-1904)”:** são realizadas análises dos três primeiros anos de edição em língua

italiana do jornal *Stella D'Italia* (1902-1904). Os autores se propõem a pesquisar questões relacionadas à insatisfação quanto à situação em que se encontrava a instrução dos italianos e ítalo-brasileiros na cidade de Porto Alegre. Também abordam a discussão com o cônsul italiano Enrico Ciapelli, que originou a descontinuação da remessa de materiais às escolas italianas, mantidas pelas sociedades da Itália que apoiavam o jornal.

**O artigo “Educação e etnia: as efêmeras escolas étnico-comunitárias italianas pelo olhar dos cônsules e agentes consulares”, dos autores Terciane Ângela Luchese e Lúcio Kreutz:** Propositou reestabelecer uma breve abordagem em torno da história das escolas de etnia italiana na Região Colonial Italiana no Rio Grande do Sul, além de analisar essa iniciativa de organização escolar. Para que esse trabalho fosse efetivado, os autores se dedicaram a estudar os olhares de cônsules e agentes consulares acerca de tais instituições. Utilizaram-se de fontes historiográficas variadas, mas principalmente de relatórios consulares. O texto se organiza de maneira a abordar as escolas étnico-comunitárias italianas e suas características; nesse contexto, as contribuições de Kreutz (2001, 2005) são cruciais ao trabalho dos autores. Além de discutirem acerca das escolas étnico-comunitárias da Região Colonial Italiana pelo olhar dos cônsules, Luchese e Kreutz tratam do fechamento dessas instituições comunitárias.

**O artigo de Maria Angela Peter da Fonseca e Elomar Antonio Callegaro Tambara, que tem como título “Primórdios de um colégio teuto-brasileiro urbano em pelotas no final do século 19”:** Pesquisa sobre o Collegio Alemão de Pelotas, uma instituição de ensino primário e secundário para ambos os sexos. Sua fundação se efetivou em 1898, por imigrantes alemães e teuto-brasileiros, industriais e comerciantes que, na maioria, eram protestantes luteranos. O trabalho teve como objetivo abordar a origem dessa escola em Pelotas, seus primeiros quinze anos de atividades e suas particularidades quanto à língua alemã e ao germanismo, que estavam presentes no currículo. Para a realização

da pesquisa, os autores fizeram uso de jornais da cidade, de relatórios da Intendência do ano de 1912, do relatório escolar de 1913 e dos estatutos da instituição.

## **Considerações finais**

Conforme exposto no estudo realizado, conclui-se que há pesquisas realizadas com a temática de imigração e escolarização em âmbito de mestrado (dissertações) e doutorado (teses), e também artigos desenvolvidos com a mesma. Para esse artigo foram selecionados aqueles estudos que mais se aproximavam com o tema de uma pesquisa em desenvolvimento sobre a escolarização no município de Vale Real no período de 1933 a 1942, quando ainda era denominado Kronenthal, pesquisa que envolve uma escola construída por imigrantes alemães, por isso étnica, que tinha também como característica ser comunitária e paroquial. Essas produções acadêmicas pesquisadas tratam de diversas etnias como por exemplo: poloneses, italianos e alemães, e todos os trabalhos tratam da escolarização, ou de escolas que estejam relacionadas a estes processos migratórios. Com isso, percebeu-se que existe um campo teórico que estuda os processos de escolarização, com ou relacionados com a imigração e uma vez delimitado esse campo, é possível a construção de novas pesquisas e trabalhos acadêmicos que envolvam essa temática, contribuindo com o objeto de estudo. Conclui-se ainda que há uma maior produção de artigos em relação a teses e dissertações e que a temática de escolarização e imigração é um campo de pesquisa com diversas possibilidades de novos estudos e abordagens.

## **Referências**

CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução de Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DREHER, Martin Nordberto. *Uma escola luterana nas décadas de 1920 e 1930 no Rio Grande do Sul*. Revista Brasileira de História da Educação, Maringá, 2013.

FONSECA, Maria Angela Peter da; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. *Primórdios de um colégio teuto-brasileiro urbano em pelotas no final do século 19*. Revista História da Educação, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 125-152, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/26198>>. Acesso em: 01 set. 2018.

FRADE, Isabel Cristina Alves da; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Instrumentos e Suportes de escrita no processo de escolarização: entre os usos prescritos e os não convencionais (Minas Gerais, primeira metade do século XX)*. Revista Brasileira de História da Educação, Maringá, v. 16, n. 1, p. 297-334, fev. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40775/0>>. Acesso em: 10 out. 2018.

KERBER, Alessander; SCHEMES, Claudia; PRODANOV, Cleber Cristiano. *Memória das práticas educativas durante o primeiro governo Vargas na cidade de Novo Hamburgo RS*. Revista Brasileira de História da Educação, Maringá, v. 12, n. 2, p. 139-170, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/download/38790/20319>>. Acesso em: 09 set. 2018.

KREUTZ, Lúcio. *Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (Org.). Os Alemães no Sul do Brasil. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

KREUTZ, Lúcio; LUCHESE, Terciane Ângela. *Educação e etnia: as efêmeras escolas étnico-comunitárias italianas pelo olhar dos cônsules*. História da Educação, Porto Alegre, v. 14, n. 30, p. 227-258, 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/28920>>. Acesso em: 15 out. 2018.

KREUTZ, Lucio; LUCHESE, Terciane Ângela. *Grupos étnicos, pluralidade cultural e políticas públicas na história da educação no Rio Grande do Sul*. Revista Brasileira de História da Educação, Maringá, v. 11, n. 1 p. 179-206, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38511/20042>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

- KREUTZ, Lúcio. *Periódicos na literatura educacional dos imigrantes alemães no RS (1900-1939)*. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPED, 2007. p. 01-13. Disponível em: <<http://3oreuniaio.anped.org.br/trabalhos/GTo2-3019--Int.pdf>> Acesso em: 01 ago. 2018.
- LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita*. 2007. 495 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2007.
- LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul*. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPED, 2007. p. 01-13. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gto2-1138-intok.pdf>> Acesso em: 01 jul. 2018. Revista Brasileira de Educação. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gto2-1138-intok.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2018.
- LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. *Educação e etnia: as efêmeras escolas étnico-comunitárias italianas pelo olhar dos cônsules e agentes consulares*. História da Educação, Pelotas, v. 14, n. 30 p. 227-258, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu.br/asphe>>. Acesso em: 01 ago. 2018.
- MALIKOSKI, Adriano. *Escolas étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, (1875-1939)*. 2014. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, 2014.
- MALIKOSKI, Adriano; LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo de organização de escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul (1875-1939)*. Revista Brasileira de História da Educação, Maringá, v. 17, n. 3, p. 85-105, jul./set. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38434>>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- MALIKOSKI, Adriano; KREUTZ, Lucio. *Escolas étnicas Polonesas no Rio Grande do Sul (1875-1939)*. Revista História da Educação, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 317-331, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v21n51/2236-3459-heduc-21-51-00317.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.

- RECH, Gelson Leonardo. *Escolas étnicas italianas em Porto Alegre RS (1877-1938): A formação de rede escolar e o Fascismo*. 2005. 451 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2015.
- RECH, Gelson Leonardo; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. *O jornal Stella D'Italia e a defesa da escola étnica italiana (1902-1904)*. Revista História da Educação, Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 159-182, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v19n45/2236-3459-heduc-19-45-00159.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.
- SILVA, Alcido Leite. *Memória, Tradição Oral e a Afirmação da identidade étnica*. Revista Brasileira de Educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2008. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/gt21/t211.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- SOUZA, José Edimar; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. *Memória de uma professora ao recompor cenários do ensino público em Lomba Grande, Novo Hamburgo, RS (1931-1942)*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 20, n. 61, p. 383-407, abr./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n61/1413-2478-rbedu-20-61-0383.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.
- SOUZA, José Edimar; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. *Memória de uma professora ao recompor cenários do ensino público em Lomba Grande, Novo Hamburgo, RS (1931-1942)*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 20, n. 61, p. 383-407, abr./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n61/1413-2478-rbedu-20-61-0383.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.
- SPIES, Isabel. *O processo escolar no município de Tunápolis, SC, 1954-1974: Escola pública com características de escola comunitária?* 2011. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, 2011.
- ZANATTA, Fernanda Rodrigues. *Diversidade cultural e políticas públicas educacionais: a proposta de Barão RS de 1930 a 1960*. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, 2011.





## **Higiene escolar em uma instituição formadora de professores na região de imigração italiana (1930-1960): um olhar para a bibliografia produzida**

*Roberta Ângela Tonietto*<sup>1</sup>

*José Edimar de Souza*<sup>2</sup>

### **Palavras iniciais**

Caxias do Sul é um município de colonização italiana. Está localizado no nordeste do estado. A ocupação por parte dos imigrantes da Colônia Caxias iniciou em 20 de maio de 1875 segundo (GARDELIN; COSTA, 1993). Conforme Adami (1981) no ano de 1932 a região com grande evolução industrial e comercial tinha aproximadamente 9.975 habitantes na área urbana e 32.622 no município (p. 419). Adami também contextualiza os espaços escolares que existiam no ano de 1929 que contava com 83 aulas municipais frequentadas por 5.700 crianças. (ADAMI, 1981).

A história das escolas vinculadas à rede municipal pode ser relatada a partir da década de 1890, quando Caxias se emancipa do município de São Sebastião do Caí. E de acordo com Dalla Vecchia; Herédia e Ramos (1998, p. 96) “não se encontraram registros de aulas sob a administração direta do município anterior a 1898 [...]”. Assim, a partir deste momento, é que lentamente ocorre o aumento

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul - UCS, Caxias do Sul, Brasil.

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Professor e pesquisados do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul - UCS, Caxias do Sul, Brasil.

no número de escolas, alunos e professores. Em 1910, havia na cidade 16 escolas, 16 professores e aproximadamente 600 alunos matriculados na rede municipal de ensino (DALLA VECCHIA; HEREDIA; RAMOS, 1998).

Neste contexto, estão instalados os grupos escolares e escolas que estavam distribuídas na região, em 1930, foi criada ainda a primeira Escola de formação de professores: a Escola Complementar de Caxias regida pelo Decreto nº 4.491 de 1930, era mantida pelo governo do Estado e em 1943 passou a ser chamada de Escola Normal Duque de Caxias. As suas atividades iniciaram no ano de 1947 e a primeira turma de professores primários se formou no ano de 1949. Em 1946, teve início o Curso Ginásial recebendo o nome de Ginásio Estadual da Escola Normal Duque de Caxias pelo Decreto nº 4.855 de 1954.

O Decreto Estadual de 1957 desanexa os Colégios das Escolas Normais. Constitui-se, assim, o Colégio Estadual de Caxias do Sul com os cursos colegial, ginásial e clássico. Sua denominação foi alterada para Colégio Estadual Cristóvão de Mendoza pelo Decreto Estadual nº 10.045 de 23 de janeiro de 1959. Em 1960, o Colégio Estadual Cristóvão de Mendoza manteve os cursos ginásial, clássico e científico e a Escola Normal Duque de Caxias os cursos de formação de professores e o curso primário (BERGOZZA, 2010).

O recorte temporal da pesquisa dar-se-á no período de 1930 a 1960, período este marcado pelo Estado Novo de Getúlio Vargas e por um intenso crescimento e urbanização das cidades em todo país e das necessidades de reestruturação da saúde e educação frente aos problemas enfrentados.

Diante deste contexto de crescimento populacional acelerado e a estruturação das cidades e escolas que não davam conta desta demanda, as preocupações com saúde e educação eram visíveis neste período e impactavam em diversos fatores. Em 1930, o Governo Provisório de Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, e quem assume como ministro é Francisco Campos que inicia a reforma no ensino primário,

secundário, normal do estado e do sistema universitário, seguindo os postulados da Escola Nova. Nessa ocasião, questões sanitárias e políticas são discutidas, e conseqüentemente surge a Constituição de 1934 art. 138 (p. 174 a 175) que assegura à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretado:

a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; b) estimular a educação eugênica; c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a natalidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação de doenças transmissíveis; g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais. (BRASIL, 1934, 174-175).

Com a elaboração do artigo 138 da constituição, criam-se serviços sociais que visavam proteger a exploração da juventude, adotar medidas de hábitos de higiene para impedir a propagação de doenças transmissíveis e orientar sobre as condições de moradia. O momento histórico do Estado Novo, autoritarista, parece ter contribuído na organização de políticas públicas na saúde, no trabalho e na educação, bem como na atuação da Inspetoria Escolar em Caxias do Sul.

No comando do Serviço Sanitário, o sanitarista Borges Vieira promoveu uma reforma na estrutura do órgão e criou cursos de higiene e saúde pública para médicos e de educadores sanitários para jovens formadas na escola normal – curso equivalente ao ensino médio de formação de professores. “Sua proposta era deslocar o eixo das intervenções em saúde pública da polícia sanitária para a educação sanitária”, destaca a historiadora da educação Heloísa Helena Pimenta Rocha, da Faculdade de Educação da Unicamp. (PIMENTA ROCHA, 2009).

Nesta época também eram comuns as sucessivas ocorrências de surtos epidêmicos de algumas doenças como: febre amarela, tifo, varíola e tuberculose, as quais aumentavam em estatísticas de mortes entre populações urbanas. Em Caxias do sul, é possível evidenciar alguns documentos sobre a inspeção da diretoria de Higiene e os serviços realizados no ano de 1930 a 1935 assinados pelo Dr. Luiz Faccioli diretor de Higiene Municipal, e que destaco aqui o ano de 1934 onde foram realizadas 1.308 análises de leite, distribuídas 929 vacinas gratuitas contra febre tifoide e 167 contra varíola, 915 consultas realizadas em consultório e 193 em domicílio e geradas 1.430 receitas, entre outros, como é possível visualizar na figura abaixo:

Figura 1: Relatório da Diretoria de Higiene do ano de 1934

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS  
DIRETORIA DE HIGIENE  
- SERVIÇOS REALIZADOS DURANTE O ANO DE 1934 -

DENOMINAÇÕES	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jul.	Ag.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
Análises de Leite .....	84	85	121	125	104	102	122	105	143	100	118	99	1.308
Consultas em Consultorio .....	104	54	78	107	59	80	86	81	74	68	55	74	915
Consultas em Domicilio .....	23	16	14	14	16	20	18	12	17	12	9	13	152
Curativos .....	21	24	15	22	8	5	34	54	39	43	13	43	323
Desinfecçao em predios .....	5	1	1	3	-	2	-	-	2	-	-	-	14
Injecçoes em predios .....	55	-	-	-	-	-	26	28	-	6	20	2	137
Injecçoes de B14 (aplio) .....	226	279	312	124	350	264	210	232	268	182	181	182	2.590
Receitas Formuladas .....	133	99	138	144	98	92	131	110	104	104	98	179	1.430
Tubos de vac. distribuidos .....	-	-	-	-	-	-	30	140	-	-	-	-	170
Vistoria em predios .....	30	33	25	46	28	23	25	19	-	22	24	30	328
Vistoria em Agougues e outros .....	57	57	132	124	100	249	170	109	-	82	140	93	1.343
Vacinaçoes contra Tifo .....	180	-	5	192	113	182	195	22	6	-	32	-	923
Vacinaçoes contra varíola .....	-	-	5	7	15	-	42	54	12	4	24	4	167

Caxias, fevereiro de 1935.

*Luiz Faccioli*  
DR. LUIZ FACCIOLI  
Diretor de Higiene Municipal.-

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (arquivo: 08.01.09.02 relatório dos serviços executados pela Diretoria de Higiene Municipal).

Visando uma mudança nos hábitos e o ambiente escolar propício para este fim, o discurso higienista que estava presente no período em questão buscava a disciplina de cada indivíduo consigo próprio e com seus próximos, de modo que cada um se conscientizasse e passasse a agir como fiscal da higiene. Pimenta

Rocha (2009), atribui ao motivo de que queriam um povo mais saudável e uma educação democratizada, que cuidaria melhor de si, dos seus filhos e assim proporcionasse melhores trabalhadores para o país.

Essa situação se fortalece em 1942, quando as autoridades escolares tornam o ensino de higiene obrigatório, em todas as escolas, com 60 min./semana. (BORGES; DESBIENS, 2005, p. 103-104). Levando em consideração, a obrigatoriedade do Ensino de Higiene, intelectuais começam a transformar os ambientes escolares e a configurar a escola com base em novos padrões, que a distinguissem dos precários e insalubres casebres em que o mestre-escola ensinava as primeiras letras, dos modos de ensinar característicos do que, na sua concepção, consubstanciava a “velha pedagogia ignorante” e, por outro lado, das miseráveis condições em que se aglomerava grande parte da população (ROCHA, 2017).

### **Revisão da literatura: notas sobre higiene e civilidade em Caxias do Sul**

Ao iniciar a investigação por trabalhos produzidos que dialogam com o tema proposto, busquei neste primeiro momento alicerçar a pesquisa com outros autores de artigos publicados. Deste modo realizei a busca por artigos nas Revistas: Brasileira de Educação, História da Educação, Linhas UDESCO, Brasileira de História da Educação (RBHE) e HISTEDBR ON-LINE; em anais de eventos como ASPHE; no Banco de dissertações da UCS e no SCIELO. As palavras-chaves usadas para pesquisa foram: higiene, higienismo, saúde escolar, grupos escolares, cultura escolar, manuais de higiene e Duque de Caxias. O recorte temporário inicial para pesquisa de trabalhos que contemplavam o tema foi dos anos de 2015 a 2019, porém devido à pouca demanda de conteúdos relacionados a temática decidimos ampliar a investigação para trabalhos publicados a partir do ano de 2000.

Após esta primeira busca, foi possível construir o quadro abaixo, que representa o número de artigos, teses e dissertações que emergiram conforme os construtores já citados:

Quadro 1: Artigos, teses e dissertações divulgados entre 2000 e 2019

LOCAL DE PESQUISA	LEITURAS REALIZADAS
Revista Brasileira de educação (2000 a 2019)	7
Revista de História da educação (2000 a 2019)	5
Revista Linhas UDESCO (2000 a 2019)	4
Revista Brasileira de História da educação (RBHE) (2000 a 2019)	5
Revista HISTEDBR ON-LINE (2000 a 2019)	4
Anais de Evento da ASPHE (2000 a 2019)	4
Banco de Dissertações da UCS (2000 a 2019)	3
OUTROS (2000 a 2019)	2

Desta pesquisa surgem 34 trabalhos relacionados ao tema proposto, que me oportunizaram construir 2 eixos temáticos: Higienização da infância e os Manuais escolares.

### *Higienização da infância*

A temática foi abordada por vários autores como Gondra e Garcia (2004) que apresentam uma pesquisa voltada a infância abordando “tempo de amadurecimento biológico dos sujeitos” sugerindo a idade ideal para serem trabalhadas questões de higiene e educação. A dualidade da infância pobre e rica, a frequência com que as crianças eram abandonadas e as necessidades de saúde e educação eram perceptíveis, logo, coube a medicina educar e colocar em pratica medidas higiênicas.

Outros autores que abordaram o tema Higiene, por exemplo, é Fávero, Calsa e Teruya (2015), publicado na Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 61, que apresentam um artigo abordando a educação do corpo com ênfase na superioridade da mente, marcado por ideias de disciplina, moral e higiene: “O dualismo na forma de ser ver o corpo em autoridade e liberdade, disciplina e autonomia, corpo e espírito, teoria e prática, fazeres e saberes, etc.” (FÁVERO;

CALSA; TERUYA, 2015, p. 399). Essas dicotomias empregadas na nacionalização e civilidade, uma educação moral e processos de disciplinarização dos corpos que acabam influenciando os processos escolares.

Pensando no espaço escolar (sala de aula) que tem como papel formar jovens e crianças em futuros cidadãos, ela foi e ainda é utilizada até hoje como espaço para promoção e prevenção da saúde. O que é reforçado por (STEPHANOU, 2006, p. 150):

À escola, inserida numa rede de instituições, estava reservado o papel de formar crianças e jovens, futuros cidadãos, produzindo práticas individuais e coletivas, associadas aos propósitos de constituição de sujeitos ocupados com sua higiene e sua saúde, seja pela ruptura face aos hábitos perniciosos herdados da família, seja pela conservação de práticas salutareas, acrescidas de novas formas de ser e de pensar, esboçadas pelos médicos a partir da ciência e dos ideais de civilização e urbanidade.

Aos educadores cabia a intervenção da higiene com relação a questões hoje consideradas de natureza eminentemente pedagógica, cabendo antes repensar o seu trabalho em função dos preceitos higiênicos. Na medida em que se dá a articulação entre higiene e educação isso resultaria no equilíbrio entre o desenvolvimento físico e intelectual dos alunos. Nesse sentido, os métodos e processos de ensino também se constituiriam em objeto da atenção da higiene, sendo possível esperar, como resultado dessa associação entre higiene e pedagogia, a articulação de um trabalho pedagógico eficiente.

A conduta do educador também foi discutida e reforçada como um importante papel que contribui para a compreensão e interpretação do papel formador do discurso pedagógico na década de 1920. Maria Stephanou (2006, p. 33-64), traz em um de seus artigos: “Discursos médicos, Educação e ciência: escola e escolares sob exame”, em que enfatiza

a demonstração da importância dos saberes científicos para a educação, saberes, segundo os discursos médicos, ausentes na pedagogia, consistiu na atuação direta dos médicos como educadores. Tratava-se de realizar uma obra completa – médico-social e pedagógica – nas escolas, o que foi possível através da assistência médica aos escolares, da inspeção, dos serviços de higiene escolar, da inclusão curricular de conteúdos de higiene e educação sanitária, além da prática dos exames médicos, propiciadores de pesquisas sobre os escolares, e da aplicação de classificações embasadas nos mais modernos métodos das ciências. Um regime de saberes e poderes que instauraram a figura do ‘médico nas escolas’, aquele que deveria ter o domínio do conjunto das ciências relacionadas com a pedagogia, fosse ele pediatra ou higienista, e estivesse diretamente inserido em práticas educativas escolares.

A formação de professores para os anos iniciais da escolaridade tem uma importância inatingível, pois na infância, encontra-se numa fase de aprendizagem, compreensão, assim como esponjas a absorver a vida, e partindo do pressuposto que têm a capacidade de aprender por repetições este poderá ser um espaço propício para tal aplicação dos conceitos higiênicos. O texto de Pimenta Rocha (2003, p.16) vem para reforçar este conceito:

Compreendendo a educação sanitária como um conjunto de "disciplinas", por meio do qual se procurava forjar um sistema de hábitos, os médicos-higienistas elegeriam a infância, concebida como matéria maleável e moldável, como alvo prioritário, sem se descuidar, entretanto, da obra de instrução dos adultos.

Emergem ainda os discursos Higienistas que foram analisados por Vicente e Amaral (2010), que abordam o discurso higienista e eugenista no Patronato Agrícola Visconde da Graça, situado na cidade de Pelotas-RS de 1923 a 1934, a partir das notícias vinculadas no jornal Diário Popular e das fichas dos alunos desta instituição.

Os autores Valentim, Pereira e Leite (2016) desenvolveram um estudo de investigação na participação da Psicologia nos



programas da Escola Normal do Distrito e a adesão aos projetos eugênicos e higiênicos difundidos na primeira fase Republicana Brasileira, o que revela para a autora: “o alinhamento de seu ensino às forças sociais e políticas que defendiam uma sanitização moral da sociedade brasileira” (VALENTIM; PEREIRA; LEITE, 2016, p. 129). No mesmo sentido Fávero, Calsa e Teruya (2015), reforçam a ideia de disciplina, moral e higiene numa abordagem da educação do corpo com ênfase na superioridade da mente.

Rizzini e Gondra (2014) analisaram também os discursos Higienistas: disciplina, educação e cuidado com a infância, em 2 internatos entre os anos de 1875 a 1899. Realizam uma série de articulações entre Medicina, higiene e infância, e o modo com que o movimento higienista e os discursos poderiam dar conta da educação de crianças pobres abandonadas em internatos do Rio de Janeiro seguindo os preceitos higiênicos.

Junior e Carvalho (2012) analisaram 11 teses apresentadas na I Conferência Nacional de Educação de 1927, relacionados os conceitos de educação, higienismo, moral e patriotismo. A pesquisa conforme os autores no resumo: “contribui para a compreensão e interpretação do papel formador do discurso pedagógico na década de 1920” e conclui que “professores também deveriam gozar de “boa saúde” e de “boa conduta moral” para ensinar com os próprios exemplos” (JUNIOR; CARVALHO, 2012, p. 75).

## **Os Manuais escolares**

Muitos estudos apontam também para o uso de Manuais escolares no período, Barum (2011) falando sobre os materiais de higiene e limpeza que circularam nas escolas primárias gaúchas. Badanelli (2010) dialoga sobre o manual escolar servir como fonte primária de pesquisa a ser usado na investigação da história interna da escola, as contribuições e limitações no seu uso em sala de aula. Traz também um contexto interessante sobre a mensagem emitida

pelo manual e as diversas formas de percepção do mesmo por sujeitos e contextos diferentes.

A questão dos manuais escolares também foi discutida por Cunha (2014) que analisa um manual escolar: Lições de Pedagogia de 1955 do 1º ano do autor Aquiles Archêro Júnior, produzido para o uso de Escolas Normais no Brasil que dialogou com: A arte da leitura de 1949 do autor Mário Gonçalves Viana produzido em Portugal que circulava no Brasil. Me chama atenção no texto a citação na Lição I do manual de Aquiles Archêro Júnior de 1955 que alerta, na sua página inicial, que “a Escola Normal é o lugar onde se preparam profissionais”.

Ainda sobre Manuais Escolares, Valdemarin e Silva (2013) realizam análises de um conjunto de manuais escolares que circularam na Escola Normal Brasileira e Portuguesa séculos XIX e XX, os textos nasceram de vários encontros de autores que participam do Projeto de Pesquisa a História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional de 1930 a 1961. Tome (2013), apresenta um breve resumo de dissertação sobre os manuais de instrução femininos que vinculavam no Brasil de 1950 a 1960, Economia Doméstica e Puericultura, Aprenda a ser Esposa e Mãe, Noções de Economia Doméstica, Boas Maneiras (Em Família): casa, higiene, beleza e personalidade, Aparência Pessoal: conselhos à minha filha e Coleção feminina. Que conforme a autora é direcionada às mulheres casadas ou em vistas de adquirir matrimônio, alfabetizadas, urbanas e pertencentes às classes sociais mais abastadas.

A Revista de ensino, um periódico que circulou no período em questão e foi publicada com o propósito de auxiliar professores a ler e desenvolver “melhores métodos e processos de ensino”. Também foi discutida em vários autores e o que tange sobre a Higiene a autora Gualtiere (2008), faz uma discussão sobre as Revistas de Ensino publicadas entre os anos de 1902 a 1918, um periódico publicado com o propósito de auxiliar professores a ler e segundo a autora serviu para: “facilitar a tarefa do mestre, divulgando os

melhores métodos e processos de ensino” (GUALTIERE 2008, p. 1). Ao que tange sobre a Higiene a autora cita vários trechos do periódico, destaco aqui, o escrito que aborda a difícil tarefa de desenvolver hábitos de higiene na coletividade, que é reforçado neste trecho: “os preceitos da higiene são mostrados como difíceis de serem vulgarizados entre a coletividade e por isso, deveriam entrar na escola como armas de um arsenal para enfrentar a luta pela vida” (GUALTIERE 2008, p. 11). Traz também sobre o conteúdo da conferência a higiene nas escolas transcrita na edição do ano de 1911 da Revista de Ensino, escrita pelo autor Dr. José Azurdia, que caracteriza a higiene como “a ciência social por excelência que deveria ser ensinada hoje para se pôr em prática amanhã” (GUALTIERE 2008, p. 11). Tais afirmações reforçam a ideia de que o ambiente escolar se torna propício para desenvolver conceitos higiênicos que poderão se tornar em práticas higiênicas, objetivando a melhora frente ao caos da saúde enfrentado no período.

Silva (2007) descreve sobre os manuais pedagógicos publicados em Portugal e no Brasil entre os anos 1870 e 1970 e articula sobre a circulação e apropriação de conhecimentos produzidos por estes manuais em diversos lugares, épocas e áreas de saber. Reflete também sobre como muitas vezes os conhecimentos divulgados por estes manuais padronizavam as práticas pedagógicas e que segundo ela poderiam auxiliar na “construção de cultura escolar”.

Pessanha e Araújo (2009) analisam o uso de livros didáticos como práticas pedagógicas na formação de professores: *Noções de Higiene de Afrânio Peixoto*; *Didactica (Nas escolas Primárias) de João Toledo*; *Pedagogia Científica: Psicologia e direção da aprendizagem de Alfredo Miguel Aguayo y Sanches* e *Noções de Psicologia Aplicada à Educação*. Coloco em destaque: *Noções de Higiene por Afranio Peixoto* em coautoria com o Dr. Graça Couto publicado até 1914, foi reeditado até 1941 por Afrânio Peixoto, chegando a 26.700 exemplares.

Santos (2011) analisa as edições 17<sup>a</sup> e 41<sup>a</sup> do livro *A vida do bebê* que foi escrito por Rinaldo De Lamare, um manual que desempenha uma “função pedagógica” ensinando mães e pais a como agir com seus filhos. O livro encontra-se disponível na internet em alguns sites de compra e considerado por muitos como a “bíblia das mães”, está distribuído em vários exemplares e dividido em 43 edições.

Ainda sobre manuais: Sthepanou (2011) realiza uma análise sobre o livro: “O que um menino deve saber”, de Sylvanus Stall de 1897, a primeira edição que chegou ao Brasil foi em 1919, destinado a meninos, anunciava seu empenho em auxiliá-los a terem uma infância “pura e santa”.

Cunha (2014) analisa um manual escolar: “Lições de Pedagogia de 1955 do 1<sup>o</sup> ano”, do autor Aquiles Archêro Júnior, produzido para o uso de Escolas Normais no Brasil que dialogou com: *A arte da leitura de 1949* do autor Mário Gonçalves Viana produzido em Portugal que circulava no Brasil. Me chama atenção no texto a citação na Lição I do manual de Aquilles Archêro Júnior de 1955 ( p. 2), que alerta, na sua página inicial, que “a Escola Normal é o lugar onde se preparam profissionais”. Pode entender um pouco mais sobre as instruções para formação de professores no magistério do período em questão, já que uma das escolas que irei estudar é A Escola Normal Duque de Caxias- com formação no Magistério.

### **Considerações até o momento: possibilidades investigativas**

A leitura dos trabalhos relacionados a temática me oportunizaram contextualizar saúde e educação na cidade de Caxias do Sul, situar em tempo e espaço conforme o recorte proposto.

Os assuntos que foram desenvolvidos por outros autores: Higiene na infância e Manuais escolares a partir da pesquisa no Arquivo municipal João Spadari Adami presença de alguns indícios da disciplina de Higiene nos Programas de ensino municipal

sugerindo que estas disciplinas e conteúdos que foram previstos e trabalhados com as alunas normalistas.

Para próximas etapas buscarei responder como essas práticas foram representadas pelos sujeitos e se foram constituídas culturas escolares.

## Referências

- ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul (Educação): 1877 a 1967*. III Tomo – Edição Póstuma. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Gráfica da UCS, 1981.
- BARUM, Sylvia Tavares. Materiais de higiene e limpeza que circularam nas escolas primárias gaúchas entre o final do século XIX e o início do século XX: alguns dados da pesquisa. *Anais de eventos da ASPHE: 17º encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação*, 2011, p. 1-20.
- BADANELLI, Ana Maria. A Investigação Histórica com manuais escolares: vantagens e limitações. *Revista Linhas*. 2010, vol.11, n.2, p. 23-46.
- BERGOZZA, Roseli Maria. Escola complementar de Caxias: histórias da primeira instituição pública para formação de professores na cidade de Caxias do Sul (1930-1961) Repositório Institucional da universidade de Caxias do Sul (Mestrado acadêmico em Educação), 2010.
- BORGES, Célia. A formação dos docentes de educação física e seus saberes profissionais. In. BORGES, Cecília; DESBIENS, Jean-François (Orgs.). *Saber, formar e intervir para uma educação física em mudança*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 157-190.
- BRASIL. *Constituição da república dos estados unidos do Brasil de 16 de julho de 1934, 1935*. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)> Acesso em 20 abr. 2019.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. A mão, o cérebro, o coração. Prescrições para a leitura em manuais escolares para o Curso Normal (1940 – 1960/ Brasil-Portugal). *Revista Brasileira de História da educação*. 2014, vol.13, n.3, p. 11-18.

DALLA VECCHIA, Marisa Formolo; HERÉDIA, Vânia Merlotti; RAMOS, Felisberta. *Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino em Caxias do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1998.

FAVERO, Maria Teresa Martins et al. Considerações sobre o desenvolvimento do pensamento educacional acerca da educação do corpo. *Revista HISTEDBR On-line*. 2015, v. 15, n. 61. Disponível em < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640535> > Acesso em 3 mar. 2019.

GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Colônia Caxias Origens*. Porto Alegre: Edições Est, 1993.

GONDRA, José Gonçalves; GARCIA, Inára. A arte de endurecer "miolos moles e cérebros brandos": a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. *Revista Brasileira de Educação*. 2004, n.26, p.69-84.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. Leituras de formação: raça, corpo e higiene em publicação pedagógica do início do século XX. *Revista Brasileira de História da educação*. 2008, vol.8, n.3.

JUNIOR, Laerthe de Moraes Abreu; CARVALHO, Eliane Vianey de. Relações entre educação, higienismo, moral e patriotismo na I Conferência Nacional de Educação (1927). *Revista HISTEDBR On-line*. 2012, v. 12, n. 45. Disponível em <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/45/arto5\\_45.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/45/arto5_45.pdf)> Acesso em 6 de abr. 2019.

PESSANHA, Eurize Caldas; ARAÚJO, Carla Busato Zandavalli Maluf. Duas práticas pedagógicas na formação de professores brasileiros na década de 1930: livros e cadernos. *Revista História da educação*. 2009, vol. 13, n.27.

RIZZINI, Irma; GONDRA, José Gonçalves. Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899). *Revista Brasileira de Educação*. 2014, vol.19, n.58, p.561-584.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. *Regras de bem viver para todos*. São Paulo: Mercado letras, 2017.

- ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: Educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918 - 1925)*, São Paulo: Mercado das Letras, 2009.
- ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância. *Cad. CEDES*. 2003, vol.23, n.59, p.39-56.
- SANTOS, Cláudia Amaral dos. A vida do bebê: la constitución de infancias sanas y normales en los manuales de puericultura brasileños. *Revista Brasileira de Educação*. 2011, vol.16, n.47, p.427-442.
- SILVA, Vivian Batista da. Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970). *Revista Brasileira de Educação*. 2007, vol.12, n.35, p.268-277.
- STEPHANOU, Maria. Discursos médicos, educação e ciência: escola e escolares sob exame. *Trabalho educação saúde* [online]. 2006, vol.4, n.1, p.33-64. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-7746200600100004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-7746200600100004&script=sci_abstract&tlng=pt) > Acesso em 5 mar. 2019.
- TOME, Dyeinne Cristina. Modas e modos domésticos: os manuais de instrução e a educação das mulheres – décadas de 1950 e 1960. *Revista HISTEDBR On-line*. 2013, v. 13, n. 53, p. 12-29. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640220>> Acesso em 19 mar. 2019.
- VALDEMARIN, Vera Teresa; SILVA, Vera Lucia Gaspar. Palavras viajeiras: circulação do conhecimento pedagógico em manuais escolares (Brasil/Portugal, de meados do século XIX a meados do século XX). *Revista Brasileira de História da Educação*. 2016, vol. 13, n. 3. p. 179-183.
- VALENTIM, Renata Patricia Forain et al. A Psicologia nos programas da Escola Normal do Distrito Federal e sua adesão aos projetos eugênicos e higiênicos da Primeira República brasileira. *Revista Brasileira de História da educação*. 2016, vol.16, n.1.
- VICENTE, Magda de Abreu; AMARAL, Giana Lange do. Medidas higienistas adotadas no Patronato Agrícola Visconde da Graça (1923-34) - Pelotas/RS. *Revista HISTEDBR On-line*. 2010, v. 10, n. 37.





## **Gênero e Etnia**



## **Gênero, trabalho e migração: a presença feminina nas fábricas de calçados de Igrejinha (1960 – 1980)**

*Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli*<sup>1</sup>

*Vitória Nicolini Nunes*<sup>2</sup>

### **Considerações iniciais**

O presente artigo busca discutir quais foram as influências da presença feminina nas fábricas de calçados de Igrejinha entre os anos de 1960 e 1980. O estudo se propõe a analisar como as mulheres operárias de Igrejinha, em sua maioria migrantes provenientes de áreas rurais do Rio Grande do Sul, ocuparam o espaço fabril e desenvolveram seu trabalho no setor calçadista. A delimitação temporal da pesquisa levou em consideração o período de maior ascensão e desenvolvimento das fábricas do setor calçadista em Igrejinha.

A pesquisa se justifica, principalmente, por seu caráter inovador, visto que, poucos trabalhos sobre a indústria calçadista em Igrejinha foram realizados, e mais escassos ainda são os trabalhos sobre a presença e atuação das mulheres nos ambientes fabris de Igrejinha. Com essa temática busca-se “dar voz” a essas trabalhadoras que foram essenciais para o desenvolvimento econômico e social do município de Igrejinha.

---

<sup>1</sup> Licenciado em História pelas Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, Taquara/Brasil.

<sup>2</sup> Licenciada em História pelas Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, Taquara/Brasil.

A pesquisa está fundamentada teoricamente sob o viés da História das Mulheres. Sobre isso, destaca-se que,

A grande reviravolta da história nas últimas décadas, debruçando-se sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse, contribui para o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres. Fundamental, neste particular, é o vulto assumido pela história cultural, preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais [...]. Pluralizam-se os objetos da investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história (SOIHET, 1997, p. 275).

Diante disso, a metodologia empregada no presente artigo buscou privilegiar a visibilidade das mulheres no espaço fabril das indústrias calçadistas de Igrejinha entre as décadas de 1960 e 1980. Para isso, além da pesquisa bibliográfica, foram consultadas entrevistas, imagens e censos que se encontram no acervo do “Memorial História do Calçado dos Municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana” das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

O artigo está dividido da seguinte forma: inicialmente, foi realizada uma breve contextualização histórica do município de Igrejinha; após isso, abordou-se a presença feminina entre os sócios das empresas calçadistas de Igrejinha; e por fim, foi realizada uma análise da presença feminina entre o operariado do município em questão.

### **Breve contexto histórico de igrejinha**

Os primeiros imigrantes alemães e descendentes chegaram ao território que hoje faz parte do município de Igrejinha em 1846. Segundo Magalhães (2008), as terras na região foram rapidamente ocupadas porque São Leopoldo não comportava mais novas posses. Mais tarde, com a emancipação política de Taquara do Mundo Novo em 1886 e com a instalação da vila em 1897, Igrejinha passou a ser

distrito de Taquara até sua própria emancipação em 1964 (REINHEIMER, 2008).

Mesmo antes da emancipação de Igrejinha em 1964, já havia na região algumas fábricas de calçados. É claro que as primeiras fábricas eram muito rudimentares, mas as mesmas representavam o início do empreendimento calçadista na região. Segundo Caloni (2008), foi em 1930 que a empresa “Kirsch, Wallauer e Kehl”, pioneira na fabricação de calçados na região, foi fundada. Apesar disso, a autora destaca que é a partir do pós-guerra que houve um impulso no desenvolvimento industrial, favorecido pelas políticas governamentais do período.

Nos anos 1950 e 1960, a maioria das empresas calçadistas fundadas em Igrejinha mantinham laços de parentesco e de amizade, tanto entre os sócios quanto entre os trabalhadores. No final da década de 1960 e, sobretudo, nos anos 1970 e 1980 com a entrada do setor no mercado internacional e o maior fluxo migratório para a região é que houve mudanças na forma de produção do calçado.

## Mulheres empresárias

Ao se observar o livro de registros da relação de associados do Sindicato da Indústria de Calçados de Igrejinha, sobretudo nas décadas de 1940, 1950 e 1960 pode-se observar que poucas eram as mulheres que constavam entre os sócios das fábricas de calçados da região que até 1964 pertencia à Taquara. Sobre isso, observa-se a tabela 01:

**Tabela 01 - Empresas calçadistas de Igrejinha que possuíam mulheres entre os sócios nas décadas de 1940, 1950 e 1960.**

Nº	Nome da empresa	Tipo	Data da fundação	Sócios e estado civil
01	Redeli Calçados Ltda.	Ind. Calçados	22/04/1940	Renato Kehl (cas.), Hedwich Schwingel (viúva), Haidi Wilhelms (cas.), Romeu Petry (cas.).

02	Calçados Zeket	Ind. Calçados para senhoras	12/02/1959	Lauro Krause (cas.), Benno Laufer (cas.), Lothar Trein (cas.), Alceno Schenckel (cas.), <b>Erenita Zwetsch (cas.)</b> .
03	Calçados Fany	Ind. e Com. Calçados	16/05/1964	Antônio Bergamo (cas.), Antonio Piagetti (cas.), <b>Maria Matzembacher (cas.)</b>
04	Amauri F. da Cunha & Cia Ltda.	Ind. Calçados	18/10/1965	Amauri da Cunha (solt.), Romeu Petry (cas.), Renato Kehl (cas.), <b>Hedwich Schwingel (viúva), Haidi Wilhelms (cas.)</b> .

**Fonte:** Tabela criada pelos autores com base no livro de registros da relação dos associados do Sindicato da Indústria de Calçados de Igrejinha.

Como se pode perceber através da tabela 01, entre as décadas de 1940, 1950 e 1960 poucas foram as mulheres que ocuparam cargos nas sociedades das fábricas. Vale ressaltar que dos nomes em negrito, todas são casadas, com exceção de uma que é viúva. O estado civil das mulheres sócias das empresas de calçados, em sua maioria casadas, revela que as sócias estavam constantemente sob o acompanhamento de maridos.

No que se refere à empresa 01, Redeli Calçados, essa foi a primeira fábrica do município de Igrejinha. Segundo aborda Caloni (2004), o nome “Redeli” foi escolhido apenas em 1960 quando houve alteração no quadro dos sócios. Antes, a empresa se chamava “Kirsch, Kehl & Cia Ltda.” Essa fábrica foi fundada por um empresário chamado Leopoldo Kehl que juntamente com seu genro Alberto Carlos Schwingel e com seu cunhado Gustavo Kirsch desenvolveram a empresa que em 1945 já exportava nacionalmente sua produção. Alberto Carlos Schwingel era casado com a filha de Leopoldo Kehl, Hedwich (citada na tabela 01). Em 1947, Alberto Carlos faleceu em um acidente de trânsito e Hedwich Schwingel passou a comandar sua parte na empresa ao lado do pai (CALONI, 2004). Com a mudança no quadro dos sócios, a empresa passou a ter a razão social “Kehl e Cia

Ltda” e de 1948 até 1960 foi comandada por Leopoldo Kehl e Hedwich Schwingel. Em 1960, como citado anteriormente, novos membros foram incluídos na sociedade: Renato Kehl (filho de Leopoldo), Délcio Arthur Wilhelms (genro de Leopoldo), Haidi Wilhelms (filha de Leopoldo) e Romeu Petry (CALONI, 2004). Como se pode verificar, no caso específico dessa empresa e também de outras verificadas em Igrejinha, o ramo calçadista era algo perpassado pelos laços de parentesco e de amizade. As mulheres que chegavam a ocupar postos entre os sócios tinham que lidar com a presença de maridos, irmãos e pais. Entretanto, isso não as impedia de circular e investir, visto que algumas se tornavam sócias em outras empresas quando fosse conveniente (como se verifica nas empresas 01 e 04 da tabela 01).

Com a entrada do setor calçadista de Igrejinha no mercado internacional houve um aumento na presença de migrantes e de fábricas de calçados no município. De acordo com o livro de registros da relação dos associados do Sindicato da Indústria de Calçados de Igrejinha durante a década de 1970 surgiram 39 fábricas no município. Das empresas surgidas nos anos 1970 em Igrejinha, apenas três contavam com mulheres entre os sócios. Ou seja, conforme mostra os registros do Sindicato da Indústria de Calçados de Igrejinha a maioria dos “patrões” eram homens.

De uma forma geral, pode-se dizer que as mulheres que chegaram a ocupar cargos nas sociedades das empresas calçadistas de Igrejinha entre as décadas de 1940 e 1970 eram minoria. Algumas se tornavam sócias em virtude da impossibilidade dos maridos ocuparem os cargos ou para auxiliarem familiares na administração das empresas. Apesar de poucas entre os sócios, as mulheres sempre se fizeram presentes nas fábricas de calçados ocupando um espaço significativo entre os operários.

### **Mulheres operárias**

O sociólogo Sérgio Schneider (2004) ao estudar o desenvolvimento do setor industrial calçadista do Vale do Rio dos

Sinos procurou compreender como se deu a formação do operariado que compunha o quadro de trabalhadores das fábricas de calçados até a década de 1990. Schneider destacou três fases formativas do mercado de trabalho nas fábricas de calçados, sobretudo, na cidade de Novo Hamburgo e região. É possível destacar que assim como no Vale do Rio dos Sinos, a região do Vale do Paranhana percorreu um trajeto semelhante.

Sobre o primeiro “grupo” de trabalhadores observado nas fábricas de calçados, Schneider destaca que,

O primeiro tipo de trabalhador que a indústria calçadista moldou no seu processo de evolução é composto pelo grupo dos que aqui são denominados (por falta de uma terminologia melhor) de operários antigos. Os operários antigos são aqueles trabalhadores que participaram da transição que ocorreu quando da passagem dos ofícios e das fábricas de sapatos para a indústria de calçados na década de 1960. Na maioria das vezes, esses trabalhadores foram colegas de trabalho dos seus patrões, a quem, por tradição e por laços pessoais e não raro de parentesco, parecem nutrir uma espécie de consideração moral, fortemente assentada no sentimento de respeito, orgulho e fidelidade (SCHNEIDER, 2004, p. 37).

Ainda segundo Schneider (2004), a maioria desses trabalhadores provinha de regiões rurais, onde o trabalho agrícola era predominante. Muitos acabavam saindo das áreas rurais devido ao esgotamento do solo e a impossibilidade de dividir as terras dos familiares entre os irmãos ou ainda por buscarem melhores condições salariais. Nesse sentido, pode-se concluir que a maioria dos chamados “operários antigos” eram de regiões próximas aos centros onde já haviam fábricas de calçados.

Nesse contexto de transição da área rural ao setor industrial, muitas mulheres acompanharam seus maridos no trabalho nas fábricas. Sobre isso, observa-se uma parte da entrevista de uma senhora que veio do interior do município de Canela para trabalhar nas fábricas de calçados em Igrejinha:



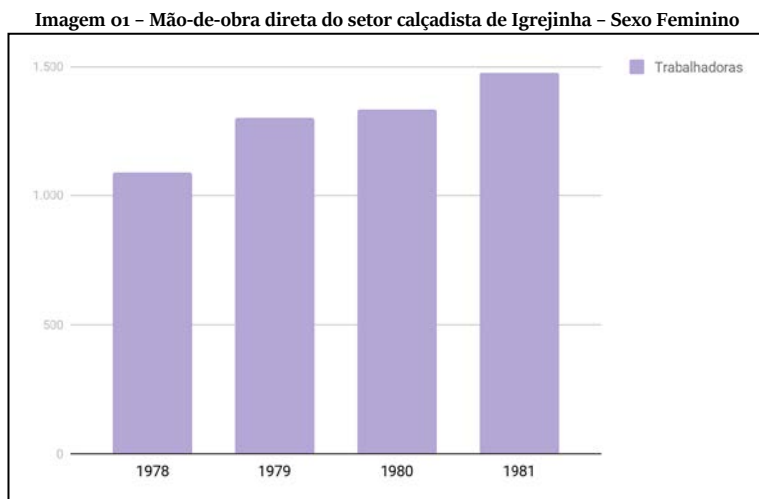
A gente veio porque era mais fácil, porque tinha fábricas... A minha filha já estava com dezesseis anos e estava convidada para trabalhar, a mais velha... E a gente veio de muda para trabalhar na fábrica, e meu marido também para encontrar um trabalho (A.H.W., ex-operária, Igrejinha).

As pessoas que migravam das regiões rurais buscavam, principalmente, melhores condições salariais e como a indústria de calçados estava emergente no início dos anos 1960 no Vale do Paranhana, as fábricas tornaram-se possíveis oportunidades de melhores condições de vida.

Como citado anteriormente, até o final da década de 1960 os laços de solidariedade e até mesmo de parentesco sobressaiam-se nas fábricas de calçados de Igrejinha. Em partes isso se dava porque as próprias sociedades firmadas eram de cunho familiar, entretanto, com a entrada do setor no mercado internacional a partir de 1968 essa situação foi alterada. A partir do início das exportações, foram perceptíveis mudanças no quadro de trabalhadores que compunha o operariado na região e mudanças na forma de produzir o calçado. Sobre isso, Schneider destaca que,

Esse vertiginoso crescimento econômico consolidou o processo de industrialização do setor coureiro-calçadista. O epicentro desse desenvolvimento traduziu-se no emprego de milhares de migrantes, oriundos das áreas de pequena agricultura das regiões norte e noroeste do estado do Rio Grande do Sul. As mudanças tecnológicas nos processos de produção de calçados aumentaram a absorção da força de trabalho, o que, em pouco tempo, levou ao esgotamento o contingente de trabalhadores disponível na microrregião do Vale do Sinos. A partir de 1975, essas transformações aprofundaram-se e as notícias de *emprego à vontade* fizeram vir à região do pólo coureiro-calçadista milhares de *trabalhadores migrantes* oriundos das regiões de modernização da agricultura do estado do Rio Grande do Sul [...] (SCHNEIDER, 2004, p. 41).

Os chamados “migrantes proletários” foram de extrema importância para o aumento da produção das fábricas de calçados na região do Vale do Paranhana. No quadro de trabalhadores do setor calçadista após o início das exportações, as mulheres desempenhavam um papel importante. Sobre isso, observa-se o gráfico abaixo:



**Fonte:** Gráfico criado pelos autores com base no 11º Censo do Calçado do Rio Grande do Sul (1981) da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo.

Conforme demonstra o gráfico acima, no ano de 1981 havia 1.476 mulheres trabalhando na mão-de-obra direta das fábricas de calçados de Igrejinha. Na mão-de-obra indireta, havia 83 mulheres em 1981 trabalhando no setor. A quantidade de homens trabalhando no setor no mesmo ano era de 1.554 na mão-de-obra direta e 123 na mão-de-obra indireta. É importante salientar que a população de Igrejinha em 1981 era de 12.037 habitantes. Esses dados apresentados pelo 11º Censo do Calçado do Rio Grande do Sul (1981) revelam que quase 13% da população de Igrejinha em 1981 era composta por mulheres que trabalhavam no setor calçadista, seja na mão-de-obra direta ou indireta.

Diante da grande quantidade de mulheres trabalhando nas fábricas era natural que alguns trabalhos se constituíssem como

realizados, majoritariamente por mulheres. É claro que não se pode generalizar, mas alguns trabalhos dentro das fábricas eram, preferencialmente, realizados por mulheres. Entre os trabalhos realizados pelas mulheres nas fábricas pode-se destacar: a preparação do calçado, a costura e a limpeza do calçado. Em geral, nesses setores, a pessoa responsável também era uma mulher.

Ao se falar especificamente sobre o setor da costura nas fábricas, destaca-se que,

Quando se tratava do setor de costura, a mulher era a mão de obra principal. Mesmo com a presença de alguns homens que exerciam esta função, eram elas que comandavam esta atividade. Sendo a mulher mais propícia ao trabalho que requer mais atenção aos detalhes, mais delicadeza no manuseio, destinava-se a ela esta tarefa da costura. O conhecimento e o domínio da arte de costurar possibilitou à mulher encontrar no ofício da costura, uma oportunidade de emprego assalariado. Esse conhecimento veio contribuir para a necessidade de mão de obra qualificada para as linhas de montagem (MITTANCK, 2018, p. 113).

Ainda sobre isso, a mesma autora ainda destaca:

[...] outras atividades também são realizadas pelas mulheres, como a preparação, bordado, revisão, encaixotamento e limpeza do calçado. Os dados indicam que tais atividades são as consideradas mais leves dentro do processo fabril, o que justifica serem destinadas às mulheres (MITTANCK, 2018, p. 117).

Diante disso, pode-se dizer que surgiram dentro das fábricas certos “núcleos” formados por mulheres e outros formados por homens. A divisão do trabalho em setores possibilitou o desenvolvimento das sociabilidades no ambiente fabril como se pode observar na imagem abaixo:

**Imagem 02 - Setor de preparação dos Calçados Samparelli - Década de 1970**



**Fonte:** Acervo “Memorial história do calçado nos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana” nas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

Na imagem acima se percebe um setor da fábrica Samparelli que estava em funcionamento na cidade de Igrejinha nos anos 1970 onde apenas mulheres trabalhavam. Como citado anteriormente, isso acontecia devido à divisão por setores de trabalho nas fábricas, o que favorecia que laços de amizade e de sociabilidades se firmassem entre os trabalhadores. Um dos momentos de maior sociabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras se dava nas festividades de final de ano, conforme nos descreve o relato abaixo:

No Calçados Ruth eles tinham feito em vários fins de ano o melhor enfeite na Natal, quem queria concorrer se inscrevia e era catado uns lixos no chão, vamos dizer, tudo era reciclado, eram sementes, flores secas... Eu ganhei um prêmio com um abacaxi que eu enfeitei, era uma coisa bem diferente do que hoje em dia, essas coisas de Natal né... Aí a gente ganhava um premiozinho, uma coisa extra: um par de sapatos ou qualquer coisa assim, era uma premiação... Fora isso, em fins de ano as fábricas davam para cada funcionário, elas davam um presente... Eu ganhei muito vinho,

uísque, toalhas de banho, de rosto, de mesa, roupas de cama, isso no fim do ano. [...]. Fim de ano você já esperava para ver o que é que vinha (N.B., ex-operária, Igrejinha).

Como se pôde verificar, a presença feminina nas fábricas de calçados era essencial para que a produção de calçados ocorresse de forma satisfatória. Apesar disso, muitas mulheres trabalhavam como mão-de-obra indireta no setor calçadista de Igrejinha. Em geral, esses trabalhos eram em ateliers ou nas próprias residências. Sobre isso, pode-se destacar que houve o

[...] surgimento de um amplo conjunto de micro, pequenas e médias empresas, que na microrregião do pólo coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul passaram a ser designadas de ateliê de calçados. Estas unidades produtivas operaram por intermédio de relações de subcontratação ou prestação de serviços, muitas vezes sem que isso implique vínculo formal ou contrato preestabelecido junto às empresas de maior porte (SCHNEIDER, 2004, p. 34).

Ainda sobre o trabalho feminino indireto pode-se destacar o relato abaixo:

Eu trabalhava em casa no calçado. Para casa eu trazia as coisas para trabalhar e cuidar das crianças. [...]. Eu trabalhei muitos anos depois assim até me aposentar. [...]. Não tinha o décimo terceiro nem carteira assinada, era tudo “frio” (A.H.W., ex-operária, Igrejinha).

O relato nos mostra que muitas mulheres optavam pelo trabalho indireto em virtude da oportunidade de estarem cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos. Entretanto, não se pode generalizar, visto que as mulheres ocupavam um papel de destaque dentro das fábricas, na mão-de-obra direta.

Em suma, pode-se destacar que as mulheres ocuparam papel de destaque nas fábricas de calçados de Igrejinha entre os anos de 1960 e 1980. Muitas operárias eram provenientes de regiões rurais próximas e outras migrantes de outras regiões do Rio Grande do

Sul. Com o trabalho nas fábricas, formavam-se núcleos específicos ocupados por mulheres, principalmente os relacionados ao setor da costura, da limpeza e da preparação do calçado. Com o trabalho feminino nas indústrias calçadistas, o município de Igrejinha entrou para o cenário nacional e internacional como um dos principais produtores de calçados femininos entre as décadas em que esse estudo se propõe a analisar.

### **Considerações finais**

A indústria calçadista representou em Igrejinha durante as décadas de 1960 e 1980 a principal atividade econômica do município. Foi em virtude do serviço nas fábricas que muitos migrantes se dirigiram à Igrejinha, aumentando assim a população do município. Entre esses migrantes, haviam muitas mulheres que, anteriormente trabalhavam em áreas rurais do Rio Grande do Sul e que passaram a trabalhar nas fábricas de calçados.

Com a entrada do setor calçadista no mercado internacional e com o aumento populacional devido aos processos migratórios, alguns trabalhos exercidos nas fábricas se constituíram historicamente como realizados por mulheres, principalmente o setor de costura, preparação e limpeza do calçado. Através disso, acabavam surgindo certos “núcleos” ocupados por mulheres, o que acabava gerando laços de amizade e sociabilidade entre as trabalhadoras. Apesar disso, não eram apenas entre os operários que as mulheres se faziam presentes, pois entre os sócios também havia algumas mulheres. Como citado anteriormente, poucas foram as mulheres que constaram entre os sócios das empresas calçadistas de Igrejinha entre as décadas que este estudo se propõe a analisar, e a maioria das que ocuparam esses espaços estavam sob supervisão de pais, maridos e irmãos.

Diante da análise realizada durante a pesquisa foi possível verificar que as mulheres operárias da indústria calçadista em Igrejinha representavam um contingente considerável da população

do município e esse grupo contribuiu significativamente para o desenvolvimento econômico e social de Igrejinha.

## **Referências**

### **Fontes consultadas:**

11º Censo do Calçado do Rio Grande do Sul do ano de 1981 realizado pela Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo.

Livro de registros da relação dos associados do Sindicato da Indústria de Calçados de Igrejinha.

### **Entrevistas:**

BRUSIUS, Nanci. Entrevista para o projeto “Memorial História do Calçado dos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana” em 11 de novembro de 2016 em Igrejinha/RS. Entrevistador: Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli.

WILBERT, Anilda Haag. Entrevista para o projeto “Memorial História do Calçado dos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana” em 25 de setembro de 2016 em Igrejinha/RS. Entrevistador: Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli.

### **Bibliografia:**

CALONI, Joice Scheila. Indústria calçadista em Igrejinha. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al (Org.). *Raízes de Igrejinha*: Porto Alegre, EST, 2008.

MAGALHÃES, Doris Rejane Fernandes. A ocupação portuguesa e alemã no Vale do Paranhana. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al (Org.). *Raízes de Igrejinha*: Porto Alegre, EST, 2008.

MITTANCK, Vanuza Alves. *De donas de casa submissas a operárias da fábrica*: mulheres em busca de trabalho nas fábricas dos setor coureiro- calçadista de Parobé (RS, Brasil). Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional. PPGDR/Faculdades Integradas de Taquara. Taquara, 2018.

REINHEIMER, Dalva. A constituição política de Taquara sob o processo de colonização alemã. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et all (Org.). *Raízes de Igrejinha*: Porto Alegre, EST, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento. In: COSTA, Achyles Barcelos da; PASSOS, Maria Cristina (Orgs.). *A indústria calçadista no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.



## **Deslocamentos por orientação afetiva e sexual e identidades de gênero: a construção de territorialidades**

*Mariana Barbosa de Souza*<sup>1</sup>

*Grazielle Betina Brandt*<sup>2</sup>

### **Introdução**

Este artigo traz consigo a intenção de provocar a partir de algumas elaborações conceituais, as relações existentes entre deslocamentos, migrações e gênero, compreendendo que os

---

<sup>1</sup> Realiza Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG (2019-2020), com bolsa PNPd. Doutora (2019) e Mestre (2013) em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul, ambos com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES. Bolsista do "Emerging Leaders of Americas Program" (ELAP), na UQAR-Universidade do Québec em Rimouski/Canadá, sob orientação do Prof. Dr. Yann Fournis (Fev./2017-ago./2017). Bacharela em Direito (2010) pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Advogada - OAB/RS 98.797. Licencianda em História na Universidade Norte do Paraná - UNOPAR. Atualmente é pesquisadora membro dos Grupos de Pesquisa "GEPEUR - Grupo de Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais" - CNPQ e "GPEDER - Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional" - CNPQ, do OBSERVA-DR (Observatório do Desenvolvimento Regional) e do "GETE - Grupo de Estudos Territoriais". Endereço eletrônico: marisouza\_10@hotmail.com.

<sup>2</sup> Possui graduação em Relações Públicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2001), MBA em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM (2004) e mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2004). É doutora em Desenvolvimento Regional pela Université du Québec à Rimouski -UQAR (2010) no Canadá. Foi bolsista da CAPES durante a realização do doutorado pleno no exterior (2006-2010). Realizou Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2018). É docente e pesquisadora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. Foi bolsista Fulbright no Multinational Institut of American Studies na New York University. É professora visitante da New York University, NYU/Steinhardt, no Programa de Educação, Cultura e Desenvolvimento. Endereço eletrônico: grazielle@unisc.br.

conceitos carregam uma infinidade de significados e que, por tal razão, não são tidos como algo imóvel.

Os conceitos são úteis no debate proposto para questionar: o que é gênero? O que são migrações e deslocamentos? Por que são concebidas? São perguntas que conduzem a apresentação do primeiro entendimento: o de gênero. Esta compreensão leva em conta que o conceito possui diferentes entendimentos, todavia, para fins de adotar-se um posicionamento, ele é entendido como algo construído socialmente e culturalmente. Assim, busca-se a análise da realidade do conceito de gênero, mas tendo em vista que o Brasil faz parte de um subcontinente que também experimentou processos colonizadores semelhantes. Por isso a importância de se pensar o gênero a partir de um posicionamento decolonial. De acordo com Mignolo (2007), a terra não é originariamente dividida em seis continentes. Porém, é uma regionalização que está imposta.

Com a apresentação do conceito de gênero, não se pode excluir a visão de colonialidade, pois o gênero apresenta em si tal concepção. Na medida em que parte-se de outros pontos de vista, que não os hegemônicos, é possível questionar e problematizar um conjunto de significados que historicamente sobrepujou experiências e negou pessoas. Este é o objetivo deste artigo: problematizar os conceitos de gênero e suas relações, pensando os deslocamentos e migrações de pessoas LGBTQI+.

Como técnicas metodológicas foram realizadas entrevistas com pessoas LGBTQI+, na intenção de verificar como elas se apropriam do espaço urbano e se deslocam por Santa Cruz do Sul, objetivando qualificar a coleta de dados empíricos, extraídos do Censo Demográfico e de registros bibliográficos.

Para tanto, o artigo conta com quatro partes incluindo esta introdução. Na segunda parte é tratado o conceito de gênero, como dito alhures. Na terceira parte, é abordado o entendimento de migrações e de deslocamento apresentando, inclusive, uma figura metafórica de a quebra de armário ser um primeiro deslocamento passível de ser realizado por pessoas LGBTQI+, buscando, também,

demonstrar que embora exista a presença do colonialismo intelectual, há um esforço para uma elaboração crítica. Na última parte busca-se trazer à baila alguns encaminhamentos por meio de considerações finais.

### **O que é gênero? Pensando a partir de uma perspectiva decolonial**

Opta-se, neste artigo, por pensar o gênero a partir de um viés decolonial, isso porque os agentes envolvidos, o lugar que estão, são diferentes daquilo que é tradicionalmente reconhecido na ciência. Silva, Ornat e Chimin Júnior (2017), ao tratarem da hercúlea tarefa de pensar uma geografia feminista, por exemplo, têm o mesmo desafio, na medida em que é necessário pensar o gênero a partir de não lugares, de lugares que não são centrais, a fim de que seja construída uma epistemologia que se localiza nos entremeios do saber epistemológico tradicional. Raciocinar sobre gênero, neste contexto, é indagar a partir de distintas realidades.

Ressalte-se que pensar as questões de gênero diante da possibilidade da decolonialidade é uma alternativa teórica, inclusive do ponto de vista queer. Note-se que as perguntas realizadas, os problemas analisados são diferentes. Segundo Larissa Pelúcio (2014) são reflexões para se pensar uma “teoria cu” e no “cu do mundo”. Analisar o gênero de maneira decolonial atenta para o fato de que o conhecimento e o poder são hierarquizados e, como consequência, tem-se a naturalização de questões que versam sobre raça, sobre classes sociais, mas também próprias de gênero, possibilitando, também, que exista uma dominação territorial que conserva a ideia de que algumas vivência, experiências e conhecimentos devem ser apagados ou, ainda, menosprezados. Essa percepção é importante para explicitar que, no caso deste artigo, são usados(as) autores(as) que não são latino-americanos, mas que são importantes para a elaboração do entendimento conceitual acerca de gênero, de maneira muito sensível.

Para Scott (1995), gênero apresenta enquanto um elemento intrínseco às relações sociais, a partir das diferenças sexuais entre homens e mulheres, além de explicar as relações de poder, olvidando justificativas biológicas e entendendo que se dá a partir de construções culturais. Para a autora aspectos de feminilidade não são passíveis de compreensão se analisados isoladamente dos entendimentos de masculinidade. A autora tece críticas ao feminismo que impôs limitações ao entendimento de construção social, ou seja, em razão disso, persiste uma dificuldade em se teorizar o gênero.

Segundo Silva (2014), a sociedade encontra-se estabelecida por meio de uma hierarquia e organizada por meio de uma lógica generificada. Scott (1995, p. 75) declara que “gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”. Santos e Omat (2017) destacam que isso se reproduz em espaços como a escola, em que processos de generificação ocorrem em aulas de educação física e na utilização de banheiros. Saffioti (2015) alerta para o fato de que o conceito de gênero não explicita a existência de desigualdades entre homens e mulheres, sendo que, em muitas ocasiões, a hierarquia é presumida. Logo, os modelos de gênero são estabelecidos sob uma lógica relacional, visto que aquilo que é, culturalmente, masculino, somente é em razão do que se entende como feminino.

Pensando as intersecções que envolvem gênero, recorre-se à Judith Butler (2013). Segundo a autora, as intersecções podem ser políticas e culturais, porque o gênero possui relação com outros marcadores como raça, classe, etnia e etc., em diferentes momentos históricos na constituição da imaginação geográfica, espaciais. Assim, embora o sexo, em tese, seja irreversível, o gênero é uma construção cultural, não sendo algo dado ou perfeito, muito menos imóvel. Contudo, o sexo prevalece nos discursos, porque ele vem antes do gênero, que é um construção cultural e, de certa forma, recebe estabilidade.

Como na sociedade existem regras sociais, que servem de orientação para todas as pessoas, Butler (2006) reafirma a concepção de individualidade, ratificando que ela depende de

normas sociais. Assim, gênero é um agir performático, ao mesmo tempo em que é um meio de regular as práticas humanas e é o responsável por determinar aquilo que é masculino ou feminino. Se o gênero é performático ele dependerá das relações do(a) outro(a). Existe poder implícito nas normas sociais e, segundo Butler (2006, p. 15), “na medida em que el deseo está implicado en las normas sociales, se encuentra ligado con la cuestión del poder y con el problema de quién reúne los requisitos de lo que se reconoce como humano y quién no.”

Por “gênero”, eu me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social movediça que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos (SCOTT, 1998, p. 15 apud SOUZA e VIEIRA, 2016, p. 592).

Depreende-se do pensamento de Butler (2013) que a matriz heterossexual é resultado da existência conjunta do sexo, gênero e do desejo e esta matriz refere-se ao modo como corpos, gênero e desejos são tidos como naturais. Diferentes espacialidades, como a escola por exemplo, são condicionadas pela matriz heterossexual (SANTOS e ORNAT, 2017), ou seja, é o que Butler (2013) denomina como heteronormatividade ou heterossexualidade enquanto uma norma. As práticas, tidas como heteronormativas “referem-se também à reiteração de normas que são anteriores aos sujeitos, fenômeno esse que ao mesmo tempo expõe e esconde suas regras compulsórias de linearidade entre sexo, gênero e desejo”. (SANTOS e ORNAT, p. 29).

O pensamento hegemônico recebe grande respaldo dos discursos jurídicos e médico-biológicos, que serão essenciais na perpetuação do mecanismo de gênero e, tendo em vista que a

estrutura jurídica é responsável pela conformação política das pessoas, é impossível pensar gênero dissociado das intersecções culturais e políticas (BUTLER, 2013).

E assim, corpos, embora pouco relacionados com migrações ou deslocamentos, são elementos que carecem de investigação, para que possa ser concebida uma análise da temática, com cunho decolonial, ao mesmo tempo em que se percebe que ela é complexa. Embora ainda exista uma força que regula o gênero e a sexualidade, há ações de resistência e de luta que indagam a ordem social estabelecida hodiernamente.

### **Migrações, deslocamentos e intersecções**

Como dito alhures, afirma-se que as migrações e os deslocamentos podem acontecer também por identidades de gênero e orientações afetiva-sexuais. Paulatinamente as pessoas que compõem a comunidade LGBTQI+ vivem deslocamentos e eles se dão nas mais variadas escalas. Brown (2006) afirma que um dos primeiros deslocamentos de vida de pessoas LGBTQI+ seria a saída do armário, pensando as experiências de saída do armário como uma metáfora espacial, que para o autor, se pensado a partir de sua dicotomia, pode ser visto como uma “estrutura espacial da heteronormatividade, o armário pode ser fixado como um local de opressão, mas pode ser também um local de resistência e criatividade.” (BROWN, 2006, p. 317).

Para Bell e Binnie (2004a e 2004b), historicamente a conformação de subjetividades lésbicas e gays, por exemplo, relaciona-se com a atratividade dos espaços urbanos, em especial as metrópoles. A mobilidade metafórica do armário trata-se, em muitas ocasiões, de uma mobilidade que é real. Diante dessas formas de mobilidade, encontra-se um modelo que é caracterizado como rural-urbano. Esses deslocamentos permitem às pessoas LGBTQI+ um convívio com seus pares em lugares que, supostamente, são

menos conservadores do que os lugares de suas origens. Segundo Binnie (2004, p. 91):

A base histórica urbana da homossexualidade moderna significa que a identidade gay é antes de tudo uma identidade urbana. A Industrialização permitiu a formação da identidade gay nas cidades da Europa Ocidental e América do Norte no século XIX. A Industrialização provocou a mobilidade e movimentos facilitados das áreas rurais e pequenas cidades para as grandes cidades, mas mais uma vez a migração teve várias razões – econômicas, mas também sexuais. Como Gayle Rubin (1993) observa a mobilidade, e a migração têm sido fundamentais para o estabelecimento de concentrações urbanas de lésbicas e homens gays na Europa e na América do Norte.

De fato, os deslocamentos para os centros e espaços urbanos continua sendo um elemento importante para a conformação das sexualidades modernas, consequentes da industrialização e do processo de urbanização e metropolização, que facilita a reunião de certos grupos e até mesmo permite a criação do sentimento de pertencimento, de pessoas que fogem da heterossexualidade como norma.

Assim, se por um lado diferentes razões influem na decisão de migrar e se deslocar, como razões religiosas, étnicas, sociais, econômicas, culturais, por outro lado, as razões como a possibilidade de exercer livremente a sexualidade e a identidade de gênero nos espaços urbanos, constitui-se enquanto um elemento fundamental para caracterizar as identidades e sexualidades que se encontram presentes nas cidades modernas.

E destaque-se que esses feitos acontecem para além dos grandes centros urbanos e metrópoles, eles também atingem as cidades pequenas e as cidades médias, como é o caso de Santa Cruz do Sul, localizada no Vale do Rio Pardo (Rio Grande do Sul).

Segundo Silveira, Brandt e Faccin (2018, p. 189):

A região do Vale do Rio Pardo está localizada na zona centro-oriental do território do Estado do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil. A região é formada por 23 municípios, e apresentava em 2010 uma população total de 418.109 habitantes em uma área territorial de 13.260,47 Km<sup>2</sup>, com uma respectiva densidade demográfica de 31,5 hab/km<sup>2</sup>. (IBGE, 2010). Sua configuração espacial corresponde a região de planejamento do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. A região do Vale do Rio Pardo é a principal área do país na produção de tabaco em folha através da agricultura familiar. Ela também é responsável por processar e exportar cerca de 90% do tabaco em folha utilizado para a produção de cigarros. Destaca-se tanto em termos da produtividade e qualidade de sua produção, quanto da competitividade de seu preço, gerada pela baixa remuneração paga pelas empresas multinacionais que através do sistema integrado de produção controlam a comercialização do tabaco junto às famílias dos fumicultores. A preponderância do setor do tabaco na estruturação e no dinamismo da economia regional tem início, principalmente, a partir de meados da década de sessenta, quando do incremento da internacionalização da agroindústria do tabaco.

Os autores dão sequência à caracterização da região ressaltando o fato de que ela é bastante desigual em termos de distribuição de renda. “A região apresentou em 2012, um IDESE de 0,725, portanto inferior ao do RS, que era de 0,744.” (SILVEIRA, BRANDT e FACCIN, 2018, p. 190). Então, Santa Cruz do Sul, enquanto a maior cidade média desta região, encontra-se inserida em um espaço de muitas diferenças. E estas diferenças refletem nos deslocamentos de pessoas LGBTQI+.

Os(as) entrevistados(as) são estudantes e ocupantes do espaço urbano santacruzense. Muitos dos deslocamentos nesse espaço são influenciados pelas identidades de gênero e pelas orientações afetiva-sexuais de seus usuários. A entrevistada A<sup>3</sup> (mulher bissexual, 18 anos e estudante) afirmou que entende que os deslocamentos no espaço urbanos são relativos ao direito à cidade, que se relaciona com o uso

---

<sup>3</sup> Por uma questão de preservação e segurança, omitiu-se os nomes das pessoas entrevistadas.



pleno da vida urbana. Para ela, “frequentar lugares que são destinados às pessoas LGBTQI+, como baladas por exemplo, traz uma sensação de segurança, principalmente agora, em tempos de instabilidade política e conservadorismo.”

A entrevistada B (mulher travesti, 22 anos, profissional do sexo), quando questionada sobre como pensa os deslocamentos afirmou que “a minha terra natal é rural. Lá tudo é muito preconceituoso. Sofri muito. Vim para cidade porque eu posso ser quem eu quero ser aqui.” Note-se que esta fala aponta para a ideia de que pessoas LGBTQI+ encontram nas cidades e nos centros urbanos (nem precisa ser uma grande cidade, metrópole), um local no qual podem desenvolver as sexualidades modernas de maneira mais livre, como dito alhures, embora também nesses espaços, seja grande o preconceito e, principalmente, a violência.

Neste caso chama atenção, também, o fato de que as travestis que ocupam o centro de Santa Cruz a noite, para trabalharem como profissionais do sexo, não fazem essa ocupação durante o dia. Primeiro porque o turno diário serve também para descanso após a noite de trabalho e, segundo, porque este lugar não é receptivo para elas.

A entrevistada C (mulher lésbica, 22 anos, professora de educação infantil no município de Santa Cruz do Sul), afirmou que sofre inúmeras formas de preconceito, inclusive relacionadas ao uso do transporte urbano. “Eu tenho o cabelo raspado curtinho e várias vezes escutei pessoas se perguntando se eu era homem ou mulher, enquanto ia para a escola trabalhar. Como se o meu cabelo fosse a tradução disso.”

O entrevistado D (homem gay, 18 anos, estudante) aduziu que na cidade é possível que seja mais livre para viver a sua orientação afetiva-sexual de maneira mais livre, contudo ressaltou o atual momento conservador que ataca a sociedade brasileira como um todo: “Eu vou para a faculdade e os meus colegas sabem que eu sou gay, mas vivo com medo de ser violentado de alguma forma. Escuto as risadinhas e as pessoas me olhando atravessado.” Quando questionado sobre a utilização dos espaços públicos de Santa Cruz,

ele disse que “eu não deixo de ir nos lugares por ser gay, mas tem alguns lugares em que não vou sozinho, por exemplo, lugares que eu sei que tem menos gente em alguns horários, como de noite.” A violência que envolve esse receio, muitas vezes, passa pela homofobia e esta não ataca somente homossexuais, já que casos foram noticiados de pais e filhos que foram atacados por serem confundidos com gays<sup>4</sup>.

Os usos dos espaços públicos são marcados por aquilo que Foucault (2008) e Deleuze (1990) determinaram como *segurança e controle*, que se trata de mais do que de demarcar a exclusão, é uma reformulação do tecido urbano que o reorganiza a partir de inclusão e exclusão e que, atualmente, constituem as cidades.

Texeira (2015, p. 31), chama atenção para o fato de não se cair na armadilha da dicotomia rural/urbano, entendendo o primeiro como um lugar atrasado e o segundo como um espaço de liberdade garantida:

Porém, a supervalorização do ambiente urbano na formação identitária homossexual tem sido avaliado criticamente, especialmente nas academias anglo-saxãs\_ com histórica tradição de enclaves urbanos homossexuais\_ no início do século XXI. As críticas foram orientadas sob o conceito de “*metronormatividade*” (HALBERSTAM, 2005, p.22-23): o pressuposto socialmente construído (especialmente no mundo anglo-saxão) de que o espaço rural seria heterossexual e que o urbano seria artificial e homossexual (HOGAN, 2010, p.243), fossilizando o urbano como referência absoluta para uma suposta vida de liberdade e satisfação sexual que, em tese, só a metrópole poderia garantir em contraposição aos ambientes rurais, tidos como opressores, homofóbicos e incapazes de fornecer vida cultural, afetiva e sexual significativa. A metrópole seria desta forma, destino *inevitável* para gays rurais: a migração orientada sexualmente torna-se impositiva. Assim, sobre uma dicotomia geográfica (rural/urbano) se constrói um elemento determinante da formação identitária homossexual. A mesma dicotomia urbano/rural

---

<sup>4</sup> São notícias como esta que são compartilhadas: <https://oglobo.globo.com/brasil/pai-filho-sao-confundidos-com-casal-gay-agredidos-por-grupo-em-sao-joao-da-boa-vista-sp-2714592>

está presente na formação identitária dos homossexuais do Brasil, afetando os movimentos migratórios nacionais, conforme indicado por Richard Parker: a cidade é construída no imaginário gay brasileiro como lócus de modernidade, movimento, liberdade sexual, aceitação, oferta de corpos e de produtos da moda. Isto em contraposição com o rural: considerado parado, atrasado, opressivo, tedioso.

Essa atenção tem que ser destinada à questão da dicotomia rural/urbano, porque desde os anos 2000 muitas cidades pequenas e médias tem a presença de manifestações em prol da diversidade, como é o caso das paradas pela diversidade. Ademais, o Censo 2010 trouxe alguns dados que apontam que as cidades com maior número, em termos de proporção, de pares do mesmo sexo são as cidades do interior (CENSO, 2010).

Mesmo que seja muito difícil medir com exatidão as correntes migratórias no Brasil, o fato é que os deslocamentos físicos e subjetivos são a base para diversos fatores da formação identitária da comunidade LGBTQI+. Desde a metáfora espacial de quebrar o armário, até a migração para outra cidade, por razões como conflitos familiares, encontram-se presentes nas narrativas as pessoas que compõem a comunidade.

## **Considerações Finais**

As migrações e os deslocamentos, em se tratando de pessoas da comunidade LGBTQI+, criam espacialidades, reterritorializam e desterritorializam em níveis diversos, que envolvem escalas como a escala dos corpos, das identidades e chegam até a escala dos espaços urbanos, cidades, países. “Corpos em transição, corpos expulsos, corpos que habitam espaços liminares, sejam dos estereótipos de gênero, sejam dos geopolíticos.” (TEIXEIRA, 2015, p. 33). São muitas possibilidades de relação que encontram-se, inclusive, com outros marcados como os de raça, de etnia e de classes sociais. Embora os espaços para estes corpos sejam limitados, há um objetivo a ser alcançado: uma subjetividade estável, contudo, ainda sim criativa.

Segundo Milton Santos (2002, p. 330) “quanto mais instável a surpreendedor for o espaço, tanto mais surpreendido será o indivíduo, e tanto mais eficaz a operação da descoberta.” Assim, Teixeira (2015) afirma que a migração sexual apresenta-se enquanto uma possibilidade criativa, mas também qualificada para tornar híbrida corpos e identidades, na medida em que elabora espaços passíveis de existência de sexualidades.

Diante do exposto, tem-se que as migrações por orientação afetiva-sexual e identidade de gênero carecem de estudos mais aprofundados e de pesquisas empíricas. As migrações, desde a subjetividades de cada sujeito até as que envolvem os deslocamentos físicos, são elementares para a conformação das identidades dos sujeitos.

## **Agradecimentos**

Agradece-se à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão de bolsa de estudos em nível de Pós-Doutorado (PNPD).

## **Referências**

- BELL, David, BINNIE, Jon. Authenticating queer space: citizenship, urbanism and governance, *Urban Studies*, vol. 41, n.º 9, Londres, Carfax Publishing, pp. 1807-1820, 2004a.
- BELL, David, BINNIE, Jon. Sexual Citizenship, in Diane Richardson, Stephen Seidman (editors), *Handbook of Lesbian and Gay Studies*, London, Sage Publishers, pp. 443-457, 2004b.
- BINNIE, Jon. *The Globalization of Sexuality*, London, Sage, 2004.
- BROWN, Michael. *Closet Space – geographies of metaphor from the body to the globe*, London, Routledge, 2000.
- DELEUZE, G. *Pourparlers*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.

- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção tópicos).
- PELÚCIO, Larissa. Possible Appropriations and Necessary Provocations for a Teoria Cu. In: LEWIS, Elizabeth Sara; BORBA, Rodrigo; FABRÍCIO, Branca Falabella; PINTO, Diana de Souza (Orgs.). *Queering Paradigms IV South-North Dialogues on Queer Epistemologies, Embodiments and Activisms*. Bern: Peter Lang, 2014, v. 4, pp. 31-52.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2012.
- SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar; ORNAT, Marcio Jose. *Pelo espelho de Alice: homofobia, espaço escolar e prática discursiva*. Curitiba: Appris, 2017.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.
- \_\_\_\_\_. *La Citoyenne Paradoxale: les féministes françaises et les droits de l'homme*. Paris: Albin Michel, 1998.
- SILVA, Joseli Maria. Gênero e espaço: esse é um tema da Geografia? In: AZEVEDO, Daniel Abreu de; MORAIS, Marcelo Alonso; (Orgs.). *Ensino de Geografia. Novos temas para a geografia escolar*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 143-182.
- SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN Júnior, Alides Baptista. Geografias feministas e pensamento decolonial: a potência de um diálogo. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN Júnior, Alides Baptista. (Org.). *Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2017, 11-30.
- SILVEIRA, R. L. L.; BRANDT, G. B. ; FACCIN, C. R. Fluxos pendulares e rede urbana na região do Vale do Rio/RS. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento*, v. 14, p. 183-212, 2018.
- SOUZA, Mariana Barbosa de; VIEIRA, Otávio J. Zini. Transexualidade – A quebra de paradigmas à luz do Biodireito. *Rev. Fac. Direito UFMG*, Belo Horizonte, n. 68, pp. 587-608, jan./jun. 2016. DOI: 10.12818/P.0304-2340.2016p587.
- TEIXEIRA, Marcelo Augusto Almeida de. ‘Metronormatividades’ nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil. *Áskesis*, São Carlos, SP, v. 4, n. 1, p. 23-38, 2015.



## **Cartografias literárias: vozes femininas do Paranhana**

*Luciane Maria Wagner Raupp*<sup>1</sup>

*Liane Filomena Müller*<sup>2</sup>

### **Considerações iniciais**

Quem são as escritoras do Vale do Paranhana? Apesar da dificuldade de responder a essa pergunta, pela falta de publicações e da premissa de que ninguém escreve algo apenas para si mesmo (ECO, 2003), sabe-se que existem mulheres produzindo literatura na região, porém sua visibilidade e sua articulação no sistema literário local, o qual, de resto, também parece se mostrar fracamente marcado ou organizado, não ocorre de forma a projetar essa produção ficcional.

Frente a essa invisibilidade, sabe-se que não se trata de algo novo ou de uma exceção localizada. A mulher carrega o estigma da invisibilidade social, há muitas gerações e em muitos lugares. Como ressalta Perrot (2016,p.17), “Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila”. É como se a elas fosse natural o papel secundário na sociedade. Até mesmo grandes pensadores e estudiosos de séculos passados (passados?) naturalizavam esse estado de coisas. Um exemplo de tal pensamento vem de Freud

---

<sup>1</sup> Faculdades Integradas de Taquara - Faccat. Taquara – RS. Brasil.

<sup>2</sup> Faculdades Integradas de Taquara - Faccat. Taquara – RS. Brasil.

(apud PERROT, 2016, p.96) que, em um de seus escritos sobre o papel e representatividade da mulher, atribuiu a elas esse lugar secundário. Nas palavras do psicanalista: “Estima-se que as mulheres trouxeram poucas contribuições às descobertas e às invenções da história da cultura, mas talvez elas tenham inventado uma técnica, a da trançagem e da tecelagem”.

A desvalorização e inferioridade histórica com as quais as mulheres são (re)tratadas reforçam o intuito da pesquisa em andamento, a fim de dar voz e reconhecimento a essas mulheres por meio do incentivo à produção literária de autoria feminina no Vale do Paranhana a partir da divulgação do que já é produzido na região, valorizando essas produções.

Diante da não projeção dessas vozes femininas, a pesquisa teve como tema o sistema literário contemporâneo no Vale do Paranhana, delimitando-o à produção literária de autoria feminina, assim como os fatores de silenciamento e seus engajamentos temáticos e estéticos. Como se afirmou, a delimitação do *corpus* à escrita feminina ocorreu devido ao fato de as mulheres, ao longo da história, terem suas vozes silenciadas, em uma literatura feita por e para homens, brancos e de estratos sociais privilegiados (LAJOLO, 1995; DALCASTAGNÉ, 2008)<sup>3</sup>. Assim, entendendo que é compromisso dos meios acadêmicos colaborar para que tal silenciamento seja dissipado da nossa sociedade, propuseram-se a pesquisa e a publicação de uma antologia, que não apenas se alinha à vocação comunitária das Faculdades Integradas de Taquara, como

---

<sup>3</sup> Segundo Lajolo (1995), em artigo sobre a escritora Carolina Maria de Jesus, houve, na década de 1960, o início de uma maior inserção das mulheres no universo literário brasileiro, com o surgimento de nomes como Clarice Lispector e Néliida Piñon. Essas vozes femininas, no entanto, eram novidade em um sistema criado por e para homens brancos, cultos e de classes sociais privilegiadas. Tal situação, contudo, parece não ter mudado substancialmente, conforme nos aponta Dalcastagné (2008, p. 89), quando aponta dados de uma pesquisa com 258 romances publicados pelas três editoras de maior prestígio no país – Companhia das Letras, Record e Rocco: “No conjunto, são 165 escritores diferentes, sendo que os homens representam 72,7% do total de autores publicados. Mas a homogeneidade racial é ainda mais gritante: são brancos 93,9% dos autores e autoras estudados (3,6% não tiveram a cor identificada e os ‘não-brancos’, como categoria coletiva, ficaram em meros 2,4%)”.



também aos estudos literários sobre o feminino e o feminismo e sobre sistema literário.

Nesse sentido, entendendo que à escrita feminina, em todas as épocas e lugares, são impostas interdições, buscaram-se respostas às seguintes questões: (a) como se configura atualmente o sistema literário no Vale do Paranhana?; (b) Quem são, o que escrevem, como escrevem e para quem escrevem as escritoras do Paranhana?; (c) Existe uma identidade temática e/ou estilística que permeia a produção escrita feminina contemporânea no Paranhana?; (d) Quais são os fatores de silenciamento ou de projeção dessas escritoras?; (e) Como tais escritos circulam ou se enclausuram?; (f) Como a produção literária feminina do Vale do Paranhana se alinha aos estudos do feminino e do feminismo?. A fim de responder a essas perguntas, foi feita uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo, buscando dar voz e vez a essas escritoras. A partir dessa pesquisa, entrou-se em contato com as escritoras que compõem essa antologia e com outras que, por motivos de diversas ordens, infelizmente não constam nesta publicação.

## **O sistema literário**

Entende-se por sistema literário o conceito que Antonio Candido desenvolve em sua obra *Formação da Literatura Brasileira*, ao afirmar que se trata de um “sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes de uma determinada fase” (CANDIDO, 1961, p. 25). Nesse sentido, compreende-se, ao longo do estudo da periodização literária, que determinantes contextuais da cena enunciativa interferem não só no conteúdo e no estilo das obras produzidas, mas na sua circulação e nas suas prováveis categorizações.

Essas interferências acabam por ditar aquilo que é considerado “boa literatura”, por indicar o que deve ser lido e por banir da cena cultural aquelas produções consideradas “menores”. De certa forma, portanto, a história da literatura também é a história

das formas artísticas vencedoras – quase todas elas assinadas por escritores do gênero masculino, conforme se observa nos manuais de literatura escolares e nos compêndios universitários.

Da mesma forma, o conceito de sistema literário aponta para um sistema de obras ligadas por características em comum, as quais, para atingirem tal modo de existência, precisam ter um ponto de contato, o que pressupõe a sua veiculação, a sua circulação entre o público leitor – e produtor – de tais obras. É o que Candido aponta quando afirma que é necessária a existência de três fatores para o estabelecimento de um sistema literário, a saber: “1) conjunto de produtores mais ou menos conscientes de seu papel; 2) conjunto de receptores; 3) mecanismo transmissor (‘de modo geral, uma linguagem traduzida em estilos’ (CANDIDO, 1961, p.25). A necessidade desses três componentes inter-relacionados (escritores, leitores e estilo), formando uma tradição, faz-nos questionar sobre a existência e o estabelecimento de um sistema literário contemporâneo e particular ao Vale do Paranhana, no que diz respeito à produção e à circulação de obras com traços identitários próprios.

### **Algumas considerações sobre o sistema literário contemporâneo no Vale do Paranhana**

Observam-se, na citada região, algumas iniciativas isoladas no sentido de incentivar e divulgar a produção literária local, capitaneadas por lideranças ligadas à Faccat, como o Sarau com Café, a Academia Lítero-Cultural Taquarense e o Concurso Literário Faccat/Jornal Panorama. Nesse sentido, alinhando-se à vocação comunitária e de desenvolvimento regional das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat e às práticas do curso de Letras, a pesquisa justificou-se pelo fato de buscar dar visibilidade à produção literária de autoria feminina do Vale do Paranhana. Tal escolha de recorte vai ao encontro do que apontam os estudos culturais e de gênero acerca das restrições histórica e socialmente impostas às

vozes femininas, conforme apontam autoras como Norma Telles (2015), Mary del Priore (2013), Elaine Showalter (1994), entre outras que teorizam sobre o assunto em questão.

Para a realização da pesquisa, partiu-se da hipótese de que existem escritoras no Vale do Paranhana cujas vozes são silenciadas por imperativos de diversas ordens, todas elas ligadas a questões de poder, seja ele cultural, seja econômico. Uma evidência dessas vozes femininas é a participação de mulheres no Concurso Literário Faccat / Jornal Panorama, que se encontrava na sua décima quarta edição no ano de 2016. Nesses treze anos de Concurso, foram premiadas, entre o primeiro e o terceiro lugares, nas categorias contos, crônicas e poemas, 63 mulheres, como mostra o quadro a seguir, elaborado a partir dos dados dos arquivos do curso de Letras da Faccat.

Quadro 1: Vencedores do Concurso Literário Faccat / Jornal Panorama

Ano	Feminino	Masculino	Total de vencedores e vencedoras
2003	7	3	10
2004	8	1	9
2005	2	5	7
2006	8	2	10
2007	3	6	9
2008	3	6	9
2009	4	6	10
2010	6	3	9
2011	4	5	9
2012	5	4	9
2013	3	6	9
2014	6	3	9
2015	4	2	6
<b>TOTAL:</b>	<b>63</b>	<b>52</b>	<b>115</b>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

De acordo com o que se pode observar no quadro, do total de vencedores do concurso, em um universo de 115 vencedores, a presença feminina (63 vencedoras) ultrapassa a masculina (52 vencedores). Há que se considerar, no entanto, que não se trata de 63 vencedoras distintas, pois algumas delas foram premiadas em mais de uma edição do concurso e em mais de uma categoria.

Um imperativo para o silenciamento das vozes de escritoras femininas no Vale do Paranhana é a própria posição geográfica da

região, que, de resto, também colabora para que não se projetem vozes masculinas, uma vez que não se registram, advindos da região, escritores de projeção regional, estadual ou nacional. A partir dos dados obtidos por meio do Concurso Literário, conforme o Quadro 1, vislumbra-se uma busca dessa visibilidade, uma vez que buscam a participação no evento.

A participação nesse Concurso Literário também leva a pensar em outro imperativo para a não projeção da escrita feminina na região. Trata-se da falta de polos de articulação, de aprimoramento e de projeções dessa produção, que pode, potencialmente, vir a ser articulada a partir do curso de Letras das Faculdades Integradas de Taquara, com a criação e a sistematização de um núcleo de escrita criativa. Tal motivo e tal potencial também se aplicam aos escritores.

### **A produção literária circunscrita**

No que se refere especialmente aos motivos da circunscrição da escrita feminina, à sua não divulgação, estão aqueles que também se aplicam aos silenciamentos em outros sistemas literários: a falta de valorização da escrita de autoria feminina, como se fossem produções “menores” é uma delas. Outro fator de não divulgação é o próprio lugar de silêncio que as escritoras tomam para si, temerosas de exposição pública, tendo em vista as repressões sofridas pelas mulheres, de forma geral, ao longo do tempo e em quaisquer espaços. Desse modo, apesar de não escreverem “para elas mesmas”, delimitam seu espaço de circulação a limites caseiros, trocando textos com seus pares. De outro lado, estão aquelas escritoras que não conseguem romper as barreiras comerciais e financeiras que se impõem à publicação de uma obra impressa. Não chegando a conseguir o contrato com uma editora, existem aquelas que publicam por conta própria, custeando as despesas da publicação. Em um número um pouco maior, estão aquelas que participam, com um ou dois textos, de antologias, cujo preço de publicação é rateado entre os participantes. Há ainda aquelas que

publicam seus textos na Internet, em blogs pessoais, sites ou redes sociais. Registra-se ainda outro grupo de escritoras — este menos anônimo —, que é o das cronistas que publicam em jornais locais.

A partir do levantamento dos dados da pesquisa de campo, foi possível levantar as características da escrita de autoria feminina no Vale do Paranhana, mostrando tendências estéticas bastante variadas assim como as vinculações temáticas deverão se apresentar igualmente variadas. Longe de ser um fator de menos valia para tal produção, trata-se do reflexo da falta de um sistema literário organizado na região e das inúmeras influências às quais, como leitoras, essas escritoras são expostas em um mundo globalizado e globalizante.

### **Resultados de um breve inquérito**

A pesquisa de campo, iniciada em setembro de 2016, levantou, em seu primeiro mês de atividade, a produção literária de dez escritoras, que foram entrevistadas de acordo com os passos metodológicos descritos a seguir.

### **Metologia**

A metodologia aqui proposta incluiu pesquisa teórico-bibliográfica e de campo. Sobre os dados da pesquisa de campo, foi feita análise de conteúdo, tal qual prescreve Bardin (1979), a fim de explorar o teor dos documentos pesquisados, ou seja, dos escritos literários femininos no Vale do Paranhana, dando conta de filiações estéticas, temáticas e ideológicas. A partir da análise desses conteúdos, foi possível traçar os perfis dessas escritoras e suas articulações com os contextos em que se inserem, lançando luz sobre as condições femininas na região: quem são essas mulheres? O que pensam? O que lhes preocupam? Como testemunham esse espaço e esse tempo em que se inserem?

A pesquisa teórico-bibliográfica debruçou-se sobre as questões concernentes à exclusão feminina do sistema literário nacional, ao conceito de sistema literário, às condições do feminino e do feminismo, entre outras.

A pesquisa de campo teve como primeiro passo o levantamento de nomes de mulheres que praticam regularmente a escrita literária no Vale do Paranhana a partir de dados apurados e/ou indicações de alunos do curso de Letras da Faccat, e dos contatos pelos endereços fornecidos por ocasião da participação no Concurso Literário Faccat / Jornal Panorama, além de chamadas em redes sociais.

A partir desse levantamento, as pesquisadoras fizeram os primeiros contatos com essas escritoras, normalmente via e-mail. Para a realização da entrevista, o primeiro passo foi a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que esclareceu sobre os propósitos do Projeto de dar visibilidade às escritoras do Vale do Paranhana, sem fins lucrativos ou comerciais. Cada entrevistada teve o direito de concordar ou não com os termos da pesquisa, além de ter a possibilidade de desistir da entrevista ou da participação da Antologia a qualquer momento, sem prejuízo algum, assim como não haverá nenhum retorno financeiro com a sua participação na publicação. Esse documento foi assinado em duas vias, pela pesquisadora responsável, pela pesquisadora acadêmica bem como pela entrevistada. Do mesmo modo, a entrevistada também é perguntada se concorda em ceder direitos de imagem, por meio de uma foto pessoal que ilustrará a Antologia.

A entrevistada foi aberta e pôde ser respondida por e-mail. Além da entrevista, foram coletados textos de autoria da entrevistada para posterior análise e publicação.

### **Dados levantados junto a dez escritoras da região**

A pesquisa de campo, iniciada em setembro de 2016, levantou a atividade dez escritoras na região do Vale do Paranhana

(residentes em Rolante, Três Coroas e, em grande parte, de Taquara).

Quanto aos gêneros textuais praticados pelas escritoras entrevistadas, são bem diversificados, observando-se que todas elas acabam dedicando-se, inclusive, a mais de um gênero. Cinco delas escrevem poemas regularmente. Duas delas escrevem crônicas. Três delas dedicam-se aos contos, e apenas uma relatou escrever textos de opinião.

Perguntadas como e quando começaram a escrever, todas apontaram a influência escolar. Quatro delas mencionaram especificamente a influência da professora de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental e/ou no Médio. Uma delas citou:

Talvez a pessoa que mais me incentivou, tanto na leitura como na escrita, tenha sido minha professora de Língua Portuguesa da oitava série. Tenho um carinho muito especial por ela, que me apresentou mundos e histórias que vieram a mudar minha visão de mundo e, conseqüentemente, minha vida (Entrevistada A).

Esse relato da entrevistada A, em relação à outra mulher, professora, aponta para a possibilidade da constituição de um processo de sororidade e de empoderamento feminino dentro das salas de aula. Isso porque é por meio da educação, na maior parte das vezes capitaneada por professoras mulheres, que as meninas podem perceber que suas vozes têm o poder de se projetar e desenvolver o senso crítico necessário para libertar-se de conceitos machistas, irmanando-se às outras mulheres nesse processo.

Cinco das seis entrevistadas também mencionaram que o fato de serem leitoras as levou à escrita como consequência natural. Duas delas também apontaram que o grande incentivo à leitura veio de suas mães. Dessa forma, assim como as professoras citadas, as mães também são mulheres responsáveis por esse processo de dar voz às suas meninas.

Quanto às temáticas abordadas, todas elas declararam, nas entrevistas, que escrevem sobre fatos do cotidiano, o que pôde ser

comprovado por meio da leitura dos materiais que disponibilizaram às pesquisadoras. Nesse cotidiano, abarcam-se relações familiares, questões da cidade e seus problemas sociais.

Outras duas entrevistadas relatam escrever textos especialmente para pessoas que conhecem, como uma forma de “eternizá-las” ou de homenageá-las. Esse conteúdo foi observado nas produções, como se pode evidenciar nos excertos de poemas que se apresentam a seguir:

### **Linhas e significados para Loiva: costurando sentidos e significados**

Alinhavar  
Delinear  
Entrecortar caminhos  
Pontos largos, miúdos, vírgulas, reticências  
Pôr em ordem o que nos chega em desalinho,  
Atravessado por reminiscências  
[...]  
(ENTREVISTADA B)

PEQUENA  
[...]  
Não existe coisa mais pura  
Nem criatura mais divina  
Não recrimina, não tem sina  
Minha pequena, linda menina.  
(ENTREVISTADA C)

Nos fragmentos acima, leem-se versos traçados como forma de homenagens a outras mulheres. Segundo a entrevistada B, seu poema foi feito para uma tia, costureira, lembrando os trabalhos das fiandeiras da Antiguidade Greco-Latina. Já a entrevistada C escreveu esse poema quando estava grávida e descobriu que seria uma menina, hoje com treze anos de idade. Ao dizer que ela não tem sina, mostra o desejo de que a filha trace o seu caminho de acordo com os seus desejos e suas vontades.



Outro tema cultivado por quatro das seis entrevistadas é o sofrimento amoroso e “suas inúmeras vertentes”, conforme relataram as entrevistadas D e E. Já a entrevistada F, que escreve predominantemente contos, relatou: “Já escrevi contos de terror, magia, romance, erótico. Não me prendo a uma temática, porque sou bem sensível ao que acontece ao meu redor, então acabo dependendo e utilizando sentimentos e pessoas ao meu redor para recompor os meus escritos”.

Quanto à publicação de sua produção, a entrevistada B já publicou em jornais e antologias, sendo uma das vencedoras do Concurso Literário Faccat / Jornal Panorama mais de uma vez. Outra entrevistada publicou algumas crônicas no jornal local. Outras três publicaram blogs e páginas no Facebook, mas acabaram desativando-as. Uma delas (entrevistada D) não publica o que escreve e assim o justifica:

Não, nunca publiquei, sinto-me insegura. Creio que é o caso da maioria das mulheres que não escrevem. Não pelo fato de não serem reconhecidas, mas por não serem aceitas. A interpretação está por conta de quem lê, mas muitas vezes as críticas são pesadas, desmoralizantes e machistas.

O que a entrevistada D relata vem ao encontro do fato de que escrever é inscrever-se, é mostrar-se, é dar-se a ver – e uma mulher tornar-se visível, em uma sociedade machista, é atividade de alto risco. Esses riscos, o machismo e o conservadorismo da sociedade também são apontados como fatores de silenciamento da escrita feminina pelas seis entrevistadas, quando questionadas acerca dos fatores que poderiam levar ao fato de não se ter notícias de escritoras de projeção oriundas do Vale do Paranhana. É o que se lê no seguinte relato:

Creio que o fato de as mulheres não serem reconhecidas é porque a região tem uma mentalidade antiquada, ainda se vê o home como centro de tudo. A sociedade não está pronta para aceitar ou apreciar a capacidade que as mulheres têm de se expressar e criar.

Também o fato de ser uma região onde as mulheres têm pouca escolaridade e menos ainda incentivo para expor suas emoções e pontos de vista (Entrevistada E).

Além do machismo, outras duas entrevistadas citam o fato de que em várias áreas é difícil a projeção dos artistas do Vale do Paranhana por falta de incentivos. Uma delas (Entrevistada F) afirma que “Nada acontece na minha cidade”. Outra entrevistada (C) afirma que “as pessoas não valorizam o que é daqui”. Outras duas entrevistadas também falam que é só se publicaria uma obra com verbas próprias, o que acaba sendo oneroso.

### **Considerações sobre a pesquisa**

Foi possível comprovar, mais uma vez, a tese de que existem, sim, mulheres que escrevem com certa regularidade no Vale do Paranhana, cujas vozes não se projetam por falta de espaços para tanto.

Observa-se, nesta pequena amostra, que a produção é bastante variada no que diz respeito a estilos e a temáticas. Um ponto em comum, no entanto, é a escrita de textos curtos, que não exigem a disciplina, o planejamento ou mesmo a rotina de escritas implicados na construção de um romance ou de uma novela.

Outro ponto em comum é o fato de se encontrar, nas amostras de textos fornecidas pelas entrevistadas, textos da esfera confessional e de relatos e reflexões sobre o cotidiano das autoras.

Apenas uma das dez entrevistadas apresentou às pesquisadoras contos, embora outras também relatem escrevê-los. Nesses contos, foi possível notar matizes de uma criação ficcional de maior consistência.

Outro ponto que nos chamou a atenção foi o de relatarem que mulheres – mães e professoras – foram suas grandes incentivadoras para a leitura e para escrita. Nenhuma delas citou uma figura

masculina como incentivadora direta, no entanto citaram escritores homens como figuras a admirar.

É vontade das pesquisadoras que esta pesquisa esteja sempre em andamento. As escritoras contatadas são alunas ou egressas da IES e talvez por isso seus textos tenham uma certa identidade temática e estilística. Com o andar da pesquisa, abarcando outras vozes femininas, espera-se encontrar vozes dissonantes, com maior variedade temática e estilística.

### **Lançamento da antologia**

A fim de darmos direcionamento prático e sentido real às intenções da pesquisa, organizou-se uma antologia, da qual participaram 12 escritoras, das cidades de Taquara, Rolante, Riozinho, Parobé e Três Coroas. Para tanto, foram feitas, na Faccat, reuniões para a organização da obra, nas quais se discutiu sobre o conceito da publicação e sua identidade temática e visual.

Entre muitas decisões, chegou-se ao consenso de que a obra deveria ter um tema condutor, uma vez que os estilos de escrita são muito diferentes, para que a obra tivesse uma ideia de unidade. Como tema, elegeu-se a inspiração das deusas da mitologia greco-latina, entendo que, pela sua versatilidade e força, representam ainda muito da mulher contemporânea. Junto a isso, resolveu-se que deveria conter ilustrações bordadas, em analogia às mulheres da mitologia que eram fiandeiras. Além disso, cada autora teria sua foto publicada, seguida de uma autobiografia curta.

A obra, patrocinada pela Faccat, foi lançada no dia 29 de março de 2019, no Centro de Eventos da instituição, contando com a presença dos familiares e amigos das escritoras, alunos dos cursos de Letras e de Comunicação, Diretor-Geral e Vices-Diretores. Houve cobertura da imprensa, sendo noticiada nos jornais locais e também de circulação estadual.

## Identidade como escritoras

Lançada a obra, indaga-se: a participação em uma antologia faz de alguém escritora ou escritor? É a materialidade de uma obra que autoriza alguém a se considerar uma *autora*?

Se, como diz Foucault (1994, p. 45), “o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso”, nos textos autobiográficos que precedem os textos de cada autora na obra, percebe-se que no momento de enunciação desses textos, o eu que se anuncia como escritora, de certo modo, mostra-se parcialmente identificado como tal.

Tal identificação parcial pode ser percebida ao se observar que, em alguns textos, o eu que se anunciava buscava certo distanciamento ao utilizar a terceira pessoa para falar de si mesma, em uma relação de disjunção com a identidade do ser histórico e material anunciado no título, com nome e sobrenome. Ao mesmo tempo, outro ponto fortemente em comum revelado pela análise é encontrado no eixo fazer-parecer, no qual todas procuraram situar-se como profissionais multitarefas, desdobrando-se em atividades de variadas ordens ao mesmo tempo. O apreço aos estudos e à leitura, da mesma forma, também se situou nesse eixo de forma quase unânime, além de outras características.

## Considerações finais

Sabe-se que a pesquisa poderia encontrar mais mulheres dedicadas à escrita na região do Paranhana, uma vez que os resultados apontaram muitas participantes ligadas à instituição à qual a pesquisa se filia, podendo ampliar seu espectro. Por isso, existe a vontade e a necessidade de lhe dar continuidade.

Se a publicação de um livro físico não é o suficiente para fazer alguém identificar-se como uma autora ou dedicar-se ao ofício de escritora, pode ser um primeiro passo para tanto. De outro lado, a publicação já mostra à comunidade que mulheres do Paranhana, nem

tão distantes assim das “capitais” da escrita, podem ter voz e vez. Nesse sentido, ao valorizar o trabalho artístico e intelectual dessas 12 mulheres, espera-se que tantas outras se sintam encorajadas.

## Referências

- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS UNICEUB. *Literatura: mulheres reclamam de exclusão*. Disponível em: <<http://www.agenciadenoticias.uniceub.br/index.php/literatura-mulheres-reclamam-de-falta-de-espaco/>>. Acesso em: 19 mai. 2016.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. Gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. In: *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, v. 31, p. 87-110, 2008. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/estudos/article/viewFile/2021/1594>> . Acesso em: 02 mai. 2016.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013.
- ECO, UMBERTO. *Ensaio sobre a literatura*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- FOCAULT, Michel. *O que é um autor? Veja*: Passagens, 1994.
- LAJOLO, Marisa. *A leitora no quarto dos fundos*. In: *Leitura Teoria & Prática*. São Paulo, jun. 1995, ano 14, n. 25.
- SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 23-57.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 401-442.



***Frida em cena:***  
**a representação da mulher**  
**teuto-sul-rio-grandense do teatro gaúcho**

*Mara Rúbia Scheffler de Souza*<sup>1</sup>

### **O teatro como fonte histórica**

O teatro surgiu na Grécia no século IV A.C como consequência das festividades anuais em celebração ao deus Dionísio. A tragédia grega abordava temas como justiça e destino com um desfecho trágico para o herói, já a comédia abordava sátiras do cotidiano da Grécia Antiga. Na Idade Média o teatro era realizado por membros do clero nas dependências de igrejas e catedrais, tendo como roteiro a vida de santos ou relatos da Bíblia, sendo assim, um instrumento de ensino bíblico. Já na Baixa Idade Média os atores eram “patrocinados” por senhores feudais. Em troca de proteção os atores ofereciam entretenimento e ainda levavam o nome de seu patrono nas apresentações que poderiam ocorrer em qualquer lugar que cedesse esse espaço: tavernas, praças, catedrais, eventos religiosos. No século XVI, em Londres, o teatro começa a ganhar os contornos que conhecemos hoje com um espaço próprio e exclusivo para as apresentações teatrais. Esses espaços, segundo Rodrigo Seidl ocupavam as *liberties* (zonas livres) que faziam parte da área urbana de Londres, mas não eram consideradas parte da cidade, estando livres dos domínios das autoridades londrinas e dividindo o mesmo

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de História das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat.

espaço urbano com tavernas e bordeis, sendo então atacados por críticos como espaços para práticas indesejáveis. Sobre essas críticas Seidl conclui:

[...] o grande número de ataques à prática teatral nos revela que esta era mais do que apenas um reflexo da transformação social, mas também um agente modificador da mesma. Por exemplo, o teatro era um exemplo de mobilidade social, pois pessoas comuns podiam ganhar muito dinheiro por meio de sua carreira profissional no teatro e pertencer a classes sociais mais altas. Era um lugar onde críticas políticas podiam ser feitas de forma visualmente poderosa e vistas tanto por ricos como por pobres. Era também o lugar onde novos padrões de comportamento podiam desenvolver-se. [...] Dado que apenas o teatro era atacado como a raiz de todos os “pecados” que contaminavam a sociedade daquela época, podemos concluir que estava, de fato, causando impacto naquela sociedade. (SEIDL, 2016, p. 11).

No Brasil, o teatro ganha o status de teatro moderno com Nelson Rodrigues a partir da segunda metade do século XX, abordando temas polêmicos para o ideal burguês europeu em voga no Brasil deste período e sofrendo forte censura por isso.

O teatro sempre foi instrumento de divulgação de ideias e discursos de uma determinada época, usado como instrumento ideológico pela classe dominante ou como uma voz de protesto pelos dominados.

Apesar de o teatro ter perdido espaço para a televisão, o cinema e mais recentemente para a internet - com o surgimento e crescimento acelerado de serviços de streaming ou redes sociais como o Youtube - alguns espetáculos teatrais ainda atraem um grande público e fazem muito sucesso, principalmente os espetáculos de humor que trazem ao palco o cotidiano de pessoas comuns, geralmente tendo o interior da casa e as relações familiares como enredo. Esses espetáculos costumam reforçar estereótipos de mãe, esposa, sogra, ou seja, mulheres dentro do ambiente do modelo burguês de família. Para fundamentar teoricamente a ideia de que



esses espetáculos podem ser usados como fonte de pesquisa me apoio no conceito de representação da vertente da História cultural.

A História cultural se consolida como campo preciso a partir da década de 1980, e é resultado da crise dos paradigmas que exigiu uma revisão dos pressupostos explicativos da realidade. Essa revisão tem origem na própria vertente neomarxista inglesa e na escola francesa dos *Annales*. A preocupação com a história das mentalidades e do simbólico já existia na Escola dos *Annales*. Apesar do conceito de mentalidades ter passado por problemas para se definir teoricamente, ele abriu espaço para o estudo de práticas sociais, de valores e de sentimentos que se traduziam em conceitos sobre o mundo ou uma sociedade em determinada época. (PESAVENTO, 2005).

O conceito de representação é central na História Cultural e é esse conceito que permite ao historiador a difícil tarefa de atingir os sentimentos e valores de outra época fazendo-os existir no presente, trata-se de compreender a realidade do passado através de suas representações, que consiste em “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 2002: p.16- 17).

Sandra Pesavento, no livro *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*, organizado por ela e Frédérique Langue, fala da “sensibilidade como uma escrita e leitura da alma” (PESAVENTO, 2007, p.9). Essa é a grande ambição da História cultural, capturar os sentimentos, os valores e os pensamentos que expressam o sentido que cada indivíduo ou grupo dá ao mundo na sua época. A arte é uma leitura da alma, seja na música, na pintura, na literatura ou no teatro. O teatro tem como inspiração uma prática social vivida e é, portanto, um produto contextualizado historicamente.

No Rio Grande do Sul, especialmente nas áreas de colonização alemã, se destaca o teatro da *Curto Arte Companhia de teatro*, da cidade de Dois Irmãos, que traz ao palco a família típica das colônias alemãs do Estado. Na primeira vez que assisti um dos seus

trabalhos, intitulado *Nós somos mesmo maravilhosas*, me deparei com o ginásio (espaço onde o espetáculo foi apresentado) lotado, e havia do lado de fora mais um ginásio lotado aguardando para a abertura de uma segunda sessão, o que de fato ocorreu. O espetáculo é encenado por três atores que dão vida a três mulheres diferentes e seus respectivos maridos com a característica étnica em comum e carregada de estereótipos. O mesmo acontece com a sequência *Nós somos mesmo maravilhosas vão à praia*, que explora esses mesmos elementos, que em suma é a relação conjugal e as diferentes perspectivas dos maridos e das esposas. A peça teatral se propõe a arrancar risadas, e faz isso com maestria, mas além de risadas o espetáculo proporciona ao público um sentimento muito importante para a minha proposta neste estudo: a nostalgia. Ela pode ser percebida em comentários do público como: *minha infância foi assim*, ou *a personagem é igual a minha avó*, e ainda, *minha mãe fala a mesma frase*.

O maior fator de sucesso de público do espetáculo citado não é o roteiro em si, é o que ele representa, é o sentimento que ele desperta no público, porque aquele enredo é algo muito semelhante ao vivido por eles. É divertido porque aquela personagem remete a eles mesmos, é algo próximo, cotidiano. O espetáculo inicia com uma música típica alemã e com o diálogo inicial em alemão, o qual eles não fazem questão de traduzir. Isso revela um direcionamento do público alvo: os que falam o alemão e os que riem porque não entendem, mas a cena dá a entender que é importante que algumas pessoas na plateia entendam aquele diálogo.

Outro espetáculo da mesma Companhia trouxe a mim mesma este sentimento de nostalgia. Refiro-me ao espetáculo *Natal na colônia*, o nome da peça já sugere um recorte espacial (colônia), o que já torna possível fazer um recorte social e cultural se pensarmos na História do Rio Grande do Sul e nos grupos que compunham a colônia do Estado, e dependendo do grupo étnico desse espaço, podemos pensar nos aspectos culturais. Neste caso, o espetáculo trazia ao palco a colonização alemã. Sem dúvida, o espetáculo teve a

intensão de ser nostálgico porque o cenário trazia vários elementos que remetiam ao passado: colchões de palha; uma vasilha de alumínio com água para lavar o rosto pela manhã; os doces pintados de Natal; o vestido novo para o dia da missa do galo e a árvore de Natal natural, cortada e trazida para o interior da casa pela própria família e sem grandes enfeites, porque eles eram caros, então os doces pintados de Natal serviam de enfeite para a árvore de Natal. Meus pais e avós relatavam rituais e hábitos iguais a esses, mas claramente são rituais já não praticados nos dias de hoje, e foi por isso que o espetáculo me comoveu e atraiu a curiosidade daqueles que não viveram essas práticas.

O espetáculo *Esperando o Thiltapes* também apresenta aspectos do passado no figurino, no cenário e no roteiro. Este espetáculo também tem a intensão principal de fazer o público rir com personagens caricatos, mas ele faz uma reflexão sobre as dificuldades da vida na colônia, do trabalho árduo na lavoura e das dificuldades de falar outro idioma. Estas dificuldades sempre foram relatadas por minha mãe e avós maternos, descendentes de imigrantes alemães. Essa dificuldade se fazia presente principalmente no período escolar, em que muitos abandonavam a escola por não compreender o português e por precisar ajudar na lavoura desde crianças. Estes exemplos compõe o enredo de *Esperando o Thiltapes* e essas cenas costumam gerar o burburinho entre o público mais velho da plateia “eu passei por isso”, ou um simples aceno positivo de cabeça, concordando com o contexto.

De uma maneira geral os quatro espetáculos citados geram essa comoção e identidade no público. Os primeiros, *Nós somos mesmo maravilhosas* e *Nós somos mesmo maravilhosas vão à praia* se abusam de estereótipos de gênero e relacionamento conjugal para fazer o público rir, mas em *Esperando o Thiltapes* e *Natal na Colônia*, além do estereótipo e do caricato há o apelo emocional, alcançado através da representação das dificuldades da vida do campo e da felicidade encontrada em gestos simples, em um simples doce pintado de Natal.

## **A representação da mulher teuto-sul-rio-grandense no teatro.**

A História cultural e seu conceito de representação proporcionou a pluralização de objetos e fontes de pesquisa da História contemplando grupos sociais até então ignorados pela historiografia, e é nesse momento que o estudo da história das mulheres e das relações de gênero ganha espaço na historiografia contemporânea. A partir dos anos 1970 ocorre um significativo aumento no estudo sobre as mulheres em vários campos das ciências sociais.

O grande problema enfrentado pelos historiadores no que diz respeito aos estudos sobre as mulheres é que a sua representação no passado tem por base discursos masculinos que determinam seu papel na história. Os arquivos privados como cartas e diários aliados a obras literárias, dramaturgia e a escrita religiosa são boas fontes de pesquisa, mas é necessária a ampliação dos campos de investigação histórica no que diz respeito à participação das mulheres, envolvendo as diversas dimensões de sua experiência histórica e para isso é preciso focar nas relações entre os sexos e na categoria de gênero, bem como nas relações habituais de poder. Segundo Louise Tilly:

Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são algo mais do que uma categoria biológica; elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder. Mas, sobretudo porque, para o historiador, em função do processo permanente de estruturação social, assim denominado por Philip Abrams, as mulheres vivem e atuam no tempo. (TILLY, 1994: p. 31).

As mulheres teuto-sul-rio-grandenses foram tratadas por muito tempo pela historiografia como uma categoria homogênea,

apresentando uma mulher estereotipada, sem levar em consideração a pluralidade de identidades. Trabalhos como o livro *Gênero, identidade étnica e poder: mulheres na imigração alemã no Rio Grande do Sul* escrito por Marlise Regina Meyrer e Daniel Luciano Gevehr, oferece importante contribuição para a historiografia sobre as mulheres no Rio Grande do Sul, abordando a multiplicidades de identidades das mulheres imigrantes alemãs no Rio Grande do Sul.

Joana Maria Pedro em *Mulheres do Sul* também aborda as diferentes representações das mulheres na região sul do Brasil, ressaltando os diferentes grupos sociais e étnicos nos diversos períodos históricos. Sobre a mulher imigrante alemã das camadas mais pobres da sociedade Joana Maria Pedro ressalta:

A importância da família para o colono, especialmente ter uma mulher, aparece em inúmeros relatos. A manutenção dos hábitos e dos costumes alemães dependia das mulheres, as quais, através de “prendas domésticas”, ofereciam um conforto difícil de ser mantido sem a presença feminina. Apesar disso, o que se observa é que somente os homens são considerados responsáveis pelo desenvolvimento da região. A própria representação da imagem das mulheres de origem alemã como “trabalhadeira”, diferentemente dos homens considerados “trabalhadores”, contribui para a invisibilidade da contribuição feminina. (DEL PRIORE, 2011, p. 288-289).

Apesar da citação acima se referir às mulheres de Blumenau em Santa Catarina em meados do século XIX, o termo “trabalhadeira”, usado para caracterizar a imigrante alemã e suas descendentes aparecem também nas colônias do Rio Grande do Sul. Ouvi essa expressão inúmeras vezes de meus avós, que nasceram na primeira metade do século XX. A ideia da mulher como a rainha do lar, prendada é propagada pela moral burguesa europeia que chega com força no Brasil, embora essa moral tenha atingido mais as camadas altas e médias da sociedade brasileira, as camadas mais pobres precisavam se dedicar mais ao sustento da família,

trabalhando na lavoura. As mulheres do sul contribuíram significativamente para o desenvolvimento da região, trabalhando na lavoura, na casa, na criação dos filhos, embora o homem leve o status de “trabalhador” enquanto a mulher é “trabalhadeira”.

É a alemã “trabalhadeira” que está na cena dos espetáculos do grupo teatral Curto Arte. O elemento cenográfico central em *Nós somos mesmo maravilhosas* é o sugestivo fogão. Um dos locais de atuação da mulher “trabalhadeira”, e em torno dele que as três personagens caricatas interpretadas por homens, permanecem em boa parte do espetáculo. Elas falam sobre casamento, reclamam dos maridos, mas também expõem o quão, elas mulheres, se esforçam mais que eles para a manutenção do lar e da família. O mesmo acontece em *Nós somos mesmo maravilhosas vão à praia*, onde as mesmas personagens são as responsáveis por pensar em todos os detalhes da viagem. Este espetáculo se inicia com os maridos em cena, e o diálogo se concentra nestes personagens masculinos tentando diminuir suas respectivas esposas, para no final do diálogo eles chegarem à conclusão de que elas de fato comandam o lar e são mais responsáveis e inteligentes. É uma sátira a representação da mulher na moral burguesa, não sei se intencional, mas que de fato representa um pensamento de um determinado período, que mantém seus resquícios até hoje.

A mulher como a responsável e inteligente da família também é característica das filhas neste lar. Nos dois espetáculos *Esperando o Thiltapes* e *Natal na Colônia*, as personagens Tereza e Lori, respectivamente, são mais inteligentes que os irmãos, e as vezes que o próprio pai. A ela também é atribuída à realização de tarefas do lar, e é ela que está de fato pondo a mesa, limpando a casa, enquanto os meninos – que também foram solicitados para as tarefas – argumentam ser “trabalho de mulher” e se esquivam da tarefa. Em *Esperando o Thiltapes* a personagem Tereza se torna a responsável pela manutenção da casa depois da morte da mãe. Isso a impede de frequentar a escola, ou como o espetáculo diz “ir no aula”. A personagem claramente deseja frequentar a escola, mas primeiro

ela precisa terminar os afazeres domésticos e ir à escola somente depois de concluí-los, e se concluir. Em um dos diálogos a personagem, que ainda é uma criança, revela não querer casar no futuro, para não ter que cuidar do lar e família. O enredo intencionalmente mostra o quão triste é essa situação para a Tereza, mas que é o que parece certo para a época.

A personagem Lori de *Natal na colônia* carrega toda a ingenuidade e delicadeza que se espera de uma menina dentro do ideal burguês de comportamento. Ela é discreta, sonhadora, doce e amorosa como manda a moral. Já seus pais são rigorosos quanto à educação dos filhos e as cenas de ameaça de correção de mau comportamento por meio de chineladas são frequentes. O cenário é este: o pai chega do trabalho na lavoura e a mesa está posta; os meninos estavam na rua fazendo traquinagens quando deviam estar ajudando no cuidado com os animais; e as mulheres da família estavam cuidando para que tudo ocorresse dentro do planejado.

São de fato as mulheres “trabalhadeiras” alemãs que Joana Maria Pedro cita, e que até hoje conhecemos com essa mesma expressão.

## **Considerações finais**

O campo da História cultural proporcionou os avanços nos estudos das mulheres, dos discursos de poder, das relações de gênero, do cotidiano e das sensibilidades. O conceito de representação, central nesta vertente teórica, possibilita o uso de manifestações culturais e artísticas como fonte de pesquisa da História. Neste contexto o teatro pode revelar muito do sentido que os homens dão ao mundo da sua época. O teatro está inserido num contexto histórico e usa dos discursos de sua época: a honra do herói na tragédia grega, a vida dos santos e as histórias bíblicas na Idade Média, a hipocrisia da sociedade burguesa no Brasil da década de 1940 com Nelson Rodrigues. Os espetáculos da *Curto Arte Companhia de Teatro*, usados aqui como exemplo, trazem aspectos

muito interessantes do cotidiano das famílias descendentes de imigrantes alemães nas colônias do Rio Grande do Sul e o discurso moral de uma época sobre as mulheres.

Estes espetáculos não tem recorte temporal explicitado, mas é nítido que há uma preocupação com a preservação de práticas do cotidiano da história dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, que não são mais praticadas nos dias atuais. Cenário, figurino, hábitos e discursos nos levam a outra época, o que desperta a emoção e a identidade do público de gerações passadas e a curiosidade da atual geração. É possível percebermos essa comoção se nos voltarmos às reações do público. Os que mais interagem com o espetáculo são os que se enxergam na cena: descendentes de imigrantes alemães, aqueles que viveram na colônia e o público com mais de 50 anos de idade. A Frida, neste espetáculo se concentra no estereótipo de “trabalhadeira”, de mulher séria, de mãe e esposa, que priorizam os afazeres domésticos e que se dedicam em primeiro lugar aos cuidados com a família, sendo firme e rígida com a manutenção desses valores, que são valores de uma moral burguesa europeia que chega mais forte no Brasil a partir da primeira metade do século XX. A essa moral está aliada as necessidades do trabalho na lavoura para se manter no novo lar, que era uma realidade dessa mulher nos primeiros anos de colonização e que é claramente expressada nestes espetáculos analisados.

Este estudo se encaixa então no que diz Sandra Pesavento, que representar é “estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central, é pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença.” (PESAVENTO, 2005 p. 40).

## Referências

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.



PRIORE, Mary Del. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2014.

MEYRER, Marlise Regina e GEVEHR, Daniel Luciano. *Gênero, identidade étnica e poder: mulheres na imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2014.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 278-321.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

\_\_\_\_\_. e LANGUE, Frédérique. *Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RITTER, Samanta. Mulheres imigrantes alemãs no Rio Grande do Sul: uma análise das construções e discursos. *Revista de História e Geografia Ágora*. Santa Cruz do Sul, v.20, n. 01, p. 102-111, jan./jun. 2018.

SEIDL, Rodrigo. O teatro como fonte histórica no ensino e na pesquisa *In: XXIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, ANPUH, SP, 2016*. Disponível em [http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1467768283\\_ARQUIVO\\_Artigo-ANPUH-2016-RodrigoSeidl.pdf](http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1467768283_ARQUIVO_Artigo-ANPUH-2016-RodrigoSeidl.pdf). Acesso em 05 de maio. 2019.

TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp. 29-62.



## **Do sapatinho de cristal à botina de couro: uma revisão integrativa da mulher trabalhadora na contemporaneidade**

*Rogério Luís de Vargas Sander*<sup>1</sup>

*Samanta Andresa Richter*<sup>2</sup>

*Daniel Luciano Gevehr*<sup>3</sup>

### **Introdução**

A diversidade de abordagens sobre gênero denota, tradicionalmente, uma suposta inferioridade fisiológica, moral e intelectual a que as mulheres foram submetidas persiste e projeta uma representação social de inferioridade física e intelectual em relação aos homens, além de subordinação e opressão.

Tais questões envolvendo diferenças de gêneros têm ganhado proporções significativas ultimamente, especialmente no sentido de maior visibilidade à mulher como propulsor social e construtor de sua história, desligando-a de seu papel de coadjuvante. No que diz respeito ao gênero feminino, conceitos culturais e sociais, construiu

---

<sup>1</sup> Mestrando em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) - Taquara - RS - Brasil. Bolsista Capes. E-mail: rogeriosander@hotmail.com.br

<sup>2</sup> Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) - Taquara - RS - Brasil. Bolsista Capes. E-mail: samantarichter@sou.faccat.br

<sup>3</sup> Doutor em História. Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) - Taquara - RS - Brasil. E-mail: danielgevehr@faccat.br

a imagem e as atribuições da mulher, tanto em relação a vida pessoal quanto às profissões. No universo familiar, desde o princípio das sociedades, a mulher era sujeita ao homem, a quem devia servir perenemente (ROCHADEL, 2007).

Na educação, instruídas para funções de esposa e cuidadora de filhos, com visão no matrimônio e, naturalmente, à reprodução da espécie (MOTA; SOUZA, 2012). Profissionalmente, legislações e culturas barravam-lhes o exercício de uma profissão assalariada (ESTEVEENS; NETO, 2015), ou classificavam-nas para tarefas funcionais (LEMOS JUNIOR, SANTINI & SILVEIRA, 2015).

Como consequência de tais perspectivas foram sendo imputados rótulos à mulher, continuamente referidos como estereótipos (WELLS, 2017). Como os estereótipos não se tratam de um conceito uníssono, sua generalização sem o devido conhecimento de fato ou científico, pode conduzir às concepções errôneas (CASTRO; DÍAZ; VEGA, 1999). Ao tratamento de gênero feminino, o enaltecimento dos estereótipos projeta sobre a mulher uma representação social que reflete não só para a imagem que se tem sobre elas, como também para as circunstâncias que circundam sua integração social e profissional.

O termo “Sapatinho de Cristal” conceitua-se aqui como um conjunto de desejos e na crença da menina de que sempre haverá outra pessoa mais forte para ampará-la e protegê-la. Ainda percorre na cultura cotidiana de que as mulheres foram criadas para depender de um ser masculino e serem aprovadas por ele. Ao mesmo tempo em que se deseja a liberdade, também deseja-se a salvação. Como a personagem do conto “Cinderela” as mulheres ainda esperam por algo ou alguém externo, que venha modificar suas vidas, que venha salvá-las, como se fossem incapazes de salvar a si mesmas. O conflito existe entre o profundo desejo de ser protegida e cuidada, e sua necessidade em ter sua liberdade conquistada e ter autonomia (OLIVEIRA, 1983).

No início do XX, as mulheres encontravam-se descontentes com a posição que era imposta a elas na época, imposição cuja

responsabilidade era de ser a provedora da manutenção dos afazeres da casa e da criação dos filhos, sentimento perceptível até hoje, mesmo com as conquistas alcançadas. A prioridade do homem, segundo as tradições dos séculos anteriores, dava o direito de ser o único provedor das necessidades da casa e para as mulheres a obrigação era da organização do lar (SCHLICKMANN; PIZARRO, 2013).

Para Schlickmann e Pizarro (2013), a elas não cabiam o direito de trabalhar fora, principalmente, se fosse para ganhar dinheiro, tampouco contava com o direito de participar das decisões sociais. Esse último foi conquistado pelas mulheres somente em 1934, quando elas passaram a desfrutar do direito ao voto, começando a participar também das decisões sociais (SCHLICKMANN; PIZARRO, 2013).

A luta da mulher trabalhadora inicia-se principalmente com a Primeira (1914-1918) e a Segunda (1939-1945) Guerras Mundiais, quando os homens enfrentavam as frentes de batalha e as mulheres passavam a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. Mesmo após o final das guerras, muitos homens perderam as suas vidas ou então acabaram por serem mutilados, sinais visíveis da guerra, assim inúmeras mulheres se tornaram viúvas e/ou provedoras de suas famílias (PROBST; RAMOS, 2003).

Com o estabelecimento do sistema capitalista, no século XIX, enumerou mudanças que ocorreram na produção e na organização do trabalho feminino. O desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento da maquinaria, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas (PROBST; RAMOS, 2003).

A partir da década de 70, ocorreu um grande salto na conquista feminina, em seu benefício, conquistando melhores lugares na sociedade, como, profissões mais conceituadas e com maior responsabilidade, entre elas, a entrada das mulheres na política (SCHLICKMANN; PIZARRO, 2013). Ainda nas décadas de 70 e 80, o movimento feminino, passou a ser chamado de movimento

feminista, ocorreu um aumento significativo em números de mulheres que começaram a trabalhar, principalmente nas zonas urbanas (BRUSCHINI, 1994). Em meio a tantas lutas, as mulheres alcançaram mais uma grande conquista, o Dia Internacional da Mulher e a partir daí, todo ano, no dia 8 de março, é comemorada essa data (SCHLICKMANN; PIZARRO, 2013).

O cenário político tornou-se outro campo fértil para as mulheres, que não satisfeitas com estas conquistas já almeçadas, depois de alguns anos aconteceu um importante fato histórico em sua luta, a eleição foi da primeira Presidente mulher do Brasil, Dilma Roussef (SCHLICKMANN; PIZARRO, 2013).

O ingresso da mulher no mercado de trabalho é atribuído ao processo de industrialização, decorrente da Revolução Industrial, e à possibilidade de independência oferecida pelo capitalismo às mulheres jovens e solteiras. Em ambas as situações o resultado foi a migração dos trabalhos artesanais e domésticos para lavanderias de fábricas urbanas e indústrias têxteis (SHORTER, 1976; ABRAMO, 2007). Mudanças na estrutura familiar patriarcal da sociedade – em que os homens eram colocados em uma posição de poder e sustentadores da família, enquanto as mulheres permaneciam em casa para realização dos trabalhos domésticos e criação dos filhos (WHITING; WRIGHT, 2001) – devido ao advento das grandes guerras mundiais também contribuíram para a ocupação feminina de postos de trabalho em indústrias (ARAÚJO, 2004; BONIATTI et al., 2014) e para seu posicionamento frente aos negócios da família (SIMÕES; HASHIMOTO, 2012).

O presente estudo tem como questão norteadora: “Quais estruturas mercadológicas perpassadas pelas mulheres no cenário contemporâneo de trabalho?” Em meio a esse questionamento, tem-se o objetivo analisar e investigar a estrutura mercadológica, formada pelas conquistas femininas, a partir do cenário contemporâneo.

## Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Por sua vez, a revisão integrativa é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Assim, como demonstra no Quadro 1:

**Quadro 1 - Quadro de identificação artigos selecionados**

Ano	Autores	Base de Dados
2014	Ruth Simpson - Savita Kumra	Roar
2015	Nighat Ansari	Roar
2016	Sandy Arief - Indah Anisykurlillah	Scholar Google
2016	Nessrin Shaya - Rawan Abu Khait	Roar
2017	Mamoona Rasheed - Salman Iqbal - Faisal Mustaf	Roar
2017	Jessica Yin Ho - Sonjaya S. Gaur - Kok Wai Chew - Nasreen Khan	Roar
2017	Silvana Batista Alves - Antônio Carlos Zandonadi	Scholar Google
2018	Cynthia Mignonne Sims - Lonnie R. Morris	Roar
2018	Meraiah Foley - Sue Williamson	Roar
2019	Magnus Hansson - Hanna Gottfridsson - Sandra Raanaes	Roar

Fonte: Autores, Taquara/RS, Brasil, 2019.

Portanto, a revisão da literatura foi realizada considerando cinco etapas distintas. Na primeira etapa, formulação do problema, a questão norteadora foi relacionada a um raciocínio teórico e

incluiu o aprofundamento da temática. Esta etapa incluiu-se os descritores “mulher trabalhadora”, “contemporaneidade do trabalho” “gênero mulher” “conquistas femininas” “mercado de trabalho” e “patologias do trabalho feminino” para a execução de busca online dos estudos, utilizando-se os conectores booleanos *and* e *or*.

A etapa seguinte, refere-se a coleta de dados, foi realizada a busca online em abril de 2019, encontrando-se 134 publicações nas bases de dados *Scholar Google* e *Registry of Open Access Repositories (Roar)*, porém selecionados 10 publicações que respondessem o objetivo do estudo. Para os critérios de inclusão, foram consideradas publicações de 2009 a 2019, e para os de exclusão, desconsiderou-se a literatura cinzenta, teses e dissertações.

Na terceira etapa, avaliação dos dados, realizou-se ponderação criteriosa das informações coletadas em busca de respostas à questão norteadora. A análise dos dados, quarta etapa, deu-se com base na análise de conteúdo temática, proposta por Minayo (2014) e se constituiu em pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados. Na pré-análise, deu-se a leitura flutuante dos artigos na íntegra. Após, na exploração do material, foram identificadas artigos que conceitualiza-se a mulher no contexto do trabalho contemporâneo. E a quinta etapa, a interpretação dos resultados, realizou-se a análise das temáticas encontradas, discutidas à luz das concepções dos autores trazidas nos artigos estudados.

## **Resultados e Discussão**

O “Sapatinho de Cristal” remonta da versão de Charles Perrault, do conto de fadas da “Cinderela”. Resumidamente o conto narra a história uma menina que sofre todo tipo de injustiças causadas pela invejosa madrasta e suas filhas. Contudo, com auxílio de uma “fada”, conhece o “Príncipe” em um baile promovido pelo



rei e acaba por perder seu sapatinho de cristal ao dançar com o príncipe. O Príncipe apaixonado vasculha o reino na tentativa de achar a dona do sapatinho de cristal. Após todas as moças do reino provarem o sapatinho, Cinderela calça-o, sendo que este se ajusta perfeitamente ao seu pé garantindo-lhe o direito de ser princesa e casar-se com o príncipe tornando-se feliz para sempre (PERRAULT, 1994).

Habitadas a uma vida, em que tinham como missão, serem boas criadoras de filhos e excelentes esposas, as mulheres desprenderam-se da figura de domínio para tornaram-se soberanas. Tal mudança conduziu a mulher para um mundo de responsabilidades externas, trabalho, ambição e poder. Porém, historicamente a mulher foi educada para a passividade e submissão o que torna complexo que de repente ocupe posição de comando no mundo. Mesmo que verifique mudanças constantes na sociedade, as qualidades como desafiador, seguro, preparado, competitivo, entendido, influente, líder, livre, namorador e destacado são atribuídas ao sexo masculino. Por sua vez, o feminino é qualificado por adjetivos como frágil, oprimido, dócil, emotivo, fiel, desentendido, meigo, obediente, romântico, delicado, submisso, tolerante e vaidoso (DOWLING, 2012).

Nos primórdios quando as sociedades ainda eram agrícolas a mulher cabia o papel de gerar filhos, cuidar deles e fazer pequenos trabalhos com animais e plantações. Essa função continuou por muito tempo na história havendo mudanças no início do capitalismo, quando as fábricas começaram a admitir mulheres por serem uma força de trabalho mais barata (TEDESCHI, 2008).

Pochmann (2000) acredita que com a mundialização da economia e a aplicação de políticas neoliberais contra a produção do trabalho, tornaram o mundo mais precário. O autor ainda explica que as terceirizações e subcontratações somadas aos contratos de trabalhos instáveis são descritos como pressupostos modernos na gestão de mão de obra. O autor ainda relata que as novas ocupações

(muitas delas de natureza atípica, por tempo parcial ou trabalho em casa) têm como resultado a precarização da mão de obra.

Para Cattani (1996) a desconcentração, ou seja, a subcontratação de produção com a intensificação das concorrências tornaram demandas mais voláteis conduziram empresas grandes em pequenos fragmentos. O autor ainda explica que antes um produto era gerado por uma grande usina, hoje pode ser fabricado por uma dezena de pequenas empresas e distribuído por outra dezena destas empresas sem que haja vínculos orgânicos.

Apenas a ameaça de ruptura do contrato de trabalho e subcontratação torna fácil a intensificação do trabalho e a precarização das condições de sobrevivência. Tendo em vista à possibilidade de exclusão da esfera econômica, os trabalhadores acabam aceitando flexibilizações do tempo de trabalho (trabalho parcial, horários inconstantes, mudanças de ritmo etc.) e a desqualificação profissional (CATTANI, 1996).

A exemplo do que vem ocorrendo em países desenvolvidos pela globalização, se ela não reduz, pelo menos de forma sistemática e contínua a ocupação nos países exportadores de capital e importadores de produtos industriais, não há dúvidas que ocasiona o chamado desemprego estrutural. Eles fazem com que milhões de trabalhadores que produziam o que passou a ser importado, percam seus empregos e que milhões de novos postos sejam criados, tanto na atividade de exportação quanto em outras. O desemprego estrutural ocorre quando as vítimas da desindustrialização não têm de pronto acesso aos novos postos. Estes são tipicamente ocupados por mão de obra feminina e muitas vezes empregados em tempo parcial ao mesmo tempo em que ex-operários residem em zonas economicamente deprimidas, dispõem de seguro desemprego proporcional ao salário anterior, ligeiramente mais elevado do que os proporcionados pelas novas ocupações (SINGER, 2000).

O mais brutal e avassalador, na era moderna, é o desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global. Há certa processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operário

fabril e de outro aumenta o subproletariado, o trabalho precarizado, o assalariamento no setor de serviços, através da sub-contratações. Incorpora o trabalho feminino, exclui os jovens e mais velhos. Há, portanto, um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2002).

Antunes (2002) reforça que o aumento considerável do trabalho feminino, nos países avançados, sendo preferido pelo capital precarizado e desregulamentado. Nesse aumento dos níveis de exploração, jovens, velhos e pessoas acima dos 40 anos ficam excluídos do mercado de trabalho. Tais mutações criaram uma classe trabalhadora mais heterogênea, fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros.

### **Considerações Finais**

Ela tem atitude igual à mulher contemporânea que luta por seus direitos, conquista espaço no mercado de trabalho saindo da condição de menos na sociedade para ser reconhecida com igualdade, porém não tendo definição de sua identidade igual ao personagem do conto de fadas se é gata borralheira ou princesa. Assim a mulher moderna também vive o conflito de um inconsciente que traz o conteúdo das tradições do passado e o ideal de um novo feminino.

A análise esta pesquisa, percebe-se que mesmo diante dos avanços alcançados no que chamamos universo feminino, similar aos séculos passados, a mulher contemporânea ainda carrega consigo como se fosse estigma ou punição a autoestima rebaixada, despersonalização, ansiedade, medo, insegurança, ou seja, o mesmo sofrimento e até adoecimento emocional vertido no que nomeou-se na era moderna de “Princesa”. Conclui-se, portanto, que a pretensão deste artigo em enriquecer e aprimorar conhecimentos com a

finalidade de desenvolver experiência profissional e pessoal foi atingido, além de proporcionar ao leitor maior compreensão da vida feminina e os conflitos que a mulher moderna enfrenta. Porém, por se tratar de um tema relevante sugere-se que novas pesquisas sejam desenvolvidas com o objetivo de aprofundar o conhecimento neste campo.

Tal pluralidade de papéis e funções reunidas pelas mulheres tornam-nas naturalmente "supermulheres", tratando com preocupações de cuidar de contas, do lar; da falta de recursos financeiros; ser considerada forte para assumir posições no mercado de trabalho; manter-se forte diante dos obstáculos que a vida lhe propõe, porém em contradição busca carinho e proteção de um companheiro; mostrar racionalidade, mas também quer ser amada e desejada por ser "mulher"

Considera-se, portanto, que a pretensão deste artigo em enriquecer e aprimorar conhecimentos com a finalidade de desenvolver experiência profissional e pessoal foi atingido, além de proporcionar ao leitor maior compreensão da mulher e os conflitos que a enfrentados por ela. Porém, por se tratar de um tema relevante sugere-se que novas pesquisas sejam desenvolvidas com o objetivo de aprofundar o conhecimento neste campo.

## Referências

- ABRAMO, L. W. *A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?* (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. 2007.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 8. ed. SÃO PAULO: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- ARAÚJO, L. C. G. *As mulheres no controle do mundo: elas têm influência em todas as esferas, da política à educação*. Forbes Brasil, São Paulo. 2004.

- BONIATTI, A. O et al. A evolução da mulher no mercado contábil. *Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto*, n. 2, v. 1, p. 19-27, 2014.
- BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Estudos Feministas*, p. 179-199, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16102/14646> Acesso em: 03 abr. 2019.
- CASTRO, F. V., DÍAZ, A. V. D., VEGA, J. L. V. *Construcción psicológica de la identidad regional: tópicos y estereotipos en el proceso de socialización, el referente a Extremadura*. Badajoz: Gráfica Disputación Provincial de Badajoz. 1999.
- CATTANI, Antonio David. *Trabalho e Autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DOWLING, C. *Complexo de cinderela*. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- ESTEVEENS, M., & NETO, M. T. (2015). Mulheres no mercado de trabalho: em Portugal a mulher contabilista. In: *4º Encontro Internacional Luca Pacioli de História da Contabilidade*, Lisboa, Portugal. Disponível em: [http://www.aeca1.org/premioefp/trabajos/2015/estevens\\_netto.pdf](http://www.aeca1.org/premioefp/trabajos/2015/estevens_netto.pdf) Acesso em: 05 abr. 2019.
- LEMOS JUNIOR, C. L., SANTINI, R. B., & SILVEIRA, N. S. P. A feminização da área contábil: um estudo qualitativo básico. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPeC*, n. 9, v. 1, p. 64-83, 2015.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MOTA, É. R. C. F., & SOUZA, M. A. A evolução da mulher na contabilidade: os desafios da profissão. In: *10º Congresso Virtual Brasileiro de Administração*: São Paulo, 2012.
- OLIVEIRA, L.S. *Masculinidade, feminilidade, androginia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- PERRAULT, C. Cinderela ou o sapatinho de cristal. In: PERRAULT, C. *Contos de Perrault*. Rio de Janeiro: Vila Rica, 1994.
- POCHMANN, Márcio. *Trabalho sob Fogo Cruzado: Exclusão, desemprego e precarização no final do século*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

- PROBST, E. R.; RAMOS, P. *A evolução da mulher no mercado de trabalho*. Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós-Graduação, p. 1-8, 2003. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf> Acesso em: 18 mar 2019.
- ROCHADEL, G. M. M. História do trabalho da mulher. *Âmbito Jurídico*, 2007.
- SCHLICKMANN, E.; PIZZARRO, D. A evolução da mulher no mercado de trabalho: uma abordagem sob a ótica da liderança. *Revista Borges*, v. 3, n. 1, p. 70-89, 2013. Disponível em: <https://www.revistaborges.com.br/index.php/borges/article/view/43/117> Acesso em: 20 mar 2019.
- SHORTER, E. Women's work: what difference did capitalism make?. *Theory and Society*, n. 3, v. 4, p. 513-527, 1976.
- SIMÕES, F. I. W., & HASHIMOTO, F. (2012). Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do Século XX. *Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas*, n. 1, v. 2, p. 1-25.
- SINGER, Paul I. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul & SOUZA, André R. de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, 2000.
- SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, v. 8, n. 1 Pt 1, p. 102-6, 2010.
- TEDESCHI, L.A. *História das mulheres e as representações do feminino*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2008.
- WELLS, P. *A comment on the paper 'The accountant: a character in literature' and an agenda for research on the accountant stereotype*. *Meditari Accountancy Research*, n. 25, v.1, p. 28-36, 2017.
- WHITE, M. J., WHITE, G. B. (2006). Implicit and explicit occupational gender stereotypes. *Sex Roles*, n. 55, v. 3-4, p. 259-266.
- WHITING, R. H., & Wright, C. Explaining gender inequity in the New Zealand accounting profession. *The British Accounting Review*, n. 33, v. 2, p. 191-222, 2001.

## **A mulher sul rio-grandense na República Velha (1889-1930): representações da submissão**

*Daniel Luciano Gevehr*<sup>1</sup>

*Salete Rodrigues*<sup>2</sup>

### **Considerações iniciais**

Este estudo teve por finalidade identificar questões relacionadas ao modo de vida e comportamento impostos pela sociedade sul-rio-grandense as mulheres durante a República Velha, assim como as representações da submissão dessa mulher.

Esse processo se insere em uma cultura na qual a moral e os bons costumes estavam embasados na ideologia positivista – orientada pelos princípios de “ordem e de progresso” – não se admitindo que as mulheres mostrassem sua importância nem habilidades, tanto na vida cultural quanto profissional. Enquanto que as mulheres das camadas sociais melhor estabelecidas eram criadas e educadas para serem rainhas do lar, mães zelosas e esposas amorosas, as mulheres de famílias humildes, que, em busca de sua autossuficiência, desafiavam caminhos de obstáculos e desafios.

Obviamente, a natureza desta pesquisa/resultados não permite fazer julgamentos válidos para a totalidade da população

---

<sup>1</sup> Doutor em História, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PGDR) – FACCAT, Taquara, RS, Brasil. danielgevehr@hotmail.com

<sup>2</sup> Licenciada em História, FACCAT, Taquara, RS, Brasil. salete.rogs@gmail.com

feminina do Rio Grande do Sul. Por esse motivo, o olhar volta-se, principalmente, para uma parcela das mulheres da elite rio-grandense, assim como uma pequena parte das mulheres das famílias mais humildes. Em compensação, a pesquisa obriga a reconhecer a importância das condutas positivas da mulher gaúcha, na República Velha, quando as regras eram ditadas e impostas por uma elite conservadora, alicerçada na ideologia positivista e marcada pelo processo de industrialização e urbanização no Rio Grande do Sul. Esse era o caso experimentado por São Leopoldo – que se apresenta como objeto de estudo na perspectiva da *micro-história* – no início do século XX.

São Leopoldo<sup>3</sup> – situado a cerca de 30 km de Porto Alegre e conhecido no século XIX como “Colônia Alemã de São Leopoldo” possuía mais de 1000 Km<sup>2</sup> de extensão – tem seu passado diretamente marcado pela chegada dos imigrantes alemães em 1824, sendo considerado o berço da imigração alemã no Brasil. Sua população no início do século XX era majoritariamente constituída de imigrantes e de seus descendentes e passava por um profundo processo de modernização, através da industrialização e da ampliação de seu espaço urbano, que se ampliava e provocava readequações, em seus diferentes aspectos.

Percebemos que no que se refere a “emancipação” feminina no início do século XX, os estrangeiros que aqui chegavam não deixavam de sublinhar as mudanças físicas ocorridas nas principais cidades do Brasil. Agora elas estavam modernas e embelezadas a partir de uma ação dos governos progressistas os quais queriam passar uma imagem moderna do Brasil lá fora. Além disso, passam a fazer parte do cenário das grandes avenidas recém-abertas as mulheres da elite, que passeavam e iam ao cinema, sem a companhia masculina. Em São Leopoldo a situação não era diferente.

---

<sup>3</sup> LIMA, Henrique E. *Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



Cada vez mais se “ouvia dizer” que não só as mulheres da elite ingressavam no ensino superior, mas também um número maior de escritoras concluíam e publicavam suas obras. Já com relação às mulheres mais humildes, não são grandes as mudanças visíveis, sendo que essas viviam sem segurança, em condições precárias de subsistência e expostas aos desafios que a modernidade empunhava<sup>4</sup>. Dentro desse prisma, pode-se dizer que a submissão familiar em que convivia a mulher, desde seu nascimento, repeliu seus ideais, anseios e pretensões. A mulher realizava apenas os trabalhos do lar como lavar, cozinhar, gerar, cuidar e educar os filhos. Portanto, ela se via subordinada ao lar, ao marido e a sua própria existência. O trabalho para a mulher se resumia ao espaço doméstico, conforme aponta PERROT<sup>5</sup>, que ressalta que “O pano, a pá, a vassoura, os esfregões continuam a ser os seus instrumentos mais constantes. É um trabalho que parece continuar o mesmo desde a origem dos tempos, da noite das cavernas à alvorada dos conjuntos habitacionais”.

Aquelas que saíam em busca de sua emancipação pessoal e profissional eram mal interpretadas, discriminadas e repudiadas por parte da sociedade, na qual estavam inseridas. A cultura e a moral que imperavam não permitiam que as mulheres mostrassem sua importância nem habilidades, tanto na vida cultural quanto na profissional.

No começo do século XX, os trabalhadores especializados, quase que em sua maioria, optavam por percorrer um caminho mais longo até suas casas nos subúrbios do que viver nos caros e insalubres cortiços centrais. O Rio de Janeiro era a então capital do Brasil e, conseqüentemente, a maior cidade do Estado brasileiro, se destacava economicamente e culturalmente, assim como na ala intelectual do país. “Mais do que qualquer outra cidade brasileira, o Rio foi centro

---

<sup>4</sup> PEDRO, Joana Maria. *Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância*. Revista UNISINOS. 2005, p.171 Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6426>. Acesso em: 23 out. 2015, p.171.

<sup>5</sup> PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 115.

das primeiras manifestações de protesto contra a subordinação feminina, lideradas pelas mulheres de classe média e alta.”<sup>6</sup>

Cabe destacar, nesse contexto, que surgiram com mais frequência, na imprensa, no início do século XX, textos de mulheres a respeito de mulheres, bem como sobre o tema mulher, em meio aos membros da elite brasileira, tornando-se o assunto um tema para debates sérios. Apesar disso, os debates mais intensos e exaltados a respeito da subordinação e emancipação feminina tendiam a ser ocultos por demonstrações mais contidas. O fato é que, já no final do século XIX e início do século XX, existiam manifestações feministas que questionavam normas e leis<sup>7</sup>, reivindicando maior participação.

Temas como submissão, direito dos homens, educação, sexualidade, voto e divórcio eram os mais debatidos e reivindicados. Cada vez mais mulheres estavam recebendo instrução, e as instituições de ensino passaram a receber mulheres, fato tão exigido pelas primeiras defensoras da emancipação feminina<sup>8</sup>. Era também crescente o número de mulheres que assumiam empregos além de casa. Até a década de 1920, muitas delas já estavam concorrendo a vagas de alto nível em repartições públicas, embora a maioria das profissões ainda fosse exercida somente por homens. Essas mulheres instruídas defendiam o voto feminino e a igualdade política. Entretanto, foi apenas em 1932 que Getúlio Vargas incorporou ao novo Código Eleitoral o direito de voto à mulher e, assim como os homens, só as alfabetizadas teriam o direito ao voto.

Alguns setores da elite brasileira mostraram aceitação, tomando como exemplo a conquista do voto feminino da Europa e dos Estados Unidos, depois da Primeira Guerra Mundial (1914-

---

<sup>6</sup> Ibidem, p. 73.

<sup>7</sup> SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 146.

<sup>8</sup> DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e literatura no Brasil*. Estud. Avanc. vol.17 no. 49 . São Paulo Set. /Dez. 2003, p. 160. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/i8402.pdf>> . Acesso em: 18 jan. 2016.

1918). A incontornável e crescente inflação dos anos da Primeira Guerra Mundial provocou, na classe média, a certeza da insegurança de suas posições, fazendo com que admitissem o reforço dos ganhos das jovens solteiras. As mulheres solteiras e as viúvas, ao contrário das casadas, podiam ver-se elogiadas por sua atividade no trabalho, na escola, por esquivar-se da futilidade ou da desocupação; já as casadas, para trabalhar fora do lar, precisavam de justificas de ordem financeira.

Outros aspectos importantes sobre as feministas brasileiras é que fizeram persistentes tentativas de dissociar-se da imagem de feministas violentas e agressivas, no estilo das sufragistas inglesas, as quais retalhavam quadros ou quebravam vidraças. “Maria Rita Soares de Andrade, uma advogada e sufragista de Sergipe, argumentava que ‘muito homem tinha medo da palavra feminista’ por causa das sufragistas brasileiras”<sup>9</sup>.

### **A mulher e as representações no Rio Grande do Sul positivista**

Ao tratar da representação da submissão da mulher no Rio Grande do Sul positivista, faz-se necessário, antes de tudo, ressaltar algumas questões sobre representação. Sabe-se que a “[...] representação que um grupo elabora sobre o que deve fazer para criar uma rede de relações entre seus componentes faz com que defina os mesmos objetivos e procedimentos específicos.”<sup>10</sup>

Promulgadas por preceitos, “instituições, discursos, imagens e ritos, tais representações formam como que uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viverem por elas e nelas”<sup>11</sup>. As representações estabelecidas sobre o mundo

---

<sup>9</sup> Ibidem, p. 320.

<sup>10</sup> SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. Porto Alegre, n. 13, julho de 2000. P. 128. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

<sup>11</sup> PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *História & História Cultural*. Coleções: *História & Reflexões* (Coord.) ANASTASIA, Carla Maria Junho; PAIVA, Eduardo França. Autêntica Editora. 3. ed., 2007, p. 21.

podem, ainda ser interpretadas como uma base determinante das condutas e práticas sociais, que por sua vez são detentoras de poder. Através dela, sujeitos e grupos produzem significado ao mundo. Em suma, representar “é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença”<sup>12</sup>. São também as probabilidades e interesses inscritos nos seus arranjos, na essência desses campos de ação, instituídos de forma resumida por expressões como *Estado, Igreja ou Partido*. É importante considerar, em nosso estudo, que os conceitos do patriarcado têm focado sua atenção à subordinação das mulheres, de forma a encontrar a elucidação dessa subordinação na necessidade do homem na mulher.

Até o século XIX, a história positivista, que era determinada exclusivamente por homens e enaltecia os grandes heróis e os seus feitos, excluiu totalmente as mulheres cuja influência econômica e política nem sequer existia. “O lugar das mulheres no século XIX é extremo, quase delirante no imaginário público e privado, seja no nível político, religioso ou poético”<sup>13</sup>, visto que as representações do mundo social, assim estabelecidas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundamentado na razão, são sempre determinadas pelos grupos que formam essas representações sociais acerca das mulheres e tinham como objetivo o estabelecimento de uma mulher perfeita, diferente daquela do final do império. A “mulher amante, filha, irmã, esposa, mãe, avó. Nestas seis palavras existe o que o coração humano encerra de mais doce, de mais puro, de mais estático, de mais sagrado, de mais inefável”<sup>14</sup>.

Nos jornais, o que se via impresso era uma imagem da mulher mãe, responsável pela educação e criação daqueles que viriam a ser

---

<sup>12</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>13</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 182,

<sup>14</sup> PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2013 p.281.

o futuro promissor do país. Ainda, quem estava por trás da redação desses jornais eram homens que formavam a cúpula da sociedade. Entre eles se encontravam homens do poder judiciário, polícia, exército, educadores e religiosos, isto é, todos aqueles que, em suma, eram responsáveis pela administração, segurança e políticas das cidades, ou seja, a elite letrada do período, que se denominava entendedora e ditadora de princípios, comportamentos e moral que julgavam exemplares.

Sendo esses homens redatores e leitores do seu próprio jornal, editavam aquilo que lhes convinha como a maneira de ser e agir de seus leitores, principalmente das leitoras e, evidentemente, ditavam modelos de mulher, destacando, principalmente, aquele em que a mulher deveria limitar-se apenas à educação dos filhos e nos cuidados com a família. Esse era o modelo de comportamento que a então nova sociedade almejava seguir.

Do mesmo modo como as elites passaram por uma nova acomodação, de certa forma a República inaugurou, então, um período em que se desejava modificar a sociedade. Nessa nova conjuntura, havia a preocupação em afastar dos centros urbanos a pobreza. No início do período republicano, o papel que essa mulher desempenharia seria o já conhecido e tradicional: de mãe zelosa e responsável pelos afazeres domésticos e educação dos filhos. Dentro dessa perspectiva, “as mulheres pertencem à família e não à sociedade política, e a natureza as faz para as tarefas domésticas e não para as funções públicas”<sup>15</sup>.

Na concepção positivista,<sup>16</sup> a mulher apenas complementar o homem. De acordo com PEDRO<sup>17</sup> “A predominância das ideias

---

<sup>15</sup> BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 167.

<sup>16</sup> Dentro da concepção positivista, a mulher deveria ficar isenta de todo o trabalho fora do lar, sendo considerado “sexo afetivo”, base da moral. Ela se encontraria em melhores condições para conciliar a ordem (dentro do lar) com o progresso (fora do lar), por isso a necessidade de sua exclusão da vida econômica e da política.

<sup>17</sup> PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary(Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2013 p. 298.

positivistas significou a repetição, nessa região, dos mesmos discursos homogeneizadores dos papéis femininos: identificou a mulher como tendo uma natureza complementar à do homem [...]. Ainda, segundo a autora, “Para o pensamento positivista, divulgado em Porto Alegre pelo Centro Positivista, ‘ser mãe era o papel mais sublime que uma mulher poderia desejar’. Assim os papéis familiares de filha, irmã e esposa era uma espécie de preparação para a função de mãe.” Dessa forma, a autoridade masculina se impunha através da submissão feminina, que era compreendida como sinônimo de “obediência e amor”, uma vez que as mulheres eram consideradas, como nos mostra o estudo de PEDRO<sup>18</sup>, “dedicadas e meigas.”

Ainda, segundo a concepção positivista, a mulher era esposa submissa, dócil e responsável por gerar filhos e educá-los. Também era sua função dedicar-se às tarefas da casa e ao marido e “aperfeiçoar a natureza humana”. Essa doutrina não menospreza a inteligência da mulher, mas determina que a mulher só complementa a inteligência do homem, ficando, assim, limitada ao espaço privado, visto como lugar sagrado onde se formariam os novos seres humanos. A mulher era considerada *fraca, submissa, passiva e emotiva*.

Nesse sentido, “o positivismo opera um verdadeiro recalçamento do tema feminismo e, de modo mais geral, do cotidiano”<sup>19</sup>. O aspecto “conservador é observado no discurso referente à mulher. Considerando a mulher responsável pela manutenção da moral e pela realização do culto privado”<sup>20</sup>. A conduta feminina estava embasada no modelo patriarcal, no qual a mulher deveria ser a rainha do lar e, para atingir esse modelo, seguiria normas preestabelecidas pelo Catecismo Positivista. Para estabelecer os modelos femininos, era necessário que o positivismo

---

<sup>18</sup> Ibidem, p.278-321.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 185.

<sup>20</sup> ISMÉRO, Clarisse. *Mulher: A moral e o imaginário* (1889-1930). Porto Alegre. EDIPUCRS, 1995, p. 19

interferisse inteiramente na educação da mulher e, com isso, de maneira indireta, direcionaria as relações e a estrutura familiar. A influência sobre a educação da mulher começava pelo casamento. Fora esse aspecto, para os positivistas, o casamento era muito mais que um ambiente em que se mantinha uma sexualidade saudável<sup>21</sup>, uma vez que era também o embasamento da organização social. Para a mulher, o espaço público poderia representar o risco da perda da honra em caso de alguma atitude que fosse considerada imprópria para a época. Uma simples conversa com um homem era algo inadmissível e estar nas ruas ao anoitecer era sinônimo de prostituir-se, algo condenável pela sociedade que pregava os bons costumes. Embasados em uma tradição intelectual conservadora, especialmente marcada pelas concepções biológicas do século XIX, esse consenso ditava que a mulher honrada era a dona de casa, mãe zelosa e esposa obediente, e o marido era considerado aquele bom pai, esposo e trabalhador. O positivismo associa as mulheres exclusivamente ao espaço privado, sendo “confinada à família e nessa sociedade em miniatura o pai governa porque a mulher é incapaz de qualquer mando, mesmo, doméstico; ela administra tão somente e aconselha.”<sup>22</sup>

De certa forma, essa constituição de família era a maneira encontrada de manter a mulher submissa ao homem, uma vez que temiam a emancipação feminina e as novas atitudes que viriam a partir dessa emancipação, possibilidades até então desconhecidas. A esse respeito, BOURDIEU<sup>23</sup> esclarece que “As forças da ordem masculina se evidenciam no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la.” Para o sociólogo, a ordem social “funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual

---

<sup>21</sup> ISMÉRO, Clarisse. *Mulher: A moral e o imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 22.

<sup>22</sup> BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 168.

<sup>23</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 18.

se alicerça.” De acordo com esse pensamento, havia uma divisão em todas as coisas, assim como o *próprio corpo*.<sup>24</sup> São essas divisões que solidificam a diferença entre os sexos e, em uma visão distorcida da dominação dos homens sobre as mulheres, essas diferenças biológicas entre ambos servem de justificativa para diferenciar os gêneros e a divisão social do trabalho.

No período da República Velha, vivenciaram-se muitas mudanças no que diz respeito à mulher. Entre essas, a consolidação do capitalismo e a urbanização das cidades levou a novos hábitos no convívio social. Um novo olhar acerca das relações sociais e de gênero representou mudanças na concepção e na ocupação dos espaços público e privado. A esse respeito, Gomes<sup>25</sup> avalia que as “[...] mulheres, de uma forma mais geral, estavam no bojo das críticas que insidiam sobre uma persistente tradição intelectual [...]”. Assim, criou-se toda uma representação do ser feminino em que “todas visam, de fato, fazer com que a coisa não tenha existência a não ser na imagem que exibe que a representação mascare ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente”<sup>26</sup>. Entretanto, elas permaneciam mais dentro de casa e mais vigiadas que seus irmãos. São colocadas para trabalhar mais cedo nas famílias mais humildes, saindo precocemente da escola, principalmente se fossem mais velhas. Foram requisitadas para todo o tipo de afazeres domésticos.

Portanto, havia aqueles que defendiam a educação feminina, uma vez que isso serviria para que a mulher se aperfeiçoasse no seu papel de esposa e mãe. Nessa perspectiva, o papel social da mulher se encontrou em um processo de transformação, no qual os antigos

---

<sup>24</sup> PEDRO, Joana M. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (orgs). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-259.

<sup>25</sup> GOMES, Angela de Castro. *A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado*. In: NOVAES, Fernando A. (coordenador). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 02.

<sup>26</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estud. Avanc.* [online]. 1991. vol. 5, n. 11, p.185. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2016.



valores tradicionais passaram a coexistir com os princípios liberais da civilização moderna. Nessa nova conjuntura, a grande maioria dos homens via com temor e receio essa nova mulher, pois os conservadores temiam o desregramento de costumes patriarcais. Acreditava-se que a mulher deveria limitar-se ao espaço privado do lar. Esse modelo de sociedade foi responsável por aumentar ainda mais a omissão sobre o papel feminino nessa sociedade na qual as mulheres eram postas em segundo plano. Isso veio a contribuir, em grande parte, para a ausência documental sobre elas e sobre a “produção dos seus silêncios.”

No início do século XX, percebem-se algumas mudanças. Quanto mais as mulheres se distanciaram do papel doméstico, que tradicionalmente lhes era imposto para desempenhar fora de casa atividades que nem todos consideravam extensões das responsabilidades maternas, mais acirrada era a oposição masculina que encontravam.

De certo modo, as próprias transformações que ocorreram convenceram muitos de que as mulheres não deveriam deixar suas atribuições de mãe e esposa submissa, ficando definidas por sua relação com um homem. Identificou-se o peso emocional conferido às tarefas da casa, que passou a ser entendido como um lar e o novo modelo de maternidade crescente, em que boas mães deveriam cuidar e amamentar seus filhos, além de educar as meninas para que fossem “boas moças”. Isso tudo dentro dos moldes sociais já preestabelecidos pela sociedade de então. Assim, acentuou-se também a imagem de que o trabalho não era para as mulheres de boa família. Destaca-se o contraponto entre os novos pensamentos que se desenvolviam, sendo que muitas tradições foram rompidas ou criticadas. Democráticamente, as novas legislações foram dando, aos poucos e lentamente, voz aos desfavorecidos. Mas as mulheres que faziam parte deste grupo tiveram seus avanços ainda mais lentos.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 272.

No início do século XX, os códigos de leis negaram o direito das mulheres casadas sob seus bens, dando essa autoridade ao marido. As mulheres eram consideradas menores tendo que ter obediência ao pai e, depois de casada, ao marido. O aumento do espaço feminino de atuação se deu também pela filantropia e caridade, como cuidar de doentes. Quanto à educação, as mulheres que antes não tinham uma educação formal tiveram que conquistar seu espaço. Dessa forma, “no Rio Grande do Sul, a educação recebeu especial atenção do governo republicano. Seguindo a tendência nacional, o positivismo *comteano* foi posto em prática pelos governos de Júlio de Castilho e Borges de Medeiros.”<sup>28</sup> Para a educação *comteana*, a sociedade não deveria ser abordada da mesma forma, ao mesmo tempo em que deveria considerar as diferenças de classes sociais e de gênero existentes. Com isso, os níveis de escolaridade respeitavam a hierarquia social, e as mulheres eram colocadas ao lado dos trabalhadores em um nível inferior. E o ensino secundário e superior era destinado aos mais abastados e, principalmente, aos homens. “Além das escolas direcionadas às jovens das camadas mais abastadas, haviam algumas voltadas para meninas de origem humilde. Essas aulas eram gratuitas e ministradas por senhoras da elite rio-grandense”<sup>29</sup>. Era um modo de induzir a todos os segmentos sociais o padrão de mulher perfeita ditado pelo positivismo e, ao mesmo tempo, instigar obras de caridade.

Ainda durante o final do século XIX, constituíram-se lentamente meios disciplinares e que foram mudando e se ampliando com a República. Foi nessas circunstâncias que se formou uma medicina social no Brasil. Alguns médicos, na tentativa de manter um regramento, uma moral até então ditada pela sociedade em questão, associavam essas reivindicações do mau

---

<sup>28</sup> MEYER, Marlise Regina; GEVEHR, Daniel Luciano. *Gênero, identidade e poder: mulheres na imigração no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2014, p. 30.

<sup>29</sup> ISMÉRO, Clarisse. *Mulher: A moral e o imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre. EDIPUCRS, 1995, p. 31.

comportamento a doenças e distúrbios físicos e mentais. A demência, então, passou a ser definida não mais por um comportamento de alienação ou falta de capacidade intelectual, mas como um fenômeno moral em que a pessoa não seria incapaz intelectualmente. Assim, essa demência seria fruto do anseio do querer. A causa desse mal seria uma manifestação de conduta inadequada<sup>30</sup> e, nesse sentido, quando essas mulheres passavam por um médico, esse a diagnosticava como “louca”, ou com “histeria”, justificativa do mau comportamento.

O casamento e a sexualidade, no Rio Grande do Sul da República Velha, estavam alicerçados no ideário político da época, quando a mulher era vista apenas como progenitora, destituída de qualquer desejo sexual. Nesse sentido, lembramos mais uma vez de BOURDIEU<sup>31</sup>, para quem “a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação porque ela está construída entre o princípio de divisão fundamental entre o masculino ativo, e o feminino passivo”. Nesse contexto, o desejo do homem expressava-se como desejo de posse e dominação erotizada. Nessa perspectiva, a mulher era reduzida a um objeto de manipulação simbólico. Ou seja, “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, o sentido imediato do mundo”<sup>32</sup>. E no momento em que as mulheres passavam a lutar por seus direitos de igualdade, alguns médicos tentaram manter um regramento até então ditado pela sociedade em questão e, para isso, foram tomadas algumas medidas que partiam do pressuposto de que as relações sexuais só se consumavam pelo casamento e que as escolhas conjugais contassem com a ajuda de exames pré-nupciais. Além disso, conselhos médicos proporcionariam uma melhoria

---

<sup>30</sup> SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A política biológica como projeto: A “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). Rio de Janeiro: 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006. Disponível em: <http://arca.icict.fiocruz.br/bitstream/icict/6134/2/8.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2016.

<sup>31</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 31.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p.12.

substancial da nação, produzindo proles sadias. Com isso, o casamento moldaria cidadãos exemplares.

Portanto, era evidente a modernização dos papéis masculinos e femininos assim como a “desigualdade de gênero”. Essa persistia pautada principalmente na fala de alguns médicos, os quais procuravam ditar as regras de conduta, principalmente para as mulheres. Com isso, as intelectuais eram vistas com temor, uma vez que “[...] Mulheres honestas que quisessem se educar corriam o risco de se tornar prostitutas ou suicidas, porque homens comuns jamais se casariam com elas – o conhecimento lhes causava “repugnância.”<sup>33</sup>

Criaram-se, assim, uma série de mecanismos para controlar os desejos e os sentimentos das mulheres, juntamente com códigos de comportamento, etiqueta, ordem moral e social, amparadas nos discursos médicos. “A partir do século XIX quando as práticas médicas invadem o espaço doméstico, sobretudo nas áreas urbanas, intensifica-se a produção de manuais sobre a saúde e o corpo da mulher”<sup>34</sup>.

Essas ideias serviram como aporte para manter a moral e os bons costumes de uma sociedade que estava prestes a passar por profundas mudanças em sua história. Isso tudo acontecia, sobretudo, devido ao estabelecimento do sistema Republicano, a constituição do mercado de trabalho livre, a industrialização, a imigração europeia e a eminente modernização da vida social e política.

Quanto à educação, as mulheres que antes não tinham espaço para educação formal tiveram que conquistar seu lugar. “As diferenças de classes e etnicidade frequentemente superavam a identidade de gênero. Filantropas muitas vezes sentiam-se superiores às mulheres do povo. Trabalhadoras não aceitavam como porta voz senhoras conservadoras ou feministas das classes privilegiadas.”<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> DEL PRIORE, Mary. *Conversas e histórias de mulher*. São Paulo: Editora Planeta, 2013, p. 66

<sup>34</sup> GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 115.

<sup>35</sup> PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 285.

Esse era o caso de São Leopoldo, onde a condição de gênero impunha mais restrições que as distinções de etnicidade. Ou seja, ser imigrante alemão ou descendente importava menos do que a distinção entre os sexos. As representações difundidas sobre elas permite identificar uma situação de inferioridade, que se mostra mais acentuada do que àquela que distingue os “alemães” dos “não-alemães.”

A partir do movimento industrial, começou a haver espaço para as mulheres em trabalhos terciários, na área do ensino, da saúde e do comércio, em que era preciso certa escolaridade, mas os salários eram baixos. Dessa forma, “a opressão às mulheres deveria acabar na rejeição das ideias tradicionais – como a inferioridade natural das mulheres e a necessidade da submissão feminina e na crença de que a ampliação de papéis e opções para as mulheres criaria um mundo melhor para todos”<sup>36</sup>. Além disso, a crescente produtividade fabril e o distanciamento das zonas agrícolas acabaram por modificar a divisão do trabalho familiar. Esse movimento acabou por reafirmar o trabalho doméstico como vinculado ao gênero feminino.<sup>37</sup> Afirmava-se, também, uma ideia de que a mulher que trabalhava fora poderia não ser “honestá”, pressupondo que o trabalho remunerado da mulher seria um complemento ao do marido. Essa construção ideológica machista justificava as diferenças salariais e a segregação ocupacional. Muito dessas segregações ideológicas se deram com embasamento em distorcidos e criticáveis trabalhos médicos. Um exemplo é o do Dr. Vasconcelos que, no ano de 1915, recebeu o título de especialista em ginecologia e obstetrícia. Para ele, apenas as ninfomaníacas teriam vontades sexuais. Para o médico, as mulheres normais seriam biologicamente monogâmicas e sem apetite sexual, sendo que o sexo serviria apenas para a reprodução. Porém, os homens teriam desejos a serem satisfeitos, então, eles eram justificados

---

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 286.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 497.

“cientificamente”, devendo eles procurar as prostitutas para saciarem o desejo. E ainda o doutor sugere para as mulheres a cliteredectomia, ou seja, a mutilação do sexo feminino como ferramenta de saneamento e higiene social-moral.

Nessa ambiguidade entre a ciência e a essência/desejo do ser feminino, “o corpo e a sexualidade femininos inspiram grande temor aos médicos e aos alienistas, constituindo-se em alvo prioritário das intervenções normalizadoras da medicina”<sup>38</sup>. E essa postura de alguns médicos fundamentaria o pensamento positivista de que o sexo existe em função da reprodução, de forma que a mulher deveria ser destituída de todo e qualquer desejo sexual, para que sua pureza fosse preservada por meio da maternidade. Assim, a mulher tinha que ser submissa, pois havia todo um condicionamento moral e simbólico que determinava suas ações, sendo que “somente presa ao lar e tutelada ao homem, a mulher poderia exercer uma influência positiva”<sup>39</sup>.

Outra questão referente à República Positivista era a difícil relação entre o poder laico e o eclesiástico, característico da nova ordem vigente. Segundo Ismério<sup>40</sup> “O casamento para ser válido deveria ter registro civil, o ensino tornou-se leigo e público, sendo cortados os laços de dependência entre o culto religioso e o governo. Todas essas normas foram prescritas na Constituição Republicana de 1891”. É evidente que o Estado tinha por base o cientificismo, enquanto a igreja era fundamentada na teologia, mas, no que referia à família, propriedade e moral, as duas instituições se assemelhavam. A questão de maior convergência entre o Estado e a igreja era a coordenação da sociedade, fundamentada na moral autoritária. “Em ambas, a mulher era a guardiã da moral e do culto religioso, resultante da reprodução rotineira de seu cotidiano, onde

---

<sup>38</sup> ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 322.

<sup>39</sup> ISMÉRO, Clarisse. *Mulher: A moral e o imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre. EDIPUCRS, 1995, p. 34.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 37.

lhes são transmitidos os símbolos e signos de uma cultura”<sup>41</sup>. A afinidade entre os exemplos femininos propostos pela simbologia da igreja católica e pelo positivismo não é uma simples coincidência, pois no que se refere à moral, mulher e comportamento, a igreja influenciou muito a sociedade, visto que era a maior divulgadora e mantenedora do valor moral e conservador.

No que se refere à emancipação feminina e à liberdade de expressão e de suas vontades, a mulher sul-rio-grandense, na República Velha, lutou para conseguir espaço e para ter voz ativa na sociedade. Desde fins do século XIX, no Rio Grande do Sul, já havia mulheres lutando pelos seus direitos, a exemplo de Luciana de Abreu<sup>42</sup>. Diferentemente da maioria, Luciana de Abreu<sup>43</sup>, “ousou” em seu tempo, recitando poemas ou tocando piano nas reuniões sociais, defendia chances iguais para as mulheres, como o acesso à educação superior e o livre-arbítrio de exercer qualquer profissão.

No início do século XX, havia um engatinhar das mulheres mais ou menos organizadas, que reivindicavam o direito ao voto e mais oportunidades de trabalho, pois ser só professora já não era mais suficiente. Elas queriam, afinal, o mercado de trabalho, e isso não se resumia apenas à educação, pois havia o comércio, as repartições, os hospitais e as indústrias.

---

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>42</sup> Professora Luciana de Abreu subiu em um palanque público, em 1873, para denunciar a injustiça com que os homens tratavam as mulheres. Uma órfã criada pela família de guarda livros, Lucia de Abreu casou-se com um funcionário municipal e, jovem mãe, ingressou na recém-estabelecida Escola Normal de Porto Alegre, em 1886. Logo estava dirigindo a própria escola elementar e não tardou a ser chamada para participar dos debates políticos e literários.

<sup>43</sup> Aos vinte anos, casou-se e dois anos depois, já com uma filha, foi uma das primeiras alunas a se matricular na recém-inaugurada (1869) Escola Normal de Porto Alegre. Luciana de Abreu tanto se distinguiu nos meios culturais e nos saraus literários, realizados seguidamente em casas particulares, que acabou sendo a primeira mulher convidada a entrar para uma sociedade literária brasileira, além disso, ela foi a primeira mulher a discursar em público em Porto Alegre, tendo subido a tribuna da Sociedade Partenon Literário para defender o direito das mulheres à emancipação. Em outras oportunidades, reivindicou o direito à instrução superior, à liberdade de exercer qualquer profissão e à igualdade de oportunidades (o que implicava o direito ao voto feminino). Luciana de Abreu morreu precocemente de tuberculose após ter completado 33 anos. Hoje, uma rua e uma escola em Porto Alegre receberam o seu nome, sendo elas as testemunhas silenciosas da existência desta mulher. *Extraído de:* [http://www.lec.ufrgs.br/index.php/Luciana\\_de\\_Abreu](http://www.lec.ufrgs.br/index.php/Luciana_de_Abreu).

O positivismo trazia como utopia a sociedade industrial, conquistada a partir da regeneração social. O progresso era o grande objetivo do Estado gaúcho, que teve sua industrialização iniciada no final do século XIX. O excedente da mão de obra do campo foi para os centros urbanos, para trabalhar na indústria. Com o aumento da oferta de mão de obra, havia a necessidade de excluir o trabalho feminino, pois, assim, as mulheres não concorriam com o trabalho masculino. E, nesse prisma, o positivismo buscou mecanismos para manter a mulher limitada ao espaço doméstico, notando que quem detinha o poder no período eram os banqueiros e industriais. Nas palavras de Ismério a mulher sul-rio-grandense “no limiar da Primeira Guerra Mundial, aceitava o seu papel de submissa ao homem, justificando que sua mais nobre missão, mais desejável e mais bel era constituir família e exercer sua influência como *anjo tutelar*, pois não via vantagem em deixar de ser um bibelô [...]’.<sup>44</sup>

O que se percebe, nesse momento, é que a mulher se acomodou no seu espaço doméstico e não pensava em deixar de ser a “rainha do lar”, visto que a posição de frágil e submissa lhe dava certo prestígio. Seus desejos e exigências eram na sua maioria conquistados por chantagens emocionais.

Com relação à política e ao direito ao voto, as próprias mulheres casadas, para evitar os conflitos dentro de casa, consideravam que não deveriam votar uma vez que o marido já as representava. E no caso das solteiras, independentes do sustento da família e do homem, deveriam ter o direito ao voto, visto que não tinham as alegrias do casamento e da maternidade, então, o que lhes restava era a participação política. Essas, em sua maioria, eram vistas como mulheres fracassadas e mal-amadas.<sup>45</sup>

A partir das primeiras décadas do século XX, a mulher passou a fazer parte do mercado de trabalho, deixando, assim, de desempenhar unicamente o papel de ser mãe e responsável pelo zelo

---

<sup>44</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>45</sup> Ibidem, p.91.



da casa. É importante destacar que, nesse período, muitas mulheres dedicaram-se ao papel de educadoras, uma vez que essa era a única área em que poderiam trabalhar. Outro fator que favoreceu essa mudança foi a Primeira Guerra Mundial, porque as mudanças ocorridas na Europa refletiram no Brasil e, por consequência, no Rio Grande do Sul, principalmente no pós-guerra. Isso fez com que as mulheres buscassem uma maior independência. A concepção de mulher guardiã da moral começava a ser questionada frente às novas formas de comportamento mundial. Surgem os cabelos curtos assim como as saias mais curtas também, seguindo a nova tendência da moda.

Outro dado importante com relação a esse período no que se refere à mulher inserida no mercado de trabalho é a violência/assédio e desvalorização que muitas sofriam por parte de seus patrões. Conforme dados coletados nos processos-crimes, constata-se o quanto essas mulheres que buscavam uma maior autonomia eram desprezadas.

### **As mulheres rompem o silêncio**

Através da análise de alguns processos-crimes de São Leopoldo, de 1900 a 1923, fica evidente as condições em que se encontravam essas mulheres e como essas eram vistas e representadas, através das *narrativas*<sup>46</sup> – compreendidas as relações entre a história e a textualidade – produzidas pelo poder local. Através dos registros da delegacia do município, tivemos acesso aos discursos e aos procedimentos tomados em diferentes situações, nas quais as mulheres eram vítimas de violência. Essas, entretanto, nem sempre eram consideradas vítimas dos atos de violência, praticados pelos homens da localidade. Em alguns casos aventava-se, inclusive, sua possível intencionalidade, na medida em que eram questionadas

---

<sup>46</sup> CARDOSO, Ciro F. História e Textualidade. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (ogs). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.225-242.

sobre as “condições em que se havia praticado tal violência”. Em nosso estudo, discutiremos três casos, expostos através dos processos-crime produzidos pela Delegacia de Polícia de São Leopoldo.

Iniciamos com a análise do relatório da delegacia de polícia de São Leopoldo, do dia 18 de junho de 1923, que trata de um inquérito para esclarecer uma violência sexual sofrida por uma funcionária de uma fábrica de barrigueiras. A moça trabalhava na casa dos pais, com material fornecido pela fábrica. Ela acusa seu patrão de tê-la violentado. Segundo o relatório, em um sábado, ao regressar da missa, a moça passou pelo estabelecimento comercial para buscar materiais. Ali, a sós com o seu patrão, foi violentada. Na ocasião, não havia ninguém na fábrica, porque o patrão encarregara o único empregado que ali se encontrava para uns serviços externos.

No primeiro depoimento do acusado, ele declara ser casado e até divorciado e, quando é novamente intimado a prestar esclarecimentos na delegacia, se declara solteiro, alegando que há muito tempo a moça vinha “fazendo propostas” para viverem juntos. Segundo o depoente, ele sempre rejeitava, porque temia uma armadilha da moça. Mas no dia 24 de fevereiro, por volta das 8 horas, estranhou a presença da moça. Essa, com modos sensuais, teria o beijado e, por fim, se viu obrigado a ter relações sexuais com ela. Após ter levantado da cama, ouviu vozes na parte térrea do seu estabelecimento. Ao atender, percebeu ser o pai da moça que vinha procurá-la. A pedido da moça, o patrão declarou ao referido cidadão (pai) que ela não se encontrava ali. Mas, pouco depois, ali chegavam a mãe e os irmãos da moça, e o declarante, então, para se livrar de um escândalo, fez com que a moça acompanhasse seus familiares, apesar da relutância dela em atender ao seu pedido. Na época do ocorrido, a moça tinha 18 anos de idade.

No decorrer do processo, o réu foi enquadrado no Artigo 267 do Código Penal<sup>47</sup> e entre o crime e a sentença passaram-se cinco

---

<sup>47</sup> Queixa-crime sobre defloramento - Código Penal de 1890, artigo 267.

anos. O juiz intimou a moça e indagou-a se queria ou não que o réu fosse processado, mas, por vergonha de um escândalo e por estar abrigada em um lar, onde se fazia necessário esquecer o episódio, ela não o denunciou e optou pelo silêncio, para não passar pela exposição pública. Com isso, a sentença final do juiz foi a absolvição do réu, amparado no Código Penal, Artigo 407, Inciso II<sup>48</sup>.

A demora na execução do processo permite avaliar as condições nas quais os interrogatórios prosseguiram. O trecho abaixo, datado de 1928, deixa evidente que, transcorridos três anos, o processo ainda não estava concluído:

Em 19 de junho de 1928 o juiz Distrital Aguinaldo da Silva Leal faz saber que: foi apresentado ao Promotor Público da Comarca a denúncia seguinte: que em virtude de ter ficado provada a miserabilidade de Gomercinda Silveira, vem esta Promotoria Pública oferecer a denúncia a V. S., contra o indivíduo de nome Salvador Mana, por ter sido o autor do defloramento da menor acima referida como se verifica do fato narrado abaixo. Em 24 de fevereiro de 1923, a [...] a sós com Gomercinda teve relações sexuais com ela desvirginando-a conforme prova o auto exame de defloramento de fls. 7. Sendo assim Mana esta incurso na senação do art. 267 do Código Penal da República, e para que contra ele se proceda é oferecida esta denúncia. Requer o órgão do MINISTÉRIO Público a) que nos termos do srt. 112 letra C do código do Processo Penal do Estado, seja expedido precatória, para Porto Alegre, afim do réu seja citado para se ver processar e ser interrogado a intimação das testemunhas abaixo arroladas para serem interrogadas sobre o fato narrado na denúncia. Que seja ouvida Gomercinda Silveira e que suas declarações sejam tomadas por termo. Por outro sim, que em tempo oportuno seja decretada a prisão preventiva do réu, caso não opine ele pela prestação de fiança de acordo com art. 229 do mesmo Código Penal. E. deferimento. Foi designado no dia 30 do corrente mês 13 horas, no

---

<sup>48</sup> De acordo com o Código Penal de 1890, Art. 407. Haverá lugar. a ação penal: § 2º Por denúncia do ministério público, em todos os crimes e contravenções. 2º, os crimes de violência carnal, rapto, adultério, parto suposto, calúnia e injúria em que somente caberá proceder por queixa da parte, salvos os casos do art. 274. Nestes crimes haverá lugar. o procedimento oficial de justiça somente nos seguintes casos: 1º, se a ofendida for miserável, ou asilada de algum estabelecimento de caridade.

lugar de costume para ser interrogado o réu a ser processado. Em virtude do processo a V. S. a citação do réu Salvador Mana residente e estabelecido nessa capital.<sup>49</sup>

Ainda, de acordo com os registros da Delegacia de Polícia, a mulher – autora da denúncia – resolve desistir do processo, uma vez que, após esses anos, encontrava-se em outras condições de vida. De acordo com o relatório, esta se encontrava agora em “um lar” e desejava esquecer os acontecimentos, evitando-se com isso, um possível escândalo na cidade:

Entre o crime e a denúncia decorreram, portanto, mais de 5 anos a petionaria, que naquela época tinha 18 anos está agora com 23 anos. Seu pai que então a representava, já faleceu. Não há pois, a menor dúvida de que sui juris, como atualmente é tem a requerente-e-só ela o direito de resolver se convém ou não que o réu seja processado.

E é usando desse direito que ela vem dizer a V. Ex. que deseja evitar o escândalo de um processo que revivendo o lamentável fato envolveria o seu nome, hoje abrigado em um lar onde o esquecimento daquele desgraçado episódio é necessário.

Não é desistência de ação o que a requerente pretende, como erroneamente disse em sua petição anterior: o que ela quer é que não se instaure processo contra o réu pelo fato em apreço. Certo como é que este só poderia ser denunciado mediante representação da requerente ou de seu representante legal, não é menos certo que faltando como no caso falta essa representação, o Ministério Público não podia oferecer denúncia contra o réu.<sup>50</sup>

Em outro relatório criminal, datado de 18 de junho de 1923, são apresentados os acontecimentos ocorridos em 1905, envolvendo uma jovem imigrante russa – lembramos que embora a maior parte da colonização de São Leopoldo tenha sido feita por imigrantes

---

<sup>49</sup> DOCUMENTOS DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO LEOPOLDO. *Relatórios Processos crimes*. Livro 27, F. 126. 11 de junho de 1923. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul | APERS.

<sup>50</sup> DOCUMENTOS DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO LEOPOLDO. *Relatórios Processos crimes*. Livro 27, F. 126. 11 de junho de 1923. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul | APERS.

alemães, temos registro de várias outras etnias – de 16 anos de idade. Esta teria trabalhado em uma casa de família para cuidar de um bebê, passando a morar com a família. No mesmo período, a família hospedava um rapaz, amigo da família. Esse, seria muito galanteador, procurou insistentemente a moça em seu quarto todas as noites fazendo juras de amor e promessas de casamento, desde que ela se entregasse para ele. Certo dia, a jovem cedeu ao assédio. Poucos dias depois, ela percebeu que tudo não passara de palavras e promessas. Decidiu, então, denunciá-lo por estupro, “defloração”. De acordo com o relatório da DP de São Leopoldo conta que:

Aos 15 dias do mês de setembro de 1905, nesta cidade em meu cartório.

O senhor e Sr<sup>a</sup> Hulda residente nesta cidade que sendo imensamente pobres, cidadã russa que tendo vindo como imigrante para esta cidade com sua família e tendo em sua companhia sua filha de nome Emma com 16 anos de idade.

Tendo sido deflorada por Rainaldo Lenz, residente também nessa cidade, em princípio, foi feita a tradução de certidão escrito em alemão.

Emma foi submetida ao corpo delito onde ficou constatado o defloração (estrupe) pois foram constatados várias lesões na moça.

No dia 16 de setembro de 1905 Emma foi interrogada foram feitas as seguintes perguntas: qual seu nome? Qual sua idade? Naturalidade? Residência?

Respostas: Meu nome é Emma Lungthon tenho 16 anos de idade solteira, natural da Rússia e residente nesta cidade há muito tempo.

Pergunta: Se foi deflorada por Rainaldo Lenz e há que tempo?

Sim, e que há quinze dias mais ou menos.

Pergunta Você se entregou a Rainaldo Lenz mediante promessa, e onde se deu o fato?

R. Há um mês mais ou menos foi convidada por Osvaldo Wassem e sua mulher para cuidar uma criança, filha deste e já nessa ocasião a pedido de Reinaldo foi convidada por Osvaldo e sua mulher para

hospedar-se em sua casa, e por continuar insistências, deste resolveu ceder indo hospedar-se em companhia dos mesmos.

A partir de então é visitada todas as noites por Reinaldo o qual constantemente a seduzia com promessas de casamento, mediante tal promessa entregou-se ao mesmo sendo deflorada na casa onde se encontrava hospedada.

Emma nada mais disse e mesmo foi lhe perguntado deu-se por fim este depoimento que depois de lido foi assinado.<sup>51</sup>

Após a denúncia, várias testemunhas foram ouvidas, entre elas os patrões da jovem, os quais responderam que estavam cientes de que o rapaz ia até o quarto da moça e que esse ainda se gabava de estar dormindo com a jovem todas as noites. Entre as perguntas que as testemunhas tinham que responder havia aquelas que buscavam averiguar se a jovem era honesta e se apresentava um bom comportamento e, ainda, se gozava de boa reputação. Algumas testemunhas em juízo disseram, também, ter recebido dinheiro da mãe da ofendida para depor em favor da filha.

Percebe-se aqui o empenho da defesa do rapaz em atestar a culpa da jovem pelo fato ocorrido. Mas, no fim do processo, a sentença saiu favorável à jovem, e o rapaz foi enquadrado pelos Artigos 366<sup>52</sup> e 267<sup>53</sup> do Código Penal. A justiça foi feita em favor da jovem, contudo, para chegar a essa sentença, foram ouvidas sete testemunhas, sendo que a defesa lutou, incansavelmente, para absolver o réu, culpando exclusivamente a jovem, em todo momento, pelo ocorrido.

Analisando um terceiro relatório, percebemos que no âmbito de São Leopoldo, na busca por uma renda própria, muitas mulheres sofriam com maus-tratos e violência. É o caso de uma menina menor de idade, órfã de pai, que foi morar e trabalhar na casa de

---

<sup>51</sup> DOCUMENTOS DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO LEOPOLDO. *Relatórios Processos crimes*. Livro 26, F. 21. 02 de outubro de 1905. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul | APERS.

<sup>52</sup> Art. 366. Código Penal de 1890: Damnificar, de qualquer modo, os mausoléos, lousas, inscrições e emblemas funerarios: Pena de prisão cellular por um a tres mezes.

<sup>53</sup> Art. 267. Código Penal de 1890: Deflorar mulher de menor idade, empregando seducção, engano ou fraude:

um sargento – considerado homem de cabedal na região. Segundo as fontes, ela sofria maus-tratos quase que diariamente por parte do sargento e de sua esposa, com bofetadas, agressões com cabos de vassoura, tamancos e salto de sapatos. Esses fatos foram relatados pelas testemunhas, pessoas que eram vizinhas do casal. Certo dia, após ser espancada brutalmente com uma madeira das oito horas da manhã até às 13 horas, até a mulher cansar de bater na menor, muito ferida, ela passou a ter febre. Três dias depois, a menina teria vindo a óbito, em decorrência do excesso de violência praticada pelos seus patrões. Abaixo, podemos acompanhar parte do processo, no qual:

O promotor público *ad-hoc*, abaixo assignado, vem apresentar a V. As. Denúncia contra Celina Moreira Paz, brasileira casada residente nesta cidade, pelo fato criminoso, que passa a narrar: no dia 18 do atual das 8 às 13 horas, mais ou menos denunciada espancou barbaramente com pedaço de madeira a menor Maria, que trabalhava em sua casa como serviçal, tendo produzindo-lhe os ferimentos constantes no auto de corpo de delito de Fls.

Verifica-se nos depoimentos das diversas testemunhas ouvidas pelo Sr. delegado de polícia, que a vítima há muito vinha sofrendo esse desumano trato, pois a denunciada a espancava impiedosamente, todos os dias.

Ora com este procedimento, a denunciada Celina Moreira Paz incorreu na sanção do Art. 304 Inciso único, do Código Penal da Republica, pelo que está promotoria requer que se inicie a formação da culpa, ouvindo-se as testemunhas abaixo arroladas, tudo na forma da lei e para fins de direito.<sup>54</sup>

Ainda, de acordo com o relatório, a jovem foi vítima de tamanha brutalidade, que acabou falecendo, como mostra o trecho abaixo:

Resulta, pois diante de laudo pericial, concordes com o qual isto é corroborando-se veem-se todas as testemunhas, que de factos. Não

---

<sup>54</sup> DOCUMENTOS DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO LEOPOLDO. *Relatórios Processos crimes*. 07 de agosto de 1923, p. 1-64. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul | APERS.

houve espancamento como também esses espancamentos produziu as graves lesões corpóreas verificadas pelos dois médicos peritos. Não pode esta delegacia chegar a plena confirmação de que foi por equívoco denunciado o ilustre Dr. Intendente Municipal, por equívoco talvez pois que o devia ser feito a esta delegacia. Chegou todavia a convicção inalterável que se está diante de um crime de que esta cidade nunca foi anteriormente testemunhado, o crime que deve ser severamente punido, pois na opinião desta Delegacia o crime em questão acha-se perfeitamente compreendido no Artº 304 parágrafo único do Código Penal da República divergente no entanto dos outros crimes que se acham compreendidos naquela sanção penal, devido a forma porque foi praticado de forma barbara ainda mais em se tratando de uma órfã de pai, possuindo mãe em lugar longínquo daqui, entregue como estava a família em cuja casa faleceu.

Não houve, é certo ou pelo menos não ficou constatada, a morte por espancamento, quanto muito poderia ter havido e isso é admissível infecção nos ferimentos recebidos pela referido menor e daí lhe vinha a febre fortíssima, aliais constatada pelo facultativo que a atendeu, Dr. Julio de Azambuja Villanova, médico do 8º batalhão de caçadores.<sup>55</sup>

Em sua defesa, a esposa do sargento diz ser vítima da vingança dos vizinhos, pois tais depoimentos eram um absurdo. O juiz questionou se seria possível essa senhora, que possuía filhos e que, na qualidade de mãe, era responsável pela boa educação das crianças, poderia se transformar, “em fera humana.” A defesa questiona dizendo que seria inadmissível deixar de acreditar em cidadãos de reputação inabalável cujas responsabilidades estão acima da mesquinha vizinhança. A seu ver, o fato se constituiu de um cinismo repugnante, como no caso em que aponta para uma meretriz, uma de suas vizinhas, que testemunhou contra o casal. O fato é que, após ouvir defesa e acusação, a sentença foi a seguinte:

---

<sup>55</sup> DOCUMENTOS DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO LEOPOLDO. *Relatórios Processos crimes*. 07 de agosto de 1923, p. 1-64. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul | APERS.



Não encontrei confesso o motivo dessa impugnação primeiro porque a testemunha embora com outras frases não se desviou do depoimento das duas a primeira segundo porque se ele depende do marido da denunciada pelo simples fato de ser do mesmo subordinação então tocaríamos as raias do absurdo pelo menos no foro militar não se poderia mover um processo há um oficial ou sargento ou mesmo em pessoas de sua família e se acontecesse como tem acontecido inúmeras vezes terem como única testemunha de acusação ou de defesa praças simples e depois a penúltima referida é também uma praça simples eu pergunto porque motivo o representante da justiça pública não testou contra seu depoimento?

É que sua Ex. não quis que fosse terminado a inquisição de testemunhas sem dar um ar de sua graça.

Não vejo Exmo. Sr. Juiz neste processo mais do que conjunturas contra a denunciada essa simples conjuntura autor a pronuncia?

Vejamos o que dizem os mestres a respeito:

João Mendes de Almeida Junior, [...] que a conjuntura nem sempre se funda em indícios porque indícios são elementos sensíveis rasos e a conjuntura muitas vezes como no caso presente funda-se em antipatias em criações de imaginação.<sup>56</sup>

Esses fatos, ocorridos em 1905 a 1923, em São Leopoldo, são apenas alguns dos muitos relatados nos processos-crimes. Eles revelam o quão heterogêneo foi essa busca/luta pela emancipação feminina e mostram parte do cotidiano e dos percalços que essas mulheres – inscritas num contexto social de dificuldades de sobrevivência e por que não, consideradas à margem da “boa sociedade de sua época” – passaram no Rio Grande do Sul, para alcançar seu espaço, no qual pudessem ser vistas com respeito e dignidade – ainda que compreendidas as diferenças quase que “naturalizadas” entre os gêneros nas primeiras décadas do século XX.

O “silêncio” presente em alguns processos-crimes se revela, na medida em que percebemos nessas narrativas o próprio papel assumido pelas autoridades que, conforme tivemos a oportunidade

---

<sup>56</sup> DOCUMENTOS DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO LEOPOLDO. *Relatórios Processos crimes*. 07 de agosto de 1923, p. 1-64. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul | APERS.

de acompanhar – consideravam as mulheres culpadas – mesmo antes de ouvir as partes do inquérito.

Em outras palavras, eram consideradas culpadas e deveriam “provar” sua inocência. Afinal, essas mulheres haviam cruzado a fronteira do “privado” e se exposto às situações nas quais o “sexo frágil” não estava preparado. A divisão sexual aparece como um elemento simbólico que procura legitimar a natureza inferior dessa mulher.

Os dados mostram, também, o quão heterogêneo foi a “emancipação” da mulher sul-rio-grandense. As mulheres do sul, assim como em outras regiões do Brasil que experimentava a afirmação da República, viviam sem segurança, em condições precárias de subsistência e expostas aos desafios que a modernidade empunhava. A lei, nesses casos, nem sempre estava ao seu lado, para amparar e garantir a prevalência de seus direitos. Os mecanismos de afirmação da *dominação masculina*<sup>57</sup> se faziam presentes na sociedade que se afirmava nas margens do Rio do Sinos e que acompanhava o desenvolvimento industrial e urbano de São Leopoldo.

Por outro lado, os registros do início do século XX, no contexto do Rio Grande do Sul, apontam para outra possibilidade de análise. O fato de essas mulheres terem registrado queixa oficial na delegacia de polícia de São Leopoldo, revela que nem sempre essas se silenciavam diante dos ataques sofridos. Nesse sentido, as mulheres rompiam seu silêncio e manifestavam – publicamente – sua inconformidade com as atrocidades cometidas pelos homens no âmbito municipal. As fontes analisadas nos permitem afirmar que as relações de gênero, que se estabeleciam na região, eram complexas – não permitindo afirmar que as mulheres eram simplesmente “submissas” e que aceitavam sua “condição de gênero – e demonstram os mecanismos de “defesa e ataque”, empregados

---

<sup>57</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helen Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

nos processos por ambos os lados – tanto as *mulheres* (acusadoras) e os *homens* (acusados).

A representação da mulher – imposta pela sociedade sulina da República Velha – via, através desses registros, a negação da sua condição de submissa. *Romper os silêncios*<sup>58</sup>, certamente, não era algo fácil e é certo que o preço que se pagava para denunciar os agressores, deveria ser bastante alto. Como nos mostra o estudo de PEDRO<sup>59</sup>, embora essas mulheres procurassem se mostrar perante a sociedade como pessoas “honestas”, ainda assim corriam o risco de “serem mal faladas.”

### Considerações finais

Compreendemos que a mulher foi submetida, na maioria dos casos, à vontade do homem. Isso aconteceu, em grande parte, às características de uma sociedade com o domínio masculino, que não hesitou em restringir e controlar as práticas femininas. Esse controle, de fato, garantia o controle e o poder de manipulação, impondo *determinadas práticas e representações*<sup>60</sup>, inscritas no meio social do Rio Grande do Sul positivista.

Percebemos que o espaço público foi, de direito, acessível aos homens. Ainda assim, algumas mulheres buscaram seu lugar através de reivindicações, benefícios e direitos para si ou para sua família. A mulher sempre se fez presente na história, no entanto, não se permitia sua visibilidade social, negado pelo “sexo oposto”. Na República Velha Sul-Rio-Grandense, o positivismo atuou como agente “moralizador da sociedade”, assim como foi a representação

---

<sup>58</sup> PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

<sup>59</sup> PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

<sup>60</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estud. Av.* [online]. 1991. vol. 5, n. 11, p.173-191 – ISSN N0103-4014-Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf> . Acesso em: 6 dez. 2015.

difundida sobre seus ideias, no qual a mulher ocupava um papel secundário e considerado menos importante que o dos homens.

Nessa ótica, o homem imperava nos espaços públicos, enquanto a mulher era submetida ao espaço privado e à inferioridade. Além disso, admitiu-se, como consequência desse processo, a diferença de essências, o que embasou o discurso para inserções de diferenciações entre homens e mulheres. A sociedade reconhecia a mulher apenas como um reflexo do homem dentro da esfera familiar.

Nos anos de 1920, com a eclosão dos movimentos feministas, houve uma conscientização por parte das mulheres a respeito de sua condição. A partir de então, elas passaram a lutar por igualdade entre os sexos, iniciando um processo de delação às opressões e aos abusos sofridos pela sua condição de gênero. Os casos analisados no âmbito de São Leopoldo, se por um lado podem ser compreendido como apenas um recorte geográfico, pode demonstrar parte da luta pela “quebra dos silêncios” das mulheres, cujo percurso na história nacional, aponta para uma lenta, mas gradual, visibilidade.

É inegável o fato de que as mulheres que se afastaram de sua esfera privada não foram vistas com bons olhos, uma vez que elas modificaram “os padrões” da sociedade e passaram a ocupar o espaço público, que até então era destinado ao homem. Foi através dessa luta por espaço que a mulher quebrou a barreira da invisibilidade histórica e passou a ser vista como sujeito atuante da história. Se por um lado, a República Velha pode ser considerado um período de controle, exigências e regras, as quais a mulher deveria seguir, por outro, as dificuldades em compreender o novo modo de ser e agir da mulher, pode ser percebido através do julgamento da sua conduta.

A partir do momento em que a mulher decidiu buscar sua inserção no mercado de trabalho e o reconhecimento dos seus direitos – *como o respeito pelo seu corpo e pelo reconhecimento de sua própria sexualidade* – membros da sociedade local – como as autoridades policiais e os próprios homens da elite local (como o

exemplo do militar acusado) – passam a ver essa mulher como desonrada e desonesta. Os processos-crimes deixam evidente o quão heterogêneo foram os juízos de valor atribuídos à mulher, assim como atestam as adversidades e dificuldades pelas quais elas passaram.

## Referências

### Fontes documentais

DOCUMENTOS DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO LEOPOLDO. *Relatórios Processos crimes*. Livro 27, F. 126. 11 de junho de 1923. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul | APERS.

DOCUMENTOS DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO LEOPOLDO. *Relatórios Processos crimes*. Livro 26, F. 21. 02 de outubro de 1905. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul | APERS.

DOCUMENTOS DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO LEOPOLDO. *Relatórios Processos crimes*. 07 de agosto de 1923, p. 1-64. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul | APERS.

### Fontes bibliográficas

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976). Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/50022/>>. Acesso em: 21 set. 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helen Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 8. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Defel, 2002.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Estud. Av.* [online]. 1991. vol. 5, n. 11, p.173-191 - ISSN No103-4014-Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

Decreto N. 847? de 11 de outubro de 1890. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> . Acesso em: 31 set. 2015.

DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e literatura no Brasil*. *Estud. av.* vol.17 no. 49 . São Paulo Sept. /Dec. 2003. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18402.pdf> >. Acesso em: 18 set. 2015.

ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. IN: PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 322-361.

GOMES, Angela de Castro. *A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado*. In: NOVAES, Fernando A. (coordenador). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 489- 558.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ISMÉRO, Clarisse. *Mulher: A moral e o imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre. EDIPUCRS, 1995.

MEYER, Marlise Regina; GEVEHR, Daniel Luciano. *Gênero, identidade e poder: mulheres na imigração no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2014, p. 30.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres do Sul*. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2013 p.278-321.

\_\_\_\_\_. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. Disponível em: *História* [online]. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98. ISSN 1980-4369. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>. Acesso em: 02 ago. 2015

\_\_\_\_\_. *Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância*. *Revista UNISINOS*. 2005. Disponível em:< <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6426>>. Acesso em: 23 out. 2015.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 165.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Coleções: História & Reflexões (Coord.) ANASTASIA, Carla Maria Junho; PAIVA, Eduardo França. Autêntica Editora. 3. ed., 2007.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2014

PRIORE, Mari Del; VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010, p. 219.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. Porto Alegre, n. 13, julho de 2000. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2010.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A política biológica como projeto: A “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). Rio de Janeiro: 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006. Disponível em: < <http://arca.icit.fiocruz.br/bitstream/icit/6134/2/8.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

STEARNS, Peter N. *História das relações de gênero*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.





## A construção social da mulher no plano estético do bordado

*Silvane Inês Heck*<sup>1</sup>

*Claudia Schemes*<sup>2</sup>

### Considerações Iniciais

O município de Ivoti, situado no sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, à cerca de 50km da capital gaúcha de Porto Alegre, integra a região do Vale do Rio dos Sinos e teve sua história marcada pela colonização alemã, que se desenvolveu a partir do ano de 1826, quando os primeiros imigrantes se instalaram no local, às margens do arroio Feitoria (na época a cidade de Ivoti integrava o território de São Leopoldo). Conforme Cleci Eulália Favaro (2010, p. 793), “Desde 1824, a então província de São Pedro do Rio Grande<sup>3</sup> recebeu e instalou, em lotes rurais, centenas de famílias de imigrantes provenientes da Alemanha, em regime de média e, depois de 1850, pequena propriedade”. Deste modo, os cenários da localidade permanecem marcados por características que remetem à este período histórico, seja através das antigas casas em

---

<sup>1</sup> Mestranda do PPG de Processos e Manifestações Culturais (Universidade FEEVALE); graduada em Gestão do Turismo (PUC-RS).

<sup>2</sup> Doutora em História (PUC-RS); Mestre em História (USP); graduada em História (Unisinos); professora dos cursos de História e Moda e do PPG de Processos e Manifestações Culturais na Universidade FEEVALE.

<sup>3</sup> Antiga denominação dada ao estado do Rio Grande do Sul.

arquitetura enxaimel<sup>4</sup> presentes na paisagem ou pelo dialeto alemão (derivado do *hunsrück*), ainda utilizado por muitos moradores, especialmente os mais velhos.

A cidade de Ivoti se destaca, culturalmente, pela produção de *wandschoners*, ou panos de parede, que consistem em bordados confeccionados manualmente a partir do método de ponto livre, um ofício antigo, herdado das mulheres colonas alemãs. Antigamente os *wandschoners* eram expostos principalmente na cozinha, fixados atrás dos fogões à lenha, com o intuito de proteger a parede (FAVARO, 2010). O bordado, de modo geral, se refere a um saber-fazer manual e intangível, que envolve métodos de produção específicos, vinculados à memória (afetiva e/ou técnica), realizados pela ação humana, cujos ensinamentos da prática são transmitidos de forma oral de geração em geração. O modo de fazer o *wandschoner* é percebido como um patrimônio cultural de cunho imaterial pela comunidade local.

O bordado, apesar de se referir a uma prática preservada até os dias de hoje, que conserva a memória dos diferentes pontos possíveis de serem executados, também sofre influências do mundo externo em sua estética, em decorrência das mudanças percebidas no contexto de vida (histórica, social e ideológica) das bordadeiras. O bordado se constitui em um recurso que permite o registro e o retrato da identidade da mulher que o borda. Consiste em um espaço onde a bordadeira pode manifestar a sua personalidade. Conforme Favaro:

Assim como os ensinamentos bíblicos e os poucos livros escolares, a visão de mundo, a escala de valores e as regras de sociabilidade eram transmitidas e preservadas por meio de simples objetos de decoração interior, espécie de estandartes pacientemente bordados com figuras e inscrições e pendurados nas paredes das

---

<sup>4</sup> Construções com telhados notadamente inclinados e cuja estruturação das paredes se dava por meio de vigas de madeira encaixadas, no sentido horizontal, vertical ou diagonal. De acordo com Dhein (2012, p. 60), as paredes eram “preenchidas com uma massa formada de barro, restos de palha e algumas pedras”.

cozinhas coloniais, na sala de visitas ou na intimidade dos quartos de dormir. Tais objetos, conhecidos como panos de parede ou panos de cozinha (*Wandschoner*) e em geral confeccionados ainda nos anos de adolescência e juventude, faziam parte do dote de casamento de uma futura esposa. Produto da cultura material trazida pelos imigrantes desde suas raízes europeias, apresentam uma razoável variedade de motivos decorativos, além de inscrições, provérbios e mensagens (FAVARO, 2010, p. 793).

A memória histórica, social e afetiva relacionada a esta prática, que foi legada das gerações passadas, é resguardada pela Associação das Bordadeiras Tecendo Memórias, de Ivoti, um grupo de bordado independente, composto, atualmente, por oito mulheres – idosas em sua maioria. O grupo se originou no ano de 2008, sob o formato de projeto cultural e social (somente mais tarde adquiriu o *status* de associação), e surgiu com o intuito de preservar a memória teuto-brasileira no que tange ao saber-fazer manual do bordado de ponto livre, sobretudo por meio da produção de *wandschoners*.

Nos bordados produzidos pelo grupo é possível observar a presença do idioma alemão, elementos religiosos, a importância da família, a transmissão de crenças e valores, além de imagens típicas da região onde se situam. Deste modo, é válido ressaltar que, apesar do presente estudo perpassar a discussão sobre a colonização alemã, visto que se configurou em um fator essencial para disseminar o saber-fazer do bordado e, conseqüentemente, do *wandschoner*, o objetivo central da proposta consiste em verificar como as mulheres se constituem como sujeitos sociais por meio do bordado e como afirmam a sua identificação com a memória teuto através do ofício, a partir da análise dos trabalhos de bordado executados grupo Tecendo Memórias. Todas as integrantes compartilham trajetórias de vida marcadas pela influência da cultura teuto, visto que descendem de imigrantes alemães. O dialeto *hunsrück* ainda é largamente utilizado no contexto da associação como forma de comunicação verbal. Do mesmo modo, a língua alemã permanece

sendo empregada na construção dos discursos que compõem os seus bordados.

## **O Papel Social da Mulher**

Mulheres são plurais, com múltiplas facetas e características, de diferentes origens e culturas, donas de distintas histórias de vida, percepções, crenças, valores, desejos e anseios. Durante muito tempo a história das mulheres ficou às margens da história da humanidade, escrita por homens e, conseqüentemente, centrada nas conquistas e feitos destes sujeitos. Michelle Perrot (2017) já colocava, por mais absurda que uma história “sem as mulheres” possa parecer, ela realmente existia.

O registro da história da humanidade sempre esteve relacionado ao poder, sendo narrado e enunciado a partir da perspectiva e dos interesses dos indivíduos privilegiados que o detinham, ou seja, homens brancos, patriarcas, proprietários e das classes sociais mais abastadas. Deste modo, a figura da mulher se tornava marginal, por vezes omitida ou esquecida e, por outras, retratada a partir de padrões normativos masculinos. Neste caso, era descrita e percebida de forma simplista como uma pessoa frágil, incapaz, submissa e de propriedade do homem (do pai ou do marido e à quem devia obediência). Simone de Beauvoir (2016, p. 63) chama a atenção para o fato de que a suposta “fraqueza” da mulher é sempre mensurada por meio de circunstâncias propostas pelo homem, de acordo com os instrumentos de que ele dispõe e das leis que ele estabelece. A partir deste contexto a autora elucida, no entanto, que “onde os costumes proíbem a violência, a energia muscular não pode alicerçar um domínio: é preciso que haja referências existenciais, econômicas e morais para que a noção de fraqueza possa ser concretamente definida” (BEAUVOIR, 2016, p. 63). Neste cenário é possível compreender o motivo pelo qual muitos homens gostam de afirmar a sua “superioridade” através de comparações entre força muscular, visto que dispõem de tais

instrumentos. Todavia, a mulher também poderia requisitar e estabelecer sua autonomia a partir de seus poderes para gerar e nutrir vidas (por meio da maternidade), porém este critério nunca é solicitado pelo homem como forma de mensurar força ou fraqueza, haja vista que ele não dispõe destes instrumentos. Conforme Beauvoir:

No tempo em que se tratava de brandir pesadas maças, de enfrentar animais selvagens, a fraqueza física da mulher consistia uma inferioridade flagrante; basta que o instrumento exija uma força ligeiramente superior à de que dispõe a mulher para que ela se apresente como radicalmente impotente. Mas pode acontecer, ao contrário, que a técnica anule a diferença muscular que separa o homem da mulher: a abundância só cria superioridade na perspectiva de uma necessidade; não é melhor ter demais do que não ter bastante (BEAUVOIR, 2016, p. 83-84).

Os dizeres de Beauvoir são célebres. Se houve um tempo em que a força física realmente estabelecia uma diferença entre homens e mulheres, por conta da necessidade, hoje as técnicas e tecnologias dão conta de gerir e gerenciar a força de outras maneiras, não requisitando mais, em muitos casos, o emprego da força muscular.

As relações de poder percebidas entre os sexos não se referem a uma condição natural, mas sim a uma conjuntura socialmente construída – que define e atribui, culturalmente, funções para masculino e feminino, normatizando as identidades sexuais. Assim sendo, enquanto ao homem coube, historicamente, o direito ao estudo, ao trabalho e ao exercício da política, o papel social esperado das mulheres envolvia o seu destino natural ao casamento, ao cuidado do lar e à maternidade. Constantemente remodelada a fim de manter a dinâmica social da soberania masculina, é este discurso que estabelece a hierarquia e dá significação às relações de poder. Neste sentido, a construção da sociedade fez com que o homem estivesse situado, em posição privilegiada, acima da mulher e exercesse sobre ela um domínio, transformando-na em uma espécie de subordinada. De acordo com Joan Scott (1995), historicamente as

diferenças sexuais percebidas entre homens e mulheres foram concebidas em termos que justificassem a dominação feminina.

Na própria história da colonização alemã no estado do Rio Grande do Sul, Ingrid Margareta Tornquist (1997, p. 1, *apud* FAVARO, 2010, p. 793) aponta que "apesar de se tratar de uma imigração tipicamente familiar, somente parte da família é destacada na maioria dos textos, focados na figura simbólica do pai em diferentes situações sociais – como colono, agricultor, pioneiro, soldado, professor, jornalista e comerciante”, confirmando a relação de poder que era estabelecida entre homens e/sobre mulheres.

Segundo Daniel Luciano Gevehr e Marlise Regina Meyrer (2016), a sociedade que se desenvolveu na atual região do Vale do Rio dos Sinos, em decorrência da imigração alemã, atribuía diferentes papéis aos gêneros masculino e feminino. Além disso, projetava diferenças dentro do próprio gênero feminino<sup>5</sup>, cujos sujeitos, apesar de compartilharem a identidade de mulher e a etnia teuto (inclusive utilizando a língua alemã como idioma oficial para a comunicação verbal), eram distinguidas por meio de retratos estereotipados entre “colonas” e “burguesas”, promovendo uma espécie de segregação entre os universos rural e urbano. De certa forma, sobre todas as mulheres, esperava-se o seu destino natural ao casamento e à vida doméstica e familiar. Deste modo, à mulher “colona”, que residia no campo, destacava-se a “capacidade de trabalho [...], a sua maior liberdade de movimentação social e a sua participação nas decisões econômicas da família” (GEVEHR; MEYRER, 2016, p. 56-57). A “burguesa”, por outro lado, destinada à “sala de visitas”, deveria ser preparada e educada para carregar os valores inerente à sua classe social. Michele Perrot já delatava:

---

<sup>5</sup> O estudo de Gevehr e Mayrer (2016) apresenta a educação que era destinada às filhas das famílias burguesas da alta elite de de São Leopoldo (que na época integrava mais municípios, dentre os quais Ivoti compunha seu território). O estudo realizado pelos autores considera a didática estabelecida pela antiga instituição “*Evangelisches Stif*” (atual Fundação Evangélica), localizado no atual município de Novo Hamburgo.

É preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona de casa, de esposa, de mãe. Inculcar-lhe bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas (PERROT, 2018, p. 93).

Neste cenário, a mulher burguesa se sobressaía por ter uma educação bilíngue, assim ela falava o “*Deutschtum*” – alemão oficial, que se diferenciava dos dialetos falados pelos colonos, de modo que a própria “língua alemã, enquanto componente da identidade étnica, também apresentava divisões que expressavam a hierarquia social existente na sociedade *teuto-sul-riograndense*” (GEVEHR; MEYRER, 2016, p. 73) – e aprendia o português, idioma oficial do país. A burguesa deveria, ainda, dominar uma série de trabalhos manuais (crochê, bordado, renda, costura, tricô, entre outros), bem como demonstrar aptidão para organizar a casa e cuidar do jardim, já que “uma boa dona de casa deveria manter-se sempre ocupada” (GEVEHR; MEYRER, 2016, p. 73). A burguesa, em sua instrução, também aprendia música, desenho e conhecimentos gerais, com o propósito de garantir a sua sociabilidade em eventos sociais, “um importante capital para realização de um bom casamento” (GEVEHR; MEYRER, 2016, p. 75). Sua educação também prezava pelo cuidado especial com o corpo, a higiene e as vestimentas, de modo a distingui-las “das *colonas* cujo trabalho duro – na roça, no estábulo, na cozinha – eram incompatíveis com essa imagem imaculada” (GEVEHR; MEYRER, 2016, p. 78).

Segundo Beauvoir:

É nas classes dos possuidores da riqueza que a dependência da mulher é sempre mais concreta. [...] quanto mais poderoso se sente o homem social e economicamente, mais se vale da autoridade [...]. Ao contrário, uma miséria comum faz do laço conjugal um laço recíproco (BEAUVOIR, 2016, p. 141).

Neste contexto é possível observar que as mulheres colonas possuíam maior autonomia e flexibilidade para desenvolver suas tarefas e estabelecer relações sociais, firmando um contraponto em relação às burguesas, das quais se exigia uma postura categórica e exemplar, “imaculada”, sobretudo com o intuito de envaidecer e engrandecer ainda mais o homem a quem ela pertencia, seja o pai e/ou o marido.

Para Favaro (2002, p. 127) o poder não se configura de forma única, como a se tornar “impermeável à presença das mulheres”. Existem “micropoderes”, não menos importantes, que entranham “espaços ocultos”. É assim que muitas mulheres “enquanto responsáveis pelo espaço doméstico, pela sobrevivência básica dos velhos e crianças, pela organização familiar [...] viram-se progressivamente excluídas do espaço maior de poder, sem abdicar, no entanto, do exercício do poder” (FAVARO, 2002, p. 127). Para as mulheres que dominavam o ofício do bordar, o bordado se tornava uma forma de expressão feminina, “[um] discurso mudo, mas eloquente” (FAVARO, 2010, p. 803), por meio do qual era possível demonstrar o seu modo de perceber a vida familiar e social, se posicionar sobre os valores e a educação da família e demonstrar a sua visão de mundo – além de permitir a decoração da casa e o ornamento de peças de vestuário.

Ao longo da trajetória percorrida pelas lutas feministas, especialmente a partir da primeira e segunda onda do movimento, muitas batalhas foram travadas e grandes vitórias alcançadas. Neste ponto, concorda-se com Perrot:

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história de corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que promovam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente a história do



gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais (PERROT, 2017, p. 15-16).

De fato percebemos que, nas sociedades complexas contemporâneas, as mulheres já conseguiram romper com uma série de barreiras socioculturais, conquistando direitos históricos por meio das ações de luta empreendidas pela primeira e segunda onda das movimentações feministas. Todavia, é importante destacar que, apesar dos direitos alcançados, estes ainda não foram legitimados de forma universal e não representam a realidade de todas as mulheres – que também manifestam diferenças entre si (raça, etnia, classe social, etc.) – em todos os contextos sociais. Muitas lutas ainda deverão ser travadas a fim de que se alcance a igualdade e a equidade entre todos os sujeitos sociais.

### **Os wandschoners da Associação das Bordadeiras Tecendo Memórias**

Para a realização da análise dos bordados produzidos pelo grupo Tecendo Memórias foram selecionados as peças comercializadas pelas bordadeiras na Feira Colonial (que ocorre no Núcleo de Casas Enxaimel de Ivoti), realizada no dia 21 de abril de 2019. Deste modo, diante dos diversos produtos comercializados pelo grupo<sup>6</sup>, optou-se por fazer um recorte e utilizar somente os *wandschoners* disponibilizados para venda na data, visto que todos eles possuíam imagens e discursos. Assim sendo, vale ressaltar que a presente análise não terá como enfoque os pontos ou cores utilizados nos bordados, mas sim as imagens e discursos que transmitem, a fim de que possamos repercutí-los.

---

<sup>6</sup> *Wandschoners*, panos de prato, saquinhos aromatizados, lenços, camisetas, trilhos, almofadas e guardanapos.

Figura 1 - Wandschoner com mensagem “Bem Vindo”



Fonte: Acervo da pesquisadora

Muitos bordados produzidos pelo grupo carregam discursos de afeto simples, elaborados para fins comerciais, como o tradicional “*Herzlich Willkommen*” ou, “Bem Vindo”, normalmente fixado na porta de casa, indicando o acolhimento que será dado ao visitante. Ao observar que as bordadeiras optam pela escrita bordada em língua alemã, ao invés de utilizar a língua portuguesa, é possível constatar uma identificação e uma estreita aproximação destas mulheres para com a cultura teuto. Além disso, o próprio espaço escolhido para a comercialização dos produtos, ou seja, as Feiras Coloniais realizadas no Núcleo de Casas Enxaimel de Ivoti – local da cidade que melhor preserva as memórias da história da imigração alemã, dado ao fato de concentrar o patrimônio material remanescente do período da colonização<sup>7</sup> –, já evidencia uma certa forma de reivindicar e manifestar o sentimento de pertencimento destas bordadeiras a esta cultura.

Os bordados que comportam discursos e mensagens em língua alemã estabelecem uma harmonia plena entre as peças produzidas e o ambiente escolhido para o seu comércio. Quem visita o estande do grupo Tecendo Memórias também poderá ter a certeza de que encontrará uma bordadeira pronta para pronunciar da

<sup>7</sup> Casas em estilo enxaimel e eclético, a Ponto do Imperador e o Museu Claudio Oscar Becker.

forma correta a leitura das frases bordadas, bem como traduzí-las, visto que todas resguardam o hábito de se comunicar por meio do dialeto *Hunsrück* (embora também utilizem o português).

Figura 2 - *Wandschoner* com mensagem de carinho e amor



Fonte: Acervo da pesquisadora

Outros bordados fazem menções à discursos de amor, paz e carinho, como o bordado de Ilca Kunz, com os dizeres “Embora os Espinhos piquem, eu quebro uma Rosa para você” (*“Obwohl die Dorne stechen, breche ich eine Rose für dich”*), ou o bordado de Valesca Kreutz, com a frase “Através de um aperto de mão, o homem pode fortalecer um amor delicado” (*“Man kann durch ein Händedrücken Zarte Liebe hoch Beglücken”*). Tais dizeres refletem os valores do grupo e das próprias bordadeiras. Apesar das dificuldades e dos desafios, ou dos “espinhos”, deve-se sempre procurar auxiliar o outro e transmitir a ele afeto. Do mesmo modo, evidencia-se a importância do aperto de mão como recurso para fortalecer laços de carinho, de confiança, de empatia e de respeito, remetendo também à dimensão da paz como forma de consolidar e cultivar um “amor delicado” entre as pessoas.

Figura 3 - Reverência a Deus



Fonte: Acervo da pesquisadora

A maior parte dos bordados que estiveram à venda, no entanto, trouxeram discursos de dimensão religiosa, com reverências à figura de Deus, através de frases como: “Na Sorte e na Necessidade, Deus nos dá Pão” (“*In Glück und Nott giba Gott uns Brot*”), de Vera Schneider; “Agradeço a Deus por todos os Dias” (“*Gott sei dank für jeden Tag*”), de Ilca Kunz; “O Senhor é meu Pastor” (“*Der Herr isto mein Hirte*”), de Vera Schneider; e “Deus abençoe esta Casa” (“*Gitt segue dieses Haus*”), de Ilca Kunz. Tais dizeres refletem fortemente as crenças de fé do grupo e a confiança no divino. Os discursos estabelecem pedidos e agradecimentos a Deus, reforçando assim a importância do alimento de cada dia (como no bordado 5), a gratidão pelo dom da vida (conforme

bordado 6) e também indicam a forte valorização do lar e da família (como sugere o bordado 8).

Nos bordados elaborados pelo grupo Tecendo Memórias é possível observar uma grande predominância de imagens de flores de variados espécies, como margaridas, brinco-de-princesa, rosas, amor perfeito, lavanda, entre outros. A opção pela inclusão de plantas nos bordados pode se dar por uma série de motivos: pode aludir a um gosto pessoal da bordadeira, ou seja, uma relação de admiração, deslumbramento e encanto pela beleza das flores, gerando o desejo de materializá-las no plano estético do bordado; pode, também, se referir a um elemento de uso tradicional nos bordados para o preenchimento de espaços vazios, consistindo apenas em um hábito reproduzido – porém, mesmo neste sentido, a escolha pela espécie de flor a ser bordada e a cor empregada para preenchê-la, refletirão o gosto pessoal da bordadeira; ou, finalmente, pode consistir em uma forma de homenagear o município de Ivoti, território onde o grupo se situa, visto que a localidade é detentora do título de “Cidade das Flores” – neste caso, ao utilizar as flores em sua estética, os bordados estariam consolidando e atestando a identificação da mulher que borda com o local que habita.

De acordo com Marli Brun, uma grande pesquisadora do bordado em *wandschoner* e do grupo Tecendo Memórias (do qual já foi coordenadora):

A confiança em Deus, o valor do trabalho, a importância da família, o desejo de boas vindas aos visitantes, a importância da tranquilidade em tempos de dificuldades e o princípio da honestidade são referências que acompanham as famílias teuto-gaúchas, sendo transmitidas de geração em geração. No entanto, por muito tempo os panôs de parede foram esquecidos da história. Assim como permaneceu esquecida e invisibilizada, na historiografia oficial, a história das mulheres teuto-brasileiras. (BRUN, 2012, p. 81)

De fato a história do bordado está estreitamente relacionada com a história das mulheres (CHAGAS, 2007). Conforme Ana Beatriz Bahia (2002, p. 3), durante muito tempo o bordado e a costura fizeram parte do universo doméstico – tradicionalmente tido como o local da mulher –, de modo que estas práticas permanecem associadas, no imaginário social e em memórias coletivas, ao ambiente familiar, feminino e do lar.

De acordo com Karine Gomes Queiroz (2018), nas épocas Medieval, Moderna, Pré-Colonial e Colonial, na Europa, o bordado era realizado principalmente por mulheres de famílias abastadas ou dentro de conventos. Apesar de consistir em uma atividade que estava restrita a esfera da vida privada, que transitava entre o lazer e as tarefas domésticas, foi um dos poucos espaços que possibilitou que as mulheres pudessem se reunir e expressar materialmente a sua subjetividade, conquistando, através do artesanato, um local de fala e um possível espaço de escuta para os seus discursos.

A partir do século XVIII a moda do bordado que circulava entre as mulheres da elite burguesa europeia foi transmitida ao meio dos pequenos burgueses e operários. Os bordados foram incorporados ao mundo doméstico e passaram a ser utilizados como elementos de decoração para os lares. No início do século XX as peças já eram bastante comuns entre os meios operário e de camponeses europeus, visto que a prática se popularizou durante o século XIX. Este saber-fazer também foi transportado para as novas terras pelos imigrantes europeus que deixaram seus países, alcançando, deste modo, ao sul do Brasil (FAVARO, 2010).

Com o advento da industrialização, entretanto, as práticas manuais de artesanato foram deixadas de lado. Após o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, para contribuir com a renda familiar, elas passaram a exercer dupla/tripla jornada de trabalho – visto que as obrigações domésticas permaneceram sob sua responsabilidade –, e não restava mais tempo para devaneios ou motivação para se dedicar a atividades como o bordado (FAVARO,

2010). Deste modo, muitas mulheres acabaram retomando o ofício somente mais tarde, durante o repouso da aposentadoria.

O bordado consiste em um instrumento que possibilita a representação discursiva e estética do mundo feminino, a partir da perspectiva individual de cada bordadeira. O bordado permite àquele que o executa a materialização de suas reflexões e experiências. Permite imaginação e emancipação. Através do ato de bordar e da materialização das imagens íntimas de seu imaginário, a mulher narra a si mesma, enuncia a sua voz, encontra um local de conforto e faz do bordado o seu abrigo e seu local de fala.

Conforme Favaro (2010, p. 805), as fontes de cultura material ou imaterial dos grupos possibilitam o reconhecimento do conjunto de “valores, as crenças, os objetivos, a visão de mundo e as próprias condições materiais de vida [...], em tempo e lugar determinados”. Desta forma, partir da análise dos bordados produzidos pela Associação das Bordadeiras Tecendo Memórias, um grupo que perpetua o saber-fazer manual do *wandschoner*, ainda nos dias de hoje, buscou-se compreender os discursos que emanam de seus bordados. De acordo com Brun e Blasi:

Na mistura de linhas e cores, as formas aparecem e trazem memórias. Cada bordado é diferente, mesmo que o risco seja o mesmo. As histórias de vida, uma vez bordadas, abrem caminho para outras histórias, para releituras e interpretações, e novos bordados. Assim surgem novos projetos, novos textos, novos bordados e todos podem ser ressignificados a partir da experiência, tendo em vista a justiça de gênero. No espiral da vida, a vida é bordada, o bordado cria vida que inspira um novo bordado, e assim vai (BRUN; BLASI, 2016, p. 348).

A história das mulheres, por muito tempo, se configurou em uma narrativa fixa, descrita e estabilizada pelo olhar normativo masculino e, estabelecer um discurso para narrar o outro, silenciando sua voz, consiste em um ato de violência. Foi por meio do bordado que a mulher identificou, historicamente, um recurso capaz de lhe conferir voz e se utilizou dele para expressar a própria

trajetória e manifestar a sua visão de mundo, a partir da sua perspectiva, da sua subjetividade e do seu olhar de mulher.

### **Considerações Finais**

Através da prática do bordado a mulher constrói-se a mesma, ela se reconhece e é reconhecida pelo outro. É onde ela encontra um espaço de conforto e de liberdade para registrar e manifestar a sua palavra, os seus valores, as suas crenças e a sua forma de perceber vida. Por meio do plano estético do bordado a bordadeira narra a si mesma como mulher, resgatando elementos de sua memória e de sua trajetória para materializá-los, sob a forma de discursos e imagens, possibilitando assim o compartilhamento e a transmissão de sua subjetividade, dos seus sonhos e esperanças, com o mundo. Conforme Brun e Eggert:

Quando a mulher coloca um *Wandschoner* na parede, está publicando sua palavra, palavra por muito tempo silenciada na historiografia teuto-brasileira. [...] retomar o estudo e confecção do *Wandschoner* é reconhecê-lo como um modo de comunicação da mulher com sua família, com sua comunidade (BRUN; EGGERT, 2011, p. 33).

Com a intenção de responder a proposta norteadora deste estudo, ou seja, verificar como as mulheres se constituem como sujeitos sociais por meio do bordado, foi possível apurar, a partir da análise dos *wandschoners* produzidos pelo grupo Tecendo Memórias, que as bordadeiras que integram a associação se assumem e se estabilizam como mulheres de muita fé e devotas aos ensinamentos de Deus. Do mesmo modo, são pessoas muito gratas por tudo aquilo que tem – mesmo pelas coisas mais simples que, por muitas vezes, passam despercebidas, como o “pão” sobre a mesa para servir de alimento, a oportunidade de poder vivenciar mais um dia e possuir um lar e uma família. São mulheres acolhedoras, que



cultivam valores como o amor, o carinho, a paz, o respeito e a fraternidade.

Estas mulheres afirmam e atestam a sua identificação com a memória e a cultura teuto de diferentes maneiras: seja por preservarem o saber-fazer do antigo bordado de ponto livre, especialmente sob o formato de *wandschoner* (dando preferência, inclusive, por discursos expressos em língua alemã); também por optarem por comercializar os seus produtos no mais importante centro de resguardo da memória teuto na cidade de Ivoti (no Núcleo de Casas Enxaimel); ou, ainda, por preservam, mesmo nos dias de hoje, o hábito de se comunicar por meio do dileto *hunsrück*, bem como por transmitir às suas próprias famílias os hábitos, as tradições e as histórias legadas das gerações passadas, perpetuando esta cultura.

## Referências

- BAHIA, Ana Beatriz. *Bordaduras na Arte Contemporânea Brasileira*: Edith Derdyk, Lia Menna Barreto e Leonilson (artigo de conclusão de curso de especialização, Linguagem Plástica Contemporânea/UDESC). Periscope Magazine, Florianópolis, n. 3, ano 2, maio/2002.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2016. 339 p.
- BRUN, Marli. *Bordando Cidadania: Projetos de conhecimento de mulheres na preservação cultural do wandschoner em Ivoti (2007-2013)*. 2013, 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2013.
- BRUN, Mali; BLASI, Marcia. *Quando o bordado e as histórias das mulheres se encontram*. Coisas do Gênero, São Leopoldo, v.2 n. 2, p. 335-349, ago.-dez. 2016.
- BRUN, Marli; EGGERT, Edla. O Bordado do *Wandschoner* em Ivoti. In: EGGERT, Ela et al. *Processos Educacionais no Fazer Artesanal de Mulheres do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul. 1. ed. - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, p. 33-39

- CHAGAS, Cláudia Regina Ribeiro Pinheiro das. *Memórias Bordadas: nos cotidianos e nos currículos*. 2007. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007.
- DHEIN, Cíntia Elisa Dhein. *A interpretação patrimonial da imigração alemã para o turismo na Rota Romântica*. 2012, 176 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo, 2012.
- FAVARO, Cleci Eulália. *Penélopes do Século XXI: a cultura popular revisitada*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.17, n.3, jul-set. 2010, 791-808 p.
- FAVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- GEVEHR, Daniel Luciano; MEYRER, Marlise Regina. *Da roça para a cidade: representações de gênero sobre as mulheres teuto-sul-rio-grandenses na passagem do século XIX para o século XX*. Dimensões, v. 36, p. 55-81, 2016.
- PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. 2. ed., 5ª reimpressão. São Paulo, SP: Contexto, 217. 190 p.
- QUEIROZ, Karine Gomes. *O Tecido Encantado: o cotidiano, o trabalho e a materialidade no bordado*. O Cabo dos Trabalhos, Coimbra, Portugal, N.5, p.1-26. 2011.
- SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul-dez. 1995.

# **História Ambiental**



## Imigração e meio ambiente no Século XIX

*Doris Rejane Fernandes*<sup>1</sup>

O Vale do Paranhana é o espaço formado pelos municípios de Taquara, Igrejinha, Três Coroas, Parobé, Riozinho, Rolante no Rio Grande do Sul. Esta área pertence a bacia hidrográfica do rio dos Sinos. Neste espaço percorre o rio Paranhana (Santa Maria) que é contribuinte do Sinos. A ocupação humana se fez ao longo dos rios pois além dos cursos já citados o espaço é drenado pelos rios Rolante, Riozinho, da Ilha e Rolantinho da Areia para citar os de maior volume de água, e que são contribuintes do mesmo rio dos Sinos, tal qual o Paranhana.

MAPA Nº 1: Vale do Paranhana.



FONTE: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134135-20151117103226perfis-regionais-2015-paranhana-encosta-da-serra.pdf>

<sup>1</sup> Doutora em História, professora das Faculdades Integradas de Taquara e associada do Instituto Histórico de São Leopoldo. Contatos: [dorisfernandes@faccat.br](mailto:dorisfernandes@faccat.br) ou [dorisrejane@gmail.com](mailto:dorisrejane@gmail.com)

O objetivo desse artigo é apresentar uma radiografia do Vale do Paranhana quanto a questão ambiental durante o século XIX, entendendo esse espaço como uma fronteira do Rio Grande de São Pedro e do Império Brasileiro em construção. Num primeiro momento apresento aspectos teóricos da fronteira, seguindo para a descrição do ambiente natural finalizando com a ocupação humana como forma de territorialização e meio ambiente.

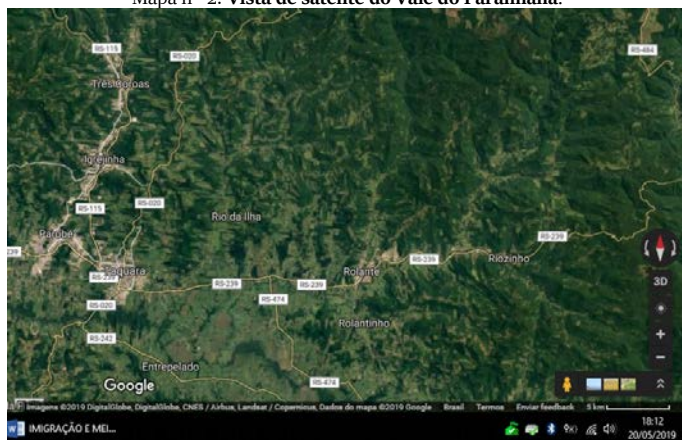
O Rio Grande do Sul, como espaço fronteiriço, está em constantes conflitos com o Prata. Os vales dos rios desse recorte espacial integram a área dos conflitos e vive momentos de encontro e desencontro, é uma fronteira em construção e móvel. A fronteira, como espaço de construção, está em constante movimento ocasionando contatos. Martins (1997) trabalha com esse conceito e facilita a análise nesse sentido. Para ele, a fronteira é construída por frentes sucessivas e conjuntas. Metodologicamente, as frentes que constroem a fronteira são em número de duas: a de expansão e a pioneira. Na frente de expansão ocorre a limpeza do terreno, empurrando os ocupantes para outras áreas. A frente pioneira é a consolidação das etapas e pela construção imagética, idealizada do imigrante, que venceu e dominou o espaço natural, trazendo trabalho, progresso e modernização (MAGALHÃES, 2004). Essa construção espacial através de frentes revela uma ocupação diversificada: ora autônoma, ora dependente da política central. As frentes são concomitantes até uma se sobrepor e se auto afirmar sobre a outra, revelando estratégias de domínio e poder. Vencer e dominar o espaço natural conduzem a exploração ambiental nesse recorte espacial, o Vale do Paranhana.

## **O ambiente natural**

O Vale do Paranhana é uma área de encosta do planalto, formando um vale coberto pela Mata Atlântica e permeada pelo

contato com a Mata Araucária. O clima é muito quente e muito frio devido a vegetação e ao relevo.

Mapa nº 2: Vista de satélite do Vale do Paranhana.



FONTE: <https://www.google.com/maps/@-29.6559011,-50.7861921,41484m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR> acesso em 2 de maio 2019.

A vegetação está composta por espécies como a Araucária (*Araucária angustifolia*), a Grápia (*Apuleia leiocarpa*), o Angico (*Parapiptadenia rígida*), a Caneleira (*Ocottea silvestres*), a Cabreúva (*Myrcarpus frondosus*), a Canjerana *Cabralea canjerana*, o Cedro (*Cedrela fissilis*), a Canafistula (*Cassia fistula*), os Gerivás (*Syagrus romanzoffiana*), as Taquaras (*Bambusa tuldoides* e *Merostachys multiramea*), as Goiabeiras (*Acca sellowiana*), as Figueiras (*Ficus adhatodifolia*, *Ficus luschnathiana* e *Ficus cestrifolia*), a Guabiroba (*campomanesia xanthocarpa*), a Embaúba (*Cecropia glaziovii*), o Camboatá (*Cupania vernalis*), o Carvalho (*Roupala brasiliensis*), o Umbu (*Phytolacca dioica*), a Grápia (*Apuleia leiocarpa*), a Corticeira-da-serra (*Erythrina falcata*), o Ingá (*ingá virescens*), a Peroba (*Aspidosperma australe*), o Cinamomo (*Aralia warmingiana*), a Laranjeira-do-mato (*Gymnanthes concolor*) entre outras. As espécies animais<sup>2</sup> mais comuns são o Porco do Mato (*Tayassu tajacu*), a Anta (*Tapirus terrestres*), o Coati (*Nasua narica*), o Bugio

<sup>2</sup> AVELINE, Carlos Cardoso (org.). *Os banhados do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: UPAN/AGARTA, 1995.

(gênero *Aloutatta*), a Paca (*Coelogenis paca*), o Tatu (*Dasypus*), a Capivara (*Hydrochoerus capybara*), anfíbios como várias espécies de Rãs e Sapos; répteis como a Cobra-d'Água, Cobra-Verde-do-Capim, lagartos como o Lagarto do Papo Amarelo, e Tartarugas. Entre os peixes há inúmeras espécies como o Jundiá, Pintado, Cascudo, Viola, Tuvira, Cará, Traíra, Dourado, Grumatã, Lambari entre outros. Entre as aves havia o Mergulhão (*Podilymbus podiceps*), o Biguá (*Phalacrocorax olivaceus*), a Garça-Branca-Grande (*Ardea alba*), o Maçarico-de-Cara-Pelada (*Phimosus infuscatus*), o Gavião-Caboclo (*Buteogallus meridionalis*), o Caracará (*Polyborus plancus*), a Marreca-piadeira (*Dendrocygna viduata*), a Jaçanã (*Jacana jacana*), o Pernilongo (*Himantopus melanurus*), o Quero-quero (*Vanellus chilensis*), o Maçarico-perna-amarela (*Tringa flavipes*), a Pomba-de-bando (*Zenaida auriculata*), as Andorinhas (várias famílias), o Martim-pescador<sup>3</sup> grande, verde e pequeno (Família *Alcedinidae*), o Bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), o Tesourinha (*Tyrannus savana*), a Andorinha-de testa-branca (*Tachycineta leucorrhoa*), oSabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*), o Tico-tico (*Zonotrichia capensis*), o Coleirinho (*Sporophila caerulescens*), o Cardeal (*Paroaria coronata*), o Pardal (*Passer domesticus*) entre outros.

Padre Balduíno Rambo, S.J. descreveu

No banhado, as formações vegetais adquirem um caráter novo: as espécies da beira da água continuam nos lugares de água aberta, mas a grande massa de vegetação consiste de gramíneas a ciperáceas altas, gravatás palustres de gênero *Eryngium* com folhas em roseta e serradas, a banana do mato, com seus enormes cachos cor-de-laranja escura. Aqui e acolá surgem arbustos mais altos, na maioria dos casos compostos; exemplares isolados de salgueiro marcam a borda dos cursos de água; baixos, contorcidos, recobertos de orquídeas, cactáceas, bromeliáceas e piperáceas epifíticas, perenemente providos de flores encarnadas, numerosos exemplares de crista-de-galo constituem uma espécie

---

<sup>3</sup> Essa espécie é a ave símbolo do Vale do Sinos.



de parque palustre. Toda esta vegetação está imersa num tom cinzento-azulado, proveniente antes de tudo dos gravatás. (RAMBO, 1995, p. 71.)

Rambo ao descrever a vegetação nos banhados, além de espécies, apresenta as cores que permitem a imaginação e a comparação com o passado da paisagem.

Ao longo do Gravataí, a mata marginal nunca foi muito extensa nem espessa. No curso superior, faz-se sentir o influxo das areias litorâneas, avançando os campos secos até as proximidades do leito, guarnecido por cordões de sociedades mirtáceas e ingás; no curso médio o pequeno desnível relativo ao Guaíba já ocasiona vastas áreas encharcadas com figueiras, e parque de crista-de-galo; da cidade de Gravataí em diante prevalece o terreno baixo e pantanoso, com denso anteparo de ingás, taquaruçu, figueiras e sarandis no barranco, e pastos úmidos com parque de maricá na zona imediata.

A baixada do rio dos Sinos principia nas alturas de Taquara. Afora os elementos mencionados para o Gravataí, manifestam-se espécies da Serra Geral, como os numerosos angicos de folhagem verde-clara, que por vezes formam o grosso da mata ribeirinha. Mais para dentro, atrás dos pântanos marginais, o gerivá cresce aos milhões dentro de uma mata que poderia ser chamada uma edição palustre das selvas da Serra Geral. Destacam-se os ipês de flor amarela ou encarnada, bem como uma árvore que parece ser limitada ao Vale do Sinos: o coração-de-boi. (RAMBO, 1995, p. 72.)

Padre Balduíno Rambo descreve o Vale do Sinos apontando para a o lado oposto ao Vale do Paranhana, mas que descreve o espaço de Taquara<sup>4</sup>. Aponta para essas áreas onde há mata de galeria ao longo dos rios e que estão entre as matas da Serra Geral e os banhados, contribuindo para “... tornar mais rica em espécies e mais volumosa em extensão do que nas regiões até agora estudadas.” (RAMBO, 1995, p. 72.)

---

<sup>4</sup> Na época das pesquisas do Padre Balduíno Rambo, o território de Taquara incluía os municípios do atual Vale do Paranhana e Gravataí ainda faz divisa ao sul.

O recorte espacial do Vale do Paranhana demonstra uma diversidade natural grande que foi objeto de ocupação humana desde os primórdios da ocupação lusa, paulistana e lagunense. Nesse espaço a presença humana do passado se faz através das marcas deixadas também na denominação dos locais, na topomínia, como no Lageado Grande, Batingueira, Taquara, Rolante, Riozinho, Morro Pelado que revelam aspectos da paisagem e pontos de referência.

### **A ocupação humana**

A ocupação humana desse espaço se fez com o avanço sobre áreas florestais, denominadas Matas, seja ela Mata Atlântica ou Araucária. A ocupação através da colonização e do estabelecimento de famílias/colonos é um fator que trouxe desajustes ambientais. Houve ocupação indígena, pois as tribos veraneavam e no caminho até o litoral, realizado por ocasião da primavera, faziam paradas. Passado o verão retornavam no final dessa estação para o planalto. Nessa época do ano os indígenas caminhavam e descansavam em vários locais do vale para se alimentar e recuperar as forças para continuar a caminhada. A passagem dessa vida indígena para ocupação com lagunenses, açorianos e espanhóis se faz através das fazendas.

Com a ocupação que compõe a frente de expansão, onde ocorreu a “limpeza do terreno” estão a Fazenda do Mundo Novo, Conceição do Funil e Padre Thomé. Nesses estabelecimentos eram produzidas lenha, carvão e madeira para Porto Alegre. A criação de gado abastecia as atividades militares bem como o tropeirismo. Tudo para defesa do território e abastecimento de tropas. Enquanto isso, os grupos ocupantes do espaço eram empurrados para outras áreas, sejam eles indígenas e/ou moradores nacionais.

Zarth (2012, p. 54) ao analisar a ocupação do planalto gaúcho refere-se a uma fase de transição

A conquista definitiva desse espaço pelos novos grupos passou por um período de transição entre a paisagem encontrada pelos

primeiros europeus e a devastação da floresta pela agricultura intensiva, protagonizada pelo processo de colonização a partir do final do século XIX. (ZARTH, 2012, p. 54)

Essa transição ocorreu no Vale do Paranhana com os tropeiros nos finais do século XVIII (FERNANDES, 2011, p. 15-22). A devastação esteve presente tanto para o arranchamento quanto para a construção de pontos de descanso das tropas. A abundância fazia com que não houvesse a percepção de possíveis devastações. Não se vislumbrava a possibilidade de terminar a mata, a floresta, os campos e o gado.

A frente de expansão (latifúndio) e a frente pioneira (colonização com imigração) causou desajustes e conflitos. Entre esses destaco a seguir: a) a passagem da vida indígena para ocupação com lagunenses, açorianos, espanhóis causou o confronto entre culturas diferentes, pois para o indígena a mãe natureza oferecia os alimentos para o sustento. O novo ocupante era explorador em maior quantidade dos recursos da natureza, sendo responsável pela derrubada das matas.

b) Na frente de expansão, onde ocorreu a “limpeza do terreno”, a ocupação dividiu o espaço em áreas de produção tanto extrativa quanto de criação. Na Fazenda do Mundo Novo, na Fazenda Nossa Senhora da Conceição do Funil, na Fazenda do Padre Tomé eram desenvolvidas atividades para produção de lenha, carvão e madeira para abastecer Porto Alegre. A criação de gado servia ao tropeirismo e para abastecimento das tropas militares que passavam pelo vale e responsáveis pela defesa do território. A ocupação do espaço fazia parte dos interesses do governo central para garantir a posse de terras para portugueses e posteriormente brasileiros, bem como reserva de mão de obra soldadesca. Há inúmeros indícios da presença da Mata Araucária, fazendo intersecção com a Mata Atlântica. As espécies de maior qualidade eram utilizadas para produzir móveis, casas, veículos de transporte. Nessa fase a tecnologia era o machado, o serrote, o martelo.

c) A colonização com imigrantes europeus (alemães, italianos e poloneses) implantou a pequena propriedade policultora e familiar. Esses ocupantes vieram para o Vale do Paranhana provenientes de São Leopoldo, pois a área inicialmente destinada a esses colonos sofria do fenômeno do “enxamamento” (ROCHE, 1969.). As famílias com muitos filhos, pois esses eram a mão de obra necessária à produção, cresciam, casavam e as áreas tornavam-se insuficientes para o sustento familiar. Além disso, havia a falta de outros lotes para serem vendidos às novas famílias constituídas a partir do crescimento dos filhos. Muitas famílias colocavam a venda seu terreno em São Leopoldo e adquiriam novas e maiores áreas em outros locais. Assim teriam terra maior e seus filhos poderiam adquirir lotes próprios para o sustento da nova família que estavam a formar. Novos loteamentos foram abertos e os preferidos estavam a nordeste e norte de São Leopoldo. Esses loteamentos foram abertos por particulares, como o exemplo de João Pedro Schmidt e João Kremmer, em 1842, na Fazenda Padre Eterno (MAGALHÃES, 1998) e de Tristão Monteiro, em 1846, na Fazenda Mundo Novo (MAGALHÃES, 2003).

Diante das atas da Câmara Municipal de São Leopoldo Harres e Rückert concluem

A decadência da agricultura em São Leopoldo iniciou-se antes da industrialização do município e foi, em parte, consequência das limitações naturais do solo e, em parte, consequência dos métodos de cultivo inadequados usados nas primeiras décadas da colonização. O predomínio do método da coivara entre os imigrantes alemães e seus descendentes gerou dois problemas ambientais registrados em diversos documentos do final do século XIX e começo do XX: a falta de madeira e a aceleração do esgotamento do solo. (HARRES, RÜCKERT, 2011, p.18-9.)

O sucesso dos empreendimentos rurais através dos loteamentos particulares é real quanto a venda, pois em dez anos os dois, do Padre Eterno e do Mundo Novo estavam todos vendidos. As dificuldades da sede da colonização, São Leopoldo, motivaram o avanço por novas áreas. A frente pioneira se impôs sobre a frente de

expansão. As causas desse fenômeno foi a falta de novas áreas, a falta de energia, de material de construção e o esgotamento do solo.

Nas novas áreas ocupadas com colonos vindos de São Leopoldo são adotadas outras técnicas de produção. O colono possui um cabedal quanto ao manejo do solo. Nodari, em estudo sobre Santa Catarina constata que “...a região foi sendo alterada através da ação humana com o uso de diferentes tecnologias, passando pelo uso do machado, do fogo...” (NODARI, 2012, p. 35.) E acrescentamos que além dessas a adubação natural do solo com esterco do gado tanto bovino e suíno e aves. E como Nodari afirma, o uso do arado. O avanço da ocupação abriu novos caminhos, interligando as sedes dos loteamentos, como Taquara do Mundo Novo com Porto Alegre e a serra. No Vale do Paranhana, os caminhos abertos ligavam Taquara aos interiores, a São Leopoldo, a Santo Antônio da Patrulha e a Porto Alegre. Consequentemente, a derrubada das matas foi necessária. Os caminhos eram mantidos pelos próprios colonos em atividades na forma de mutirão, pois as autoridades estavam distantes dos locais e demoravam para tomar decisões, mesmo que essas fossem convocar a comunidade para a manutenção. O espaço do Mundo Novo (Vale do Paranhana) ficou ocupado por campos em consequência do desmatamento, da instalação de sítios, de chácaras. As pequenas propriedades com produção intensiva ocupam as áreas de matas. As árvores de variadas espécies foram utilizadas para atividades de carpintaria, marcenaria e serralheria. Os campos considerados sujos por possuírem pedras espalhadas, foram limpos com a construção de taipas (cercas de pedras) que demarcavam limites, campos de criação, engorda, procriação e leiteiros.

A atividade de mineração se intensifica com as pedreiras onde se faz a extração da pedra grês (rocha sedimentar). Ao longo dos rios e afluentes com áreas de banhados foram construídas olarias para produção de telhas e tijolos. A lenha/madeira como fonte de energia continuou. A construção de moradias evoluiu para a construção de alvenaria principalmente nos núcleos locais.

Há muitas dificuldades quanto ao ambiente natural. A primeira são as intempéries, pois no inverno e parte da primavera ocorre o período de chuvas e de cheias. Os banhados ficam encharcados com água, reserva natural para a época mais seca, e criador natural de espécies. As margens dos rios sofrem assoreamento, árvores caem e dificultam o trânsito via fluvial. Novamente os colonos se associam para limpeza da via, permitindo a circulação da produção e das pessoas. Muitas cheias atingem roças, campos e casas que representavam prejuízos para o colono. Outra dificuldade são as pragas, muitas desconhecidas e combatidas com fogo, com o próprio frio da estação invernal e com espantelhos. Pouco se conhecia quanto ao manejo para equilibrar o ambiente e assim evitar perdas da produção. Aos poucos contatos com o exterior, através das feiras<sup>5</sup> e dos parentes, trouxeram alguns produtos químicos que auxiliavam na prevenção (GERHARDT, 2015).

Observa-se o que chamo de “resistência verde”. A natureza não se entrega. Reconstitui seu espaço, brotando novamente nas margens dos rios e nos caminhos. A necessidade de conservação dos caminhos e estradas, a limpeza dos rios e a construção de pontes foram localizados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, nos códices de Obras Públicas, onde há plantas, despachos, orçamentos, contratos, para a construção, arrematação de estradas ou sua conservação. Na pasta da Polícia, nos relatórios e correspondências dos inspetores de quartirão há descrição dessas situações, resolvidas pela associação local e com empresas. Mas a natureza insiste em voltar a ocupar seu espaço.

## **Considerações**

A ocupação do espaço Vale do Paranhana, como construção da fronteira, é diversificado e composto por frentes (de expansão e pioneira) como pelo contato de culturas diferenciadas e interesses

---

<sup>5</sup> Ver KLUG, 2012.

governamentais. A frente pioneira se impõe através da colonização com a pequena propriedade policultora e avança sobre as matas. A ocupação dos banhados e margens dos rios acelerou alterações ambientais como o assoreamento e a eliminação de espécies. Como o vale é uma área de sedimentação há necessidade da ação humana para conservação de caminhos sejam eles terrestres ou fluviais. Os colonos por ocuparem o espaço natural para expansão dos rios enfrentam as cheias. Os cursos de água nascem ao norte, no topo do planalto. Percorrem parte de seu curso como rio de planalto para transformar-se em rio de planície até sua foz no rio do Sinos. Era comum e necessário a associação dos colonos para conservação dos caminhos diante das peculiaridades geográficas.

No pós-cheias as margens eram ocupadas para o plantio bem como as encostas com matas eram preferidas pelo solo mais fértil, o húmus das árvores.

O encanto estava, principalmente, na fertilidade dos solos florestais, mas não estava disponível sem o desmatamento das grandes áreas. Com a colonização, o ambiente foi transformado, a terra privatizada, novas paisagens foram construídas e animais e plantas que antes predominavam nos ecossistemas florestais perderam seu *habitat*. (GERHARDT, 2015, p. 247.)

Com a introdução do arado e do plantio em hortas com adubação provida do esterco dos chiqueiros e estrebarias a produção melhorou, fato destacado por Monteiro em seu relatório ao presidente da província nas décadas de 1850 (MAGALHÃES, 2003).

Considerando os rios Sinos, Rolante, Riozinho, da Ilha e Paranhana temos um espaço com uma boa capilaridade. A ocupação dessas áreas com a remoção das matas, uso e ocupação do solo causou um impacto até o presente não muito abordado. Os loteamentos e as colônias foram estabelecidos às margens dos rios causando uma devastação a partir da ocupação e da produção. A paisagem se modificou e como Rambo (1995, p. 72.) considera: “Há

porém, um fato que dificulta o exame: é a destruição de grande parte da mata marginal pela agricultura.” Os indícios deixados pelo homem desse ambiente do passado estão no nome das localidades, nos documentos envolvendo relatórios, plantas e projetos sobre os locais/obras pelos quais nos debruçamos para constatar o impacto das decisões governamentais e humanas no Vale do Paranhana e que são constatados também em outros espaços. Muito trabalho há por fazer.

## Referências

AVELINE, Carlos Cardoso. *O Banhado do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: UPAN/AGARTHA, 1995.

FERNANDES, Doris Rejane. *Dos caminhos de tropeiros às moradas de favor, às fazendas, à cidade de Taquara: história do século XVIII ao XX*. IN: REINHEIMER, Dalva et all. (orgs.) *Caminhando pela cidade. Apropriações históricas de taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011, p. 15-34.

---

\_\_\_\_\_. *O trabalho na frente pioneira do Mundo Novo: imigração, natureza e produção*. IN: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz et all. *História da imigração: possibilidades e escrita*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.191-207.

GERHARDT, Marcos. *Colonização e extrativismo*. IN: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia. (Orgs.) *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Letra e Vida, 2015, v.4, p. 246-273.

HARRES, Marluza Marques; RÜCKERT, Fabiano Quadros. *A natureza, o tempo e as marcas da ação humana*. São Leopoldo: OIKOS, 2011.

MAGALHÃES, Doris Rejane Fernandes. *No tempo das batingueiras, dos cedros e das plataneiras: uma reflexão sobre a construção da fronteira no Vale do Sinos*. IN: SIDEKUM, Antonio (org.) *Às sombras do carvalho*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004, p.129-175.



- 
- \_\_\_\_\_. *Fazenda Leão: História da ocupação de uma fronteira no Rio grande de São Pedro*. Dissertação de Mestrado, UNISINOS, 1998.
- 
- \_\_\_\_\_. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos*. Tese de Doutorado, UNISINOS, 2003.
- MARTÍNEZ, Elda Evangelina Gonzalez et all. *História da imigração: possibilidades e escrita*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013.
- NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (orgs.) *História ambiental e migrações*. São Leopoldo: OIKOS, 2012.
- RAMBO, P. Balduino. *A Vegetação dos Banhados*. IN: AVELINE, Carlos Cardoso. *O Banhado do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: UPAN/AGARTHA, 1995, p. 71-2.
- REINHEIMER, Dalva et all. (orgs.) *Caminhando pela cidade. Apropriações históricas de taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011.
- ROCHE, Jean. *A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SIDEKUM, Antonio (org.) *Às sombras do carvalho*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.
- STUMPF, Luís Fernando; KOLLING, Guilherme. *Ferrabraz, reserva da biosfera*. Porto Alegre: JÁ Editores; Sapiiranga: Núcleo Sócio Ambiental Araçá-piranga, 2008.
- TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia. (Orgs.) *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Letra e Vida, 2015, v.4.



## **Benefícios da utilização de biodigestores anaeróbicos no tratamento de efluentes oriundos do esgoto doméstico: uma ferramenta para a gestão ambiental**

*Kader S. Spindler*<sup>1</sup>

*Daniel B. Teixeira*<sup>2</sup>

### **1. introdução**

A gestão ambiental tem como principal papel conciliar e resolver conflitos entre o ser humano e os demais habitantes do planeta. Com o estilo de vida sedentário que adotamos a partir da revolução agrícola e o surgimento das primeiras cidades; surge um grande conflito entre o meio antrópico e o natural, o esgoto sanitário. Este que é um vetor de agentes patógenos; também o responsável, em muitos casos, pela degradação de recursos hídricos importantes e com isso a degradação da vida de seres que dependem do mesmo.

O problema da falta de tratamento e destinação adequados para o esgoto doméstico é histórico, no Brasil este problema vem se agravando desde o “milagre econômico” na década de 1970; este proporcionou uma rápida urbanização com pouco planejamento seja de médio ou longo prazo.

Em 2008, segundo o IBGE, apenas 1513 municípios, dos 5564 municípios, brasileiros possuíam algum tipo de tratamento para o

---

<sup>1</sup>. Bacharel em Gestão Ambiental pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – São Francisco de Paula, Br

<sup>2</sup> Professor Orientador.

esgoto sanitário. Ou seja, 72,82% dos municípios do país não tratam de forma alguma o seu esgoto e que não possuem rede coletora de esgoto é de 44,84%; na região sul do país o índice fica ainda pior, aumentando para 81,73% dos municípios sem tratamento de esgoto e sem rede coletora é de 60,27%. Na região norte do país os índices são ainda mais alarmantes tendo apenas 7,76% dos municípios com esgoto tratado e 86,54% não tem rede coletora de esgoto. Já segundo Poleze (2012) para cada R\$ 1,00 (um real) investido no setor de saneamento básico economiza-se R\$ 4,00 (quatro reais) no setor da saúde. Por tanto podemos dizer que a falta de saneamento acarreta além do problema fiscal que isso traz ao poder público como também o problema de saúde pública uma vez que o esgoto sanitário é vetor de vários agentes patogênicos, como os causadores da cólera, leptospirose, febre tifoide e etc.

Como resposta a isto surge como uma alternativa barata e eficiente para resolver este problema histórico, o Biodigestor anaeróbico. Por tratar o esgoto no local ou próximo de onde foi gerado é uma alternativa principalmente a cidades pequenas (cerca de 90% das cidades brasileiras) e por gerar um subproduto que é o biogás pode ser incorporado em várias políticas públicas. Esse trabalho justifica-se a partir disto, relatar às vantagens da utilização desta alternativa viável e sustentável a problemática do esgoto doméstico.

Já a metodologia deste trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica para agrupar informações já existentes sobre o sistema de biodigestor anaeróbico a fim de demonstrar a viabilidade deste método para o tratamento de efluentes oriundos do esgoto doméstico.

## **2. Objetivos**

Identificar as vantagens de utilizar o sistema de biodigestão anaeróbica para o tratamento de efluentes líquidos oriundos do esgoto doméstico.

Descrever os custos para a implantação de tal técnica/manejo;  
Verificar quais os empecilhos para a implantação dos biodigestores;

### **3. Revisão bibliográfica**

#### **3.1. Esgoto doméstico**

Carvalho e Oliveira (1997) nos dizem que o esgoto disposto de forma inadequada pode espalhar doenças que aliadas com a má nutrição aumenta o numero de óbitos; e também contribui para o aumento da quantidade de insetos, roedores e outros vetores de doenças como diarreia, verminoses assim como cólera. Mas devidamente tratado não oferece risco a saúde humana.

O Manual de Saneamento da Funasa (2004) define como esgoto doméstico “o efluente líquido oriundo de residências (principalmente), ou qualquer edificação que tenha banheiros, lavanderias e cozinhas. Tendo sua composição básica água de banho, excretas, papel higiênico, restos de comida e águas de lavagem”.

Em resumo; o esgoto doméstico é composto de 99,9% de água e 0,1% de sólidos. Dos sólidos que compõem o esgoto 70% são orgânicos. Compostos principalmente de carbono, hidrogênio, oxigênio e às vezes de nitrogênio, segundo Funasa (2004).

#### **3.2. Biodigestores na história**

No âmbito nacional Castanho e Arruda (2008), frisam que foram implantados principalmente os modelos Chinês e Indiano. Não há uma explicação do porque desses dois modelos, mas levando-se em conta a estrutura simples e materiais comuns dos quais estes são construídos, especula-se que foi por motivos econômicos esta escolha. Os primeiros modelos foram construídos

na década de 1960, mas só a partir de 1970 é que contaram com apoio e fomento do governo assim ganhando força.

Em 1979 é criado o Programa Nacional de Biogás para difundir e fomentar esta tecnologia. Em 1983 no país temos instalados três mil biodigestores, sendo mil e setenta e dois bancados pelos próprios produtores rurais. Em 1984 a indústria nacional já exportava maquinário adaptado a biogás para o restante da América Latina (TEIXEIRA, 1985).

A partir da recuperação do preço do petróleo, a crise econômica do país e o desmonte do Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural- SIBRATER; novamente os biodigestores caem no esquecimento. Sendo “ressuscitados” nestas últimas décadas pelo fato da criação de uma consciência ambiental mais forte na população e a difusão do conceito e princípio da sustentabilidade. E vale destacar que “A aplicação da biodigestão anaeróbia ocorre rapidamente em períodos de crise energética e quase inexistente em fase de abundância de combustíveis” (TEIXEIRA, 1985 página 7).

### **3.3. Biodigestor**

O biodigestor, de forma simplificada e clara, é um tanque fechado, sem apresentar oxigênio, impermeabilizado com lona própria para receber os dejetos, onde o processo ocorre de forma rotativa (ZANIN, BAGATINI E PESSATTO, 2010); assim o efluente entra por um lado, sofre o processo de fermentação anaeróbica e a água residual sai pelo lado contrário.

Respiração ou fermentação anaeróbica é um processo natural que ocorre principalmente em zonas pantanosas e de clima quente ao redor do globo. Esse processo consiste na remoção de matéria orgânica, a formação de biogás e de biofertilizantes muito ricos em nutrientes (PECORA 2006).

Zanin, Bagatini e Pessatto (2010) relatam que a biodigestão anaeróbica diminui os patógenos e melhora a qualidade do ambiente. Além disso produz biogás e biofertilizantes. O primeiro

pode ser usado pelo produtor desde substituir o gás de cozinha até alimentar uma caldeira ou uma pequena usina termoeletrica. Silva (2006) nos traz que o biodigestor tem uma eficiência muito parecida com o lodo ativado; o primeiro ficando entre 85% e 93%, já o segundo ficando entre 85% e 98% de redução de DBO segundo Silva (2006). Pecora (2006) nos traz que os efluentes domésticos, assim como, os rurais e alguns industriais podem ser tratados através da fermentação anaeróbica. A biodigestão anaeróbica destrói organismos patogênicos e parasitas, e também, auxilia a transformação de gases prejudiciais em fonte de energia (ZANIN, BAGATINI E PESSATTO, 2010).

Do tratamento através de biodigestores, obtemos dois produtos; o biogás e o bio fertilizante (PECORA, 2006). O biogás é composto de 65% de metano ( $\text{CH}_4$ ) (METZ 2013), o tornando altamente inflamável e podendo ser usado para queima direta ou ser convertido em eletricidade (PECORA 2006).

Metz (2013) nós alerta que os biodigestores no geral são sensíveis à variação de temperaturas, principalmente se forem bruscas; se o objetivo principal do biodigestor for à produção de biogás, é importante manter a temperatura operacional acima dos  $15^\circ\text{C}$ . Kunz, Higarash e Oliveira (2005) assim como o autor acima frisam que o inverno principalmente na parte sul do país torna a produção de gás insignificante.

Para o devido funcionamento do biodigestor e evitar que o excesso de líquidos interfira na biodigestão, é aconselhável que ele seja alimentado por um sistema separador absoluto. Ou seja, que as águas pluviais sejam separadas completamente do esgoto a ser tratado.

### **3.3.1. Biofertilizante**

O Decreto N°4.954 de 2004 no capítulo um em seu artigo 2° inciso VI define biofertilizante como:

Produto que contém princípio ativo ou agente orgânico isento de substâncias agrotóxicas, capaz de atuar, direta ou indiretamente, sobre o todo ou parte das plantas cultivadas, elevando a sua produtividade, sem ter em conta o seu valor hormonal ou estimulante.

Tendo em vista este conceito amplo, vale enfatizar que o lodo ou efluente (dependendo do modelo de biodigestor o lodo fica dissolvido na água residual. Tendo como exemplo o biodigestor canadense) é apenas mais um tipo de biofertilizante, porém é o mais conhecido.

O biofertilizante oriundo do biodigestor é composto principalmente por NPK como podemos observar no Quadro 1. Também devido este ser matéria orgânica pode melhorar as características físicas, químicas e biológicas do solo onde aplicado assim como melhorar a retenção de água (NASCIMENTO E RODRIGUES, 2012; *apud* KONZEN, 2008).

Quadro 1 - Composição e pH do biofertilizante

<b>Composição</b>	<b>Kg/m<sup>3</sup></b>
Nitrogênio (N)	0,89
Fósforo (P)	0,64
Potássio (K)	0,72
NPK	2,25
pH	7,6

Fonte: Konzen (2009) *apud* Nascimento e Rodrigues (2012)

### 3.3.2. Biogás

Pode ser definido como uma mistura de variados tipos de gases; segundo Ranzi e Andrade (2006), 100% dos gases que compõem o biogás contribuem para o efeito estufa; tal autor ainda relata que conforme há oscilações de temperatura e do tipo de resíduo, que o biodigestor é alimentado, também há variações na porcentagem dos gases que o compõem. Conforme demonstra a Tabela 1. Mesmo os valores sendo variados tais autores concordam



que em media a quantidade de metano contida no biogás é de 65%, tornando este inflamável. Metz (2013) e Ranzi e Andrade (2006) alem disto ainda frisam que mesmo sendo 1% da composição deste, o gás sulfídrico corroi partes dos componentes do sistema. E este é quem da ao biogás o seu cheiro característico de ovo podre.

Tabela 7 - Gases que compõem o biogás e suas porcentagens

Gás	Símbolo	Concentração no biogás(%)
Metano	CH <sub>4</sub>	50-80
Dióxido de carbono	CO <sub>2</sub>	20-40
Hidrogênio	H <sub>2</sub>	1-3
Nitrogênio	N <sub>2</sub>	0,5-3
Gás Sulfídrico e outros	H <sub>2</sub> S, CO, NH <sub>3</sub>	1-5

Fonte: Coldebella (2006, *et. al*) *apud* La Farge (1979)

O poder calorífero deste está, normalmente, situado na faixa de 5000 a 6000 kcal/m<sup>3</sup> (METZ, 2013); já Castanho e Arruda (2008) relatam que o gás natural e o biogás possuem valores energéticos similares. “Sabe-se que em média 1m<sup>3</sup> de biogás corresponde a 0,44 kg de GLP. Portanto, 30m<sup>3</sup> de biogás equivalem a aproximadamente um botijão de 13 kg de GLP” (RANZI e ANDRADE, 2006).

É importante ressaltar que o volume de produção de biogás varia conforme o substrato com que o biodigestor é alimentado, conforme o modelo de biodigestor escolhido e do clima; climas mais quentes são mais favoráveis à produção de biogás do que climas frios. Uma vez que temperaturas mais elevadas são mais favoráveis ao crescimento de bactérias mesófilas (surgem a partir de 30°C) e bactérias termofílicas (surgem a partir de 49°C) sendo este ultimo grupo mais eficiente na produção de metano (TEIXEIRA, 1985).

Também cabe destacar que o biogás ao contrario de outros combustíveis, como etanol e óleos extraídos de grãos ou castanhas, não ocupa áreas que poderiam ser usadas para o plantio de alimentos (TURDELA e YURA, data não informada).

O biogás por ser menos denso que o ar, ao contrario de gases como o propano e butano, apresenta baixa risco de explosão, pois sua baixa densidade torna seu acumulo mais difícil (FERREIRA, BARBOSA e TAVARES, 2013).

### 3.3.3. Eficiência

Silva (2006) nos trás que o biodigestor tem uma eficiência de 85% a 93% de redução de DBO. Já Nascimento e Rodrigues (2012) demonstram que o biodigestor tem uma eficiência em condições normais, de 78% de redução de DBO e afirmam que a carga orgânica do efluente tratado, é reduzida em 84% conforme demonstra o Quadro 2.

Quadro 2 - Comparação do efluente antes e depois de passar por tratamento

Composição	Antes	Depois	Redução
	mg/Litro		
DBO5	8.566	1.861	78
DQO	16.962	2.586	84
Fósforo	265	134	50
pH	6.86	7,03	-

Fonte: Nascimento e Rodrigues (2012), *apud* Konzen 2007

Tais autores também frisam que, caso seja desejado, aumentar o desempenho do biodigestor pode-se fazer a biorremediação através do uso de bactérias. Deste modo os índices sobem para 96% ambos; conforme demonstrado no Quadro 3. Neste mesmo quadro percebemos também um leve aumento do pH após o tratamento; antes da biorremediação o pH era de 7,03 agora passa a ser 8,03 se tornando levemente alcalino.

A viabilidade da eficiência dos reatores anaeróbicos deve-se ao fato de terem desenvolvido reatores de alta taxa, resolvendo assim o problema serio para o tratamento de efluentes líquidos, que era o alto tempo de retenção hidráulica para manter as bactérias metanogênicas, devido estas terem um crescimento lento, no interior do biodigestor (POETSCH e KOETZ, 1998).

Quadro 3 - Índices após a biorremediação

Composição	Antes	Depois	Redução %
	mg/Litro		
DBO5	11.177	414	96
DQO	19.986	775	96
Fósforo	407	34	91
pH	6,69	8,03	-

Fonte: Nascimento e Rodrigues (2012), *apud* Konzen 2007

É importante frisar que as baixas temperaturas não afetam a biodigestão, mas sim interferem na conversão metanogênica (TEIXEIRA, 1985 *apud* Garcia, 1983).

Tendo pH neutro, com uma redução de DBO de no mínimo 70%, decomposição total de óleos vegetais e gorduras animais, os biodigestores tem eficiência suficiente para atender os padrões da resolução CONAMA n° 430/2011 capítulo II, seção II, artigo 16 no inciso I.

### 3.3.4 Temperatura

Kunz, Higarash e Oliveira (2005), Metz (2013) e Teixeira (1985) concordam que variações bruscas de temperatura mesmo sendo pequenas podem atrapalhar o bom funcionamento do biodigestor. Assim como os três autores citam que temperaturas abaixo de 15°C afetam a biodigestão.

Teixeira (1985) traz em sua tese que não há definida uma faixa ideal de temperatura para operação do biodigestor, mas este funciona de forma eficiente a partir de 26°C. O autor ainda aponta que quanto mais elevada à temperatura melhor será o funcionamento do biodigestor; e alerta que elevar a temperatura do processo gasta energia e acaba-se por perder a vantagem inicial de não fazê-lo.

Kunz, Higarash e Oliveira (2005) e Metz (2013) apontam uma preocupação com as baixas temperaturas durante o inverno principalmente no sul do país; pois este acarreta uma perda de rendimento por parte do biodigestor. Mas para evitar-se o efeito negativo que o frio tem sobre o biodigestor recomenda-se que seja adicionado ao efluente que será tratado sulfato de amônia, urina ou melaço (TEIXEIRA, 1985 *apud* PARCHEN data não informada). Também visando proteger o biodigestor das variações bruscas que a temperatura pode sofrer, é comum em muitos países enterrar o

biodigestor e se aproveitar do efeito isolante do solo (TEIXEIRA, 1985 *apud* NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1977).

### **3.3.5. Modelos de biodigestores**

Há vários modelos de biodigestores; e estes podem ser classificados, segundo a forma de alimentação, em contínuos (aqueles que são alimentados de forma ininterrupta, recebem carga vinte quatro horas por dia), estáticos (aqueles são alimentados com toda a sua capacidade uma única vez e só são realimentados quando cessa a produção de biogás) e semicontínuos (aqueles que são alimentados uma única vez ao dia e com quantidade idêntica de dejetos todos os dias) (TEIXEIRA, 1985).

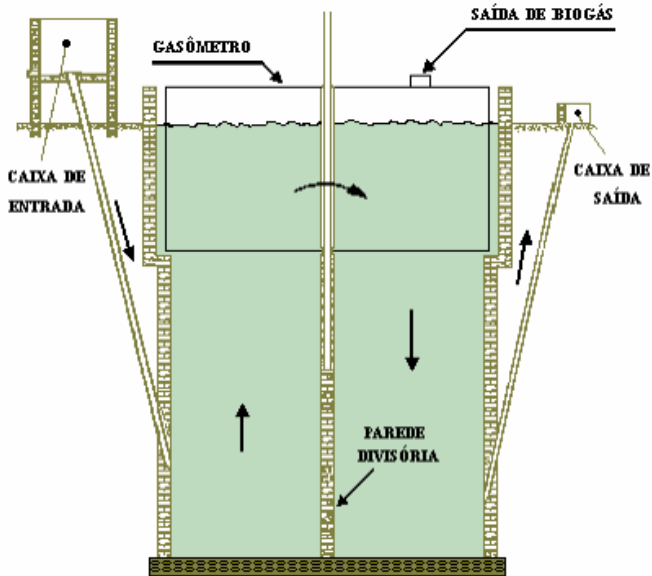
No Brasil, segundo Castanho e Arruda (2008), foram implantados principalmente os modelos Chinês e Indiano. Tais autores nos trazem ainda que os biodigestores mais utilizados são o Canadense, o Indiano e o Chinês.

Dos três modelos apresentados no próximo item nenhum deles é estático. O modelo canadense é semicontínuo, já os demais modelos são contínuos.

### **3.3.6. Características dos biodigestores**

Biodigestor Indiano: Pecora (2006) nos traz que o biodigestor indiano tem como gasômetro uma cúpula de metal que por ficar sobre a biomassa pode se deslocar verticalmente de acordo com o volume de gás produzido e reduz as perdas do mesmo durante sua produção. De abastecimento contínuo; deve ser alimentado com resíduos com no máximo 8% de sólidos. De forma simples, é um fosso dividido no meio por uma parede de alvenaria e uma cúpula de metal cobrindo-lhe conforme Figura 1. “Do ponto de vista construtivo, apresenta-se de fácil construção, contudo o gasômetro de metal pode encarecer o custo final” (PECORA, 2006, p. 35).

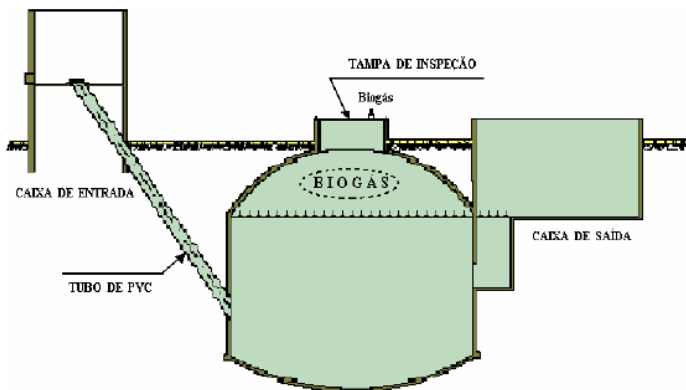
Figura 1 - Vista de corte frontal de um biodigestor indiano



Fonte: Benincasa, 1990 *apud* Pecora, 2006.

Biodigestor Chinês: Castanho e Arruda (2008) nos trazem que este é um modelo de peça única, toda em alvenaria e enterrado no solo conforme Figura 2. Com custo reduzido por ter a cúpula também em alvenaria. Já Pecora (2006) alerta para o provável vazamento de gás, tanto se não devidamente vedado, quanto se houver acúmulo de gás e aumento de pressão interna. Ele assim como o modelo Indiano é de abastecimento contínuo e tendo no máximo 8% de sólidos no efluente. Teixeira (1985) alerta que é necessário um pedreiro experiente para a construção da abóboda arredondada para evitar acidentes.

Figura - 2 Vista de corte frontal do biodigestor chinês



Fonte: Pecora (2009), *apud* Benincaas (1990).

**Biodigestor Canadense:** Castanho e Arruda (2008) definem este como um modelo horizontal, mais largo que profundo; caixa de carga em alvenaria. Tendo uma área maior de exposição ao sol, proporcionando maior produção de biogás. A cúpula por ser de PVC que infla durante a produção de biogás e pode ser retirada, sendo esta um fator de encarecimento do modelo. Ver Figura 3.

Figura - 3 Biodigestor modelo canadense



Fonte: Castanha, Arruda, (2008) adaptação do autor.

### 3.3 7. Custos

Segundo OLIVEIRA (2004), os sistemas tratamento anaeróbicos quando comparados aos aeróbicos, tem um custo de implantação e manutenção menor; assim como um consumo energético inexpressível.

No site da Associação Paranaense de Suinocultores, na matéria “A energia gerada na suinocultura”, vemos que um único suíno produz de 5 a 8kg/dia de dejetos. Para 500 suínos, ou seja, cerca de 4.500 kg/dia; o custo de implantação do projeto fica em cerca de R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais) (Gonçalves, Lima, Weiss e Menezes, data não informada). Considerado que mais de 90% do nosso esgoto é água, e que o consumo per capita para uma cidade 30 mil habitantes é de 200 litros/dia e que 80% disto retorna como esgoto (Funasa, 2004) e considerando que cada litro de água pesa um quilograma podemos dizer que o custo para tratar o esgoto de uma residência com três pessoas seria de R\$2.667,00 (dois mil seiscentos e sessenta e sete reais).

Já em entrevista dada ao repórter Andre Trigueiro para o Jornal da Globo, Marcio Salles Gomes (então superintendente da Cia. Águas do Imperador) relata que os biodigestores são 5 vezes mais baratos que o sistema utilizado hoje. Tendo o custo de implantação de 60R\$/habitante, ficando em torno de 360 mil reais para seis mil habitantes; já o equivalente seria de um milhão de reais. Na mesma reportagem o repórter relata que um biodigestor para uma família de quatro pessoas tem o custo de instalação no valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) isso no ano de 2012. Enquanto Zanin, Bagatini e Pessatto (2010) trazem que para um biodigestor com capacidade para 1.400m<sup>3</sup> de efluente; o investimento fica na quantia de R\$ 131.700,00 (cento e trinta e um mil e setecentos reais); e para a construção de um gasoduto de 4 km o investimento fica na quantia de R\$ 41.735,00 (quarenta e um mil setecentos e trinta e cinco reais).

Cabe fazer duas observações importantes aqui, ambas as reportagens não especificam qual o modelo de biodigestor que é utilizado, mas fica subentendido que na primeira seria o modelo canadense e o segundo o modelo chinês e quando o entrevistado se refere ao “equivalente” provavelmente é o sistema de lodo ativado que hoje é o mais utilizado no país.

Ressalta-se, segundo Zanin, Bagatini e Pessatto (2010), que durante o triênio 2006-2008, investidores que optaram pelo biodigestor tiveram rendimento maior que obteriam no mesmo período com a caderneta de poupança que rendeu na média dos três anos 7,47%.

Já do ponto de vista operacional ou/e manutenção o biodigestor não apresenta custos expressivos. Como se utiliza de um processo natural, não consome insumos ou energia; assim como tem uma estrutura simples, não necessita de manutenção, só a retirada do lodo excedente.

### 3.4. Alternativas

Os sistemas mais utilizados hoje para o tratamento de efluentes segundo Von Sperling 1996 (*apud* SILVA 2006) e, portanto alternativas ao biodigestor são estes listados e caracterizados no Quadro 4.

Quadro 4 - Sistemas alternativos de tratamento

Modelos	Redução de DBO	Características
Reator anaeróbico de manta de lodo (UASB)	De 60% a 90%	Baixa demanda de energia, custo reduzido na construção e operação, ocupa pouca área.
Lagoa anaeróbica	De 70% a 90%	Não consome energia, precisa do auxílio de uma lagoa facultativa.
Lagoa facultativa	De 70% a 90%	Não consome energia, ocupa grandes áreas, baixo custo de operação.
Lagoa aerada facultativa	De 70% a 90%	Precisa de uma lagoa de decantação, consome muita energia.
Lodo ativado	De 85% a 98%	Grande produção de lodo e grande consumo de energia.

Fonte: Autor.



## 4. Conclusão

Como toda a tecnologia os biodigestores têm suas vantagens e desvantagens quando comparado a outras tecnologias similares. Um dos grandes entraves para utilização do biodigestor (principalmente na região sul do país) é o frio; uma vez que este pode afetar diretamente o desempenho do processo de biodigestão. Por serem empreendimentos menores e de utilização local, podem ser uma alternativa menos atraente para grandes centros urbanos.

O principal empecilho que encontramos para a utilização do biodigestor, principalmente na região sul do Brasil, é o frio. Este afeta diretamente no rendimento da digestão anaeróbica; podendo tornar inerte o biodigestor. Quedas bruscas de temperatura podem matar as bactérias que realizam a fermentação assim neutralizando todo o processo. Contudo é importante frisar que em seu interior o biodigestor atinge altas temperaturas devido ao processo de fermentação; assim modelos como o Indiano e o Chinês por estarem enterrados no solo podem vir a sofrer menos com as baixas temperaturas. Já que estes fazem uma troca de calor com o solo em seu entorno mantendo uma temperatura mais constante.

Já suas vantagens além de não consumir energia externa durante o processo de biodigestão; também gera dois subprodutos; o biogás e o biofertilizante (com exceção do RAFA que por ter um longo período de retenção aliado ao estilo de seu funcionamento o lodo acaba ficando empobrecido de nutrientes). Tanto o primeiro quanto o segundo podem ser utilizados em políticas públicas de cunho social. O biogás tanto pode ser utilizado para gerar energia elétrica em pequenas centrais térmicas; ou este pode ser distribuído, as famílias que residem próximas ao biodigestor, como gás de cozinha. Já o biofertilizante pode servir de insumo para uma horta comunitária ou ser vendido e gerar receitas para a prefeitura ou empresa que o gerencie.

Outra grande vantagem, do ponto de vista ambiental, é o porte do empreendimento. Ao contrário de estações tradicionais, não

precisam de grandes galerias para conduzir o efluente até eles, por serem construídos próximo a onde o mesmo é gerado. Também não necessitam de estruturas como tanque de aeração, caixas de areia, lagoas de estabilização, etc. Assim como o lodo produzido pelos biodigestores, não necessita ser estabilizado e descartado em aterros sanitários.

No ponto de vista financeiro os biodigestores por terem baixo custo de implantação, manutenção e operação; uma vez que consome 16% menos de energia que o sistema de lodo ativado (SILVA, 2006). Também há possibilidade de venda de seus subprodutos assim gerando renda extra para o administrador do sistema. E uma vez se tratando de um sistema mais simples não necessita de um número de mão de obra elevado para operá-lo, e esta também não necessita ser especializada ou externa a comunidade em que o biodigestor encontra-se instalado. Também devido à simplicidade da maioria dos modelos de biodigestores, possibilita que os funcionários da própria secretaria de obras local construam os mesmos.

Uma vez que o biodigestor produz biogás, esta tecnologia se mostra não apenas um meio para tratar o esgoto, mas também uma fonte de combustível verdadeiramente renovável; pelo fato do biogás ser produzido diariamente se o biodigestor for alimentado de forma contínua. Também por ser disponibilizado gratuitamente ao proprietário do biodigestor este irá gerar lucro independente do valor cobrado em caso de venda ou economia se for revertido para uso doméstico do mesmo. No ano de 2003 em Florianópolis substituindo-se o botijão de 13 kg de gás de cozinha poderia se obter uma economia mensal de R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais) (RANZI E ANDRADE, 2006). No caso de prefeituras ou empresas serem as responsáveis pelo biodigestor e pelo biogás este subproduto pode ser ofertado aos moradores da área atendida pelo biodigestor como forma de compensação ao valor da taxa de tratamento de esgoto.

As vantagens do biodigestor sobre os outros sistemas de tratamento em resumo são: produz gás combustível, produz biofertilizante, não consome energia externa, baixo custo de

implantação e manutenção, de estrutura simples e utiliza um processo natural. É sustentável.

Já seu grande empecilho são as baixas temperaturas, mas isto pode ser contornado.

O certo é que do ponto de vista exclusivo do tratamento de efluentes o biodigestor não traz grande diferença para a tecnologia hoje utilizada; Mas de um ponto de vista mais amplo avaliando também o cunho social que o tratamento do esgoto doméstico tem, podemos dizer que esta tecnologia não é apenas viável, mas também a mais recomendável.

## Referências

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUINOCULTORES, (data não informada) - A energia gerada pela suinocultura - Disponível em < <http://www.aps.org.br/noticias/1-timas/357-a-energia-gerada-pelasuinocultura-.html>> Acesso em 30/08/2016.

BALTMAN, Wellington. Concepção, construção e operação de um biodigestor e modelagem matemática da biodigestão anaeróbica. Curitiba. Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução N° 430, de 2011. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. - Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=646> Acesso em 10/12/2016

BRASIL. Decreto N° 4.954, de 14 de janeiro de 2004. Altera o Anexo ao Decreto n° 4.954, de 14 de janeiro de 2004, que aprova o Regulamento da Lei no 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas destinados à agricultura. - Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d4954.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d4954.htm)> Acesso em 8/12/2016.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Manual de saneamento. 3. Ed. Ver. - Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2004. 408p.

CASTANHO, Diego Solak; ARRUDA, Heder Jobbins de. Biodigestores - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, UTFPR Campus Ponta Grossa, 2008.

CARVALHO, Anésio Rodrigues de; OLIVEIRA, Mariá Vendramini Castrignano de. - Princípios básicos do saneamento do meio. 1º Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1997 114 pág.

CERVI, Ricardo Ghantous. Avaliação econômica do aproveitamento do biogás e biofertilizante produzido por biodigestão anaeróbia: estudo de caso em unidade biointegrada. Botucatu-SP. Faculdade de Ciências Agrônomicas da Unesp - Campus de Botucatu, 2009.

COLDEBELLA, Anderson *et al.* Viabilidade da cogeração de energia elétrica com biogás da bovino-cultura de leite. Cascavel, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, 2006.

FERREIRA, Maria das Dores Lopes da Silva; BARBOSA, Vanessa Allana Souza; TAVARES, Jean Leite. Estudo sobre a difusão do uso de biodigestores no Brasil e a experiência do projeto dom Helder Câmara no nordeste brasileiro. VIII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação Salvador - BA, 2013.

GLOBO, (2012) - Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=geU3qRTyRxMl> > Acesso em 3/08/2016

GONÇALVES, H. F. E. *et al* (data não informada) - O biodigestor como princípio de sustentabilidade de uma propriedade rural.

KUNZ, Airton; HIGARASHI, Martha Mayumi; OLIVEIRA, Paulo Armando de. Tecnologias de manejo e tratamento de dejetos de suínos estudadas no Brasil. 2005

METZ, Hugo Leonardo. Construção de um biodigestor caseiro para demonstração de produção de biogás e biofertilizante em escolas situadas em meios urbanos. Universidade Federal de Lavras: Lavras - MG, 2013. 35  
MORAES, João Guilherme Vanzella. Biofertilizantes: identificação das barreiras regulatórias e propostas para viabilizar esse insumo agrícola. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas Escola de Economia de São Paulo, 2015.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti do; RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos. Impactos ambientais da suinocultura no município de Uberlândia (MG): possibilidades de sua mitigação por meio do uso de biodigestores. Uberlândia – MG: Instituto de Geografia ufu Programa de Pós-graduação em Geografia, 2012.

OLIVEIRA, Sonia Valle Walter Borges de. Modelo para tomada de decisão na escolha de sistemas de tratamento de esgoto sanitário. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

PECORA, Vanessa. Implantação de uma unidade demonstrativa de geração de energia elétrica a partir do biogás de tratamento do esgoto residencial da USP – estudo de caso. São Paulo: Universidade de São Paulo USP, 2006.

POETSCH, P. B.; KOETZ, P. R. (2006) - Sistema de determinação da atividade metanogênica específica de lodos anaeróbios.

POLEZE, M. D. C., (2012) – Avaliação da gestão em políticas públicas para o saneamento básico na CORSAN – companhia rio-grandense de saneamento: estudo de caso na unidade de saneamento em Gramado/RS.

RANZI, Tiago Juruá Damo; ANDRADE, Marcio Antonio Nogueira. Estudo de viabilidade de transformação de esterqueiras e bioesterqueiras para dejetos de suínos em biodigestores rurais visando o aproveitamento do biofertilizante e do biogás. Florianópolis – SC, 2006

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. Tabela 1300 - Número de municípios, total e os com tratamento de esgoto sanitário, por tipo de sistema de tratamento, 2008. [online] Disponível em < <http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1300&z=t&o=3> > Acesso em 12/12/2016

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. Tabela 1240 - Número de municípios, total e sem rede coletora de esgoto, por principal alternativa para o esgoto sanitário, 2008. Disponível em < <http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo1.asp?ti=1&tf=99999&e=c&t=11&p=SB&v=2615&z=t&o=3> > Acesso em 12/12/2016.

SILVA, Carlos Cezar da. Estudo de caso de sistemas de tratamento de efluentes domésticos com o uso de indicadores ambientais. São Paulo: UNIP – Universidade Paulista, 2006.

TEIXEIRA, Egle Novaes. "Adaptação de Estruturas Existentes (Esterqueiras) em Biodigestores". Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas Faculdade De Engenharia de Alimentos e Agrí-cola, 1985.

TURDELA, Mirko V; YURA, Danilo. Estudo da viabilidade de um biodigestor no município de Doura-dos. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, data não informada.

ZANIN, Antonio; BAGATINI, Fabiano Marcos; PESSATTO, Camila Batista. Viabilidade Econômico-Financeira De Implantação De Biodigestor: Uma Alternativa Para Reduzir Os Impactos Ambientais Causados Pela Suinocultura. Chapecó/SC: Universidade Comunitária da Região de Chapecó – U-NOCHAPECÓ, 2010.

**História do Crime, da Polícia, dos Militares e  
das Práticas de Justiça**





## Mulheres e história militar

*Andrea Helena Petry Rahmeier*

*Bárbara Tikami de Lima*

Este texto pretende traçar um breve panorama sobre a escrita da história militar feita por mulheres e sobre mulheres. A necessidade de realizar tal mapeamento decorreu de inquietações, marcadas pelo lugar social, acadêmico e cultural das autoras, ao observarem a pequena participação feminina nos Simpósios Nacionais de História Militar, evento brasileiro de abrangência nacional que se dedica exclusivamente ao assunto. Assim, foram levantadas as indagações: quem são as mulheres que escrevem sobre história militar neste evento? O que elas escrevem? Quais trabalhos são escritos sobre mulheres e militares? Existe protagonismo feminino? Tais questionamentos foram respondidos ao longo deste trabalho com base nos dados dos próprios eventos e da plataforma lattes das referidas mulheres participantes.

Antes de nos dedicarmos à nossa problemática de trabalho é necessário destacar que os estudos voltados à história militar têm enfrentado dois grandes problemas no Brasil. Primeiro, as sensibilidades que ainda marcam a sociedade decorrentes da ditadura civil-militar que perdurou no país de 1964 até 1985. Segundo a existência de preconceitos que associam à temática à historiografia heroica, patriótica e laudatória elaborada entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial. Mesmo, este sendo um modelo de escrita da história que atualmente esteja em desuso no ambiente acadêmico, teve sua razão de ser. No âmbito político e social de seu tempo, a

historiografia heroica intencionava a legitimação dos recém-formados Estados Nacionais, ao mesmo tempo, no âmbito militar era utilizado na formação dos quadros profissionais em um sentido prático e pedagógico, o do estudo das campanhas bélicas e de formação do espírito de liderança (TEIXEIRA, 1990).

Na área de pesquisa e escrita da história desde o período entre guerras, mas especificamente os anos de 1930, surgiram mudanças, novos olhares e debates sobre este campo de estudo. Neste período, principalmente com autores envolvidos com a revista *Annales*, inicia o processo de inserção de novos campos de pesquisa, como história cultural, história social, entre tantos outros (PESAVENTO, 2005). Bem como, passou-se a rever campos como história política, e para diferenciar-se do que se fazia até aquele momento, surgiu a nomenclatura “Nova História Política” (REMOND, 1996). No Brasil, essas mudanças chegaram na academia a partir dos anos de 1980. Na história militar isto não foi diferente, conforme Maurice Matloff (1981), expandiu-se o campo de atuação, assim os assuntos militares passaram a se estenderem, gerando uma ampliação desta área do conhecimento. A escrita da história militar adotou a interdisciplinaridade e um viés antropológico, o que levou diferentes temas ligados à guerra ou ao que muitos chamam de fato bélico, a serem estudados a partir de novos aspectos. Ela também relativizou a guerra enquanto objeto exclusivo da história militar e rejeitou a subordinação da área à história política<sup>1</sup> (SOARES, VAINFAS, 2012). Assim, com a intenção de diferenciarem-se do que era produzido até aquele momento, apareceu nos Estados Unidos nos anos de 1970, a chamada “Nova História Militar” como ocorreu com a História Política, devemos tensionar a utilização da nomenclatura de “nova”. Neste contexto teórico, além da distância temporal entre a atualidade e os primeiros estudos – destacada por Celso Castro, Vitor Izeckson e Hendrik Kraay (2004) – também existem permanências que não

---

<sup>1</sup> Observamos que a subordinação da história militar à história política tem suas bases no aforisma de Carl von Clausewitz (1780-1831) que considerava a guerra como a política por outros meios.

devem ser ignoradas. Dentre essas continuidades Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira (2012) destaca a própria guerra, atividade fim das Forças Armadas que pode ocorrer a qualquer momento segundo os corpos militares e toda a mentalidade que os cerca.

No Brasil, durante a década de 1990, a redemocratização do país associada à maior influência da história social, da antropologia, e das perspectivas pós-modernas sobre os estudos castrenses levou a uma revisão da história militar bem como um aumento na quantidade e qualidade destas pesquisas (CASTRO, IZECKSOHN, KRAAY, 2004). Nesse contexto de crescimento do interesse acadêmico pelo tema surgiu a ideia do Simpósio Nacional de História Militar. Conforme palavras utilizadas para a divulgação do evento:

Este evento busca congrega acadêmicos, docentes, estudantes e pesquisadores da História Militar, civis e militares. Sua proposta é a de buscar a articulação do campo da História Militar, tratando da pesquisa na área, das problemáticas referentes ao objeto da História Militar, seus métodos e técnicas de pesquisa, suas relações com outras dimensões da História e com outras disciplinas como a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política, bem como da utilização dos arquivos militares e institucionais no Brasil e na América.

O objetivo do Simpósio é consolidar a História Militar como área de pesquisa interdisciplinar, plural e polifônica, visando congrega as diferentes perspectivas de pesquisas acadêmicas em andamento (III SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA MILITAR, 2018)<sup>2</sup>.

## **Simpósio Nacional de História Militar**

Até o presente momento, Simpósio Nacional de História Militar teve três edições<sup>3</sup> A primeira edição, no ano de 2016, aconteceu no Museu Naval, na cidade do Rio de Janeiro, foi

---

<sup>2</sup> Destacamos que não há diferenças consideráveis na estrutura e nos objetivos das três edições dos Simpósios Nacionais de História Militar. Fonte: <http://portal.eceme.eb.mil.br/eventos/index.php/SNHM/SNHMIII>. Acesso: 28 ABRIL 2019.

<sup>3</sup> Além das edições de 2016, 2017 e 2018 está previsto para ocorrer uma quarta edição do Simpósio Nacional de História Militar em agosto de 2018. Fonte: <https://ivsnhm.wixsite.com/ivsnhm/eventos-anteriores>.

promovida por instituições civis e militares (Universidade Estadual de Londrina, Escola Superior de Guerra e Diretoria de Patrimônio de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, com o patrocínio do Ministério da Defesa). Deste evento, decorreu a apresentação e publicação de 26 trabalhos, sendo que deles 19 foram escritos por homens, 06 por mulheres e um texto foi produzido em coautoria. Interessante observar, que foram 8 mulheres envolvidas, pois o texto em coautoria foi escrito por duas mulheres e um homem. Ao analisar numericamente a participação feminina neste evento, teremos 30,76% das pessoas que apresentaram trabalho eram mulheres. Caso, só fosse analisado os dados do primeiro Simpósio, poderíamos concluir que a participação feminina não é baixa, ainda mais que existem poucas mulheres dentro das forças armadas, segundo dados do ministério da defesa aproximadamente 22 mil, ou seja apenas 7% do efetivo militar brasileiro<sup>4</sup>.

No ano seguinte, 2017 o evento foi realizado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), permanecendo a ideia de envolver instituições civis e militares. Neste sentido, a cada ano mudaria a instituição acolhedora do evento, um ano seria militar, no ano seguinte civil, depois militar e assim sucessivamente. Neste momento houve o apoio de dois grupos de pesquisas vinculados a Universidade Estadual de Londrina ( Grupo de Pesquisa em estudos Culturais, Política e Mídia - CNPq/UEL; Grupo de Pesquisa em História Militar - CNPq/ UEL), bem como, do Grupo de Pesquisa História Militar e Fronteiras - CNPq/ UNIVERSO, do GT História Militar - Associação Nacional de História/ Seção Rio de Janeiro e do Laboratório de História do Poder e das Ideologias - CNPq/ UFF. O patrocínio do evento foi oriundo da Universidade Salgado de Oliveira, UNIVERSO; da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO; da Escola de Comando e Estado-maior do Exército,

---

<sup>4</sup> Fonte: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/plano-nacional-de-acao-sobre-mulheres-paz-e-seguranca/14062-as-mulheres-nas-forcas-armadas-brasileiras>.

ECEME; da Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação Marinha, DPHDM e da Universidade Estadual de Londrina, UEL.

Segundo os anais eletrônicos do simpósio de 2017 foram inscritos um total de 108 trabalhos. Ao comparar com os 26 inscritos no ano anterior, temos uma ampliação de 415%. Embora nem todos tenham sido publicados podemos considerar que houve um aumento bastante significativo da edição de 2016 para a de 2017. Das 108 comunicações inscritas 81 foram proferidas por homens, 26 por mulheres e uma por um homem e uma mulher<sup>5</sup>. Neste ano, a participação ampliou-se, tanto masculina quanto feminina. Como nosso objeto de análise é a atuação feminina, percebemos que houve um aumento da participação, pois em 2016 foram 8 mulheres e em 2017 tiveram 27 mulheres inscritas, isto é, um aumento de 337%. Quer dizer, o evento se ampliou, mas a participação feminina não teve o mesmo grau de ampliação, pois neste evento as mulheres representavam apenas 25% dos inscritos. Agora ao cruzarmos o nome das participantes nos dois primeiros anos (2016 e 2017) percebemos que não houve uma permanência, das 8 mulheres que participaram do primeiro evento somente duas<sup>6</sup> retornaram no ano de 2017. Aqui cabe a pergunta, por que somente duas retornaram e as outras 6 não retornaram? Todavia, os motivos podem ser os mais variados, mas cabe a observação do fato.

A terceira edição do Simpósio ocorreu na Escola de Comando e Estado-maior do Exército, ECEME, em agosto de 2018. Novamente, manteve como característica o envolvimento de instituições civis e militares. Esta edição permaneceu com o mesmo grupo de apoio de 2016, acrescidos da Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, DPHC-EX; da Escola de Guerra Naval, EGN; da Universidade Federal Fluminense, UFF; do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Os patrocinadores foram os mesmo que na edição anterior.

---

<sup>5</sup> Fonte: <https://josemiguel2009a.wixsite.com/ijsnhm>. Acesso 28 ABRIL 2019.

<sup>6</sup> Christiane Figueiredo Pagano de Mello e Clécia Maria da Silva.

No evento de 2018 foram inscritos 155 trabalhos, sendo 118 produzidos por homens, 28 produzidos por mulheres e 9 produzidos em coautoria entre homens e mulheres<sup>7</sup>. Percebe-se um pequeno aumento na participação geral, tanto masculina quanto feminina. Pensando em percentuais, houve uma redução na participação feminina do evento ocorrido em 2017, pois agora são 23,87%. Neste ano, também identificamos que a permanência entre as pesquisadoras foi pequena em relação ao ano anterior, pois apenas 4 mulheres<sup>8</sup> que participaram do simpósio em 2017 retornaram ao evento em 2018 e que uma que esteve em 2016 retornou em 2018<sup>9</sup>. Fato que reafirma às mesmas perguntas já feitas em relação a não observar-se uma constância na participação feminina.

Ao analisarmos as três edições do evento, percebe-se que houve um considerável aumento do número de participantes, tanto homens quanto mulheres. Fato que indica o crescimento do interesse e da produção historiográfica no Brasil acerca das temáticas ligadas a este universo. Outra constatação importante, a organização do evento por instituições civis e militares aponta para a existência e necessidade de manutenção de um diálogo entre ambas. Todavia, ao contabilizarmos o número de participantes masculinos e femininos percebemos como a presença das mulheres nestes simpósios ainda é diminuta se comparada aos homens. Ainda mais, que no decorrer dos anos o percentual de participação feminina só foi decaindo em 2016 era 30,76%, já em 2017 foi para 25% e em 2018 foi apenas de 23,87% de inscrições feitas por mulheres no evento. Estes dados associados às inquietações das autoras e pelo que Michel de Certeau (1982) denomina como lugar social de fala, bem como pela identificação com seu objeto, nos levou

---

<sup>7</sup> Fonte: <http://portal.eceme.eb.mil.br/eventos/index.php/SNHM/SNHMIII>. Acesso 28 ABRIL 2019.

<sup>8</sup> Observamos que além de Andrea Helena Petry-Rahmeier, Bárbara Tikami de Lima, Christiane Figueiredo Pagano de Mello e Erika Morais Cerqueira presentes nos eventos de 2017 e de 2018.

<sup>9</sup> A pesquisadora Paola Natália Laux esteve presente em 2016 e 2018.

a perscrutamos a formação e o trabalho desenvolvido por estas mulheres que se debruçam sobre a /história militar.

Ao analisar a participação das mulheres na organização dos Simpósios Nacionais de História Militar constatamos que as mesmas eram minoria nos três anos em que ocorreu o evento. Em 2016 a organização, dividida em comissão organizadora e científica, era formada por 24 pessoas, destas apenas 5 eram mulheres, sendo todas doutoras e integrantes da comissão científica. Nenhuma mulher estava na comissão organizadora.

Já em 2017, das 31 pessoas que organizaram o evento (coordenador, comissão científica, comissão executiva e secretaria), somente 5 eram mulheres, duas que tiveram no ano anterior e 3 nomes novos. Neste ano, as mulheres participantes da organização se dividiram em 2 doutoras na comissão científica, uma mestrande e uma mestra na comissão executiva e uma graduanda na secretaria. Momento, que marcou uma participação efetiva nas diversas áreas da organização do evento.

Em 2018, foram 3 mulheres que participaram da comissão científica, sendo duas<sup>10</sup> que repetiram e um nome novo. Neste ano percebemos que houve uma redução no número de mulheres que contribuíram com a organização do evento, pois somente duas doutoras e uma mestre estiveram na comissão científica. Isto é, nas três edições houve a participação de 9 mulheres, sendo que somente Adriana Barreto de Souza participou da comissão organizadora nas três edições. Outro dado importante ao analisar o percentual de participação feminina nos três anos (2016, 2017 e 2018) nas comissões organizadoras do referido evento, temos os seguintes percentuais respectivamente 20%, 19% e 14% do total de membros. Interessante observar, que percentualmente a participação feminina na organização teve um decréscimo, bem como, houve na participação como comunicadoras.

---

<sup>10</sup> Adriana Barreto de Souza esteve na comissão científica das três edições.

## Formação acadêmica das mulheres participantes do simpósio

Com o fim de compreendermos quem são estas mulheres que participaram do referido evento, organizamos uma listagem com os nomes das participantes e os títulos de seus trabalhos. Por meio deste levantamento constatamos que somente 6 mulheres, de um total de 62, apresentaram seus trabalhos em mais de uma edição. Ou seja, se pensarmos percentualmente, apenas 10% das mulheres participaram de dois eventos. Constatação que nos faz refletir sobre porque este baixo índice de participação. Na tentativa de encontrar mais detalhes para a análise, partimos para a identificação dos seus nomes e respectivos currículos, levando em consideração sua formação acadêmica e seus vínculos institucionais. Para este fim, utilizamos a plataforma lattes, uma base de dados virtual criada e mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que integra os dados de currículos pessoais, grupos de pesquisa e instituições<sup>11</sup>.

Nas três edições do Simpósio Nacional de História Militar, houve 62 mulheres que participaram. Destas, apenas 4 mulheres não tinham seus dados profissionais cadastrados na plataforma lattes, o que impediu a análise destas. Todavia, conseguimos acesso a 58 currículos. Nestes retiramos informações que nos proporcionaram três constatações importantes. Primeiro, somente duas mulheres atuaram em órgãos públicos ligados à segurança e outras duas tiveram uma atuação profissional longa e que perpassou mais de uma organização militar. Segundo, 20 mulheres tiveram contato com organizações militares<sup>12</sup> em algum momento de sua formação acadêmica e/ou

---

<sup>11</sup> Observamos que como os dados da plataforma lattes são inseridos e atualizados pelos próprios pesquisadores pode haver currículos desatualizados. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso 28 ABRIL 2019.

<sup>12</sup> As organizações militares mencionadas nos currículos analisados são: Museu Militar do Comando Militar do Comando Militar do Sul, MMCMS; Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, DPHDM; Serviço de Documentação da Marinha, SDM; Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, CEPHIMEX; Centro de Estudos de Pessoal, CEP; Academia Militar de Agulhas Negras, AMAN; Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, ESAO; Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante, EFOMM; Escola de Guerra Naval, EGN; Escola Superior de Guerra, ESG; Universidade da Força Aérea, UNIFA; Colégio Naval, CN; Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa



atuação profissional. Terceiro, 34 mulheres expressão em seus currículos lattes que nunca tiveram contato direto ou indireto com organizações militares. Estas constatações nos levam a perceber que existe uma ausência de mulheres que tiveram uma longa vida profissional ligado às instituições militares, fato que suscita diversos questionamentos acerca da participação feminina e a produção de conhecimento destas nesta área.

Ao analisar a formação acadêmica dessas mulheres se constata que em nível de graduação 40 são oriundas da história, isto é, a maioria, 68,9 % têm formação na história. As demais, 18 tem formação em outras áreas (direito; administração de empresas; ciências náuticas; ciências jurídicas e sociais; arquivologia; desenho industrial; letras; geografia; antropologia; gastronomia; relações internacionais e arqueologia). Dessas pesquisadoras somente uma mulher estava com a primeira graduação ainda em andamento, o que é explicado pela abertura do evento à trabalhos de iniciação científica. Dentre as outras 57 mulheres percebemos que 5 delas possuem mais de uma graduação concluída e que apenas 4 têm somente a formação a nível de graduação.

Por outro lado, ao analisarmos as 53 mulheres que tiveram ou estão tendo formação a nível de pós-graduação constata-se que somente uma estava com o curso de especialização em andamento e outra tinha a titulação máxima de especialista. As demais 51 mulheres, ou estão no mestrado, ou tem mais formação acadêmica (5 tem mais de uma especialização). Outro dado interessante referente a especialização, foram identificamos 7 mulheres oriundas dos cursos de pós-graduação lato sensu em história militar das Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Este dado nos leva a crer que a realização de um levantamento do perfil dos integrantes, homens e mulheres,

destes dois cursos e dos trabalhos produzidos em suas alçadas pode se constituir em uma importante via de acesso para conhecermos e compreendermos a produção acadêmica sobre história militar que vem sendo realizada na atualidade. Ao analisar os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, constatamos que 14 mulheres estavam com mestrado em andamento e 37 com formação a nível de mestrado concluída e destas uma mulher com mais de um mestrado. Das que já tem mestrado concluído (37 mulheres), verificou-se que 11 estão com doutorado em andamento e 9 já concluíram o doutorado e duas já tem pós-doutorado.

Em consonância com os dados levantados acerca dos cursos de graduação também identificamos que os cursos de pós-graduação, tanto *lato sensu* como *stricto sensu*, dessas mulheres provêm de várias áreas além da história<sup>13</sup>. O que mostra como a produção sobre a história militar realizada por elas é marcada pela interdisciplinaridade, uma das características que Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas (2012) destacam acerca da chamada nova história militar. Também constatamos que existe um número considerável de mulheres com sua formação acadêmica *lato sensu* em andamento e que se interessam pela história militar. Somente 9 mulheres têm o doutorado. Também percebemos que há a necessidade de realizar um levantamento mais profundo acerca da produção dos programas de pós-graduação e do perfil dos alunos e alunas que dedicam suas pesquisas ao universo militar. Outrossim, percebemos que a produção realizada em organizações militares voltadas para o ensino militar como a Escola de

---

<sup>13</sup> Em nosso levantamento encontramos mulheres com especialização em: direito constitucional, direito penal e processual, direito internacional, direito do estado, política e sociedade, direito tributário, ética valores e cidadania na escola, metodologia do ensino e da pesquisa, atualização pedagógica, metodologia do ensino de geografia, metodologia do ensino superior, planejamento, organização e direção de arquivos, gestão de políticas de patrimônio cultural, especialização em arqueologia, preservação e gestão do patrimônio cultural das cidades, geologia do quaternário, filosofia, design total, análise de sistemas e políticas de informação do conhecimento. Mestrado acadêmico e profissional em: ciências aeroespaciais, aperfeiçoamento de oficiais do Exército Brasileiro, literatura e comunicação, estudos marítimos, gestão em alimentos e bebidas, interdisciplinar em territórios, direito, preservação e gestão do patrimônio cultural das ciências e da saúde, gestão de documentos e arquivo. E doutorado em: estudos estratégicos internacionais, ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade, humanidades, letras e direito.

Guerra Naval, por exemplo, também carece de estudos já que em nosso mapeamento encontramos 5 mulheres cujo curso de mestrado provém dessa instituição.

## **Os trabalhos apresentados pelas participantes e a mulher como tema de pesquisa**

Os trabalhos das mulheres que participaram dos Simpósio Nacional de História Militar de 2016, 2017 e 2018, apresentam uma diversidade temática muito grande. Este fato proporciona maiores questionamentos, gerando a necessidade de um aprofundamento maior, cuja modicidade deste texto nos impediu de realizar para este livro, mas que será aprofundado em pesquisa posterior. Analisando os títulos dos trabalhos e os resumos, identificamos que as produções intelectuais se referem à assuntos cuja temporalidade varia desde a Antiguidade Clássica até a contemporaneidade. Como, por exemplo, as pesquisas “Narrativas de guerra: o conflito Romano-Judaico segundo Tácito” de Ana Beatriz Siqueira Bittencourt e “A (re) construção da ‘guerra global ao terror’ na cinematografia estadunidense pós-11 de setembro” de Paula Lemos dos Santos. Além de temáticas internacionais, tais quais as referidas, os estudos também versam sobre diferentes aspectos da história do Brasil em seu período colonial, imperial e republicano. Por exemplo, o trabalho de Leidiane de Castro Gonçalves, “A guarda real de polícia da corte: a criação do primeiro corpo de polícia no Rio de Janeiro Joanino (1808-1821)”, ou de Maria Juliana de Freitas Almeida, “Colonização militar em Goiás no século XIX: os presídios do Sertão de Amaro Leite”, ou ainda de Erika Moraes Cerqueira, “Figurações do Passado. Os Dragões da Independência e as Comemorações Cívicas na Primeira República”. Também notamos que a produção intelectual feminina dos três eventos dialoga com diferentes áreas do saber, como a comunicação “Plantas de fortificação do Rio de Janeiro setecentista: uma linguagem de defesa” que foi apresentada por Luiza Nascimento de Oliveira da Silva. Um dado que não pode

deixar de ser associado à variada formação profissional das participantes. Igualmente identificamos que diferentes temas ligados ao universo militar estão sendo estudados sob a ótica de novos aspectos como no estudo de Katty Cristina Lima Sá intitulado “A ‘Guerra Santa’ através da perspectiva comparada: um estudo sobre a concepção de Jihad através das revistas Inspire e Dabiq (2010-2016)”. Estas constatações aproximam os diversos trabalhos elaborados por mulheres, para os Simpósios Nacionais de História Militar, das características que Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas (2012) atribuem à chamada Nova História Militar.

Este tipo de análise proporcionou a constatação de uma carência de estudos que investiguem qualquer tipo de ligação entre mulheres e militares. Nos sítios eletrônicos dos três eventos encontramos um total de apenas 7 trabalhos que versaram sobre esse assunto. Número que corresponde a pouco mais de 2% se comparado ao total de 289 estudos, mencionados ao longo dos três anos do evento, e nos leva a uma série de indagações acerca desse pequeno interesse por parte dos pesquisadores e pesquisadoras. Isto é, no I Simpósio Nacional de História Militar não houve nenhum trabalho acerca da temática. Já, no ano seguinte, 2017, foram encontrados dois trabalhos sobre a questão sendo um elaborado por uma mulher<sup>14</sup> e outro por um homem<sup>15</sup>. Em 2018, foram 3 estudos produzidos sobre mulheres (um por homens<sup>16</sup> e dois por mulheres<sup>17</sup>). Constatamos que houve um aumento de trabalhos

---

<sup>14</sup> Elaine Borges da Silva Tardin “Guerreiras da paz: as militares brasileiras no século XXI em perspectiva”

<sup>15</sup> Luis Otavio de Azevedo Barreto “A mulher na guerra e suas representações: exemplos históricos e mitológicos”

<sup>16</sup> Trabalhos sobre mulheres: Ertz Ramon Teixeira Campos com “A entrada da primeira turma de policiais femininas do 10º Batalhão de Polícia Militar em Montes Claros – MG”; Kelvin Emmanuel Pereira da Silva com “A trajetória de Maildes Alves de Mello: (im)possibilidades da prática política”; Caio de Amorim Féo com “Mulheres guerreiras na era Viking. Mito ou realidade?”.

<sup>17</sup> Rosemeri Moreira “Organização feminina auxiliar de guerra (OFAGs): gênero, militarismo e esforço de guerra” e Paolo Natália Laux “Apontamentos sobre a atuação feminina no Arsenal de Guerra de Porto Alegre (1864-1870)” e de Caio de Amorim Féo “Mulheres guerreiras na era Viking. Mito ou realidade?”

sobre mulheres, todavia, para nossa surpresa, a estes trabalhos foram majoritariamente escritos por homens.

Este pequeno atrativo sobre os assuntos que associam ou ao menos tangenciam a ligação entre militares e mulheres, nos leva a concluir que ao menos em relação à temática quase não existe protagonismo feminino. O que nos suscita diversos questionamentos, principalmente porque no caso brasileiro houve de alguma forma a presença de mulheres no interior das Forças Armadas desde 1823<sup>18</sup> até a atualidade<sup>19</sup>, mesmo que seja de forma esporádica, pois somente a partir da nova constituição de 1988 que oficialmente direito a participação feminina dentro das organizações militares. Destarte a existência, mesmo que em uma quantidade minoritária, de pesquisadoras que dedicam seus trabalhos, ou parte deles, à diferentes temas militares nos leva a acreditar que há um protagonismo das mulheres nessa produção de conhecimento. Hipótese que é corroborada pela participação feminina na organização do evento.

### **Considerações parciais**

As autoras ao participarem das edições dos Simpósios Nacionais de História Militar de 2017 e 2018, tiveram o estranhamento em relação ao reduzido número de participantes femininas. Tal fato levou a inquietações que foram problematizadas em três questões abordadas neste trabalho. Quantas e quem são as mulheres que escrevem sobre história militar no referido evento? O que elas escrevem? Existe protagonismo feminino?

---

<sup>18</sup> Maria Quitéria de Jesus Medeiros, em 1823, foi considerada a primeira mulher militar do país, recebeu o título de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro após ter participado, disfarçada de homem, da Guerra de Independência Brasileira (D'ARAUJO, 2004).

<sup>19</sup> Para maiores informações sobre a inserção feminina nas forças armadas brasileiras ver: SILVA, Wainesten Camargo da; MATOS, Deise Justino; CAVALCANTE, Luiza Batista. REIS, Graziela Tavares de Souza; LEITE, Victor Hugo da Silva; QUEIROZ, Hermes Gonçalves de Alcântara. Mulheres nas Forças Armadas: Desenvolvimento Histórico-Jurídico da Participação Feminina Na defesa Nacional.

Assim para respondermos à nossa primeira pergunta utilizamos dados existentes nos sítios eletrônicos do próprio evento. Estes nos permitiram identificar as 62 participantes como comunicadoras e mais 9 mulheres como comissão científica. Este grupo possui uma alta qualificação profissional, 6 delas possuem doutorado e atuam como professoras em universidades públicas e particulares do país. O que nos leva a questionar se elas atuam ou atuaram como difusoras da produção historiográfica sobre a história militar. Das comunicadoras 58 tiveram seus currículos analisados com base na plataforma lattes. Constatou-se que estas têm formação acadêmica, sendo 40 em História. Das 53 mulheres com pós-graduação 21 tem sua formação unicamente na História, todavia, as outras possuíam ao menos parte de sua formação em áreas diferentes da história, o que nos mostra a interdisciplinaridade como uma possível característica nesta produção do conhecimento. Outra constatação é que a maioria das mulheres que participaram das edições tem formação específica em história e a maioria tem formação a nível de mestrado ou mais. Também percebemos que há mulheres com os estudos em andamento, o que leva a necessidade de realizar uma pesquisa mais profunda sobre a produção historiográfica dedicada à questões militares que é elaborada por homens e mulheres nos programas de pós-graduação brasileiros. Outrossim, acreditamos que dados mais aprofundados acerca do perfil destes pesquisadores também são relevantes para compreendermos a relação entre os civis e os militares, sobretudo os que pesquisam este assunto.

No tocante a questão: o que elas escrevem? Os anais dos dos Simpósios Nacionais de História Militar nos indicaram que existe uma diversidade muito grande sobre os temas, o que corrobora com a necessidade de um levantamento mais profundo sobre a produção historiográfica que se dedica à temática militar realizada tanto nas instituições civis quanto nas instituições militares. Ao mesmo tempo a análise também apontou uma grande carência de trabalhos que versaram sobre mulheres e militares. O que gera diversos questionamentos acerca desse desinteresse, sobretudo por parte das

mulheres que dedicam suas pesquisas à história militar. Este dado se torna ainda mais inquietante se considerarmos que a atuação feminina no âmbito militar brasileiro existiu desde de o século XIX e recentemente foi ampliada com a lei n. 12.705 de 2012 que garantiu às mulheres o direito de ingressar no oficialato do Exército Brasileiro por meio da formação combatente na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Deste modo concluímos que ao menos em relação à temática dos trabalhos não existe protagonismo feminino. Porém, quando analisamos mulheres que dedicam suas pesquisas, ou ao menos parte delas, à história militar, temos uma participação maior. Assim como sua presença na organização dos simpósios e suas atuações profissionais em diferentes organizações militares nos mostra a necessidade de dar voz a estas mulheres para que questões como as suas motivações e experiências profissionais em um ambiente predominantemente masculino sejam esclarecidas.

Uma constatação que chamou a atenção é que houve uma redução do percentual da participação feminina no decorrer dos anos, tanto nas comunicações como na organização. Uma das hipóteses que podem explicar a redução em percentuais da participação feminina no decorrer das edições deste evento é que a inserção das mulheres nas forças armadas e auxiliares é recente e ainda pequena, mesmo que de 1942 a 1988, em função da II Guerra Mundial tivemos algumas mulheres inseridas no setor de enfermagem. Sendo assim, a produção de conhecimento ligada à temática se torne mais complicada e difícil para elas levando muitas ao seu desinteresse. Como a produção feminina sobre a temática militar percentualmente é menor, conseqüentemente a participação na organização e nas comunicações das edições do evento também foi menor.

Dessa maneira além de confirmarmos que a participação feminina no Simpósio Nacional de História Militar ainda é pequena, também percebemos que há uma carência de trabalhos sobre mulheres o que gera uma gama de possibilidades de pesquisas.

## Referências

- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, páginas 9-56.
- CEARTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- MATLOFF, Maurice. A Natureza e o Escopo da História Militar. In: WEIGLEY, Russell F. *Novas dimensões da história militar*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1981, páginas 37-55.
- MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Os múltiplos olhares sobre a história militar. *História Unisinos* v. 16, n. 3, 2012. Disponível em: [http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.163\\_01](http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.163_01). Acesso 5 ABRL 2018.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- RÉMOND, René. (Org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996.
- SILVA, Wainesten Camargo da; MATOS, Deise Justino; CAVALCANTE, Luiza Batista. REIS, Graziela Tavares de Souza; LEITE, Victor Hugo da Silva; QUEIROZ, Hermes Gonçalves de Alcântara. Mulheres nas Forças Armadas: Desenvolvimento Histórico-Jurídico da Participação Feminina Na defesa Nacional. In: RODRIGUEZ, Fernando da Silva; ARIAS NETO, José Miguel (Orgs.). *História Militar: Entre o debate local e o nacional*. Juniaí, Paco Editorial, 2018, páginas 135 - 152.
- SOARES, Luiz Carlos e VAINFAS, Ronaldo. Nova história militar. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, página 113-132.
- TEIXEIRA, Nuno S. *A história militar e a historiografia contemporânea*. In: Revista A Nação e a defesa, ano XVI, no 59, 1990, páginas 53-71.



## **Voluntários da pátria: os imigrantes alemães na guerra do Paraguai**

*Vitória Nicolini Nunes*<sup>1</sup>

Em novembro de 1864, o navio brasileiro Marquês de Olinda, que recebeu esse nome em homenagem ao ex-regente e primeiro-ministro Pedro de Araújo Lima, foi capturado pela Armada Paraguaia. Esse acontecimento motivou o conflito que ficou conhecido como Guerra do Paraguai, pois, ainda em 1864, o Exército paraguaio, seguindo as ordens do presidente Francisco Solano Lopez, invadiu a província do Mato Grosso e, em maio do ano seguinte, a província do Rio Grande do Sul. O conflito, que se estendeu de 1864 a 1870, colocou Brasil, Uruguai e Argentina, conhecidos como Tríplice Aliança, contra o Paraguai.

Contudo, o Brasil não se encontrava militarmente preparado para encarar uma guerra. Tanto o Exército brasileiro quanto a Guarda Nacional, não dispunham de efetivo e de preparação suficientes para fazer frente ao inimigo paraguaio. Segundo Ferrer (2004, p. 71), “o Exército não dispunha de força humana capaz de participar de um grande conflito, pois, em 1864, seu contingente era reduzido, contendo apenas 18.000 homens, disseminados em todo País”. Já o Paraguai, ainda de acordo com a mesma autora (2004, p. 67), “possuía um efetivo aproximadamente de 80.000 mil homens distribuídos entre armas de infantaria, cavalaria e artilharia”. Para Santos (2017, p. 01), “em todo o Império, o Exército sofria com a

---

<sup>1</sup> Licenciada em História pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Taquara/Brasil. E-mail: vitorianicolini@gmail.com

falta de homens e de recursos materiais considerados adequados para atender as necessidades de defesa”. Segundo Fertig (2011, p. 05), “a Guarda Nacional destacada em 1865 compreendia 17.808 homens”.

Faz-se necessário esclarecer que existiam diferenças quanto ao recrutamento para o Exército e para a Guarda Nacional no Brasil do século XIX. As diferenças não se davam apenas no tocante ao recrutamento, mas, sobretudo, no que significava ser, no âmbito social, um membro de cada instituição militar. Após a Independência do Brasil, em 1822, as autoridades do Império passaram a ver o Exército como uma ameaça à estabilidade política, visto que suas fileiras eram formadas por um grande número de portugueses e, também, em virtude da indisciplina dos soldados, que frequentemente participavam de motins e outras “agitações” (FERRER, 2005). O temor de que os membros do Exército tentassem restaurar a subordinação do Brasil a Portugal fez com que, em 1831, o Império criasse a Guarda Nacional.

Assim, o artigo 1º da lei de 18 de agosto de 1831<sup>2</sup> determinou que as Guardas Nacionais eram criadas para defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império, assim como para manter a obediência e a tranquilidade públicas, e auxiliar o Exército na defesa das fronteiras e costas. Segundo Santos (2017, p. 02), a partir da promulgação dessa lei “a atuação do Exército foi limitada à proteção de fronteira, quando foi criada a Guarda Nacional para o serviço de policiamento interno”.

Diferentemente do Exército, instituição subordinada diretamente ao Imperador, a Guarda Nacional, conforme o artigo 6º da referida lei, estava subordinada aos Juizes de Paz, aos Juizes Criminais, aos Presidentes das Províncias e, em última instância, ao Ministro da Justiça. Para Saldanha (2013), era isto que fazia da Guarda Nacional uma força civil, e não militar.

---

<sup>2</sup> Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html)

Como evidência da desconfiança dos dirigentes em relação ao exército, a guarda era uma força civil e, neste sentido, a milícia estava subordinada, em última instância, ao Ministério da Justiça. [...] A subordinação da guarda às requisições das autoridades civis competentes salientava não apenas a desconfiança em relação ao elemento militar composto, como foi dito, de uma ampla maioria de oficiais portugueses, mas também da própria composição da tropa de primeira linha. Afinal, a corporação civil congregava em suas fileiras todos aqueles indivíduos considerados, pela Constituição de 1824, como cidadãos ativos. (SALDANHA, 2013, p. 149).

Nesse sentido, percebe-se que a Guarda Nacional era uma força civil subordinada, principalmente, às autoridades locais. Esse aspecto teria grande impacto no recrutamento da guarda, como será abordado posteriormente. Santos (2017, p. 03) aponta que a subordinação da Guarda Nacional às autoridades civis teve a seguinte consequência: “com essa medida, foram extintos os corpos de Guardas Municipais, Ordenanças e Milícias existentes, desde o período colonial, tornando a Guarda Nacional a principal força auxiliar, estando organizada com armas de infantaria, cavalaria e artilharia”. Em seu artigo 10º, a lei estabelecia que o serviço era obrigatório para os cidadãos brasileiros com mais de 21 anos e menores de 60 que pudessem votar, ou seja, que tivessem uma renda superior a 200 mil réis anuais. Caso esses cidadãos não quisessem prestar o serviço, tinham a opção de indicar substitutos de “boa procedência” (FERRER, 2005).

Saldanha (2013) destaca que as autoridades locais exerciam uma grande influência no recrutamento militar nesse período quando afirma:

Imerso em uma rede de violência e de privilégios locais, o encargo militar encontrava-se também invariavelmente ligado ao processo eleitoral. Neste sentido, as leis que regulamentavam o recrutamento isentavam do serviço das armas todos aqueles que faziam parte da clientela política de um proprietário rural. De certa

forma, o Estado imperial, por meio de seus agentes recrutadores, pactuava e acordava com as necessidades de mão de obra dos notáveis locais. (SALDANHA, 2013, p. 151).

Essa “brecha” na lei, somada à imensa rede de privilégios locais, fazia com que a Guarda Nacional desviasse possíveis recrutas do Exército. Mas o que motivava os futuros soldados a “preferir” prestar serviço à guarda em detrimento do Exército? O problema estava no “tributo de sangue”, termo utilizado para exemplificar o recrutamento militar no Brasil imperial. Segundo Saldanha (2013, p. 147), o tributo de sangue significava “mais do que a arbitrariedade e a violência do serviço militar. A arregimentação e mobilização de contingentes humanos para fins militares assumiam a conotação de uma explícita “caçada humana”, expressão [...] que designava e dramatizava a prestação militar”. A cobrança e a violência do tributo de sangue recaíam, principalmente, naqueles que não mantinham alguma relação de proteção com as autoridades locais, ou seja, nas camadas mais pobres da população, como demonstra Izeckson:

Desocupados, migrantes, criminosos, órfãos e desempregados eram principais alvos dos recrutadores. Durante a maior parte do século XIX o serviço militar era considerado atividade brutal e perigosa, adequada apenas aos indivíduos vistos como socialmente indesejáveis. Esse serviço possuía implicações penais, dado o caráter disciplinar de sua ação sobre os indivíduos considerados desclassificados, apartando-os do restante da sociedade por longos períodos. (IZECKSON, 2009, *apud* SALDANHA, 2013, p. 151).

Ferrer (2004) explica que aqueles que serviam ao Exército não possuíam o mesmo status social dos integrantes da guarda.

Podemos atribuir essa resistência dos Guardas Nacionais em participar do Exército, devido também ao estigma de degradação social atribuído àqueles que serviam nas fileiras dessa Força. A sociedade do período Imperial, não concedia ao militar “nenhum lugar de destaque, sua importância individual ou de classe era reduzida”. Dessa forma, as tropas permaneciam longos períodos

sem receber o soldo, fardamentos, víveres, ou quaisquer recursos, sendo considerado um castigo servir na Tropa de Linha. (FERRER, 2004, p. 82).

É evidente que os cargos de comando do Exército não eram ocupados pelos indivíduos acima citados. De acordo com Santos (2017, p. 01), o Exército “tinha seu alto oficialato ocupado majoritariamente por membros da aristocracia. As formas de preenchimento das fileiras do Exército eram variadas, utilizando da contratação de mercenários [...], como de [...] recrutamento forçado, sendo que este predominou durante todo o século XIX”. Ainda segundo a mesma autora, a ocupação dos altos cargos do Exército por aristocratas se dava pelo seguinte motivo:

Sua ascensão ao generalato era em grande parte por fidelidade à monarquia. O recrutamento de oficiais era realizado entre os nobres e os praças menos favorecidos, sendo que antes de 1850, quase todos os generais eram oriundos de grupos formados por fazendeiros, comerciantes ricos, altos funcionários civis e militares. Aqueles que não eram membros da aristocracia tinham pouca chance de progredir na carreira militar e chegar ao oficialato, com exceção aos períodos de guerra. (SANTOS, 2017, p. 02).

Em contrapartida, a Guarda Nacional recebia, principalmente, membros de famílias abastadas. No caso do Rio Grande do Sul, era comum que estancieiros e seus filhos fossem comandantes da guarda, pois esta era uma posição de prestígio. Como exemplo, é possível citar os casos dos líderes farroupilhas Bento Gonçalves da Silva, David Canabarro e Antonio de Souza Netto, todos Comandantes da Guarda Nacional em seus respectivos municípios. No entanto, conforme Fertig (2011), nem sempre as fileiras da guarda eram preenchidas apenas por indivíduos notáveis:

A milícia frequentemente se valia do recrutamento, muitas vezes à força, como instrumento de controle social, incorporando a milícia homens “vadios” ou “turbulentos”, ou seja, sujeitos que eram considerados ameaçadores a ordem social. E que, através do

ingresso na Guarda, poderiam ser “corrigidos” segundo a ótica de muitos oficiais da milícia. A correção moral e o controle social eram duas faces de uma mesma moeda, qual seja, a defesa da ordem. (FERTIG, 2011, p. 03).

Assim, é possível perceber que as redes de privilégios locais foram um fator determinante no recrutamento militar, visto que aqueles melhor relacionados com as autoridades locais conseguiam “burlar” o recrutamento do Exército, e seu temível tributo de sangue, e preferiam prestar serviço à Guarda Nacional. Segundo Fertig (2011, p. 05), “a tarefa policial exercida pela Guarda era a maneira dos chefes locais e seus subordinados prestarem serviço ao Império e, ao mesmo tempo, também estarem defendendo seus interesses”.

Apesar dessa aparente superioridade da Guarda Nacional, o Exército, na década de 1840, conquistou importantes vitórias ao sufocar revoltas como a Cabanagem, no Pará; a Sabinada, na Bahia; a Balaiada, no Maranhão; e a própria Revolução Farroupilha. Na esteira desses bons resultados, e com o fim do Período Regencial, o Exército brasileiro passou por algumas transformações. Segundo Santos:

Em 1845 foi ampliado o sistema de ensino militar, estando conectado com os objetivos da carreira. As exigências para o ingresso na Academia Militar foram alteradas, acrescentando gramática portuguesa, francês e geografia, além da gramática latina para o curso de engenharia. Mas em 1850, foram criadas escolas preparatórias gratuitas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, ampliando a oportunidade de acesso e melhor qualificação dos candidatos. Essas mudanças na organização do Exército abriram a perspectiva de ingresso na carreira militar, oferecendo a oportunidade para as pessoas de variados níveis sociais em competir pelos altos cargos. (SANTOS, 2017, p. 11).

Em 1850, tanto o Exército quanto a Guarda Nacional passaram por transformações. A Guarda Nacional foi reorganizada

através da Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850<sup>3</sup>. Algumas alterações em relação à lei anterior, de 1831, chamam atenção. A partir de 1850, conforme o artigo 6º, a Guarda passava a ser subordinada apenas aos Presidentes das Províncias e ao Ministro da Justiça e, segundo o artigo 7º, não podia pegar em armas sem a ordem de seus chefes. Também ocorreram alterações quanto ao recrutamento, conforme segue: de acordo com o artigo 9º, poderiam se alistar na Guarda Nacional os cidadãos brasileiros com renda para votar e com idade entre 18 e 60 anos. Antes, a idade mínima era de 21 anos. De acordo com Ferrer (2004, p. 78), “principalmente depois de sua reorganização em 1850, a Guarda Nacional encontrava-se presente em todos os conflitos do Império”.

O Exército também passou por uma importante transformação nesse mesmo ano de 1850. Como explica Santos:

Entre as medidas aprovadas para organização das forças armadas, a Lei nº 585 de 06 de setembro de 1850<sup>4</sup> marcou uma mudança na estrutura dos corpos de oficiais e, conseqüentemente, na organização do Exército. Essa lei regulamentava o acesso aos postos de oficiais do Exército, estabelecendo requisitos de promoção por antiguidade, privilegiando a profissionalização e abolindo o sistema aristocrático que permitia acesso a altos cargos em pouca idade. [...] Por mais que os favorecimentos oriundos das “boas relações” política/social continuassem presentes, as exigências de idade e de instrução para o progresso na carreira contribuíram significativamente para a redução das vantagens aristocráticas. As vantagens oferecidas pela instrução, numa sociedade em que os recursos educacionais já não eram restritos aos membros de famílias tradicionais, contribuíram para que o corpo de oficiais de Exército, a partir da década de 1850, deixasse de ser “uma força privilegiada tradicional do *ancien regime* para transformar-se em uma corporação relativamente profissionalizada e racional”. (SANTOS, 2017, p. 10).

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=542130&id=14388235&idBinario=15632884&mime=application/rtf>

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-585-6-setembro-1850-559825-publicacaooriginal-82236-pl.html>

Assim, em vista do que foi exposto, é possível perceber que o Exército e a Guarda Nacional, durante o século XIX, tinham funções específicas e atraíam públicos distintos para suas fileiras. No entanto, quando da eclosão da Guerra do Paraguai, em 1864, tanto o Exército quanto a Guarda mostraram-se insuficientes para defender o Brasil. Seja pela falta de preparo ou pela longa duração do conflito, o fato é que o Império precisou convocar mais homens para proteger o território. A Guerra do Paraguai fez com que o Império interferisse nas relações locais, como explica Izeckson: “por ocasião da Guerra do Paraguai, a necessidade de mais recrutas para o conflito platino, resultou na interferência cada vez maior do governo imperial na autoridade dos chefes locais de proteger seus subordinados, alterando de forma considerável as relações de poder nas localidades” (IZECKSON, 2009, *apud* SALDANHA, 2015, p. 04). Saldanha (2013) concorda quando afirma que:

Por ocasião do conflito com o Paraguai, as relações de confiança e reciprocidade entre o Estado imperial e o senhorio agrário viram-se abaladas. Isto porque a necessidade cada vez maior, em função do prolongamento da guerra, de soldados para os corpos e batalhões do exército, colocou à prova a capacidade de proteção dos próceres locais em relação à sua clientela. Desse modo, a própria Guarda Nacional, que como vimos era a principal fonte de evasão ao serviço militar, não simbolizaria, durante as circunstâncias da campanha contra o Paraguai, uma garantia total ao recrutamento, bem como as demais redes de proteção e de privilégios locais. Diante desta situação, era necessário, portanto, conciliar e amainar ânimos de modo a não contrair inimizades e ressentimentos entre as autoridades imperiais e, especialmente, os notáveis locais. Tarefa, por sinal, nada fácil em virtude de uma guerra que, dada a sua longevidade, reclamava mais soldados para o Paraguai. (SALDANHA, 2013, p. 153).



Visando sanar o problema da falta de efetivo, o Imperador Dom Pedro II editou o decreto nº 3.371 em 07 de janeiro de 1865<sup>5</sup>, portanto, menos de dois meses após o aprisionamento do navio Marquês de Olinda no porto de Assunção. Em 15 artigos o Imperador convocou os chamados Voluntários da Pátria e explicou quais vantagens estes receberiam para lutar na Guerra do Paraguai, conforme segue:

Atendendo às graves e extraordinárias circunstâncias em que se acha o país, e a urgente e indeclinável necessidade de tomar, na ausência do Corpo Legislativo, todas as providências para a sustentação, no exterior, da honra e integridade do Império, e tendo ouvido o meu Conselho de Ministros, hei por bem decretar: Art. 1º: São criados extraordinariamente Corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de 18 e menores de 50 anos, que voluntariamente se quiserem alistar, sob as condições e vantagens abaixo declaradas.

Art. 2º: Os voluntários, que não forem Guardas Nacionais, terão, além do soldo que percebem os voluntários do Exército, mais 300 réis diários e a gratificação de 300\$000 quando derem baixa, e um prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas.

Art. 3º: Os Guardas Nacionais [...] que se apresentarem, serão alistados na primeira Linhas com as mesmas vantagens do art. 2º [...].

Art. 4º: Os voluntários compreendidos nos artigos anteriores terão baixa logo que for declarada a paz [...].

[...]

Art. 6º: Os voluntários terão todas as regalias, direitos e privilégios das praças do Exército para serem reconhecidos Cadetes ou Particulares, sem que por isso percam as vantagens do art. 2º, e possam ser promovidos a Oficiais quando se distinguirem. [...]

Art. 7º: Aqueles que desistirem da baixa, depois de feita a paz, e continuarem a servir por mais três anos, receberão, além das outras vantagens, trezentos mil réis, sendo cem mil réis nesse ato, e o resto no fim dos três anos.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>

Art. 8º: Os voluntários de que tratam os artigos 2º e 3º ficarão isentos do serviço do Exército e Marinha, assim como do serviço ativo da Guarda Nacional, quando não se queiram prestar voluntariamente. [...]

Art. 9º: Os voluntários terão direito aos Empregos Públicos, de preferência, em igualdade de habilitações, a quaisquer outros indivíduos.

Art. 10º: As famílias dos voluntários que falecerem no campo de batalha, ou em consequência de ferimentos recebidos nela, terão direito a pensão ou meio soldo, conforme se acha estabelecido para os Oficiais e praças do Exército. Os que ficarem inutilizados por ferimentos recebidos em combate, perceberão, durante sua vida, soldo dobrado de voluntário.

Art. 11º: Todos os voluntários de que trata este Decreto terão no braço esquerdo uma chapa de metal amarelo com a Coroa Imperial, tendo por baixo as seguintes palavras – Voluntários da Pátria -, da qual poderão usar mesmo depois da baixa.

[...]

Art. 14º: Gozarão de todas estas vantagens aqueles que na Corte e Província do Rio de Janeiro se apresentarem dentro do prazo de 60 dias, nas Províncias mais próximas no de três, e nas mais remotas de quatro meses, contados da data da publicação deste Decreto, nas respectivas Capitais. [...]

Como se pode notar, o Império ofereceu diversas vantagens econômicas a fim de aumentar o número de homens na Guerra do Paraguai. Para Ferrer, após a publicação desse decreto, “muitos indivíduos atenderam a conclamação do governo com entusiasmo. Deste feito, surgiram soldados de todos os cantos do País, muitos dispostos a defenderem seu País e obterem por intermédio da Lei dos Voluntários da Pátria, uma melhor condição econômica” (2004, p. 87). É nesse contexto que se insere a participação dos imigrantes alemães na Guerra do Paraguai.

Estabelecidos no Rio Grande do Sul desde julho de 1824, os imigrantes alemães fizeram da colônia de São Leopoldo o seu lar. Às margens do Rio dos Sinos, os alemães praticavam a agricultura, o artesanato, a metalurgia, a produção têxtil e o comércio. Segundo Martin Dreher:

A produção permitia a mesa farta para a família e gerava excedentes, encaminhados à venda. [...] A produção agrícola exigiu o surgimento da ferraria. Nela eram produzidos os implementos agrícolas necessários para as lides diárias: facões, facas, foices, machados, enxadas, pás. [...] Em razão da prática alimentar que exigia a presença de farinhas, surgiram os moinhos para os quais era levado o milho a ser moído, o arroz a ser descascado, o amendoim a ser prensado para produzir o azeite e, eventualmente, o trigo e a cevada a serem moídos.<sup>6</sup>

Nos anos seguintes, novos grupos de imigrantes alemães desembarcaram no Rio Grande do Sul. Entre as décadas de 1830 e 1840, no entanto, o fluxo migratório foi interrompido em função da Guerra dos Farrapos, mas posteriormente retomado. Em 1852, chegaram ao estado os *brummer*, grupo de mercenários alemães que haviam sido contratados pelo Império brasileiro na guerra contra Oribe e Rosas (1851). Com o fim da guerra, os mercenários foram desmobilizados e se deslocaram para as regiões que já abrigavam imigrantes alemães. São Leopoldo, inclusive, era um dos municípios gaúchos que contava com a precária presença da Guarda Nacional, como explica Dillenburg (2013, p. 04): “A Guarda Nacional possuía tropas na cidade, mas elas se reuniam apenas aos domingos, quando faziam alguns exercícios, e muitos de seus membros sequer apareciam regularmente. Não havia quartel”.

Iniciada a Guerra do Paraguai, logo viu-se a necessidade de convocar mais homens para os campos de batalha. A lei que criou os Voluntários da Pátria foi uma das formas encontradas, mas não a única ferramenta utilizada pelo Império para convencer a população a se alistar. De acordo com Ferrer:

Para assegurar o voluntariado de toda sociedade, era preciso que o governo buscasse legitimação, apoio e cooperação da população. Para este feito, o governo passou a utilizar o apelo patriótico, no

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://brasil-alemanha.com/capitulo/19sec/Primeiros-imigrantes-alemaes-no-campo.php>

qual pretendia despertar e nutrir o sentimento nacional contra o inimigo comum, o qual representava a “barbárie”. Os elementos utilizados na aclamação patriótica foram hinos, bandeiras, poemas, canções, enfim, toda uma rede de mecanismos ajustados em prol da convocação de recursos humanos à Guerra. Dessa forma, o hino nacional e a bandeira foram incorporados ao cotidiano dos grandes centros urbanos, por meio de festejos cívicos, nas comemorações de vitórias ou nas cerimônias de partida das tropas. Sendo assim, os hinos incentivavam o patriotismo, cristalizando o sentimento de honra e nacionalismo. Além destes hinos estarem presentes em jornais para “aquecerem” a população, os mesmos estavam presentes também nos campos de batalha, para impulsionar os soldados que estavam no *front*. Todos os recursos possíveis foram utilizados pelo Império na tentativa de construir rapidamente uma crença na Nação. (FERRER, 2004, p. 88).

Mas como a guerra afetou as colônias alemãs no Rio Grande do Sul? Conforme Souza (2015, p. 78), a Guerra do Paraguai “causou grande temor em toda a sociedade rio-grandense, inclusive na comunidade de origem alemã. Sendo assim, muitos imigrantes alemães apresentaram-se ao serviço militar, para defender o país que bem ou mal, havia os acolhido, [...]”. Piassini (2017, p. 141) concorda quando afirma “destacamos o envolvimento dos imigrantes alemães, sobretudo os *Brummer* que lá viviam. [...] um número considerável de imigrantes alemães estabelecidos na província rio-grandense, sobretudo os filhos destes, apresentaram-se ao serviço militar”. Para Dillenburg, os imigrantes alemães e seus descendentes não recebiam o mesmo tratamento que os militares brasileiros, conforme segue:

Com a eclosão da Guerra, a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul contava, aproximadamente, com 2.750 homens, divididos em 9 Corpos Provisórios de Cavalaria. Ordenada a mobilização geral, contudo, com cerca de um mês, os jornais citam entre 8 e 12 mil homens disponíveis. Pelas características da colonização regional, muitos deles – milhares, na verdade – configuravam-se como alemães ou seus descendentes diretos.

Apresentaram-se em grande número, cômnicos de seu papel na defesa da nação, e da sua situação de responsabilidade como cidadãos brasileiros. Nem por isso, contudo, foram bem tratados. Constantemente considerados pelos oficiais de origem luso-brasileira como soldados de segunda categoria, eram expostos a situações constrangedoras, chamados injusta e pejorativamente de “estrangeiros”, “prussianos” e, agressão demasiado comum, “alemão de merda”. Recebiam as tarefas mais degradantes, ficavam com o armamento inferior e eram deixados ao largo, quando comparados aos outros guardas nacionais. (DILLENBURG, 2013, p. 04).

Publicado o decreto que criou os Voluntários da Pátria, o Imperador Dom Pedro II, segundo Ferrer (2004, p. 90), “com o intuito de entusiasmar o povo, assumiu o posto de primeiro Voluntário da Pátria e partiu em direção a Uruguaiana”. Assim como o Imperador, muitos imigrantes alemães se voluntariaram para a guerra, como saliente Piassini (2017, p. 141), “uma das formas de participação dos teutos na Guerra do Paraguai foi através dos Corpos de Voluntários. [...] Muitos *Brummer* voltaram ao antigo ofício militar, não mais como mercenários, mas sim como voluntários”.

Ferrer (2004), ao analisar o recrutamento militar na Guerra do Paraguai, classifica os soldados brasileiros em três categorias: abastados, pobres livres e imigrantes e, por fim, escravos. De acordo com a autora, “a população pobre, ao ser decretada a lei dos Voluntários da Pátria, visualizou uma forma de ascender economicamente e socialmente, pois a lei fornecia vantagens e colocação social para os que se candidatassem a lutar na guerra espontaneamente” (2004, p. 106). Em maio de 1865, de acordo com Souza (2015, p. 85), o presidente da Província do Rio Grande do Sul “autorizou a formação de um batalhão de voluntários em Porto Alegre e São Leopoldo [...] em um prazo de três meses. Este decreto permitia o alistamento de estrangeiros, entre 18 e 50 anos, [...]”. Para Ferrer, os imigrantes alemães se engajaram na Guerra do Paraguai pelas seguintes razões:

Os imigrantes também se encaixavam entre o segmento social pobre e livre. [...] No período em que estourou a Guerra do Paraguai, alemães que tinham em suas vidas a marca da luta em outras guerras, e que não se adaptavam ao cultivo da terra, logo se prontificaram para formação de um contingente de voluntários de nacionalidade alemã. [...] Em relatórios, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, do ano de 1865, existia uma elevada quantidade de requerimentos de alemães pedindo para participar da guerra. Muitos destes realizavam o pedido colocando-se como ofendidos, devido ao ataque paraguaio a sua segunda pátria. [...] Estes requerimentos enviados para o governo por imigrantes alemães, aumentaram consideravelmente, à medida que o Imperador fornecia mais vantagens àqueles que procurassem participar da guerra voluntariamente. Desta forma, podemos considerar que participar da guerra [...] era uma maneira vista pelos alemães de melhorar sua condição social [...]. [...] Devido a esse “entusiasmo” que os alemães demonstravam em participar da guerra, foi criado em 1865, o Batalhão de Voluntários Auxiliares, que seria composto por estrangeiros. (FERRER, 2004, p. 107).

Fica claro que o desejo de ascensão econômica e social foi determinante para o voluntariado dos imigrantes alemães, pois, segundo Saldanha (2013, p. 155), “ser voluntário da pátria era gozar de vantagens em relação aos seus semelhantes no exército. Isto porque o voluntário receberia, além do soldo, trezentos réis diários e a gratificação de 300\$000 quando da solicitação da baixa”. Apesar desse aspecto, é interessante perceber que também havia um elemento emocional envolvido no alistamento dos imigrantes, qual seja, o desejo de defender sua segunda pátria, como explicado por Ferrer. Souza ratifica a interpretação de Ferrer quando afirma “percebemos que a adesão de um imigrante ou descendente alemão na guerra, significava para o mesmo, o engajamento em relação às questões da nova pátria, sendo algo fundamental para que o mesmo se tornasse um “cidadão modelar” brasileiro” (2015, p. 88).

Apesar do entusiasmo dos imigrantes alemães em se tornar voluntários da pátria, segundo Souza (2015, p. 85), “inicialmente o

recrutamento não teve grandes resultados”, principalmente pela má fama atribuída ao tratamento recebido pelos militares brasileiros, como o atraso no pagamento do soldo, os castigos físicos e a ausência de fardamentos. Dillenburg (2013, p. 05) concorda quando afirma: “Mas o Batalhão custou a se formar. Havia [...] muitos candidatos para as vagas de oficiais, mas pouquíssimos para o alistamento como praças. Voluntários de Santa Cruz e Rio Pardo ajudaram a romper com a lentidão, alistados através de anúncios publicados em alemão em jornais da região”. Piassini dá exemplos de como ocorreu o recrutamento em algumas cidades gaúchas:

Na região da antiga colônia de São Leopoldo, assim que irrompeu a guerra, foi organizado o 11º Corpo provisório de cavalaria da Guarda Nacional, composto quase totalmente de teutos, o qual constituiria mais tarde o 1º Corpo de Caçadores a Cavalos. Em Santa Maria, o comandante da Guarda Nacional, coronel João Niederauer Sobrinho, de origem alemã, conclamou a população masculina às armas e a ele se juntaram pelo menos outros quatorze teutos. Em Santa Cruz, o colono Cristóvão Baum reuniu quarenta homens que, sob seu comando, foram incorporados ao exército imperial brasileiro. (PIASSINI, 2017, p. 141).

Em junho de 1865, os paraguaios tomaram a cidade gaúcha de São Borja e, nesse contexto, o presidente da província, João Marcelino de Souza Gonzaga, autorizou a formação de uma bateria de voluntários alemães. Segundo Souza (2015, p. 86), os voluntários vieram “principalmente de Santa Cruz, Rio Pardo, Porto Alegre e São Leopoldo. [...] vários soldados de origem alemã alistados no Batalhão de Voluntários da Pátria nº 33 pediram transferência para a “Bateria Alemã”, para ficar sob o comando de oficiais alemães”. Os *brummer* também tiveram uma intensa participação no conflito, como destaca Piassini.

Consta que no 1º Regimento de Artilharia sob o comando do francês naturalizado tenente-coronel Emílio Mallet, havia aproximadamente cem homens provenientes da Legião Alemã de 1851. Para Oberacker Jr. (1968), esse regimento, cujo efetivo total

foi de 200 homens, formou um dos melhores contingentes de todo o Exército brasileiro, participando de toda a campanha e contribuindo com eficácia em suas atividades, sempre citados com elogios nas ordens do dia. (PIASSINI, 2017, p. 141).

Sobre a motivação dos imigrantes alemães e seus descendentes em participar da guerra, Souza aponta:

Havia entre os imigrantes e descendentes alemães a convicção de que a Guerra contra o Paraguai era justa, já que o Rio Grande do Sul havia sido invadido pelos inimigos, portanto, os combatentes teriam a certeza de participar de uma luta em favor da pátria. Neste sentido, nota-se a intenção deste grupo em agregar-se a sociedade brasileira, demonstrando seu empenho em defender o país. Quanto à integração entre “alemães” e luso-brasileiros, nota-se que muitos descendentes de imigrantes alemães aprenderam a língua portuguesa durante o conflito, mas que, no entanto, utilizavam a língua alemã para se comunicar entre si, e nas cartas para amigos e parentes, sendo que muitos de seus pais conheciam apenas o alemão. (SOUZA, 2015, p. 95).

Desta forma, é possível perceber que os imigrantes alemães se integraram totalmente na defesa do território brasileiro durante a Guerra do Paraguai. A lei que criou os Voluntários da Pátria motivou muitos homens a se alistar, no entanto, com o prolongamento da guerra, as fileiras brasileiras voltaram a sofrer com a carência de efetivo. Mesmo assim, segundo Fertig (2011, p. 06), foi a Província do Rio Grande do Sul “que contribuiu com o maior número de guardas nacionais e voluntários para a Guerra do Paraguai, com cerca de 33.803 homens, mais do que o dobro de homens enviados pela segunda província com mais soldados no conflito, a Bahia, que teve 15.197 recrutados”.

### **Considerações Finais**

Em vista do que foi apresentado, é possível compreender que, quando da eclosão da Guerra do Paraguai, o Brasil não se encontrava



militarmente preparado para um conflito de dimensões internacionais. Ao Exército faltava tudo: pagamento do soldo, fardamentos, víveres básicos, e os soldados ainda eram obrigados a conviver com castigos físicos e com a fama de que a caserna só recebia pessoas violentas e criminosas. A Guarda Nacional carregava uma reputação melhor e desviava recrutas do Exército, mas seu recrutamento era baseado em critérios censitários e em relações sociais exercidas pelas autoridades locais.

Ao longo do século XIX, tanto o Exército quanto a Guarda Nacional passaram por transformações importantes que buscaram aprimorar o serviço militar. Contudo, quando os paraguaios invadiram a província de Mato Grosso, ficou visível que a força militar brasileira era insuficiente. Nesse cenário, restou ao Imperador Dom Pedro II criar os Voluntários da Pátria, modalidade de serviço militar na qual os homens se voluntariavam para lutar na guerra e, em troca, recebiam vantagens financeiras.

No Rio Grande do Sul, muitos imigrantes e descendentes de alemães, que constituíam a parcela pobre da população, tornaram-se Voluntários da Pátria, visto que era uma possibilidade de ascensão social. Contudo, os imigrantes alemães e seus descendentes não se voluntariaram apenas para conseguir posses, pois também existia um elemento identitário envolvido. Como foi demonstrado, a partir da invasão paraguaia, os imigrantes e seus descendentes também se sentiram atacados e perceberam a necessidade de defender o Brasil, sua segunda pátria. Assim, os imigrantes alemães e seus descendentes tornaram-se Voluntários da Pátria afim de defender o país que os havia acolhido e, também, para desfrutar das vantagens oferecidas pelo Império brasileiro.

## Referências

DILLENBURG, Fabrício Gustavo. *O Tuiuti: Batalhão 33. Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. n. 86. Rio Grande do Sul: Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2013.

- DREHER, Martin N. *Primeiros imigrantes alemães no campo*. In: Relações brasileiras e alemãs – volume 1. Disponível em: <http://brasil-alemanha.com/capitulo/19sec/Primeiros-imigrantes-alemaes-no-campo.php>. Acesso em: 04 de março de 2019.
- FERRER, Francisca Carla Santos. *O recrutamento militar na Guerra do Paraguai: voluntariado e coerção*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.
- FERRER, Francisca Carla Santos. *A (Re)Organização do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai*. Biblos – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação. v. 17. Rio Grande: 2005.
- FERTIG, André. *A Guarda Nacional e as relações entre os poderes central e local na província do Rio Grande do Sul no século XIX*. Clio – Revista de pesquisa histórica. Dossiê: História Colonial. Parte 1. nº.29. Pernambuco: 2011.
- PIASSINI, Carlos Eduardo. *Imigração alemã e política: Os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Haensel, Brüggem e Bartholomay*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.
- SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Foi indispensável chamar a Guarda Nacional: os dramas e os subterfúgios do tributo de sangue no Brasil imperial*. In: MUGGE, Miquéias H. ; COMISSOLI, Adriano (Organizadores). *Homens e Armas: Recrutamento militar no Brasil. Século XIX*. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2013.
- SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Vigiar, proteger e defender a Nação: Guarda Nacional, Exército e a formação do Estado imperial brasileiro*. XXVIII Simpósio Nacional de História ANPUH. Florianópolis: 2015.
- SANTOS, Ana Cláudia Martins dos. *A organização do Exército no Império brasileiro na primeira metade do século XIX: apontamentos*. Mneme – Revista de Humanidades, v. 18, n. 40. Rio Grande do Norte: 2017.
- SOUZA, Eduardo Henrique de. *Legionários brummer, imigrantes alemães e descendentes na Guerra do Paraguai: contribuição militar, memória, e afirmação da cidadania brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdades Integradas de Taquara, 2015.

## **Migrações Atuais**



## O campo laboral e a imigração bengalesa no sul do Brasil

*Alex Antônio Vanin*<sup>1</sup>

### Considerações iniciais

A esfera do trabalho revela aos imigrantes sentidos múltiplos. Sua identidade social no espaço de destino é expressa pelo trabalho, de preferência assalariado. Imigrante e empreendedor, entendido esse como possibilidade de se tornar um microempresário, não é concebido na sociedade de acolhida como uma boa correlação. O imigrante é visto na sociedade que o emprega como mão de obra disponível no mercado de trabalho assalariado, em geral em espaços de esforço físico, insalubre, de horários elásticos e de remuneração inferior.

As migrações não podem ser unicamente consideradas como simples êxito de decisões econômicas, ou no âmbito das leis de oferta e procura; talvez, sim, estejam em correspondência e imbricadas a esse processo, mas não reduzidas (Ambrosini, 2000). Essa situação pode ir se alterando em razão dos vínculos que os migrantes constituem; daí a importância dos canais institucionais ou não de inserção (Patarra, 2006). Não dá para olhar só o aspecto de trabalho, por mais que seja fundamental, sem perceber outros canais a esse, ou não interligados e que constituem a organização de vida do imigrante. Esse processo, muitas vezes, esconde trajetórias, estratégias, racionalidades internas e muitos sacrifícios, que seriam

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Passo Fundo (UPF). Bolsista Prosuc/Capes. E-mail: [alexvanin@hotmail.com](mailto:alexvanin@hotmail.com).

impensados se não fosse o desejo e o fato de se propor a viver como imigrante.

Tendo presente que a migração de bengalis está no horizonte laboral, realizamos uma pesquisa atribuindo ênfase ao campo do trabalho, seus significados, idealizações, desencantos, vínculos em rede, otimização de setores, como é o caso da certificação *halal*. O trabalho é o elemento central que justifica o ato de sair de seu país e de todo o horizonte que isso implica e carrega. A intenção é refletir sobre alguns elementos que, no campo laboral, instrumentalizam e significam a vida do imigrante bengali; realidade que não se diferencia em muito de outros imigrantes, porém buscou-se perceber isso junto aos sujeitos específicos da pesquisa. Os sujeitos entrevistados foram um total de 32 indivíduos, os quais, em razão de pedidos, mantivemos a identidade em sigilo.

### **Transformações estruturantes na esfera do trabalho**

A intensa imigração desse último meio século tem início nas políticas macroeconômicas lançadas a partir da metade de 1980, e que dificultaram o desenvolvimento econômico de muitos países, principalmente os exportadores de mão de obra (Wihtol de Wenden, 2013). As mesmas estiveram atreladas aos recursos de poupança externa (via mercado de capitais, atraídos por altas taxas de juro, crédito externo de agências internacionais tradicionais), controle da inflação através de política fiscal rígida, abertura comercial da economia (produzindo desindustrialização, importação elevada, terceirização, dependência internacional e falências) (Martine, 2005).

No campo do trabalho e da renda, as políticas neoliberais ampliaram a grave concentração de renda, o desemprego informal, a estagnação de salários, a redução da participação direta do poder público na produção, a desregulamentação dos mercados e da concorrência, entre um conjunto extremamente alargado de fatores que refletem a conjuntura de pressão e de inserção de países

desenvolvidos, e que o Brasil entrou como sócio minoritário e incluído marginalmente, processo que refletiu e continua influenciando as saídas de mão de obra do seu território e/ou de entrada (Dupas, 2005). Isso não é muito diferente em países de grande fluxo emigratório, como o é Bangladesh, Senegal, Marrocos, Venezuela, dentre muitas dezenas de outros.

A realidade de Bangladesh, nesse sentido, é bem expressiva. As multinacionais do setor têxtil inseriram-se com intensidade pós anos 1980, aproveitando-se de questões de ordem trabalhista, ambiental, remuneração baixa e intensa demanda por trabalho de um amplo contingente demográfico (Knights; King, 1998). Temos a impressão de que o capitalismo global conseguiu inventar, em meio aos direitos do trabalho, trabalhadores sem direitos, processo fundamental para a aceitação e inserção de mão de obra nas fronteiras transnacionais, impondo novos padrões gerais e privados de acumulação de capital (Martine, 2005; Bauman, 2017).

Aspectos estruturais, principalmente no campo da produção, da tecnologia e das políticas públicas estão sempre produzindo processos de mobilidade (Bauman, 2017). No México nos últimos trinta anos, dezenas de milhares de pequenos agricultores haviam abandonado a agricultura, e muitos deles foram trabalhar nos Estados Unidos como trabalhadores manuais na agricultura. Junto com a mecanização constituiu-se a “mexicanização” da agricultura americana; dados informam a existência de mais de dez milhões de mexicanos trabalhando nas múltiplas atividades agrícolas e não agrícolas do meio rural americano; isso faz com que o setor tenha otimização de fatores de mercados de seus produtos em nível internacional.

Um dos temores desse processo migratório para as sociedades de destino é a incerteza de serem capazes de governar/controlar os fluxos crescentes de migrantes, que carregam com eles uma cultura diversa daquela dos hospedeiros. São conhecidos já os processos de discriminação no campo de trabalho entre negros e brancos e entre esses e os imigrantes em geral, com maior exclusão para os negros

pobres e sem profissão e dentre esses e os indocumentados. Na Itália, Espanha, França e Estados Unidos essa realidade é bem intensa (Cesareo, 2017; Ambrosini, 2017). O mundo globalizado continua a revelar essa face da discriminação, porém tendo os imigrantes como alvo preferencial (Dal Lago, 1999).

Pesquisadores enfatizam a radical mudança na demanda de trabalho nos países desenvolvidos, ou seja, a estrutura ocupacional da imigração do terceiro mundo varia de país para país na Europa, e também dentro das regiões desses países. Há espaços em que a agricultura não demanda tanta mão de obra, a indústria também se reestruturou em termos de espaço de trabalho e de horizonte ocupacional em geral. A questão básica aqui é a maioria dos imigrantes colocada numa faixa secundária do mercado de trabalho, em ocupações geralmente pouco duradouras e não regulamentadas.

Esses aspectos mostram que na modernização e na racionalização econômica e política pós-industrial-global e sua doutrina de competitividade e produtividade nem tudo é moderno. A reprodução da exclusão social, as novas formas de escravização e inferiorização e as políticas de assistência social sempre mais intolerantes e incapazes de promover ações efetivamente alternativas atestam a ausência de uma cidadania para todos e de uma inclusão marginal de imigrantes (Dal Lago, 1999).

O campo de trabalho no mundo globalizado vem passando por profundas transformações, as quais cada vez mais tendem ser prejudiciais ao trabalhador. Isso acontece com mais intensidade nos países de origem dos fluxos de imigrantes, que por razões de falta de espaços de trabalho e de imenso contingente de trabalhadores são obrigados a aceitar as condições precarizantes, redução de ganhos, relações de trabalho informais, sazonais e de legislação flexível. Porém, nos espaços de trabalho das sociedades de destino (as que os acolhem), também não são espaços adequados e tão atrativos para os imigrantes. Há em alguns países de velha imigração um mercado de trabalho que já se consolidou como “de imigrantes”, nichos que expressam intensa aplicação da força física,



insalubres, de baixa remuneração e mobilidade social, de intenso ritmo de atividades; realidades e processos que desencantam os imigrantes e os que induzem à inevitabilidade da inserção. Bengalis expressam isso nas pesquisas e revelam o desacordo que há entre o que imaginavam e o que lhes foi ou é apresentando tanto no âmbito da remuneração quanto da distância entre a qualificação anterior e o trabalho exercido, assim como no ritmo e nas condições das atividades exercidas. Veremos isso melhor nos itens a seguir.

### **Desejos e desencantos**

Como já exposto, os imigrantes idealizam encontrar trabalho na sociedade de destino; já partem com algumas informações e/ou colocações previamente definidas, viabilizadas por amigos ou conhecidos. Porém, segundo nossos entrevistados, poucos tinham colocação prévia ou muitas informações antes de partir. O espaço de trabalho *halal* ou outras atividades nos frigoríficos, ou mesmo na construção civil, em empresas atacadistas e de pavimentação asfáltica (que são os locais que identificamos como os de maior presença de imigrantes bengalis) não estavam no conjunto das informações e/ou intenções dos imigrantes.

Dos 32 bengalis que responderam os questionários, 18 disseram que não tinham ideia de onde começariam a trabalhar. Alguns informaram que possuíam conhecidos em atividades que definimos anteriormente, porém não tinham a certeza de que seria nesse espaço que atuariam. Entrevistados dizem que não escolheram nenhum tipo de trabalho; assumiram “o que apareceu naquele momento”, porém idealizavam realizar algo em correspondência com os seus conhecimentos e experiências prévias. Nem todos, de imediato, foram trabalhar em frigoríficos, nem na construção civil ou nos atacados. Dos entrevistados, vários disseram que faziam atividades variadas, porém todas com identificação de trabalhos que envolvia força física, como é o caso de uma transportadora que incorporou três bengalis em seu quadro de

funcionários, e que foram nossos interlocutores; trabalho que envolvia carregar e descarregar caixas. Partiam de manhã cedo ou até de madrugada de casa e retornavam altas horas da noite, em razão de viagens em outras cidades da região Norte do estado para entregar mercadorias; dois deles foram para um atacadista de cereais para descarregar e carregar caminhões, em múltiplas atividades de recebimento e secagem de produtos agrícolas; vários foram contratados, de início, num depósito atacadista em Passo Fundo, outros foram contratados por uma empresa terceirizada da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), que faz consertos hidráulicos, alguns deles no setor de pavimentação asfáltica.

Já falamos que bengalis desembolsaram muito dinheiro para chegar até o Brasil. Desse modo, a premência em compensar parte disso não os permite escolher trabalho e/ou esperar um tempo e pesquisar espaços que possam estar em adequação com o que imaginavam. Além disso, a crise de emprego e a necessidade deste faz “pegar o que aparece”. A experiência de seus conterrâneos já estabelecidos revela que dificilmente seria possível encontrar algo que não fosse o que já expressa ser realizado por eles. Então, não há muitas opções, nem racionalizações. A inserção imediata no espaço de trabalho para viabilizar alguma renda torna-se imprescindível. Porém, entre nossos interlocutores praticamente todos disseram que pensavam em atuar em atividades que já possuíam conhecimento ou qualificação, em particular no ramo da confecção têxtil, na área de costura, pintura de tecidos, *design*, cortes etc.; dois deles informaram que eram pintores no local de origem, porém isso não se evidenciou como espaço de trabalho no local de destino. Nenhum deles disse atuar em atividades de domínios anteriores. Essa é, em grande parte, a realidade laboral de imigrantes nos primeiros tempos. Com o passar do tempo, há possibilidade de que fatores integrativos facilitem inserções mais em adequação com domínios laborais previamente adquiridos.

Vimos que a maioria dos bengalis possui experiência laboral e formação escolar. Portanto, há uma imigração de trabalhadores com qualificação num espaço e que passam a ser desqualificados em outro (Ambrosini, 2008). Além disso, enfrentam no espaço de trabalho brasileiro, em particular no sul do Brasil, um quadro de mudança geral e de reestruturação das empresas (informalidade, insalubridade, terceirização, contratações temporárias, turnos noturnos, em particular nas agroindústrias etc.), aviltamento de salários e alto desemprego. Segundo entrevistados, o maior desencanto que vivenciaram, e continuam vivenciando, não é tanto em relação ao que fazem, mas à remuneração. Todos informaram ser muito aquém do que imaginavam. Eles dizem ter tido poucas informações antes de partir a respeito do salário e a correspondência de troca com sua moeda, o taka. Alguns emigraram de países da Europa ou já haviam tido experiências laborais no Catar e em outros países.

Desse modo, houve um desapontamento, pois, segundo eles, “sobra pouco”, e trabalham até mais do que em outros países. Sentem que agora é difícil voltar atrás, pois há necessidade de compensar o desembolso para chegar até o Brasil, começar tudo de novo em outro país também não é mais tão fácil, pois há desemprego de uma forma generalizada em países de maior tradição imigratória de bengalis (Zeitlyn, 2006). Dois dos entrevistados deram ênfase ao fato de que o trabalho em frigorífico é pesado, atuam em turnos noturnos, muita umidade e temperatura baixa. Eles têm consciência de que dificilmente terão condições de mobilidade interna na empresa, ou seja, que atividades braçais e insalubres lhes aguardam; enfatizam que residem em grupos para reduzir custos de aluguel e do consumo de eletricidade para compensar o baixo salário; buscam reduzir ao máximo os desembolsos com alimentação, pegam cestas básicas que algumas empresas fornecem, “sem a carne de porco”, para, com isso, também reduzir o montante salarial nesse item. “Aqui, nós somos

em sete ao todo [...]. O gasto de cada um por mês dá em torno de R\$ 100,00”.

Não é devido à presença de imigrantes que o mercado de trabalho reservou um espaço específico para eles, ou seja, não podemos afirmar que tenhamos uma estrutura segmentada no mercado de trabalho regional onde os imigrantes se inserem. Porém, em entrevistas com empregadores se tornou lugar comum identificar essas premissas. “Pegamos porque não há mais dos nossos aqui que queiram trabalhar no pesado” (entrevistas com empregadores, n. 6, 10 e 11). Muitas vezes, esse discurso da segmentação serve para legitimar a exploração e a intensificação do trabalho junto aos imigrantes. Essa ideia de que “os nossos aqui não querem” precisa também ser relativizada, pois com o aumento do desemprego no país nos últimos anos, aumenta também a concorrência por um espaço de trabalho nas atividades “pesadas” entre autóctones e imigrantes. Em muitas falas fica evidente a forma de como empresários e/ou gerentes de setores onde há imigrantes comparam a população autóctone com a que vem de fora no que se refere à disponibilidade de trabalho formal e informal diante da sujeição dos imigrantes a um trabalho mais intenso e precarizado: “Se fosse colocar numa balança, numa decisão entre um [imigrante] e outro [autóctone], eu decidiria de vista fechada. O imigrante está disposto a tudo, não escolhe trabalho e nem está preocupado com o horário” (entrevista direta com responsável pelo setor de recursos humanos da empresa, n. 17).<sup>2</sup> Acreditamos que esse discurso de que “os nossos não querem fazer” é uma forma de escamotear a prioridade dada aos imigrantes em determinados espaços pelos empregadores em razão de serem eles mais susceptíveis à exploração, ao salário reduzido e à total ausência de vínculos sindicais e associativos.

---

<sup>2</sup> Várias dessas entrevistas foram feitas com representantes de setores de recursos humanos, chefes de setores de abate de frangos e de outras atividades. Nesse sentido, não foram diferenciados os imigrantes por nacionalidades. Então, muitas das narrativas de empregadores e de representantes de empresas tratam de imigrantes em geral, não necessariamente bengalis.

Essas dimensões alimentam concepções sobre o trabalho do imigrante, os expõem a situações de maior probabilidade de maximização pelos empregadores; é parte integrante da precarização estrutural do trabalho, em particular do imigrante, e fica mais visível à medida que ele, diante da situação em que se encontra, aceita as condições oferecidas, pois dessa realidade depende seu visto de permanência no país, sua identidade de imigrante e todo o horizonte das obrigações (dávicas) com a família.

Vimos que imigrantes, à medida que se inserem no mercado de trabalho, tornam-se “conhecidos” e procurados por contratantes, o que possibilita, como resultado, maior autonomia e barganha entre eles. Muitos conseguem, por meio dessa estratégia, inserirem-se em espaços de maior segurança profissional, remuneração e adequação ao domínio técnico. Vimos bengalis em oficinas de consertos de automóveis, em postos de gasolina, em confecção de lareiras, em fábricas e colocações de vidros, em empresas terceirizadas da Corsan, as quais prestam serviço de instalação de rede de água, dentre outras atividades. Mas, como já enfatizamos, são os frigoríficos seus cenários de maior presença. A maioria deles informou que conseguiu emprego por informações de amigos, conhecidos ou “indo lá na empresa”. Um disse que passou na frente de um prédio em construção e pediu emprego. Ele conta que já, no mesmo dia, começou a trabalhar e está na mesma empresa há quase quatro anos. Outro, que residia na mesma casa do entrevistado anterior, disse que um contêiner que trabalhava na empresa, numa manhã, o convidou para ir junto e apresentá-lo ao chefe. Ele nos disse que já seguiu trabalhando naquela manhã mesmo. “Já faz mais de três anos que estou lá. O que me convidou saiu e, eu ainda estou lá”. Ele atua numa empresa de confecção de pavimentação asfáltica. Aliás, nessa mesma empresa estivemos duas vezes conversando com os responsáveis dos recursos humanos e fomos informados de que havia (em junho de 2018) 23 imigrantes: 13 senegaleses, quatro bengalis, dois egípcios, os outros a interlocutora não soube informar de que nacionalidade. Nesse sentido, as

estratégias e as formas de inserção são variadas e dinâmicas, fruto de canais pouco convencionais, mas que, para imigrantes, tornam-se eficientes. Não há dúvida de que o horizonte do trabalho é central na vida do migrante, na decisão de emigrar e na sua identidade de imigrante no espaço de destino.

### **Capital social e possível integração**

Sabemos que os fenômenos migratórios são processos históricos que transcendem o tempo, o espaço e as fronteiras em suas variadas dimensões, produzem outros tempos, outros espaços e outras fronteiras (Bauman, 1999); são realidades governadas não só pela oferta e demanda, mas fenômenos sociais, históricos, culturais, identitários e antropológicos. Entendemos que possa haver uma infinidade de razões individuais, estruturais, econômicas e políticas, os cenários rural e urbano, o interior de cada país ou outros confins culturais, tanto de saída quanto de destino. Os fatores propulsores das (e)imigrações não são muito diferentes das migrações internas. Explicações monolíticas sejam estruturais, do capital humano, neoclássicas, das *networks*, sejam de qualquer outra, parecem-nos pouco frutíferas se forem vistas isoladas e autocentradas. Capitais sociais, *status* social, emancipações e empoderamentos de gênero, identificação integrativa com a sociedade desenvolvida e de caráter democrático, dentre uma série de outras questões fazem parte desse universo relacional e transnacional.

O dinheiro ganha uma lógica específica na vida dos imigrantes bengalis entrevistados; primeiramente é direcionado para a sobrevivência da família. A poupança, os investimentos, as aquisições de bens de custo mais elevado são variáveis, dependentes da dinâmica primeira que é a família. Os entrevistados disseram que os ganhos médios giram em torno de R\$ 1.200 a R\$ 1.400,00. Os que atuam no setor *halal* recebem um pouco mais em razão da periculosidade, da intensidade do ritmo de trabalho e da

insalubridade, assim também os que trabalham no pavimento asfáltico. Boa parte desse ganho vai para o espaço de origem, em particular para os gastos cotidianos da família e para algum tipo de investimento idealizado no espaço de origem. Nesse sentido, todos o fazem. Apenas cinco deles informaram que fazem alguma poupança no Brasil.

Vimos que a maioria dos bengalis entrevistados consegue enviar boa parte de sua renda ao país de origem. Porém, há uma série de variáveis em torno desse aspecto, desde o trabalho exercido, o tempo e a performance, a qualidade e as condições do aluguel, o desejo de adquirir alguns bens de uso cotidiano, como em relação ao tempo de permanência no país (pessoas com uma permanência maior tendem a adquirir mais bens pessoais usufruídos no cotidiano da vida, tais como carro, televisão, assinatura de canais a cabo, roupas, utilitários domésticos etc.), obrigações mais reduzidas ou, ao contrário, alargadas, reagrupamento familiar, casamento realizado etc.

O auxílio familiar é representativo entre os interlocutores; é considerado como investimento, pois viabiliza melhorias nas moradias, na infraestrutura, na aquisição de máquinas e de referenciais de transporte, dentre outros, os quais serão incorporados ao patrimônio familiar e, conseqüentemente, também de quem o viabilizou financeiramente. Não é incomum a aquisição de uma casa no meio urbano do local de origem e viabilizar a migração dos pais do imigrante para a cidade, ou, então, construí-la com calma para residir quando o imigrante planeja retornar.

Os imigrantes bengalis que estão mais tempo no Brasil já fortaleceram alguns elos que os ligam ao seu país de origem e mesmo no interior do espaço da sociedade de acolhida. Dois entrevistados disseram que já possibilitaram a vinda de bengalis e conseguiram emprego na mesma indústria frigorífica. Um, inclusive, trabalha no setor de controle e segurança no trabalho de um dos frigoríficos no município de Marechal Cândido Rondon. Liames mais estreitos com o local de origem, com conhecidos e

conterrâneos ampliam o horizonte relacional, confortam os imigrantes e lhes dão maior possibilidade de se firmarem no espaço de trabalho e/ou encontrarem outro.

Imigrantes mais antigos acumulam certo capital social no espaço de destino (Zeitlyn, 2006), que se expressa na confiança, credibilidade, eficiência e garantia do serviço, produzindo efeitos para si e para os outros imigrantes (Martes; Soares, 2006). Essa mediação é fundamental para a garantia de trabalho ao novo imigrante, bem como a facilitação na busca por locais de moradia. Esta última demanda confiança, porém é produzida de uma forma informal e não jurídica e burocrática.

Ter conhecidos, parentes, amigos no local de destino produz laços mais fortes, substitui, pelo menos em parte, o afrouxamento dos vínculos em relação à família, algo que para eles é ruim, mas é fruto da realidade de imigrante. Esse translocalismo familiar no local de destino imprime realidades em que os territórios de pertencimento se ampliam. Desse modo, as redes vão se constituindo, agregando, vinculando, alargando, atraindo, redefinindo vínculos e integrações em relação às que haviam sido efetivadas anteriormente. Empréstimos de dinheiro (mercado de usura informal) e inserções em atividades *part-time* em horários alternativos são expressões desse nível de inserção.

Conhecemos dois imigrantes bengalis que após o turno normal de trabalho num atacado na cidade de Passo Fundo desenvolvem atividade de pintor: um auxilia um pintor de casas, outro consegue “trabalhar algumas horas a mais” numa serralheria pintando grades. Se ser imigrante, é ser trabalhador, então, otimizar o tempo do trabalho remunerado, tornando-o mais elástico, permite maior remuneração e satisfação no local de destino. Com isso, intensifica-se o desejo de permanecer no país e permitir a vinda da esposa e filhos, realidade expressa por vários entrevistados, ainda que incipiente enquanto viabilidade. É importante enfatizar que esse processo é lento e vai depender dos níveis de integração e assimilação, inserção no mundo laboral, oferta de trabalhos,



interconhecimentos, flexibilização dos processos identitários do imigrante (Palidda, 1998). Não se deixa de considerar que os imigrantes, como diz Sayad (2002), são cidadãos de um país/região que lhes hospeda, não são originários e reproduzem relações com outro país também. São sujeitos, por essência, portadores de identidades múltiplas, em boa parte transversais e, por isso, alimentam sempre diferenças culturais. Esse processo, somado a outros, produz conflitos nos espaços de vivência social e também de trabalho onde há imigrantes. Em nível macro, há temores de múltiplas dimensões, os quais envolvem a esfera pública, legislação, soberania, direitos, polícia, fronteiras etc.

Diz Palidda (1998) que após a derrocada do comunismo, ou seja, da tradicional ameaça à ordem internacional por décadas no século XX, as novas ameaças do século XXI, objeto da ação da polícia, são os imigrantes, as máfias, os terrorismos, sendo que os dois últimos podem ser vistos, ou são correlacionados aos primeiros. O estigma da imigração produz, além de uma série de imagens, representações, simbologias, ações de estranhamento e racismo, práticas políticas e aplicação elástica e radical de normas e procedimentos de regularização, controles sociais endógenos. Deduzidos dessa situação, ficam fragilizados os mecanismos de integração sociocultural entre os imigrantes e com o espaço hospedeiro; desenvolvem-se mais os efeitos de isolamento, discriminação, fechamento cultural, conservadorismo, “guetização” marginalizante, impermeabilidades de universos simbólicos que constituem suas culturas (Cesareo, 2017). No Brasil, no mês de julho de 2018, a mídia nacional deu ênfase ao fato de que estava havendo uma intensa migração de venezuelanos no estado de Roraima e que havia aumentado o índice de pessoas atacadas por sarampo, malária e difteria. Teve uma correlação imediata entre imigração e doenças; isso não foi diferente com o ebola e outras epidemias presentes no país, vinculadas aos imigrantes africanos.

Na visão de Koltai (1998), os laços sociais envolvendo imigrantes se constituem na ótica do obstáculo, pois o outro é

sempre um suspeito, alguém que quer invadir, provocar dúvidas, ocupar lugar, usufruir. O estrangeiro é visto como o outro, enraizado em outro país, lugar, língua, família etc., é de outra parte, distante, que provoca medo por ser desconhecido, um corpo estranho pertencente a um corpo biológico e cultural que deve ser eliminado, controlado, subordinado, inferiorizado.

Essas representações se refletem e ganham corpo no universo do trabalho que envolve o imigrante. A colocação no trabalho e as expectativas temporais construídas antes e durante o processo migratório determinam redefinições ou não em sua identidade. No fundo, as atividades desenvolvidas e sua remuneração determinam muitas coisas (Torresan, 1994).

A documentação regular é um dos primeiros passos para um processo de integração e convívio social, permite aos imigrantes circularem pelo espaço novo, protegidos pela oficialidade em sua permanência. A questão do choque cultural e a sobredeterminação dos autóctones em vários âmbitos, principalmente no espaço de trabalho, na intolerância social e cultural, na burocratização dos aspectos funcionais e de regularização de permanência, fazem da questão da integração/socialização um horizonte de extrema importância (Basso, 2000).

A consciência da alienação do mundo moderno passa por outras variáveis, além das já tornadas clássicas por teóricos modernos críticos do modo de produção em questão, passa pelo direito ao reconhecimento e à integração social, pela inserção de políticas públicas e de vínculo participativo social e não somente de otimização econômica (redução de custos) de mão de obra e maximização do fator trabalho, consumo e imobiliário. Os imigrantes são alvos primeiros da exclusão desses processos todos; são, primeiramente, vistos como concorrentes no mercado de trabalho, promotores de distúrbios sociais, do desregramento e das mudanças culturais e religiosas.

Concordamos com Basso (2000) quando diz que há nessa questão do relacionamento interétnico, interreligioso e

internacionalidades, agudas tensões, mais ou menos subterrâneas, expressão do estado de concorrência existente no mercado de trabalho, entre imigrantes e instituições estatais, entre italianos e uma sociedade hospedeira que se torna cada vez mais plurinacional e plurirracial, porém sem nenhuma ou com muito pouca harmonia e igualdade entre nações, etnias, raças, culturas e história.

Sabemos que a imigração não é uma situação, um processo homogêneo em vários sentidos, principalmente no campo da integração social, política, na adaptação, na assimilação; não está desvinculada da sociedade hospedeira, de seus sistemas de acolhimento (Ramos, 2003). Hospitalidade se relaciona com hóspede que, por sua vez, em seu sentido latino correlaciona com hostil, inimigo, desconhecido, inquietude. No fundo, sempre que adentramos por um local estranho, produzimos estranhezas, inquietudes, mal-estar, possível sentimento e prática de hostilidade; só a familiarização que vai aos poucos acontecendo pode romper com isso, afinal, o estranho/estrangeiro pertence a outra família, a outra nação, a um outro solo e sangue; ele é um não cidadão passível de receber hostilidade em vez de hospitalidade (Koltai, 1998).

Os imigrantes em situação de indocumentados vivem na berlinda: desejam permanecer no país e utilizam de todas as formas para assim o fazer, porém sabem que estão/são excluídos de direitos, são desvalorizados, não podem se opor, nem reclamar de sua situação no espaço de trabalho e de cidadania social e política; sabem que há um conjunto de fronteiras que lhes são fechadas. Nesse sentido, para os imigrantes em geral e os indocumentados em particular, a exclusão social em termos de acesso a posições de autonomia, e a vulnerabilidade em termos de exploração e precarização do trabalho e da vida como um todo são constantes.

O imigrante, quase sempre tratado como mercadoria pelo capital, encontra barreiras que se fecham e se abrem em razão das conveniências e interesses. Há um conjunto, em rede, muitíssimo bem articulado que produz a indústria das imigrações, facilitando entradas. Há um comércio paralelo internacional muito lucrativo,

escondido atrás de agências de viagens, ofícios que falsificam documentos e moradias provisórias, que são invisíveis aos olhos dos consulados, aliás, estes percebem os imigrantes, principalmente os indocumentados, com desconfiança, desprezo, com olhar discriminatório, como sujeitos sem direitos e sem assistência (Ramos, 2003). Vimos isso quando bengalis relataram os processos que fizeram para sair de seu país e chegar ao Brasil, geralmente sendo sujeitos suscetíveis de exploração e extorsão. São vistos como marginais localizados em espaços perigosos, que precisam burlar a legislação, não serem pegos pela fiscalização de fronteiras, e que disponibilizam recursos financeiros ao bel prazer dos sujeitos que têm poder de controlar territórios etc.

Nesse sentido, o imigrante vive num horizonte de angústias, já quando parte incorpora incertezas de sobrevivência, desejo de se livrar de várias formas de violência e tensões de ordem física, da falta de trabalho, cidadania, de dificuldade de inclusão (Della Luppa, 2013). Ao chegar, algumas angústias se diluem, outras surgem e/ou complexificam ainda mais as já existentes: de ter abandonado alguém, deixado responsabilidades e redes afetivas, sujeição a realizar trabalhos de baixa qualificação e reconhecimento social, sofrer doenças, demissões, deportações, morte de alguém no espaço de origem sem poder estar presente e prestar condolências, de não encontrar trabalho, moradia, amigos, socializar-se, a língua/comunicação verbal, redução da vida ao trabalho, a condição de temporário, a incerteza de encontrar no novo país o que não realizou no de origem, estar disposto a “jogar”, a fazer valer tudo, de ser uma “mão-de-obra genérica” (Castells, 2000), que mais executa do que qualifica e inventa, longas jornadas, trabalho braçal, pouco ou nada de lazer etc.

Por isso, a imigração, como novo projeto de vida, pode também causar grandes traumas. Não é simples lidar com novos códigos e valores culturais e linguísticos, expor sua situação de necessitado, a estigmatização de ser imigrante, de não conseguir lançar mão de estratégias eficazes de autoproteção para justamente

encobrir esses limites, essa rotulação que o reduz em termos de identificação social e de autoestima. Tendo presente esses elementos todos é que se pode entender o fato de imigrantes estarem todos os dias relacionando-se com os seus no país de origem. Eles organizam planos coletivos de internet, telefonia, skype e outras formas que permitem contatos. Sem dúvida, o telefone serve para compensar a ausência de vínculos mais intensos no país hospedeiro e, ao mesmo tempo, permite manter relações estreitas e contínuas com referenciais de proximidade no país de origem. A dimensão dos contatos, aliada à intensidade ou não da saudade, das obrigações familiares e dos investimentos econômicos dos recursos enviados, auxiliam também na decisão de permanecer, assim como pode produzir novas reemigrações, vincular canais que permitem transnacionalizar relações e contatos.

### **Modernizar, consumir e se sujeitar**

Muitos analistas sociais já deram ênfase ao avanço da racionalidade técnico-econômica de determinados espaços do ocidente, principalmente dos Estados Unidos e da Europa, centralizando aspectos como modernidade, industrialização, cultura, ciência e técnica. A ideia de modernidade ocidental passou a ser sustentada pela de progresso. Essa força indutora e de agressão às outras culturas vem agora reforçada pela globalização econômica, financeira e cultural, mediada pela estrutura midiática e pela desterritorialização, uniformização das aspirações e secularização social (Latouche, 1992).

Segundo Ramos (2003), a ideologia do possessismo individualista é exaltada pela mídia sempre como sinônimo de sucesso, bem-estar, felicidade, acessível a todos e que depende apenas da vontade individual. Na sociedade moderna, a qualidade de vida é vista como a possibilidade de acesso ao mercado de consumo e, principalmente, às tecnologias de última geração. Os bengalis dão ênfase ao fato de que em seu país há pouca

possibilidade de se inserir nesse horizonte do consumo. Os que possuem pais que residem em vilas rurais informam que não há condições de modernizar referenciais tecnológicos para a produção agrícola e também para ter uma moradia com melhores recursos de energia e de estrutura de moradia. Já informamos que um deles expressou a importância de ter uma casa de alvenaria e não mais de bambu.

É lugar comum nas análises sobre imigração que os sujeitos que emigram melhoram o contexto econômico-social do cenário de origem através dos fluxos de remessas, pela modernização social e tecnológica (consumo e atividades produtivas, acesso à educação dos filhos etc.) (Mizzetti; Cheschi, 2006). Nesse sentido, há um ativismo dos imigrantes na dimensão transnacional e o melhoramento das condições de vida no cenário familiar e comunitário de origem. A migração movimenta desejos de consumo, e o migrante os procuram com todas as forças possíveis. O sonho é alimentado pela dimensão metafórica da viagem (sair para melhorar de vida) e produzido pela esfera midiática e relacional dos que já foram, por fenômenos da sociedade global e por novas concepções em torno das fronteiras físicas, culturais e linguísticas.

Emigrar é cortar raízes, circular e preservar contatos; ser um migrante conectado aqui e lá, e ao mesmo tempo nem aqui, nem lá; no fundo, um sujeito com pluripertencimentos aos territórios e às redes; hipermobilidade, flexibilidade sobre o mercado de trabalho, rupturas e continuidades como mesmo conjunto dinâmico (Bauman, 2017). De acordo com Diminescu (2005), o migrante está situado num lugar, mas inserido num sistema global de mobilidade, tecnologia, informação e comunidades, numa sociedade sedentária para a outra mais móvel. Essa mobilidade pode ampliar e/ou redefinir os horizontes relacionais e afetivos. Os suportes materiais e imateriais constituem-se em redes (agências de viagens, bancos, passaporte, cartões de crédito...).

Os imigrantes, de forma geral, estão incorporados em setores secundários do mercado de trabalho; sua assimilação não obedece a

mecanismos normais de assimilação e mobilidade social. “O trabalhador imigrante, devido à sua vulnerabilidade, não pode fazer outra coisa senão adaptar-se ao papel inferiorizado que a lógica de expansão capitalista lhe reserva; é uma espécie de novo escravo, desprovido de direitos e da tutela, mas justamente por isso, economicamente vantajoso” (Harris, 2000, p. 56). Muitos dos bengalis conseguiram, e ainda conseguem, se inserir em trabalhos por meio de estratégias informais junto a colegas conterrâneos. Nesse sentido, a constituição de vínculos/redes entre conacionais e desses com mediadores autóctones que ofertam trabalho favorece a inserção do imigrante em determinados espaços e lhe dá maior garantia de trabalhos com tempo mais elástico.

### **Considerações finais**

Vimos que não são reconhecidas competências técnicas dos imigrantes em termos de qualificação profissional, diplomas, cursos etc. Há como que uma “natural” vinculação do imigrante a certos tipos de trabalho. Há uma discriminação camuflada no interior da sociedade, em especial no horizonte empresarial, nos demandadores de mão de obra, no sentido de identificar questões étnicas como determinadoras de posições e espaços de trabalho, demonstrando, com isso, a inexistência da possibilidade de uma livre competição no mercado de trabalho, preferências preestabelecidas que configuram discriminações (Harris, 2000).

Enfim, vimos algumas relações e sentidos que envolvem a questão do trabalho imigrante. Muita pesquisa seria necessária para apreender os múltiplos processos que a envolvem. Não tivemos condições para tanto. Buscamos dar ênfase às dimensões pragmáticas do trabalho imigrante, tanto para empregadores, quanto os imigrantes, mas também insistimos em torno dos elementos simbólicos que a envolve.

## Referências

- AMBROSINI, M. Il fenomeno delle rimesse. In: FONDAZIONE ISMU. *Ventitreesimo Rapporto sulle migrazioni – 2017*. Milano: Franco Angeli, p. 225-235, 2017.
- AMBROSINI, M. Migrazioni internazionali, reti etniche e mercato del lavoro: per una revisione degli approcci teorici e delle letture correnti. In: SCIDA, G. (a cura di). *I sociologi italiani e le dinamiche dei processi migratori*. Milano: Franco Angeli, 2000, p. 50-62.
- BASSO, P. Dalle periferie al centro, ieri e oggi. In: -----; PEROCCO, F. *Immigrazione e trasformazione della società*. Milano: Franco Angeli, 2000.
- BAUMAN, Z. Dentro la globalizzazione. Le conseguenze sulle persone. Roma-Bari: Laterza, 1999.
- BAUMAN, Z. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- CASTELLS, M. *La nascita della società in rete*. Milano: Bocconi, 2000.
- CESAREO, V. Uno sguardo d'insieme alle sfide poste dalle migrazioni. In: FONDAZIONE ISMU. *Ventiduesimo Rapporto sulle migrazione 2016*. Milano: Franco Angeli, p. 7-68, 2017.
- DAL LAGO, A. *Non-persone. L'esclusione dei migranti in una società globale*. Milano: Feltrinelli, 1999.
- DELLA PUPPA, F. *Uomini in movimento. Il lavoro della maschilità fra Bangladesh e Italia*. Torino: Rosenberg Sellier, 2013.
- DIMINESCU, D. Le migrant connecté. In: *Migrations et Société*, n. 102, v. 17. Paris, novembre-décembre, p. 275-292, 2005.
- DUPAS, G. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- HARRIS, N. *I nuovi intoccabili. Perché abbiamo bisogno degli immigrati*. Milano: Il Saggiatore, 2000.



- KOLTAI, C. (Org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 1998.
- LATOUCHE, B. *L'occidentalizzazione del mondo*. Torino: Boringhieri, 1992.
- MARTES, A. C. B.; SOARES, W. Remessas de recursos dos imigrantes. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 41-54, maio/ago. 2006.
- MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no séc. XXI. In: *Travessias na desordem global*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 37-75.
- MEZZETTI, P. CESCHI, S. Migranti come forza internazionale per lo sviluppo? Un'analisi con luci e ombre. In: CESCHI, S.; STOCCHIERO, A. (a cura di). *Relazioni transnazionali e co-sviluppo. Associazioni e imprenditori senegalesi tra Italia e luoghi di origine*, Torino, Harmattan Italia, 2006, 2006, p. 19-33.
- PALIDDA, S. *Mobilità umane. Introduzione alla sociologia delle migrazioni*. Milano: Raffaello Cortina, 1998.
- PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. In: *Estudos Avançados* 20, (57), São Paulo: USP, p. 7-24, 2006.
- RAMOS, P. S. *Hospitalidade e migrações internacionais. O bem receber e o ser bem recebido*. São Paulo: Aleph, 2003.
- TORRESAN, A. M. de S. *Quem parte, quem fica. Uma etnografia sobre imigrantes brasileiros em Londres*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1994. Dissertação em Antropologia Social.
- WIHTOL de WENDEN, C. *La question migratoire au XXIe siècle*. Paris: Presses de Sciences Po., 2013.
- ZEITLYN, B. *Migration from Bangladesh to Italy and Spain*, Dhaka: Rmmru, 2006.



## Perfil das migrações internacionais para o Brasil em tempos de crise (2011-2016)

*Roberto Rodolfo Georg Uebel*<sup>1</sup>

### Introdução

Ao encerrar o seu governo, Lula da Silva poderia afirmar que, com base nos dados da Polícia Federal, durante a sua administração 336.451 imigrantes escolheram o Brasil para continuarem os sonhos, objetivos e projetos de vida. Dilma Rousseff, por conseguinte, poderia argumentar que mais de um milhão de imigrantes percorreram o mesmo caminho, para ser mais preciso, 1.018.322, o maior estoque imigratório do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial.

No momento em que foi destituída do cargo de presidente da República, segundo os dados que compilamos da PF, 681.871 imigrantes se estabeleciam ou se estabeleceriam até o final daquele ano em território brasileiro, oriundos de 201 países ou territórios, e com motivações tão diversas quanto aquelas que levaram os brasileiros a manifestar-se nas ruas do país desde junho de 2013.

Neste trabalho analisaremos, portanto, o compilado que Uebel (2018) em sua obra faz a partir dos dados obtidos junto à PF, autoridade com a competência do controle migratório no Brasil, além de registrar os rankings, crescimentos e evoluções das

---

<sup>1</sup> Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS). Professor dos cursos de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-POA) e Faculdade São Francisco de Assis (UNIFIN). E-mail: [roberto.uebel@ufrgs.br](mailto:roberto.uebel@ufrgs.br).

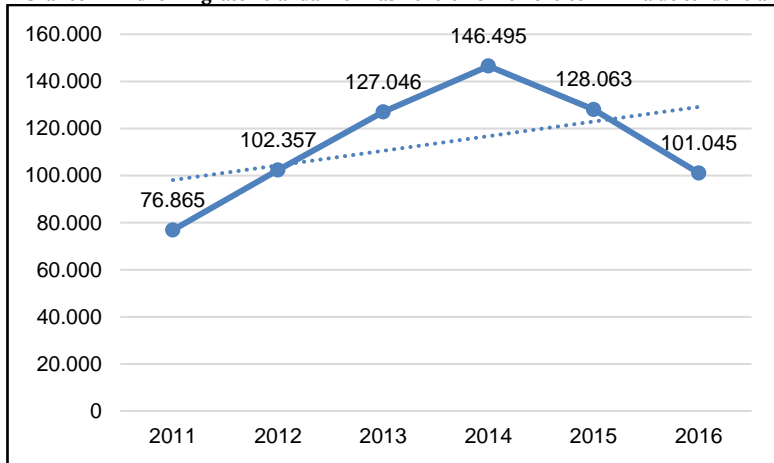
migrações internacionais de todos os países com direção ao Brasil, que serão mais adiante com a ilustração dos mapas da cartografia temática e dos gráficos explicativos.

### **Perfil Imigratório do Brasil (2011-2016)**

Se durante o período anterior, 2003 a 2010, conforme Uebel (2018), os europeus ocupavam cinco das dez primeiras posições dos maiores grupos imigratórios no Brasil, esse cenário se transformaria profundamente a partir de 2011: apenas os portugueses estavam nos maiores grupos, caindo da sexta para a oitava posição. A América do Sul e o Caribe, principais polos de projeção da tímida política externa de Rousseff, dominariam o restante deste ranking.

Das 209 nacionalidades, apenas dez não enviaram imigrantes para o Brasil de forma regular: Ilhas Cook, Ilhas Marshall, Kiribati, Nauru, Niue, Palau, São Cristóvão e Névis, Somalilândia, Sudão do Sul, Vaticano, ou seja, fluxos praticamente irrelevantes para uma demografia migratória global. De resto, o Brasil recebeu desde um imigrante do Saara Ocidental até 92.236 venezuelanos, que no governo anterior ocupavam a 25<sup>a</sup> posição.

O Gráfico 1 procede com um recorte dos dados apresentados por Uebel (2018) trazendo a evolução dos fluxos imigratórios no Brasil, a qual demanda uma discussão mais aprofundada a seguir.

**Gráfico 1 - Fluxo migratório anual no Brasil entre 2011 e 2016 com linha de tendência**

Fonte: Dados compilados pelo autor a partir das informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação junto a Polícia Federal em janeiro de 2018. Os dados informados são extraídos do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE).

Com crescimento contínuo dos fluxos desde 2010, o Brasil atravessava um momento econômico e político favorável, com relativa estabilidade e imunidade às tensões financeiras e geopolíticas globais, mormente a nova crise econômica, ocorrida na Zona do Euro em 2012, e o agravamento do cenário de crise humanitária no Oriente Médio, Leste Europeu e Norte da África.

Nesse contexto, até 2014 os fluxos migratórios anuais atingiam valores históricos, todos acima de cem mil novos imigrantes por ano a partir de 2012, cujo ápice se deu no ano da reeleição de Dilma Rousseff, 2014, com mais de 146 mil novos imigrantes naquele ano. Ou seja, a cada ano uma população equivalente a uma cidade média brasileira ingressava no Brasil como imigrante econômica.

Entretanto, a partir de 2014, quando o tensionamento político e institucional no Brasil se transforma em crise multifacetada, verifica-se, conforme o gráfico anterior, uma diminuição dos fluxos migratórios anuais, que em 2016 chegaram a patamares menores àqueles anteriores a 2012, com tendência de maior diminuição para 2017 e 2018, apesar de alavancados pela explosão migratória de venezuelanos, um cenário a parte que exploraremos mais adiante.

Contrariamente à projeção exacerbada do Brasil durante o governo Lula da Silva, a política externa brasileira de Rousseff, que teve três chanceleres em cinco anos e meio, foi mais tímida, concentrada e centralizada na personalidade da presidente; Celso Amorim, o “pai-fundador” da política externa ativa e ativa de Lula da Silva passou para o Ministério da Defesa, enquanto Marco Aurélio Garcia continuou no seu papel de assessor internacional assim como o então vice-presidente Michel Temer se autodenominava: uma figura decorativa no Palácio do Planalto.

A era da diplomacia presidencial, das cúpulas diversificadas, da participação do Brasil em fóruns atípicos como o G8, deu lugar à uma era do novo pragmatismo diplomático, com chanceleres estritamente obedientes ao pensamento presidencial, e não o contrário, como ocorria até então, além de focalização de áreas e regiões estratégicas: Mercosul, Estados Unidos, Cuba, China, Rússia e União Europeia. O Oriente Médio, Ásia, África e o restante da América Latina, apesar de constarem nos discursos e agendas oficiais de Brasília, notadamente tiveram o seu peso reduzido na reorientação da política externa brasileira (ALMEIDA, 2014).

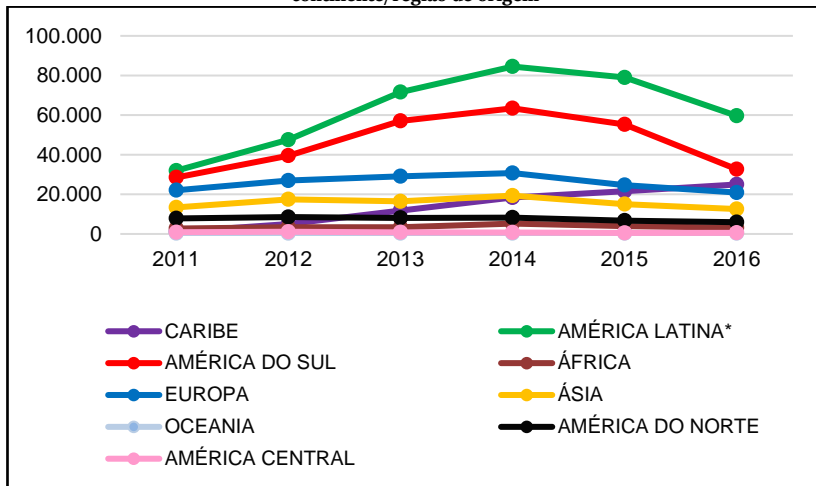
Deste modo, podemos afirmar que o ponto de ruptura da política externa migratória brasileira<sup>2</sup> foi 2014, o ano que, em seu começo, prometia uma reestruturação legal migratória, com as conferências regionais sobre migrações e refúgio e que deveria culminar na aprovação da nova Lei de Migração (não a aprovada em 2017), acabou findando com o ano de um governo reeleito, mas com questões político-estruturais que impediriam o avanço do debate da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (1ª COMIGRAR) e da própria legislação migratória brasileira.

---

<sup>2</sup> Política sustentada exclusivamente a partir da inserção estratégica do Brasil, sob uma égide da “política externa ativa e ativa”, e cimentada por pilares como as participações brasileiras em missões humanitárias, a concessão de bolsas de estudo e pesquisa para estudantes estrangeiros, a criação do visto humanitário, a emissão e isenção de vistos para grandes eventos desportivos, a discussão e tramitação da nova Lei de Migração, a imigração subsidiada por meio do Programa Mais Médicos.

Logo, o período de crescimento dos fluxos pode ser explicado como uma combinação resultante das ações da administração anterior com outras questões que fogem da ação direta e objetiva do governo brasileiro, constantes na questão dimensional que já abordamos, mas aqui retomamos: : 1) a participação do país em missões humanitárias no Haiti e África; 2) o Programa Mais-Médicos; 3) os programas de cooperação e concessão de bolsas de estudo e pesquisa; 4) a propagandização do país pelas redes migratórias e internacionais do trabalho como uma alternativa aos Estados Unidos, União Europeia e demais destinos tradicionais. O ciclo virtuoso do Brasil em todos os campos se encerrava definitivamente em 2014 e passaria a agonizar o governo, a presidente e a sociedade até 2016, no mínimo. O Gráfico 2, portanto, apresenta a evolução dos fluxos imigratórios anuais de acordo com o continente/região de origem.

Gráfico 2 – Fluxo imigratório anual no Brasil entre 2011 e 2016 de acordo com o continente/região de origem



Fonte: Dados compilados pelo autor a partir das informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação junto a Polícia Federal em janeiro de 2018. Os dados informados são extraídos do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE).

Essa mudança de patamares e fluxos é fortemente registrada pelo gráfico anterior, ao passo em que vemos apenas o crescimento dos fluxos de caribenhos a partir de 2014, que superam os de

européus, asiáticos, norte-americanos, centro-americanos e africanos no período. Se a crise venezuelana não tivesse agravado os fluxos de migrantes solicitantes de refúgio, o grau de inclinação de sul e latino-americanos seria muito maior.

Por isso nesse artigo damos mais destaque à imigração latino-americana do que a africana, apesar dos casos específicos dos senegaleses e demais imigrantes oriundos da costa-este africana, posto que a projeção diminuta do Brasil alcançava apenas ainda seus vizinhos territorialmente e outrora ideologicamente mais próximos; a imigração africana, que teve um pequeno *boom* a partir de 2014, foi resquício e resultado de atitudes do governo anterior e também que viram o Brasil como ponto de escape alternativo à União Europeia e demais países mediterrâneos.

A Tabela 1 representa esse crescimento e também surge como uma das justificativas para a nossa escolha pelos fluxos de africanos e latino-americanos como escopo de análise, dadas as suas posições no ranqueamento.

**Tabela 1– Evolução e crescimento dos fluxos imigratórios no Brasil de acordo com o continente e região de origem – 2011/2016**

<b>Origem</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Crescimento 2011/2016</b>
Caribe	1.062	5.027	11.79	18.38	21.53	24.97	2252,07%
			5	9	7	9	
América Latina*	31.96	47.57	71.58	84.51	78.99	59.66	86,64%
América do Sul	6	6	5	0	5	2	
	28.51	39.51	57.06	63.43	55.27	32.64	14,47%
	9	3	5	3	6	6	
África	2.743	3.423	3.377	5.226	3.960	3.121	13,78%
Europa	22.08	26.94	29.10	30.73	24.66	20.89	-5,38%
	4	1	6	5	2	6	
Ásia	13.39	17.46	16.46	19.34	15.04	12.56	-6,17%
	4	0	8	8	6	7	
Oceania	378	347	335	367	347	324	-14,29%
América do Norte	7.840	8.530	8.08	8.247	6.708	5.926	-24,41%
América Central	845	1.116	817	750	527	586	-30,65%

Fonte: Dados compilados pelo autor a partir das informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação junto a Polícia Federal em janeiro de 2018. Os dados informados são extraídos do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE).



No comparativo de 2016 a 2011, podemos observar que apenas quatro grupos tiveram crescimento, justamente aqueles que julgamos os primeiros representantes do nosso conceito de migrações (ou migrantes) de perspectiva<sup>3</sup>, isto é, caribenhos, que tiveram um crescimento explosivo de 2252,07%, latino-americanos (86,64%), sul-americanos (14,47%) e africanos (13,78%).

Os números induzem à reflexão de que a escolha pelo Brasil como destino de trabalhadores qualificados dos demais continentes foi meramente temporária e baseada também na perspectiva, muito além dos moldes tradicionais da literatura de migrações econômicas e laborais.

Ao propormos esse debate com a criação do novo conceito, ilustramos que ao contrário do que se pensava à época, europeus, principalmente, viam o Brasil muito mais como um país de turismo de negócios e empregos temporários, do que um país para consolidarem as suas vidas e profissões, como muitos brasileiros o fazem até hoje, especialmente em Portugal e na Espanha.

Outra tendência relevante que a Tabela 1 nos traz é o crescimento tímido dos fluxos de sul-americanos e africanos, apontando para uma possibilidade considerável de reversão ao crescimento negativo, como nos demais casos, experimentado pelos próprios europeus e asiáticos. Em estudos futuros, a probabilidade de que as imigrações oriundas da América do Sul (salvo a Venezuela) e África voltem aos patamares anteriores a 2011 ou até mesmo 2003 é considerável e estatisticamente previsível.

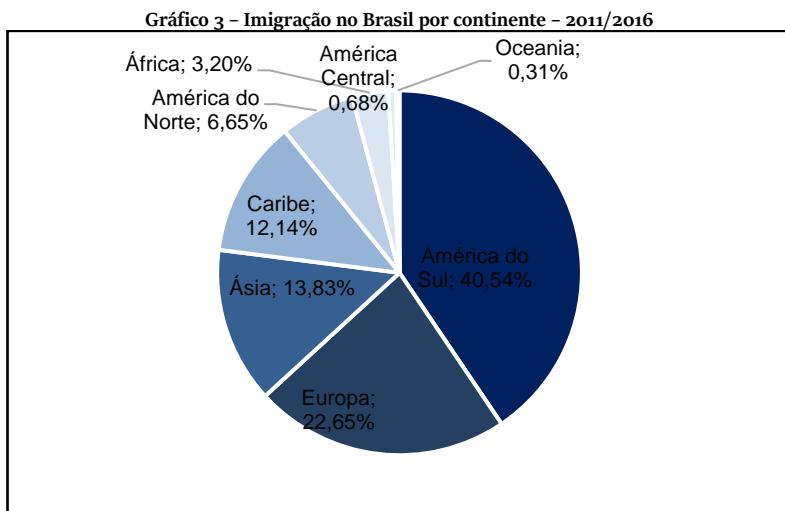
Um leitor mais atento poderá questionar se os fluxos de haitianos e venezuelanos não foi a variável dependente e determinante

---

<sup>3</sup> Se tratam de um tipo migratório, muito peculiar e pertinente aos grupos de imigrantes latino-americanos e africanos baseado nas perspectivas do país de acolhimento, isto é, de acordo com o cenário econômico, político, social, laboral, cultural, racial, de igualdade de gênero, etc., existentes no Brasil, neste caso, e que criaram condicionantes muito específicos que permitiram que o país acolhesse até dois milhões de imigrantes em treze anos. Os migrantes de perspectiva podem ser tanto refugiados como imigrantes ditos econômicos, e emigram ou remigram tão logo esses condicionantes e perspectivas apontem para uma piora no cenário de acolhimento, inserção e integração.

desse empuxo para cima das migrações caribenhas e sul-americanas, e, por conseguinte, latino-americanas. A resposta é sim, posto que foram os únicos grupos que observaram um crescimento mesmo após 2014 e durante o período de maior agravamento da crise econômica brasileira, o que em qualquer outro país poderia ser um elemento totalmente restritivo, porém, no Brasil, outros condicionantes e peculiaridades sustentaram esse padrão até, pelo menos, 2016, dentre eles a nova lei de migração e as “anistias” concedidas.

Posto isso, o Gráfico 3 a seguir deixa mais clara a informação que estamos a discutir, especialmente sobre o percentual de cada origem na consideração total das imigrações para o Brasil entre 2011 e 2016.



Fonte: Dados compilados pelo autor a partir das informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação junto a Polícia Federal em janeiro de 2018. Os dados informados são extraídos do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE).

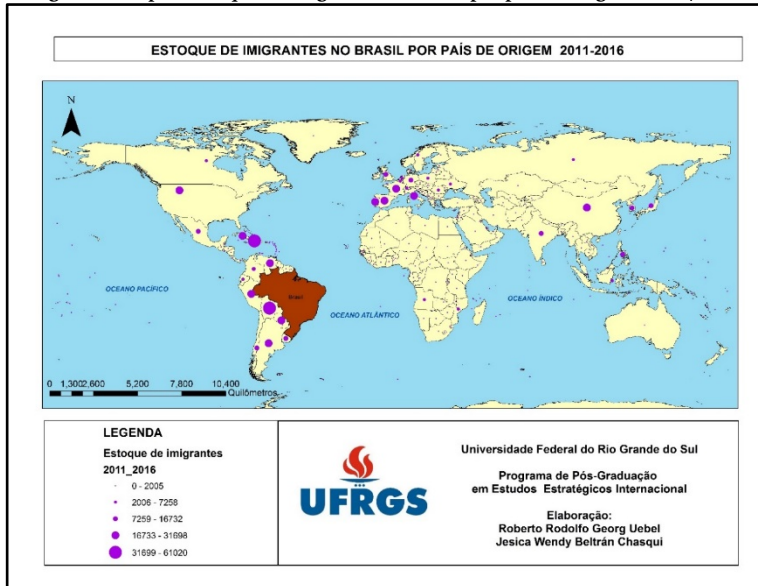
A mudança em relação aos oito anos da administração anterior é significativa em três frentes: os sul-americanos abocanham uma fatia maior do estoque imigratório, europeus, asiáticos e caribenhos passam a dividir as demais partes, e norte-americanos dão lugar ao crescimento das fatias de africanos; grosso

modo, as origens das imigrações se tornou mais intensa e heterogênea do que o período anterior.

A imigração oriunda da Oceania e América Central novamente se apresenta de forma irrelevante para o cômputo estatístico total, juntas somam menos de 1% do estoque imigratório do Brasil, o que reafirma a argumentação de que os países localizados lá estariam em um secundo escalão de prioridades da agenda de política externa do Brasil. Dilma Rousseff, durante o seu governo, esteve apenas uma vez na Oceania, em Brisbane (Austrália), na Cúpula do G20, em novembro de 2014, e uma vez na América Central, na Cidade do Panamá, para a Cúpula das Américas, em abril de 2015.

O mapa da Figura 1 a seguir ilustra de forma geral os países que mais enviaram imigrantes para o Brasil entre 2011 e 2016, permitindo inferências mais aprofundadas, que serão complementadas com a leitura do Gráfico 4.

**Figura 1 - Mapa - Estoque de imigrantes no Brasil por país de origem - 2011/2016**



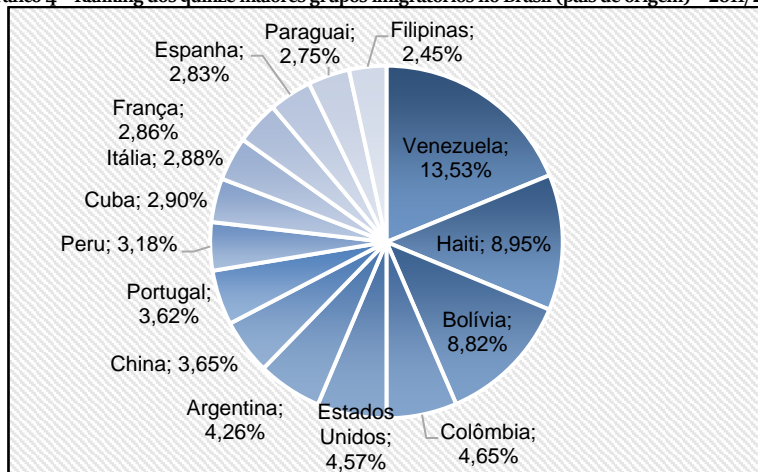
Elaborado por: Geógrafa Jesica Wendy Beltrán Chasqui. Adaptado por: Roberto Rodolfo Georg Uebel.

Identifica-se uma clara concentração “hemisférica” da origem dos fluxos migratórios, com pontualidades na Europa, Ásia e África, mas, ao que tudo indicava, as imigrações de perspectiva voltavam a ser dominadas por sul e latino-americanos, além dos cubanos e haitianos. O distanciamento geográfico e a não mais atrativa posição do mercado de trabalho do Brasil foram cruciais para essa ruptura de tendência.

Porém, quais foram as continuidades que tanto aventamos nesse novo contexto político e governamental? O Gráfico 4 colabora na explicação dessa resposta, que não é simples e demanda um exercício de percepção das conjunturas regionais. Entretanto, é possível afirmarmos que as continuidades se deram no seguimento do fortalecimento das imigrações de sul-americanos.

Ademais, se entre 2003 e 2010 apenas 47 nacionalidades tiveram mais de mil imigrantes no Brasil, esse número se ampliaria para 51 nacionalidades nos seis anos subsequentes, e com uma distribuição mais heterogênea. Na era Lula da Silva, apenas nove grupos contavam com mais de dez mil imigrantes, na era Dilma Rousseff, seriam vinte e dois, um salto muito considerável se rememoradas as limitações do Brasil em receber novos imigrantes em um período de crise.

Gráfico 4 – Ranking dos quinze maiores grupos migratórios no Brasil (país de origem) – 2011/2016



Fonte: Dados compilados pelo autor a partir das informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação junto a Polícia Federal em janeiro de 2018. Os dados informados são extraídos do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE).

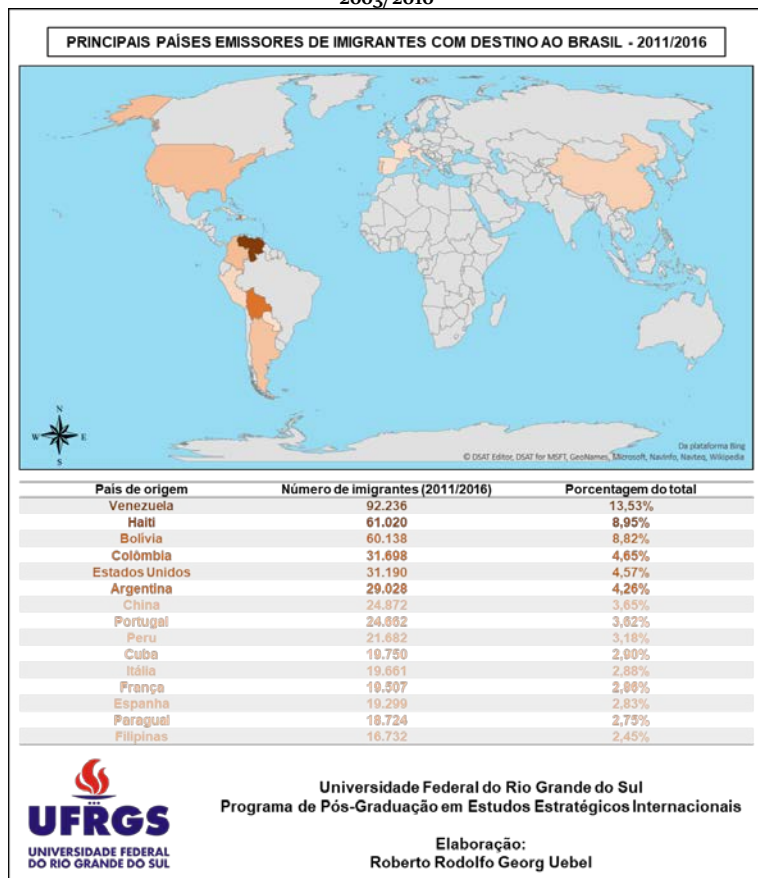
Dos quinze maiores grupos imigratórios no Brasil, que representavam 71% de todo o estoque imigratório do país, percebemos as mudanças e transições mais significativas, que não identificamos em nossa pesquisa pretérita (UEBEL, 2015) e aqui a corrigimos. O perfil imigratório brasileiro se latinizava e deseuropeizava ao mesmo tempo, um fato inédito na historiografia brasileira.

Venezuelanos, haitianos e bolivianos, grupos que apresentaremos separadamente em nossa discussão, dominaram o ranking e tornaram ainda mais peculiar a agenda imigratória de Dilma Rousseff, posto que os três grupos eram oriundos de países parceiros estratégicos do Brasil, inclusive no campo ideológico, e seus nacionais migravam não por questões puramente econômicas ou laborais, mas sim políticas.

Em relação aos europeus, os alemães, que ocuparam a quinta posição no ranking entre 2003 e 2010, deixaram de fazer parte na versão de 2011 a 2016, acarretando em um reordenamento muito interessante também bem distributivo, já que dos colombianos com 4,65% até os filipinos com 2,45% da parcela total do estoque, a diferença foi de menos de quinze mil imigrantes.

A imigração mercosulina no período também sofreu revezes, pelo fato das melhorias econômicas no Paraguai e Uruguai e reagravamento da crise na Argentina de Cristina Kirchner e de Mauricio Macri, portanto, o Brasil deixava de ser atrativo inclusive para seus principais parceiros (em todos os campos) e vizinhos. A cartografia da Figura 2 busca ilustrar esse cômputo dos quinze maiores grupos de imigrantes que foram admitidos no Brasil entre 2011 e 2016.

Figura 2 – Mapa – Quinze principais países emissores de imigrantes com destino ao Brasil – 2003/2010



Fonte: Dados compilados pelo autor a partir das informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação junto a Polícia Federal em janeiro de 2018. Os dados informados são extraídos do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCARE).

O mapa da Figura 2 demonstra que as outrora “novas migrações” se consolidaram em fluxos tradicionais, ao passo em que os fluxos tradicionais deixaram de seguir um padrão de intensidade e de constância, enquanto que dois novos se apresentaram: o de venezuelanos e haitianos, embora esse último já se desenhava ao final do governo Lula da Silva.

Em relação aos africanos, como já abordado, as migrações que porventura se intensificaram em um primeiro momento da

administração Rousseff, foram motivadas ainda pela conjuntura e inserção estratégica do Brasil de Lula da Silva e Amorim, sem qualquer relação com a política externa migratória de Rousseff e seu triunvirato de chanceleres ofuscados.

## Considerações Finais

Se Rousseff não cumpriu os oito anos de mandato, também é possível inferirmos, conforme discorreremos sucintamente neste trabalho, que as migrações para o Brasil também quebrariam um ciclo de transição, ao contrário do que se imaginava à época.

Foi justamente na sua administração em que ocorreu a primeira tentativa governamental brasileira de se criar uma política imigratória nacional desde a época do Império, com a realização da COMIGRAR em 2014, e também o fim da agenda de políticas públicas migratórias, com a paralisação do governo Rousseff já no final de 2015, com a abertura do processo de *impeachment*.

Durante esse período de 2011 a 2016, além desses dois pontos de inflexão, outros fatores contribuíram para que as imigrações internacionais alcançassem uma visibilidade até então não vislumbrada, mas que já se desenhava no último ano da administração Lula da Silva. Essa visibilidade pode ser definida pela inserção social dos imigrantes, mediação da sua chegada e integração e também por questões étnico-raciais atreladas à xenofobia social.

As imigrações em massa de haitianos, senegaleses, cubanos, venezuelanos, sírios e de tantos outros grupos, além da criação do Programa Mais Médicos, que fomentou a imigração laboral de médicos de diversas nacionalidades, criaram um ambiente de rediscussão da política externa migratória brasileira no seio do governo Rousseff. Depois dos governos de Pedro II e Lula da Silva, foi a administração Rousseff que mais atenção deu às questões migratórias em sentido amplo, interministerial e multitemático.

Esse cenário, por fim, criaria as bases para a renovação também da legislação migratória, então vigente desde a ditadura civil-militar,

com o Estatuto do Estrangeiro. É nos últimos momentos do agonizante governo de Dilma Rousseff que a tramitação da nova Lei de Migração passa a ganhar fôlego no Congresso Nacional, de forma totalmente modificada e recortada pelo futuro chanceler de Michel Temer, o então senador Aloysio Nunes Ferreira.

De um país que observava o crescimento dos fluxos imigratórios, rapidamente as migrações de perspectiva transformaram o Brasil em um país de emigrações de estrangeiros e remigrações internacionais. O projeto de uma política imigratória de referência acabou por se transformar em uma Lei de Migração moderna, porém, modificada quanto aos seus princípios humanitários e multiculturais e promulgada por um presidente não eleito, impopular e avesso ao que vinha se discutindo no campo governamental das migrações desde 2003, ou seja, um expoente da ruptura; por este motivo, nossa análise quantitativa se concentrou até 2016.

Deste modo, podemos afirmar que o ponto de ruptura da política externa migratória brasileira foi 2014, o ano que, em seu começo, prometia uma reestruturação legal migratória, com as conferências regionais sobre migrações e refúgio e que deveria culminar na aprovação da nova Lei de Migração (não a aprovada em 2017), acabou findando com o ano de um governo reeleito, mas que acabou não se sustentando, como bem registra a História.

Logo, o período de crescimento dos fluxos imigratórios pode ser explicado como uma combinação resultante das ações da administração anterior com outras questões que fogem da ação direta e objetiva do governo brasileiro (mas subjetivamente capitaneadas por este), constantes na questão dimensional que já abordamos, mas aqui retomamos: : 1) a participação do país em missões humanitárias no Haiti e África; 2) o Programa Mais-Médicos; 3) os programas de cooperação e concessão de bolsas de estudo e pesquisa; 4) a propagandização do país pelas redes migratórias e internacionais do trabalho como uma alternativa aos Estados Unidos, União Europeia e demais destinos tradicionais. O ciclo virtuoso do Brasil em todos os campos se encerrava



definitivamente em 2014 e passaria a agonizar o governo, a presidente e a sociedade até 2016, no mínimo.

Postas essas questões, é possível concluir, portanto, que as migrações internacionais para o Brasil, em geral, durante o governo Dilma Rousseff, 2011 a 2016, foram motivadas por tais fatores: a) continuidades de fluxos imediatamente anteriores (africanos); b) posição do Brasil como única alternativa facilitada e imediata (venezuelanos e haitianos); c) migração subvencionada (cubanos) a partir de um plano de inserção estratégica. Como característica de ruptura enquadram-se os fluxos de europeus, norte-americanos, asiáticos e também de parcela de africanos. Essa questão está intimamente ligada à nossa argumentação de que a política externa migratória de Dilma Rousseff colheu os frutos da versão de Lula da Silva e concentrou seus esforços mais nas repercussões qualitativas do que nas quantitativas.

Tensionada a política externa geral, obviamente resquícios seriam encontrados nas suas agendas temáticas, dentre elas, a das migrações. Os *booms* dos africanos e haitianos serviram de pretexto para que diplomatas demandassem um posicionamento do governo federal, que acabou concedendo plena liberdade de ação ao MRE para a condução de agendas, programas e ações.

O Programa Mais Médicos, por exemplo, foi um dos pilares de inserção estratégica na América Latina que foi elaborado não pelo Ministério da Saúde, ainda que este fosse o maior interessado, mas sim por diplomatas e especialistas do próprio Itamaraty. É nesse diapasão que surgiram as primeiras rupturas de estratégia e agendas de Dilma Rousseff em relação à Lula da Silva: da aversão à diplomacia institucional do MRE por parte da presidente, surgiu um espaço de poder praticamente autônomo, que seria preenchido por diplomatas no topo e membros dos demais ministérios na base.

Considerado isto, podemos afirmar que o Brasil, apesar de todos os tensionamentos políticos, institucionais, econômicos e sociais que sentiu desde 2014, alcançou um novo patamar na forma de tratar a questão imigratória, com o derradeiro fenômeno dos

venezuelanos. Se Dilma Rousseff assumiu o governo com a continuidade do tratamento e agenda de Lula da Silva, que, por sua vez, prosseguia com aquele de Cardoso, ainda que adaptado e agora participe da “política externa ativa e altiva”, a sua política externa migratória sofreria uma ruptura e mudança na passagem para o governo contestado de Temer.

Talvez, a política externa migratória tenha sido o único ponto de conexão e continuidade entre os governos diametralmente opostos de Rousseff e Temer, surgida a partir de uma ruptura dentro da administração da própria presidente, uma vez que grande parte das agendas políticas, como a trabalhista, previdenciária e orçamentária, foram descontinuadas ou ressignificadas em sua essência pelo governo Temer.

Assim, nesse âmbito, emerge mais uma característica da imigração de perspectiva: a sua rápida dinâmica e o desacompanhamento ao mesmo passo por parte dos entes públicos. Trata-se de uma imigração que traz consigo um *boom*, uma rápida inserção e capilarização no país e sociedade de acolhimento e que também, com a mesma velocidade, emigra ou remigra para outros países, caso não logrado o sucesso almejado quando da imigração.

Poder-se-ia afirmar que a imigração de perspectiva, detentora de tais características, seria uma espécie de imigração golondrina, conforme já especificado, entretanto, nem mesmo aqueles categorizados como golondrinos, até então, tiveram dinâmicas de chegada, inserção e saída tão rápidas e perceptíveis por parte dos estudiosos e analistas do tema.

Deste modo, a imigração de perspectiva, especialmente a latino-americana, se movimentou durante a administração Rousseff a partir das possibilidades de trabalho, renda e seguridade social e foi imediatamente interrompida quando da ebulição dos primeiros indicativos que o cenário brasileiro mudaria – o que acabou se concretizando – e para um contexto pior do que aquele existente nos seus países de origem.

Isto posto, também contra-argumentamos ao pensamento tido como preponderante nos demais estudos sobre as migrações recentes para o Brasil, que afirmavam que os imigrantes foram os primeiros a serem demitidos, destacadamente no Sul do país, nas indústrias do couro, calçado e metalurgia.

Essa afirmação não está de todo errada, mas sim, incompleta: os imigrantes africanos e latino-americanos foram os primeiros a antever e sentir os efeitos da crise que se instalaria no Brasil, à exceção dos venezuelanos, que não tinham outra alternativa imediata, o que explica as quedas em todos os ranqueamentos, da imigração irregular até a solicitação de refúgio e emissão de vistos, como demonstram os dados contemporâneos. De fato, ainda está a se processar o fenômeno das migrações de crise no Brasil, cujas repercussões já se mostram na atualidade da agenda política e institucional do país sob o novo governo.

## Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Nunca antes na diplomacia...: a política externa brasileira em tempos não convencionais*. Curitiba: Appris, 2014.

SASSEN, Saskia. *Una sociología de la globalización*. Buenos Aires: Katz, 2007.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. *Política externa migratória brasileira: das migrações de perspectiva à hiperdinamização das migrações durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff*. 631 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/188410>>. Acesso em: 04 maio 2019.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. *Análise do perfil socioespacial das migrações internacionais para o Rio Grande do Sul no início do século XXI: redes, atores e cenários da imigração haitiana e senegalesa*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/117357>>. Acesso em: 04 maio 2019.



**Migrações contemporâneas- da sociologia para a história.  
Uma reflexão sobre os alcances da  
historia do tempo presente**

*Sandra Cristina Donner*<sup>1</sup>

O campo da História é amplo e vasto, disso todos sabemos. Para dar conta de sua pluralidade os estudos de Teoria e Historiografia tem crescido nos últimos tempos, a análise das escritas e pesquisas e a elaboração de ferramentas teóricas para dar conta dos problemas e impasses é feita no calor do momento, na medida da necessidade. Dentro desse contexto é que a História do Tempo Presente e os estudos sobre Migrações contemporâneas se inserem. No movimento, no imediato, na necessidade.

Dentro do senso comum, lidar com os “humanos vivos” historicamente tem sido “tarefa” da sociologia. Aos historiadores ficariam restritos os documentos, os arquivos, os vestígios. Essa percepção sobre o *ofício do historiador* e seus *objetos* remonta a Escola Metódica, mas nem sempre foi assim. No “DNA” da disciplina, nos escritos gregos e romanos, a história relatada e analisada era a da expansão, das batalhas, o historiador dando fé ao que viu e/ou ouviu. Todavia, foi se construindo um distanciamento em relação ao contemporâneo. Especialmente no século XIX, com a valorização do documento escrito, o passado recente, ainda vívido, era a seara dos gabinetes de curiosidades, dos cronistas, dos

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela UFRGS e professora no curso de História da FACCAT- Taquara, Brasil.

literatos. Ao historiador estavam reservados os arquivos e os métodos.

Esse corte temporal, na escolha do objeto de pesquisa, possui relação com o *valor* dado aos documentos. Até um tempo muito próximo, os documentos escritos e vestígios arqueológicos eram as únicas fontes possíveis para o trabalho do historiador. O uso dos relatos orais, das testemunhas, não era visto com credibilidade. Como fazer então a história desses migrantes? Como compreender historicamente sua caminhada?

O campo da História do Tempo presente vem ao encontro dessas demandas. A proposta desses historiadores seria questionar e compreender o recorte temporal no qual estão inseridos, os acontecimentos que lhes são próximos, que possuem uma memória partilhada. Para as historiadoras Delgado e Ferreira essa dimensão temporal leva a outras particularidades:

“A configuração da história do tempo presente está relacionada inexoravelmente à dimensão temporal. Algumas de suas características definidoras decorrem dessa matriz nuclear. Existe um marco de início do tempo presente? Como essas mudanças e movimento da história interferem em sua delimitação temporal? Tais elementos interferem na metodologia de sua pesquisa e na seleção de fontes que serão investigadas e produzidas? Essas são questões que o pesquisador do tempo presente não pode desconsiderar, pois são definidoras do campo constitutivo do tempo presente.” (DELGADO, FERREIRA, 2014, pg. 8)

Partindo desse pressuposto, a forma de problematizarmos a pesquisa passa por uma leitura mais refinada da cronologia e uma compreensão dos movimentos do tempo. Segundo Dosse (2012) a observação da contemporaneidade do não contemporâneo e as ativações do trabalho de memória são peças fundamentais a serem levadas em consideração nas investigações e análises desses objetos e processos tão próximos ao pesquisador.

Atualmente essa “permissão” temática tem tomado corpo, nem sempre foi assim. O surgimento “oficial” desse campo ocorreu

em 1978 com a criação do Instituto de História do Tempo Presente, e teve como primeiro diretor François Bédarida. O IHTP era parte do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França. Seus estudos passaram a investigar a II Guerra Mundial, o Nazismo e os movimentos antissemitas. Com temas sensíveis à história nacional, passaram a discutir também o avanço da memória sobre as comemorações e os usos do passado.

Esse grupo de pesquisadores retoma uma tradição antiga, dentro da historiografia, que ficou adormecida ao longo dos séculos XIX e uma boa parte do XX. Os historiadores Metódicos, escola histórica que surge em meados do XIX na França, definiram as regras para o estudo e a prática de uma História científica. Onde através de documentos escritos, que passassem pela crítica e análise sobre sua veracidade, se investigariam as sociedades no passado e suas metamorfoses. Esses historiadores se encontravam em disputa com os eruditos, os historiadores literatos, os ensaístas.

A constituição de um campo profissional, em que a formação clássica, com o domínio da paleografia, das línguas antigas, como o latim e o grego, e na diplomática e numismática, impunha exigências que afastavam os amadores. Aliou-se a isso a crença de que os documentos escritos, e preferencialmente os oficiais, seriam confiáveis enquanto os testemunhos orais não seriam dignos de crédito (FERREIRA, 2000).

Em 1898 foi criada a Association d'Histoire Moderne et Contemporaine, que passou a pesquisar a história da república, todavia, como os historiadores profissionais, que eram majoritariamente republicanos, eram contra esse recorte temporal, a seleção e preservação da memória nacional francesa caiu nas mãos de historiadores amadores em sua maioria antirrepublicanos. A argumentação dos profissionais para não assumirem essa temática era de que seria muito difícil afastar a História da Política.

No início do século XX com a ascensão da Escola dos Annales a História do Tempo Presente também não encontrou espaço. Esse grupo de historiadores, embora admitisse que deveriam participar

da vida na sociedade de forma ativa e política, em especial Marc Bloch, entendia que a História era feita de processos de longa duração. Os acontecimentos do passado recente não permitiram a formação de séries de documentos inviabilizando a história seriada e quantitativa que era empreendida por esse grupo. Dentro dessa perspectiva, o testemunho dos indivíduos era visto como uma visão individual e não representativa do processo histórico.

Todavia, ao longo do século XX nas gerações posteriores dos *Annales* essa característica teórica foi se modificando. Segundo Ferreira, no limiar dos anos 80 a importância da História Contemporânea e do Tempo Presente passou a ser inegável nos estudos históricos:

Entretanto, a partir da década de 1980, registraram-se transformações importantes nos diferentes campos da pesquisa histórica. Revalorizou-se a análise quantitativa e resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, ganhou novo impulso a história cultural, ocorreu um renascimento do estudo do político e incorporou-se a história o estudo do contemporâneo. (FERREIRA, 2012, pag. 319)

Essa valorização do contemporâneo veio junto a novas abordagens sobre a memória. Se antes era desvalorizada ou ignorada, agora, a partir dos estudos de Maurice Halbwachs e Pierre Nora ela encontra o estatuto de ser fonte e objeto de pesquisa. Os processos que levam a sua formação, qual “tipo” de memória ascende ao status de nacional, como ela é produzida e reproduzida na sociedade. Todas essas questões encontraram espaço nos estudos da História do Tempo presente. As relações entre rememoração e a transformação em memória coletiva estaria inserida dentro dessa “era das comemorações” e daria espaço para pela compreensão de seu funcionamento (FERREIRA, 2012, pág. 321). Haveria então espaço para apropriar-se da memória e de seus *lugares de memória*



e transforma-la em História: o produto da *operação historiográfica*, passando pela ação do historiador no campo do Tempo Presente.

Com as aproximações trazidas pelo Tempo Presente, também as fontes foram amplificadas. Os testemunhos orais ganharam metodologia própria e instrumentos que permitem sua exploração dentro da pesquisa acadêmica. Além disso, há uma abundância de imagens, produções cinematográficas, músicas, material jornalístico e literário. Para Delgado e Ferreira, a produção de fontes pode ir ainda mais longe: “No caso da história do tempo presente, a essa profusão de fontes agrega-se a possibilidade que o historiador de produzir ele mesmo fontes para sua pesquisa e de seus colegas. A título de exemplo, cabe ressaltar a história oral e a produção de fontes iconográficas.” (2014, pág. 9).

Essas novas possibilidades do campo da História trazem também novos questionamentos sobre o papel e o ofício do historiador. Segundo Dosse, agora o historiador precisa estar mais atento aos “estágios da subjetividade” que seriam: 1- escolha dos documentos, 2- ligação de causalidade no explicar/compreender, 3- na tradução da linguagem do passado para o presente, 4- caráter humano do conhecimento histórico, preso ao que lhe escapa ao desejo de tornar presente ou visível o ter sido (DOSSE, 2014, pág. 13).

Outro fator de complexidade do campo da História do Tempo presente está na escrita e na pesquisa sob o olhar vigilante da testemunha. Que pode contestar o historiador, tornando mais minucioso o trabalho com as fontes a fim de buscar a verdade em História. Para Rousso o historiador ao se aventurar por esse campo precisa estar consciente de que haverá disputas de memórias e usos da História sobre os quais ele pode não ter controle, ele explica:

Quer dizer, se amanhã eu estiver em um debate com os sobreviventes do Shoah ou as vítimas dos massacres das ditaduras na América Latina-algo que me aconteceu em várias oportunidades- e se me demandam compaixão para compreender e ofertar `ferramentas históricas` para que as vítimas se expressem, eu direi não esta não é minha função. Se você quiser

um terapeuta, pode buscar um psiquiatra, ou então, ir às associações de apoio. Eu estou aqui para outra coisa e, talvez, isso não seja útil para essas pessoas. Isso ocorre quando estamos frente a frente com pessoas que gritam- vocês não têm o direito de afirmar isso! Talvez não o direito, mas é a `verdade`, sentimos muito. (ROUSSO, 2009, pág. 211)

Os temas difíceis estão na contemporaneidade. Com essa afirmação não negamos os conflitos ao longo da História, mas reforçamos que o historiador disposto a trabalhar no campo da História do Tempo presente precisa estar consciente que terá como “colega de trincheira” os jornalistas, por exemplo. Além disso, ele precisa ter clara sua função e sua obrigação de entregar a verdade em História. Enquanto o jornalista, colega citado, não precisa indicar suas fontes, o historiador tem por dever cumprir os passos da *Operação Historiográfica*, ou seja, dizer de onde fala, como fala e apresentar sua escrita.

Em nosso contexto presentista, segundo Hartog- “O presente tornou-se horizonte. Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que precisa, um dia a pós o outro, e valoriza o imediato.” (2013, pág. 148). Portanto as demandas de História e de Memória batem à porta do historiador pedindo resposta. Não tem sido rara as participações dos profissionais nas mídias digitais ou televisivas sendo questionados sobre um determina contexto. Novamente, o historiador precisa estar atento ao seu ofício, o que para Dosse (2014, pág.19) seria estar atento as duas missões contraditórias, de um lado o discurso de desmistificação das crenças da memória coletiva, e de outro fazer valer o discurso racional e científico sobre o passado. Para dar conta dessa dupla responsabilidade ele precisa ter independência em relação às leis memoriais e ao Estado, evitando cair em discursos negacionistas (cada vez mais em voga) para atender interesses pessoais ou estatais.

Por fim, se o campo da História do Tempo Presente está se constituindo na medida em que confronta desafios e demandas, como ele pode dar conta do tema desse evento, as migrações?

As discussões sobre imigrações e emigrações históricas, diferente do que se possa imaginar, não são uma temática livre de conflitos. No contexto em que elas ocorreram neste Brasil marcado por divisões de classe e de raça, elas carregam em si narrativas de memória carregadas de simbologias e significados. Vemos um ressurgimento dessas memórias, nem tão coletivas assim, que certamente sofreram um trabalho para torna-las enquadradas e positivadas. Nesta temática, talvez o historiador não se confronte com as testemunhas, e inclusive seus descendentes não tenham um papel de “supervisão” do trabalho historiográfico. Ou seja, ainda seria possível tratar o tema como os Metódicos faziam, *ouvindo* a vozes do passado.

Mas, cada vez mais temos os migrantes que chegam e partem cheios de suas memórias e vivências, de sua história. Seria o caso de abandonarmos essas temáticas aos jornalistas, aguardando que os documentos “peguem poeira” e a sociologia *dê conta do recado*? Não seria possível já trabalharmos a história dessas pessoas? Recolhermos seus relatos? Constituímos fontes?

O campo da História do Tempo Presente já possui uma caminhada de décadas, sem dúvida partindo das reflexões já discutidas anteriormente é possível fazermos um trabalho sério e historiográfico sobre essas questões. Os desafios são imensos, mas também imensas são as demandas sociais para que essa história seja contada.

Esperamos que mais historiadores se sintam vocacionados para o trabalho com o período contemporâneo e assim, como é usual da História, possamos *beber* de várias fontes, como a sociologia e o jornalismo, e darmos conta dessa temática desafiadora e importante. Levando-se a afirmação de Prost ao seu limite- “O historiador aprecia que, tendo focalizado sua atividade no estudo dos homens que vivem em sociedade, o campo de investigação é praticamente ilimitado. De um ponto de vista externo à história, essa extensão desmesurada é motivo de perplexidade.” (2012, pág. 137).

## Referências

- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2002.
- DELGADO, de Almeida Neves, FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- DOSSE, François. *História do Tempo Presente e Historiografia*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.
- Entrevista- Sobre a história do Tempo Presente- entrevista com o historiador Henry Rousso. In *Tempo e argumento*. Florianópolis, v.1, n1, pg.201-21. jan/jun. 2009.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.
- \_\_\_\_\_. *História, tempo presente e história oral*. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade- presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2013.
- PROST, Antoine. *Doze Lições sobre a História*. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2012.

## Migração, trabalho e contradições sociais no sul do Brasil

*Vania Beatriz Merlotti Herédia*<sup>1</sup>

*Daniele Buffon*<sup>2</sup>

*Débora Kieling*<sup>3</sup>

### Introdução

Não se pode escrever inocentemente sobre a imigração e sobre os imigrantes; não se pode escrever sem se perguntar o que significa escrever sobre esse objeto, ou, o que é o mesmo, sem interrogar-se acerca do estatuto social e científico desse mesmo objeto. (SAYAD, 1998, p. 21).

Os estudos migratórios recentes mostram deslocamentos populacionais e mobilidades que ocorrem no mundo, a partir de demandas sociais emergentes dos países de origem. Em alguns contextos de imigração, os conflitos são visíveis e refletem o grau de não aceitação, por parte de grupos nativos, da presença de imigrantes no mundo do trabalho. A pesquisa traz dados colhidos pelo Núcleo de Estudos Migratórios da Universidade de Caxias do Sul, no Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), que tem se dedicado a estudos sobre migrações internacionais, principalmente acerca dos senegaleses, haitianos, latinos e asiáticos. O presente estudo tem como foco a presença de senegaleses em Caxias do Sul e tem como fonte principal registros efetuados no CAM, cujos

---

<sup>1</sup> Doutora em História, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil.

resultados evidenciam a inserção desse grupo étnico na cidade. O estudo também descreve percursos realizados pelo grupo, desde a saída do país de origem até a chegada no Brasil.

A questão norteadora do estudo dos senegaleses foi: Como essa migração, identificada nos princípios do Islã, se insere numa sociedade católica de formação? E, que contradições enfrentam esse grupo étnico, à medida que convive com a população nativa, que também é fruto de migrações históricas e contemporâneas?

A abordagem metodológica é crítica, uma vez que o estudo pretende apresentar dados utilizados que foram coletados no Centro de Atendimento ao Migrante em Caxias do Sul, no período de 2014-2016 e discutir onde os migrantes estão inseridos, suas contradições e relações. Além dos dados quantitativos, foram utilizadas entrevistas com senegaleses e registros feitos pela imprensa local, na comprovação do discurso de que os migrantes carregam culturas muito distintas nem sempre compreendidas pelos nativos. Os dados quantitativos provêm do Banco de Dados do CAM e os relatos das entrevistas realizadas com vários senegaleses serviram para aprofundar questões que aparecem nos dados quantitativos bem como a discussão sobre o mercado de trabalho. Os entrevistados assinaram Termo de Consentimento Livre Esclarecido e participaram de várias rodas de conversas organizadas pelo grupo que participa dos Estudos Migratórios.

Observa-se que a procedência dos migrantes permite a reflexão do esgotamento de economias de países emergentes, que tiveram sua independência recente e que sofrem com o desenvolvimento econômico de seu país. A República do Senegal fez sua independência apenas em 1960, o que significa que sua experiência como colônia prevaleceu e como república é recente. O Senegal foi um lugar de tráfico de escravos, o que marca sua história passada pela influência de diversos colonizadores desde portugueses, ingleses, holandeses e franceses.<sup>4</sup> O Senegal fez parte

---

<sup>4</sup> “As viagens portuguesas na *Era das Descobertas* não só serviram para alargar o conhecimento europeu de África, como também iniciaram um processo que iria transformar o pensamento europeu sobre os

da África Ocidental Francesa, o que demonstra a influência da língua até os dias atuais.

O estudo define imigrante como aquele que faz o deslocamento, e o deslocamento reflete “mudanças nas relações entre pessoas (relações de produção) e entre essas e o seu ambiente físico”. (BECKER, 1997, p. 323). Mesmo que a imigração possa ser provisória, aquele que se desloca traz para a discussão na sociedade receptora as questões de origem, da cidadania, da nacionalidade, do papel do Estado e das demandas sociais.

Sayad (1998, p. 18) diz que “a presença do imigrante é uma presença estrangeira” e que essa condição provisória não lhe dá direitos políticos, apenas econômicos porque para a sociedade receptora o que interessa é apenas o trabalho e não as demais condições que o imigrante carrega consigo. O autor explica que existe uma “ilusão de presença/ausência”, quando trata de direitos políticos, e que mesmo que o imigrante tenha consciência desse atributo, a sociedade receptora o trata a partir dessa condição. Nesse sentido, as migrações interessam mas apenas para aqueles que desejam o capital.

Abbatecola e Ambrosini (2009, p. 22) dizem que o imigrante “aparece nos últimos anos como figura crucial de uma série de dinâmicas das economias contemporâneas”. Explicam que as formas de emprego do trabalho, segundo modalidades contratuais que o imigrante enfrenta, são muitas vezes sazonais, de tempo determinado, de jornada parcial e de conveniência apenas para quem emprega. Afirmam que o emprego em pequenas e médias empresas pode apresentar maior liberdade de demissão, sem estar preocupado com essas situações. Complementam dizendo que essas modalidades:

---

africanos. O contexto para esta transformação foi o comércio escravagista transatlântico.” (PARKER; RATHBONE, 2007, p. 16). Segundo esses autores a escravatura fora “uma característica de destaque no mundo mediterrâneo clássico e continuara de várias formas na Europa medieval. Também existia no mundo muçulmano incluindo o Norte de África, e na própria África subsaariana. No entanto, foi o comércio escravo no atlântico, que entre os séculos XVI e XIX envolveu uma migração forçada de cerca de 12 milhões de africanos para as Américas que desenvolveu um elo explícito das mentes européias entre inferioridade racial, a escravatura e África.” (PARKER; RATHBONE, 2007, p. 16).

corroboram a tese de uma re-mercantilização do trabalho: uma gestão do trabalho humano que tende a se desvincular das garantias elaboradas ao longo do percurso do século XX e que no confronto dos imigrantes pode praticar com mais liberdade e menos hesitação. (Abbatecola; Ambrosini, 2009, p. 23).

Chamam a atenção que aqueles que não possuem “visto de entrada” colocam-se em situação de maior exploração e que, de forma paradoxal, “as relações de mercado mais fortes reinam nos espaços por definição, retirados das regras, que estão de várias formas ligadas ao funcionamento e até mesmo ao desenvolvimento competitivo da economia oficial: a lógica da terceirização”. (Abbatecola; Ambrosini, 2009, p. 23).

Figura 1 - Mapa do Senegal



Disponível em:

[https://www.google.com/search?q=mapa+senegal+dakar&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=aGXCSPHCNopkJM%253A%252CxsMAfQ5XvSVozM%252C.&vet=1&usq=AL4\\_kT1oFBcjMA7OtOUpDISTTYTzQE9BA&sa=X&ved=2ahUKewiklym94uvhAhULHbkGHZh\\_A4Q9QEwAXoECasQBA#imgdii=7yRlb8lacaAzsM:&imgrc=aGXCSPhCNopkJM:&vet=1](https://www.google.com/search?q=mapa+senegal+dakar&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=aGXCSPHCNopkJM%253A%252CxsMAfQ5XvSVozM%252C.&vet=1&usq=AL4_kT1oFBcjMA7OtOUpDISTTYTzQE9BA&sa=X&ved=2ahUKewiklym94uvhAhULHbkGHZh_A4Q9QEwAXoECasQBA#imgdii=7yRlb8lacaAzsM:&imgrc=aGXCSPhCNopkJM:&vet=1). Acesso em: 25 abr. 2019.

## Quem são os senegaleses?

Os imigrantes que provêm do Senegal são na sua maioria jovens, homens e com escolaridade baixa. As tabelas a seguir



evidenciam essas características, o que confirma que os senegaleses quando migram buscam trabalho como motivo principal. Os homens são a maioria, mesmo que, nos últimos anos, tenham também migrado mulheres. Entretanto, a tradição nas migrações remete a traços da sociedade tribal, com a qual o homem migra em busca de condições de sustento para seu grupo. Nesse sentido, o fato de mulheres migrarem já indica uma mudança no padrão de migração, o que reflete que as migrações contemporâneas trazem inovações, que repercutem nas alterações dos valores da sociedade de partida. No registro do CAM, desses três anos em estudo, os homens são 98,8% e as mulheres apenas 1,2%, ou seja, dos 1.989 imigrantes senegaleses registrados, 1.966 são do sexo masculino e 23 do sexo feminino, o que comprova o dito anterior.

Tabela 1 – Distribuição absoluta e percentual da faixa etária dos senegaleses cadastrados no banco do CAM em 2014, 2015 e 2016

Faixa etária	Frequência	
	Absoluta	Percentual
0 a 10	7	0,35%
11 a 20	71	3,57%
21 a 30	1.126	56,61%
31 a 40	659	33,13%
41 a 50	97	4,88%
Mais de 50	25	1,26%
Não informado	4	0,20%
<b>Total</b>	<b>1.989</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Banco de Dados do Núcleo de Estudos Migratórios da UCS e do CAM. Anos de 2014, 2015 e 2016. Elaboração: Daniele Buffon (Probic – Fapergs) e Débora K. Pavan (Pibic – CNPq).

Migrar no Senegal faz parte de uma tradição e reflete a falta de oportunidades para alguns grupos de sobreviver à realidade. Por que migram quando jovens e não enquanto crianças? Os senegaleses, mesmo que vivam em áreas rurais frequentam escolas que lhes permitem aprender a língua oficial e, ao mesmo, tempo promovem o conhecimento da cultura. A escola árabe é bastante

procurada. A migração é uma alternativa que faz parte da cultura. Entretanto, migram após adquirirem escolaridade básica. Constatase que não migram velhos, e que as mulheres e as esposas do grupo permanecem no lugar de origem.

Tabela 2 – Distribuição absoluta e percentual do grau de instrução dos senegaleses cadastrados no banco do CAM em 2014, 2015 e 2016

Grau de instrução	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Alfabetizado(a)	42	2,11%
Analfabeto(a)	124	6,23%
Ensino Fundamental incompleto	736	37,00%
Ensino Fundamental completo	324	16,29%
Ensino Médio incompleto	131	6,59%
Ensino Médio completo	274	13,78%
Ensino Superior incompleto	40	2,01%
Ensino Superior completo	32	1,61%
Não informado	286	14,38%
<b>Total</b>	1.989	100,00%

**Fonte:** Banco de Dados do Núcleo de Estudos Migratórios da UCS e do CAM. Anos de 2014, 2015 e 2016. Elaboração: Daniele Buffon (Probic – Fapergs) e Débora K. Pavan (Pibic – CNPq).

Constata-se, nos registros do CAM, que os senegaleses que chegaram a Caxias do Sul, RS, possuem Ensino Fundamental incompleto, 37% desse grupo; Ensino Fundamental completo apenas 16,29%; Ensino Médio completo, 13,78%, e Ensino Médio incompleto 6,59%. Mesmo que tenham esse grau de instrução, falam mais de uma língua e conseguem se comunicar por meio do francês. A língua que predomina nesse grupo é o *wolof*, que é a língua de várias tribos étnicas. O número de analfabetos é significativo, ou seja, 6,23%, o que implica maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho. O número de senegaleses com Ensino Superior completo é reduzido, ou seja, corresponde apenas a 1,61%, o que representa uma formação profissional fornecida pela universidade.

Tabela 3 – Distribuição absoluta e percentual do estado civil dos senegaleses cadastrados no banco do CAM em 2014, 2015 e 2016

Estado civil	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Solteiro(a)	1.062	53,39%
Divorciado(a)	15	0,75%
Casado(a)	762	38,31%
Separado(a)	11	0,55%
Não informado	139	6,99%
<b>Total</b>	<b>1.989</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Banco de Dados do Núcleo de Estudos Migratórios da UCS e do CAM. Anos de 2014, 2015 e 2016. Elaboração: Daniele Buffon (Probic – Fapergs) e Débora K. Pavan (Pibic – CNPq).

Quanto ao estado civil, observa-se que 53,39% são solteiros, 38,11% é casado. É importante lembrar que, no país de origem, a poligamia é aceita, uma vez que a maioria é muçulmana. O número de casamentos aceitáveis reflete a condição de sustento. O fato de ser divorciado ou separado não exime das responsabilidades com a família. O percentual de divorciados e separados é baixo e não chega a ser um problema na análise.

Tabela 4 – Distribuição absoluta e percentual da situação de trabalho dos senegaleses cadastrados no banco do CAM em 2014, 2015 e 2016

**Fonte:** Banco de Dados do Núcleo de Estudos Migratórios da UCS e do CAM. Anos de 2014, 2015

Situação de trabalho	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Empregado(a) regular	372	18,70%
Empregado(a) Irregular	7	0,35%
Desempregado(a)	1.219	61,29%
Autônomo(a) formal	16	0,80%
Autônomo(a) informal	35	1,76%
Auxílio doença	2	0,10%
Trabalhos temporários	1	0,05%
Não informado	337	17,39%
<b>Total</b>	<b>1.989</b>	<b>100,00%</b>

e 2016. Elaboração: Daniele Buffon (Probic – Fapergs) e Débora K. Pavan (Pibic – CNPq).

A Tabela 4 aponta que o número de desempregados é bastante alto no período de 2014-2016. Os dados indicam que o número de desempregados é o dobro dos empregados regulares, sem falar do trabalho autônomo e do irregular e do trabalho temporário. A condição de desempregado é a mais frequente para aqueles que procuram o CAM. Segundo a imprensa local, cerca de 3.000 senegaleses moram na cidade e quase “200 imigrantes estão sem emprego em Caxias do Sul”. O depoimento de um migrante senegalês reflete essa situação. O depoente é o jovem Osuman Thioub, de 24 anos. Conforme relato da imprensa, o mesmo chegou a Caxias em 2015 e permaneceu na casa de amigos senegaleses. Quando morava no Senegal, era professor de árabe e devido aos salários baixos, decidiu migrar para o Brasil. O migrante relata que procura emprego todos os dias. “Eu tento todos os dias, vou a todos os lugares, mas eu não consigo encontrar emprego”. (JORNAL PIONEIRO, 2015).

A notícia citada abaixo trata da situação que os migrantes enfrentam na cidade em busca de trabalho. “Nos últimos meses, o cenário urbano de Caxias tem se modificado com a presença dos migrantes. A sós ou em grupos, é comum avistá-los na área central, vendendo produtos de procedência duvidosa”. (JORNAL PIONEIRO, 16 de maio de 2014).

A notícia da imprensa divulga o que os migrantes estão fazendo na cidade, onde trabalham e porque são preferidos em relação aos nativos.

[...] A maioria está empregada, principalmente em metalúrgicas e frigoríficos da cidade, e nas horas vagas, vende relógios, pulseiras e peças de decoração. A conquista do espaço no mercado de trabalho local é uma matemática fácil de entender: eles precisam de dinheiro para enviar às suas famílias, que permaneceram no país de origem, e por isso se dedicam com afinco, são assíduos ao trabalho e não geram rotatividade nas empresas. Acabam provocando até certo desconforto para alguns colegas por serem tão disciplinados em suas funções. (JORNAL PIONEIRO, 16 de maio de 2014).

O que essa notícia traz também é que muitos procuram emprego e quando não encontram se movimentam em busca do mesmo, já que eles precisam de recursos tanto para permanecer em Caxias do Sul como para enviar para os familiares no Senegal.

Uma pergunta que é fundamental para entender a cultura de origem desse grupo migratório é de qual região provinham, e o estudo mostra que as procedências são distintas. O Senegal é um país organizado “em 14 regiões administrativas, que são divididas em 45 departamentos, que por sua vez se dividem em 103 distritos. Esses distritos são subdivididos em 110 comunidades e 320 comunidades rurais” (HERÉDIA; PANDOLFI, 2014, p. 110). As quatorze regiões administrativas do Senegal são: Dakar, Diourbel, Guediawaaye, Kaolack, Kebemer, Mbacke, Meckhe, Pikine, Thies, Tivaouane, Touba, Yembeul.

O roteiro de viagem parte de Dakar para Madrid, após Quito opção por Lima/ Peru e outra possibilidade por Cobija/Bolívia, com ingresso por Basiléia. A entrada para o Brasil pelo Acre foi comum ao grupo estudado. Já no estudo que foi realizado pelo Núcleo de Estudos Migratórios da Universidade de Caxias do Sul, de 2010 a 2014, acerca dos senegaleses no Sul do Brasil, têm-se aqueles que já se encontravam na Argentina e entraram no Brasil por Uruguaiana/RS, mas o percurso era principalmente pelo Peru e pela Bolívia.

### **Alguns relatos de senegaleses acerca do mundo do trabalho**

Os relatos dos senegaleses apontam as dificuldades que muitos encontraram nas indústrias onde trabalharam. Relatam que trabalham em lugares distintos do que trabalhavam no país de origem e ocupam funções diversas. As declarações conduzem à constatação de precarização no trabalho e uma série de exigências que são postas como condição de permanecer no emprego. Das mais citadas foram: as condições de trabalho referentes à jornada de trabalho, ao pagamento, à não valorização do trabalho e à ocupação de trabalho mais duro.

*Eu vim por causa do trabalho. O trabalho no Senegal está bom, mas os salários são muito baixos. Trabalho como ajudante de cozinha. Eu fiz curso de cozinha Aprendi a cozinhar [Entrevistado 5, 2014].*

*No Senegal eu era professor de árabe para crianças. Aqui estou trabalhando na construção civil como servente de pedreiro. Ganho R\$ 4,20 por hora [Entrevistado 35, 2014].*

*Sou costureiro. Tem trabalho, mas o salário é pouco. [Entrevistado 24, 2014].*

*Eu era pescador. O mar grande, muito peixe. Hoje sou pintor. [Entrevistado 27, 2014].*

As dificuldades mais frequentes denunciadas pelos migrantes referem o fato de não terem carteira assinada, o que não lhes garante nenhum direito ao serem demitidos. Além dessa insegurança, o salário é muito baixo e o esforço no trabalho muito alto. Não existe reconhecimento do seu valor por parte de quem os contrata. Além dessas reclamações, afirmam que precisam ainda trabalhar duplamente para poder enviar dinheiro para casa. Dividem as despesas de aluguel e refeições com outros migrantes, o que lhes permite pagarem as contas diárias.

Alguns depoimentos descrevem que muitas vezes tornam-se alvo de brincadeiras entre colegas, no lugar de trabalho. Não podem revidar, pois podem perder o emprego. Muitos fizeram curso do *Pronatec* no *Senai* e reconhecem que se atualizaram por meio das aulas.

Relatos de jornais e revistas divulgam dados semelhantes ao que identificamos na pesquisa em outras cidades do país. É o caso do relato da revista *Carta Capital* (2014), que elucida a presença de senegaleses na cidade de Marechal Cândido Rondon, situada no nordeste do Paraná e as condições que os migrantes enfrentam no trabalho.

Nos últimos quatro anos, pelas morenas e negras começaram, porém, a se multiplicar na região, de forma silenciosa, porém constante, trazidas pelos exportadores de frango. Primeiro os

haitianos, que não se adaptaram. Depois os bengalis e os senegaleses. [...] Em uma esquina da principal rua da cidade encontramos um velho hotel de madeira onde a Copagrill, empresa local produtora e exportadora de frangos, hospeda os trabalhadores estrangeiros. As instalações são precárias. Há mais de 45 senegaleses alojados, dois bengalis e um somali. Apenas três ou quatro conseguem balbuciar palavras em português. São todos bem jovens, no máximo 35 anos. Recebem pouco mais de um salário mínimo (870 reais) para empacotar e carregar caixas na parte mais fria do frigorífico, onde os brasileiros se recusam a trabalhar. A realidade é semelhante em todos os frigoríficos, dos maiores aos menores. (CARTA CAPITAL, 17 de jun. de 2014).

Já vi jornadas de 17 horas em frigoríficos, critica o promotor do Trabalho Heiler de Souza, do MPT paranaense. “Os estrangeiros certamente vão entrar num círculo de superexploração, pois a carência é grande, e, como não conhecem a legislação brasileira, as empresas têm a segurança prática de que não serão demandadas judicialmente. Tanto é que, nas minhas fiscalizações, os estrangeiros são os que se calam, não se queixam. Sob a ótica do empregador, é ótimo.” (CARTA CAPITAL, 17 de jun. de 2014).

Muitas críticas são feitas por jornais de municípios brasileiros quanto ao trabalho ambulante. Em alguns jornais, a crítica em relação ao comércio informal é bastante severa. Os jornais mostram a prática dos migrantes e, ao mesmo tempo, as dificuldades que enfrentam para se manter.

Às oito horas da manhã, o dia de trabalho começa para Kalil Abdou. Na Rua 4 com a Avenida Goiás, ele tenta ganhar um pouco mais para ajudar os pais que vivem em outro continente. Vindo da África, há dois anos Abdou conheceu o Brasil, mais especificamente, conheceu Passo Fundo, município do Rio Grande do Sul. Ele exercia sua profissão de ferreiro, na área de Construção Civil. Aqui, na capital goiana, vende óculos escuros vindos de São Paulo. O preço inicial é R\$ 20,00. Mas, com a pechincha, pode sair por R\$ 17,00. (JORNAL OPÇÃO, 2014, p. 1).

Nos primeiros quinze dias, o lucro fez com que Abdou continuasse na cidade. Essa é a regra: se as coisas vão bem, se tem algum retorno, ele fica na região. Se não, o jeito é tentar a vida em outro

lugar. “Por enquanto, as coisas não estão 100%, mas elas vão melhorar.” É assim o mercado. O africano da cidade de Dakar, capital e maior cidade do Senegal, na península do Cabo Verde, já sabe a lógica das vendas goianas. Início de mês, as coisas vão bem. Depois, as compras caem. Até que no dia cinco, os salários chegam. Aprendeu isso no curto tempo que reside em um apartamento na região central. Um mês, apenas. (JORNAL OPÇÃO, 2014, p. 1).

## **Considerações finais**

O estudo mostra, por meio de seus resultados, que um número considerável de senegaleses se instalou na cidade de Caxias do Sul em busca de trabalho. Tanto nos dados quantitativos quanto nas entrevistas e fontes de jornal, a presença dos senegaleses fez história em Caxias do Sul. Nos dados quantitativos, constata-se que os senegaleses registrados no CAM são na sua maioria: homens, jovens, muçulmanos, provenientes de diversas regiões do Senegal, principalmente Touba, Dakar, Diourbel, Thies, que saíram da sua terra em busca de trabalho.

Com a análise das entrevistas tem-se a evidência de que os senegaleses enfrentaram muitas tensões na inserção no mercado formal e informal na sociedade local. Os principais setores, nos quais conseguiram se instalar foram: indústrias de beneficiamento agrícola, da construção civil, estabelecimentos do comércio e de serviços. De maneira geral, registram descontentamento quanto às condições de trabalho, pois percebem as diferenças que enfrentam frente a outros trabalhadores, e as exigências que sofrem nos ambientes de trabalho. As reclamações referem-se a: jornadas longas, baixos salários, nenhuma garantia de permanecer no trabalho.

Os relatos da imprensa também corroboram as situações de cunho racista e xenofóbico enfrentadas na cidade. Em setores públicos, esses migrantes também sofreram preconceitos, uma vez que são vistos como mão de obra substituta de nativos, dificuldades que foram sendo superadas por uma série de ações promovidas



pelos próprios migrantes, numa demonstração de solidariedade e senso social.

A religião não foi considerada um problema de integração nem de preconceito, mas a questão da ocupação, da raça, de alguns costumes. A solidariedade que une os senegaleses entre si foi um elemento que se destacou como resultado da pesquisa.

## Referências

AMBROSINI, M.; ABBATECOLA, Emanuela. *Migrazioni e società: una rassegna di studi internazionali*. Milano: Franco Angeli, 2009.

AMBROSINI, M. *Sociologia delle migrazioni*. 2. ed. Bologna: Mulino, 2011.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CESCHI, Sebastiano (org.) *Movimenti migratori e percorsi di cooperazione: l'esperienza di co-sviluppo di Fondazioni Africa-Senegal*. Roma: Carocci, 2012.

CESCHI, Sebastiano; MEZZETTI, Petra. Migranti come forza internazionale per lo sviluppo? Un'analisi con luci e ombre. In: CESCHI, Sebastiano. *Movimenti migratori e percorsi di cooperazione: l'esperienza di co-sviluppo di Fondazioni Africa-Senegal*. Roma: Carocci, 2012. p.19-33.

GRIMSON, Alejandro; JELIN, Elizabeth (org.). *Migraciones regionales hacia la Argentina: diferencia, desigualdade y derechos*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HERÉDIA, V. B. M.; MOCELLIN, Maria Clara; SANTOS, Maria do Carmo (org.). *Mobilidade humana e dinâmicas migratórias*. Porto Alegre: Letras & Vida, 2011.

HERÉDIA, V. B. M. *Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2015.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, maio/ago. 2006. Disponível em: [www.scielo.br/](http://www.scielo.br/). Acesso em: 7 set. de 2016.

PATARRA, Neide Lopes; FERNANDES, Duval. Brasil, um país de imigração? *Revista Internacional em Língua Portuguesa – RILP*, n. 24, p. 65-96, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A globalização e as ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SAYAD, Abdelmalek. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

TEDESCO, João; GRZYBOVSKI, Denize. Senegaleses no norte do Rio Grande do Sul: integração cultural, trabalho e dinâmica migratória internacional. *REP – Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 18, n. 2, p. 336-355, jul./dez. 2011.

SAKHO et al. Migration et genre au Sénégal. Notes d’analyse et de synthèse. Série *Module démographique et économique*. Florence: European University Institute, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, 2011.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, P. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: CEBRAP, 1973.

## Sites

[www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/estrangeiros-ambulantes-busca-pelo-pao-dia-dia-em-outro-pais-15419](http://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/estrangeiros-ambulantes-busca-pelo-pao-dia-dia-em-outro-pais-15419). Acesso: 5 maio 2019.

<http://www.ikmr.org.br/2014/06/o-drama-dos-muculmanos-nos-abatedouros-brasileiros> Acesso: 5 maio 2019.

<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2015/06/quase-200-imigrantes-estao-sem-emprego-em-caxias-do-sul-4775549.html> Acesso: 5 maio 2019.

<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2014/05/senegaleses-e-haitianos-estao-inseridos-na-comunidade-de-caxias-do-sul-4502057>. Acesso em: 7 jun. 2015.

## **Migrações Históricas**



## **Os teuto-brasileiros no sul do Brasil: apontamentos sobre a formação do grupo étnico e o processo de atualização da etnicidade**

*Caroline Finger Stresser*<sup>1</sup>

### **Introdução**

Desde a chegada dos portugueses em 1500 até os dias atuais, o Brasil passou por diversas experiências de migração, das mais diferentes formas, com imigrantes das mais diferentes origens e etnias. Podemos citar como um dos maiores processos migratórios ocorridos em território nacional, a migração forçada dos povos de origem no continente africano para o trabalho escravo em terras brasileiras.

Com a abolição da escravatura, houve um segundo grande processo migratório que foi a vinda dos imigrantes europeus para a substituição da mão de obra escrava para o trabalho no interior do país. Nesse mesmo período histórico ocorreu também a migração de alemães e italianos para o Sul do Brasil, com o objetivo de ocupar as regiões que ainda não haviam sido ocupadas e eram territórios fronteiriços e de disputa.

Como podemos observar, a história do Brasil é uma história de migrações externas e também internas. E é especificamente um desses processos migratórios que é tema do presente trabalho. O objeto de pesquisa deste trabalho são os imigrantes alemães e seus

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS) - Porto Alegre/RS.

descendentes que formaram o grupo étnico “teuto-brasileiro”, ou simplesmente “alemães”, que é como os pertencentes a esse grupo se auto identificam. O presente trabalho tem como objetivo elencar os principais processos históricos vividos pelo grupo étnico teuto-brasileiro do século XIX ao século XXI no Sul do Brasil.

O texto está estruturado da seguinte maneira: inicia com a migração alemã para o Brasil no século XIX e percorre de os processos históricos vividos pelo grupo de maneira geral até chegar as novas formas da expressão da etnicidade no século XIX. Para demonstrar essa nova forma de expressão, no final do texto há um pequeno exemplo empírico da etnicidade alemã no século XIX no interior do Rio Grande do Sul. O presente trabalho é uma primeira aproximação com o tema e não pretende esgotar os diferentes aspectos de um processo tão complexo, e sim fazer apontamentos iniciais sobre as bases deste processo de formação do grupo étnico.

### **Fases da colonização**

A imigração alemã para o Brasil está inserida dentro de uma política de colonização que iniciou-se já no período colonial e depois foi desenvolvida mais profundamente durante o período do Brasil império. Esse projeto começa a ser desenvolvido já no começo do século XIX quando D. João VI em 1808 assina um decreto que dá aos estrangeiros a possibilidade de acesso à propriedade de terras no país. (SEYFERTH, 2003 p. 21)

Essa política de colonização visava atrair a entrada de imigrantes europeus brancos para o Brasil, com objetivo de ocupar o território nacional e também, em vários casos, substituir o trabalho que era realizado pelos escravizados negros antes do fim da escravidão.

Este processo de imigração de europeus para o Brasil estava extremamente ligada com ideias raciais correntes na época. Foram a partir dessas ideias que surgiram as políticas de imigração especialmente voltadas a populações brancas. Isso porque, já no século XIX autores como Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Nina Rodrigues

pensaram sobre o tema numa visão onde a “raça branca” era vista com louvor, sendo ela responsável por trazer a civilização para o Brasil superando as características negativas deixadas pela “raça negra”. É em consonância com essa visão de mundo que surgem as políticas imigratórias onde a imigração alemã esteve inserida.

Para a realização desta imigração desejada pela elite brasileira, o recrutamento na Europa era feito através de propagandas positivas sobre o Brasil, exaltando a facilidade de acesso à terra e a possibilidade de progresso no novo mundo. Nesse período foram tomadas uma série de medidas para atrair agricultores alemães. Segundo Seyferth (2003 p. 24) aos olhos da elite brasileira, os alemães encaixavam-se perfeitamente no perfil procurado para a colonização no Brasil. Em seu texto a autora faz uma citação do livro de memórias sobre os meios de promover a colonização de autoria de Visconde de Abrantes (1941), no qual o Visconde afirma que:

A Alemanha com uma população de 40 milhões he o paiz da Europa que tem fornecido e fornece o maior numero de colonos ao antigo e novo mundo. A aptidão destes colonos para o trabalho da Agricultura, e para os Officios e Artes, e o seo espirito pacifico e conservador achão-se provados por testemunhos os mais authenticos. (...) Amor ao trabalho e á família, sobriedade, resignação, respeito ás Authotidades, são as qualidades que distinguem os colonos alemaes, em geral dos colonos de outras origens. (ABRANTES, 1941 p. 833-884 aput SEYFERTH, 2003 p.23)

Como podemos observar, em um primeiro momentos os imigrantes alemães eram os preferidos da elite brasileira, ao passo que foi realizada uma massiva campanha para atrair os agricultores alemães para o Brasil. Porém, após a instalação desses no Brasil, a opinião pública passou por um processo de transformação, chegando a se falar em um “perigo alemão”, devido à recusa destes em participar das políticas de assimilação e miscigenação correntes no Brasil. Isso se deve em parte ao fato que o casamento interétnico não era visto com bons olhos pelos imigrantes alemães. Assim, as expectativas da elite brasileira em assimilar e miscigenar não foram correspondidas.

## **1818: primeira fase da colonização alemã no Brasil**

Em 1818 ocorre a primeira experiência de imigração alemã para o Brasil. A primeira colônia é instalada na Bahia, porém a experiência não dá certo em grande medida relacionado ao clima que era muito diferente do encontrado pelos imigrantes em sua terra natal. Assim, a região Sul do país foi uma alternativa mais viável para os imigrantes. E de fato, foi no Sul do Brasil em que a imigração alemã se desenvolveu satisfatoriamente, o maior contingente de colonos alemães no Brasil se estabeleceu nessa região, especialmente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Outro fato é que o governo imperial tinha um objetivos muito específicos com o projeto de imigração para o Sul, Seyferth afirma que:

a decisão do governo imperial de implantar no sul um sistema de colonização com imigrantes agricultores, a partir de 1824, tinha motivação geopolítica - povoar uma região problemática do território nacional, ainda sujeita a disputas fronteiriças com países vizinhos - e um propósito de diversificação econômico objetivando estimular o progresso com a vinda de camponeses e artífices europeus (SEYFERTH, 2000 p. 144)

De fato, foi no Sul do Brasil que a experiência das colônias de imigração teve maior êxito. De qualquer maneira, o ano de 1818 é o marco inicial da chamada primeira fase da colonização que estendeu-se até 1850. Os interesses brasileiros em relação a colonização nesse período eram bem conhecidos: “instalar no país agricultores livres e brancos em áreas não ocupadas pelos latifúndios, num processo sob controle do Estado.” (SEYFERTH, 2003 p. 22). Esses objetivos do império são muito interessantes de serem analisados. Com a imigração para o Sul eram esperados processos distintos dos vividos até então no país, com uma nova organização econômica de base na agricultura familiar o que está ligado e possibilitou o desencadeamento de processos sociais distintos dos vividos na experiência brasileira de forma geral até então.



Outra data importante dessa primeira fase é o ano de 1824, com a fundação da primeira colônia no Sul do país, a colônia de São Leopoldo. Neste mesmo período foram fundadas as colônias de São Pedro de Alcântara, Mafra e Rio Negro (1829). Esse primeiro período, apesar da importância histórica, não teve um fluxo migratório tão intenso, como afirma Seyferth: “as 4 colônias fundadas no sul receberam apenas pequenos contingentes de imigrantes alemães trazidos por agenciadores do governo imperial brasileiro” (SEYFERTH, 2000 p. 145). A primeira fase teve fim devido ao início da Revolução Farroupilha, que iniciou-se no ano de 1835 e impossibilitou por 15 anos a formação de novas colônias no Sul do Brasil.

### **1850: segunda fase da colonização alemã no Brasil**

As principais colônias alemãs no Brasil surgiram na chamada segunda fase da colonização. Foi nessa segunda fase de surgiram as colônias de Blumenau em 1850, Joinville em 1851 além de demais colônias no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nesta fase além de colônias de iniciativa do estado, surgem colônias de iniciativa privada, como é o caso da colônia de Blumenau citada a cima.

Mas o ano de 1850 em si é muito importante, pois é nesse ano são aprovadas duas leis de suma importância: a lei Eusébio de Queirós que põem fim ao tráfico de escravizados negros trazidos do continente africano e a Lei de Terras que regulamentou a posse de terras no Brasil. A lei de terras foi um importante atrativo para os imigrantes alemães, pois, a partir dela se estabeleceu um sistema de venda de pequenas porções de terras públicas para os imigrantes, base do sistema das colônias. (SEYFERTH, 2003, p. 22)

### **Elementos da etnia**

A forma pela qual a colonização alemã se desenvolveu no Sul do Brasil, trouxe resultados bem singulares e em certo sentido conflituosos em relação aos ideais das elites brasileiras de época. De

forma resumida, podemos caracterizar o processo da seguinte maneira:

os colonos alemães foram assentados como pioneiros em terras devolutas, num processo controlado, e ali ficaram isolados da sociedade brasileira, com a qual só teriam contato mais intenso já no período republicano. O sistema privilegiou o regime de pequena propriedade familiar, em lotes demarcados nas picadas e travessões, quase sempre acompanhando os cursos d'água. (SEYFERTH, 2003, p. 27)

Esse processo muito único em território brasileiro gerou consequências também únicas. Pelo menos nos primeiros anos da colonização, os imigrantes viviam em um isolamento geográfico, com pouca assistência do Estado brasileiro. Isso fez com que o isolamento também fosse um isolamento étnico, pois as colônias não eram “mistas” e com a fraca presença do Estado surgiram organizações de auxílio entre os próprios membros da comunidade. As colônias foram desenvolvidas sem uma combinação entre imigrantes de diferentes países da Europa. O que de fato aconteceu foi o estabelecimento de colônias com pessoas da mesma origem: colônias alemãs, italianas, polonesas. (SEYFERTH, 2000 p. 152).

O isolamento étnico também foi influenciado pelo modelo de agricultura praticado nas colônias. Devido a esse modelo econômico de exploração da terra com base na agricultura familiar, não existia um contato constante com outros grupos, o trabalho na roça era feito pelos próprios membros da família (crianças e adultos) e em eventuais momentos onde era necessário mais força de trabalho, eram os próprios vizinhos (também colonos praticantes da agricultura familiar) que auxiliavam mutuamente os membros da comunidade. Assim, as relações tendiam a acontecer para dentro da própria comunidade.

Em decorrência desses fatos, foi possível a formação de grupos étnicos homogêneos, no qual, por exemplo, as pessoas só comunicavam-se utilizando a língua materna (variações regionais

do alemão), eram socializados e educados nessa língua. O ponto é que “este isolamento e a constituição de um campesinato de pequenos proprietários permitiram a formação de uma sociedade étnica, cultural e economicamente diferente da sociedade brasileira.” (SEYFERTH, 2003, p. 28)

Existe aqui um ponto interessante de diferenciação entre a realidade específica das colônias alemãs e a realidade a nível nacional geral. Como argumentado, nas colônias formaram-se grupos étnicos homogêneos, porém a nível de Brasil a miscigenação era vista com uma realidade indiscutível e como elemento da constituição da identidade nacional, quer seja vista com olhar negativo ou positivo (SCHWARCZ, 1993 p. 11). Porém, em contraste a isso, dentro das colônias de imigração alemã o casamento interétnico era condenado (SEYFERTH, 2003, p.45). As colônias viviam um isolamento espacial, mas também étnico. Todas as relações sociais dos teuto-brasileiros aconteciam para dentro da comunidade.

Nessas comunidades não existia uma massiva presença de escravos já que a economia local seguia outra lógica. Porém, existia um contato com a ‘sociedade brasileira’ por parte de um pequeno grupo de pessoas, em relação ao comércio do excedente de alimentos produzidos, bem como em relação às questões burocráticas do estado brasileiro. Como a literatura indica, (SEYFERTH, 2003; RAMBO 2003) só a partir dos anos de 1950 que começou a ocorrer um processo de abertura dessa comunidade em relação a cultura brasileira. Mas, diferenças étnicas não tendem a desaparecer devido a esse maior contato, pelo contrário, existe uma lógica de fricção interétnica entre os grupos. (OLIVEIRA, 1986 p. 437)

No contato entre etnias diferentes houve um rompimento das barreiras físicas, mas mesmo assim as barreiras culturais não deixam de existir. Pois, o contato entre a etnia teuto-brasileira e outras etnias presentes no Brasil não foi apenas uma transmissão consensual da ‘cultura brasileira’ para os teuto-brasileiros, fazendo com que eles fossem “aculturados” (SEYFERTH, 2011, p. 51) ou “abrasileirados”. Nessa interação existiu uma tensão entre os

grupos e uma disputa de poder simbólico entre eles. Nesse momento de tensão e contato são resgatados códigos para marcar essas diferenças, para uma distinção entre ‘nós’ e ‘eles’. Sendo assim, o processo de contato entre grupos étnicos não é meramente o fim de um grupo que será incorporado sem resistência a outro e sim um processo dinâmico de diferenciação. Sendo assim, os “alemães” não deixam de existir por contato com os “brasileiros”.

A formação da etnicidade teuto-brasileira tem como ponto de partida a imigração alemã para o Brasil. Mas, mesmo na sociedade atual, onde o isolamento geográfico e cultural não é mais uma realidade para muitas antigas colônias de imigração alemã, os descendentes de imigrantes alemães ainda tendem a pensar e agir através de um pressuposto de uma diferença entre “nós” “alemães” e “eles” “brasileiros”.

A questão das diferenças étnicas dentro de um mesmo Estado pode ser entendida pelo pensamento de Barth. O autor afirma que “as diferenças culturais podem persistir apesar do contato interétnico e da interdependência entre as etnias” (BARTH, 2000 P. 26), com isso o autor quer dizer que “as distinções étnicas não dependem da ausência de interação e aceitação social, mas, ao contrário, são frequentemente a própria base sobre a qual sistemas sociais abrangentes são construídos”. (BARTH, 2000 p. 26). Sendo assim, é possível pensar em distinção étnica entre teuto-brasileiros e outros grupos étnicos ainda nos dias atuais, apesar do isolamento geográfico não ter se mantido como no início da colonização.

### **Identidade étnica e cidadania**

Mas como pessoas nascidas no Brasil, cidadãs brasileiras podem se autodeclararem alemãs? Isso pode parecer um pouco estranho e contraditório à primeira vista, é necessário distinguir alguns conceitos para entender como essa dinâmica funciona.

De forma resumida, quando um brasileiro descendente de um colono imigrante alemão de autodenomina alemão (na literatura

definido como teuto-brasileiro), o que está em jogo é a seguinte dinâmica:

Teuto-brasileiro, portanto, compunha-se de dois elementos definidores, a origem alemã (direito de sangue) e a cidadania brasileira (seja pela naturalização, seja pelo direito de solo). Tal definição implica duas esferas de ação: a mais importante é a comunidade étnica (na qual devem portar-se como alemães), a outra é a esfera política e econômica mais ampla, na qual devem agir como cidadãos brasileiros. São, porém, são cidadãos que fazem parte de um outro todo, que é a nação alemã (que pode conter uma gama variada de indivíduos de diferentes cidadanias). [...] não pressupunha qualquer laço com o Estado alemão. Ao contrário, tal ideologia reforçava a concepção de um grupo teuto-brasileiro, diferente dos outros brasileiros, mas também diferente dos outros alemães. (SEYFERTH 2003 p. 46)

São duas esferas de ações diferentes, onde a nação não está necessariamente ligado a um território específico, nesse sentido a nação é um fenômeno étnico-cultural (*volkstum*). Weber (2000) pode nos ajudar a entender essa dinâmica. Para os teuto-brasileiros, a nação é uma relação social cooperativa comunitária, ou seja, a nação (ser alemão) está ligado a um sentimento de pertencimento afetivo a um grupo, no caso pertencimento à nação alemã, enquanto que o Estado brasileiro (cidadania brasileira) é uma relação social cooperativa associativa, fundada mais por um interesse racional do Estado brasileiro em ocupar o Sul do país com imigrantes brancos e por parte dos colonos o interesse em ser cidadão brasileiro está/estava ligado aos direitos garantidos pelo estado.

Outro ponto a ser destacado nessa discussão é entender alguns processos que estavam acontecendo na Europa quando maior contingente de alemães imigrou para o Brasil, ou seja, no decorrer do século XIX. Dois pontos são importantes: a primavera dos povos (1848) e o pensamento romântico alemão. Ou seja, quando o processo de imigração iniciou-se, a Alemanha como a conhecemos hoje não existia, essa era uma disputa que estava

ocorrendo concomitantemente ao processo de imigração, isso aliado ao pensamento romântico alemão que “falavam em povo e língua como fundamentos da nação alemã”. Seyferth (2003 p. 45) faz com que seja mais compreensível que os imigrantes alemães tenham uma noção de nação e Estado diferente da praticada no Brasil.

Além disso, destaca-se o fato de que podemos classificar nosso conceito de nacionalidade como *jus soli*, ou seja, a nacionalidade é reconhecida pelo local de nascimento, enquanto que o conceito de nação praticado entre os alemães é o *jus sanguinis*, direito de sangue, no qual “a nacionalidade alemã é herdada através do sangue e perpetuada, mesmo longe da pátria de origem, pela cultura, pela língua, pelos costumes alemães.” (SEYFERTH, 2003 p. 45)

### **Etnicidade nos dias atuais**

A etnicidade do grupo teuto-brasileiro foi construída tendo como principais elementos: a língua materna, a figura mitológica do pioneiro, o ethos do trabalho, a fé e a religião, as sociedades recreativas, as escolas e a família. Como podemos observar são diversos os elementos que constroem esse sentimento de pertencimento ao grupo étnico.

Todos esses elementos foram constituídos ao longo do século XIX e no início do século XX estavam bem consolidados na dinâmica do grupo. Porém, na virada do século uma série de eventos globais e nacionais fez com que esses elementos fossem modificados, dando início a uma nova fase do modo de ser da etnia.

Dois foram os principais elementos que geraram essa mudança na forma de expressar a etnicidade do grupo, um está situado a nível global e outro a nível nacional (mesmo que ligado a processos que ocorreram em toda América Latina no período). O primeiro desses elementos foram as duas grandes guerras mundiais que ocorreram na primeira metade do século XX, nas quais a presença da Alemanha foi central em ambas as guerras e especialmente na II Guerra Mundial com a ascensão do nazismo no

país. Esse fato trouxe como consequência, um olhar negativo da opinião pública brasileira em relação a Alemanha e aos imigrantes alemães que aqui já haviam se estabelecido.

O segundo aspecto, a nível de Brasil, foi o nacionalismo brasileiro dos anos de 1920, que pregava o abasileiramento dos imigrados para o país. E na década seguinte inicia-se a campanha de nacionalização de Getúlio Vargas que ocorrerá de 1937 até 1945, sendo 1939 o ponto crítico para os imigrantes (não só alemães), pois nesse ano o exército é utilizado como agente da nacionalização, havendo uma proibição de qualquer língua que não fosse o português, além de censura de jornais e programas de rádios étnicos produzidos em alemão. Nesse ponto crítico para os teuto-brasileiros, foi necessário uma adaptação da vida social para se encaixar a nova política de nacionalização.

Há uma ideia no senso comum que esse foi o ponto final para os “alemães” no Brasil. Muitas pessoas acreditam que após a campanha de nacionalização a “cultura alemã” desapareceu do território nacional e que nos dias atuais não existam mais “alemães”. Porém, segundo Seyferth (1986, p. 69), depois da campanha de nacionalização, não há um desaparecimento da identidade étnica. O maior contato com a “cultura brasileira” os meios de comunicação em massa, a escola pública e secularizada faz com que a identidade étnica teuto-brasileira seja atualizada e não desapareça. Ou seja, existe uma mudança nos elementos que são utilizados para marcar o pertencimento à etnia, mas continua existindo a ideia de pertencimento, de algo que os difere dos brasileiros, os faz alemães.

Nas palavras da autora “Os modos de identificação foram mudados, atualizados, e a etnicidade, hoje, é expressada principalmente através de uma concepção peculiar de ethos do trabalho” (SEYFERTH, 1986, p. 69). Para a autora, os elementos que agora fazem parte da identidade étnica são o uso da língua materna em ambiente familiar, além do mito do colono pioneiro e civilizador, que está ligado a outro ponto primordial da identidade étnica dos dias atuais: o ethos do trabalho. É o “respeito” ao trabalho que diferencia

os alemães dos brasileiros. Os brasileiros, nessa relação dicotômica, são vistos pelos alemães como avessos ao trabalho, diferentes deles que são trabalhadores exemplares, que levam suas atividades laborais a sério, independente de qual seja o trabalho, ele é enobrecedor.

Como podemos observar, segundo a argumentação da autora, ainda é plausível pensar em um grupo étnico teuto-brasileiro nos dias atuais, apesar de no mundo social a questão ser um disputa em aberto, existem elementos significativos para afirmar a existência de tal etnia.

Para tornar a argumentação mais palpável, finalizo o texto com um exemplo da atualidade da etnia e da identificação com a Alemanha pelos descendentes de imigrantes. O caso exemplar utilizado é o “Memorial ao Imigrante Alemão”, uma espécie de museu localizado na cidade de Montenegro, á 120km de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

O memorial em questão é um espaço físico fundado em 2012 por iniciativa privada de um teuto-brasileiro e importante agente local da etnicidade. Por iniciativa própria, ou seja, iniciativa privada, o agente em questão construiu o memorial no terreno da sua casa e mobiliou o espaço com artefatos étnicos que ele acumulou ao longo da vida, além de artefatos conseguidos por meio de eventuais doações de moradores locais. As fotos aqui utilizadas foram postada no facebook pelo próprio fundador do memorial ao imigrante, e reproduzidas aqui com autorização do mesmo.

No memorial é possível encontrar um acervo de peças religiosas (católicas e luteranas), móveis de antigas residências, instrumentos de trabalho agrícola, além de um vasto acervo de livros em alemão e português que, segundo o fundador, são de livre acesso a comunidade e a pesquisadores interessados no tema. O memorial é uma iniciativa privada, mas o espaço é aberto ao público, recebendo inclusive alunos de escolas públicas que fazem visitas guiadas pelo próprio fundador do memorial.

Na foto abaixo podemos observar as bandeiras da Alemanha, do Brasil e do Rio Grande do Sul lado a lado, indicando o



pertencimento as três instâncias, ao fundo o Memorial ao Imigrante e atrás dele a casa do fundador do memorial.



Figura 6: Visão da entrada do portão do Memorial ao Imigrante Alemão.



Figura 7: Visão da entrada do Memorial ao Imigrante Alemão.

Nessa segunda foto, podemos observar a fachada da entrada principal do memorial, de cada lado da porta estão hasteadas de um lado bandeira da Alemanha e do outro a bandeira do Brasil.

Já a imagem a baixo é capa do livro escrito e editado pelo fundador do Memorial ao Imigrante Alemão. Podemos observar que o título do livro é em uma fonte que remete ao antigo, além de a capa do livro ser composta dos dois lados da carteira de motorista do avô do autor. Dois elementos que remetem a ancestralidade, elemento importantíssimo da etnicidade do grupo teuto-brasileiro.

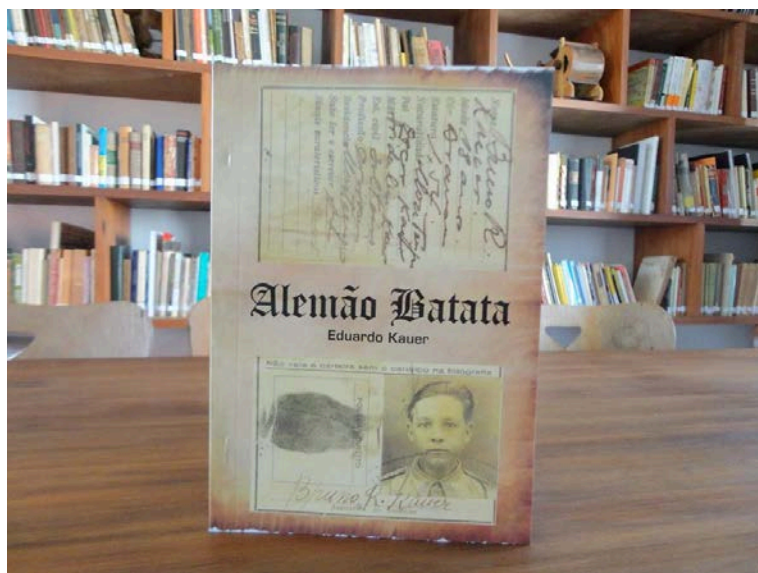


Figura 8: Capa do livro "Alemão batata".

O livro é composto por uma série de crônicas escritas pelo autor de 2004 à 2010, tendo como base a história oral, histórias contadas pelo seu avô no tempo em que o autor era criança. Segundo o prefácio, também escrito pelo autor, o objetivo da escrita de tais crônicas era “preservar a memória de tantos descendentes de alemães e seus laços com a imigração” (KAUER, 2011 p. 13), ou seja, manter vivo o sentimento de pertencimento étnico a um grupo e a um passado comum a todos os descendentes. Esse passado comum também é um elemento primordial na construção da etnicidade

desse grupo. O autor finaliza o pequeno prefácio dizendo “Por causa da abordagem popular que as minhas histórias têm, podem ser reconhecidos paralelos em outras famílias. Fatos do dia a dia, comuns em qualquer lugar, se repetem em outros ambientes [...]” (KAUER, 2011 p. 13). Ou seja, as histórias contadas por seu avô, não são uma experiência impar, uma realidade isolada, mas sim algo que se repete entre outras famílias de imigrantes alemães, dando assim uma noção de coletividade, de grupo.

O livro é composto por 70 crônicas que o autor divide em 16 categorias que, não por acaso, nos remetem aos elementos da etnicidades relatados anteriormente no texto. As categorias de classificação das 70 crônicas são: Causas da Imigração; Origem dos Imigrantes; Viagem ao Brasil; Adaptação ao ambiente; Alimentação; Bebida; Conflitos Armados no Brasil; Educação; Identidade; idioma; Política; Preconceito; Religião; Retorno a Alemanha; Sociedade e Trabalho.

Como podemos observar pelas categorias, o livro é essencialmente um livro de crônicas que reforça um pertencimento étnico, como citado, o autor tem claramente como objetivo a preservação da memória. Porém, é importante destacar que o processo de preservação da memória é um processo de escolha de alguns elementos que serão preservados, reforçados e outros elementos que serão esquecidos, negligenciados.

Os principais elementos de etnicidade que estão presentes no grupo desde o século XIX são resgatados pelo autor em pleno 2011, menos de 10 anos atrás, com o objetivo de manter viva a história dos descendentes dos imigrantes alemães no Sul do Brasil. Para isso, o autor coloca a disposição seu tempo e dinheiro, esse me parece ser um grande exemplo da atualidade da etnicidade.

A cidade de Montenegro está localizado no chamado “vale da felicidade”, no interior do Rio Grande do Sul. Uma pequena viagem ao local com o olhar interessado do pesquisador, revela diversos elementos que corroboram a atualidade da etnicidade. As casas antigas preservadas, as festas locais que em seus cartazes trazem as

cores da bandeira da Alemanha, dentre outros aspectos, demonstram como o grupo étnico ainda é um elemento forte da identidade dos moradores dessa região, apesar de os mesmos não usarem o termo “teuto-brasileiro” ou “teuto-sul-rio-grandense” para se auto identificarem. Assim, podemos concluir que a etnia teuto-brasileira, ou simplesmente ser “alemão” foi uma forma identitária de extrema importância ao longo do século XIX, que se modificou ao longo do século XX e permanece relevante como elemento de identitário ainda no século XXI.

## Referências

- BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas* (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.
- KAUER, Eduardo. *Alemão Batata*. Montenegro, 2011.
- OLIVEIRA, João Pacheco. Fricção Interétnica. In: *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Varga, 1986. p. 435-437.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. 1993. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica: notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no Sul do Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 29, p.57-71, 1986.
- SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 6, n. 6, p.143-176, nov. 2000.
- SEYFERTH, Giralda. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, Neide Almeida (Org.). *Etnia e Educação: a escola "alemã" do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis; Tubarão: Editora da UFSC; Editora Unisul, 2003. Cap. 1. p. 21-61.
- SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 77, p.47-62, out. 2011.

RAMBO, Arthur Blasio. O teuto-brasileiro e sua identidade. In: FIORI, Neide Almeida (Org.). *Etnia e Educação: a escola "alemã" do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis; Tubarão: Editora da UFSC; Editora Unisul, 2003. Cap. 2. p. 63 - 92.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade - fundamentos da sociologia compreensiva*. 4<sup>a</sup>. ed. Vol. I e II. Brasília: Ed. UnB, 2000.



## **A construção da regionalidade nas narrativas históricas e recentes sobre a imigração no vale do Taquari – RS**

*Cristiano Nicolini*<sup>1</sup>

Neste início do século XXI, o Brasil se tornou destino de novos movimentos migratórios, caracterizados pela presença de grupos que se somam a uma população cuja formação é fortemente marcada pela incorporação de múltiplas identidades étnicas. No entanto, estes diferentes fluxos de imigrantes tiveram distintas recepções e percepções acerca da sua presença no país. Enquanto alguns foram recebidos com estranhamento e mais tarde acabaram assimilando e sendo assimilados pela identidade nacional, outros permaneceram como estrangeiros em território brasileiro.

Estas variadas inserções dos grupos de imigrantes no Brasil tiveram repercussões específicas, também, dependendo do lugar para onde se dirigiram. Neste sentido, as chamadas regionalidades são relevantes para compreender, numa perspectiva historiográfica, a forma como estes imigrantes foram recebidos e incorporados à realidade dos múltiplos espaços que compõem o imenso território brasileiro.

Uma das regiões que se apresenta como um complexo cenário para analisar e buscar compreender estas recepções dos imigrantes é o Vale do Taquari, situado na porção centro-leste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O território que hoje recebe esta denominação

---

<sup>1</sup> Doutorando em História – UFSM. Doutorado Sanduíche na U. Porto, Portugal.

veio se formando desde a ocupação indígena, antes da presença europeia, seguindo até os dias atuais, em que vive a experiência imigratória recente representada principalmente por haitianos, senegaleses, ganeses e outras nacionalidades. A maior parte destes novos imigrantes é constituída por refugiados, que se dirigem à região em busca de melhores condições de vida. O Vale do Taquari se configura entre as regiões do Rio Grande do Sul que mais atraem estes fluxos imigratórios, cuja produtividade absorve, em parte, a mão de obra que eles representam.

Numa perspectiva historiográfica, é importante compreender as narrativas que se constroem acerca destes diferentes processos de ocupação da região do Vale do Taquari. Para isso, cabe observar de que forma estes diferentes momentos e grupos foram percebidos e representados por estas narrativas.

Sobre os imigrantes recentes, temos inúmeras fontes disponíveis nas mídias impressas e digitais, que reproduzem as percepções contemporâneas acerca dos novos sujeitos presentes no território. Já sobre a imigração do século XIX, que aqui tomamos como segundo momento para a análise comparativa, identificamos uma série de narrativas que foram elaboradas ao longo dos séculos XX e XXI, principalmente (NICOLINI, 2006).

Neste sentido, buscamos nestas duas temporalidades a compreensão de como a regionalidade vem se construindo no Vale do Taquari: ou seja, de que forma estas narrativas influenciaram na forma como o território se apresenta ao mundo para além da própria região? Na medida em que a globalização tende, em certo sentido, a homogeneizar a diferença, como as narrativas sobre a imigração atuam na diferenciação de uma região a partir da busca de uma identidade regional que a torne visível econômica e culturalmente?

Após esta comparação de narrativas acerca dos dois momentos selecionados, apresentamos uma problematização de tais processos na perspectiva da interculturalidade (RÜSEN, 2015b), pensando na possibilidade de um diálogo que valorize todas as



identidades imigrantes presentes no Vale do Taquari: é possível compreender as diferentes narrativas regionais evitando uma categorização ou hierarquização de identidades? Como podemos perceber estas narrativas numa perspectiva humanista e intercultural, valorizando as diferenças e combatendo o preconceito e as invisibilidades históricas dos sujeitos?

### **Narrativas sobre as imigrações recentes no Vale do Taquari**

O trabalho desenvolvido pelo pensador alemão Jörn Rüsen (2007; 2010a; 2010b; 2015a; 2015b) conduziu a uma avaliação de como a história vem sendo narrada através do tempo; ou seja: de forma etnocêntrica, sem considerar as múltiplas culturas e identidades que existem no mundo. Ele propõe uma análise que compreenda as diferentes narrativas que constituem o conhecimento histórico, não unicamente através do saber acadêmico ou escolarizado, bem como através de uma diversidade de atores que se referem ao passado para compreender o presente e projetar o futuro.

A história, assim, está em um constante fluxo, sendo reescrita de acordo as orientações do presente e das necessidades da vida prática. Novas perguntas surgem incessantemente, exigindo novas respostas. O conhecimento vai transformando as carências da vida prática em interesses do conhecimento. As experiências contemporâneas contribuem para que a ciência histórica vá se remodelando para responder a perguntas novas que surgiram, o que a torna sempre atual: incorpora novos temas, novos objetos, novos métodos e novas formas de explicar o presente e o passado (RÜSEN, 2015a).

Nesta perspectiva, as narrativas sobre a imigração no Vale do Taquari podem ser compreendidas como respostas a estas perguntas que a própria vida prática provoca nos sujeitos. Como compreender a chegada destes novos integrantes que passam a ocupar espaços na maioria dos municípios que compõem a região, a

partilhar experiências mesmo que em condições diferentes daquelas que já vivem neste território?

Para compreender estas narrativas, destacamos algumas passagens que diferentes veículos de informação disponibilizaram ao público nos últimos anos, principalmente a partir de 2012. São notícias, relatos, entrevistas e outros registros que revelam as representações deste movimento ainda recente, portanto ainda não submetido a um olhar historiográfico de suficiente “distanciamento” temporal.

Já no ano de 2012, o jornal *O Informativo do Vale* noticiava a chegada dos primeiros imigrantes haitianos, destacando as motivações e condições em que este movimento ocorria:

No Vale do Taquari, a Zagonel tomou a frente e mandou buscar por via aérea 14 homens. Estão na cidade há três semanas, atuando como serventes, pedreiros e operadores em prédios no Centro da cidade. Os haitianos trabalham cinco dias por semana e se predispõe [sic] a enviar o que ganham para a família no seu país de origem (25/07/2012, p.12).

Desde estas primeiras informações veiculadas principalmente pela imprensa, a presença destes novos sujeitos provocou diferentes reações na população. Além das reportagens sobre a inserção econômica dos novos imigrantes, circulavam também narrativas acerca dos impactos que a cultura dos recém chegados provocava no cotidiano regional.

No dia 15 de julho de 2015, o mesmo jornal divulgou uma iniciativa que surgiu através de lideranças da comunidade haitiana local, voltada à inserção dos novos imigrantes no contexto regional. A rádio da Univates (instituição de ensino superior que atua na região) iniciou o projeto dando espaço a professores da área de humanidades que falavam sobre a importância desta recepção. O objetivo era promover a integração dos haitianos na comunidade do Vale do Taquari a partir do conhecimento sobre a história e a cultura

de seu país de origem, promovendo também sua melhor integração na sociedade (*O Informativo do Vale*, 15/7/2015).

Além das narrativas presentes na imprensa, outras formas de inserção destes novos imigrantes se deram através de iniciativas como o *Projeto de Extensão Veredas da Linguagem*, desenvolvido por um grupo de pesquisadores da Universidade do Vale do Taquari, cujos resultados foram registrados na obra intitulada *Grandes Encontros: veredas*. (BUBLITZ et al, 2017). Nesta obra, as organizadoras reuniram textos a partir de diferentes experiências que buscaram “[...] dar visibilidade a interações com a comunidade de imigrantes do Vale do Taquari, entre os quais se encontram haitianos, senegaleses, bengalis e beninenses” (BUBLITZ et al, 2017, p. 3). O livro apresenta narrativas como esta, sobre um casal de bengalis que imigrou para a região:

Desde junho ela participa das aulas de Português como Língua Adicional, oferecidas através do Projeto de Extensão Veredas da Linguagem, da Univates. Muito esforçada, ela está sempre com a cartilha inglês/ português. Além de estar presente em todas as aulas, ela também estuda o português em casa e sempre tem dúvidas sobre o vocabulário ou sobre como se comportar em determinadas situações. Por isso, ela diz que as aulas a ajudam muito, é uma forma de tirar suas dúvidas e participar da vida social no Brasil. Sem emprego, ela não tem muitos brasileiros com quem conversar, por isso as aulas possibilitam essa interação (BUBLITZ et al, 2017, p. 11).

Outro registro de atividades relacionadas aos novos imigrantes no Vale do Taquari, desenvolvido também pela Univates, é o livro digital *Sonhos que mobilizam o imigrante haitiano: biografia de Renel Simon* (Editora da Univates, 2015). A autora contextualiza a biografia:

O interesse em escrever a biografia de Renel Simon surgiu ao conhecer o papel que ele desempenha entre os imigrantes no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. Realiza diversas ações em prol do contingente migratório que chega à região desde 2010, ano em que

as fronteiras brasileiras se abrem para estrangeiros que se encontram em situação de vulnerabilidade em seus respectivos países. Essas ações são focadas, principalmente, nos imigrantes haitianos que moram em Lajeado, mas acabam prestando assistência a imigrantes que moram em municípios vizinhos, não só por ele ser do Haiti, mas por ser o país de onde provém a maior parte da população imigrante. Faltam dados estatísticos sobre a quantidade exata da população haitiana que vive no Vale do Taquari, no entanto, pelos cálculos das empresas empregadoras, representam em torno de 70% dos imigrantes contemporâneos. Os demais são de Senegal, Bangladesh, Índia, Gana, Nigéria, Benin e Afeganistão (MEJÍA; SIMON, 2015, p. 9).

A antropóloga e autora da biografia salienta que ouvir as narrativas de imigrantes se faz necessário para compreender como estes *outsiders* ocupam os seus lugares em meio aos estabelecidos, fazendo referência ao pensamento de Norbert Elias<sup>2</sup>. No livro, o imigrante narra as etapas de sua vida desde o Haiti, onde nasceu, até a sua emigração para o Brasil, após o terremoto ocorrido em janeiro de 2010. O biografado revela as dificuldades que enfrentou até conseguir se estabelecer na região do Vale do Taquari.

Em artigo de 20 de novembro de 2014, o jornal *O Informativo do Vale* publicou uma reportagem intitulada *Chegada de estrangeiros aumenta população negra do Vale*. O texto destacou o aumento da percentagem da população negra na região, sendo que em 2010 o Censo Demográfico registrava que “[...] 8,6 mil pessoas – em torno de 2,5% da população total – eram negras. Hoje, somam-se à população local cerca de 4,4 mil imigrantes afrodescendentes que, desde 2012, desembarcam no Vale do Taquari em busca de oportunidades”.

Este aumento da população afrodescendente trouxe para a região novas perspectivas acerca da identidade negra na região, que geralmente foi associada à escravidão ou cuja invisibilidade negava

---

<sup>2</sup> ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

o próprio pertencimento destes grupos às narrativas regionais. De acordo com Pires (2016, p. 13), o conhecimento sobre a escravização de africanos no Rio Grande do Sul e, mais especificamente, no Vale do Taquari, ainda carece de investigações que situem esta problemática na historiografia:

O conhecimento sobre a existência da escravidão no Rio Grande do Sul ainda pode causar estranheza, pois, por muito tempo, enfatizou-se o uso do trabalho escravizado apenas nas charqueadas, nas lavouras de café do sudeste ou na produção de açúcar no nordeste. Porém, novas investigações têm demonstrado que a mão de obra escravizada foi utilizada em vários municípios do Estado, mas em um número reduzido ao se comparar com o tamanho de posse dos charqueadores ou com outras regiões do país. Na região do Vale do Taquari, identifica-se um desconhecimento a respeito da utilização do trabalhador escravizado, algo que precisa ser demonstrado e debatido, tanto no espaço acadêmico quanto na comunidade.

Portanto, hoje nos deparamos com duas necessidades no campo de investigação historiográfica sobre a presença da população negra no Vale do Taquari: a) a revisão sobre a presença afrodescendente (bem como indígena, que também foi negligenciada pelas narrativas regionais); b) a presença dos novos imigrantes a partir do século XXI, que insere novamente um contingente de negros no território, porém agora como imigrantes.

Quanto às narrativas recentes, sobre as quais apresentamos apenas alguns dos registros em documentos e produções acadêmicas, acabaram repercutindo em muitos dos trinta e seis municípios que compõem esta região. Somaram as suas histórias e a sua cultura a um espaço que, desde o século XIX, já recebera outros grupos que também eram refugiados, porém com dinâmicas históricas distintas.

O contexto em que aquelas imigrações ocorreram, trazendo germânicos, italianos e outras nacionalidades ao Brasil, ao Estado e do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, à região do Vale do

Taquari, somado ao tempo que transcorreu desde aquele momento até a atualidade, originou e transformou as narrativas acerca dos imigrantes iniciada no século XIX (se estendendo até meados do século XX)<sup>3</sup>. O território foi se formando a partir de inúmeras presenças identitárias; porém, aqui destacamos apenas dois movimentos de grande imigração que ocorreram nestes dois momentos da história regional – o primeiro, de finais do século XIX e princípio do XX, e o segundo, neste começo do século XXI.

Ao mesmo tempo em que estes imigrantes chegavam, outras etnias se integravam ao mosaico identitário que hoje caracteriza este espaço geográfico e cultural. Nem todos, porém, vieram pela decisão própria de emigrar de seus lugares de origem: houve também aqueles que foram trazidos de maneira forçada ao Brasil e à região do Vale do Taquari, evidentemente os escravizados africanos. Todas estas identidades foram se integrando, de formas variadas, a uma representação da regionalidade através das suas próprias narrativas e daquelas que foram elaboradas por outros narradores. Neste sentido, cabe analisar quais foram e como se construíram as narrativas hegemônicas no Vale do Taquari: aquelas que associam a identidade regional à presença germânica, principalmente, e italiana, cujo processo tem também a sua historicidade.

## **Narrativas sobre a imigração dos séculos XIX-XX no Vale do Taquari**

No século XIX iniciou o processo de ocupação que trouxe o maior número de povoadores à região do Vale do Taquari, representado pelos colonos germânicos e italianos<sup>4</sup>. Devido aos problemas enfrentados em seus países de origem, estes imigrantes

---

<sup>3</sup> “Inicialmente povoada por indígenas, a atual região foi sucessivamente sendo ocupada por outros grupos étnicos, dentre os quais se destacam os portugueses, africanos e açorianos (séc. XVII – XVIII); no século XIX, os imigrantes vindos da Europa Continental passaram a ocupar as terras altas e baixas dos atuais trinta e seis municípios que compõem a região” (NICOLINI, 2013, p.13).

<sup>4</sup> Também houve algum contingente de poloneses e povos de outras origens, porém em menor escala.

vinham ao Brasil atraídos pelas promessas de terras, ajuda financeira, alimentos e outros benefícios para o cultivo inicial nas colônias que eram então criadas em diversos pontos do país (AZEVEDO, 1975; ROCHE, 1969). No Rio Grande do Sul, e mais especificamente no Vale do Taquari, a propaganda para atrair imigrantes europeus resultou num intenso fluxo populacional, o qual deu origem às povoações a partir das quais se formou a maioria dos trinta e seis municípios da região.

Os imigrantes que se estabeleceram no Vale do Taquari receberam lotes de terras nos quais foi implantado o regime da pequena propriedade familiar, modelo inexistente nos latifúndios de outras regiões do Brasil até aquele momento. Estes imigrantes passaram gradativamente a assumir uma nova identidade ligada às colônias nas quais se instalaram, no entanto sem deixarem de se identificar com a nação de origem, cujo passado passou a constituir a memória que daria sustentação às representações da identidade étnica construída no novo território (NICOLINI, 2006; 2013).

Apesar de nem todos terem se tornado colonos, lembrando que alguns assumiam atividades comerciais e até mesmo industriais, a imagem que se perpetuou nas representações dos imigrantes, especificamente no Vale do Taquari, foi a do *colono-imigrante*, que até hoje é utilizada para recontar a história dos municípios da região.

Os processos de patrimonialização de memórias nas regiões que pautam a sua identidade nas narrativas sobre a imigração europeia, principalmente aqueles desencadeados a partir do século XIX, estão pautados por um projeto que iniciou nos anos 80 e 90 do século XX<sup>5</sup>. Neste período, o “resgate da memória” da imigração se deu a partir de encontros regionais envolvendo diferentes segmentos sociais, destacando-se neste conjunto a atuação dos

---

<sup>5</sup> Weber (2006) lembra que foi na década de 1980 que a ideia de patrimônio se ampliou para além de monumentos de caráter nacional, abrangendo também os chamados legados da colonização no Rio Grande do Sul. Este processo reflete o chamado “boom da memória”, associado ao desenvolvimento de projetos identitários associados às regionalidades.

memorialistas. Pierre Nora (1993) denominou *boom da memória* este fenômeno em que as lembranças são trazidas à tona para reivindicar determinadas memórias esquecidas pela história.

Estes movimentos organizados para discutir a memória regional foram pautados pelos discursos destes memorialistas, baseados em estudos de genealogias e pesquisas autônomas raramente vinculadas à academia. Concomitantemente, estas discussões foram dialogando com a formatação de roteiros de turismo, com a edificação de espaços de memória e de monumentos, incorporando também manifestações que já ocorriam nas diferentes regiões do estado, como festivais gastronômicos, festas municipais e outras iniciativas. Este processo passou a se refletir também no ensino de História, quando as escolas de diferentes redes incorporaram tais narrativas antes pouco evidenciadas nos programas de História do Rio Grande do Sul (NICOLINI, 2013).

Neste sentido, podemos identificar diversas manifestações que fazem alusão à presença dos imigrantes no Vale do Taquari a partir do século XIX. Porém, estas representações foram se transformando ao longo do tempo. Nos primeiros anos do século XX, este movimento ainda estava em curso, portanto não havia ainda uma identidade substantiva sobre esta presença estrangeira em território brasileiro. Nos anos de 1930, com a ascensão do nacionalismo varguista, grande parte destas representações foi sufocada, em função de uma identidade nacional que se pretendia forjar e fortalecer (SEYFERTH, 2000).

Como afirma Seyferth (2000, p. 149), “[...] é preciso lembrar que o sentido de identidade étnica é procurado pelos atores sociais naqueles laços que envolvem ascendência e sangue (ou raça), cultura e língua singulares – portanto, percepção cognitiva de diferenças associadas à origem comum”. Assim, o processo de negação identitária que grupos de imigrantes e seus descendentes sofreram nos anos que se seguiram ao fim do grande fluxo migratório de finais do XIX e início do XX provocou, mais tarde, um movimento de afirmação desta identidade.



Assim, a partir dos anos 1960 podemos identificar o começo de um projeto de valorização das diferenças étnicas que formaram a diversidade cultural brasileira. Órgãos governamentais e iniciativas de caráter privado ou comunitário buscaram registrar estas memórias, evidenciando determinadas trajetórias históricas e étnicas na formatação de uma narrativa que contemplasse tais diferenciais. Memorialistas passam a atuar intensamente na busca de vestígios que comprovassem este passado e legitimassem tais projetos (NICOLINI, 2013).

A partir da rememoração de eventos passados, os integrantes destas comunidades evocam momentos vividos pela coletividade na qual estão inseridos ou da qual descendem, sendo que estas passagens dão sentido à sua existência e sobrevivência material e simbólica. Fortalecem os vínculos através da transmissão destas informações que legitimam a sociedade que se pretende enaltecer. Surgem termos para definir tais sentimentos de pertencimento: a germanidade, a italianidade, a açorianidade, dentre outros (NICOLINI, 2006).

Em 1997 e 1998, esse *resgate* das “raízes históricas e culturais”<sup>6</sup> dos municípios do Vale do Taquari fora motivo para a realização do *I e II Simpósio Raízes do Vale*, em Lajeado, cujos anais foram publicados em março de 2000 pela Prefeitura do município, em parceria com a Univates - Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior (hoje Universidade do Vale do Taquari), 3<sup>a</sup> Delegacia de Educação (atualmente 3<sup>a</sup> Coordenadoria Regional de Educação) e Associação Nacional de Pesquisadores em História (ANPUH). Esse registro é apresentado ao público como uma fonte de pesquisas para possíveis interessados no tema, seguindo-se de uma explicação das “razões de ser” do evento, que fora realizado alguns anos antes. O organizador da obra destaca, nesta breve introdução, o significado da palavra raiz, justificando a sua escolha como título do simpósio:

---

<sup>6</sup> Termo constante no subtítulo dos *Anais do I e II Simpósios “Raízes do Vale”* (2000).

O que fixa a planta na terra para crescer e resistir aos temporais é a raiz. Quanto mais a raiz se aprofunda, fixa e se lastra pelo solo, quanto mais forte o tronco e viçosa a copa, mais capaz de produzir flores e frutos, mais resistente às intempéries. A vida humana tem igualmente alguns aspectos semelhantes à vida vegetal, como fecundação da semente, dependência da família e do meio ambiente, condições ideais de crescimento... Uma planta pode ser conduzida, necessita do amparo de estacas, proteção contra excessos de calor e frio, poda de brotos prejudiciais. Na vida do ser humano, conduzir uma criança significa educar, necessitando de amparo, proteção, estímulo, correção... (SCHIERHOLT, 2000, p. 8).

A partir dessa definição, compreendem-se as reflexões feitas por Le Goff (1990, p. 46), para quem “[...] o homem qualquer, diante da aceleração da história, quer escapar da angústia de tornar-se órfão do passado, sem raízes [...]”, e busca “[...] apaixonadamente sua identidade [...]” procurando por toda parte inventariar e preservar os patrimônios, constituir bancos de dados, tanto para o passado como para o presente [...]”; este homem “[...] procura dominar uma história que parece lhe escapar [...]”.

Neste sentido, os participantes do Simpósio *Raízes do Vale* apresentaram, sob diferentes abordagens, trabalhos que possibilitassem a preservação e o registro da história local, enfatizando a questão da imigração italiana e germânica no Vale do Taquari. Os autores apontaram que as atuais gerações “[...] têm limitado conhecimento e consciência quanto às suas origens [...]”, sendo que muitos “[...] não se importam ou até mesmo desprezam qualquer preocupação que se relacione às origens [...]” (SCHIERHOLT, 2000, p.9).

Além deste evento, que foi um marco dentre as iniciativas que visavam registrar estas narrativas sobre a imigração germânica e italiana no Vale do Taquari, outros tipos de ações ganharam espaço nos municípios, através de investimentos públicos e privados. Tais eventos repercutiram em estratégias que passaram a promover, a partir da década de 1990, a veiculação destas informações ao grande

público. Daí surgiram roteiros de turismo, festas temáticas, materiais publicitários de divulgação das potencialidades regionais, bem como materiais para uso em escolas, através do ensino de uma história regional. Nesta formatação, ganharam evidência as narrativas sobre os imigrantes germânicos e italianos, que passaram a representar a marca identitária e diferenciadora dos municípios da região. A historicidade cedeu espaço, muitas vezes, a estereótipos baseados em narrativas parciais, cujas memórias acabaram suplantando as contradições, as formas alternativas de explicação histórica, bem como invisibilizando narrativas que não se enquadravam nesta representação hegemônica.

Assim, a identidade que outrora fora sufocada e perseguida pela política do nacionalismo, agora ressurgia como legitimadora de um orgulho regional, fortalecendo a ideia de pertencimento a um território que, segundo as representações, se assemelhava a uma “pequena Europa” no sul do Brasil.

Através do velamento de aspectos essenciais para a compreensão do processo histórico acerca da imigração no Vale do Taquari, cuja trajetória ainda requer estudos e trabalhos mais específicos, alimentam-se ideias que forjam uma realidade pretendida por aqueles cujos interesses estão voltados ou para a glorificação de um passado mítico, ou então para a construção de uma imagem que favoreça a propaganda atual acerca desta região, vinculando-a a uma imagem idealizada da realidade.

A atual configuração destas localidades é atribuída ao trabalho dos imigrantes germânicos ou italianos. Ignora-se ou rejeita-se a presença de outras etnias, prevalecendo o discurso que supervaloriza a herança cultural dos imigrantes europeus deste período histórico, atribuindo a ela supostas vantagens do Vale do Taquari em relação a outras áreas do estado, onde não ocorrera a colonização europeia da mesma forma. São enaltecidos os desafios enfrentados pelos colonizadores, o que tende a tornar ainda mais intensa a valorização destes grupos, que teriam provado, através destas superações, a sua excelência étnica (SEYFERTH, 2000).

## Construindo narrativas regionais interculturais

A partir da Teoria da História de Jörn Rüsen (2015a), existe a possibilidade de acionar os dispositivos da consciência histórica dos sujeitos ao lidarem com as informações acerca do passado. Ou seja, esta perspectiva valoriza as narrativas que reconheçam o *outro* no processo de formação desta consciência histórica. Isso significa romper com determinadas formas de encarar o passado, compreendendo-o a partir das necessidades de orientação que os sujeitos apresentam no presente.

Tratar de temas que dizem respeito à História Regional perpassa as preocupações manifestadas por Rüsen (2012), quando ele destaca os desafios da globalização para a identidade cultural e a relevância da ideia de humanidade neste contexto.

No texto *Humanismo intercultural: ideia e realidade* (2013)<sup>7</sup>, Rüsen aponta que os padrões universais de compreensão do mundo estão perdendo a sua plausibilidade. Neste sentido, o pensamento ocidental tem sido alvo de críticas radicais, enquanto as tradições alternativas têm se tornado cada vez mais visíveis e exigem reconhecimento. Porém, fica a questão: quando o criticismo faz o seu trabalho, quais as alternativas que ele oferece? O que substitui o velho iluminismo e o seu legado?

Precisamos, segundo o autor, de uma mediação entre universalidade e peculiaridade no pensamento para poder compreender o nosso tempo. Precisamos de uma síntese de comunalidade e diferença na organização das nossas vidas - em cujo cenário o etnocentrismo tem imposto obstáculos à comunicação transcultural - e encontrar soluções para o mundo globalizado. O Humanismo, então, surge como uma resposta a esse impasse. Ele vem ganhando nova importância nos debates devido às migrações,

---

<sup>7</sup> Tradução de Isabel Barca. *Inter Cultural Humanism - Idea and reality*. In: *Insatiable Dialectic*. Cambridge Scholars, 2013 (RÜSEN, 2015).

aos efeitos da comunicação pela internet, às mudanças na política e aos conflitos religiosos (RÜSEN, 2015b).

Como ultrapassar a força etnocêntrica na compreensão intercultural deste cenário contemporâneo? O Humanismo oferece respostas, pois a condição humana é comum a todas as pessoas; ele define a sua comunalidade e ao mesmo tempo torna possível a multiplicidade de formas de vida e das suas mudanças históricas. O Humanismo tem analisado o elemento comum da vida humana, os seus valores e normas, e ao mesmo tempo reconhece a diferença e a variedade como uma manifestação da natureza cultural da humanidade.

Voltamos, a partir destas reflexões, à função que as narrativas sobre a História Regional pode representar na formação de uma consciência histórica humanizada e humanizadora. Compreender as diferentes culturas que habitam e atuam em uma região corresponde a uma oportunidade única de repensar a história, em que os sujeitos podem lidar com os vestígios de um passado que, apesar de próximo, se conecta com outros passados, outras temporalidades e, acima de tudo, à humanidade.

Quando pensamos nos dois contextos analisados anteriormente – imigração no Vale do Taquari nos séculos XIX/XX e no século XXI -, surge a necessidade de apontar caminhos que oportunizem este olhar intercultural acerca da regionalidade que se forja através das narrativas, sejam elas jornalísticas, acadêmicas ou veiculadas por outros portadores de discursos. Como repensar estas narrativas sem atingir as identidades presentes? Como propor um diálogo que favoreça grupos invisibilizados sem provocar o desconforto daqueles que são visíveis? Afinal, não cabe à historiografia oferecer a versão definitiva da história, até porque dificilmente a teremos.

A história na perspectiva intercultural propõe que enxerguemos com o olhar do outro, sem abrir mão de nossas próprias narrativas. A não ser que, no processo dialógico, venhamos a perceber que nossas formas de narrar são excludentes,

preconceituosas e desumanizadoras. Mas este processo de construção de uma consciência cultural só pode acontecer quando temos informações históricas suficientes. É através do conhecimento que repensamos as nossas narrativas, remodelando-as a partir de evidências do passado (RÜSEN, 2015b).

Um bom exercício para esta consciência histórica intercultural é conhecer as diferentes narrativas, como no caso daquelas que representam as imigrações no Vale do Taquari. Ler as fontes, ouvir relatos, comparar, dialogar: olhar para o passado com estas “lentes” de historiador, sem que tenhamos que necessariamente assumir esta função. Oportunizar aos sujeitos que convivem nesta região situações em que consigam olhar para o outro, ouvir suas trajetórias e, a partir disso, incorporar às suas narrativas os conceitos que permitem uma análise mais racional acerca do passado. Jamais imparcial ou plenamente objetiva, pois somos seres subjetivos, mas buscando compreender que todos que imigram são humanos, em busca de sonhos, perspectivas e superações.

### **Considerações finais**

Região e regionalidade são definições construídas historicamente. Não se limitam a nomear espaços naturais, pois compreendem as múltiplas interações entre o humano e o meio. Podemos identificar a construção epistemológica destes conceitos geográficos, desde o século XIX até o período recente. Após o reconhecimento das antigas definições de região, como a dos positivistas, por exemplo, que a viam como algo dado pela natureza, ou então dos historicistas, que aliavam a esta análise o papel da transformação da paisagem, dentre outras definições posteriores, chegamos às concepções atuais que norteiam os trabalhos acerca desta categoria de análise.

Hoje, não podemos mais conceber região e regionalidade de forma limitada ou unidirecional. Devemos inserir estas noções na perspectiva das horizontalidades, considerando que a compreensão

se dá em função das perguntas que o pesquisador faz em relação à realidade, bem como percebendo as diferenças de um determinado território em relação ao contexto global ou de outras regiões.

Compreendemos, portanto, a região como um constructo histórico e cultural, que parte de um conjunto de elementos naturais para elaborar estratégias dentro dos limites também historicamente forjados pelos sujeitos que atuam neste espaço. Esta configuração é dinâmica, apesar das iniciativas para fortalecer a identidade regional. Justamente neste processo de mudança constante, na verdade, é que os envolvidos neste processo buscarão definir os traços identitários que distinguem o *seu lugar* em meio aos outros espaços contemporâneos.

O passado, neste sentido, é uma das referências que o regionalismo empregará para responder às necessidades do presente. Os critérios que definem esta delimitação são múltiplos, e atendem aos interesses das pessoas no tempo. Podem surgir, podem ser remodelados ou até mesmo desaparecer, dependendo das circunstâncias e dos interesses envolvidos. Neste sentido, a historiografia busca compreender como estas construções de regionalidades se deram através do tempo, analisando as narrativas que deram sentido aos territórios. Na região do Vale do Taquari, compreendemos que a imigração foi um dos elementos centrais destas narrativas principalmente a partir de meado do século XX, quando se buscou revisar o papel dos imigrantes germânicos e italianos, principalmente, na configuração de sua identidade regional.

Hoje, diante dos novos fluxos migratórios que compõem a mesma regionalidade, é necessário promover uma narrativa intercultural, através da valorização das diferentes etnicidades e demais referenciais identitários que compõem este mosaico cultural. Descentralizar as narrativas eurocêntricas se faz necessário na medida em que o conhecimento histórico é compreendido como instrumento de humanização, em tempos nos quais as referências

identitárias permanecem, mas precisam dialogar com as demais culturas com as quais convive.

Pensar interculturalmente a história vai além de reconhecer a multiculturalidade. Requer um olhar de empatia e racionalidade perante o que o outro representa: suas crenças, seus valores, sua cor, sua língua, todos estes elementos não são apenas características que devam ser expostas em feiras culturais ou materiais publicitários pretensamente apaziguadores dos conflitos étnicos e identitários. Interculturalidade requer a compreensão de que tanto descendentes germânicos e italianos quanto haitianos, senegaleses, bengalis e tantos outros que já fazem parte da regionalidade do Vale do Taquari, todos possuem o direito de estar neste lugar, de viver a sua cultura e preservar a sua identidade. Não há uma hierarquia identitária e isso só pode ser compreendido quando o olhar passa pela historiografia, pela busca da evidência e compreensão das diversas narrativas dos sujeitos.

## Referências

- AZEVEDO, Thales. *Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A nação, IEL, 1975.
- BUBLITZ, Grasiela Kieling et al (Org.). *Grandes encontros: veredas*. Lajeado: Ed. da Univates, 2017.
- CHEGADA de estrangeiros aumenta população negra do Vale. O Informativo do Vale, Lajeado, 20 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.informativo.com.br>>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- ESPIADA NO VALE. Disponível em: <<http://espiadanovale.blogspot.com.br>>. Acesso em: 14 jan. 2019.
- HAITIANOS viram pedreiros na cidade. O Informativo do Vale, Lajeado, 25 jul. 2012. Disponível em: <<https://www.informativo.com.br>>. Acesso em: 24 jan. 2019.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.



MAESTRI, Mário. A imagem no espelho. In: CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in América: História, Historiografia e Mitos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria; SIMON, Renel. *Sonhos que mobilizam o imigrante haitiano: biografia de Renel Simon*. Lajeado: Editora da Univates, 2015.

NICOLINI, Cristiano. “*Entre Vales e Montanhas...*”: análise das representações históricas dos imigrantes e a construção da identidade regional no Vale do Taquari. Monografia (Especialização em História do Brasil: Novas Perspectivas em Ensino e Pesquisa II). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2006.

\_\_\_\_\_. *A construção da identidade territorial a partir das manifestações culturais no Vale do Taquari: etnografia dos Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela e do 47º Festival do Chucrute*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2013.

\_\_\_\_\_. A Associação Nacional dos Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras (ANPHCTB) como lugar de memória. In: WEIZENMANN, Tiago; SANTOS, Rodrigo Luis dos; VON MÜHLEN, Caroline (Orgs.) *Migrações históricas e recentes*. Lajeado: Ed. da Univates, 2017.

NOVOS imigrantes mudam o cenário do Rio Grande do Sul. Gaúcha ZH, Porto Alegre, 16 ago. 2014. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

PIRES, Karen Daniela. *O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS - final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento). Centro Universitário Univates, Lajeado, 2016.

PROGRAMA da Rádio Univates dá espaço à cultura haitiana. O Informativo do Vale, Lajeado, 15 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.informativo.com.br>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. 2vls. Porto Alegre: Globo, 1969.

RÜSEN, Jörn. *História Viva*. Teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UNB, 2007.

\_\_\_\_\_. *Razão histórica*. Teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UNB, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Trad. Estevão C. Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015a.

\_\_\_\_\_. Narrativa histórica: fundamentos, tipo, razão. In: MARTINS, Estevão de Rezende; SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010b.

\_\_\_\_\_. *Humanismo e didática da história*. Tradução de Maria Auxiliadora Schmidt. [et.al.]. Curitiba: W.A. Editores, 2015b.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional In: *Horizontes Antropológicos* (Relações interétnicas), Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

SCHIERHOLT, José Alfredo. *ANAIS do I e II Simpósios “Raízes do Vale”*: O resgate de raízes históricas e culturais dos municípios do Vale do Taquari. Prefeitura Municipal de Lajeado/ UNIVATES/ 3ª DE/ Associação Nacional dos Pesquisadores de História: Lajeado, 2000.

WEBER, Roswithia. *Mosaico Identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica - RS*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

## **As fases da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul**

*Jorge Luiz da Cunha*<sup>1</sup>

### **O Rio Grande do Sul antes da colonização alemã**

A história da colonização alemã no Rio Grande do Sul no século XIX é sobretudo a história de experiências intentadas ao longo do período, que desencadeiam um processo importante, tanto do ponto de vista da expressão quantitativa do contingente populacional da província, quanto da transformação de relações sociais pela difusão de novas relações de trabalho ou mesmo pelo estabelecimento de diferentes relações de troca capazes de influenciar as práticas tradicionais.

Consideram-se como práticas tradicionais as ligadas fundamentalmente à pecuária. Essas atividades precedem e condicionam o surgimento e a localização das demais atividades agrícolas do Rio Grande do Sul, entre elas as ligadas à colonização estrangeira em geral e a alemã em particular, e necessitam, portanto, de uma explicitação para melhor compreensão de seu papel.

A ocupação do território do Rio Grande do Sul se dá nos séculos XVII e XVIII e precede a integração de sua economia à economia nacional. Os agentes da ocupação são os jesuítas espanhóis, os bandeirantes paulistas, os militares e os colonizadores açorianos.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

Os jesuítas, primeiros agentes da ocupação do território do Rio Grande do Sul, o fazem imbuídos de uma dupla missão, a um só tempo 'divina' "(catequese) e 'humana' (expansão política espanhola), procedem da 'Banda Ocidental' e ocupam a zona noroeste do território gaúcho (PORTO, 1954; POPESCU, 1967; SEPP, 1980; MONTOYA, 1985), fundando aldeias e reduções indígenas que desenvolvem a agricultura e a criação de gado.

A catequização, organização e adaptação ao trabalho regular dos indígenas reduzidos pelos jesuítas motivam a penetração do segundo elemento de ocupação do território do Rio Grande do Sul: - os bandeirantes paulistas. Os indígenas, através da ação jesuítica, se transformam em uma reserva de mão-de-obra à mercê dos bandeirantes que percorrem os sertões do Brasil em busca de braços indígenas para as lavouras paulistas. É importante salientar que os paulistas, nesta fase, não se fixam no território, limitando-se ao apresamento de índios e a destruição das reduções espanholas, sustando o avanço espanhol na região.

O desenvolvimento da mineração do ouro, nas Minas Gerais, cria um dinâmico mercado para animais de carga, necessários ao transporte, e mercadorias para o abastecimento da população mineira ou a ela ligada (sobretudo alimentos). Isto estimula os paulistas a voltarem novamente ao Rio Grande, desta vez em busca do gado e não mais de índios. A intensificação dessa atividade de apresamento de gado e animais de carga a transforma em uma corrente eminentemente povoadora.

A transformação do caráter das expedições paulistas, segundo Singer (1968), encontra uma explicação no aumento da população de São Paulo, voltada então para uma economia de subsistência, o que teria provocado uma expansão territorial em direção ao sul, que chegou ao litoral de Santa Catarina no final do século XVII, dirigindo-se ao Rio Grande do Sul, com o estabelecimento de sesmarias nas margens da Lagoa dos Patos, no começo do século XVIII. Sem dúvidas, esta necessidade dos paulistas de se dirigirem ao sul pressupõe a presença de outros fatores, além do crescimento populacional: - estabelecimento

do efetivo domínio português sobre o cobiçado território gaúcho, - a necessidade de estabelecer o comércio de animais em termos mais regulares: "Acentua-se o caminho dos tropeiros através do 'Norte/Estreito/Solidão/Quintão/Tramandaí/Torres/Mampituba/Araranguá e Laguna. E fixam-se os primeiros rincões para invernadouro das tropas"(LESSA, 1984, p. 43) e as oportunidades de ganho que oferece o mercado de gado para transporte e abate (muar e vacum). Este último (vacum) surge como consequência da possibilidade de exportar couro para os mercados europeus. O comércio de animais entre o Rio Grande do Sul e a região de São Paulo e Minas Gerais se desenvolve extraordinariamente com a descoberta de um novo caminho pelo interior (entre Viamão e o Sertão de Lages e daí para Curitiba e Sorocaba) alternativo ao então conhecido caminho do litoral, o que facilita o comércio e permite a ocupação da região nordeste do Rio Grande, os Campos de Vacarias, por volta de 1735.

Cardoso, no primeiro capítulo de sua clássica obra: 'Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional' (1962, p. 37-48), desenvolve a tese de que o povoamento e o desenvolvimento da pecuária, como atividade organizada e sistemática, no Rio Grande do Sul, têm suas origens em um conjunto de conveniências políticas e militares, ligadas aos interesses estratégicos da expansão portuguesa num território de confronto com a expansão espanhola, e as razões econômicas relacionadas ao abastecimento das regiões mineradoras com gado muar do sul. As primeiras são consequências dos conflitos armados entre Portugal e Espanha pela posse do território que se estende desde o sul da capitania de São Vicente até o rio da Prata. Durante quase todo o século XVIII se desenvolvem campanhas militares que tiveram como palco o território gaúcho.

Sem entrar nos detalhes dos conflitos entre portugueses e espanhóis e dos tratados firmados, é importante salientar que disto resulta que o povoamento do Rio Grande se dá sob duas formas básicas de ocupação: as praças militares e as estâncias. As fortificações militares acabam dando origem a vilas e cidades: é o caso de povoações como Rio Grande (forte Jesus-Maria-José,

fundado na Barra da Lagoa dos Patos: 'Rio Grande de São Pedro', em fevereiro de 1737), São Gonçalo (do forte do mesmo nome, no sangradouro da Lagoa Mirim) e Rio Pardo (uma tranqueira com a invocação de Jesus-Maria-José no passo do Jacuí, bem no centro do território gaúcho. Com o objetivo de consolidar as vantagens obtidas sobre os espanhóis, o governo português doa terras aos soldados participantes das campanhas do Prata. Estes organizam as estâncias<sup>2</sup> distribuídas ao longo das fronteiras sul e sudoeste do Rio Grande do Sul (FERNANDES, 1961; RÜDIGER, 1965).

Na segunda metade do século XVIII a economia do Rio Grande integra-se definitivamente a economia do centro do país como fornecedora de produtos primários: sua ocupação e povoação se deve a isto.

Ainda que a exportação de couros seja mais antiga (CORTESÃO, 1954), é a economia mineira que produz o maior impacto no sul e que possibilita sua conexão econômica ao resto do país. O descobrimento de ouro em Minas Gerais provoca uma corrida para a região central do país (PRADO, 1984).

Em Minas Gerais, graças a grande especialização da atividade econômica (mineração) e à concentração de homens e capital, desenvolve-se um grande mercado de alimentos e animais de carga que não é abastecido localmente. O problema do transporte parece ser crucial, especialmente pela configuração montanhosa da região mineradora: as mulas são o único meio de transporte que se adapta à distância e ao terreno. Celso Furtado assinala que as mulas representam a infraestrutura da economia mineira (FURTADO, 1985, p. 73-77). Estão assim criadas as condições de mercado necessárias para a integração da economia gaúcha ao resto do Brasil: as mulas para as minas são trazidas do Rio Grande do Sul, ou

---

<sup>2</sup> São distribuídas neste período dois tipos de propriedades: a data e a sesmaria. A diferença entre ambas é a extensão. A data não passa de meia légua em quadro (1.000 hectares). A sesmaria pode alcançar seis léguas em quadro, 13.068 hectares, conforme a determinação régia de 7 de dezembro de 1697. (RÜDIGER, 1965, p. 14).

por ele contrabandeadas do Prata, até Sorocaba em São Paulo, onde são comercializadas.

Furtado (1985, p. 73-77) assinala ainda que, considerando o mercado em seu conjunto, a economia mineira, alcançando seu pico por volta de 1750/60, é maior do que a economia açucareira, em função do elevado grau de especialização. Nessa época, chegam a ser comercializadas mais de 20.000 mulas anualmente. Esse comércio declina no último quartel do século XVIII, mas ainda assim, no começo do século XIX, o Rio Grande do Sul exporta entre 12 e 15 mil destes animais ao ano (FERNANDES, 1961, p. 47; FURTADO, 1985, p. 77).

As estâncias, que se constituem em enormes latifúndios, empregam poucos braços para a predação de animais selvagens, para o rodeio e para o tropeio. Cardoso coloca que "o pessoal ocupado no trabalho das estâncias sempre foi reduzido" (1962, p. 44); - do mesmo modo Fernandes (1961, p. 42), em sua 'Descrição corográfica', de 1804, assinala que "criam-se gados com tal doutrina, que seis homens podem costear uma fazenda de cinco mil animais".

Os estancieiros desempenham um importante papel político na defesa dos interesses da coroa na Capitania meridional: "Esquadrões de milícias e de guerrilhas compostas e comandadas por soldados estancieiros formavam a primeira linha de defesa e, em campanhas militares importantes, a sua ajuda na cavalaria era indispensável" (LEITMAN, 1975, p. 65). Sendo assim, os estancieiros, estimulados pelos interesses portugueses, transformam-se na classe determinante econômica e socialmente.

A partir, também, do final do século XVIII, desenvolve-se no sul do Brasil a colonização com famílias açorianas, atraída, organizada e financiada pela Coroa. Em cerca de 20 anos, após 1740, chegam ao Rio Grande do Sul cerca de dois mil açorianos destinados, inicialmente, às regiões limítrofes da Lagoa dos Patos. Após a invasão da Capitania pelos espanhóis, em 1764, os açorianos migram para regiões próximas de Rio Pardo, Santo Amaro e Taquari, onde as terras se mostram mais férteis para o cultivo do trigo (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 191).

A cultura de trigo parece ter-se associado à criação do gado, apesar de aparecer como subordinada desta. Isto é, sendo o estancieiro a força política e militar da Capitania, é ele que sujeita e determina econômica e socialmente outros grupos sociais, entre eles os açorianos, que, apesar de serem considerados na escala social acima dos negros escravizados, índios, gaúchos e outros grupos subordinados, têm como única possibilidade de ascensão o tornar-se um criador. Mas a criação de gado, e posteriormente as charqueadas, não destroem a cultura do trigo, antes acabam estimulando-a com o reforço das linhas marítimas para o Rio de Janeiro provocado pela exportação de charque no começo do século XIX (LEITMAN, 1975, p. 65). Contudo, ao contrário da atividade pecuária, na cultura do trigo não se verificam as condições necessárias para uma concentração de capitais (CARDOSO, 1962, p. 52-53). Isso se deve basicamente aos seguintes fatores: - A organização da produção, pelo menos nas áreas mais produtivas, próximas de Rio Pardo e Taquari, baseia-se principalmente na utilização de mão-de-obra familiar. A utilização de mão-de-obra escrava foi incomparavelmente menor, nestas propriedades, do que nas regiões do açúcar e do café, mais ao norte do país, fato que se explica, possivelmente, pela baixa capitalização dos produtores e preço dos escravos trazidos dos portos do centro do país. - O baixo nível tecnológico da produção do trigo (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 206-207). - Os vários problemas que a produção gaúcha de trigo começa a enfrentar a partir de 1810; como o aparecimento da ferrugem (FERNANDES, 1961; DREYS, 1927, p.63); as guerras contra os espanhóis da Banda Oriental (Uruguai), que deslocam homens e produção no esforço de guerra; o avanço da criação de gado graças ao desenvolvimento das charqueadas e o aumento do prestígio político dos estancieiros; e, finalmente, o que parece ser o mais importante: a concorrência norte-americana que põe fim à produção gaúcha de trigo e transforma o próprio Rio Grande do Sul em consumidor de seu cereal e de sua farinha.



Incapaz de sobrepor-se aos problemas surgidos, o cultivo do trigo gaúcho cede seu lugar à criação de gado. A crescente rentabilidade da criação de gado *vacum* determina a reconversão das áreas antes ocupadas pelo trigo em pastagens e o desvio de parte da mão-de-obra (escrava, ou não) para as charqueadas.

No começo do século XIX, ocorre a transferência da indústria de carne seca do nordeste para o sul do Brasil. No nordeste, a seca obriga a suspensão do fabrico de charque em função da diminuição dos rebanhos de gado do sertão e do agreste, bem como ao fato de o mercado consumidor (o charque é utilizado neste período, basicamente na alimentação dos escravizados) ter-se transferido para o centro do país com a descoberta do ouro em Minas e aí se fixado e alargado, posteriormente, com o desenvolvimento da cafeicultura.

A formação de um importante complexo industrial voltado à produção do charque se dá a partir de 1780 (MAESTRI, 1984, p. 55), aproveitando-se da abundância de matéria-prima e da mão-de-obra escrava que começava a ser dispensada da produção de trigo. Localiza-se, principalmente, no sul da Capitania, “ao longo das Lagoas dos Patos e Mirim, aproveitando o transporte fluvial, único condizente, na época, com a locomoção sistemática de grandes cargas; a saída ao mar era feita, exclusivamente, pelo porto de Rio Grande.” (MAESTRI, 1984, p. 59). As charqueadas multiplicam-se no início do século XIX, determinando que as estâncias racionalizem, suas atividades, visando ao fornecimento regular de gado para a indústria saladeira ou para a exportação de ‘boi em pé’.

As charqueadas são empresas voltadas para a exportação e se baseiam na utilização da mão-de-obra escrava que é seu combustível e, em última análise, sua própria razão de ser, seu mercado. Cada charqueada emprega em média 80 escravos, cuja aquisição é o único grande investimento para o charqueador: os demais se limitam a um local para preparar e salgar a carne (MAESTRI, 1984, p. 58-59).

O desenvolvimento desta indústria provoca um rápido crescimento de cidades como Rio Grande e Pelotas e a estagnação de Porto Alegre, desviada do circuito econômico do pastoreio e da salga

que domina a economia gaúcha durante todo o século XIX: segundo Singer (1968, p. 163-164), as exportações de charque e couro representavam 74,9% do total em 1861, declinando, mais para o final do século.

A partir da metade do século XIX, percebe-se uma estabilização nas exportações e, conseqüentemente, na produção. Este fato pode ser explicado pela estabilização do próprio consumo do charque. Senão vejamos: - O charque, destinado quase que exclusivamente para a alimentação de escravos, principalmente do centro do país, manteve-se ileso às oscilações do mercado de outros produtos; obteve extraordinário crescimento com o desenvolvimento da cafeicultura (FURTADO, 1985, p. 114), não por causa do café em si, mas por causa dos braços usados neste cultivo, e começou exatamente por isso a se ressentir da crescente campanha contra a escravidão que se opera a partir da segunda metade do século XIX. E, possivelmente, também do aumento do preço dos escravos, após 1850, que deve ter determinado, por parte dos seus senhores, contenções nos gastos com sua alimentação e o aumento dos custos de reposição da mão-de-obra nas charqueadas. Dessa forma, diminui sensivelmente a participação do charque e do couro na economia gaúcha (SINGER, 1968, p. 163).

A virada do século passado é marcada, além da crise da economia tradicional, pela presença efetiva de novos elementos na sociedade e na economia do Rio Grande do Sul, resultados de um processo de colonização estrangeira que inicia no começo do século XIX e se prolonga até meados do século XX.

### **A primeira fase da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, 1824-1830**

A política de estabelecimento de colônias agrícolas no Brasil inicia-se em 1808, quando são promulgados por D. João dois decretos: - um em 1º de setembro, determinando a vinda de 1.500 famílias, ou um número de homens e mulheres em idade de casar

para constituírem tais famílias, trazidos dos açores para a Capitania do Rio Grande do Sul (BRASIL, 1891a, p.129-130); - outro em 25 de novembro, permitindo a concessão de sesmarias a estrangeiros para o 'bem público', na esperança de aumentar a lavoura e a população, considerada 'muito diminuta' no Brasil.(Idem, 1891a, p. 166).

A preocupação do governo, neste período, pauta-se por dois fatores principais: 1º) necessidade de proteger as fronteiras despovoadas do sul ante a ameaça do avanço espanhol, trazendo açorianos que se transformem em soldados estancieiros; 2º) necessidade de aumentar a produção de produtos agrícolas alimentícios, haja vista que uma economia primário-exportadora, como a colonial brasileira, ciclicamente se ressentia do abastecimento de gêneros de primeira necessidade. Este último fator procura solução na atração de estrangeiros que queiram se dedicar à produção de alimentos, uma vez que a maioria da população luso-brasileira se dedica a produção para o mercado externo.

A partir de 1808, a política de imigração/colonização percorre um caminho marcado por modificações legais, acontecimentos políticos e problemas econômicos que, diretamente, influenciam os seus rumos.

Em 1818, através do decreto de 16 de maio (BRASIL, 1891b, p. 46-52), é aprovada a criação de uma colônia de suíços, de 100 famílias, no Rio de Janeiro (Nova Friburgo; estabelecida em 1819) que inaugura uma tradição de ajuda oficial para o estabelecimento de estrangeiros no Brasil. Os colonos, do Cantão de Friburgo, todos católicos, conforme determina o decreto, recebem passagem paga da Suíça ao Rio de Janeiro e daí até a colônia, terra com plena propriedade por concessão gratuita, além de bois, cavalos, vacas, ovelhas, cabras, porcos e diversas variedades de sementes. Todos são naturalizados portugueses, gozando de todos os direitos dos demais vassallos do reino.

O decreto de 1818 manifesta igualmente a preocupação com o desenvolvimento de atividades artesanais, via 'importação' de imigrantes estrangeiros, num manifesto interesse de modificação

das relações de trabalho e de diversificação da produção destinada ao abastecimento, principalmente, do mercado da capital, Rio de Janeiro (BRASIL, 1891b, p. 46-47).

Na província do Rio Grande do Sul, a primeira colônia, fundada em 1824, foi estabelecida em lotes da Real Feitoria do Linho Cânhamo (PETRY, 1947, p. 146; WITT, 2008) doados a alemães, de acordo com o decreto de novembro de 1808. Essa primeira experiência no Rio Grande do Sul não dispõe de uma regulamentação legal própria. Os primeiros alemães que nela se estabelecem recebem as vantagens dos colonos estabelecidos anteriormente em Nova Friburgo, Rio de Janeiro. São Leopoldo é colônia sob a responsabilidade do governo imperial, criada por D. Pedro I, e parece acobertar os reais interesses estratégicos da coroa, ao recrutar na Europa imigrantes ‘disfarçados’ de colonos, em sua maioria destinados aos batalhões de estrangeiros do imperador e à fundação de colônias em regiões remotas do sul do país para defesa de suas províncias mal povoadas (BROWNE, 1975, p. 38; CUNHA, 1995, p. 28-61). Independente dos reais motivos e interesses do Imperador, São Leopoldo cresce, com a entrada de imigrantes alemães, que buscam a propriedade das 160.000 braças quadradas distribuídas gratuitamente.

Durante o período que vai de 1830 a 1844 não se registram entradas de novos imigrantes, fato este motivado pela aprovação da lei de orçamento, em dezembro de 1830 (para os anos financeiros de 1831 -32), que em seu artigo 4º reza que "Fica abolida em todas as províncias do Império a despesa com a colonização estrangeira." (BRASIL, 1876, p. 108), provocada pelo excesso de dinheiro gasto com os batalhões de estrangeiros e a crescente oposição as políticas de D. Pedro I. A falta de verbas para a colonização estrangeira é logo agravada pela eclosão da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845).

Koseritz registra em seu relatório de 1867 que São Leopoldo começa a desenvolver-se somente depois de 1846: a guerra civil entre 1835 e 45 divide a população, e a colônia é por diversas vezes

palco de batalhas que reduzem São Leopoldo a um "montão de ruínas", obrigando seus habitantes, "reduzidos à miséria, a começar de novo a trabalhar" (KOSERITZ, 1867, p. 4). Em 1854, a colônia é transformada em município, um dos mais prósperos da província, graças a sua proximidade com a capital, Porto Alegre, seu principal mercado e porto de exportação de seus produtos (Idem, p. 6; SEIDLER, 1980, p. 112).

São Leopoldo, fundada em 1824, Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara das Torres, fundadas em 1826, são as três colônias fundadas pelo governo geral sob as mesmas bases do estabelecimento de colonos em Nova Friburgo, Rio de Janeiro: - concessão gratuita de terras, ferramentas e subsídios. Marcam a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul e o contexto em que se dão merece algumas reflexões.

Esta fase é marcada sobremaneira pela necessidade do governo, na época da independência e mesmo antes, de criar uma classe média na estrutura social brasileira, "então formada pela aristocracia escravista de um lado e pelos sem posses de outro, capaz de desenvolver a policultura, tão necessária ao abastecimento das cidades em expansão e dos exércitos em campanha (OBERACKER, 1967, p. 220-221) - atente-se para o caso de S. Leopoldo (TRAMONTINI, 2000).

Termina, com a lei do orçamento para 1831 e 1832, a primeira fase da imigração/colonização no Brasil e desaparece com ela a contratação de mercenários para o Império como motivação para a entrada de estrangeiros no país.

### **A segunda fase da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, 1844-1889**

De 1831 a 1844 praticamente se anula a imigração estrangeira para o Brasil. Durante o período regencial há um abandono oficial do assunto em função dos graves distúrbios políticos que marcam todo o período e ameaçam a própria integridade do Império.

Contudo, não se abandona a perspectiva da necessidade de promover a imigração para desenvolver as regiões remotas do país e precaver a economia do Estado diante da inevitável crise provocada cedo ou tarde pela suspensão definitiva do tráfico de escravos. Há uma dupla política em relação à imigração: - estimular as iniciativas particulares e a imigração espontânea de estrangeiros; e, - um esforço na criação de medidas que preparem e facilitem, no futuro, a retomada do processo de imigração/colonização.

No Rio Grande do Sul, irrompe em 1835 a Revolução Farroupilha, que devido as dificuldades impostas pela desorganização da província, afasta a possibilidade de continuação do processo migratório iniciado em 1824 até pelo menos o final de 1844.

Em 4 de dezembro de 1851, o governo provincial do Rio Grande do Sul promulga a lei nº 229 (RIO GRANDE DO SUL, 1872) dispondo sobre as terras devolutas para a colonização, determinando que a distribuição dos lotes seja feita gratuitamente e estruturando a administração da empresa colonial na província. Esta lei provincial contraria a Lei de Terras de 1850, e de certa forma desobedece determinação do governo geral. A verdade é que a lei nº 229 se antecipa à Lei de Terras de 1850 cuja aplicação só foi realmente efetivada com a sua regulamentação em 1854 (BRASIL, 1854, p. 10-28).

A lei nº 601 de 1850, no que diz respeito a demarcação, medição, venda e fixação do preço das terras devolutas, baseia-se quase que integralmente no sistema adotado pelos Estados Unidos (COSTA, 1985, P. 139-161), o que não deixa de ter sentido, uma vez que a política de terras americana somada a incansáveis esforços pela atração de imigrantes europeus produz um fabuloso mercado de mão-de-obra, que no caso americano se situa principalmente nas cidades. Hobsbawn (1977, p. 49) afirma que em 1880 somente 10% dos imigrantes nos Estados Unidos ainda se dedicam à agricultura, enquanto que para o começo do século XIX o quadro é inverso.

Com a promulgação da Lei de Terras de 1850, o governo cria um instrumento legal que define as formas de acesso à terra e uma

política de colonização voltada para a satisfação dos anseios de alguns setores da agricultura nacional, interessados - diante do novo quadro provocado pela lei de supressão do tráfico de escravizados - na utilização da mão de obra imigrante. A Lei de Terras é uma medida que cria no Brasil um mercado de trabalho na dimensão em que separa proprietários dos meios de produção de um lado e proprietários de força de trabalho (livre) de outro, e coloca como única alternativa para os últimos o trabalho e a poupança como forma remota de passar de uma a outra condição. Este propósito se adapta aos interesses dos grandes proprietários de São Paulo e do Rio de Janeiro, então centros hegemônicos da economia brasileira, mas não inteiramente aos interesses da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Na província meridional a colonização se faz premente pelos seguintes motivos básicos: 1º) a constituição de uma agricultura voltada para o mercado interno, uma vez que a florescente agricultura gaúcha da segunda metade do século XVIII e início do XIX não se restabelecera da crise do trigo e dos efeitos da Revolução Farroupilha; 2º) a povoação da província através da criação de comunidades agrícolas sedentárias, que possibilite a reconstituição de uma sociedade dualista no Rio Grande do Sul, baseada na agricultura e na criação de gado e não somente na última. O poder e o prestígio dos estancieiros, após a crise do trigo e a desagregação das comunidades agrícolas açorianas, provoca o seu afastamento político-ideológico dos interesses do Império e a sua crescente identificação com seus iguais platinos, liberais e republicanos, acelerando a eclosão e prolongando a guerra civil entre 1835 e 1845. A existência de comunidades agrícolas, especialmente de pequenos e médios proprietários caracteristicamente conservadores, restabeleceria o equilíbrio e a ordem política, ainda mais se fossem por imigrantes habituados e afeitos ao regime monárquico (SINIMBU, 1854, p. 25).

Todas as providências oficiais anteriores evidenciam, principalmente no Rio Grande do Sul, que a questão da colonização

através de imigrantes europeus se insere no contexto das contradições impostas pelo desenvolvimento do sistema capitalista de produção e na destruição do regime escravocrata, que se manifestam através da difusão e propaganda das ideias liberais. É o liberalismo o esteio sobre o qual se desenvolve, na segunda metade do século passado, o capitalismo no Rio Grande do Sul: são os liberais que fomentam os ideais de liberdade, trabalho e progresso; são eles os abolicionistas e os incentivadores da imigração no extremo sul do Brasil (CARDOSO, 1962, p. 206-268).

A sociedade gaúcha abalada economicamente busca saídas nos primados do liberalismo. Em 1848 Andréa (1848, p. 19) deixa clara a profundidade da influência liberal no discurso político do governo provincial, ao julgar indispensável a instalação de colônias "adquirindo-se assim melhores métodos de agricultura, as artes, e a indústria, que ainda não temos". O que se deseja é, sem dúvida, renovar os processos e as relações de trabalho para a implantação de uma economia capitalista.

### **A terceira fase da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, 1890-1914**

Este período foi marcado por mudanças estruturais em toda a sociedade brasileira. Mudanças que começaram antes de 15 de novembro de 1889, dia da proclamação da república, e marcaram profundamente a vida no Rio Grande do Sul.

Com a abolição da escravidão, em 1888, que ocorreu num período de euforia com a exportação de café, foi assegurada a integração do Brasil no mercado mundial e tornado possível o desenvolvimento da indústria, que logo passou a produzir impacto sobre o resto da economia nacional e mudanças na estrutura da sociedade brasileira.

As transformações nas bases da economia iniciaram nos últimos três decênios antes da proclamação da república, com um período de expansão da lavoura cafeeira na região sudeste, e de



intensa atividade mercantil/financeira que produziu um surto de crescimento urbano industrial. O Estado, apoiado pelo capital externo, especialmente o inglês, estendeu a rede de instalações infraestruturais de apoio à economia agroexportadora (ferrovias, portos), e possibilitou o surgimento da indústria de bens de consumo (alimentos e tecelagem), além de uma crescente expansão dos setores comercial e de serviços. Ainda que o Brasil se encontrasse conectado ao mercado internacional através de laços comerciais desde a fase colonial, neste período promoveu-se o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A dinamização da sociedade brasileira neste período foi marcada especialmente pelo crescimento das cidades e pelas migrações. Entre 1872 e 1890 a população brasileira cresceu a uma taxa média de 2,5% ao ano, enquanto que a população das cidades de 50 mil ou mais habitantes cresceu a 3,7% e as de mais de 100 mil habitantes a 3,1%. Entre 1891 e 1900, já na República, o crescimento médio global da população manteve-se em 2,2%, enquanto que a população urbana cresceu 6,8%, nas cidades de 50 mil ou mais habitantes, e 6,9%, nas de mais de 100 mil habitantes (LOPES, 1972, p. 16).

O novo regime republicano tratou logo de promover algumas reformas, que afetaram a vida de milhares de imigrantes estrangeiros no Brasil, criando mecanismos para sua integração social e participação política. Entre as primeiras medidas tomadas, estavam: - a eliminação do senado vitalício, do voto censitário e do poder moderador; - a separação entre Estado e Igreja; - a naturalização automática e imediata de todos os estrangeiros residentes no país, desde que não manifestassem oficialmente as autoridades o desejo de não tornar-se cidadãos brasileiros. Quanta à naturalização automática, vários países, França, Espanha e Itália, entre outros, protestaram contra a medida que viam como uma naturalização imposta que submetia seus cidadãos ao poder da oligarquia brasileira e os subtraía da proteção de seus países de origem. Contudo, para não prejudicar seus interesses econômicos

no Brasil, estes países não chegaram a tomar nenhuma medida a esse respeito.

Estabilizada a República, o crescimento dos negócios do café atraiu o capital estrangeiro, que continuou consolidando a dívida do governo central e financiando os governos estaduais em contrapartida a um crescente controle sobre a exportação, os serviços públicos, bancos e seguros, além de consideráveis investimentos diretos na indústria (DEAN, 2006, p. 282).

A mudança do sistema político e da forma de governo não significou, contudo, mudanças significativas na relação entre as diferentes classes sociais no Brasil e no papel que representavam no cenário político. Na prática o povo continuou marginalizado do processo político. A velha oligarquia latifundiária e escravista da época do Império permaneceu no poder, ainda que se fizesse representar por uma parte da oligarquia cafeeira que, já antes da proclamação da república, começara a investir os capitais acumulados com o cultivo e exportação de café na nascente indústria nas cidades. Neste período, conhecido como ‘República do Café com Leite’, o poder era dividido segundo princípios de amizade e parentesco entre os membros das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, os membros da classe média, trabalhadores, ex-escravos e imigrantes estavam completamente alijados.

No Rio Grande do Sul a instalação da república implicou na adoção de uma forma de governo autoritária, inspirada na república ditatorial de Auguste Comte, numa atitude de promover o progresso econômico sem alteração da ordem social, assegurando o domínio das classes conservadoras no estado.

De 1893 até 1895 o Rio Grande do Sul foi assolado pela Revolução Federalista. Os liberais da monarquia rearticularam-se, formando o Partido Federalista Brasileiro. Defendendo o sistema parlamentar, os federalistas se opuseram, no plano local, a Júlio de Castilhos e, no plano federal, ao governo de Floriano Peixoto. No início de 1893, logo após o acesso de Júlio de Castilhos ao governo do estado, o Rio Grande do Sul foi invadido, pela fronteira com o

Uruguai, por tropas federalistas. A maior parte dos líderes federalistas eram estancieiros e haviam ocupado cargos políticos no Império. Os federalistas depuseram as armas em 1895, conseguindo do governo a promessa, nunca cumprida, de que a constituição estadual seria revista, para que se impedisse a reeleição sucessiva do presidente do estado. No período que se seguiu após a luta pelo poder entre republicanos e federalistas, o Partido Republicano Rio-grandense consolidou o seu domínio. O final do conflito implicou tanto no fortalecimento da máquina política situacionista quanto na polarização partidária no Rio Grande do Sul, aproximando o governo estadual do governo federal e do exército (PESAVENTO, 1985, p. 77-79), reservando ao Rio Grande do Sul, durante toda a fase inicial da República brasileira um papel singular.

Nesta fase histórica, economicamente, o Rio Grande do Sul não se organizou para a exportação, como o fizeram os Estados do sudeste; nem para a subsistência, como os Estados do norte e nordeste brasileiros. Industrializou-se sem perder sua característica historicamente agropastoril e, no quadro da economia nacional, desempenhou um papel subsidiário, de apoio relativamente dependente ao sudeste. E, politicamente, não participava diretamente do governo da República, como o faziam os Estados de Minas Gerais e São Paulo e, ainda assim, não se submeteu a eles, assegurando uma participação política que lhe permitiu tomar parte das principais decisões da primeira fase da República brasileira e dirigir o seu fim na Revolução de 1930.

A imigração entre 1890 e 1914 desempenhou um papel econômico e estratégico político importante. Nos primeiros 25 anos da República entraram no Brasil pouco mais de dois milhões e meio de imigrantes estrangeiros, dos quais 50,5 mil alemães. Um crescimento significativo em relação aos últimos 25 anos do Império (1865-1889), quando entraram ao todo 771,5 mil imigrantes dos quais somente 40 mil alemães (CARNEIRO, 1950).

## Referências

- ANDRÉA, Francisco José Soares de. *Aditamento do presidente da província à Assembléa Legislativa Provincial*. Porto Alegre: Jornal do Comércio, 1848.
- BRASIL. Decreto nr. 1.318, de 30 de janeiro de 1854, manda executar a lei nr. 601 de 18 de setembro de 1850. In: BRASIL. *Collecção das lei do Império do Brasil de 1854*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1854. p. 10-28.
- BRASIL. *Collecção das leis do Império do Brasil de 1830*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876.
- BRASIL. *Collecção de leis do Brasil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891a.
- BRASIL. *Collecção de leis do Brasil de 1818*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891b.
- BROWNE, George P. Política imigratória no Brasil Regência. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 307, abr/jun 1975. p. 37-48.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.
- CARNEIRO, José Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia, 1950.
- CORTESÃO, Jaime. O território da Colônia do Sacramento e a formação dos Estados Plantinos. *Revista de História*, São Paulo, Universidade de São Paulo, ano V, n. 17, p. 135-165, 1954.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república. Momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die Deutsche Kolonisation. Ein Beitrag zur Geschichte der deutsch-brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1995.

- DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Bertrand Brasil, v. 8, tomo III. 2006. p. 277-313.
- FERNANDES, Domingos José Marques. Descrição Corográfica, Política, Civil e Militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, 1804. *Pesquisas: História*. Porto Alegre: Instituto Anchieta de Pesquisas, ano 5, n. 15, 1961.
- FURTADO, Celso. Povoamento e articulação das regiões meridionais. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1985.
- HOBBSBAWN, Eric John Ernest. La era del capitalismo. Barcelona: Guadarrama, 1977. v. 2. Tradução Gustau Muñoz.
- KOSERITZ, Carlos de. *Relatório da administração central das colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, apresentado ao Illmo. e Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, digníssimo presidente da mesma província, pelo agente interprete da colonização Carlos de Koseritz*. Porto Alegre: Jornal do Comércio, 1867.
- LEITMAN, Spencer. O primeiro ciclo brasileiro do trigo e a guerra dos farrapos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 307, n. 59, abr/jun 1975.
- LESSA, Barbosa. *Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo*. Porto Alegre: Globo, 1984.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Desenvolvimento e mudança social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- MAESTRI, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.
- MONTOYA, Antônio Ruiz de. *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tapes, 1639*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
- PETRY, Leopoldo. *O município de São Leopoldo*. In: Anais do primeiro congresso de história e geografia de São Leopoldo. Porto Alegre: Globo, 1947.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

POPESCU, Oreste. *Sistema económico en las misiones jesuíticas*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1967.

PORTO, Aurélio. *História das missões orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Selbach, 1954.

RIO GRANDE DO SUL. *Índice das leis promulgadas pela Assembleia Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul desde o anno de 1835 até o anno de 1851*. Porto Alegre: Tipografia Rio-Grandense, 1872.

RÜDIGER, Sebalt. *Colonização e propriedade da terra no Rio Grande do Sul no século XVIII*. Porto Alegre: SEC – Divisão de Cultura e Instituto Cultural do Livro, 1965.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. Tradução Leonam de Azeredo Pena.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Belo Horizonte. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. Tradução Bertholdo Klinger.

SEPP, Antônio. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos, de 1698*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1968.

SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de. *Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854*. Porto Alegre: Tipografia Rio-Grandense, 1854.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes. A colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol. Estratégias políticas. Imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

## **Características da colonização na região das missões em uma abordagem comparativa**

*Mauro Marx Wesz*<sup>1</sup>

Inicialmente é importante pontuar alguns aspectos que caracterizam esse estudo enquanto campo da história regional, em primeiro lugar para estabelecer um recorte preciso, e em segundo lugar, como base de diferenciação com outras regiões do estado que também integram o processo migratório com descendentes de imigrantes, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Além disso, como enunciado no título, estabeleço uma comparação entre a história da criação dessas três colônias, da então chamada região florestal das Missões, para que possa ser demonstrado o quanto a ocupação territorial desses locais, e sua formação, seguiu um mesmo padrão, que podem ser verificados por meio de vários aspectos sociais presentes atualmente nessas sociedades, cuja historicidade buscarei demonstrar na sequência deste artigo.

### **Critérios para a definição da região**

Para que se possa categorizar o conjunto de elementos que caracterizam esses espaços, não somente enquanto *região das Missões* - que geralmente remete à referências do período colonial, e as chamadas reduções jesuítico-guaranis - mas sim, um

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Brasil.

entendimento enquanto *região florestal das Missões*, é interessante apontar que:

No espaço que, em 1900, situavam-se Cruz Alta, Passo Fundo, Santo Ângelo e Palmeiras das Missões, foram fundados, desde 1912 até o ano de 2009, em torno de 170 municípios, sendo alguns originários de linhas coloniais que, inicialmente, eram as divisões tradicionais dadas às colônias. (BOTH, 2011, p.47).

A existência desse vasto número de municípios demonstra a densidade populacional, mesmo que esparsa, de uma região cujo processo de colonização foi tardio, quando comparado com o resto do estado. Talvez uma das dificuldades em se estudar essas colônias seja justamente seu grande número, e o fato de que a maioria delas ao longo de sua história mantiveram um tamanho pequeno para mediano, o que não atrai muito a atenção sob um olhar mais apressado. Soma-se a isso, o fato de que não existem pesquisas mais especializadas sobre essa temática, as universidades estabelecidas na região normalmente não possuem um curso de História, e quando o possuem é sem a área de pós graduação, a qual consequentemente leva à análises mais consistentes. Isso faz com que os estudos de uma historiografia especializada existam em números reduzidos.

Levando essas questões em consideração, busco reforçar uma ideia de unidade, que possa demonstrar o quanto essas comunidades possuem vínculos culturais e econômicos em comum, e que permitem falar em uma tipologia das colônias na região florestal das Missões, nomenclatura que utilizo, e que explicarei as razões para sua escolha ao longo do artigo.

A tese de Both (2011) intitulada “Babel do Novo Mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1885-1925)”, foi o estudo que no princípio me instigou a procurar os mesmos sinais de conflito advindos das formas de apropriação territorial nas colônias selecionadas para esse estudo. Essa pesquisa se insere no campo historiográfico da chamada história social da



agricultura, onde o autor, através de fontes do poder estatal, como os relatórios da Diretoria de Terras e Colonização (DTC) criada em 1907, e ainda em processos crimes, ambos relativos a Cruz Alta e Palmeira das Missões, demonstra a complexidade das relações entre Estado e a sociedade estabelecida.

Relações essas, onde não se pode negar a influência do meio ambiente que os cercava, e da própria interiorização, que é um dos elementos que tende a explicar as razões para a inserção tardia desse espaço no processo capitalista de tipo agrícola exportador. Em uma investigação dinâmica, o autor expõe com muita clareza as variáveis que influenciaram na conformação de uma nova ordem social nesses espaços, baseadas na comercialização da terra, e políticas de povoamento que privilegiavam alguns em detrimento de outros.

Acho importante sinalizar esse aspecto, pois nesse exercício de definição e diferenciação dessa região, as três colônias acima mencionadas possibilitam falar de uma tipologia das colônias nesse espaço que chamo de região florestal das Missões. A utilização de algumas delas em específico, como modelo para compreender a dinâmica social das outras, demonstra ser uma boa possibilidade para analisar essa região como um todo. A tabela abaixo contém a relação de quais municípios me refiro quando falo de uma mesma tendência de crescimento e modo como se estruturou as sociedades nesses locais.

Especificamente, uma economia cuja base foi a agricultura familiar durante a maior parte do século XX, até a chamada Revolução Verde, onde esse modelo foi sendo substituído pela mecanização e a grande propriedade voltada para a exportação. Mas esse tema não será discutido nesse espaço pois o foco aqui são as primeiras décadas do século XX, e a transformação do espaço público em privado nesses locais, ou seja, identificar quais foram os elementos constitutivos desses espaços, como as companhias de colonização, em cada uma dessas colônias, e os grupos sociais que inicialmente compuseram essas sociedades, bem como as relações entre si.

Microrregião das Missões: 28 municípios  
(Rota das Missões)

Bossoroca	Roque Gonzáles
Caibaté	Salvador das Missões
Cerro Largo	Santo Angelo
Dezesseis de Novembro	Santo Antonio das Missões
Entre Ijuís	São Nicolau
Eugênio de Castro	São Paulo das Missões
Garruchos	São Borja
Girua	São Luiz Gonzaga
Guarani das Missões	São Miguel das Missões
Ijuí	São Paulo das Missões
Mato Queimado	São Pedro do Butiá
Pirapó	Sete de Setembro
Porto Xavier	Ubiretama
Rolador	Vitória das Missões

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Essa categoria de microrregião, inspirada em uma concepção geográfica, parte de critérios como: as mesmas características ambientais, como o relevo, a fauna e a flora, e ainda, o mesmo tipo de atividades econômicas influenciadas por esse meio, conforme proposto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Integram a microrregião das Missões, 46 municípios, no entanto, ela subdivide-se em Rota Missões, que são as municipalidades que me refiro nesse estudo, e a Rota do Rio-Uruguai, que apresenta outras particularidades.

A nomenclatura corrente no período, quando eram feitas referências a esses locais, de acordo com as fontes da documentação estatal vinha a ser “região florestal das Missões”, o que nos fornece alguns indicativos que permitem pensar esse espaço e suas características específicas. Nesse aspecto compartilho com a formulação de Bourdieu (1989) quando afirma que: “a divisão regional não existe na realidade, esta mesma realidade é a representação que dela fazemos.” Ainda nessa perspectiva:

Uma região é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios. Os elementos internos que dão uma identidade à região (e que só se tornam perceptíveis quando estabelecemos critérios

que favoreçam a sua percepção) não são necessariamente estáticos. Dai que a região também pode ter sua identidade delimitada e definida com base no fato de que nela pode ser percebido um certo padrão de interrelações entre elementos dentro do seu limite. (BARROS, 2005, p.89).

Dito isso, os critérios estabeleço aqui, partem essencialmente da mesma lógica econômica que predominou nesses espaços: práticas agrícolas semelhantes, como a agricultura de subsistência e a criação de gado, pelo menos até metade do século XX. E ainda, o catolicismo enquanto elemento cultural unificador, onde através de ações mobilizadoras os clérigos buscavam orientar o pensamento político e a própria narrativa histórica dessas comunidades.

Acerca desse aspecto, em minha dissertação de mestrado, defendida em 2016 na Universidade Federal de Santa Maria, cujo título é “Colônia Rondinha/Santa Lúcia: Colonização e Religiosidade na Região das Missões do Rio Grande do Sul (1921-1937)”, chamei esse fenômeno de projetos católicos de integração. Esse último critério com um viés cultural é sobre o qual vou estabelecer as comparações mais adiante nesse artigo, apesar de que os objetivos logo na sequência da pesquisa, seja a utilização de fontes cartoriais, como inventários e registros de compra e venda, para que se possa adentrar nas questões econômicas mais específicas, incluindo assim na análise, os patrimônios produtivos, e ainda, a estrutura fundiária:

A região percebida como procedimento metodológico no que se refere às estratégias de trabalho através da complementariedade, entre a análise e hermenêutica, potencializa a produção de um conhecimento histórico resultante do entrelaçamento entre os aspectos estruturais (econômico-político/físico-geográficos) e os aspectos subjetivos (crenças, valores, símbolos/socioculturais capaz de caracterizar e definir uma região. (MACHADO, 2010, p.23).

Esse sentido de complementaridade é essencial para que seja possível construir do modo mais amplo possível a complexidade de relações existentes nessas sociedades rurais:

Como decía Bernard Lepetit, cuando elegimos una escala lo que hacemos es seleccionar una determinada cantidad y un determinado tipo de información que sean pertinentes con la totalidad que aspiramos a representar. En ese sentido, dichos vestigios documentales contienen una pequeña parte del conjunto de los hechos que hubo con ese pasado ya irrecuperable, una pequeña parte traducida y convertida em datos. (SERNA; PONS; 2003, p.45).

A partir desse recorte, o que se busca é a utilização dessa lógica de abordagem, para demonstrar os mais variados pontos em comum nessas colônias, e posteriormente, municípios dessa região. Como dito anteriormente, categorizá-las em uma mesma tipologia, baseada nessas características advindas do mesmo processo colonizatório.

Essa mesma região, nos séculos anteriores é tema de uma historiografia que se dedica às formas de sociabilidade e resistência indígena, do avanço ibérico e da tentativa de imposição cultural dos mesmos, por mais de três séculos, marcados por conflitos armados em uma região de fronteira estratégica, inseridos na geopolítica do período moderno. É esse mesmo espaço que, em fins do século XIX e início do século XX, apresenta uma realidade muito dissonante do contexto anterior. Esse aspecto corrobora com uma questão central que é frequentemente mencionada em artigos e livros acadêmicos que tematizam a história regional, me refiro ao espaço enquanto uma construção do historiador:

O estudo da região deve ter por suporte o espaço; é preponderante como questão central a conceituação de região o tempo, pois a região não é o espaço em si, mas sim, sua temporalidade. Nada há no espaço que não seja produto histórico das determinações sociais. (MACHADO, 2010, pgs 23,24.)

É assim que busco definir essas colônias inseridas na região florestal das Missões, pois, de certa forma, já anuncio essa diferenciação para com os temas e os problemas historiográficos que

são muito diferentes dos historiadores que se dedicam aos séculos anteriores.

Aqui, cabe dizer que nem todos esses municípios da Rota Missões possuem esses elos em comum e integram essa tipologia. Alguns, historicamente constituídos no período das reduções jesuíticas, como São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, São Miguel, São Borja, ou ainda São Nicolau, apresentam características próprias, pois essas localidades não se desagregaram totalmente com o fim do ciclo missioneiro. As colônias que me refiro, são as fundadas no final do século XIX, e principalmente início do XX, onde a presença de descendentes de imigrantes, conjuntamente com a população cabocla, mais esparsa, constituiu essas comunidades. Portanto, quando falo dessa tipologia das sociedades rurais nessa região, estou me referindo a esse período posterior, e a essa ideia de região florestal das Missões. Nessa busca pelos padrões gerais, as especificidades também ajudam a compor esse quadro e expressam a dinamicidade, e possibilidades de estudo da história da região das Missões.

O final do século XIX e início do XX deve ser visto enquanto um período caracterizado pela construção de uma nova territorialidade, onde o elemento nacional, ou ainda caboclo, a partir do chamado processo de enxamagem<sup>2</sup>, conforme o conceituou Roche (1969), passa a conviver e dividir o espaço produtivo com descendentes de imigrantes alemães, italianos, poloneses, dentre outras nacionalidades, aspecto que confere uma complexidade social que permite diferentes tipos de análise. A miscigenação nesses locais, perceptível nos dias atuais a partir da análise dos sobrenomes, reflete uma parte dessa integração. Aqui é necessário esclarecer o que se entende por esses sujeitos que tanto quanto os descendentes de imigrantes, construíram novos espaços produtivos,

---

<sup>2</sup> Intensa movimentação de descendentes de imigrantes, vindos das chamadas colônias velhas, para outras regiões do Rio Grande do Sul, devido ao desgaste do solo, diante das práticas de desmatamento e esgotamento do mesmo.

e se organizaram em torno dessa nova dinâmica social na região florestal das Missões:

Entre os historiadores, não há consenso relativo ao emprego do termo *caboclo*. Para Paulo A. Zarth (1998), *caboclo* não pode ser sinônimo de camponês no sul do Brasil, visto que há uma distinção nítida entre dois tipos de camponeses que formam o campesinato regional. O *colono* é o camponês imigrante ou descendente de imigrantes europeus de origem não ibérica, enquanto *caboclo* se refere ao *lavrador nacional* e ao seu modo de vida diferenciado, que se aproxima ao modo de vida indígena – por essa razão Willems (1980) e Waibel (1979) consideraram que muitos imigrantes alemães haviam se *acaboclado*. Tanto para o colono quanto para o caboclo, a terra constitui um lugar de trabalho, necessário para a produção e a reprodução do seu modo de vida. (NEUMANN, 2012, p. 8).

Em minha dissertação, dentre as temáticas trabalhadas, procurei demonstrar, principalmente a partir de registros de compra e venda, as negociações existentes entre esses grupos sociais estabelecidos. Essa documentação aponta para o fato de que essa chamada população nacional, ou ainda cabocla, estava presente na maior parte dos registros, tanto de compra quanto de venda, e em menor número os descendentes de imigrantes, o que vem a reforçar a necessidade de compreender mais a fundo o papel dos habitantes dessa região no período anterior às levas migratórias.

Na busca de explicações para esses dados, apontei que talvez a seleção fosse muito pequena, somente os anos de 1928 e 1929, e que esse processo estaria recém começando. Ou ainda, que no caso específico de Santa Lúcia, essa presença nacional foi sempre maior que a de descendentes de imigrantes. Esse é um dos aspectos que, enquanto hipótese, não acredito que ocorra em Serro Azul e Roque Gonzáles, devido ao modelo inicial de fundação dessas duas colônias. Ambas foram criadas a partir de esforços de companhias de colonização, já Santa Lúcia formou-se após o desmembramento de

uma grande propriedade particular, onde foram sendo demarcados lotes coloniais que aos poucos foram sendo adquiridos.

Essas questões serão esclarecidas de forma mais aprofundada no decorrer da pesquisa através da análise desse mesmo tipo de documentação, em relação a Serro Azul e Roque Gonzáles, o que permitirá perceber as especificidades de cada caso. Na sequência abordarei a história e o contexto de criação de cada uma dessas três colônias.

### **A formação inicial de Serro Azul, Santa Lúcia e Roque Gonzáles**

A colônia Serro Azul foi inicialmente composta por descendentes de imigrantes europeus vindos de várias localidades do Rio Grande do Sul, mas principalmente Tupanciretã:

Em 1900, foi concluída a ferrovia Santa Maria - Cruz Alta, e o governo pretendia ligar Tupanciretã a São Luiz Gonzaga, São Borja, Uruguaiana, Palmeira das Missões e, mais tarde, a Lagoa Vermelha e Caxias do Sul. O Sr. Horst Hoffmann, diretor da firma alemã Pró-ferrovia, recebeu trinta mil marcos para inspecionar e dirigir a construção da via férrea. (...) Serro Azul foi criada para abrigar o excedente de colonos das colônias velhas, conservando-os reunidos étnica e religiosamente (...) Dessa forma, em 1900, a recém fundada Associação de Colonos intitulada Bauerverein, com sede no município de São José do Hortêncio, interessou-se em colonizar uma área de terras na região noroeste, entre os rios Ijuí e Comandá, que abrangia terras de propriedade da Nordwestbahn, uma companhia férrea alemã que havia adquirido as terras do governo do Estado (...) Pelo acordo o Bauerverein, comprometia-se a colonizar as terras em um prazo de 10 anos. Assim em 1902 o “Bauerverein” adquiriu duas áreas de terra da Nordwestbahn e comprometeu-se a colonizar a colônia Serro Azul, atual município de Cerro Largo e a colônia Boa Vista, atual município de Santo Cristo. (RAMOS, 2006, p.44,45).

Conforme nos explica a citação acima, as condições objetivas que proporcionaram a fundação dessa colônia vão ao encontro de

questões políticas e econômicas centrais para o período, primeiramente a extensão da malha ferroviária no estado, que possibilitaria o escoamento da produção para outros centros consumidores, e ainda, a existência de companhias de colonização dispostas a investir na aquisição e posterior comercialização dessas terras.

Quando falamos da orientação política do governo neste período, é importante esclarecer que no Rio Grande do Sul, de 1889 a 1928, prevaleceu a filosofia política inspirada no positivismo comteano. Inicialmente governado por Júlio de Castilhos e posteriormente Borges de Medeiros, o controle e organização da ocupação da terra, e também o incentivo à imigração, constituíam áreas essenciais de intervenção do Estado, visto que pressupunham ordenação e metodicidade no povoamento territorial:

O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), ao assumir o governo do Estado, tinha como pressuposto básico o desenvolvimento da estabilidade política e da suficiência econômica. [...] Em vista disso, as políticas públicas do PRR foram canalizadas para a promoção das condições técnicas necessárias à promoção do desenvolvimento regional, contudo, pautados por relações caracterizadas pela centralização, hierarquia e tutela do Estado no processo de desenvolvimento. (JACOMELLI, 2010, p.109.)

Associado a esse interesse estatal na colonização, especificamente na região florestal das Missões, temos ainda outro elemento, que nesse caso, não era tão novo assim, ou seja, a presença jesuítica. No entanto, ao invés dos indígenas como nos séculos anteriores, era junto aos colonos que os jesuítas buscavam exercer sua esfera de influência, e tomavam parte nas decisões de planejamento e fundação de novas colônias, além de serem vistos como responsáveis por orientar os colonos, descendentes de imigrantes e imigrantes na execução de projetos designados previamente:



Apenas no começo dos anos 1880 veio a ideia de repovoar de novo a antiga região das Missões ao longo do Uruguai. O Pe. Steinhart e o Pe. Schleipen foram destacados para uma viagem até lá, quando, não sabemos por que razões, os superiores se declararam contra a execução do plano. A questão voltou de novo à tona mais tarde. O Pe. Max von Lassberg ofereceu-se para acompanhar os colonos em busca da região do rio Uruguai. Presume-se que foi algo de caro ao coração dos jesuítas a tarefa de verem povoadas novamente por mãos cristãs aquela terra que fora regada com suor e sangue de seus predecessores e da qual haviam sido expulsos de uma forma tão humilhante. (...) a comissão realmente se deslocou para lá, e o Pe. Max von Lassberg a acompanhou. O parecer da comissão, e aquele posterior a este último soou positivo e, como consequência, já em setembro de 1902, um grupo de colonos partiu para Serro Azul, sob a coordenação do citado padre. (SCHUPP, [1912], 2004, p.211).

Em uma das primeiras obras sobre a história de Cerro Largo, que foi lançado em virtude das comemorações do 11<sup>o</sup> aniversário de emancipação do município, em 1966, o autor menciona o Bauerverein<sup>3</sup> como a agência empreendedora responsável pela criação de Serro Azul, e o Pe. Max von Lassberg<sup>4</sup> S. J. é apresentado como fundador da colônia. Destaca-se a presença de Lassberg, pois se trata de um jesuíta que percorreu várias localidades no Brasil e na Argentina, atuando junto aos colonos:

---

<sup>3</sup> O Bauerverein (Associação de Colonos Católicos) desenvolveu atividades diversificadas, dentre elas a função de companhia de colonização.

<sup>4</sup> O padre Max von Lassberg, nasceu no dia 13 de fevereiro de 1857 em Detmold na Baviera, Alemanha. Prestou seus estudos no Ginásio Stella Matutina, onde apresentou grande interesse para a vida religiosa; terminou seus estudos teológicos ainda no Brasil em 1888 e recebeu a ordenação sacerdotal na cidade de Montevidéu/Uruguai. Com participação ativa na vida das comunidades teuto-brasileiras, onde atuava como pastor e mentor para os mais variados problemas, Lassberg tornou-se um homem de confiança para os imigrantes. Ele foi considerado um dos maiores “experts” em termos de implantação e consolidação de projetos de colonização na primeira metade do século XX, colaborando para a colonização de Colônias como Serro Azul, no Rio Grande do Sul, San Alberto e Puerto Rico, na Argentina e Porto Novo em Santa Catarina.” BLUME; WITT. **Organização social e mobilidade espacial: estudo sobre imigrantes alemães e descendentes no Brasil e na Argentina.** Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 97-111, jul./dez. 2014.

O Pe. Max conquistou não poucos méritos na questão da imigração e colonização, na medida em que respondia aos inúmeros questionamentos em parte teorizando em palestras, pronunciadas em ocasiões as mais diversas, em parte fora dele. De modo parecido agiam também outros padres, quando a questão era posta. Mas era principalmente pelo suporte direto dado aos colonos quando começaram a trabalhar seus lotes. (SCHUPP, [1912], 2004, p. 210).

Portanto, Serro Azul enquanto uma das primeiras colônias fundadas no início do século XX, sintetiza alguns dos elementos que perpassam a criação dessas colônias na região florestal das Missões. A iniciativa do governo em transformar essa região numa espécie de celeiro do estado, cuja produção agrícola continha potencial para o abastecimento interno, e também, na perspectiva de alguns setores do catolicismo, manter esses colonos adeptos à sua religiosidade. Aspecto que no caso de Santa Lúcia, como demonstrarei a seguir, fica ainda mais evidente devido à organização da Romaria do Caaró<sup>5</sup>.

Com relação à Santa Lúcia, conforme um dos anexos de minha dissertação, a qual trata-se de um jornal comemorativo aos 15 anos de emancipação política de Caibaté (1981), temos o seguinte relato: “Origem da Colônia: A colônia de Santa Lúcia pertencia a um herdeiro de Joaquim Gomes Pinheiro Machado, que se chamava Tranquilino Ribas Pinheiro. Este herdeiro vendeu sua parte hereditária para o engenheiro civil Henrique Leopoldo Seffrin, de Santo Ângelo, mediante uma procuração em causa própria, que foi passada em princípios de dezembro de 1919 no Cartório de Santo Ângelo. Nesta procuração, o engenheiro Seffrin teve que pagar uma entrada de 60 contos de réis. Uma vez regularizada esta parte, o engenheiro civil começou a dividir as terras. Naturalmente levou

---

<sup>5</sup>A Romaria do Caaró trata-se de um movimento de devotos católicos que seguem em peregrinação religiosa ao Santuário do Caaró (cerca de 12 km de distância do centro de Caibaté), quer seja para pagar promessas, agradecer ou pedir bênçãos. Esse movimento popular consiste na veneração aos chamados santos mártires do Caaró, assassinados em 1628, em um caso de resistência indígena frente à evangelização. Ela ocorre há 90 anos (1928/2018) e é uma demonstração da influência católica na região.

alguns anos para fazer a exploração das águas, fixar divisas com outros herdeiros de João Antunes Ribas. Lá pelo ano de 1921 foram vendidos os primeiros lotes coloniais.”

Logo na sequência desse mesmo jornal, são feitas referências às Caixas Rurais, as quais tratavam-se de fundos econômicos, organizados inicialmente pelos jesuítas, para auxiliar financeiramente os colonos que desejassem comprar terras na região. Através delas era possível adquirir as propriedades e pagar posteriormente com juros mais baixos: “Depois da Revolução recém iniciou a ocupação desta área da colônia e era lógico Caibaté era fundado com agricultores sóbrios, mas práticos, dependentes de antigos agricultores de Cerro Largo e de outras localidades, como Estrela e Lajeado, de onde vieram mais de 20 famílias. Todas descendentes de colonos e que conseguiram os recursos através de financiamentos na Caixa Rural de Cerro Largo”.

Por esse trecho pode ser percebido pelo menos dois aspectos, o termo “Revolução” que é empregado refere-se à Revolução Federalista de 1923, que também afetou a região, tendo em vista relatos de saques, e ameaças aos moradores. É possível perceber ainda, o quanto o contexto macro pode ser evidenciado nesses casos específicos.

Ocorreu ainda, a passagem da Coluna Prestes na região, que aliás, manteve-se governista, visto que os colonos organizaram a chamada “Liga Defensora Colonial” que visava dificultar, ou mesmo bloquear, a passagem da coluna nesses locais. Acerca desse aspecto poderia ser discutido o papel dos clérigos e sua influência na formulação desse posicionamento por parte dos colonos. Em minha dissertação, através da utilização dos Livros Tombo das paróquias de Santa Lúcia e Serro Azul, pude constatar essa questão, no entanto, acabaria fugindo à proposta deste artigo. Também destaco as relações econômicas mantidas entre essas comunidades, dependentes entre si, quando o jornal menciona que Caibaté era dependente de colonos de outras localidades.

Seguindo o mesmo padrão da presença de descendentes de imigrantes e uma forte influência católica na região, a colônia de Roque Gonzáles recebeu esse nome como uma forma de homenagear Roque Gonzáles de Santa Cruz S.J. (1576-1628). Sua fundação também contava majoritariamente com descendentes de imigrantes:

A fundação oficial da Colônia Roque Gonzáles aconteceu em 1927, quando o Padre Estanislau Wolski, vigário de São Luiz Gonzaga, celebrou a primeira missa em um altar improvisado, sobre um touco de canafistula, onde hoje é a rua. Grande número de pessoas esteve presente ao ato, destacando o Major Antonio Thedoro, alguns ocupantes da colônia e o Sr. Antônio Wenzel. Este último discursou em alemão, anunciando que a Colônia era fundada e seria Roque Gonzales, em homenagem ao primeiro mártir rio-grandense. Escolheram Pedro Canísio, apóstolo e reformador alemão como padroeiro da capela que logo seria contruída. (SANTOS, 1989, p.77).

Torna-se evidente através dessas colocações o quanto a presença católica moldou as formas de representação nessa região. Uma colônia que vem a receber o nome de um jesuíta que percorreu a região no século XVII torna evidente essa valorização dos elementos vinculados à religiosidade. Não à toa que nesses municípios o catolicismo ainda é predominantemente a religião da maioria da população.

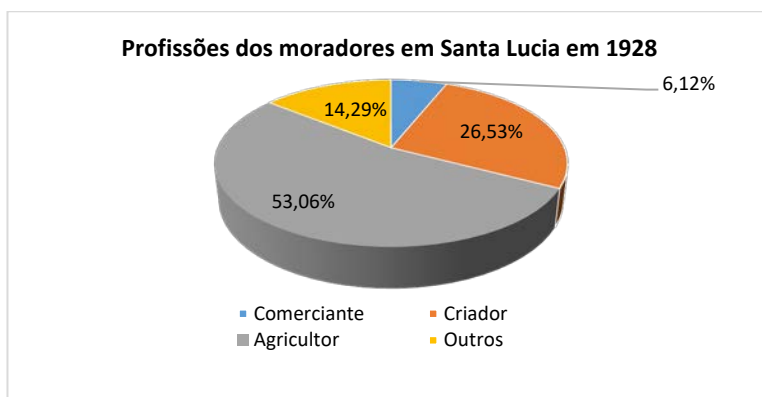
### **Padrões gerais no processo inicial de formação das colônias**

Apesar de ter discutido apenas de forma breve a história inicial da criação de cada uma dessas comunidades rurais, a proposta aqui é lançar as bases gerais para uma discussão mais aprofundada futuramente, mesmo porque trata-se de uma pesquisa em sua fase inicial. Procurei demonstrar, principalmente através da presença de padres e jesuítas nestes locais, a existência concomitante em todos esses espaços, não somente de formas de

influências e expressões culturais, mas também, em questões econômicas a partir da atuação destes jesuítas nas Caixas Rurais e Associação de Agricultores.

Mas para além da questão religiosa, que vem a ser a primeira característica compartilhada entre essas localidades, também destaco o mesmo padrão definido como sistema agrário colonial. “Entende-se que um sistema agrário é a representação teórica de um tipo de agricultura historicamente constituído e geograficamente localizado. (MERTZ, 2004, p. 279).” A teoria dos sistemas agrários é complexa, e possui um método de avaliação e identificação das práticas agrícolas. O que também constitui um dos objetivos dessa pesquisa. No entanto, como ainda não disponho desses dados utilizarei o exemplo de Santa Lúcia para exemplificar a distribuição das ocupações produtivas nessas comunidades.

O gráfico abaixo foi construído com base em 49 registros de compra e venda selecionados para a análise da composição das atividades desenvolvidas em Santa Lúcia. A porcentagem da incidência das profissões de agricultor (53,06%), criador (26,53%), e comerciante (6,12%), e outros (14,29%), demonstra o caráter rural dessas sociedades e a relevância das práticas agrícolas.



Fonte: 49 registros de compra e venda, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

O próximo passo dessa pesquisa, através da análise de inventários e registros de compra e venda para os casos de Serro

Azul e Roque Gonzáles, será demonstrar nessa análise serial, que para além desses vínculos culturais em comum, constituídos inicialmente pela influência do catolicismo, o quanto vínculos econômicos seguem a mesma tendência.

Essas fontes primárias, permitirão afirmar com ainda mais clareza, esse especto, que ainda enquanto hipótese - devido à falta desses dados para as outras colônias - que essas sociedades rurais podem ser incluídas numa tipologia das colônias fundadas na região das Missões no início do século XX, não somente no que se refere aos aspectos econômicos, mas culturais, o que as diferencia da colonização da primeira metade do século XIX. A presença jesuítica, associada, ao caráter de colônias mistas, acentua essas peculiaridades. Essa questão é essencial para compreender essa diferenciação e as peculiaridades da região florestal das Missões.

### **Considerações finais**

Faz-se necessário pontuar algumas reflexões que devem ser levadas em consideração, pois trata-se de uma pesquisa em sua fase inicial. Mas o que a análise atual dessas localidades demonstra, é que são comunidades que apesar da existência de um núcleo urbano em crescimento, em ritmo lento, todas elas apresentam uma população que em sua maioria ainda vive no meio rural. A base da produção agrícola é constituída pela cultura da soja, milho, trigo, cana de açúcar e a pecuária leiteira. E a maior parte da população ainda é católica, apesar do avanço cada vez maior das religiões evangélicas.

Ao levar em consideração esses elementos percebidos na atualidade, cabe ao historiador explicar como essas sociedades razoavelmente próximas umas das outras – Caibaté a Cerro Largo, 30km/ Cerro Largo a Roque Gonzáles, 40km/ Caibaté a Roque Gonzáles, 40km - constituíram um tipo específico, que não se limita somente a essas três, mas várias outras nessa microrregião das Missões. Municípios como Mato Queimado, Vitória das Missões, Entre Ijuís, Rolador, Garruchos, São Paulo das Missões, para citar

algumas, carregam em si as mesmas características que a partir de sua constatação na contemporaneidade, podem ser rastreadas, e possibilitam demonstrar historicamente a mesma gênese de formação.

Demonstrar esses aspectos específicos de uma região que contribui de forma significativa para a economia do estado, permite explicar os meios pelos quais puderam atingir esse estágio, que adquiriu novas variáveis a partir da metade do século XX. Nesse sentido, conforme o avanço dessa investigação, pretende-se continuar construindo uma análise de forma consistente, que demonstre como ocorreu a formação e estabelecimento dos diversos setores econômicos nesses espaços, favorecendo assim, a identificação de formas de hierarquização social e o modelo de sociedade que se configurou diante desses processos de conformação agrária. Por fim, sem deixar de lado a relação da região com o todo, o estudo desses casos particulares, por meio de novos dados e informações, possibilita o avanço da historiografia, proporcionando novos questionamentos, e reflexões, a fim de que essas comunidades reconheçam suas qualidades, problemas, limites, e propostas para superação dos mesmos. O que faz do conhecimento científico tão útil e necessário nesse decorrer do século XXI.

## Referências

ANSCHAU, M. R. *Transformações e permanências da paisagem de Roque Gonzáles -RS*. 2014. 68f. (TCG em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

DEWES, J. *A história de Cerro Largo*. Porto Alegre, 1966.

FÉLIX, L. O. Religião e política: os teuto brasileiros e o PRR. IN: MAUCH, C. VASCONCELLOS, N. (Orgs). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Editora ULBRA, 1994.

- JACOMELLI, J. O processo de colonização no território de Palmeira das Missões: interfaces de poder (1889-1930). IN: HEINSFELD, A; BATISTELLA, A; RECKZIEGEL, A, L, S; MENDES, J. (Orgs). *Fazendo História Regional*, vol I: Política e Cultura. Passo Fundo: Méritos, 2010.
- MACHADO, Irina P. O poder identitário na história e historiografia regional. IN: HEINSFELD, A; BATISTELLA, A; RECKZIEGEL, A, L, S; MENDES, J. (Orgs). *Fazendo História Regional*, vol II: Economia, Espaço e Sociedade. Passo Fundo: Méritos, 2010.
- MERTZ, M. A. *A agricultura familiar no Rio Grande do Sul – um sistema agrário “colonial”*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.25,n.1,p.277-298, abr. 2014.
- NEUMANN, R. M. *Colonização e exclusão: lavradores nacionais e colonos no complexo colonial da colonizadora Meyer (Planalto Rio-Grandense, 1897-1932)*. Tempos históricos. Volume 16 – 2012, p.313-336. ISSN 1517-4689.
- RAMOS, A. *A formação histórica dos municípios da região das Missões do Brasil*. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Patrimônio Nacional, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, 2006.
- SERNA, J; PONS, A. *En su lugar. Una reflexión sobre la historia local y el microanálisis*. Contribuciones desde Coatepec. Número 4, Enero-Junio de 2003. Universidad Autonoma del Estado de Mexico: México. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28100403>.
- SILVA, Márcio Antônio Both da. *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Guarapuava: Unicentro, 2011.
- SCHUPP, Ambros. Pe, S.J. *A missão dos jesuítas alemães no Rio Grande do Sul*. (1912, 1ª ed.). São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004.
- SPOHR, Inácio, Pe. S.J. *Cerro Largo-RS. [Coletânea de documentos referentes] Paróquia Sagrada Família de Nazaré, Seminário São José, Presença dos Jesuítas: 1902 a 1956*. Porto Alegre: BRM Província do Brasil Meridional da Companhia de Jesus, 2013.



TEDESCO, J. C; ZARTH, P. *Configuração do território agrário no norte do Rio Grande do Sul: apropriação, colonização, expropriação e modernização*. História: Debates e Tendências – v.9,n.1/jan/jun.2010, p.151-171 publ. no 1º semestre de 2010.

WITT, M; BLUME, W. *Organização social e mobilidade espacial: estudo sobre imigrantes alemães e descendentes no Brasil e na Argentina*. Santa Cruz do Sul, *Ágora*, v. 16, n. 2, p. 97-111, jul./dez. 2014.

ZARTH, Paulo. *História Agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Unijuí, 1997.